



REPRESENTAÇÕES DA MULHER EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Em meio a avanços, permanências

REPRESENTATIONS OF WOMAN IN HISTORY TEXTBOOKS

Between advances, permanences

FÁBIO ALEXANDRE DA SILVA¹

BRENDA STÉFANY MARÇAL DA SILVA²

ANA PAULA MENOTTI³

RESUMO

Tomando como base de análise um conjunto de quatro compêndios escolares de autoria, editoria e contextos distintos, o presente artigo investiga o modo de representação da figura feminina em tais materiais. Nesse propósito, são analisadas, diacronicamente, obras didáticas publicadas entre as décadas de 1990 e 2020, no intuito de apurar as similitudes, disparidades e continuidades no âmbito da representatividade histórico-social e educacional da mulher, matizando, em cada livro, as potencialidades e limitações da temática para o campo do ensino de história. Os resultados indicam que, embora tenha havido avanços nos manuais mais recentes, sobretudo no que tange à ampliação da perspectiva analítica e à inclusão de mulheres enquanto partícipes da história, a tônica discursiva, entretanto, ainda apresenta permanências que remontam à historiografia tradicional, de viés positivista, privilegiando as narrativas de sujeitos masculinos brancos e de posição econômica favorável em detrimento de outros personagens históricos, especificamente aqui as mulheres, relegando-lhes, quando muito, um papel de meras coadjuvantes do processo histórico.

Palavras-chave: Historiografia didática. Concepção historiográfica. Representações. Mulheres.

¹ Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão. Doutor em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: silvafabio.prof@gmail.com

² Licencianda em História pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão. E-mail: marsalbrenda@hotmail.com

³ Licencianda em História pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Campo Mourão. E-mail: anapaulamenotti9@gmail.com

ABSTRACT

Taking as a basis for analysis a set of four school textbooks of different authors, editors and contexts, this article investigates the way in which the female figure is represented in such materials. For this purpose, textbooks published between the 1990s and 2020s are analyzed diachronically, in order to investigate the similarities, disparities and continuities in the scope of the historical-social and educational representation of the woman, highlighting, in each book, the potentialities and limitations of the theme for teaching history. The results indicate that, although there have been advances in the most recent textbooks, especially with regard to the broadening of the analytical perspective and the inclusion of women as participants in history, the discursive tone, however, still presents continuities that date back to traditional historiography, with a positivist tendency, privileging the narratives of white male subjects and those with a favorable economic position to the detriment of other historical characters, specifically here women, relegating them, at most, to the role of mere secondary players in the historical process.

Keywords: Didactic historiography. Historiographical conception. Representations. Women.

INTRODUÇÃO⁴

Até meados do século XX, os livros escolares eram vistos, no meio acadêmico, como uma mera ferramenta didática a serviço do(a) professor(a) da Educação Básica e escamoteados enquanto fonte de pesquisa. Realidade que, conforme demonstram as pesquisas mais recentes (BITTENCOURT, 1993; CHOPPIN, 2002, 2009; RÜSEN, 2006; SILVA, 2024), tem dado sinais de mudança, na medida em que o livro didático passou a ser concebido, no âmbito da disciplina de História, como “um instrumento central no processo de ensino e aprendizagem da disciplina, capaz de formar – ou deformar – a consciência histórica de professores e alunos” (SILVA, 2023, p. 150). Tornou-se, portanto, fonte não apenas de ensino, mas também de pesquisa. Não por acaso, foram os historiadores e historiadoras que constituíram, nos idos de 1960, a primeira comunidade científica a se interessar por esse tipo de material (CHOPPIN, 2009).

Na esteira dessa questão, vale realçar que as produções iniciais sobre

⁴ Este artigo é resultado do projeto de pesquisa *Concepções Teórico-Methodológicas de Ensino em Livros Didáticos de História*, desenvolvido sob a coordenação do Prof. Dr. Fábio Alexandre da Silva no Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão.

os livros didáticos apresentavam, em suma, caráter propedêutico, pois como adverte Choppin (2002), eram depositárias de insuficiências metodológicas, análises, grosso modo, superficiais e conclusões questionáveis ou mesmo infundadas. A alavancagem de produção acadêmica na área, tanto em termos quantitativos como qualitativos, deu-se entre os decênios de 1970 e 1980, com o advento de publicações periódicas sobre a história da educação, os avanços logrados no campo da história do livro e o progresso das técnicas de armazenamento e de tratamento da informação. Sobretudo a partir do desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de dados, os quais não somente possibilitaram processar documentos em larga escala, mas também favoreceram, por meio de processos informatizados, o intercâmbio de pesquisas, objetos de estudo, linhas temáticas e chaves de leitura, bem como a formulação de redes científicas.

Esses avanços, indubitavelmente, aqueceram o campo de pesquisa em ensino de história, alargaram os horizontes teórico-metodológicos e, com isso, abrilhantaram as pesquisas no âmbito da historiografia didática⁵, passando-se a conceber o livro didático, desde então:

Enquanto objeto fabricado, difundido e 'consumido', o manual está sujeito às limitações técnicas de sua época e participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível da produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material (CHOPPIN, 2002, p. 14, aspas do autor).

Nessa compreensão, para além de sua natureza didática, o compêndio

⁵ Conceito utilizado para definir o modo de escrita, elaboração gráfico-editorial e publicação de obras de caráter didático especialmente destinadas ao contexto escolar. São publicações com elevado grau de complexidade que, de acordo com Rüsen (2010, p. 112), devem “tornar possível, impulsionar e favorecer a aprendizagem da história”. Nessa direção, um livro didático torna-se qualificado para a aprendizagem “à medida que corresponde às possibilidades de compreensão do aluno, estabelecendo conexão, de alguma forma, com as suas experiências e expectativas diárias. Do contrário, servirá apenas como reproduzidor de conhecimentos cientificamente autorizados, um instrumento passivo diante das possibilidades de desenvolvimento da consciência histórica” (SILVA, 2024, p. 61-62). Sob essa batuta, o(a) autor(a) deve levar em consideração fatores como a adequação do conteúdo ao currículo vigente, a legibilidade e inteligibilidade da escrita, a linguagem empregada no texto, a subdivisão da obra em seções, de modo a facilitar a compreensão por parte de seu público-alvo, e o uso de recursos complementares, como boxes, ilustrações, resumos, glossários e atividades de aprendizagem (MUNAKATA, 1997; BITTENCOURT, 2008).

escolar converte-se em ferramental para o estudo da cultura histórica⁶, uma vez que arregimenta “conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época” (BITTENCOURT, 1993, p. 3). Ademais, tendo na figura do Estado o controle sobre o processo de produção/publicação dos compêndios desde ao menos o fim do século XIX (CHOPPIN, 2009), ocasionando, com isso, o aquecimento do mercado editorial de didáticos (CASSIANO, 2005, 2013; SILVA, 2024), torna-se primordial refletir sobre a influência de tais instrumentos na formação das mentalidades: Qual a concepção político-ideológica desses materiais? Que linha historiográfica é predominante? Quais sujeitos históricos são enaltecidos e quais são invisibilizados? As minorias sociais têm ganhado espaço substantivo? Desde quando e com que teor as mulheres são incluídas nas narrativas? Qual o modo de representação⁷ do feminino nos textos e iconografias didático-escolares? Há mais permanências ou rupturas?

Tendo no horizonte essas reflexões, busca-se analisar, neste artigo, a historicidade e os modos de representação da figura feminina em livros didáticos de História (LDHs)⁸, especificamente em obras produzidas para o

⁶ Para Jörn Rüsen, a cultura histórica é propriamente um amálgama entre a consciência histórica e a vida prática concreta (práxis), congregando o modo como uma sociedade interpreta o passado em determinado contexto histórico. Trata-se, pois, da “própria memória histórica, exercida na e pela consciência histórica, a qual dá ao sujeito uma orientação temporal para a sua práxis vital, oferecendo uma direção para a atuação e autocompreensão de si mesmo” (SCHMIDT, 2014, p. 32). A cultura histórica possui, segundo Rüsen, três dimensões centrais: a dimensão estética, a dimensão política e a dimensão cognitiva. Para maior aprofundamento, ver texto de M. A. Schmidt (2014), intitulado *Cultura histórica e aprendizagem histórica*.

⁷ Conceito central na história cultural, que possibilita “regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um «ser-apreendido» constitutivo da sua identidade” (CHARTIER, 2002, p. 23). Permite, pois, deslindar a realidade historicamente construída pelos diferentes grupamentos sociais, bem como suas práticas e identidades culturais. Sobretudo por arregimentar uma estrutura de presenças e ausências, isto é, os fatos representados e os não representados no plano historiográfico. Para Chartier, a representação é “o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é” (1991, p. 184, aspas do autor). Na historiografia escolar, é imprescindível olhar para além da realidade aparente, isto é, “refletir também sobre as lacunas que se circunscrevem em cada manual escolar, tendo em vista tanto as estratégias de escrita e as intencionalidades do autor como ainda as determinações editoriais e tipográficas, muitas das quais decorrem das deliberações de outros agentes envolvidos no processo produtivo da obra” (SILVA, 2024, p. 31). Deve-se identificar, portanto, os elementos “que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão” (CHARTIER, 1991, p. 182).

⁸ Do rol de pesquisas que tangenciam o tema em recorte, destacam-se os artigos *Mulheres nos livros didáticos de história: entre a renovação historiográfica e os documentos norteadores da*

atual Ensino Fundamental II (turmas do 6º ao 9º ano do ciclo escolar), no período compreendido entre 1990 e 2020. Nessa direção, são analisados quatro compêndios escolares de diferentes autores(as) e editoras publicados em decênios distintos, no intuito de apurar, diacrônica⁹ e comparativamente, as semelhanças e disparidades da representatividade feminina. Matizam-se, em cada obra e contexto investigado, as potencialidades e limitações da temática para o campo do ensino de história, bem como os impactos gerados no processo de ensino e aprendizagem da disciplina.

Do ponto de vista teórico-metodológico, tomou-se o cuidado de selecionar um livro didático por década, cada qual com diferente autoria, sendo o montante de didáticos proveniente de editoras de grande impacto no mercado editorial e tendo circulado durante anos em escolas brasileiras de várias regiões do país¹⁰. A fim de observar, portanto, a progressão histórica da representação didática ensejada a partir de um *corpus* uniformizado (com obras produzidas somente para o Ensino Fundamental II), com vistas à ampliação e/ou conservação de conceitos e às continuidades e descontinuidades presentes nas narrativas, lança-se mão do seguinte *corpus* documental:

Quadro 1 – As fontes primárias da pesquisa

Título	Autoria	Editora	Ano	Edição	Destinação

educação (DE PAULA; CAMPOI, 2019); *Imagens de mulheres nos livros didáticos de história* (MAC GINITY, 2015); *O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010)* (MISTURA; CAIMI, 2015); *Prisioneiras do esquecimento: a representação das mulheres nos livros didáticos de história* (SILVA, 2009). Vale mencionar também a dissertação de mestrado de Paolla U. Monteiro (2016), produzida no PPGE da PUC/RS com o título *(In)visibilidade das mulheres brasileiras nos livros didáticos de história do Ensino Médio (PNLD, 2015)*.

⁹ A diacronia é concebida, aqui, enquanto método para o exame de fontes que se sucedem no decurso temporal a partir de uma progressão histórica (no nosso caso, LDHs de diferentes contextos de publicação). Parte-se, outrossim, das elucubrações de Bernardo (2006), que aponta que, do ponto de vista metodológico, a questão fundamental da história é o “problema do tempo das ações humanas. Na sincronia, o tempo está suspenso sob a forma de contradições. Na diacronia, as contradições realizam-se como tal e, por isso, o tempo se sucede” (p. 194). O que impele o historiador a produzir análises documentais à luz da experiência da vida prática concreta, tracejando perspectivas de futuro a partir do passado representado (RÜSEN, 2006).

¹⁰ Sobre essa questão, consultar a tese de doutorado de Fábio A. Silva (2024), intitulada *Concepções de ditadura em livros didáticos de história: uma análise pela ótica da historiografia didática (1970-2020)*, a qual apresenta um detalhamento histórico-crítico sobre as editoras em recorte.

História e consciência do Brasil: da Independência aos dias atuais	Gilberto Cotrim	Saraiva	1997 ¹¹	11 ^a	Ensino de 1º Grau (atual Ens. Fundamental II) (todos os anos)
Projeto Araribá: História	Maria Raquel Apolinário (ed. responsável)	Moderna	2006 ¹²	1 ^a	Ensino Fundamental II (8º ano)
História: Sociedade e Cidadania	Alfredo Boulos Júnior	FTD	2015 ¹³	3 ^a	Ensino Fundamental II (9º ano)
Viver História com Leandro Karnal	Leandro Karnal <i>et al.</i>	Moderna	2022 ¹⁴	1 ^a	Ensino Fundamental II (6º ano)

Fonte: Os autores (2025)

Convém ressaltar que o presente texto subdivide-se em duas seções centrais. Na primeira parte, produz-se um debate teórico acerca das potencialidades, limites e nuances do livro didático enquanto documento histórico. Ainda nessa etapa, são assinaladas as características fundamentais e a complexidade envolta no processo produtivo de obras didáticas, com vistas às atribuições próprias da autoria e as que são de competência da equipe editorial, além da incidência das políticas de Estado e da concepção teórico-ideológica vigente no contexto – fatores que, como veremos, recaem direta e/ou indiretamente sobre a escrita historiográfica e a elaboração da literatura escolar.

Na sequência do artigo, é empreendida a análise dos livros didáticos em tela a partir de uma leitura *capa a capa*, em que se averiguam quais acontecimentos históricos aludem à representação feminina e qual o teor dessa representação (protagonismo, posição secundária, silenciamento) no quadro narrativo de cada manual. Cabe salientar que os conceitos são investigados nos livros em versão digital, por intermédio de uma busca ativa de palavras¹⁵, percorrendo a integralidade das menções feitas pelos autores/coautores às mulheres, no intuito de identificar as concepções teóricas expressas nos

¹¹ Obra aprovada no PNLD de 1999.

¹² Obra aprovada no PNLD de 2008.

¹³ Obra aprovada no PNLD de 2017.

¹⁴ Obra submetida ao PNLD de 2024.

¹⁵ Levantamento realizado a partir de uma busca geral em cada um dos manuais didáticos selecionados, tendo como base as seguintes palavras-chave: mulher; mulheres; rainha; imperatriz; consorte; princesa; mãe; filha; trabalhadora; operária; estudante; guerreira; guerrilheira; revolucionária; feminista; feminismo; feminino/a; gênero.

exemplares e o lócus ocupado pela mulher¹⁶ no transcorrer das últimas décadas.

1. O LIVRO DIDÁTICO COMO DOCUMENTO HISTÓRICO: ESCRITA, FRONTEIRAS, POSSIBILIDADES

A formação de sentidos históricos, tanto na esfera escolar quanto extraescolar¹⁷, ocorre a partir da emergência da consciência histórica, definida por Rüsen (2010) enquanto campo de ação da aprendizagem histórica, isto é, uma operação mental da “memória histórica, que tem sua representação em uma interpretação da experiência do passado encaminhada de maneira a compreender as atuais condições de vida e a desenvolver perspectivas de futuro na vida prática conforme a experiência” (RÜSEN, 2010, p. 112).

Em sala de aula, no âmbito da Educação Básica, um dos instrumentos com maior potencial para a aprendizagem histórica e desenvolvimento da consciência histórica de alunos e alunas é, sem dúvida, o livro didático. Um ferramental repleto de constituição de sentidos, considerado um vetor central das aulas de história (BITTENCOURT, 1993) e também “a ferramenta mais importante no ensino de história” (RÜSEN, 2010, p. 109), convertendo-se em “uma das instâncias mais importantes para a formação política” (RÜSEN, 2010, p. 110) dos discentes. Esse tipo de material, no entanto, possui caráter diverso e historicamente mutável, arregimentando perspectivas teóricas de determinado viés ideológico, haja vista que é escrito de acordo com as técnicas da sua época e com base no sistema político-econômico vigente – elementos que recaem sobre a sua elaboração e publicação.

¹⁶ Desde o fim do século XX, pesquisadores feministas têm repensado o uso da categoria “mulher”, tencionando amplificar os sentidos históricos que emergem do termo quando acionado no plural. Obviamente que não se desconsidera, aqui, a pluralidade semântica suscitada pelo uso do conceito no plural. Ao considerar tais aspectos, parte-se do entendimento de que o emprego do termo “mulher”, no singular, concede protagonismo aos sujeitos femininos em suas múltiplas dimensões histórico-sociais (classe – raça – gênero), ao mesmo tempo que os confronta transversalmente com o conceito de “homem”, empregado, em geral, como sinônimo de sujeito histórico ou humanidade. Tal acepção configura também uma forma de padronizar a categoria no decorrer do texto.

¹⁷ Conceito que abarca as outras instâncias em que a consciência histórica é desenvolvida, as quais devem atuar em conjunto com a esfera escolar no processo de aprendizagem da história. A saber: círculo familiar, espaços religiosos, espaços culturais, mídias e suportes digitais etc. Cf. Cerri (2011).

Tal qual outras publicações historiográficas, mas guardadas as suas especificidades, uma obra didática é depositária da concepção teórico-política e do campo de atuação de sua autoria, do estilo de escrita e das imposições do corpo editorial¹⁸, assim como das políticas de Estado vigentes em seu contexto de produção. Nessa direção, “a escrita da história, por mais subjetiva que seja, é condicionada de tal modo aos ditames do lócus que o historiador não consegue, em instância alguma, desvincular-se de seu lugar comum” (SILVA, 2024, p. 45). De forma parecida, os métodos historiográficos são também expressão do meio institucional e social ao qual pertencem, já que são constituídos “pela multiplicidade de procedimentos teórico-práticos, por meio dos quais se obtém, a partir das fontes e testemunhos empíricos, as informações sobre o passado” (SILVA, 2024, p. 45).

É preciso considerar também que “ao dar lugar a uma falta e preencher uma ausência, automaticamente ela (a escrita) oculta várias outras faltas e ausências, na medida em que toda pesquisa histórica ocorre mediante um recorte temporal e espacial” (SILVA, 2024, p. 47). Nesse sentido, a representação de um fato histórico é, senão, a *não representação* de uma miríade de outros acontecimentos (CHARTIER, 1991; CERTEAU, 1982). E isso se dá de maneira consciente ou inconsciente, a depender do *Zeitgeist*¹⁹. O que significa dizer que todo e qualquer livro de história (acadêmico ou didático) está condicionado, invariavelmente, a presenças e ausências, representações e lacunas, constituição de sentidos e carências.

Sob tais condicionantes, não se pode perder de vista o fato de que a historiografia didática é bastante singular, na medida em que deve ser produzida “em adequação a parâmetros que se imagina constitutivos de um instrumento auxiliar do processo de ensino e aprendizagem” (MUNAKATA, 1997, p. 100). Sobretudo porque o seu conteúdo deve ser submetido às

¹⁸ O historiador que se ocupa de um texto didático constitui apenas uma das partes envolvidas no processo produtivo, uma vez que há, como lembra Munakata (1997), uma cadeia de profissionais com diferentes competências técnicas, os quais compõem uma potente linha de montagem editorial e cujo trabalho recai sobre a escrita original do autor, muitas vezes alterando-a. Entre os quais, destacam-se os editores, diagramadores, projetistas, ilustradores, revisores e impressores.

¹⁹ Conceito filosófico alemão que faz referência ao *espírito do tempo*, ou seja, “um conjunto de ideias e pensamentos desenvolvidos por uma sociedade em determinada época”, o qual “incide diretamente sobre o trabalho do historiador, seja pelo suporte linguístico-conceitual adotado ou a partir de suas afetividades (pessoais, empíricas, teóricas)”. Cf. Silva (2024, p. 48).

normativas do currículo vigente, ser legível, inteligível e estar em consonância com a capacidade de compreensão do público-leitor, tendo no horizonte uma “estrutura de organização adequada à aprendizagem; e, sobretudo, [...] servir de instrumento auxiliar de ensino/aprendizagem” (MUNAKATA, 1997, p. 100). Na esteira dessa questão, Manke e Silva (2022) sublinham que

[...] a motivação para a leitura também está associada a um texto didático atraente em termos tipográficos e que apresente uma linguagem adequada ao público a que se destina. Assim, observar a materialidade do livro ou do texto que será lido, as imagens, o título e os enunciados, as marcas gráficas (negritos, sublinhados e outros), e levantar hipóteses e previsões sobre o texto são ações que interferem na apropriação que se faz do texto e contribuem para desenvolver a capacidade de produção de sentidos (p. 96).

Ainda sobre esse aspecto, vale realçar que o formato gráfico de um texto didático figura como estratégia de aprendizagem e vetor de constituição de sentidos históricos. Elementos como a fonte utilizada, o tamanho e cores das letras, bem como a disposição dos títulos e subtítulos devem estar claros e em destaque, podendo, assim, “influir diretamente na relação que os leitores irão estabelecer, ou não, com o conteúdo” (MANKE; SILVA, 2022, p. 102). Na mesma toada, os conteúdos devem fazer sentido em termos práticos, isto é, partir da realidade presente em direção ao passado representado, guardando relação com “as experiências e expectativas dos alunos e alunas, sobretudo com seu apego geral, específico de cada geração, de suas próprias oportunidades na vida, bem como com as experiências cotidianas” (RÜSEN, 2010, p. 116). Mediante tal aparato, é possível

[...] conjugar as interpretações históricas do passado com as carências de orientação do presente, do qual fazem parte os sujeitos escolares, tornando o livro didático um instrumento capaz de demonstrar as diferenças sociais e políticas das sociedades historicamente constituídas, assim como as dimensões mais importantes da experiência histórica (MANKE; SILVA, 2022, p. 98).

Levando em consideração os elementos até aqui percorridos e tendo em vista o processo de análise da literatura escolar, é pertinente ressaltar que o

historiador que se ocupa de tal atribuição deve ter em mente a conformação de um itinerário de pesquisa pelo qual se podem empreender investigações de múltiplos interesses, assim como lançar mão de distintas – e/ou complementares – chaves de leitura. Acerca disso, Choppin (2002) salienta que o historiador

pode, assim, observar, a longo prazo, a aparição e as transformações de uma noção científica, as inflexões de um método pedagógico ou as representações de um comportamento social; pode, igualmente, colocar sua atenção sobre as evoluções materiais (papel, formato, ilustração, paginação, tipografia, etc.) que caracterizam os livros destinados às classes (p. 15).

De modo semelhante, é possível direcionar olhares para as “condições de sua produção, de sua difusão, à história das empresas que contribuíram e ao papel, mais ou menos essencial, que tiveram os poderes públicos” (CHOPPIN, 2002, p. 15-16). Nessa ótica, verificar a inclinação político-ideológica das políticas educacionais interpostas pelo Estado²⁰ configura passo indispensável no processo analítico, uma vez que as implicações de tal ação, como já comentado, são um imperativo da forma como se estruturam a escrita historiográfica e seus métodos de pesquisa em um determinado contexto histórico, permitindo “ao historiador reconstituir os canais de propagação das ideias e as vias de circulação dos capitais” (CHOPPIN, 2002, p. 16).

Da mesma maneira, colocam-se ainda as questões estritamente teórico-didáticas, seja no entorno do tratamento das fontes e subseqüentes reflexões metodológicas, ou no que diz respeito aos usos do livro didático em sala de aula, tanto em termos de ensino (responsabilidade docente) quanto em matéria de aprendizagem (atribuição discente). Neste último caso,

os manuais podem igualmente constituir um indicador precioso da atividade dos alunos: o historiador pode assim interrogar-se sobre os usos dos manuais, estudando, por exemplo, as

²⁰ Como lembra o autor, “o livro de classe pode ser – e é quase sempre – vetor de uma certa ideia nacional, e mesmo de um nacionalismo exagerado. É, além disso, em um quadro nacional que se inscrevem discursos oficiais e polêmicos” (CHOPPIN, 2002, p. 16). Fator que orienta, em diferentes países, parte relevante das pesquisas que lançam mão dos manuais escolares.

anotações ou os grafites que pode comportar; pode interrogar-se, mais detalhadamente, sobre a delicada questão de sua recepção, até mesmo de sua suposta 'eficácia' (CHOPPIN, 2002, p. 16, aspas do autor).

No limite, é mister pôr em relevo a existência de anacronismos de toda a ordem, bem como equívocos conceituais os quais podem, eventualmente, ser identificados nos manuais didáticos. Situações que, por vezes, têm como causa a urgência do processo produtivo (MUNAKATA, 1997), acarretando, ocasionalmente, a emergência de “mensagens racistas, antifeministas, etc.” (CHOPPIN, 2002, p. 21) e dando vazão, portanto, às chamadas *identidades não razoáveis*²¹. Tais aspectos, quando não observados, restringem as perspectivas de análise, impossibilitando o historiador de extrair todo o manancial de possibilidades suscitadas por um compêndio escolar, sob pena de empobrecer, teórica e metodologicamente, a investigação histórica.

2. A HISTORICIDADE DA REPRESENTAÇÃO FEMININA EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1990-2020)

A emergência do modo de pensar historicamente e o erigir da consciência histórica dão-se, vale nuançar, a partir da aprendizagem histórica, a qual é mediada pelos processos escolares e extraescolares. Na escola, o livro didático é, ainda hoje, o instrumento de maior potencial de constituição de sentidos históricos e de formação política dos discentes, ou nas palavras de Rüsen (2010, p. 112), “é o guia mais importante da aula de história”. Sabendo da relevância histórica de tal instrumento para o processo de ensino e aprendizagem, lança-se mão, nesta seção, da análise de quatro obras didáticas referenciais no âmbito da disciplina de História, a saber: *História e consciência do Brasil: da Independência aos dias atuais* (GILBERTO COTRIM, 1997), *Projeto Araribá: História* (MARIA RAQUEL APOLINÁRIO, 2006), *História: Sociedade e Cidadania* (ALFREDO BOULOS JÚNIOR, 2015) e *Viver*

²¹ Para Cerri (2010), as “identidades não razoáveis seriam marcadas por uma radicalização do que é, na essência, toda identidade: delimitar e excluir. São, portanto, destrutivas e/ou autodestrutivas. Quando uma identidade implica a negação da humanidade, dos direitos e da vida das outras identidades, temos uma identidade não razoável que precisa ser prevenida, para o bem da coletividade” (p. 271).

História com Leandro Karnal (L. KARNAL, 2022).

O objetivo, aqui, é investigar as narrativas e a iconografia em torno da representação da figura feminina nas obras em destaque, no afã de identificar as concepções historiográficas que os compêndios carregam, as quais, muitas vezes, permanecem em voga no contexto presente. No percurso analítico, toma-se também a matriz rüseniana no que se refere às características fundamentais de um livro didático ideal, ou seja, ter um formato claro e estruturado, uma estrutura didática objetivamente organizada, uma relação produtiva com o aluno-leitor e uma relação direta com a prática da aula (RÜSEN, 2010). A essa maneira, é possível apurar o modo como os historiadores e historiadoras têm produzido conhecimento sobre o passado, com vistas às suas potencialidades didáticas, e o quanto esse conhecimento tem se transformado – ou não – ao longo do tempo.

A primeira fonte analisada é o manual escolar *História e consciência do Brasil: da Independência aos dias atuais*, de Gilberto Cotrim. Publicado em 1997 pela Editora Saraiva, o livro era destinado às três séries que compunham o chamado Ensino de 1º Grau (atual Ensino Fundamental II), sob um recorte que privilegia a história do Brasil, conforme previa a legislação educacional do período. Organizado em 15 capítulos, com um total de 159 páginas, traz uma abordagem dinâmica e profícua sobre a história brasileira, a qual é permeada de fontes iconográficas e mapas. Em matéria historiográfica, há um aceno para o que seriam, à época, os *novos* temas da história, a exemplo da história do cotidiano, da vida privada e dos sujeitos comuns. Com isso, deixa-se “em segundo plano a ideia de linha histórica evolutiva – uma evidência de que estava em marcha no período um movimento de renovação da historiografia didática” (SILVA, 2024, p. 83).

No que diz respeito ao recorte temático investigado, é possível observar que a categoria “mulheres” aparece pela primeira vez – e de forma singela e acessória – na página 15, inserida na legenda de uma figura sobre a configuração populacional do Brasil no limiar do Império. A rigor, a participação feminina no processo histórico brasileiro é mencionada de maneira mais significativa somente na página 91, ao término do décimo capítulo do livro, em um trecho que aborda o contexto de trabalho na indústria têxtil e o alvorecer do

movimento operário, na transição do século XIX para o XX.

Figura 1 – Iconografia feminina em Gilberto Cotrim (reprodução parcial)



Fonte: Cotrim (1997, p. 15-115)

Em ambas as representações, todavia, as narrativas são breves e frequentemente limitadas a uma subseção ou tópico. Em suma, o autor não aprofunda a sua ótica de análise no tocante à participação feminina nos movimentos políticos e/ou sociais. Ela é trazida à tona, conforme mencionado, somente a partir do século XIX, escamoteando, portanto, as mulheres da história durante todo o período colonial (1500-1822). Vale dizer que a participação feminina começa efetivamente a ser relatada no Governo Vargas (1930-1945), quando da conquista do direito ao voto pelas mulheres a partir da promulgação do Código Eleitoral de 1932²². O que representou, segundo

²² Com a publicação de um novo Código Eleitoral, no limiar do Governo Vargas (1930-1945),

Karawejczyk (2013, p. 301),

que o mote do sufrágio feminino havia conseguido vencer uma barreira que, por muito tempo, parecia intransponível. Tal conclusão coloca em evidência um dos principais percalços no caminho do movimento organizado feminino no Brasil – o reconhecimento da constitucionalidade, da oportunidade e da justeza do pedido.

Um dos destaques da narrativa de Cotrim dá-se entre as páginas 113 e 115, na menção à Olga Benário Prestes (1908-1942) e à Patrícia Galvão, a Pagu (1910-1962). A primeira, militante comunista alemã de origem judaica que, com o apoio de seu companheiro Luís Carlos Prestes, opôs-se ao Governo Vargas. Foi, em razão disso, deportada para a Alemanha e presa pela Gestapo (1936), onde, tempos mais tarde, fora executada em uma câmara de gás. A segunda, escritora, militante de esquerda e defensora da liberdade e dos direitos das mulheres. Essas referências, contudo, são acompanhadas por imagens isoladas (cf. figura 1), interpostas com uma legenda curta e baixo potencial de representatividade, criticidade e constituição de sentido histórico.

Embora o livro didático em estudo seja relevante em termos de abrangência temática, objetividade teórica e competência didática, a representação da figura feminina é limitada e, por vezes, marcada por estereótipos. A parca presença de mulheres no livro não só reflete a mentalidade e a concepção predominantes em seu período de escrita e publicação como ainda perpetua a visão tradicional, de viés positivista, da história, que prioriza e enaltece os personagens masculinos brancos, de posses e de posição econômica favorável. O que, de acordo com Rüsen, pode converter-se em uma *fragilidade didática* na formatação da memória histórica, uma vez que

é através da narrativa (e da percepção) das histórias que os sujeitos articulam sua própria identidade em uma dimensão temporal em relação com outras (e ao articulá-las se formam)

concedia-se, por intermédio do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o direito de voto às mulheres, determinado em seu segundo artigo, no qual se afirma que “é eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. Em 1934, o direito das mulheres ao voto figurou também na Constituição promulgada naquele ano.

e, ao mesmo tempo, adquirem identificadores de direção (por exemplo, perspectivas de futuro) sobre critérios de fixação de opinião para seu próprio uso (RÜSEN, 2010, p. 113).

A despeito de ter sido publicado no decênio seguinte, o livro *Projeto Araribá: História*, supervisionado por Maria Raquel Apolinário e produzido em regime de coautoria²³, não destoa muito de seu antecessor. Publicado pela Editora Moderna no ano de 2006, a obra conta com 8 unidades e 256 páginas, abordando conteúdos do período contemporâneo, previstos para a então 8ª série do Ensino Fundamental. Apesar de ter uma historiadora como editora responsável (M. R. Apolinário), a narrativa segue, de modo geral, a via da história política tradicional, silenciando ou invisibilizando, em muitos aspectos, a condição feminina. Esse apagamento reflete, por óbvio, as ideias e concepções teóricas que circulavam em seu contexto de escrita e, por outro lado, demarca também uma problemática recorrente e presente em manuais didáticos de História desde o seu surgimento: o enaltecimento dos ditos “grandes” sujeitos da história e o privilegiamento dos feitos vultosos do passado em detrimento da história dos sujeitos históricos considerados “comuns”.

De modo semelhante à obra de Cotrim, no exemplar *Projeto Araribá* as mulheres são pouco acionadas e, quando o são, aparecem de forma secundarizada, relegadas a imagens isoladas e/ou desconectadas da narrativa central. Esse tipo de abordagem reforça a invisibilidade feminina na história, na qual a mulher não ocupa protagonismo, figura apenas de maneira acessória (cf. figura 2). Um exemplo é a ausência de referência às mulheres no contexto da história da África, uma das temáticas abordadas no livro. Nesse conteúdo, não é trazida à tona a participação feminina no desenvolvimento de suas sociedades – muitas das quais possuíam mulheres em posição de mando. Isso perpetua a visão patriarcal historicamente constituída, sob a qual são desconsideradas as contribuições femininas na formação de suas comunidades – as quais eram frequentemente fundadas sob a matriz

²³ Além de M. Raquel Apolinário, o manual *Projeto Araribá: História* (2006) possui os seguintes coautores: César da Costa Júnior, Cristina Mura, Ricardo Augusto H. Melani, Cândido Domingues Granjeiro e Silvia Carvalho Ricardo.

matrilinear²⁴. Aspecto que, quando escamoteado, impossibilita os alunos e alunas de formatarem, no processo de aprendizagem histórica, as suas identidades em relação a outros identificadores de direção (Rüsen, 2010), que passam a estar desarticuladas do quadro narrativo veiculado na literatura escolar.

Figura 2 – N. Mandela e sua esposa Graça M. Mandela: uma das poucas representações iconográficas femininas na obra *Projeto Araribá* (reprodução parcial)



Fonte: Apolinário (2006, p. 172)

Outro ponto observado é a narrativa trazida no sexto capítulo do manual em análise, na qual se empreende uma abordagem ao movimento operário na Primeira República do Brasil (1889-1930). São relatadas as longas horas de trabalho enfrentadas pelos proletários nas fábricas que emergiam à época, porém sem lançar mão das mulheres operárias que enfrentavam jornadas igualmente desumanas, intercalando-as com as atribuições domésticas e maternais. Tal silêncio, por um lado, ocasiona um apagamento da luta das mulheres no âmbito do trabalho, as quais foram pioneiras também em importantes movimentos sindicais e nas reivindicações por direitos trabalhistas, como a licença-maternidade e a redução da jornada de trabalho. Por outro lado, evidencia o fato de que “[...] Muitos livros didáticos evitam os juízos históricos explícitos e se esforçam em manter a aparência de uma imparcialidade estrita. Com isso, privam os alunos de uma boa oportunidade de

²⁴ Sobre isso, consultar a obra *História da África*, de José Rivair Macedo (ver referência completa ao final do artigo).

aprendizagem” (RÜSEN, 2010, p. 126).

Cumprе sublinhar que a ausência dessas narrativas põe em relevo não apenas uma perspectiva historicamente excludente como ainda a consolidação de uma visão parcial da história, que desconsidera a intersecção entre classe, raça e gênero²⁵. Assim, torna-se menor o protagonismo político e social feminino alicerçado ao longo do processo histórico. Ademais, os impactos são flagrantes também no que tange propriamente à construção do conhecimento escolar, pois se a “consciência histórica é ao mesmo tempo o campo de ação e o objetivo da aprendizagem histórica” (RÜSEN, 2010, p. 112), não é lúcido, em termos de criticidade e justiça social, seguir relegando a segundo plano o papel das mulheres na edificação da história, tão crucial na conformação e na compreensão do passado.

O compêndio de Boulos Jr., *História, Sociedade e Cidadania*, no entanto, já possui uma maior representatividade feminina. Publicado pela Editora FTD no ano de 2015 e organizado em 16 capítulos, 4 unidades e 336 páginas, o livro é escrito pela ótica da pluridimensionalidade, conjugando análises político-econômicas e socioculturais. Escrito para o 9º ano do Ensino Fundamental, sob o recorte temático da história contemporânea, a obra traz também uma maior “ênfase à leitura e interpretação de fontes iconográficas, mapas e charges, além de estabelecer diálogo com os espaços digitais (*sites, blogs* etc.) – uma inovação em relação aos exemplares anteriores, que não dispunham de tais instrumentos” (SILVA, 2024, p. 89).

Logo no primeiro capítulo, que versa sobre a industrialização e o imperialismo, há um aceno do autor às mulheres a partir das fontes iconográficas empregadas no manual, sobretudo jornais e folhetins da época, os quais serão analisados pelo aluno em forma de atividade(s) de aprendizagem, como se vê na figura a seguir.

²⁵ Compreensão imprescindível para o ofício historiográfico, uma vez que os elementos citados não devem ser pensados isoladamente, mas, sim, em sua dialogicidade. Nesse sentido, é imperativo reconhecer a condição de classe como um componente estrutural – e, portanto, determinante – do processo histórico, conjugando, em um movimento dialético, os demais componentes da instância superestrutural (questões de raça, gênero, ideologias, crenças etc.).

Figura 3 – Iconografia feminina em Boulos Jr. (reprodução parcial)

Fonte: Boulos Júnior (2015, p. 13-290)

Na mesma linha de raciocínio, há também narrativas e fragmentos textuais sobre a condição feminina em diversas sociedades e culturas estudadas na obra. O que pode ser observado no seguinte excerto acerca da situação das mulheres no Congo Belga: “As mulheres, crianças e idosos eram acorrentados e mantidos como reféns, enquanto os homens iam à floresta coletar borracha e marfim” (BOULOS JÚNIOR, 2015, p. 18). Como se nota, há um avanço evidente em comparação com os compêndios antecessores, sobretudo em matéria de criticidade e ampliação da narrativa histórica, na qual novos documentos e sujeitos são incluídos no texto.

A despeito dos avanços mencionados, há algumas lacunas circunscritas no manual escolar, haja vista que as abordagens e/ou representações no

entorno da figura feminina ocupam, em geral, posição secundária quando comparadas às dos homens. Um exemplo é o relato sobre a situação dos soldados na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em que as mulheres só são referenciadas em uma atividade de aprendizagem inserida ao término do capítulo, não estando, portanto, presentes no conteúdo principal.

A Guerra mudou a situação das mulheres principalmente na Europa. Com os homens na frente de Batalha, elas assumiam seu lugar nas fábricas [...] e terminavam por exigir direitos e salários iguais. Na Grã-Bretanha, as mulheres que trabalhavam em fábricas de munições eram conhecidas como canários, por conta do tom amarelado que sua pele adquiria em contato com os explosivos. [...] As mulheres chegaram a participar diretamente da guerra. Na Rússia, o czar criou um batalhão feminino comandado por Maria Bochkavera que obteve sucesso contra os austríacos (BRENER, 2000 p. 34 *apud* BOULOS JÚNIOR, 2015, p. 42).

Para ter maior efetividade crítica e contribuir melhor para o desenvolvimento da consciência histórica em sala de aula, o livro didático em análise poderia lançar mão da questão feminina no transcorrer dos conteúdos e não somente ao final dos capítulos, nos exercícios de fixação e nos textos complementares, visto que a ausência de tal abordagem converte-se em uma barreira histórico-didática, impossibilitando jogar luz sobre o papel social das mulheres em cada contexto estudado, o qual fica desassociado da narrativa principal do autor.

Na esteira desse aspecto, é válido trazer à baila um fragmento textual do final do quinto capítulo, que versa sobre Santa Dica (1903-1970), uma sertaneja goiana que obteve destaque no interior do país e combateu a Coluna Prestes, chegando a formar um pelotão com cerca de 400 homens armados sob o seu comando. Ainda no tocante à história do Brasil, é importante assinalar também a menção do autor à Maria Bonita, que embora tenha sido aludida apenas em uma fotografia (numa imagem esculpida ao lado de Lampião), ganha contornos mais expressivos na legenda da imagem, ressaltando-se que, por conta de seu ingresso no bando de Lampião, quebrou-se o *antigo* costume de os bandos de cangaceiros serem formados exclusivamente por homens. Cumpre salientar que tais pontos possibilitam ao

professor amplificar os debates e contribuir para um processo de ensino e aprendizagem mais qualificado, reflexivo e pluralizado.

Por fim, a publicação de Leandro Karnal²⁶, publicada em 2022 também pela Editora Moderna, possui uma estrutura de 12 capítulos, 4 unidades e cerca de 240 páginas, na qual são seguidos os parâmetros da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o currículo de História. À vista disso, o manual prima pela formação para a cidadania, trazendo uma abordagem interdisciplinar, sob a qual se acena para o conceito de consciência histórica, assim como para o campo da história digital e também para as chamadas metodologias ativas. O recorte temático é o conteúdo previsto para o 6º ano do Ensino Fundamental, contemplando as sociedades ágrafas, a Idade Antiga e o Medievo.

Sob o formato anunciado, a segunda unidade do livro, intitulada *Sociedades antigas e a intervenção humana na natureza*, interpõe, na página 97, uma abordagem a respeito dos direitos das mulheres no Egito Antigo. Apesar de os autores matizarem certa autonomia feminina nessa sociedade, apontando que as egípcias – em especial, as mais abastadas – podiam, naquela altura, ter liberdade de escolha quanto à ocupação profissional e ao matrimônio, nas representações iconográficas, contudo, segue-se outra via (ver figura 4). Nelas é possível observar o predomínio masculino que reinava naquele contexto: os homens estavam – quase sempre – em tamanho maior e em posição mais centralizada e/ou destacada do que as mulheres.

Figura 4 – Homem egípcio em posição de destaque no trabalho – LDH de L. Karnal (reprodução parcial)

²⁶ Livro escrito em coautoria com Felipe de Paula Góis Vieira (IFSP), Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (Unicamp), Isabela Backx (USP) e Marcelo Abreu (UFOP).



Fonte: Karnal *et al.* (2022, p. 91)

Na mesma égide, é pintada ao leitor a condição feminina na Pérsia, sociedade na qual as mulheres pertencentes às camadas sociais superiores (principalmente as da nobreza) podiam, em certa medida, realizar trabalhos semelhantes aos dos homens, entretanto, eram os homens que ocupavam as posições mais prestigiosas e os cargos mais altos²⁷. Cabe realçar que os relatos trazidos no livro são, em sua maioria, provenientes do olhar masculino, a partir de autores ou personagens homens, não havendo, portanto, narrativas pela ótica feminina. Mesmo quando se referencia uma personagem do sexo feminino, como é o caso de Lívía Drusa, última esposa do imperador romano Augusto (63 a.C.-14 d.C.) e que era considerada um modelo a ser seguido pelas mulheres da elite, sobressai-se a referência masculina – Lívía Drusa só existe na narrativa porque foi imperatriz consorte de Augusto.

A essa maneira, tem-se, nessa obra didática (e em outras tantas), uma composição discursiva que, ao relegar os sujeitos históricos femininos às margens da narrativa, causa impactos nos processos formativos em história, especialmente para as alunas, que não encontram modelos político-sociais femininos nas construções textuais e representações imagéticas que permeiam a literatura escolar. É válido pontuar, a partir de Jörn Rüsen, que a apreensão

²⁷ A esse respeito, ver texto de Matheus Moraes Maluf (2021), que apresenta uma análise comparativa do papel social da mulher na Pérsia, nos séculos VI e V a.C. (consultar referências ao final deste artigo).

do conhecimento histórico é senão a própria síntese da percepção e da interpretação temporal intermediada por

uma dinâmica e uma complexidade especiais, e somente à luz desta dinâmica e desta complexidade poderão ser identificadas e analisadas as qualidades necessárias que deve ter um livro didático para que possa cumprir sua função de guia do processo de aprendizagem histórica em sala de aula (RÜSEN, 2010, p. 114-115).

Guardadas as proporções, tal constatação aproxima o compêndio *Viver História com Leandro Karnal* dos primeiros livros didáticos analisados neste artigo. Ao mesmo tempo, desvela marcas de um passado comum, assentado sobre o predomínio dos homens na história e na historiografia. Ciência que, cumpre assinalar, fundamenta-se no modelo positivista de sublimação dos “tradicionais” personagens históricos e, ainda hoje, é inundada por narrativas erigidas em torno da figura masculina, propagando o escamoteamento da mulher (e de outras minorias sociais). São permanências, portanto, de um passado de discurso unívoco, singular e, muitas vezes, excludente, que chega vivo ao presente, não obstante as tentativas de ruptura e avanços contranarrativos logrados nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se desenvolver, nos limites deste artigo, uma análise diacrônica do modo como autores e editoras de manuais didáticos abordam o feminino na literatura escolar. Investigou-se, assim, um conjunto de quatro compêndios de História de autoria e contexto de escrita distintos, tencionando desvelar a concepção de cada obra nas imediações da representação feminina, a partir do exame das narrativas textuais e da iconografia dos livros. Produções que forneceram – e continuam a fornecer – as bases do pensamento histórico de discentes e docentes em sala de aula.

Como se pôde notar, as narrativas de cada livro didático, apesar de carregarem as marcas teóricas e ideológicas de seu tempo, convergem, de maneira geral, para um ponto em comum: a preponderância, nos exemplares, dos sujeitos masculinos e da história política tradicional, de inclinação

positivista. Como consequência, tem-se a ausência quase absoluta da mulher que, quando representada, passa a figurar às margens da narrativa central. Fator que, no transcorrer dos anos, produziu estigmas ainda hoje presentes no imaginário social universal, ratificando, dessa forma, as chamadas identidades não razoáveis (CERRI, 2010), comuns não só às mulheres como também a outros sujeitos historicamente marginalizados. Dito de outra maneira, é possível afirmar que esse tipo de discurso contribui, em maior ou menor grau, para avigorar no jovem leitor a ideia de que fazem parte da história tão somente os homens brancos, doutos e de bens, invisibilizando, nesse caso, as mulheres.

Embora tenha havido avanços nos últimos anos, sobretudo com a ampliação da ótica de análise e com a inclusão das mulheres enquanto protagonistas ou coadjuvantes de suas histórias (aspecto identificado especialmente na obra de Boulos Jr), a tônica discursiva, no entanto, ainda carece de maior representatividade e pluralidade temática. Em especial, por não congregar uma educação histórica que estimule o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos e possa, com efeito, sensibilizar para a superação das narrativas singulares do passado. O que tende a direcionar a sociedade para a via das continuidades, não incitando a transformação da realidade aparente, tanto no plano estrutural quanto no âmbito dos elementos superestruturais.

De posse dessa mudança, será possível vislumbrar interpretações mais coerentes do passado. Aquelas que verdadeiramente convertem os sujeitos em agentes de sua própria história, permitindo-os perceber, na vida prática concreta, que a história é depositária de um rol diversificado de experiências humanas e não pode restringir-se a um único grupamento social ou a uma só cultura. Padrão narrativo que por muito tempo foi – e ainda é – difundido pela historiografia didática.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Maria Raquel (ed.). **Projeto Araribá: história**. São Paulo: Moderna, 2006.

BERNARDO, João. Propostas para uma metodologia da história. **História**

Revista, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 193-197, jul./dez. 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História**: sociedade e cidadania. 3. ed. São Paulo: FTD, 2015.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. O impacto do PNLD no ensino de história: cifras e ideologia. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-17.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 281-312, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/122/80>. Acesso em: 19 maio 2025.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a história na prática. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 15, v. 2, p. 264-278, 2010. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2380>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. 2. ed. Tradução de Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**: da independência aos dias atuais. v. 2. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

KARAWCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). 2013. 398 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutorado em História, Porto Alegre, 2013.

KARNAL, Leandro *et. al.* **Viver história com Leandro Karnal**. São Paulo: Moderna, 2022.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2023.

MALUF, Matheus Moraes. A narrativa literária de Heródoto e Ctésias: um ensaio comparativo sobre o papel social e o poder feminino na Pérsia Aquemênida dos séculos VI-V AEC. **Revista Angelus Novus**, v. 12, n. 17, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ran/article/view/188458/178116>. Acesso em: 20 maio 2025.

MANKE, Lisiane Sias; SILVA, Fábio Alexandre da. O texto didático: da escrita à mediação da leitura. *In*: SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas; SANTOS, Magno Francisco de Jesus (org.). **Oficinas de história**: desafios do ensino em tempos de pandemia. Aracaju: Criação Editora, 2022. p. 91-105.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 223 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em História e Filosofia da Educação, São Paulo, 1997.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? *In*: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos (Unicamp): Campinas, 2002. p. 7-42.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, 2006.

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. *In*: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Tradução de Marcos Roberto Kusnick *et al.* Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 109-127.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cultura histórica e aprendizagem histórica. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 31-50, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5398/3426>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SILVA, Fábio Alexandre da. A concepção de “índio” nos livros didáticos de Sérgio Buarque de Holanda. **Saeculum**, v. 28, n. 48, p. 149-161, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/64346>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SILVA, Fábio Alexandre da. **Concepções de ditadura em livros didáticos de história**: uma análise pela ótica da historiografia didática (1970-2020). 2024. 223 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pelotas, Doutorado em História, Pelotas, 2024. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/15719>. Acesso em: 19 maio 2025.

Recebido em 07-01-2025

Aprovado para publicação em 22-05-2025

DEVEMOS ALGO A NIETZSCHE

História, vida e extemporaneidade

WE OWE SOMETHING TO NIETZSCHE

History, life and extemporaneity

FELIPE MONTEIRO PEREIRA DE ARAUJO¹

RESUMO

O presente artigo consiste em um ensaio reflexivo a respeito da fortuna crítica do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), enfocando, principalmente, a sua contribuição para o campo da reflexão histórica. Para realizar tal debate, buscamos compreender de que forma a fortuna crítica de Nietzsche foi recepcionada, apontando dois vieses centrais que foram arregimentados na interpretação de suas linhas, que correspondem: 1) a redução do pensamento de Nietzsche sobre a história aos seus postulados críticos à imaginação histórica do século XIX, e 2) o tratamento do filósofo como uma figura central no movimento de inflexão pós-moderna. Não obstante, com isto não pretendemos negar ou contrariar estes dois vieses apontados, posto que, em certa medida, eles estão corretos em suas análises; mas pretendemos argumentar que a amplitude do pensamento de Nietzsche com relação à História representa um escopo bem maior de investigação para os historiadores e que, neste sentido, é preciso se debruçar mais a fundo nas linhas do autor e em seus conceitos filosóficos para, enfim, compreender qual a sua utilidade para a História. É nesse sentido que, portanto, buscamos discutir quais os postulados nietzscheanos sobre a ciência histórica, bem como de que forma a sua perspectiva contribui para solucionar os problemas apontados pelo filósofo.

Palavras-chave: Nietzsche. História. Filosofia.

ABSTRACT

The present paper consists of a reflective essay about the critical fortune of the german philosopher Friedrich Nietzsche (1844-1900), focusing mainly on his contribution to the field of historical reflection. To carry out this debate, we seek to understand how Nietzsche's critical fortune was received, pointing out two central biases that were regimented in the interpretation of its lines, which correspond to: 1) the reduction of Nietzsche's thinking about history to its critical postulates to nineteenth-century historical imagination, and 2) the treatment of the philosopher as a central figure in the postmodern inflectional movement.

¹ Mestre em História pelo PPGHIS/UEG. E-mail do autor: felipe.9708@gmail.com

Nevertheless, with this we do not intend to deny or contradict these two pointed biases, since, to a certain extent, they are correct in their analysis; but we intend to argue that the breadth of Nietzsche's thought in relation to History represents a much larger scope of investigation for historians and that, in this sense, it is necessary to delve deeper into the author's lines and his philosophical concepts to, finally, understand its use for history. It is in this sense that, therefore, we seek to discuss Nietzsche's postulates about historical science, as well as how his perspective contributes to solving the problems pointed out by the philosopher.

Keywords: Nietzsche. History. Philosophy.

INTRODUÇÃO

A contribuição de Friedrich Nietzsche à História tem sido discutida por diversos pensadores ao redor do mundo, criando tradições interpretativas em torno de sua obra que se consolidaram com o passar do tempo, de tal modo que “sua obra é lida sempre pelo viés de ideias alheias. Nem mesmo a Universidade teria escapado disso” (LIMA, 2012, p. 177). Dentre estes vieses, destacaremos sobretudo dois deles que, por vezes, convergem entre si. São eles: 1) a crítica de Nietzsche à imaginação histórica do século XIX e 2) a contribuição de Nietzsche como um precursor da discussão envolvendo a teoria pós-moderna. O presente trabalho, apesar de discutir brevemente alguns elementos destes vieses, tem por intuito trazer a fortuna crítica do filósofo alemão para os debates contemporâneos, demonstrando a sua extemporaneidade. Neste sentido, propõe uma reflexão teórica que apresenta os problemas de tomar o arcabouço intelectual de Nietzsche relacionado à História de maneira reducionista, simplificando-o como mero produto destes dois vieses que indicamos.

Ante o exposto, portanto, alocamos nossa discussão em três momentos, sob os quais nossa argumentação estará soerguida. Em primeiro lugar, será apresentado um resumo dos pontos principais da crítica de Nietzsche ao historicismo do século XX. Em segundo lugar, será feito um breve recorte panorâmico da contribuição de Nietzsche para o desenvolvimento da teoria pós-moderna. Em terceiro lugar, nos debruçaremos sob o objeto argumentativo do presente estudo, ou seja, a possibilidade de entender a contribuição de Nietzsche para a história nos debates contemporâneos, entendendo-a como o desenvolvimento de um *ethos* particular do historiador, entendendo que “sua tarefa acaba por fazer com que o interesse crítico imediato dê lugar a uma

descrição da postura fundamental que se precisa assumir diante do passado, para que a vida não se enfraqueça e degenera” (CASANOVA, 2003, p. 4).

1. NIETZSCHE E A CRÍTICA À IMAGINAÇÃO HISTÓRICA DO SÉCULO XIX

O século XIX possui uma peculiaridade particular no que diz respeito à História: é neste período em que diversos autores começam a argumentar pela afirmação do status científico da História, de modo a alocá-la no rol das diversas ciências já consolidadas até então. Esta postura defensiva em nome da disciplina histórica legou uma série de elaborações teóricas que projetaram, segundo Nietzsche, uma consciência histórica particular no decorrer do século. Neste sentido, o filósofo alemão aponta, em seu ensaio *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida: segunda consideração extemporânea* (2017), para o caráter aviltante da História em relação à vida, de modo a entender que há um excesso de história no devir, o que causaria uma atmosfera de desagregação inerente ao espírito da época. Em suas palavras

É apenas na medida em que a história serve à vida que queremos a ela servir; mas existe um grau, no exercício e na valorização da história, em que a vida fenece e se degenera: um fenômeno que experimentamos agora, tão necessário quanto doloroso possa ser, como um estranho sintoma de nossa época. (NIETZSCHE, 2017, p. 30)

Ao se aperceber desta tensão, Nietzsche se debruça sob os problemas e as possíveis utilidades destas perspectivas, apontando os respectivos responsáveis pela construção desta consciência histórica que havia se instaurado em sua época. Na principal obra dedicada pelo autor a este problema, temos a elaboração de uma crítica frontal ao elemento idealista destas concepções históricas, que, segundo o autor, produziam, cada uma à sua maneira, um vilipêndio à vida por desagregar o sujeito do devir. Em resumo

Uma crítica central neste ensaio de Nietzsche é desfechada contra a “filosofia da história” concretizada pelo idealismo hegeliano, particularmente contra sua teleologia conformista em relação ao presente (esta teleologia cuja finalidade é a constituição do Estado, e que daria a forte impressão, a muitos autores posteriores, de que Hegel pensou a monarquia

prussiana de seus últimos anos de vida sob a perspectiva de um “fim da história”). De outra parte, Nietzsche também estará submetendo à sua crítica a Historiografia Científica de sua época, seja em sua versão positivista ou historicista – além de inúmeros outros gêneros e modalidades historiográficas que não se desenvolviam propriamente sob a órbita da historiografia profissional, como era o caso, por exemplo, da “história dos antiquários”. (BARROS, 2011, p. 162)

O demérito destas propostas, portanto, residiam no fato destas, cada uma à sua maneira, retirarem do devir histórico o seu caráter descontínuo, entendendo o devir como uma linha contínua preconizada a partir de uma elaboração *a priori*. Ao apontar para o problema teleológico e/ou idealista destas concepções, Nietzsche está argumentando que, ao conceber a história desta forma, tais historiadores estariam vilipendiando a vida, posto que estariam desconsiderando as obras do acaso que são impulsionadas pelas ações dos sujeitos históricos, que impingem ao devir uma volatilidade que é impossível de ser alcançada *a priori*. É neste sentido que ele diz que “o excesso de história destrói e degenera a vida, degenerando, por fim, a própria história” (NIETZSCHE, 2017, p. 45). Neste sentido, este sujeito histórico

[...] que se quer enxergar como o centro e o fim da história, seria aquele mesmo homem que, comodamente assentado entre a ingenuidade e a arrogância, pretende acreditar cegamente na ideia de que ele mesmo seria o centro da Criação. É nesse sentido que, de acordo com a crítica nietzscheniana, parece se desnudar o fato de que a teleologia eurocêntrica das filosofias idealistas dá-se às mãos com a visão cristã do mundo. Teleologia e Teologia aqui interagem, uma tornando-se a substância da outra. (BARROS, 2011, p. 176)

Segundo tal crítica, o próprio historiador, no âmbito de sua produção, não pode imputar ao devir histórico um sentido diretivo pré-estabelecido, posto que este devir é constituído por uma imensidão de injunções e vontades de potência que desanuviam qualquer tentativa de perpetrar uma visão de progresso. A própria figura do historiador, inclusive, é trazida à baila na crítica nietzscheana, posto que, sendo o historiador irremediavelmente atrelado à atmosfera da vida a qual se debruça, a projeção de uma objetividade histórica absoluta, tal como propalada por uma parte da historiografia deste século, é impossível.

No entanto, no fito de compreender e localizar de maneira mais precisa a especificidade da crítica nietzscheana à esta consciência histórica, é necessário

traçar um panorama mais abrangente dos postulados nietzscheanos, para assim determinar de que maneira a sua visão da ciência histórica se insere em um corpo mais amplo de sua reflexão filosófica. Os exemplos mais significantes da obra do filósofo alemão, neste sentido, dizem respeito, respectivamente, aos livros *O nascimento da tragédia* e *A genealogia da moral*, pois ambos, cada um à sua maneira e com um objeto de reflexão particular, constituem-se, também, em obras de investigação histórica. Desta feita, neste primeiro observa-se que

Para Nietzsche, os gregos tinham sido os primeiros a reconhecer quanto a vida humana dependia das faculdades mitopoéticas do homem, de sua capacidade de se dedicar a um sonho de saúde e beleza em face de sua própria aniquilação iminente. A cultura grega, em sua idade de ouro, acreditava ele, desenvolveu-se com plena consciência dos fundamentos fictícios em que repousava. Ele comparava essa cultura a um templo erguido sobre estacas enterradas na lama viscosa da laguna veneziana; isso gerava uma ilusão de permanência e auto-suficiência, e portanto permitia que a vida continuasse, mas colocaria cada ato realizado dentro do edifício de um contido sentimento da tenuidade essencial da vida, de sua impiedosa finitude. (WHITE, 1992, p. 345-346)

Ante o exposto, a argumentação de Nietzsche é de que o nascimento do espírito trágico grego se deu a partir do equilíbrio no confronto das forças idealistas/apolíneas e caóticas/dionisíacas do mundo. A partir da não adesão a nenhum destes polos, os gregos estariam, segundo a perspectiva nietzscheana, preservando a vida, consciente da confluência e divergência da forma objetiva e do elemento ilusório que reveste a representação dos sujeitos acerca da sua realidade. Com isto, a realidade dada é representada de maneira poética, por meio da arte. Arte esta que, em substância, se configura como “uma ação reflexa ante a descoberta da verdade do mundo – isto é, que ele não tinha verdade alguma” (WHITE, 1992, p. 347). Nas palavras do próprio Nietzsche

As aparências apolíneas, nas quais Dionísio se objetiva, não são mais “um mar perene, um tecer-se cambiante, um viver ardente”, como é a música do coro, não são mais aquelas forças apenas sentidas, incondensáveis em imagem, em que o entusiástico servidor de Dionísio pressente a proximidade do deus: agora lhe falam, a partir da cena, a clareza e a firmeza da configuração épica, agora Dionísio não fala mais através de forças, mas como herói épico, quase com a linguagem de Homero. (NIETZSCHE, 1992, p. 62-63)

Ou seja, a partir deste equilíbrio, a vida não se encontra nem mais em um

estado de pura vontade de potência, nem mesmo no paroxismo idealista que perverte a vida. É este equilíbrio no modelo de experiência do espírito trágico grego que configuraria uma ode à vida que, segundo o filósofo alemão, foi pervertido pelo triunfo do polo apolíneo (a ilusão de uma compreensão essencialmente objetiva e lógico/racional) em detrimento do dionisíaco (a precedência do impulso poético/artístico). Sobremodo, “essas traições ao espírito trágico foram promovidas por Sócrates e Eurípedes. Em Sócrates, “a tendência apolínea se enrijece em esquematismo lógico”; em Eurípedes houve “uma correspondente tradução da emoção dionisíaca em emoção naturalista” (WHITE, 1992, p. 350). Neste sentido, Nietzsche afirma que

[...] o princípio assassino está no socratismo estético: na medida, porém, em que a luta era dirigida contra o dionisíaco na arte mais antiga, reconhecemos em Sócrates o adversário de Dionísio, o novo Orfeu, que, embora já destinado a ser dilacerado pelas Mênades do tribunal ateniense, obriga, contudo, o deus prepotente a pôr-se em fuga; e este, como no tempo em que fugia de Licurgo, rei dos edônidas, refugiou-se nas profundezas do mar, quer dizer, na maré mística de um culto secreto que deveria recobrir pouco a pouco o mundo inteiro. (NIETZSCHE, 1992, p. 83)

Tal tradição teria, segundo Nietzsche, se perpetuado na consciência histórica do Ocidente², ganhando ainda mais corpo com o idealismo platônico, que concebia a busca por uma verdade e beleza externa à vida, e com a ascensão do cristianismo, que intensificou o vilipêndio à vida ao congregar seus dogmas em direção à uma salvação final. Desta forma, “a história da consciência ocidental parece não ser senão uma oscilação oportuna, um eterno retorno sisífico de duas concepções igualmente destrutivas das aptidões do homem para viver e pensar, um ciclo de possibilidades negadoras da vida, sem esperança alguma de fuga num futuro distante” (WHITE, 1992, p. 351).

No que tange as considerações de Nietzsche sobre a moral, o teor de sua

² Sobre isto, afirma Nietzsche (1992, p. 94): “Quem se der conta com clareza de como depois de Sócrates, o mistagogo da ciência, uma escola de filósofos sucede a outra, qual onda após onda, de como uma universalidade jamais pressentida da avidez de saber, no mais remoto âmbito do mundo civilizado, e enquanto efetivo dever para com todo homem altamente capacitado, conduziu a ciência ao alto-mar, de onde nunca mais, desde então, ela pôde ser inteiramente afugentada, de como através dessa universalidade uma rede conjunta de pensamentos é estendida pela primeira vez sobre o conjunto do globo terráqueo, com vistas mesmo ao estabelecimento de leis para todo um sistema solar; quem tiver tudo isso presente, junto com a assombrosamente alta pirâmide do saber hodierno, não poderá deixar de enxergar em Sócrates um ponto de inflexão e um vértice da assim chamada história universal.”

argumentação não foge muito do que foi aqui apresentado em relação à cultura trágica grega. Em primeiro lugar, o filósofo alemão enfoca o aspecto da tradicional dicotomia entre “bom” e mau”, a partir de um tratamento filológico, a fim de demonstrar a transitoriedade de tais noções e, conseqüentemente, das intencionalidades subjacentes que estariam inerentes à sua origem. Diz ele

[...] foram os próprios “bons”, ou seja, os nobres, os poderosos, aqueles que ocupam uma posição de destaque e têm a alma enlevada que julgam e fixaram a si e a seu agir como “bom”, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo o que é baixo, de alma mesquinha, comum e plebeu. Foi esse pathos da distância que os levou a arrogar-se por primeiro o direito de criar valores, de forjar o nome dos valores: que lhes importava a utilidade! [...] O pathos da nobreza e da distância, como já foi dito, o sentimento geral, o sentimento fundamental, duradouro e soberano, de uma espécie superior e dominadora em relação a uma espécie inferior e “baixa” – aí está a origem da oposição entre “bom” e “mau”. (NIETZSCHE, 2013, p. 36-37)

A partir desta oposição, Nietzsche configura uma distinção na história moral em que se estabelecem dois tipos de moral: uma moral dos nobres/senhores e uma moral dos escravos. Esta primeira, alicerçada no vigor das forças ativas da vontade de potência, representariam uma postura ativa com relação à vida. A segunda, a moral dos escravos, representa, dentro do empreendimento genealógico nietzscheano, o resultado da ação de forças reativas, que visariam a obliteração do impulso vitalista da vida. Com isto, Nietzsche afirma que, no decorrer do desenvolvimento da civilização ocidental, em especial após a influência do pensamento grego clássico e do cristianismo, a moral dos escravos teria tomado controle do campo moral, subjugando a vida ao bastião de noções que a vilipendiam. Ao fazer isso, a moral domou o homem e o transformou em um sujeito calculável e previsível, submisso ao ressentimento dos despojados de vontade de potência. Nas palavras do autor

Essa é uma espécie de loucura delirante da vontade em matéria de crueldade mental que é absolutamente sem igual: a vontade humana de se achar culpado e condenado a um ponto inexprimível, sua vontade de ver-se castigado sem que o castigo jamais possa tornar-se equivalente à falta, sua vontade de infectar e envenenar o fundamento último das coisas graças ao problema do castigo e da falta, a fim de fechar de uma vez por todas a saída que conduz para fora desse labirinto de “ideias fixas”, sua vontade de erigir um ideal – aquele de “Deus santo” – e, diante dele, ter a certeza palpável de sua absoluta

indignidade. (NIETZSCHE, 2013, p. 145)

É à ação deste senso de má consciência, que posteriormente viria a se transformar no ideal ascético, que Nietzsche atribui a falência da moral. Ao fazer isto, Nietzsche aponta para a própria transitoriedade da moral, imputando-a um caráter histórico. Neste sentido, a fim de se dissociar desta alma degenerada da moral pautada no ideal ascético, apresentada na história da moral alocada no empreendimento genealógico do filósofo alemão, seria preciso que se perceba, em primeiro lugar, este fundamento histórico da origem e do desenvolvimento das noções de “bom” e “mau” e, em segundo lugar, da supressão das forças reativas e da resistência de toda estrutura normativa-prescritiva no vilipêndio à vida, posto que a experiência é, antes de mais nada, *humana, demasiada humana* e, por assim sê-la, está alicerçada em valores *para além do bem e do mal*.

Dito isto, fica claro que esta crítica à tentativa de racionalizar a História seguindo moldes silogísticos é alocada em um panorama mais amplo de toda a filosofia nietzscheana que, sobretudo, perpassa também por trabalhos que possuem um forte teor histórico. Esta crítica, apesar de ter alcançado pouco eco quando da publicação de suas letras, ressoou significativamente no transcorrer do século XX, a partir da elaboração de diversos autores que investiram na contrariedade à esta consciência histórica da modernidade, combatida de maneira pioneira pelo filósofo alemão. O reflexo de tais discussões é comumente visto por historiadores como uma afronta, como se tanto Nietzsche quanto seus “discípulos” estivessem argumentando pela não aderência da História no rol das ciências. A relação destas discussões com o debate acerca do status científico da História, contudo, necessita ser tratado com maior cuidado, de modo a melhor entender como Nietzsche representa uma figura de inflexão na passagem da modernidade para a pós-modernidade e de como, tanto o filósofo alemão como seus posteriores, se posicionam nesse interim.

2. NIETZSCHE E A INFLEXÃO PÓS-MODERNA

O tema pós-modernidade representa um marco espinhoso na história das ideias, de modo que muitos autores se abstêm de aderir à tal terminologia em

seus estudos, apelando para malabarismos semânticos que, no fim, significam a mesma coisa que a noção supracitada. Contudo, o nosso intuito não é entrar neste debate, tampouco afirmar se estamos ou não, de fato, em uma era pós-moderna. No que tange este estudo, portanto, o levantamento aqui proposto tem por intuito mapear apenas como a fortuna crítica de Nietzsche contribuiu para o desenvolvimento desta noção, de modo a compreender o modo como Nietzsche se solidificou como o epicentro desta inflexão conceitual.

Como vimos anteriormente, a configuração do pensamento moderno se deu, em linhas gerais, a partir da determinação prescritiva de uma habilidade gnoseológica, ou seja, em razão de uma consciência histórica que conferia um tom normativo ao devir, afirmando que este poderia ser cognitivamente apreendido de maneira objetiva. Frente a isto, percebe-se que a consciência científica da modernidade estaria engessada, segundo Nietzsche, no paradigma da verdade como evidência, que haveria, no transcorrer da história, substituído a noção divina do Deus onisciente cristão. Em suas palavras, “[...] é sempre ainda sobre uma crença metafísica que repousa nossa crença na ciência – que também nós, conhecedores de hoje, nós os sem-Deus e os antimetafísicos, também nosso fogo, nós o tiramos ainda da fogueira que uma crença milenar acendeu, aquela crença cristã, que era também a crença de Platão, de que Deus é a verdade, de que a verdade é divina...” (NIETZSCHE, 1999, p. 197).

Tendo em vista esta alteração no status da noção de verdade como evidência, o status científico da história é, dentro da fortuna crítica de Nietzsche, colocado em xeque. A verdade histórica, neste sentido, é suspensa, posto que, não mais assumida a racionalidade suprema, a epistemologia histórica aloca, na investida filológica de Nietzsche, um questionamento a respeito da própria possibilidade do modelo da nossa relação com o passado. Ao focar no paradigma desta relação com o passado estabelecido, de caráter epigônico e (segundo Nietzsche) decadente, tem-se uma emergência por uma nova maneira de se pensar a verdade do conhecimento histórico. Com isto, portanto, percebe-se que

[...] questionar a maneira correta de se relacionar com o passado significa questionar o significado da noção de verdade nas ciências históricas. Essa é a origem nietzschiana, autônoma, independente de Schopenhauer e ligada antes à experiência de seus estudos filológicos originários, da reflexão sobre a verdade

e da crítica à noção tradicional da verdade como “objetividade”, como conformidade verificável da proposição ao “dado”. (VATTIMO, 2010, p. 82-83)

Dito isto, a lição que Nietzsche nos lega, no que tange suas considerações a respeito da ciência histórica, compreende o elemento interpretativo como ponto fulcral da operação investigativa realizada pelo historiador, posto que, ademais, não lhe restaria uma noção prescritiva do devir na qual ele poderia se ancorar. Com isto, “a única adequação possível na compreensão histórica é a força instituinte de uma interpretação que, vivendo, dá vida ao passado, compreendendo-o” (VATTIMO, 2010, p. 92). É, sobretudo, a assunção de uma postura que, genericamente, se pode tomar como irracional, à que Nietzsche alude quando da sua formulação, posto que, em suas linhas, apenas “o reconhecimento da irracionalidade [...] da história é a condição para assumirmos diante dela uma posição viva, que implica uma escolha e uma decisão. É só em decorrência do caráter vivo dessa tomada de posição que o passado se deixa apreender como fato de vida, como imperfeito jamais perfectível” (VATTIMO, 2010, p. 99).

Não obstante, esta desagregação epistemológica produz injunções que estão para além do seu próprio *métier*, de modo que a elaboração nietzscheana que lhe dá sustentação lança luz até mesmo ao agente existencial que a elabora, diluindo a concepção de um sujeito dividido e composto pela separação entre espírito/razão e corpo, elevando esta primeira à superioridade em relação ao ser, tal como no *res cogitans* cartesiano. Este sujeito, segundo Nietzsche, não pode ser compreendido como coisa em si mesma, posto que nele coabitam forças de potência que se conflitam constantemente, imputando ao existir um agir, ao invés de ser controlado pela consciência de sua existência. Neste sentido, o sujeito, na perspectiva nietzscheana, precede a substância/essência, não o seu inverso.

Com a realização de tal operação argumentativa, Nietzsche inverte o *cogito* cartesiano e denuncia todas as filosofias, até então, que haviam erigido seus postulados de maneira sistemática, embasando-se em uma extensa e dominante vontade de verdade, posto que “a vontade de verdade é a semente da qual brotaram, cresceram e se firmaram todas as árvores metafísicas” (ONATE, 2000, p. 49). Tal fundamento primeiro é, então, rechaçado pelo filósofo alemão, que vai perceber nas impressões caóticas que condicionam o conflito

das vontades de potência o aspecto central da experiência humana. Isto posto, é importante levar-se em consideração, também, que “problematizar a vontade de verdade não significa apenas substituí-la por uma vontade de inverdade, de engano, de aparência; trata-se, isto sim, de mostrar que o importante não é a falsidade ou veracidade de um conceito, juízo ou ato, mas sua contribuição para o desenvolvimento da potência” (ONATE, 2000, p. 51-52).

Ao postular tais ideias, Nietzsche finca de maneira precisa uma nova possibilidade de pensar, ultrapassando a rigidez dos pressupostos metafísicos. Este novo paradigma do pensar se sustentaria na fluidez das vontades que, intermitentemente, variariam a sua intensidade de potência. É a partir daquilo que Nietzsche chama de relação, ou seja, o imbricar destas forças que se opõem, que seria, enfim, possível instaurar uma maneira de pensar que sirva à vida e confira feições delineadas aos agentes atuantes destas forças; uma maneira de pensar dissociada do fundamento e galgada na experimentação. Em linhas gerais, portanto, percebe-se que nesta superação à metafísica, nesta *transvaloração de todos os valores*

As potências não preexistem à relação e ao instante em que se efetivam, ou melhor, elas só podem ser vislumbradas no relacionar-se acréscimo, da reunião estabilizadora desses lusco-fuscos potenciais. Com isso, o instante perde o traço fixador, plasmador que o caracterizava na tradição metafísica, para converter-se em índice fugidio das relações potenciais. Os eventos de constituição e dissolvência ocorrem simultaneamente e emergem da própria relação, impedindo aplicar-se a tal acontecer recortes temporais sucessivos, justificáveis apenas enquanto auxiliam as configurações humanas em seu exercício de potência. (ONATE, 2000, p. 102)

Toda esta elucubração, da parte de Nietzsche, foi responsável por inspirar diversos autores que, posteriormente, aprofundaram as suas teses iniciais, de maneira a conduzir a hermenêutica histórica à um patamar distinto daquele da modernidade; condução esta que, em muitas situações, é vista com maus olhos por alguns historiadores. Para se entender esta passagem para noção de pós-moderno, portanto, é preciso compreender que há aqui uma passagem desta postura gnoseológica para uma postura que, em linhas gerais, se além ao aspecto ontológico do conhecimento, levando em consideração, também, os elementos descontínuos da própria formação deste conhecimento, desenraizando-o da sua concepção moderna totalizante, posto que

[...] pensar com o prefixo ‘pós’ é, precisamente, a atitude que, em termos diversos, [...] Nietzsche e Heidegger procuraram construir em relação à herança do pensamento europeu, que puseram radicalmente em discussão, recusando-se, porém, a propor sua ‘superação’ crítica, pela boa razão de que isso teria significado continuar prisioneiros da lógica de desenvolvimento própria desse mesmo pensamento. (VATTIMO, 1996, p. vi)

É neste sentido, portanto, que se pode afirmar que “o grande relato perdeu sua credibilidade” (LYOTARD, 2009, p. 69). A condição pós-moderna, neste interim, diz respeito não mais a possibilidade de se apreender o conhecimento na sua inteireza objetiva como outrora, mas a contestação persecutória dos próprios procedimentos deste processo de apreensão do conhecimento. Percebe-se a inclusão, neste cenário, de um elemento de dúvida com relação à própria possibilidade de compreender a realidade em sua inteireza, causando, assim, um processo de fragmentação epistemológica; “isso significa que não existem verdades por si sós evidentes, ou seja, capazes de se manifestar como tais antes de cada enquadramento em categorias convencionais ou históricas” (VATTIMO, 2010, p. 58). Com isto, percebe-se que

A “crise” do saber científico, cujos sinais se multiplicam desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber. Esta erosão opera no jogo especulativo, e é ela que, ao afrouxar a trama enciclopédica na qual cada ciência devia encontrar seu lugar, deixa-as se emanciparem. (LYOTARD, 2009, p. 71)

Por este ângulo, segundo as linhas circunstanciais do pensador francês Jean-François Lyotard, o status dos metarrelatos perde sua credibilidade a partir da ascensão interna da constituição de instituições operacionais que agem no fito de deslegitimar o saber científico, conduzindo “a substituição da normatividade das leis pela eficiência mensurável de procedimentos” (LYOTARD, 2009, p. 82). Tal ilegitimidade, no entanto, não se refere a perda inequívoca da objetividade do saber enquanto uma unidade articulada, mas justamente o seu oposto, ou seja, a intensificação de uma pluralidade de relatos que competem entre si, em uma espécie de “mercado do saber”. Em linhas gerais, portanto, pode-se dizer que o pós-moderno está intimamente atrelado à uma condição de dúvida, em que se postula uma postura crítica em relação às

interpretações totalizantes. A partir disto, a contribuição de Nietzsche para o desenvolvimento desta noção se faz clara, posto que

Com Nietzsche, a crítica da modernidade renuncia, pela primeira vez, a reter seu conteúdo emancipador. A razão centrada no sujeito é confrontada com o absolutamente outro da razão. E, enquanto instância contrária à razão, Nietzsche invoca as experiências de autodesvelamento, transferidas ao arcaico, de uma subjetividade descentrada e liberta de todas as limitações da cognição e da atividade com respeito a fins, de todos os imperativos da utilidade e da moral. A “ruptura com o princípio da individuação” torna-se a via para escapar da modernidade. (HABERMAS, 2000, p. 137)

Ao traçar tal postulado, Nietzsche está propondo um novo paradigma ao saber, sob o qual as certezas teóricas daquele mundo em que o filósofo alemão viveu não se sustentam *per si*. A realidade, tal como a concebiam os cientistas da época, não poderia ser apreendida de maneira puramente silogística e gnoseológica, posto que dentre os meandros da constituição deste saber prescritivo estariam subjacentes diversos atos de vontade que provocariam uma série de descontinuidades. É neste sentido que, em linhas gerais, pode-se dizer que “esse é o contexto em que a compreensão histórica pós-moderna se situa: fora das associações de progresso ou desenvolvimento iluministas, do processo idealista/hegeliano da história do mundo, ou de noções marxistas essencialistas a respeito da história” (HUTCHEON, 1991, p. 126). Não obstante, nem a noção de pós-moderno, quanto menos sua herança nietzscheana, estão destituídos de um elemento propositivo. É esta característica afirmativa que, por fim, atribuímos ao legado de Nietzsche à História, configurando-se, assim, como um *ethos* particular para o historiador, como veremos a seguir.

3. DA UTILIDADE DE NIETZSCHE PARA A HISTÓRIA

Vimos até aqui que a contribuição de Nietzsche à História, em dois de seus vieses interpretativos, tem alocado as letras do filósofo alemão à um corpo argumentativo que se apresenta, em substância, de maneira negativa e em tom de crítica. Em razão das convergências existentes entre tais vieses que, vez ou outra, imbuem à Nietzsche o papel central no processo de dissolução do saber histórico, criou-se um costume recorrente em tomar os pressupostos

nietzscheanos apenas sob esta ótica, relegando o componente propositivo de suas letras à segundo plano ou, em casos mais radicais, até mesmo a negação da existência deste componente. Como observamos nas palavras do historiador Hayden White

[...] Nietzsche limitou-se a dizer o que não seria uma historiografia criativa, a serviço da vida; não disse como seria ela. Seria estrutural ou narrativa, sincrônica ou diacrônica, quanto à concepção? Seria uma “estória” de homens individuais em disputa com o destino, ou uma avaliação de uma sequência concluída de eventos, ou por outro lado, uma evocação metafórica de possibilidades heroicas? Nietzsche disse que poderia ser todas essas coisas simultaneamente, ou qualquer delas isoladamente ou em combinação, dependendo das necessidades dos homens como o historiador as concebe. Em suma, Nietzsche conferiu a autoridade de determinar tanto o escopo de uma dada obra histórica quanto a forma que ela assumirá à própria sensibilidade do historiador para as necessidades vitais do seu tempo. Ao historiador é vedado apenas deificar o passado à custa do presente e o presente à custa do futuro – isto é, escrever história monumental acrítica ou história antiquária acrítica, ou, inversamente, histórica crítica não-heróica e irreverente. (WHITE, 1992, p. 364)

As palavras de Hayden White induzem ao pensamento de que Nietzsche, sobremaneira, só teria legado à história uma crítica de caráter negativo, apontando os seus erros. De certa forma, o autor está certo, pois Nietzsche, de fato, não postula um modelo de história propriamente dito. O ponto central, contudo, reside justamente neste argumento, posto que seria um contrassenso da parte do filósofo alemão propor um modelo teórico todo intrincado, quando da sua formulação denunciatória para com a consciência histórica moderna. Como argumenta Jensen (2020, p. 64), “o objetivo da historicização de Nietzsche não é nem explicar nem provar que as coisas “realmente eram assim” – não é ser preciso, exaustivo ou completo. Em vez disso, o objetivo está em iluminar um tipo que intuitivamente se possa, como ele afirma, ‘amar e respeitar’”. Em outras palavras, o filosofar histórico de Nietzsche que marca esse ethos

[...] exige, neste sentido, o advento de uma nova filosofia que ele designa, precisamente, como “filosofia histórica”, além de um novo “método” susceptível de se opor ao pensamento “metafísico” que se limita a procurar, por toda a parte, essências imutáveis e origens absolutas: pensar de maneira histórica – *in historicis* – é tentar encarar os termos, supostamente opostos ou exclusivos, como se eles se gerassem uns aos outros (o egoísmo que gera o altruísmo, a “verdade” como certa espécie

de erro), além de pensar a continuidade do vir-a-ser, em vez da ruptura e da distinção radical dos “seres” e das “coisas”. (DENAT, 2008, p. 8)

Neste sentido, a fim de compreender o legado de Nietzsche à História, é preciso entendê-lo não como um modelo teórico solidamente determinado, mas como postulados ditirâmicos que caracterizam uma maneira de “enfrentar” a história por parte do historiador. Em outras palavras, “não se trata de refletir enquanto filósofo sobre a história, ordenando-a conforme um sentido, mas de filosofar historicamente, isto é, de mostrar a realidade histórica do que parecia eterno. O filosofar história é um fazer, e não uma reflexão” (BINOCHE, 2014, p. 46).

Caracteriza-se, portanto, um *ethos* de como tanto o sujeito da vida quanto o historiador se relacionam com a história; história esta que, sobretudo, está intimamente ligada à vida. Para compreender como tais postulados se concatenam em um *ethos*, contudo, faz-se necessário articular os sentidos que Nietzsche atribui às noções de *fatum*, aos conceitos de *aistórico* e *supra-histórico* e às categorias de história monumental, antiquária e crítica, com suas utilidades e desvantagens e, principalmente, o elemento genealógico em todo este interim.

Ao se referir à noção de *aistórico*, Nietzsche a define, em uma comparação com a condição dos animais, como a capacidade de esquecer. Neste sentido, o que se infere é que o ser humano, em razão de sua condição existencial, é incapaz de se desvencilhar das memórias que regem o seu passado. Por conta desta incapacidade, os sujeitos estariam muito presos ao *devir* histórico, não conseguindo produzir um sentido vital para a vida no presente. Para atingir tal estágio, portanto, seria preciso, segundo o autor, que os indivíduos retraíssem este impulso histórico, para que, embora não conseguissem viver plenamente de maneira *aistórica* (posto que esta categoria também possui suas desvantagens, como a desintegração de qualquer sentido de identidade do sujeito que ficou desmemoriado), assim consigam provocar um maior equilíbrio entre estas duas forças e as injunções que proporcionem a fuga do presídio da história. Em outras palavras, “o *aistórico* é como uma atmosfera envolvente em que a vida se reproduz, para de novo desaparecer com o aniquilamento dessa atmosfera” (NIETZSCHE, 2017, p. 38-39).

Com relação à noção de *supra-histórico*, o filósofo alemão afirma que os

sujeitos que empregam este tipo de noção interpretam que “o passado e o presente são uma e mesma coisa, ou seja, em toda multiplicidade, são tipicamente iguais e, como uma onipresença de tipos perpétuos, são uma imagem paralisada de valor invariável e de significado eternamente idêntico” (NIETZSCHE, 2017, p. 43). Ou seja, ao apresentar tal noção, o que se argumenta é que esta incorre no erro de tomar o devir histórico como um todo homogeneizante, desconsiderando totalmente quaisquer lições que o passado pode legar à vida. Neste sentido, trata-se de obscurecer a chama da essência do acontecimento, engessando o devir sob a ótica do vazio do acaso e, assim, destituindo a vida do seu poder de interferir neste processo. Por outro lado, tal noção também traz em seu bojo a utilidade de entender as particularidades caóticas e atreladas ao acaso que cada acontecimento possui, fazendo com que, assim, os sujeitos se desliguem de uma consciência histórica teleológica ou idealista que vilipendie a vida e possam ir “em direção daquilo que dá à existência o caráter da eternidade e identidade” (NIETZSCHE, 2017, p. 142).

Quanto às categorias de história elaboradas pelo filósofo alemão, são realizados apontamentos que introduzem uma vantagem e uma desvantagem para cada uma destas. A pertinência de tais apontamentos para o desenvolvimento do *ethos* implícito na obra de Nietzsche, jaz justamente no fato destes servirem de exemplos para aclarar os pontos obscuros da consciência histórica de sua época. Tais pontos obscuros (desvantagens da história para a vida) podem ser solucionados a partir da inserção deste *ethos* que, sobretudo, está centrado na pedra-angular do empreendimento genealógico. Antes de adentrar nesta discussão, contudo, é preciso apresentar o que se entende por tais categorias. Sobre isto, sintetiza

Cada uma das três espécies de história existentes tem seu lugar em um determinado solo e sob um determinado clima: em outros casos alastram-se como ervas daninhas. Se um homem quiser criar algo grandioso, e precisar do passado, então se apoderará do passado por meio da história monumental; aquele que, ao contrário, quiser preservar o costume e a reverência pelo que é antigo, cultivará o passado como historiador antiquário; e apenas aquele em que a carência do presente aperta o peito, querendo livrar-se a qualquer preço do seu fardo, tem necessidade da história crítica, isto é, da história que julga e condena. A transposição descuidada de vegetais produz danos: o crítico sem necessidade, o antiquário sem piedade, o conhecedor do grandioso sem a capacidade do grandioso são

tais plantas degeneradas, que se alastram como ervas daninhas quando afastadas de seus solos naturais. (NIETZSCHE, 2017, p. 55)

Com isto, são apontadas diretrizes que coordenam os prós e os contras destes tipos de história e, para aquilo que nos interessa neste estudo, as lacunas a serem resolvidas, ou seja, o monumental que provoca disjunções na vida por não possuir a virtude para agir; o antiquário que venera em demasia o passado e se nega às aberturas do presente e, por fim, o crítico que nega o passado, esquecendo que também é fruto dele. Estas lacunas só podem ser preenchidas, segundo Nietzsche, “quando a história suportar transformar-se em obra de arte, ou seja, em pura forma artística, ela poderá conservar ou mesmo despertar os instintos” (NIETZSCHE, 2017, p. 98). Ao se referir à História como obra de arte, contudo, o filósofo alemão não está negando em sua integralidade o caráter científico desta, mas está, como argumentamos, compreendendo que a História é, antes de tudo, um processo de desenvolvimento interpretativo. Esta interpretação, que se configura como arte por produzir no sujeito, a partir da sua expressividade, as forças vitais para a vida, configuram um *ethos* para o historiador que se dá, como queremos argumentar, a partir do empreendimento genealógico.

Frente às noções e categorias mobilizadas até aqui, fica claro que a ideia de presumir um modelo articulado de maneira sólida para que se coloque em prática a ciência histórica, na visão de Nietzsche, não é possível. Para tanto, é preciso retornar ao princípio das considerações de Nietzsche sobre a história, em sua relação com a noção de *fatum*, para promover uma reflexão mais adequada sobre o *ethos* do historiador segundo o filósofo alemão.

Ao se referir a *fatum*, Nietzsche designa um conceito que expressa a necessidade absoluta de tudo o que acontece, ou seja, de que o *fatum* simboliza o agente do destino no devir histórico. Em suas próprias palavras,

[...] por mais que o *fatum* apareça para nós, na sua condição de limitador último, como mais poderoso do que a vontade livre, isto não deve nos levar a esquecer de duas coisas. Em primeiro lugar, que o *fatum* é somente um conceito abstrato, uma força sem matéria, que para o indivíduo só há um *fatum* individual, que o *fatum* não é outra coisa senão uma concatenação de acontecimentos, que o homem determina o seu próprio *fatum* tão logo ele venha a agir e a criar, com isso, os seus próprios acontecimentos, e que a sua atividade não começa com o

nascimento, mas antes nos pais e nos antepassados. (NIETZSCHE, 2005, p. 64)

Segundo sua interpretação, portanto, no devir histórico não haveria acaso puro nem mesmo um determinismo metafísico e/ou teleológico, pois o *fatum* é a expressão do conjunto de forças e condições que totalizam a vida. Nesse sentido, o *fatum* se expressa inequivocamente como uma expressão imanente da vontade de potência, permeando todas as coisas.

A relação fundamental do *fatum* com a história, considerando estes termos, sinaliza para uma interpretação na qual os indivíduos são arrastados para os círculos da história universal, emergindo dessa relação a luta entre a vontade individual e a vontade geral, da qual “se insinua a presença desse problema infinitamente importante que é o da justificação do indivíduo em relação ao povo, o do povo em relação à humanidade e da humanidade em relação ao mundo” (NIETZSCHE, 2005, p. 62).

É para concretizar a interpretação dessa relação, portanto, que se faz necessário mobilizar a fortuna crítica do filósofo alemão, a fim de identificar quais as bases conceituais por ele levantadas que criam as condições para se estipular esse *ethos* que estamos discutindo aqui. Neste sentido, os procedimentos que Nietzsche lega ao aparato processual da pesquisa histórica se apresentam de maneira fluída, em um desenvolvimento interpretativo que é corporificado a partir da própria articulação genealógica que o filósofo alemão constrói. Com isto, diz-se que

[...] se interpretar é se apoderar por violência ou sup-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos. (FOULCAULT, 1998, p. 26)

Este interpretar, como vimos anteriormente, é o que constitui o elemento principal do objeto relacional que opõe as vontades de potência, compreendendo assim as possibilidades experimentais do saber. Contudo, no que tange o empreendimento genealógico e a centralidade do componente interpretativo

nele, é preciso compreender que esta genealogia, em Nietzsche, não compreende o traçar de um panorama normativo pautado em um início, meio e fim. O apego aproximativo com o aspecto temporal, inclusive, aparece de forma quase irrelevante, posto que neste tipo de história “as forças que se encontram em jogo [...] não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOULCAULT, 1998, p. 28). Com isto, o procedimento genealógico focaliza justamente as tensões coexistentes que provocam as rachaduras daquele acontecimento, a partir das forças do acaso que geram o seu ineditismo e que trazem, por fim, a partir dos atos de vontade (ou vontades de potência, para utilizar dos termos do próprio Nietzsche) do historiador, a sua historicidade. É a partir destes atos de vontade/vontades de potência (ou, como aqui preferimos chamar, esse *ethos*) que o historiador media o que é historicizável e o que não é; ou, para utilizar das linhas nietzscheanas, “que se perceba, com instinto forte, quando é necessário sentir historicamente ou aistoricamente” (NIETZSCHE, 2017, p. 38).

Para além disto, este procedimento genealógico insere o *ethos* implícito na obra de Nietzsche em uma proposta de efetividade à vida no que tange as desvantagens que o filósofo alemão apontou para as categorias de história monumental, antiquária e crítica, a partir do momento que “a veneração dos monumentos torna-se paródia; o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática; a crítica das injustiças do passado pela verdade que o homem detém hoje torna-se destruição do sujeito de conhecimento pela injustiça própria da vontade de saber” (FOULCAULT, 1998, p. 37). Neste sentido, a genealogia aloca o historiador em uma posição de mediador entre o objeto verificável e os atos de vontade deste, compondo, assim, uma trama historiográfica orgânica. Com isto, portanto, pode-se dizer que, na perspectiva nietzscheana, “a história de uma coisa é geralmente a sucessão das forças que dela se apoderam e a co-existência das forças que lutam para delas se apoderar” (DELEUZE, 1976, p. 3).

A partir deste empreendimento genealógico, portanto, o historiador se debruça sob o seu objeto de maneira a dissolvê-lo a partir de uma radicalização das suas próprias características, pautada em uma operação interpretativa. Esta “análise química” perpetrada por Nietzsche, para utilizar os termos do filósofo italiano Gianni Vattimo, configura-se em um procedimento próprio da fortuna

crítica nietzscheana. Em outras palavras,

Esse pensamento da proximidade também poderia ser definido como um pensamento do erro; ou, melhor ainda, da 'errância', para ressaltar que não se trata de pensar o não-verdadeiro, mas de encarar o devir das construções 'falsas' da metafísica, da moral, da religião, da arte – todo esse tecido de erronias que constituem a riqueza ou, mais simplesmente, o ser da realidade. (VATTIMO, 1996, p. 176)

Ao realizar esta dissolução, o historiador se aproxima de uma história que serve à vida, pois lança luz sobre a gênese errante que a constitui, não no intuito de dar cabo desta, mas de perceber a própria imensidão que a constitui. Em linhas gerais, “não se trata de desmascarar e dissipar os erros, mas de vê-los como a própria fonte de riqueza que nos constitui e que dá interesse, cor, ser, ao mundo” (VATTIMO, 1996, p. 176). A partir disto, a história se aproxima do seu aparato ontológico, a fim de se inserir em uma proposta de abordagem voltada à existência. As fileiras interpretativas que representam o passado, neste cenário, remontarão “seus caminhos, as mensagens da *Ueberlieferung*, apenas com o objetivo de reconstruir sempre de novo a continuidade da experiência, individual e coletiva” (VATTIMO, 1996, p. 187). É neste sentido que, por fim, ao trazer à tona a substancialidade da vida na história,

Estamos mais uma vez diante de um esforço para pensar a saída da metafísica numa forma não ligada à superação crítica, como na segunda inatual; mas aqui, em consequência da radicalização da análise química, sabemos que não se trata de recorrer a valores 'supra-históricos', mas de viver plenamente a experiência da necessidade do erro, de elevar-se por um instante acima do processo, ou seja, de viver a errância com uma atitude diferente. (VATTIMO, 1996, p. 177)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente a discussão aqui esboçada, consideramos que a fortuna crítica do filósofo alemão Friedrich Nietzsche se apresenta à reflexão histórica de maneira ativa. Embora a reticência de boa parte dos historiadores profissionais às teses levantadas por Nietzsche e seus sucessores pós-modernos seja, em partes, compreensível, negar a sua utilidade parece-nos, em substância, um contrassenso. Nietzsche, como se pode perceber, foi pioneiro em diversos temas

que, nos dias atuais, são pontos consensuais entre historiadores, tais como: a impossibilidade de representar o passado tal como ele de fato transcorreu; a irremediável intervenção pessoal do historiador em seu objeto; a consideração acerca da tarefa do esquecimento no processo de memória; a consideração a respeito dos elementos artísticos no texto histórico, dentre tantos outros temas.

Para além disto, a própria configuração propositiva de sua fortuna crítica nos possibilita pensar em suas teses de maneira também metodológica, concatenando-as em uma operação processual que imbui ao historiador um *ethos* próprio. Este método, contudo, não pode ser entendido segundo os parâmetros desta consciência moderna, mas a partir da alteração de status levada à cabo por Nietzsche, a que aqui aludimos, da noção de verdade/metafísica. Em outras palavras,

Através do *fatum* fica autorizada a possibilidade de uma vida afirmativa, dotada de uma liberdade que advém do reconhecimento da necessidade de que tudo foi como deveria ser e que cada ação é uma expressão da providência pessoal, um atuante oculto e senhorial - parte do *fatum*. [...] Tal afirmação se conclui como resultado da leitura cíclica do tempo pela via do eterno retorno e, conseqüentemente, pelo amor ao destino, o amor *fati*. (CORREA; MELO, 2023, p. 66)

Neste sentido, tal *ethos* é muito mais uma postura, um modo de se relacionar com o passado a partir da construção de sentidos que envolve o *fatum*, do que propriamente um modelo teórico elaborado, tal como o postula Gilles Deleuze³, de como se produzir história. Para entender o Nietzsche historiador, portanto, consideramos que é preciso ir além de sua *Segunda Consideração Extemporânea* e perceber como, no corpo de suas obras, o filósofo formulou as bases para este *ethos* que, julgamos nós, é não só útil como, também, em si mesmo extemporâneo. É neste sentido que, ao se levar em

³ Deleuze (1976, p. 64) interpreta a doutrina das vontades de potência de Nietzsche como um método, afirmando que este consiste na referência de um conceito à vontade de potência, para que, deste modo, este (o conceito) se torne uma consequência desta sem a qual este não poderia ser concebido. Esta elucubração, segundo o pensador francês, se filiaria à questão trágica, remontando às raízes interpretativas de Nietzsche, quando das suas linhas sobre a tragédia grega. Ao fazer isto, portanto, o círculo se fecharia na tentativa nietzscheana de aproximar ciência e arte. Neste sentido, o que se impõe na obra de Nietzsche, segundo Deleuze, é a precedência de um método trágico (ou da dramatização) que, a partir da união destes aspectos da construção do saber, o diferencial, o tipológico e o genealógico, fornece à ciência (no nosso caso, a histórica) a oportunidade de, enfim, servir à vida. Seria, portanto, ao dramatizar os fatos históricos (transformando-os em arte) que o método nietzscheano toma forma.

consideração os aspectos histórico, aistórico e supra-histórico, o historiador pode, a partir da análise química efetuada no empreendimento genealógico, esboçar uma experimentação histórica interpretativa que, enfim, se apresente enquanto arte, inserindo-se na dinâmica do *fatum* e servindo à vida.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. Descontinuidades. In: **Teoria da História: os paradigmas revolucionários**. Vol. III. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011, p. 155-282.

BINOCHE, Bertrand. Do valor da história à história dos valores. In: **Cadernos Nietzsche**, São Paulo, n. 34, p. 35-62, 2014.

CASANOVA, Marco Antônio. **O instante extraordinário**: vida, história e valor na obra de Friedrich Nietzsche. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

CORREA, Paulo Rogério da Rosa.; MELO, Roberta Soares. O *fatum* em Nietzsche: culpa e responsabilidade. In: **Modernos & Contemporâneos**, Campinas, v. 7, n. 16, Jan/Jun., p. 50-69, 2013.

DENAT, Céline. Nietzsche, pensador da história? Do problema do “sentido histórico” à exigência genealógica. In: **Cadernos Nietzsche**, São Paulo, n. 24, p. 7-42, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

FOULCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 15-37.

HABERMAS, Jürgen. Entrada na pós-modernidade: Nietzsche como ponto de inflexão. In: **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 121-151.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

JENSEN, Anthony K. A visão afirmativa de Nietzsche na Segunda Consideração Extemporânea. In: **Cadernos Nietzsche**, Guarulhos/Porto Seguro, v. 41, n. 3, p. 49-78, 2020.

LIMA, Márcio José Silveira. Nietzsche e a história: o problema da objetividade e do sentido histórico. In: **Cadernos Nietzsche**, São Paulo, n. 30, p. 159-182, 2012.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. São Paulo: Escala, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio;

São Paulo: Loyola, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**: ou helenismo e pessimismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (*Coleção Os Pensadores*)

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida**: segunda consideração extemporânea. São Paulo: Hedra, 2017.

ONATE, Alberto Marcos. **O crepúsculo do sujeito em Nietzsche ou como abrir-se ao filosofar sem metafísica**. São Paulo: Discurso Editorial / Editora UNIJUÍ, 2000.

VATTIMO, Gianni. **Diálogo com Nietzsche**: ensaios 1961-2000. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WHITE, Hayden. Nietzsche: a defesa poética da história no modo metafórico. In: WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 339-382.

Recebido em: 24-12-2024

Aprovado para publicação: 28-06-2025

A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO I PELA IMPRENSA CATÓLICA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Uma análise a partir do jornal “O Apóstolo” (1869-1870)

THE RECEPTION OF THE I VATICAN COUNCIL BY THE CATHOLIC PRESS IN BRAZIL IN THE 19TH CENTURY

An analysis from the newspaper “O Apóstolo” (1869-1870)

ANA ROSA CLOULET DA SILVA¹

ARIELE CARVALHO DA SILVA²

RESUMO

Este artigo analisa como o Concílio Vaticano I, convocado por Papa Pio IX entre 1869 e 1870, reverberou na imprensa católica brasileira da época. Pautando-se nas edições do jornal ultramontano O Apóstolo, publicadas no mesmo período, busca compreender como seus redatores interpretaram o dogma da infalibilidade do poder papal, sabendo ser este um dos pontos mais polêmicos entre os bispos da plenária conciliar, cuja formulação final foi registrada na Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*. Com este objeto, situa a performance discursiva dos redatores deste jornal no contexto da segunda metade do século XIX, quando a imprensa católica se tornou um dos principais meios de divulgação dos ideais ultramontanos, afinados às estratégias de universalização do catolicismo romano. Do ponto de vista metodológico, a análise dos conteúdos veiculados por este jornal será pautada no ferramental da Análise de Discurso (AD), o qual tem se revelado operacional para a análise das diferentes modalidades de discurso. Como resultados principais, o artigo contribui com uma compreensão mais ampla das estratégias mobilizadas pelos representantes do catolicismo oitocentista, incluindo leigos e clérigos, na defesa da autonomia institucional da Igreja católica em relação ao poder civil e de sua referência como modelo de “sociedade perfeita”.

Palavras-chave: Ultramontanismo. Imprensa católica. Concílio Vaticano I. Infalibilidade papal.

ABSTRACT

¹ Professora da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. e-mail da autora: ana.silva@puc-campinas.edu.br

² Graduada em História pela Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. e-mail da autora: ariele_carvalho@hotmail.com

This article analyzes how the I Vatican Council, called by Pope Pius IX, had an impact on the Brazilian Catholic press at the time, based on the analysis of the ultramontane newspaper *O Apóstolo*, focusing on editions referring to the period in which the Council was convened (1869-1870). It seeks to understand how its editors interpreted the dogma of the infallibility of papal power, knowing that this is one of the most controversial points among the bishops of the conciliar plenary, whose final formulation was recorded in the Dogmatic Constitution *Pastor Æternus*. The Catholic press became one of the main means of promoting ultramontane ideals, in line with the universalization strategies of Roman Catholicism. *O Apóstolo* was a spokesperson notable for its frequency, longevity and alignment with the ultramontane trend. From a methodological point of view, the research is based on the Discourse Analysis (DA) tool, operational for the analysis of different modalities of religious discourse. As main result, the article contributes to a broader understanding of the strategies mobilized by representatives of nineteenth-century Catholicism, in defense of the institutional autonomy of the Catholic Church in relation to civil power and its reference as a model of "perfect society".

Keywords: Ultramontanism. Catholic press. Vatican Council I. Papal Infallibility.

INTRODUÇÃO

Sob múltiplos aspectos, o século XIX foi vivenciado como um período efetivamente revolucionário, convulsionado por transformações associadas ao advento do mundo moderno e secular³. Em resposta a estas transformações, a Igreja católica precisou reconfigurar suas estratégias de universalização do catolicismo (FANTAPPIÈ, 2012). Por um lado, sua resposta intransigente à sociedade contemporânea definiu-se pela oposição conservadora ao laicismo anticlerical, ao racionalismo do século, à secularização das sociedades e às várias formas de liberalismo, com base na qual a Santa Sé orientou sua ênfase no princípio da autoridade e dos valores da tradição. Por outro, tal reação aos supostos "inimigos da Igreja" representou uma recomposição profunda da Instituição, que teve como um de seus desdobramentos a predominância de uma teologia apologética, amparada na tradição de fidelidade incondicional à Santa Sé, na infalibilidade papal e na defesa da autonomia institucional da Igreja frente ao poder temporal. Foi nestes termos que a Igreja católica processou sua transição para a modernidade (SOLANS, 2020), definindo sua postura

³ Este artigo sistematiza resultados parciais da pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Universal CNPq/ MCTI/FNDCT Nº 18/2021 – Faixa B – Grupos Consolidados, proc.404939/2021-0.

intransigente em relação ao mundo moderno, que encontrou sua expressão mais dinâmica no ultramontanismo. (RÉMOND, 2001, p. 107)

No Brasil, esta vertente do catolicismo ganhou projeção na segunda metade do século XIX, orientando a reformas da Igreja (SANTIROCCHI, 2015), assim como a atuação de seus representantes através da imprensa periódica, que se converteu em instrumento crucial da criação de uma teia de circulação, recepção e retransmissão do tradicionalismo católico europeu, que ultrapassava o espaço impresso, bem como as fronteiras nacionais. (SILVA, 2020)

Integrando as estratégias de comunicação entre as diferentes partes do mundo católico da época, o uso da imprensa periódica mostrou-se em conformidade com os documentos pontifícios que, desde a primeira metade do século XIX, evidenciavam as "preocupações da Santa Sé nesta área, bem como a importância e os significados atribuídos à imprensa" como potencial arma contra os inimigos da Igreja (Marín, 2020, p. 17). Com efeito, é neste sentido que a encíclica *Mirari vos* de Gregório XVI (1831-1846) condenou a imprensa e a liberdade de expressão e de consciência, supostamente responsável por divulgar os alegados "erros da modernidade" em detrimento da religião católica. Mais tarde, Pio IX (1846-1878) intensificou esta ofensiva, atribuindo na encíclica *Qui Pluribus*, de 1846, o declínio moral e religioso da sociedade à "abusiva liberdade de pensar tudo, de dizer tudo e de imprimir tudo".

Esta condenação foi reiterada pela encíclica *Quanta Cura*, de 1864, e pelo seu anexo, o *Syllabus errorum*, que contabilizou entre os 80 erros da modernidade a liberdade de imprensa e as liberdades de consciência e de expressão. A novidade deste pontificado é que, além da atitude reativa face à imprensa livre, Pio IX recomendou o investimento e a expansão da imprensa católica na divulgação do catolicismo e na defesa da Igreja contra os seus adversários (SILVA; COSTA, 2020). Neste sentido, a condenação dirigia-se à liberdade de imprensa e à imprensa em si, ou seja, eram aos "danosíssimos escritos" (PIO IX, [1864], 1999, p. 249) e aos "livros, folhetos e jornais pestilentos, e [que] mentindo maliciosamente, espalham outras ímpias doutrinas de toda espécie" (PIO IX, [1864], 1999, p. 255), que a Igreja levantava-se oficialmente.

O que implica considerar o quanto, na luta contra seus adversários, a Igreja católica precisou apropriar-se das mesmas armas por eles empunhadas, o que implicava, segundo os editores do jornal *O Apóstolo* - um dos mais

expressivos representantes dos ideais ultramontanos, publicado na província do Rio de Janeiro, entre 1866 e 1901 -: "oporem-se aos ataques tão perigosos da imprensa ímpia com as armas ministradas pela imprensa católica". (*O Apóstolo*, n. 29, 22/07/1866, p. 4)

A partir da análise das edições deste jornal, publicadas entre os anos de 1869 e 1870, o presente artigo pretende analisar de que forma seus redatores se apropriaram dos debates travados no âmbito do Concílio Vaticano I, reunido naqueles anos pelo Papa Pio IX. Em especial, procura-se compreender de que modo este jornal veiculou os principais temas e polêmicas então debatidos e como seus redatores se posicionaram em relação ao dogma da infalibilidade do poder papal, sabendo ser este um dos pontos sobre o qual imperou reconhecido dissenso entre os bispos que compunham a plenária conciliar, cuja formulação final foi registrada na Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*. Juntamente à consulta da bibliografia sobre o tema, a análise das fontes mencionadas se pauta no ferramental metodológico da Análise de Discurso (AD), que tem se revelado operacional para os estudos de religião (ORLANDI, 1996). Trata-se de interpretar o discurso, pressupondo a presença de elementos que o extrapolam, articulando o texto, as práticas discursivas e as práticas sociais "que lhe servem de suporte, reforço, oposição e que balizam suas normas, concepções e costumes" (ZANOTTO, 2018, p. 347). O que implica contextualizar as próprias fontes analisadas.

1. A IGREJA CATÓLICA PERANTE A MODERNIDADE.

Tomado nas suas motivações e desdobramentos, o Concílio Vaticano I representou uma das respostas oficiais da Igreja católica às transformações que marcaram o século XIX. Segundo Santirocchi e Martínez (2020, p. 3), no que tange aos impactos acarretados sobre a dinâmica do catolicismo, foi então que "dois fenômenos" - cujo "enorme poder transformador" e, sobretudo, pelos desdobramentos que tiveram ao longo do século XX - destacaram-se em relação a todos os demais: no campo político, "a construção de Estados nacionais"; no espaço católico, o "triunfo da corrente ultramontana sobre outras alternativas para pensar o catolicismo nas sociedades modernas".

Neste contexto, a Igreja Católica viu avançar o processo de desapropriação dos seus bens e a destituição do poder clerical sobre os governantes, por Estados que emergiam sob influência das ideias liberais e do novo paradigma da soberania popular. No plano das ideias, juntamente à liberdade de pensamento, de culto e de imprensa, novas correntes intelectuais e tendências econômicas pautadas na ciência se propagaram em oposição ao pensamento católico, dentre as quais o positivismo, o darwinismo e o socialismo, que encaravam a religião como uma inimiga dos direitos do povo e da razão esclarecedora. (MEDEIROS, 2013)

Na península itálica, a Igreja sofreu um ataque direto com o processo de unificação dos reinos soberanos, iniciado na década de 1860 por Vitor Emanuel II, rei de Piemonte e Sardenha. Além de representar um ataque ao Império austro-húngaro, que detinha territórios que antes configuravam parte dos reinos italianos, tal processo repercutiu sobre a perda dos Estados Pontifícios (MARTINA, 2005). Assim, sob múltiplas frentes, o século XIX testemunhou “a dissolução da potência pontifícia”, “reduzindo à sua mínima expressão os domínios temporais do papa. (AYALA, 2018, p. 33)

Pio IX perdia uma guerra travada na própria “terra santa”, declarando-se prisioneiro em suas habitações, de onde suscitou uma ampla mobilização de católicos de todo o mundo contra os supostos “erros da modernidade”, condenados desde a Encíclica *Quanta Cura* e seu anexo o *Syllabus*, publicados em dezembro de 1864. Nestes documentos, o pontífice reprovava as doutrinas e ideais que se propagavam pelas sociedades ocidentais e que contrariavam a doutrina católica, tais como o naturalismo, o ateísmo, o comunismo, o socialismo e as várias formas de liberalismo em voga.

Esta verdadeira batalha ideológica contra as ideias e práticas modernas se deu mediante a reabilitação por este pontificado do que o historiador Paolo Prodi (2010) denomina como o “paradigma tridentino”: uma espécie de projeto de longa duração, através do qual a Igreja romana buscou estabelecer e fortalecer uma soberania paralela e universal, em competição com outros projetos de modernidade em voga. Tal paradigma orientou as diretrizes da Santa Sé no sentido de selar a unidade do mundo católico ao seu centro hierárquico, resgatando a autoridade pontifícia e episcopal, configurando um contexto tradicionalmente referido pelo termo *romanização* (SANTIROCCHI, 2010).

Para tanto, além das encíclicas e demais documentos visando a normatização, Pio IX convocou o Concílio Ecumênico, reunido na basílica de São Pedro em 8 de dezembro de 1869, com a presença de 764 prelados, e suspenso em 20 de outubro de 1870, em virtude da ocupação de Roma, cidade que o monarca do Piemonte ambicionava converter na capital do seu território unificado (RAIMUNDO, 2019; MEDEIROS, 2013). Tratava-se do vigésimo concílio da história da Igreja Católica, representando um ponto de culminância de suas reações ao mundo moderno.

Conforme Zagheni, trata-se de um momento de síntese da concepção eclesial precedente, a qual "conclui o processo histórico que levou ao esclarecimento do papel do papa no seio da Igreja" (ZAGHENI, 2011, p. 144). Neste evento, a prioridade recaiu sobre a Instituição enquanto sociedade perfeita centrada no Papa, cuja credibilidade advinha de uma visão apologética de sua própria realidade histórica e visível. Portanto, o objetivo era a reconstrução da Cristandade através da defesa da ordem sobrenatural, afirmando a importância da Igreja, do Papa e da doutrina católica.

Sob esta tônica, o Concílio promulgou a Constituição *Pastor Aeternus*, reafirmando pontos como a edificação da Igreja por Cristo e a unidade em torno do sucessor de Pedro, bem como o dogma da infalibilidade papal, recuperando a proposta que já havia sido pensada no Concílio de Trento (1545-1563), que deixara sem solução a questão que diz respeito à superioridade do Pontífice sobre o Concílio. Segundo Ney de Souza e Paulo Gonçalves, os participantes de Trento consideravam que a solução viria através da decisão do Concílio sobre sua superioridade frente ao Papa, e não o oposto, como de fato aconteceu em 1870. (SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 25)

A aprovação do dogma, contudo, não se deu sem disputas entre as facções que compunham a assembleia conciliar (SOUZA; GONÇALVES, 2013, p. 74), sendo que o principal ponto da discussão dizia respeito ao alcance do dogma, isto é: se o papa é infalível tão somente em matéria de fé e de moral quando fala aos cristãos na condição de mestre e doutor, ou se a proclamação se estenderia à pessoa do Papa, sendo, portanto, incondicional. Após inúmeras discussões, a Constituição Dogmática *Pastor Aeternus* atribuía ao Papa o primado de jurisdição dentro de condições bem precisas, sob pena de anátema e unindo o primado papal à sua função junto à Igreja:

[...] o romano pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando desempenhando seu múnus de pastor e de doutor de todos os cristãos, define, em virtude da sua suprema autoridade apostólica, que a doutrina em matéria de fé ou de costumes deve ser admitida por toda a Igreja, goza, pela assistência divina que lhe foi prometida na pessoa do bem-aventurado Pedro, daquela infalibilidade que o divino Redentor quis para a sua Igreja, quando define a doutrina concernente à fé ou aos costumes. Consequentemente, essas definições do romano pontífice são irreformáveis por si mesmas, e não em virtude do consenso da Igreja. (PIO IX, [1870], 1999, p. 318)

Da mesma forma, a *Pastor Æternus* reafirmava o direito de livre comunicação entre a Sé romana e as Igrejas católicas de outros países, condenando sumamente aqueles que defendiam a necessidade de autorização do poder civil (*placet*), sendo esta uma das questões mais espinhosas nas relações entre a Santa Sé e o Estado imperial brasileiro, onde vigia o regime do padroado. Tal regime definiu os atributos da soberania dos monarcas portugueses e espanhóis sobre assuntos de natureza religiosa⁴.

Contudo, embora se apoiasse na força da tradição ao estabelecer as relações entre Igreja e Estado no Brasil, no momento da independência, em 1822, o padroado régio foi reconfigurado em moldes constitucionais. Assim, certas prerrogativas do poder do Imperador sobre assuntos da Igreja, que já estavam presentes nos direitos dos reis lusitanos e eram considerados como concessões dadas pela Santa Sé – tais como o direito do Imperador nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, a institucionalização do Beneplácito régio ou *placet* para os documentos pontifícios - foram legitimados pelo discurso da soberania popular e considerados como um direito constitucional do poder executivo, estabelecido unilateralmente com a outorga da Constituição. Tudo isso, sem a prévia negociação ou acordo do governo brasileiro com a Santa Sé,

⁴ O *padroado* (no caso de Portugal) ou *patronato* (no caso espanhol) foi um direito constituído inicialmente de um *corpus* de documentos pontifícios, que estabelecia os termos da gestão eclesiástica e missionária na época das descobertas e da formação dos impérios ibéricos. Com o tempo, porém, os direitos do padroado foram sendo “incrementados” por diversas bulas papais, para que os monarcas pudessem melhor expandir a cristandade nas regiões do ultramar, implicando uma dilatação das “regalias” da Coroa, ou seja, dos privilégios e concessões em matéria de governo eclesiástico que, progressivamente, passaram a ser interpretados como um conjunto de direitos do rei. Desde o século XVIII, a expansão destas “regalias” por iniciativa dos próprios déspotas esclarecidos, fez com que o termo “regalismo” se generalizasse no mundo luso-brasileiro, referindo-se a esta tendência dos clérigos que se colocavam em defesa da tendência *episcopalista*, contra o modelo *curialista* da Igreja católica, (SILVA, 2022; SANTIROCCHI, 2015)

implicando em tensões e conflitos entre ambos, que se desdobrariam por todo o século XIX. (SANTIROCCHI, 2020)

Como contrapartida da longa vigência do regime do padroado no Brasil, a Igreja católica permaneceu institucionalmente fundida ao Estado, não havendo na prática separação entre ambas as esferas. Vínculo este reforçado pelo fato de que, durante todo o período imperial, o catolicismo preservou sua condição de religião oficial do Império, conforme garantido pelo Art. 5º. da Constituição de 1824. (NOGUEIRA, 2001, p. 80)

Se durante praticamente toda a primeira metade do século XIX o regime do padroado foi sustentado graças à atuação de um grupo de clérigos de tendência galicana - referido pelo discurso da época como "regalista" - que galgou hegemonia em nível do poder Legislativo (SOUZA, 2010, p. 13), a partir década de 1840 o ultramontanismo encontra legitimidade política e condições institucionais para impor os rumos da reforma da Igreja Católica no Brasil, em moldes tridentinos. Se internamente a ascensão ultramontana radica no contexto político do início de Segundo Reinado (1840-1889)⁵, do ponto de vista da orientação comum que emanava da Santa Sé para todo o mundo católico, as reformas empreendidas pelos bispos das principais dioceses do país, que não tardaria a ganhar adeptos entre o laicato, pautaram-se no dogma da infalibilidade do poder papal e na defesa da autonomia institucional da Igreja frente ao poder temporal. Assim, embora o alinhamento dos ultramontanos com a monarquia constitucional tenha levado o Estado brasileiro a preferi-los para as nomeações episcopais, ao sintonizarem-se com a universalização católica, encampada pelo pontificado de Pio IX, estes bispos acabaram por desafiar a legislação nacional, que limitava a autoridade pontifícia sobre os católicos brasileiros e a autonomia da hierarquia eclesiástica nacional.⁶

Simultaneamente às reformas da Igreja, os ultramontanos no Brasil passaram a atuar de forma sistemática através da imprensa periódica, que no contexto analisado constituiu ator fundamental da dinâmica de universalização

⁵ Especificamente, o envolvimento do clero de orientação galicana nos movimentos liberais ocorridos em várias províncias do Brasil, durante o período da Regência (1831-1840), levou o Imperador a fazer uso do direito de padroado, passando a privilegiar os ultramontanos clérigos para ocupar o bispado das principais dioceses. (SANTIROCCHI, 2020)

⁶ O auge dessas tensões entre Igreja e Estado no Brasil foi a denominada «Questão Religiosa, conflito político-religioso envolvendo o Estado, a Igreja e a Maçonaria, iniciado em 1872 e que perdurou até 1875.

do catolicismo romano nos tempos modernos. Nas páginas dos principais jornais católicos editados no período, os representantes do ultramontanismo difundiram as diretrizes da Santa Sé, repudiando “as doutrinas liberais, maçônicas, racionalistas, protestantes, comunistas e materialistas”, implementando as orientações do Papa, com o fim de promover entre os fiéis o “compromisso com os sacramentos, com a reverência a Roma, a santificação dos domingos, a santificação das festas e suas celebrações litúrgicas”. (TAVARES, 2006, p. 7)

Foi esta a orientação assumida pelo *Apóstolo*, editado no Rio de Janeiro entre 1866 e 1901 e principal representante da tendência ultramontana do catolicismo oitocentista no Brasil. Nas suas páginas, defendia uma Igreja institucional “ligada visceralmente à Sé Romana”, tomada como o novo “centro” supostamente capaz de “proteger os membros da comunidade clerical” e associada à “função e prerrogativas do Sumo Pontífice” (SANTIROCCHI, 2015). Nas reflexões que seguem, procuraremos compreender de que forma este jornal interpretou e difundiu as notícias de Roma, em especial no que toca ao debate sobre o dogma da infalibilidade de poder papal, instituído durante o Concílio do Vaticano I.

2. O CONCÍLIO VATICANO I NAS PÁGINAS DO APÓSTOLO.

Nas páginas destes jornais ultramontanos editados no Brasil, durante a segunda metade do século XIX, houve uma ampla divulgação das notícias estrangeiras, especialmente as que narravam as “Noticias de Roma” (O APÓSTOLO, n. 50, 10/12/1871, p. 3), a exaltação da luta triunfal do catolicismo sobre seus inimigos e, com grande entusiasmo, o que se passava nas sessões do Concilio Vaticano I.

Como observa Roberto Di Stefano (2015, p. 26) para o caso argentino, a divulgação das notícias estrangeiras (que ocupava uma seção especial do jornal aqui analisado) cumpriu a função de reforçar o sentimento de pertencimento comum ao mundo católico da época, contribuindo assim para “gerar nos leitores a consciência – inexistente até então – dessa pertença a um movimento de maior amplitude”. Neste sentido, os ultramontanos do Brasil não permaneceram indiferentes à “Questão romana”, termo que se referia às guerras de unificação dos reinos italianos e aos seus desdobramentos sobre o poder temporal do

Papa. Ao contrário disso, as diversas manifestações de carinho e solidariedade em relação ao Pontífice provenientes dos católicos desta parte do vasto continente corroboraram o êxito da “romanização” e o fortalecimento dos vínculos destes países com a Santa Sé. (SOLANS, 2020)

Foi nestes termos que *O Apóstolo* realizou a cobertura do Concílio ecumênico, cujas sessões foram noticiadas e comentadas em todas as suas edições do ano de 1870. Inaugurado em 7 de janeiro de 1866, este jornal apresentou sua pretensão nos seguintes termos: “nessa tribuna universal a imprensa em que hoje se discutem todos os interesses da humanidade⁷”, busca ser um “periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade” (O APÓSTOLO, n.1, 7/01/1866, p. 1). Já que era na imprensa que se discutia os “interesses da humanidade”, seria também através deste veículo que se propagariam os interesses católicos e se daria a modelagem das consciências. (SILVA; SANTIROCCHI, 2020)

O Apóstolo apresentava-se como um órgão legítimo da voz da religião, legitimada pelo “Divino Mestre” e cujos emissores evocavam uma sagrada missão, dedicados aos interesses da sociedade. Já na sua edição inaugural, o jornal esclarecia este propósito, estabelecendo uma relação hierárquica no plano discursivo em relação aos receptores de suas mensagens:

Mas que em todos os tempos e momentos, nestes tão calamitosos que atravessamos, a religião tem necessidade de se fazer ouvir por seus órgãos legítimos, porque ela tem a missão sublime e indeclinável de guiar os povos pela senda do dever. Esses órgãos são os pastores e enfim todo o Sacerdócio a quem Divino Mestre nomeou a luz do mundo e o sol da terra. Somos Sacerdotes, nós os operários desta empresa que enceta hoje sua existência com a publicação do presente número; tomando sobre nossos ombros esta árdua tarefa, cumprimos, pois, uma obrigação rigorosa e sagrada. A Igreja e a sociedade, em que vivemos o exige de nós. (O APÓSTOLO, 7/01/1866, n. 1, p. 1)

Ao se posicionar dessa forma, *O Apóstolo* se utiliza do mecanismo de mistificação, em nível da linguagem. Segundo Orlandi (1996), a mistificação é quando o sujeito se coloca como representante de outro. Ao se considerar órgão legítimo da religião – nesse caso, o catolicismo – o jornal está se colocando como

⁷ Ortografia corrigida, assim como nos trechos posteriores.

um porta-voz da mesma. Ou seja: suas palavras não são opiniões individuais, mas ganham o estatuto de mensagens da própria Igreja, cuja legitimidade está ancorada no sacerdócio como missão divina.

A observação é elucidativa na medida em que, segundo o instrumental metodológico adotado para a análise do conteúdo discursivo do Apóstolo, a forma da linguagem conta tanto quanto o significado. Neste sentido, no discurso religioso, os elementos religiosos são articulados a elementos textuais, com o objetivo de defender, criticar ou refutar outros de mesma natureza, ou aos quais é emprestada uma conotação religiosa (ZANOTTO, 2018, p. 343). Esta mesma funcionalidade pode ser observada no que toca ao discurso ultramontano aqui analisado, cujos emissores colocavam-se em defesa da “superioridade dos papas sobre os reis e os Concílios, mesmo em questões temporais” (SANTIROCCHI, 2010, p. 1), através da exaltação do pontífice Pio IX e do Concílio Ecumênico, por ele convocado. Na sua edição de n. 15, O Apóstolo profetizava: “Não está longe o dia reservado pela Providência, no qual uma posteridade sincera e verdadeira proclame o século XIX – século de Pio IX”. (O APÓSTOLO, 11/04/1869, n. 15, p. 2)

Em edição anterior, os elogios ao Papa – apresentado como baluarte da resistência contra os “erros da modernidade” – era estendida aos membros do Concílio, supostamente representativos da “atitude e proceder do clero e fiéis de todos os países, de todas as idades, sexos e condições” (O APÓSTOLO, n. 5, 30/01/1870, p. 4). Para demonstrar o poder e amor que o Pontífice inspirava, o jornal listava os trabalhos realizados por católicos de todo o mundo, chegando mesmo a associar os padres do Concílio à imagem de verdadeiros santos, apoiado em um artigo reproduzido da *Revista de Mundo Catholico*. (O APÓSTOLO, n. 38, 11/09/1870, p. 8)

Num tom maniqueísta, o jornal contrastava a visão apologética devotada a Pio IX àquela que retratava os supostos inimigos da Igreja católica, referidos como a “hidra da fábula diversas cabeças” a cometer sempre “o mesmo erro fatal com nomes diversos na ordem pública – anarquia, na política – republicanismo, no domínio das ideias – filosofismo, na religião – protestantismo (O APÓSTOLO, 7/01/1866, n. 1, p. 1).

Valendo-se fartamente do recurso metafórico – um traço do discurso religioso (ORLANDI, 1996) – o jornal reiterava a condenação dos “erros da

modernidade", listados por Pio IX no *Syllabus errorum*, opondo-os ao único fato verdadeiro: o cristianismo, tomado como sinônimo do catolicismo romano. Na sua edição n. 15, de 1869, a publicação do texto "Credo ou Refúgio dos cristãos nos tempos atuais", do Monsenhor Gaume, era concluída nos seguintes termos:

Pois que o cristianismo é verdadeiro, completamente verdadeiro, todos os sistemas contrários ao cristianismo são falsos; todas as objeções, nulas; visto que não podem existir verdades contraditórias.

Logo, diante do único fato do estabelecimento do cristianismo, todos os sistemas: racionalismo, panteísmo, materialismo, ateísmo, naturalismo, cesarismo, sensualismo, positivismo, socialismo, solidarismo, espiritismo, que erguem hoje a hedionda cabeça contra o cristianismo, como a hidra da fábula ou a besta do Apocalipse, são falsos, completamente falsos. Logo, todos os sofismas, todos os si, todos os mas, todos os porquês, contra o dogma, a moral e o culto do cristianismo caem esmagados, como a bala do árabe fugitivo de encontro à pirâmide do deserto. (O APÓSTOLO, 11/04/1869, n. 15, p. 4).

Para o periódico ultramontano, "à fé e à moral pertencem todas as proposições do *Syllabus*" (O APÓSTOLO, 20/11/1870, n. 48, p. 381) e quem se opusesse a isso, estaria contra a verdade. Essa tônica discursiva é recorrente nas páginas do Apóstolo, sinalizando com a funcionalidade identificada por Orlandi (1996, p. 225), segundo a qual: "para os que creem, o discurso religioso é uma promessa, para os que não creem é uma ameaça".

Em sua primeira publicação, o jornal deixa claro que possuía adversários dentro do mundo religioso e fora dele, rogando: "oxalá que nossos desejos e nossos esforços sejam coroados de mais felizes sucessos, por entre as múltiplas contrariedades, que pesam sobre as publicações religiosas" (O APÓSTOLO, 1866, n. 1). Dessa forma, expunha sua crítica às publicações que destoam do que acreditam ser a verdadeira religião: o catolicismo.

É neste sentido que o periódico analisado comentava em sua coluna chamada "Crônica Exterior" as notícias estrangeiras, principalmente sobre Roma, anunciando os bastidores do Concílio, bem como seus preparativos (O APÓSTOLO, 1869; 1870). Em tom efusivo, o jornal anunciava em sua primeira edição do ano de 1869:

Oh! sim: o ano de 1869 terá o mais belo, o mais importante, o mais majestoso espetáculo, que podem ver olhos do

homem. Um concílio ecumênico! Nós obreiros dessa santa cruzada do catolicismo saudamos no entusiasmo de nossa fé esse grandioso fato, que terá, nós o cremos, a mais saudável influência sobre toda humanidade. (O APÓSTOLO, n. 1, 03/01/1869, p. 2)

Em várias passagens, o jornal deixa claro sua esperança de que o Concílio pudesse trazer a verdade aos errantes, uma nova ordem às coisas, um renascer e até a salvação da humanidade⁸. Pautando-se na publicação do texto *Triunfos de Maria Virgem e da Santa Igreja Romana*, escrito por Emilia Augusta Penido⁹, seus editores esperavam que o Concílio representasse um golpe fatal contra todos os inimigos da Igreja católica:

Assim, cairão feridos pelo raio do anátema lançado pelo Concílio do Vaticano o racionalismo, naturalismo, panteísmo e indiferentismo para darem lugar a novos erros e a estes sucederão outros, que se levantarão para combater o catolicismo, que será sempre combatido, porém sempre triunfante até o fim dos séculos. (O APÓSTOLO, n. 49, 5/12/1869, p. 6)

Perante esta verdadeira arma, representada pelo Concílio, argumentava-se:

Os outros, que já se proclamavam conquistadores e soberanos da Igreja Católica e a supunham prostrada e sucumbindo aos golpes da revolução e do liberalismo, colheram-se de medo e de terror, vendo-a tão cheia de vida, energia e força (O APÓSTOLO, n. 34, 22/08/1869, p. 3)

A expectativa também englobava a reação dos fiéis, dos quais esperava-se "alvorço igual, e uma afetuosa ação de graças ao Senhor por tão assinalado benefício", além do dever de aderir, cada vez mais, aos "sentimentos de plena submissão e confiança tranquila nas deliberações do Sacrossanto Concílio". (O APÓSTOLO, n. 12, 20/03/1870, p. 3)

⁸ Exemplo disso, são as seguintes edições do Apóstolo: n. 19, 9/05/1869; n. 20, 16/05/1869; n. 51, 19/12/1869.

⁹ Trata-se de Emília Augusta Gomide Penido (1840-1885), escritora e erudita brasileira, nascida na cidade de Itabira, Minas Gerais e falecida em Niterói, Rio de Janeiro, que se notabilizou como caridosa e religiosa. Escreveu textos religiosos e máximas morais em periódicos como "Jornal das Famílias" e "O Apóstolo". Em seu obituário, publicado neste último jornal em edição de 2 de setembro de 1885, é definida como "[r]ica de virtudes e sentimentos ortodoxos". (O APÓSTOLO, 02/09/1885, p. 2)

Neste sentido, buscando fomentar tal reação, o periódico exerce uma função didática em relação ao seu público leitor, como fica evidenciado ao publicar uma carta da Diocese do Rio Grande do Sul, explicando a definição de Concílio ecumênico e diferenciando-o das características de outros tipos de concílios, como o provincial, episcopal ou diocesano. Segundo sua definição:

O concílio, geralmente falando, é um ajuntamento ou assembleia de sacerdotes, mormente de bispos, congregados por superior legítimo com o fim de resolver coisas pertencentes a fé ou outros graves negócios da Igreja". (O APÓSTOLO, n. 1, 2/01/1870, p. 2)

Enquanto um concílio provincial reunia os bispos sufragâneos de uma província, chamados pelo bispo metropolitano para cuidarem dos assuntos pertinentes à província, o concílio episcopal teria a mesma finalidade, com a diferença de que a autoridade encarregada de convocá-lo seria o bispo diocesano. Já o "Concilio Geral ou Ecumênico", explicava, "é aquele para o qual são convocados pelo Sumo Pontífice todos os Bispos do orbe, cada um dos quais deve comparecer competentemente, não sendo obstado por legítimo impedimento. (O APÓSTOLO, n. 1, 2/01/1870, p. 2)

Sem pontífice, portanto, não há concílio ecumênico. O artigo também esclarece que os concílios são de "instituição divina", sendo "promessa infalível de Jesus Cristo" (O APÓSTOLO, n. 1, 2/01/1870, p. 3). Essa elucidação visava a evitar confusão ou questionamentos por parte do público, já que, segundo o jornal, houve acusações sobre o Concílio não ser ecumênico. (O APÓSTOLO, n. 7, 13/02/1870, p. 7)

Para suprir as despesas da estadia de bispos vindos do mundo inteiro, contou-se com a ajuda de donativos dos fiéis. O Apóstolo, em uma de suas edições, inferia que, além do Império brasileiro não se opor à ida de seus bispos para Roma, também não permitiria que o episcopado incorresse em apuros financeiros durante o transporte e permanência destes em Roma. Em tom apelativo, argumentava:

O nosso governo não há de querer também que os nossos Bispos, tão mal retribuídos, vão ocupar uma posição triste e secundária no episcopado católico, não há de querer humilhá-lo, porque humilha o Brasil: por isso, todos os brasileiros ansiosos esperam que o governo do Brasil venha em auxílio do

episcopado e lhe proporcione meios de decente transporte e digna subsistência em Roma. (O APÓSTOLO, n. 20, 16/05/1869, p. 3)

Além dessa pressão pública sobre o Imperador, o jornal argumentava que outras nações se mobilizavam para ajudar seus bispos, chegando a apelar para os representantes do poder legislativo - declaradamente católicos¹⁰ -, para que agissem em nome da pátria e da Igreja. Pela primeira vez, o Brasil participaria de um concílio ecumênico, o que foi interpretado como uma honra e, ao mesmo tempo, promessa de grandes retornos ao país.

As vantagens que há de auferir o povo da instrução que receber, devem ser imensas: são grandes elementos da grandeza e prosperidade de um povo, o amor da pátria, o respeito à autoridade, a prática sincera e conscienciosa de seus deveres, o conhecimento de seus direitos, e estas vantagens que há de ele alcançar por sua vez vão facilitar a alta administração da nação e constitui o governo de um povo educado e disposto a cumprir os empenhos que contrai. (O APÓSTOLO, n. 20, 16/05/1869, p. 3)

Como se nota, todos estes argumentos buscavam alinhar o triunfo da religião católica - proporcionado pelo golpe mortal aos inimigos da Igreja, deflagrado pelo Concílio – com a construção da cidadania, num Estado declaradamente confessional.

Para manter a ordem e organização do Concílio, o Pontífice publicou uma Constituição dividida em dez tópicos, conforme comunicado pelo Apóstolo:

O 1º determina o modo de viver no Concílio; o 2º regula o direito e o modo de propor; o 3º prescreve o mais absoluto silêncio a respeito dos atos e discussões do Concílio; o 4º determina a ordem dos assentos para não se prejudicar os direitos de ninguém; o 5º trata dos juízes das escusas e dos conflitos; o 6º trata dos oficiais do Concílio; o 7º das Congregações gerais dos Padres; o 8º das sessões públicas; o 9º proíbe a retirada de qualquer membro do Concílio antes do seu encerramento; o 10º finalmente concede um Indulto apostólico sobre a residência dos que assistem ao Concílio, a fim de que possam fazer seus os frutos dos benefícios a que estão anexos. (O APÓSTOLO, n. 6, 2/02/1870, p. 5)

¹⁰ Vale notar que o Art. 95 da Constituição promulgada em 1824 excluía-se da condição de cidadãos "hábeis para serem nomeados deputados" todos aqueles que "não professassem a religião do Estado". (Nogueira, 2001, p. 92)

A terceira norma, que se refere ao sigilo em relação às atividades do Concílio, teria se tornado uma arma usada pelos seus adversários, já que, na falta de informações sobre o que se passava, a "imprensa inimiga" teria inventado falsas acusações¹¹ (O APÓSTOLO, n. 8, 20/02/1870, p. 6). Já o nono tópico, teria sido inviabilizado pela ação do próprio Pontífice, que em virtude da Guerra Franco-Prussiana que assolava a Europa, bem como da invasão de Roma pelas tropas piemontesas, foi obrigado a liberar os membros do Concílio e adiar suas atividades, em 29 de setembro de 1870.

Em defesa do Concílio, O Apóstolo reagiu, acusando a imprensa protestante, racionalista e maçônica de inventar calúnias e injuriar "o Papa, os Bispos, e os jornalistas católicos" (O APÓSTOLO, n. 2, 9/01/1870, p. 6), salientando a grandiosidade do evento e provocando os adversários do catolicismo, ao indagar: "onde se observa este fenômeno fora da Igreja católica? Qual é o espetáculo, que oferece o protestantismo e as seitas dissidentes, senão divisão, discórdia e luta de opiniões?" (O APÓSTOLO, n. 2, 9/01/1870, p. 2). Neste sentido, reiterava a tradicional oposição entre a suposta unidade do catolicismo e o caráter cismático do protestantismo, que remonta ao Concílio de Trento.

Em oposição aos "erros da modernidade", o Concílio era justificado como uma necessidade da sociedade contemporânea, que se encontraria em situação "deplorável", sendo sustentado pelo seu objetivo de "julgar, condenar, combater e repelir com a espada espiritual as heresias, a impiedade e a corrupção, a fim de manter a verdade e a virtude, fundamento dos Estados e das Famílias". (O APÓSTOLO, n. 50, 12/12/1869, p. 4)

Ao Rei do Piemonte - que tinha anunciado não ser contra a partida dos Bispos para o Concílio, mas que se permitiu a liberdade de não acatar a qualquer

¹¹ Segundo os redatores do Apóstolo, contra o Concílio foram usadas desde lendas religiosas de um bacharel racionalista a jovens moços caracterizados de bispos do Concílio para ridicularizá-los. Calúnias sobre os jesuítas controlarem o Concílio e mentiras sobre o Papa ter enviado um cardeal para averiguar o espírito do clero francês a respeito do Concílio, considerada atitude ultrajante, já que considera que o Pontífice e o Concílio se sujeitariam ao clero. Mencionavam, ainda, a formação de um "anti-Concílio" no Reino de Nápoles, composto por deputados do mundo todo e que se declararam contra a autoridade religiosa. Incluía-se, ainda a crítica da maçonaria ao dogma da infalibilidade papal; a hostilidade por parte da Espanha; supostas falsidades publicadas na *Imprensa Evangelica* (jornal presbiteriano editado no Rio de Janeiro entre 1864 e 1893) e na imprensa ímpia no geral. Estas acusações aparecem em vários números do jornal, dentre os quais, as edições n. 01, 11, 14, 31, 32, 36 e 52 de 1870.

decisão que pudesse surgir deste -, a advertência do jornal foi:

Não se assuste o governo *del Re Galantuomo*. Todas as resoluções que o Concílio tomar hão de ser ditadas segundo os princípios eternos da verdade, da justiça e do direito e, portanto, só poderão achar-se em oposição com as leis dos Estados que não forem conformes aqueles eternos e imutáveis princípios. (O APÓSTOLO, n. 50, 12/12/1869, p. 5)

A estratégia discursiva do jornal era, assim, apresentar o Concílio como a máxima da verdade e da sabedoria, tornando qualquer atitude oposta ou ligeiramente diferente de suas determinações um erro condenável. Essa certeza da verdade não vinha do Concílio em si, mas da presença do Pontífice. "É por isso que, unidos ao Pontífice, os Bispos de um Concílio são infalíveis; separados do Pontífice, carecem de infalibilidade". (O APÓSTOLO, n. 10, 6/03/1870, p. 2)

Este o referencial coesivo em torno do qual O Apóstolo buscou agregar o clero e os fiéis do Brasil, o que, inevitavelmente, levaria seus redatores a mobilizarem seu discurso em defesa da aprovação do dogma da infalibilidade do poder papal, conforme passaremos a analisar.

3. O APÓSTOLO EM DEFESA DA INFABILIDADE DO PODER PAPAL

Ainda no começo das sessões do Concílio, já era esperado que o tema infalibilidade papal fosse discutido (O APÓSTOLO, 1870, n. 8). O Apóstolo posicionava-se em sua defesa, argumentando que seu caráter de dogma era irrefutável, uma vez sustentado "pelos manifestos testemunhos da Sagrada Escritura e pela universal e constante tradição da Igreja, e definição dos próprios Concílios Gerais" (O APÓSTOLO, n. 21, 22/05/1870, p. 3). No artigo "A Infalibilidade do Sumo Pontífice", explicava no que consistia este dogma:

O que é, pois, a infalibilidade do Papa? É uma verdade certa apoiada na revelação, ou contida na palavra de Deus escrita e tradicional, pela qual cremos que Ele não pode errar quando ensina ou define *Ex cathedra*, ainda só e sem os Bispos matéria de fé ou de moral [...]. Além de que não se deve confundir a infalibilidade com a impecabilidade, pois o Papa só é infalível nos pontos de fé e moral cristã, isto é, quando define, proclama ou ensina o que os fiéis devem crer, e o que devem ou podem obrar para conseguir a salvação eterna, estando em tudo o mais

sujeito a erros e misérias da natureza humana. (O APÓSTOLO, n. 21, 22/05/1870, p. 2)

Na tradução de uma petição realizada por prelados aos padres do Concílio, com o intuito de que eles propusessem a definição da infalibilidade do pontífice como dogma, os redatores do jornal reiteravam esta compreensão, argumentando que:

[...] a autoridade do Pontífice romano é soberana e, por consequência, isenta de erro, quando pronuncia sobre as coisas da fé e dos costumes, e que ensina o que deve ser crido e tido, e o que deve ser rejeitado e condenado por todos os fiéis de Jesus Cristo. (O APÓSTOLO, n. 10, 6/03/1870, p. 4)

Na edição de número 33, datada em 7 de agosto de 1870, o jornal anunciava a notícia de que o dogma da infalibilidade papal teria sido aprovado pelo Concílio. O que ocorreu em sua última sessão, em 18 de julho de 1870, antes de ser suspenso por causa da guerra franco-prussiana.

Apesar da oficialização da notícia ter chegado dois domingos após sua aprovação, o jornal celebrou com grande entusiasmo a vitória unânime: dos 535 padres participantes do Concílio, apenas dois votaram contra. Segundo relatava, foi com grande efusão, aplausos e aclamações, que os presentes receberam o decreto. Alguns teriam mesmo declarado ser “o enterro do galicanismo” (O APÓSTOLO, n. 35, 21/08/1870, p. 4), em tom de escárnio, ou de redenção, simbolizada pela chuva que então caía sobre Roma.

Este mesmo entusiasmo fora reproduzido nas páginas do Apóstolo, que em tom triunfalista comemorava a vitória do “bem” – personalizado na infalibilidade do pontífice – contra o “mal” – referido aos inimigos da Igreja, contrários à aprovação do dogma:

Está pois definida pelo Concilio Ecumênico e elevada a dogma a infalibilidade do Pontífice romano, e isto apesar dos inqualificáveis manejos dos galicanos, apesar das ameaças dos governos, apesar dos furores da impiedade e do racionalismo, apesar das calúnias e mentiras de uma imprensa infame e sem pudor, apesar das nojentas caricaturas de imundos papeluchos, apesar das nefandas maquinações das sociedades secretas, apesar enfim de todos os obstáculos suscitados por Satanás, o príncipe das trevas, a fim de impedir aquela definição! Está, pois, definida a infalibilidade pontifícia.

Para nós, católicos, abrirá esta definição uma era de paz, que

nos unirá mais estreitamente, a fim de repelirmos o inimigo comum que ameaça destruir-nos: o racionalismo com toda a caterva de erros de que é origem fecunda. (O APÓSTOLO, n. 35, 21/08/1870, p. 4)

Os dois votantes contra o dogma, Monsenhor Luiz Riccio - Bispo de Cajazzo, do reino de Nápoles - e Monsenhor Eduardo Fitzgerald - Bispo de Littlerock, do Arkansas (EUA) - receberam as seguintes palavras do Pontífice, transcritas pelo jornal:

A autoridade do Sumo Pontífice é grande na verdade; mas não destrói, antes edifica; não oprime, antes sustenta e muitíssimas vezes defende os direitos de nossos irmãos, isto é, os direitos dos Bispos. Se alguns não votaram bem conosco, saibam que votaram com perturbação, e lembre-se que o Senhor não está na perturbação. (O APÓSTOLO, n. 35, 21/08/1870, p. 4)

A derrota dos supostos opositores da Igreja não se deu em silêncio ou em assentimento. Como mencionado pelo Apóstolo, os galicanos maneжaram para que o dogma não fosse aprovado no Concílio. A este respeito, apresentava mais detalhes do processo de aprovação, com a carta enviada ao jornal pelo Padre Dr. Urbano da Silva Monte, que estava em Roma durante o Concílio.

Segundo relata, inscreveram-se para discutir o dogma cerca de 150 bispos e, até a data da carta, em 12 de junho de 1870, haviam discursado 62, exaurindo o tema e sucedendo apenas repetições dos mesmos discursos. O que teria levado uma boa parte dos bispos a pedirem o fim da discussão, já que tinham outros assuntos a tratar e já estarem há muito tempo longe de suas dioceses. Em votação, decidiu-se pelo encerramento, o que irritou os galicanos que protestaram, enviando ao Papa um parecer com 80 assinaturas criticando a forma violenta com que se finalizou a discussão.

Fora disto reina uma calma e harmonia no seio do Concilio que encanta, e até dizem muitos que no ato da votação final do dogma não haverá um só voto em contrário e que estes mesmos que hoje se opõem, ou não se acharão presentes na ocasião, ou então se estiverem presentes votarão a favor. (O APÓSTOLO, n. 35, 21/08/1870, p. 5)

De fato, os oitenta tornaram-se apenas dois. Posteriormente, na edição

de número 45 do periódico, é comunicada a majoritária adesão ao dogma por parte dos prelados que haviam discursado contra. Em sua postura combativa, O Apóstolo indagava: "Eis aí pois a maior parte dos chamados *oposicionistas* do Concílio aceitando o dogma contra o qual quebraram tantas lanças". (O APÓSTOLO, n. 45, 30/10/1870, p. 4). Segundo o jornal, os opositores eram inspirados pelo medo e sua arma era a imprensa:

A infalibilidade! Eis o pesadelo do protestante e do racionalista, do liberalista e do regalista, do judeu e do cismático, do galicano e do católico liberal, e até - quem tal diria! - do ímpio e do ateu!!! Todos têm medo da infalibilidade do Papa, como o desertor tem medo de uma farda! Daí milhares de calúnias, mentiras e infâmias que vão sendo repetidas por esse mundo pelos ecos da imprensa. (O APÓSTOLO, n. 14, 03/04/1870, p. 4)

Argumentava, ainda, que a oposição ao dogma se valeu de teorias, argumentos caluniosos e mentiras para justificar a recusa em aceitar a infalibilidade papal. Uma das táticas utilizada pelos que se opunham ao dogma da infalibilidade papal teria sido resgatar a autoridade dos santos padres que apoiassem sua causa. O autor, que nesse artigo é Joaquim Pinto de Campos, prelado e político brasileiro, rebatia esta posição, acusando seus defensores de distorção e afirmando que não houve nenhum santo que não tenha sido submisso ao pontífice. Segundo ele, "o Papa infalível continuará a ser, como sempre foi" (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 3); "dezenove séculos têm de existência a Santa Sé, e nem uma única vez se apartou do dogma [da infalibilidade] e da moral cristã". (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 5)

Da mesma forma que a Igreja Católica utilizou o "princípio perpétuo petrino" para legitimar a unidade e centralização, o fez com a infalibilidade papal. Medeiros (2013) classifica o "princípio perpétuo petrino" como um conceito de "tradição inventada", nos termos propostos pelos historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2008). Inventando uma tradição, a Igreja foi capaz de validar a autoridade pontifícia, apresentando-a como ininterrupta, sólida, estável e perpétua para inferir que ela tenha existido desde que Jesus escolheu Pedro. Sendo assim, sua continuidade seria um desejo de Cristo.

O mesmo conceito pode ser aplicado à infalibilidade do Papa, nos termos formulados pelo jornal O Apóstolo que, assim, valia-se das mesmas autoridades dos santos da Igreja para rebater seus adversários.

Todos os santos doutores da Igreja, até o século XIV por diante, unanimidade, e em termos os mais claros, falam do supremo poder, e a autoridade do Papa na Igreja; e o que é mais notável é, que não houvesse um único santo que não obedecesse submissamente ao Pontífice Romano, como se fosse o mesmo Jesus Cristo; sendo ainda mais notável, e digno de atenção, que até o século XIV, como fica dito, ninguém contestasse a infalibilidade do Papa, nem que tal questão se quer fosse ventilada, e menos agitada (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 5).

Ao amparar a infalibilidade do papa na tradição da Igreja católica, a sua transformação em dogma tornava-se apenas uma formalidade, não passível de contestação, já que ele sempre existiu com a suposta concordância e submissão de todos. Em suma: "a supremacia do Papa não é, portanto, exageração ultramontana". (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 5)

Segundo Zanotto (2018, p. 345), tal artifício do discurso religioso cria uma estabilidade, ao esconder "seu caráter de coisa construída, diminuindo ou mesmo inibindo questionamentos sobre sua historicidade, sobre sua criação e dinâmica", ou seja, apegando-se à imagem de instituição divina.

O texto do padre Joaquim Pinto de Campos segue com o seu questionamento:

Qual é a razão pela qual em todas as questões de fé se não recorre ao patriarca de Alexandria, de Constantinopla, de Jerusalém ou de outra cidade? Não provará isto a superioridade do Papa sobre os outros Bispos do orbe católica? E não estaria isto no plano divino? (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 5)

Para os que declaram que o Concílio se basta e que nele o pontífice é só mais um bispo, o padre contestava dizendo que um concílio sem papa é igual a nada. O supremo poder está com o Papa e "os Bispos separados do Papa são uma reunião de cismáticos". (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 5)

A soberania do pontífice seria herança direta de Jesus Cristo, como se esclarece nas Sagradas Escrituras: "tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja [...] Eu te darei as chaves do Reino dos Céus e o que ligares na terra será ligado nos céus" (Mt 16,18 *apud* O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 4). Nessa linha de raciocínio, negar os poderes de Pedro e de seus sucessores, significava negar o próprio Cristo.

Sobre a transmissão dos poderes de Pedro, o clérigo explicava que "Jesus Cristo sabia que Pedro não tinha de viver sempre no mundo; mas não assim a Igreja. Logo, a infalibilidade de Pedro era pessoal e transmissível, pela filiação divina das promessas de Cristo" (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 5). Mesmo com a morte de Pedro, a Igreja sobreviveria com seus sucessores sendo abençoados pelo poder do Espírito Santo.

Recorrendo ao Evangelho de João (Jo 21, 15-16), lembrava que, em um diálogo com Simão, Jesus lhe teria dito: "Apascenta os meus cordeiros" e "Apascenta minhas ovelhas" (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 4). Segundo Padre Joaquim, os cordeiros são os fiéis e as ovelhas os Bispos. No mesmo artigo, ainda se pontua que Jesus tinha doze apóstolos que constituíram as bases de sua Igreja, mas foi Pedro o primeiro escolhido, o que recebeu o título de "pedra" e o único a receber as chaves do reino dos céus. Na sequência, são citados os Santos Padres que corroboraram a supremacia do pontífice. São Bernardo (1090-1153), em cuja fala ao Papa Eugenio III teria evidenciado sua crença na infalibilidade, ao reconhecer:

[...] Tu és o príncipe dos Bispos, tu o herdeiro dos Apóstolos [...] Tu és aquele a quem foram entregues as chaves do céu e confiadas as ovelhas. [...]. E não és só pastor das ovelhas, mas o único pastor de todos os pastores. (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 4)

No século XII, Santo Antonio (1195-1231) escrevia: "Do Papa para o Concílio Geral não se pode apelar; porque o Papa é superior ao Concílio, nem tem vigor o que faz o Concílio, se não for confirmado pela autoridade do Pontífice Romano" (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 4). No século XIII, o escolástico São Tomás de Aquino (1225-1274) teria reafirmado esta máxima, sustentando que:

O Sumo Pontífice tem a plenitude do poder na Igreja, O Romano Pontífice tem o primado universal sobre toda a Igreja. S. Pedro é o Vigário de Jesus Cristo, e o Romano Pontífice é sucessor de S. Pedro no mesmo poder que lhe deu Jesus Cristo, ao Sumo Pontífice pertence determinar o que é de fé. É de necessidade da salvação a obediência ao Romano Pontífice. (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 4)

Citando S. Boaventura (1221-1274), Padre Joaquim afirmava que, no

argumento segundo o qual “O Papa não pode errar”, estariam “supostas duas coisas”: “1ª que decida como Papa; 2ª que intente fazer dogma de fé” (O APÓSTOLO, n. 41, 02/10/1870, p. 4), dando a entender que a impossibilidade do erro prediz a infalibilidade.

A defesa do dogma pautada na autoridade das Escrituras no que afirmaram os Santos da Igreja revela o recurso a uma narrativa que resgata a tradição da historiografia eclesiástica e hagiográfica, conforme analisado por Momigliano (2004), que não comporta qualquer crítica. Afinal, o que foi supostamente dito e registrado nas Escrituras Sagradas, ou vivenciado pela vida dos Santos, era instituído como verdade incontestável.

Desse modo, o discurso veiculado pelo Apóstolo assumia um tom autoritário, nos termos analisados por Eni Orlandi (1996). Isto porque, partindo de uma assimetria entre emissor e receptor – entre os quais não se estabelece uma relação dialógica –, coloca o jornal em uma posição superior, incontestável, detentora de toda a verdade, já que pronunciado por um dos “órgãos legítimos” eleito “Divino Mestre”. (O APÓSTOLO, n.1, 7/01/1866, p. 1)

Um mês antes do encerramento oficial do Concílio, o periódico publicou a decisão de sua suspensão pelo Papa, em decorrência da guerra Franco-Prussiana, que começou em 19 de julho de 1870 e se prolongou com a tomada de Roma pelas tropas italianas, em 20 de setembro daquele mesmo ano. (O APÓSTOLO, 1870, n. 48)

Como resultado dos debates que ocuparam a plenária conciliar, foram promulgadas a *Constituição Dogmática Dei Filius*, de 24 de abril de 1870, e a *Constituição dogmática Pastor Aeternus*, de 18 de julho de 1870. Na primeira, foram proclamados os dogmas da racionalidade e sobrenaturalidade da fé, numa tentativa de retomar a tese tomasiana de compatibilidade entre fé e razão, dado ser Deus fonte de ambas. Assim, reconhecia-se que “Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza mediante a luz natural da razão humana a partir das coisas criadas. Afinal, ‘sua realidade invisível - seu eterno poder e sua divindade – tornou-se inteligível desde a criação do mundo, através das criaturas’ (Rm 1,20)”. (PIO IX, [1870], 1999, p. 297)

Na Constituição dogmática *Pastor Aeternus* – nome que se referia a Pio IX como “eterno Pastor e Bispo das nossas almas” – definiam-se os dogmas do primado perpétuo de Pedro sobre os Pontífices e da infalibilidade papal.

Recordando a oração de Jesus ao Pai para que os seus discípulos sejam "uma só coisa", Pio IX reiterava que Pedro e seus Sucessores são "o princípio imutável e o fundamento visível" da unidade da Igreja, declarando solenemente ser esta a razão pela qual "ensinamos, então, segundo o testemunho do evangelho, que o primado de jurisdição sobre a toda a Igreja de Deus foi prometido e conferido imediata e diretamente ao bem-aventurado apóstolo Pedro por Cristo Senhor". (PIO IX, [1870], 1999, p. 310)

Daí decorreria, conforme proclamado no seu "Capítulo III - Da Força e da Natureza do Primado do Romano Pontífice", que:

[...] quem sucede a Pedro nessa cátedra, por instituição de Cristo, recebe o primado de Pedro sobre toda a Igreja [...] os pastores de todos os graus e todos os ritos e os fiéis, seja individualmente seja em conjunto, devem subordinação hierárquica e obediência ao romano pontífice, não apenas nas questões que dizem respeito à fé e aos costumes, mas também naquelas relativas à disciplina e ao governo da Igreja difundida sobre toda a terra. Desse modo que, conservando a unidade de comunhão e de profissão da mesma fé com o romano pontífice, a Igreja de Cristo seja um só rebanho sob um único sumo pastor (cf. Jo, 16). Essa é a doutrina da verdade católica, da qual ninguém pode distanciar-se sem perigo para a própria fé e a própria salvação. (PIO IX, [1870], 1999, p. 312-314)

Definido o dogma do primado, o texto passava ao da infalibilidade, justificado no seu "Capítulo IV- Do Magistério Infalível do Romano Pontífice", como verdade de fé indispensável para que os sucessores de Pedro "nesta Cátedra":

[...] para que exercessem este excelso múnus para a salvação de todos, para que o universal rebanho de Cristo, afastado por obra da isca envenenada do erro, fosse nutrido com o alimento da doutrina celeste, e, eliminada toda ocasião de cisma, toda a Igreja fosse conservada na unidade, e, estabelecida sobre seu fundamento, se erguesse inabalável contra as portas do inferno [...] Por isso nós, aderindo fielmente à tradição acolhida desde o início da fé cristã, para a glória de Deus, nosso salvador, para a exaltação da religião católica e a salvação povos cristãos, com a aprovação do santo concílio, instruído e definimos tratar-se de dogma divinamente revelado que o romano pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando desempenhando seu múnus de pastor e de doutor de todos os cristãos, define, em virtude da sua suprema autoridade apostólica, que a doutrina em matéria de fé ou de costumes [...] pela assistência divina que lhe foi prometida na pessoa do bem-aventurado Pedro, daquela

infalibilidade que o divino Redentor quis para a sua Igreja, quando define a doutrina concernente à fé ou aos costumes. Consequentemente essas definições do romano pontífice são irreformáveis por si mesmas, e não em virtude do consenso da Igreja. (PIO IX, [1870], 1999, p. 317-318)

Assim o Concílio definia a infalibilidade do pontífice em questões da fé ou dos costumes, terminando em tom combativo e autoritário: "Se, então, alguém - Deus não o queira! - ousasse contradizer esta nossa definição: seja anátema" (PIO IX, [1870], 1999, p. 318).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O periódico O Apóstolo foi um notável porta-voz dos ideais ultramontanos por sua frequência e longevidade, sendo publicado todos os domingos durante trinta e cinco anos. Durante 1869 e 1870, os olhos do mundo católico estavam voltados para o Concílio Ecumênico convocado por Pio IX e essa atenção se refletiu no jornal, que mencionou o evento em todas as suas edições de 1870.

Segundo Santirocchi, no século XIX o ultramontanismo defendia:

O fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos "perigos" que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais). (SANTIROCCHI, 2010, p. 24)

O alinhamento do Apóstolo com esta tendência, conforme procuramos demonstrar, pode ser percebido em pelo menos dois destes pontos: no reforço da imagem suprema do pontífice e no combate aos "erros" da modernidade. O jornal sempre enfatizou sua tendência de alinhamento às diretrizes da Santa Sé e em defesa da infalibilidade do papa, inclusive expressando-se fervorosamente em apoio à oficialização do dogma pelo Concílio.

No que toca a este tópico, o discurso do Apóstolo se aproxima da narrativa eusebiana, de "cunho apologético, memorialista e providencialista". Segundo Pires (2012, p. 39), na história construída por Eusébio de Cesaréia, estão presentes a exaltação da Igreja em oposição aos seus inimigos, a heroicização dos integrantes da instituição e a legitimidade baseada na continuidade do poder católico.

Em muitas das suas edições, O Apóstolo apresentou os mesmos recursos discursivos, apoiando-se nos argumentos de autoridades fundados nas Sagradas Escrituras e na hagiografia, com base nos quais reiterava a relação hierárquica entre seus editores e os receptores de suas mensagens, própria à funcionalidade do discurso religioso.

Embora não seja possível mensurar o impacto do periódico na vida de seus leitores – nem, tampouco, elaborar uma estimativa mais precisa sobre quem eram estes leitores –, é possível constatar seu empenho em exercer um papel informativo e doutrinário sobre os fiéis, arvorando-se a condição de legítimo representante da “voz de Deus” que, neste caso, falaria através de seus pastores. Neste sentido, O Apóstolo se alinhava às estratégias de universalização do catolicismo romano, veiculando notícias, reproduzindo excertos dos documentos pontifícios e explicando, pedagogicamente, no que consistia, como procedia e a que se destinava o Concílio Ecumênico convocado por Pio IX, em dezembro de 1869.

Este alinhamento com as diretrizes da Santa Sé, contudo, esteve longe de ser incondicional e desprovido de tensões. Embora professassem o dogma da infalibilidade do papa e transmitissem em suas edições as emanações de Roma, as relações entre o clero ultramontano brasileiro e a Cúria romana envolveram conflitos e negociações, uma vez que estiveram mediadas pelo regalismo do Estado e pelas muitas prioridades dos bispados, envolvidos com questões específicas às suas dioceses. (SANTIROCCHI, 2010)

Estas tensões se refletem no próprio perfil assumido pela imprensa católica editada no Brasil durante a segunda metade do século XIX. O caráter fragmentado dos jornais, a falta de uma folha católica de circulação em nível nacional, os problemas de financiamento que incorriam na vida efêmera de muitos deles, além do próprio envolvimento do clero ultramontano com assuntos de natureza política, que ganhavam espaço considerável em suas páginas, foram relatados pelos internúncios e, posteriormente, núncios apostólicos no Brasil, na sua intensa correspondência com a Secretaria de Estado do Vaticano, informando, refletindo, debatendo e formulando propostas e soluções. No julgamento da Secretaria de Estado da Santa Sé, a situação da imprensa católica brasileira estava longe de ser ideal, o que a levava a traçar um “triste prognóstico” sobre o futuro da Igreja católica no Brasil. (Marin, 2018, p. 204)

Se as tensões com Roma foram frequentes, os embates com o Estado imperial, detentor das prerrogativas do padroado, fizeram-se ainda mais pronunciadas, culminando nos episódios da “Questão Religiosa”, entre 1872 e 1875. Embora não caiba analisá-los no escopo deste artigo, vale frisar que a radicalidade dos embates e o afastamento progressivo entre Igreja católica e o governo imperial, desde então, esteve ancorado, em boa medida, no apoio dos ultramontanos ao dogma da infalibilidade papal, que estendia o poder do pontífice aos assuntos de natureza disciplinar e aos costumes do clero e dos fiéis da *orbe* católica. Neste sentido, as orientações da Santa Sé esbarravam num limite intransponível, que dizia respeito à própria soberania do Estado brasileiro, legitimada pela Constituição.

Assim, deu-se no Brasil algo parecido com o que se passou nos países europeus, ou seja:

[...] a igreja local, respondendo às transformações e aos projetos de modernidade concorrentes, buscou se inserir na soberania paralela e universal representada pelo poder pontifício. Mas, enquanto na Europa essa soberana surgiu porque a Igreja já não conseguia manter uma concorrência com os Estados no plano dos ordenamentos jurídicos, no caso brasileiro, onde o regime do padroado era vigente desde a colonização, o fortalecimento da autoridade pontifícia serviu para intensificar a sua capacidade de concorrer com outros projetos de modernidade. (SILVA, SANTIROCCHI, 2020, p. 359)

REFERÊNCIAS

DI STEFANO, Roberto. La Revista *La Religión* (1853-1862) y la formación de um círculo intelectual ultramontano em Buenos Aires. In: RODRIGUES, C.; ZANOTTO, G.; CALDEIRA, R. C.. **Manifestações do Pensamento Católico na América do Sul**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015, pp. 15-42.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero aos nossos dias III: A era do liberalismo**. 2. ed. São Paulo: Edições de Loyola, 2005.

MARTÍNEZ, I.; SANTIROCCHI, I. D. Iglesia Atlántica. Iglesia Universal. Iglesia Romana. Escenario de la Modernidad Caótica en el siglo XIX. **Almanack**, n. 26, 2020, p. 1-8. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/11589/8207>. Acessado em: 22 set. 2022.

MEDEIROS, Wellington da Silva. Concílio Vaticano I (1869-1870): centralização

do catolicismo. **Revista Eletrônica Discente História.com**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/19>. Acessado em: 04 dez. 2022.

MOMIGLIANO, Arnaldo. As origens da historiografia eclesiástica. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NOGUEIRA, Octaviano (org.). **CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: 1824**, Brasília, Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

O APÓSTOLO: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade. Rio de Janeiro, 1866-1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em: 03 set 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 11ª edição. Campinas: Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**. As formas do discurso. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1996.

PIO IX. Syllabus [1864]. In: **Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)**. São Paulo: Paulus, 1999.

PIO IX. Quanta Cura [1864]. In: **Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)**. São Paulo: Paulus, 1999.

PIO IX. Dei Filius [1870]. In: **Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)**. São Paulo: Paulus, 1999.

PIO IX. Pastor Aeternus [1870]. In: **Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)**. São Paulo: Paulus, 1999.

PIRES, Tiago. Revistando a historiografia eclesiástica: a superação de uma narrativa eusebiana. In: BUARQUE, Virgínia A. Castro (org.) **História da historiografia religiosa**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

RAIMUNDO, Mariana de Matos Ponte. **Concílio Vaticano I (1869-1870): textos e contextos, tradição e representação**. 2019. 199 f. Teste (Doutorado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10263>. Acessado em: 26 jan. 2023.

RÉMOND, René. **Réligion et Société em Europe**. La sécularisation au XIXe et XXe siècles (1789-2000). Paris : Édition du Seuil, 2001.

SANTIROCCHI, Ítalo D., **Questão de Consciência: os Ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo D. “*Olhar para o futuro com os pés na tradição: o padroado no Brasil Imperial*”. In: DI STEFANO, Roberto; SILVA, Ana Rosa Cloclet da (orgs.). *Catolicismos em perspectiva histórica: Argentina y Brasil en diálogo*. Buenos Aires, Teseo, 2020, pp. 55-82.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo-Reforma. **Temporalidades**, vol. 2, n. 2, p. 24-33, agosto/dezembro, 2010. Disponível: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387>. Acessado em: 07 jul. 2022.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo. **HORIZONTE**, v. 18, n. 56, p. 542-569, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/22842>. Acessado em: 13 jun. 2022.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O século da secularização e a contribuição brasileira para a universalização do catolicismo. **Rivista di storia del cristianesimo**, v. 17, p. 351-366, 2020. Disponível em: <https://www.morcelliana.net/riviste/rivista-di-storia-del-cristianesimo/decentering-catholicism-a-re-reading-of-the-nineteenth-century-catholic-church-from-a-latin-american-perspective-9788837235215.html>. Acessado em: 28 ago. 2023.

SOLANS, Francisco Javier Ramón. **MÁS ALLÁ DE LOS ANDES**: los orígenes ultramontanos de una iglesia latinoamericana (1851-1910). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2020. p. 303.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **DO ALTAR À TRIBUNA**: os padres políticos na formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841). 2010. 460 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Ney de; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Catolicismo e sociedade contemporânea**: do concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.

ZAGHENI, Guido. **A Idade Moderna**: curso de história da Igreja. Trad. José Maria de Almeida. 2ªEd. São Paulo: Paulinas, 2011.

ZANOTTO, Gizele. A análise do discurso como instrumento metodológico para o historiador da religião. In: SILVA, Ana Rosa Cloclet da; DI STEFANO, Roberto (orgs.). **História das religiões em perspectiva**: desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas. Curitiba: Primas, 2018. p. 335-361.

Recebido em 22-10-2024

Aprovado para publicação em 07-07-2025

PULQUÉRIA E NESTÓRIO

O feminino imperial e a *basileia* durante a controvérsia nestoriana (428-431)

PULCHERIA AND NESTORIUS

The imperial feminine and *basileia* during the Nestorian controversy (428-431)

ROBSON MURILO GRANDO DELLA TORRE¹

RESUMO

Buscamos discutir a atuação da imperatriz Élia Pulquéria (399-453) no início da controvérsia nestoriana, até às vésperas da realização do concílio de Éfeso (431), tomando por base a construção de um espaço de poder próprio que podemos denominar, junto com Judith Herrin, de “feminino imperial”. Argumentamos que, por ser irmã do imperador Teodósio II (408-450) e a despeito de não exercer nenhum cargo público oficial, Pulquéria partilhava com seu irmão daquilo que chamamos de *basileia* – ou seja, a prerrogativa de exercer funções públicas de governo com base em preceitos de legitimidade dinástica. Todavia, indo contra o modelo tradicional de *basileia* feminina construída a partir da ideia de casamento e da geração de filhos, Pulquéria fez-se legitimar por meio de um voto de castidade público e do envolvimento com questões doutrinárias. No contexto da querela doutrinária sobre a Theotokos, a construção desse “feminino imperial” foi por vezes considerada pela historiografia recente como uma tentativa da imperatriz de se fazer associar à Virgem como um modelo de *basileia* feminino. À luz da documentação tanto presente nas ditas “atas do concílio de Éfeso” quanto na narrativa desses eventos por parte de Nestório (bispo de Constantinopla entre 428 e 431), defendemos que o protagonismo de Pulquéria e a construção de seu “imperial feminino” precisam ser contextualizados com base nas expectativas então vigentes sobre o papel das mulheres no espaço público ou sem perder de vista o funcionamento da construção das redes sociais e de influência no Império tardo antigo.

Palavras-chave: Élia Pulquéria (399-453). Nestório de Constantinopla (428-431). controvérsia nestoriana.

ABSTRACT

¹ Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: robson.torre@unimontes.br.

We seek to discuss the actions of Empress Aelia Pulcheria (399-453) in the context of the beginning of the Nestorian controversy, up until the eve of the Council of Ephesus (431), based on the construction of a space of its own power that we can call, alongside with Judith Herrin, “imperial feminine”. We argue that, being the sister of Emperor Theodosius II (408-450) and despite not holding any official public position, Pulcheria shared with her brother of what we call *basileia* – that is, the prerogative of exercising public government functions based on precepts of dynastic legitimacy. However, against the traditional model of female *basileia* built on the idea of marriage and the childbearing, Pulcheria legitimized herself through a public vow of chastity and involvement with doctrinal issues. In the context of the doctrinal quarrel about the *Theotokos*, the construction of this “imperial feminine” was sometimes considered by recent historiography as an attempt by the empress to associate herself with the Virgin as a model of female *basileia*. In light of the documentation present both in the so-called “acts of the council of Ephesus” and in the narrative of these events by Nestorius (bishop of Constantinople between 428 and 431), we argue that Pulcheria’s protagonism and the construction itself of its “imperial feminine” need to be contextualized based on the expectations then in force regarding the role of women in the public space without losing sight of the functioning of the social and influence networks in the late antique Empire.

Keywords: Aelia Pulcheria (399-453). Nestorius of Constantinople (428-431). Nestorian controversy.

INTRODUÇÃO

Discussões sobre concílios e controvérsias doutrinárias na antiguidade tardia eram assuntos bastante masculinos – ao menos, se acreditarmos naquilo que as fontes literárias do período querem nos fazer acreditar. Para além da pletora de conceitos, argumentos filosóficos e uma cronologia sem fim de encontros eclesiásticos que criavam mais problemas ao invés de resolver os já existentes, o/a pesquisador/a interessado/a no assunto se depara com uma lista infindável de imperadores, bispos, oficiais imperiais, monges e “homens santos” (na consagrada expressão de Peter Brown) dos mais variados tipos. Já as mulheres, não raro, são lembradas como coadjuvantes de luxo – pessoas que atuavam nos bastidores, talvez movidas por algum zelo religioso acima da média, talvez interessadas em exercer sua influência em algum assunto em que de fato houvesse alguma abertura para que participassem. Quando muito, nossas fontes nos fazem lembrar que mulheres imperiais, sobretudo, podiam ser figuras importantes no apoio à causa teológica de algum bispo de destaque ou

ainda podiam ser bastante vingativas a ponto de arruinar a carreira eclesiástica de algum desafeto que as tivessem contrariado.

Pesquisas mais recentes como as de Liz James (2001), Kate Cooper (2004) e Judith Herrin (2000, 2016) – não por acaso, conduzidas principalmente por pesquisadoras mulheres – têm aprofundado nossa compreensão sobre a elaboração dos estereótipos e preconceitos esboçados nas fontes sobre o feminino no mundo antigo, bem como têm colaborado em sua desconstrução. No Brasil, trabalhos como os das professoras Margarida Maria de Carvalho (Unesp), Sarah Azevedo (UFBA), Lourdes Feitosa (UNISAGRADO) e Renata Senna Garraffoni (UFPR)², bem como de grupos de pesquisa mais amplos como o Messalinas (USP), são fundamentais para nos mostrar o quanto mulheres foram silenciadas e desqualificadas em nossa documentação literária oriunda da Antiguidade, revelando-nos um mundo muito mais complexo e diversificado no qual mulheres de vários setores da sociedade exerciam um protagonismo significativo na vida familiar, cidadina e mesmo na vida política do Império.

No caso mais específico da Antiguidade tardia, as fontes eclesiásticas nos são de grande valia para conseguirmos observar a atuação dessas mulheres da elite e do povo por um prisma de muito maior destaque. Interessadas tanto por aspectos mais mezinhos do cotidiano das comunidades quanto pelos bastidores da política dos mais altos círculos imperiais, esses textos sempre encontravam mulheres dos mais variados segmentos sociais nesses espaços. Por meio delas, muitas fontes eclesiásticas acreditavam poder explicar uma rede complexa de relações políticas e sociais que, em última instância, culminavam em homens poderosos – imperadores, bispos e oficiais imperiais –, mas que eram muito suscetíveis, pelos mais variados motivos, à influência que mulheres próximas a eles eram capazes de exercer.

No presente trabalho, busco oferecer uma contribuição a essa tendência historiográfica de problematização acerca do olhar sobre o feminino que as

² Observo que essa lista não é exaustiva e que busca lançar luz sobre pesquisadoras que têm contribuído, junto com suas/seus orientandas/os, com pesquisas voltadas especificamente para mulheres no âmbito do Império romano e da Antiguidade tardia. Pensando de forma mais alargada nos estudos sobre Antiguidade no Brasil, podemos também incluir o nome da professora Marta Mega de Andrade (UFRJ), mais voltada para os estudos da Atenas Clássica, e da professora Maria Regina Cândido (UERJ), com escopo mais geral e que organizou uma coletânea importante a respeito do tema (ver Cândido, 2012).

fontes antigas projetam em suas narrativas, bem como da valorização do protagonismo das mulheres na vida pública romana, aliada a uma preocupação com a temática do estudo das redes sociais no mundo antigo, tópico este também de interesse crescente nos últimos tempos. Parto aqui das reflexões de Fergus Millar sobre o assunto, para quem tão importante quanto a reconstrução efetiva das redes sociais e políticas existentes na Antiguidade tardia é o modo como os autores do período as percebem ou as imaginam a partir de premissas pré-concebidas sobre o funcionamento do poder imperial e da sociedade romana de modo geral (Millar, 2005, p. xv-xvi).

Em termos de recorte documental, minha intenção é me concentrar na atuação da imperatriz Élia Pulquéria (399-453) no início da querela nestoriana, no período que se estende desde a eleição de Nestório ao episcopado de Constantinopla (abril de 428) até à realização do concílio de Éfeso (431), que resultou na deposição do referido bispo e no triunfo de uma doutrina cristológica defendida pelo bispo Cirilo de Alexandria (412-444) que, dentre outras coisas, sustentava que era lícito se referir a Maria, mãe de Jesus, como “aquela que deu à luz Deus” – em grego, *Theotokos*. Quanto às fontes, pretendo me valer do amplo material contido naquilo que costumamos chamar de “atas do concílio de Éfeso” – um enorme conjunto de sermões, tratados teológicos, registros de sessões conciliares e cartas reunidas em coleções canônicas medievais que buscavam construir uma narrativa sobre o concílio favoráveis à memória de Cirilo e hostis a Nestório –, bem como da própria versão dada por Nestório anos depois de sua condenação em seu *Livro de Heráclides*. Nestório é alguém particularmente interessado em responsabilizar Pulquéria por sua deposição e exílio, ainda que o faça ajustando sua narrativa às expectativas de seu público leitor sobre a atuação feminina na política imperial. De forma complementar, utilizarei algumas fontes posteriores (até o século VII) que relatam episódios nos quais a imperatriz e outras mulheres influentes em Constantinopla entraram em rota de colisão com Nestório, sugerindo determinado padrão de comportamento por parte do bispo. Desta maneira, busco mostrar que sua atuação na controvérsia se alinha a certo horizonte de expectativas por parte de um público feminino em Constantinopla no que tange à atuação do bispo local e à doutrina sobre a Virgem, ela própria sendo expressão de certas concepções sobre o

feminino nesse mundo tardo antigo.

A fim de atingir meus objetivos, estruturo o texto que segue em quatro partes. Na primeira, discuto o conceito formulado por Judith Herrin (2001; 2016) de “feminino imperial”, por meio do qual ela tentava explicar o lugar muito específico ocupado por mulheres ligadas aos imperadores do período e que, mesmo não exercendo nenhuma magistratura oficial, ocupavam lugar de destaque na política romana e exerciam influência decisiva na tomada de decisões no espaço público. Em um segundo momento, passo em revista pela trajetória de Pulquéria como uma mulher influente na política imperial durante toda a primeira metade do século V, estendendo-me até seu casamento com o imperador Marciano em 450. Meu intuito aqui é investigar quais eram as potencialidades e as limitações de seu poder e de sua influência nas mais variadas situações a fim de refletir sobre a possível extensão de seu protagonismo no início da querela nestoriana. Em terceiro lugar, me ocuparei da carreira inicial de Nestório e de suas primeiras contribuições ao debate cristológico tão logo assumiu o posto episcopal na cidade imperial. Intento aqui mostrar como a própria atuação do bispo era o resultado de uma complexa e delicada rede de apoio político que o sustentava em Constantinopla, o que deveria sugerir que também o protagonismo de Pulquéria deveria ser pensado a partir dessa perspectiva de uma trama de contatos.

1. O “FEMININO IMPERIAL” NA DINASTIA TEODOSIANA (379-455)

A existência de “mulheres imperiais” (na expressão consagrada por Kenneth Holum) no mundo romano é um problema em si mesmo. Todas elas desfrutavam de posição de grande prestígio porque estavam ligadas ao imperador por laços de sangue (i.e. mães, irmãs, filhas) ou por casamento (HARRIES, 2013, p. 69-70). Fazendo parte da *domus* imperial, integravam o cerimonial do palácio e usufruíam de funcionários imperiais designados especialmente para servi-las em suas necessidades cotidianas³. Contudo, nenhuma delas detinha um cargo público que lhes permitisse nomear pessoas

³ Os aposentos em que passavam a maior parte do dia no palácio eram chamados de *sacrum cubiculum*, que era capitaneado por um *praepositus* (geralmente um eunuco) e assistido por dezenas de serviçais (homens e mulheres). Para mais, ver Smith, 2007, p. 202-203.

ou emitir leis – ou seja, nenhuma delas podia exercer o poder de *imperium*⁴. Algumas poucas dessas mulheres, como Helena (c. 250-329), Fausta (289-326) ou Élia Flácila (m. 386), obtiveram a distinção do título de Augusta, o que na prática as tornava parte do colégio imperial (ainda que de modo figurativo), permitindo que fossem retratadas em moedas imperiais ou que obtivessem a dignidade de receber estátuas ou qualquer outro tipo de honra pública como figura de autoridade (HOLUM, 1982, p. 29-34; BUSCH, 2023, p. 208 e 211). Todavia, o nome de nenhuma delas aparece como signatário de qualquer comunicação oficial imperial (no sentido de um documento com força de lei) e não havia qualquer previsão legal que estipulasse que pudessem exercer qualquer forma de poder público sem que este viesse chancelado pela autoridade de alguma figura masculina.

Ainda que impedidas de exercer uma posição política pública efetiva nos moldes tradicionais, essas mulheres imperiais estavam muito longe de serem figuras decorativas. Embora não dispusessem do poder de *imperium*, detinham a prerrogativa da *basileia* – ou seja, o atributo da legitimidade daquele que governa (Silva, 2015). Embora essa *basileia* não as autorizasse a emitir leis, ao menos lhes conferia a legitimidade de dar ordens dentro do espaço doméstico do palácio imperial (o *sacrum cubiculum*), a habilidade de gerir seu patrimônio pessoal (SLOOTJES, 2023, p. 245) e de transmitir a legitimidade do poder imperial a quem elas bem entendessem caso viesse a faltar um sucessor homem na família imperial (HUMPHRIES, 2019, p. 21-22; BUSCH, 2023, p. 210). Diferentemente do *imperium*, a *basileia* estava cercada de diversas características simbólicas e ritualísticas, muito mais ligada à legitimação do governante e de sua família à frente do Império do que ao efetivo exercício do poder. Sobretudo a respeito da Antiguidade tardia, temos vários estudos recentes que tratam dessas diferentes estratégias de legitimação do governo junto à população, sempre enfatizando sua dimensão narrativa (por meio de imagens, aparições públicas e a construção de um rebuscado cerimonial) e sua associação com a construção da imagem do governante e de sua família com a

⁴ Sobre o poder de *imperium*, ver RICHARDSON, 1991, sobretudo p. 1-4. Sobre a impossibilidade de mulheres em exercê-lo, ver HARRIES, 2013, p. 72-73 e BUSCH, 2023, p. 208-211.

esfera do sagrado⁵.

Foi seguindo essa linha de pensamento que Kenneth Holum cunhou a expressão “*basileia* sagrada” para se remeter ao tipo de associação que essa família tentava construir entre a sua esfera de dominação e liderança política e a esfera do divino e sobrenatural (HOLUM, 1982, p. 1-5). Teria sido por essa perspectiva que as mulheres teodosianas teriam se envolvido em diversas controvérsias teológicas do período, mormente a querela sobre a *Theotokos*, pois seria de seu interesse garantir a plena ortodoxia desse epíteto mariano para, de modo indireto, assegurar a associação dessas mulheres imperiais com o divino encarnado pelos homens de sua família por meio do casamento e da geração de filhos. Em outras palavras, é como se elas enxergassem em Maria uma espécie de modelo de *basileia* – tal como o Cristo era uma das referências de *basileia* para os imperadores (e.g. BROWN, 1992, p. 118-158) – que devesse ser endossado pelo clero a fim de que essa imagem se propagasse junto à população para mais bem solidificar a posição da dinastia à frente do poder.

Como se pode ver, havia um corolário muito específico sobre o tipo de personagem que se esperava que essas mulheres imperiais representassem na sociedade romana. É nesse sentido que me parece muito apropriada a designação de Judith Herrin da existência de um “imperial feminino” neste período na medida em que a atuação dessas mulheres era condicionada a um modelo de *basileia* que envolvia o decoro esperado na função e os atributos dinásticos que sustentavam a legitimidade da *domus* reinante. Entretanto, mesmo esse modelo podia ser cambiante e flexível para se adaptar a estilos diversos de atuação pública e modo de vida, ainda que sempre vislumbresse essa defesa das credenciais de governo e legitimação dinástica. Passemos então em revista à carreira de Pulquéria a fim de percebermos tanto os modelos de imperial feminino com que ela teve contato em sua família quanto sua própria construção pessoal do modelo ao longo dos anos.

2. A CARREIRA DE PULQUÉRIA

⁵ Diversos exemplos podem ser mencionados aqui. No Brasil, o estudo clássico continua a ser o de SILVA, 2015.

Élia Pulquéria⁶ é uma das mulheres mais proeminentes dentre aquelas que pertenceram à assim chamada dinastia teodosiana (379-455), ela própria reconhecida pelo alto grau de destaque político e social de suas mulheres comparado àquilo que geralmente se observava no Império romano. Neta, filha, irmã e esposa de imperadores, Pulquéria viveu desde seu nascimento dentro dos círculos mais íntimos do poder imperial e teve diversos exemplos femininos de decidida ação política com que se inspirar. Sua mãe, Élia Eudóxia (morta em 404)⁷ teve atuação decisiva na política do período quando, por exemplo, empenhou-se publicamente na queda tanto do *praepositus* Eutrópio quanto do bispo João Crisóstomo (WESSEL, 2004, p. 29), sendo também uma fervorosa apoiadora da ortodoxia nicena na capital imperial ao longo de sua vida. Uma de suas tias, Gala Placídia (388-450)⁸, foi uma personagem crucial nas relações erráticas e tensas entre romanos e godos na década de 410, a tal ponto que foi dada em casamento ao rei visigodo Ataulfo para cimentar a paz entre os povos em 414 (MATTHEWS, 1990, p. 316-317); a mesma Placídia casou-se logo depois com Constâncio III (morto em 421)⁹ para fortalecer o governo de seu meio-irmão, o imperador Honório¹⁰ (408-423), e ainda por cima teve um papel decisivo na ascensão de seu filho com Constâncio, chamado Valentiniano, ao poder imperial após um breve período de usurpação em Roma (BUSCH, 2023, p. 210). O destaque dessas mulheres teodosianas era tamanho que provém delas o único documento de toda a antiguidade, como Fergus Millar fez questão de enfatizar diversas vezes (e.g. MILLAR, 2005, p. 37-38), escrito de uma mulher para outra mulher sobre um assunto de natureza política sobre o qual elas podiam tomar parte ativa em sua resolução – no caso, uma carta de Gala Placídia a Pulquéria do ano de 450 buscando um alinhamento entre as cortes de Constantinopla e de Roma na reversão das medidas adotadas pelo dito segundo

⁶ Seguindo o costume da área, ofereço em notas a referência de cada uma das personagens mencionadas neste artigo dentro da **Prosopography of the Later Roman Empire** (abreviada simplesmente como PLRE) para fins de comodidade para os pesquisadores habituados. No caso de Pulquéria, **PLRE** 2, p. 929-930 (Aelia Pulcheria).

⁷ **PLRE** 2, p. 410 (Aelia Eudoxia 1).

⁸ **PLRE** 2, p. 888-889 (Aelia Galla Placidia).

⁹ **PLRE** 2, p. 321-325 (Fl. Constantius 17).

¹⁰ Placídia era filha do segundo casamento de Teodósio, com Gala. Todos os seus demais filhos (incluindo os imperadores Arcádio e Honório) eram frutos de seu primeiro casamento, com Flácila (Holum, 1982, p. 45).

concílio de Éfeso ocorrido no ano anterior.

Pulquéria, no entanto, era diferente dessas mulheres porque escolheu um caminho alternativo para delinear e sustentar sua *basileia*. Ao invés de seguir o rumo do casamento, ela decidiu se devotar a uma vida de castidade a ponto de dedicar sua virgindade e a de suas duas irmãs mais novas, Arcádia¹¹ e Marina¹², por meio de uma cerimônia pública que incluía a oferta de uma imagem votiva no altar de uma das basílicas constantinopolitanas¹³. Se acreditarmos em Kenneth Holum, isso fazia parte de um plano para se contrapor a uma política de casamentos que a envolvia nos anos de 412-413 e que visava beneficiar Antêmio¹⁴, então o mais poderoso oficial da corte de Teodósio II (408-450), seu irmão mais velho que sequer havia ainda entrado na puberdade. Ainda segundo Holum, a implacabilidade e forte personalidade de Pulquéria nesse momento teriam sido fundamentais não só para impedir que tal arranjo matrimonial fosse levado adiante como também para derrubar Antêmio e todo o seu círculo político da boa vontade do poder imperial e permitir que ela própria, Pulquéria (então ainda uma mera adolescente de 15 anos) assumisse as rédeas do poder imperial por pelo menos sete anos – de 414, ano da queda de Antêmio, até 421, quando seu irmão se casou com Élia Eudócia¹⁵ e passou a dedicar mais atenção e ouvidos a esta última (HOLUM, 1982, p. 94-98)¹⁶. Elevada ao título de Augusta neste mesmo ano de 414, Pulquéria se fez representar como legítima e efetiva participante do colégio imperial a ponto de ter sua imagem retratada em moedas e estátuas dedicadas em conjunto com os de Honório e Teodósio II (que, para todos os efeitos legais, eram os únicos imperadores do período, cada um deles governando uma das *partes Imperii*) (HOLUM, 1982, p. 109-111). Era como se houvesse três imperadores associados, não dois, sendo um deles uma mulher pela primeira vez na história romana.

¹¹ PLRE 2, p. 129 (Arcadia 1).

¹² PLRE 2, p. 723 (Marina 1).

¹³ Já Cooper, 2004, p. 41 não acredita nessa atribuição, totalmente dependente de fontes muito tardias.

¹⁴ PLRE 2, p. 93-95 (Anthemius 1).

¹⁵ PLRE 2, p. 408-409 (Aelia Eudocia 2).

¹⁶ Tanto Cameron (1982, p. 255-256) quanto Millar (2005, p. 226-227) questionam a extensão de todo esse poder de que Pulquéria desfrutaria sozinha de acordo com Holum. Embora não neguem que a ascendência dela sobre Teodósio nesse período fosse decisiva, ambos reconhecem que o exercício do poder por parte de Pulquéria ainda se fazia por intermédio da atuação de homens em posições-chave de comando no palácio.

Ainda que possamos levantar dúvidas importantes sobre tal protagonismo exclusivo de Pulquéria em sua ascensão improvável ao poder (ninguém a ajudou a fazer frente a um poderoso oficial romano como Antêmio, por exemplo?¹⁷) e em seu “governo” de 414-421, nas palavras de Holum, é inegável que ela desempenhou funções políticas muito importantes ao longo de sua vida. Os historiadores eclesiásticos do século V são quase unânimes em enfatizar sua ascendência sobre seu irmão mais novo, agindo virtualmente como sua regente até seu casamento com Eudócia. Teria sido Pulquéria, por exemplo, que teria levado o ainda menino Teodósio a seguir uma vida de oração e profundo zelo religioso, que teria cuidado de sua educação (tanto na *paideia* clássica quanto nos modos da corte) e que teria providenciado uma esposa para ele tão logo ele se decidiu por se casar (CAMERON, 1982, p. 275-277). Mesmo após começar a perder poder dentro do palácio com a ascensão de Eudócia e de facções políticas hostis a ela a partir de fins da década de 430 (CAMERON, 1982, p. 264-265), Pulquéria ainda teria mantido sua posição de influência junto ao irmão em assuntos eclesiásticos. Ela nunca chegou a cair verdadeiramente em desgraça junto a Teodósio, embora a relação entre eles tenha passado por momentos difíceis, como quando a imperatriz decidiu se retirar do palácio de seu irmão para residir nos subúrbios de Constantinopla, a uma distância segura das intrigas (HERRIN, 2016, p. 10). De igual modo, os altos e baixos na relação entre os irmãos imperiais se refletiam na capacidade de Pulquéria ter voz e vez em momentos-chave de querelas eclesiásticas, como foi o caso no segundo concílio de Éfeso de 449, presidido pelo bispo alexandrino Dióscoro (bispo entre 444 e 451), a quem ela fazia forte oposição, mas não foi ouvida por seu irmão (MCGUCKIN, 2004, p. 231-232).

Embora grande parte do poder de Pulquéria se devesse à sua ascendência sobre Teodósio, ela ainda tinha uma relevância política própria. Quando este último morreu de modo inesperado em 450 durante um passeio a cavalo nos arredores de Constantinopla, Pulquéria foi instada a se casar com um soldado chamado Marciano¹⁸, cujo único predicado era ser uma criatura fiel (e

¹⁷ Harries (2013, p. 72) também tem sérias dúvidas a respeito, acreditando ser mais provável que o desaparecimento de Antêmio das fontes se devesse por morte natural.

¹⁸ PLRE 2, p. 714-715 (Marcianus 8)

politicamente viável) de Aspar¹⁹, o *magister utriusque militiae* de origem alana que era então o governante de fato do Império do Oriente (BURGESS, 1994). Pode-se alegar que a imperatriz funcionasse aqui como mero adorno ao novo regime concebido por Aspar, conferindo-lhe certo verniz de credibilidade e legitimidade dinástica, porém sua posição firme se fez novamente sentir frente a homens poderosos (como argumenta, por exemplo, BURGESS, 1994, p. 61-68). Afinal, ela só acabou cedendo ao plano sob três condições: 1) Marciano não encostaria um dedo nela e viveriam ambos em quartos separados (afinal, ela tinha um voto de castidade a cumprir!); 2) a execução de um *praepositus sacri cubiculi* chamado Crisáfio²⁰, que era entendido como um dos grandes articuladores do segundo concílio de Éfeso e alguém que teria trabalhado pelo afastamento entre Pulquéria e Teodósio em seus anos finais; 3) a realização de um gigantesco concílio ecumênico para reverter todas as decisões tomadas em Éfeso II – no caso, este seria o grande concílio de Calcedônia realizado no ano seguinte. Até onde nos consta, as três condições de Pulquéria foram plenamente satisfeitas (BURGESS, 1994, p. 65 e BUSCH, 2023, p. 215), por mais que sabotassem os planos de Aspar de construção de algum tipo de linhagem imperial derivada da teodosiana ou mesmo chacoalhassem ainda mais um mundo romano já suficientemente perturbado com querelas doutrinárias.

Este panorama sucinto sobre a carreira de Pulquéria nos permite vislumbrar a altíssima posição de que mulher imperial desfrutava, sobretudo ao levarmos em consideração a sua posição de destaque por ocasião da chegada de Nestório à cidade imperial em 428. Afinal, ele não estava somente se dirigindo a uma mulher poderosíssima da corte imperial que, neste momento, ainda tinha uma influência considerável sobre o imperador – e que, portanto, poderia ser decisiva em sua atuação eclesiástica nos anos seguintes. Ele estava se dirigindo a uma mulher deveras singular, que tinha plena noção de sua ambição política e dos caminhos do poder no Império romano.

Por mais que Nestório não fosse o maior entusiasta da valorização da figura feminina na sociedade romana – em muito mais do que em um sentido, como veremos logo abaixo –, ele percebeu desde muito cedo em sua chegada

¹⁹ PLRE 2, p. 164-168 (Fl. Ardabur Aspar).

²⁰ PLRE 2, p. 295-297 (Chrysaphius *qui et* Ztummas).

a Constantinopla que Pulquéria era uma figura central no palácio imperial e com quem, portanto, ele deveria lidar de alguma forma. Essa percepção de que era preciso saber como funcionavam as relações de poder e de influência dentro do palácio, bem como sobre os meios ideais de como explorá-la em benefício próprio, é um traço fundamental do funcionamento político do Império na Antiguidade tardia. Contudo, para complicar a vida do bispo recém-chegado à capital, Pulquéria era uma mulher diferente, alguém para a qual não havia praticamente nenhum protocolo sobre como se relacionar por meio da *paideia* convencional. Sendo assim, ele teve que encontrar novos caminhos para convencê-la de seu projeto eclesiástico e, imediatamente depois, da ortodoxia de suas proposições teológicas acerca da *Theotokos*.

Como argumenta Jill Harries (2013, p. 73), é preciso cuidado para que não restrinjam nosso escopo de análise somente à atuação de algumas poucas figuras da família imperial como sendo responsáveis pela promoção ou desgraça na carreira de personagens individuais. A própria autora apresenta ressalvas quanto à capacidade de mulheres como Pulquéria influenciarem em decisões administrativas de escopo mais amplo²¹ – aquelas tomadas pelo *consistorium* imperial, por exemplo. Logo, não podemos resumir os insucessos de Nestório à sua dificuldade de comunicação e relacionamento com a irmã mais velha de Teodósio II. Ainda assim, defendo que a relação entre o recém-chegado bispo e a imperatriz pode lançar muita luz tanto sobre a atuação política dela neste período quanto sobre o retrato que dela se construiu na propaganda imperial que nos chega por meio das fontes.

3. O “INTRUSO” NESTÓRIO

Nestório assumiu o episcopado da igreja de Constantinopla no dia 10 de abril de 428. Originário de Germanícia, na Cilícia (na fronteira sudeste da atual Turquia com a Síria), ele tinha sido monge em uma casa nas proximidades de Antioquia, na Síria, e era reputado pelo rigor de sua vida ascética e por sua qualidade como orador (Sócrates de Constantinopla. **História Eclesiástica** 7.29.1-4). Suas conexões junto aos “poderosos” de Constantinopla (τοῖς

²¹ Embora ver a opinião contrária de Slootjes (2023, p. 247, 261).

κρατοῦσι, nos dizeres de Sócrates)²² foram fundamentais para sua indicação ao episcopado tanto quanto sua reputação como um “homem santo”. Afinal, como mostrou Peter Van Nuffelen (2004, p. 30-33), a igreja constantinopolitana se encontrava cindida entre dois partidos irreconciliáveis, um liderado por certo Proclo (que viria a ser elevado ao episcopado poucos anos após) e outro liderado por um presbítero de nome Filipe. Essa situação não era incomum na comunidade cristã local, tanto que os imperadores desde muito cedo se habituaram a indicar um candidato próprio para apaziguar os ânimos e evitar que a polarização aprofundasse as divisões (ver, por exemplo, DAGRON, 1974, p. 440-441, 451-453, 463). De preferência, o escolhido era alguém sem vínculos com a igreja local e que, portanto, dependesse exclusivamente do imperador como fonte de sua legitimidade à frente da igreja local. Cerca de trinta anos antes de Nestório, a escolha do imperador (Arcádio, na ocasião) já tinha recaído sobre um sírio – neste caso, João, um monge tão reputado por sua oratória (assim como Nestório) que foi apelidado de o “boca de ouro” (Crisóstomo, em grego)²³. Assim como Nestório, João não durou muito tempo à frente da igreja constantinopolitana por incorrer na ira tanto da imperatriz do momento (Eudóxia, mãe de Pulquéria) quanto do bispo de Alexandria com ótimos contatos na corte (Teófilo, tio de Cirilo de Alexandria, o principal antagonista de Nestório). Tanto Nestório quanto Crisóstomo acabariam condenados por via conciliar, depostos e exilados sob ordem imperial e terminariam suas vidas na indigência²⁴.

Todavia, o fato de Nestório ser alguém estranho às intrigas locais da igreja de Constantinopla trazia desvantagens significativas na maneira como conduzia o episcopado. Não que o fato de ser alguém oriundo da Síria fizesse de Nestório alguém incompatível com a realidade eclesiástica local, porém sua falta de habilidade para lidar com as diferenças regionais em termos de costumes e crenças logo lhe valeu o entendimento junto à comunidade local de que fosse “um estrangeiro de Antioquia” (ἐπὶ λυδᾶ δὲ ἐκ τῆς Ἀντιοχείας, segundo

²² Todas as traduções de línguas antigas aqui são de minha autoria direta, a não ser pelos trechos retirados do *Livro de Heráclides*, para os quais me baseio na tradução francesa contida na edição de François Nau (o original está em siríaco, que, por sua vez, traduziu o texto original de Nestório do grego).

²³ Sobre a eleição de Crisóstomo, ver Dagron, 1974, p. 464-465.

²⁴ Sobre Crisóstomo e seus infortúnios no dito “sínodo do carvalho” de 403, ver Dagron, 1974, p. 489-491.

SÓCRATES DE CONSTANTINOPLA. **História Eclesiástica** 7.29.2)²⁵. Logo em seu início à frente da igreja local, por exemplo, ele tentou aplicar uma solução doutrinária que já tinha funcionado em Antioquia) para resolver um impasse entre cristãos de Constantinopla que debatiam sobre a forma mais apropriada de se referir à Virgem Maria:

Por que tu [Cirilo] me calunias, dizendo: “Foi ele que pôs essa questão [sobre a *Theotokos*]”, por que me chamas de “inventor de novidades” e “causa de tumulto e de guerra”, eu que nunca coloquei tal questão, mas que a encontrei em Antioquia? Nessa cidade, ensinei e falei sobre esses assuntos e ninguém me censurou, e pensei que esse dogma já estivesse rejeitado. Em Constantinopla, como descobri que [os fiéis] se perguntavam e tinham necessidade de aprender, coloquei-me a seu dispor como a verdade exigia. As facções do povo que combatiam sobre esse assunto vieram juntas ao palácio episcopal. Elas chamavam de maniqueístas aqueles que chamavam a bem-aventurada Maria pelo nome de “mãe de Deus” [*Theotokos*], e de fotinianos os que a chamavam de “mãe do homem” [*Anthropotokos*]. Quando os interroguei, os primeiros não negaram a humanidade nem os segundos a divindade; eles confessaram esses dois pontos da mesma maneira, e estavam divididos apenas quanto ao nome. [...]. Eu os remediei dessa controvérsia e dessa disputa, dizendo: [...] “Quando dizeis ‘mãe de Cristo’ [*Christotokos*] na união e sem divisão, designais tanto um quanto outro na filiação [...]”. Quando ouviram essas palavras, eles disseram: “Nossa questão foi resolvida diante de Deus”. Eles partiram com exultação e louvor e permaneceram na concórdia até o dia o dia em que caíram na armadilha daqueles que buscavam o episcopado (NESTORIUS, 1910, p. 91-92).

Entretanto, a questão gerou tal grau de indignação em uma parte do clero e do povo de Constantinopla que Nestório chegou a ser confrontado publicamente durante um sermão por um advogado chamado Eusébio (depois elevado ao episcopado da cidade de Dorileu) para, logo em seguida, ser refutado em suas teses sobre a *Theotokos* por uma contestação pública postada na porta da igreja em que Nestório celebrava a sinaxe (SCHWARTZ, 1920, p. 15-16). Curiosamente, o propósito desta contestação era condenar o bispo em termos teológicos bastante “sírios”, mostrando a proximidade de seu pensamento para

²⁵ Algo também observado por Van Nuffelen, 2010, ainda que sob a ótica de que Nestório, sendo um *outsider* apoiado pelo imperador, representaria uma ameaça às estruturas de poder eclesiástico local, o que estimularia até mesmo uma colaboração entre tais partidos rivais para neutralizar esse “intruso”.

com o de um herege como Paulo de Samósata e seu distanciamento para com o de figuras reputadamente ortodoxas na mesma região como Eustácio de Antioquia (*idem*). A meu ver, não precisamos aqui recorrer à velha e já bastante criticada esquematização da existência de uma “escola teológica antioquena” para justificar essa especificidade do pensamento nestoriano e sua incompatibilidade com o que se pensava a respeito em Constantinopla²⁶. Basta percebermos que Nestório era um verdadeiro estranho no ninho na cidade imperial, que apenas se sustentava no cargo porque tinha o apoio dos “poderosos” que gravitavam em torno de Teodósio II.

Nestório chegou a Constantinopla com um plano de atuação bem definido e alinhado ao poder imperial, ao menos de acordo com o que nos dizem as fontes imediatamente posteriores à sua deposição episcopal. “Dá-me, ó imperador, a terra purificada de hereges e eu te darei o céu por recompensa; ajuda-me a destruir os hereges, e ajudar-te-ei a destruir os persas” (SÓCRATES DE CONSTANTINOPLA. **História Eclesiástica** 7.29.5). Teriam sido com essas palavras que o bispo recém-chegado teria anunciado seu propósito em um de seus primeiros sermões na cidade, algo que não deixou de scandalizar a muitos (como o próprio Sócrates!) que entendiam não só que os persas não eram da alçada de Nestório como também que essa “purificação” da heresia era, na verdade, uma declaração de guerra contra todas as dissidências eclesiásticas na cidade que não rezassem na cartilha do imperador. Com efeito, tal simbiose com o poder público foi nefasta para diversos grupos cristãos da cidade, tais como novacianos e arianos, que viram suas igrejas serem destruídas e seus direitos de propriedade cassados sob a instigação de Nestório (SLOOTJES, 2023, p. 247). O ressentimento de grande parte da população só aumentava, assim como a percepção de que não passasse de mais um homem do imperador cuja única sustentação fosse bajulá-lo e cumprir sua vontade.

Tal como no caso de Pulquéria, não tenho a pretensão de fazer passar essa apresentação sucinta sobre a chegada de Nestório como um quadro exaustivo. Ela tem por intuito apenas levantar pontos que me parecem relevantes para entender que tipo de pessoa era o bispo que entrou em rota de colisão com

²⁶ A literatura a respeito é gigantesca e transcende em muito o debate historiográfico. Para fins didáticos, contentêmo-nos, com o panorama oferecido por GRILLMEIER, 1965.

a imperatriz, bem como a importância de pensar suas ações e crenças dentro de um quadro mais amplo de conexões políticas e sociais que lhe davam respaldo – ainda que, mesmo com essa rede de apoio, sua posição à frente da igreja de Constantinopla tenha se mostrado bastante frágil e efêmera.

4. PULQUÉRIA E O FEMININO IMPERIAL NA CONTROVÉRSIA NESTORIANA

Quando pensamos nos motivos que levavam uma imperatriz como Pulquéria a tomar partido em uma querela doutrinária, devemos admitir que questões de piedade pessoal e devoção eram muitas caras a ela. Contudo, é evidente por aquilo que foi exposto acima que, em um contexto em que a legitimidade dinástica da família reinante apresentava conexões significativas com o discurso religioso hegemônico no Império, tudo aquilo que fosse dito ou pensado sobre Cristo, Maria ou qualquer outra figura de destaque dentro do cristianismo poderia ser aproveitado como elemento de construção da *basileia* (ou vice-versa). Veremos logo abaixo que já as fontes do período estabeleciam esse tipo de paralelismo, que também foi explorado pela historiografia contemporânea (ver BROWN, 1992, MCGUCKIN, 2004, p. 24 e CAMERON, 2004, p. 9-10). Porém, o quanto uma figura como Pulquéria era capaz de efetivamente contribuir para os debates teológicos, ou ainda o quanto era capaz de mobilizá-los a favor da construção de sua própria *basileia*?

A despeito das teses de Kenneth Holum, fundacionais para o estudo da temática nos últimos quarenta anos, segundo as quais Pulquéria era uma figura central na política do período e dotada de uma força de vontade e de uma força política inabaláveis a ponto de conseguir fazer frente aos mais poderosos oficiais de seu irmão (HOLUM, 1982, p. 79-111), é preciso reconhecer que o protagonismo da imperatriz tinha suas limitações. No caso da polêmica sobre a *Theotokos*, até onde vai nosso conhecimento, ela foi iniciada por homens, conduzida por homens e afetou de modo mais palpável a vida de homens. Nada nos faz supor, por exemplo, que Pulquéria fosse mais respeitada pela população de Constantinopla ou das províncias após a vitória da teologia da *Theotokos* em Éfeso – pelo contrário, é justamente a partir da década de 430 que tanto ela quanto Eudócia perdem espaço e influência junto a Teodósio II. As imperatrizes

sequer são mencionadas nos registros das sessões conciliares que nos chegaram de Éfeso (431). De fato, o único concílio em que Pulquéria esteve presente, teve participação efetiva e foi aclamada pelos participantes foi o de Calcedônia em 451, mas sem relação alguma com uma suposta associação que ela nutrisse com a *Theotokos* (ver SCHWARTZ, 1929). Porém, mesmo em Calcedônia, como demonstrou Richard Price (2004, p. 37-38), quando Pulquéria estava no ápice de seu poder e prestígio, o encaminhamento dos debates conciliares ignorou por completo qualquer protagonismo da imperatriz e quase que passou em silêncio pela discussão acerca de questões relativas à Virgem.

A polêmica doutrinária sobre a *Theotokos* pode muito bem ser muito masculina em sua essência e não dizer respeito diretamente às mulheres imperiais no que se refere ao seu exercício do poder. Não há sequer indícios concretos de que tenham contribuído com argumentos para o debate ou que tenham sido ouvidas em algum momento por algum personagem masculino genuinamente interessado naquilo que tinham para dizer sobre o assunto. A despeito disso, elas foram envolvidas nas articulações políticas que culminaram na convocação do concílio de Éfeso desde o início, mais por serem figuras próximas a Teodósio do que por terem autoridade por elas próprias (ver, por exemplo, MCGUCKIN, 2004, p. 23-26). Todavia, a ascendência que Pulquéria exercia sobre seu irmão (ou que se acredita que exercia) era tamanha que quase todas as atitudes do imperador sobre a controvérsia eram pensadas como tendo sido inspiradas por ela, mesmo que não haja base documental concreta para comprovar isso. É o caso da própria escolha da cidade de Éfeso para a realização do concílio, posto que fosse uma cidade com histórico de devoção a divindades femininas como Ártemis que, de alguma forma, teriam migrado para a Virgem por ocasião da cristianização do Império (HOLUM, 1982, p. 16 e MCGUCKIN, 2004, p. 47).

Quando nos voltamos para a documentação em que a presença de Pulquéria se manifeste de modo mais concreto, o panorama parece ser menos favorável a entender que ela tivesse um papel diretivo nos encaminhamentos. Já em algum momento entre 429 e 430, Cirilo de Alexandria endereçou três tratados “sobre a fé ortodoxa” a membros da família imperial: um ao imperador

em pessoa (**ACO** 1.1.1, p. 42-72²⁷), outro “às imperatrizes (Pulquéria e Eudócia)” (**ACO** 1.1.4, p. 26-61) e um terceiro “às princesas (Arcádia e Marina)” (**ACO** 1.1.4, p. 62-118)²⁸. Autores como De Durand (1964, p. 39-41) observam certa evolução na terminologia e na argumentação empregada nos dois tratados endereçados às mulheres frente àquele endereçado ao imperador – o que denotaria que são posteriores, não necessariamente que elas tivessem uma sofisticação teológica maior que a dele –, mas não reconhecem uma mudança significativa de conteúdo entre as três peças. Não há nada igualmente que sinalize que a abordagem teológica devotada às mulheres devesse ser muito diferente daquela empregada a um homem, ou mesmo que o debate sobre a *Theotokos* reverberasse de modo diferente às mulheres imperiais por alguma associação que fizessem elas próprias ou que se fizesse delas sobre a Virgem. Essa comunicação tripartite à família imperial inclusive foi muito mal-recebida no palácio, pois Teodósio II acabou ficando sabendo da existência dos três tratados e, em uma carta a Cirilo de fins de 430 (**ACO** 1.1.1, p. 73-74), lhe censurou o expediente por acreditar que se tratava de um meio de gerar discórdia entre os envolvidos.

Antes mesmo que Cirilo endereçasse esses tratados ao palácio, Nestório e Pulquéria já tinham trocado farpas em Constantinopla por conta daquilo que a imperatriz julgava ser seu direito em termos de envolvimento com questões eclesiásticas. Nada que dissesse respeito de modo direto à teologia, que fique claro, mas que repercutia na percepção que Nestório tinha sobre uma mulher poderosa como ela. O episódio é narrado em uma carta preservada no chamado *Livro de Heráclides* – um compêndio nestoriano do século VI que sobreviveu apenas em uma tradução siríaca do século XIII, mas que preserva muito material proveniente da própria pena de Nestório (ainda que não somente isso)²⁹ – e que

²⁷ Sigo aqui a abreviação costumeira dos especialistas para me referir à edição mais recente das **Acta Conciliorum Oecumenicorum** (1927-1929), seguida pelo número de seu tomo (no caso, o primeiro, referente a Éfeso), de seu volume (nesse caso, também o primeiro, relativo às coleções em língua grega) e de seu fascículo.

²⁸ Os melhores manuscritos bizantinos que conservam o texto das “atas do concílio de Éfeso” não dão o nome nem das imperatrizes (βασίλισσαι) nem das princesas (δεσποίναι) no título de cada tratado. O texto dos tratados também não as nomeia explicitamente em momento algum, o que em si já é sintomático de que seu objetivo não fosse bajular ou mesmo convencer algum destinatário específico. Nós só conhecemos os nomes citados porque as personagens são assim identificadas por João de Cesareia, um autor do século VI (SCHWARTZ, 1920, p. 102 n. 1).

²⁹ Sobre o material preservado no *Livro de Heráclides*, bem como a dificuldade de asseverar o

aparece endereçada a certo Cosmas³⁰. A carta em si, que deve ter sido escrita por um partidário de Nestório escrevendo em Constantinopla após 450, contém muito de boato e nem sempre é das fontes mais confiáveis que temos à disposição, porém relata episódios que são significativos sobre como a relação entre os dois personagens era pensada nas ruas da cidade (MCGUCKIN, 2004, p. 25). A narrativa diz o seguinte: no primeiro domingo após a chegada de Nestório a Constantinopla, enquanto celebrava a sinaxe, Pulquéria decidiu que queria receber a eucaristia dentro do santo dos santos, um espaço consagrado apenas ao bispo e seu clero. Imperadores tinham essa permissão desde sempre em Constantinopla³¹, porém Pulquéria só obteve tal licença a partir do episcopado de Sisínio (425-427), e somente com a condição de que o fizesse acompanhada de seu irmão (HOLUM, 1982, p. 145). Ao ser informado por um diácono sobre a intenção da imperatriz de fazer isso sozinha neste dia, o bispo negou de pronto sua solicitação, o que culminou em um diálogo ríspido entre ambos. A carta segue da seguinte maneira:

A imperatriz Pulquéria estava furiosa com ele e disse: “Deixe-me entrar de acordo com meu costume”. Mas ele respondeu: “Este lugar só pode ser adentrado por sacerdotes”. Ela disse então: “É pelo fato de que eu não dei à luz Deus?”. E ele: “Você deu à luz Satã” e a expulsou do santo dos santos. Ela partiu enfurecida, foi diretamente ao imperador e lhe contou o que aconteceu. O imperador lhe disse: “Por sua vida, minha irmã, e pelo diadema que está acima da sua cabeça, não descansarei antes de me vingar dele” (NESTORIUS, 1910, p. 364).

O episódio traz vários traços de exagero teatral e mesmo alguns retoques que denunciam que foi escrito bem depois que o debate cristológico tinha chegado a uma definição – como a autorreferência que Pulquéria se teria feito

que nele provém do próprio Nestório e o que remonta a uma tradição posterior, ver MCGUCKIN, 2004, p. 126-127.

³⁰ Sobre a carta a Cosmas, ver NAU, 1910, p. 361-362.

³¹ Embora McLynn (2018, p. 10) note que a presença dos imperadores durante a sinaxe na basílica constantinopolitana era reservada apenas para ocasiões especiais no calendário litúrgico – Natal, Epifania, Páscoa e Pentecostes. Além disso, desde os anos finais de Teodósio I, era comum que os imperadores se retirassem do presbitério já no momento do ofertório, não tomando a Eucaristia junto com os sacerdotes (*idem*, p. 10). Como também observa McLynn (2018, p. 17), a carta a Cosmas pressupõe que Pulquéria participasse da sinaxe na basílica todo domingo – ou seja, na maioria esmagadora dos casos, desacompanhada de seu irmão.

como *Theotokos*. Entretanto, o conflito esboçado nessa narrativa é plausível, talvez se valendo de alguma informação genuína da década de 430, e nos oferece um vislumbre que seja sobre os papéis assumidos pelos personagens no conflito (ver, por exemplo, MCLYNN, 2018, p. 17-18). A imperatriz queria se comportar como, se não igual, ao menos associada ao poder de seu irmão, em uma espécie de governo compartilhado (porque ambos partilhariam da mesma *basileia*), não só por receber a eucaristia junto com ele dentro do espaço do santo dos santos, mas também por Teodósio assumir a desonra cometida contra ela como uma ofensa pessoal – isso sem contar o fato de que ela portava o diadema imperial que provavelmente exibiu enquanto discutia com o bispo. Mais do que uma demonstração pública de piedade, sua entrada em majestade no santo dos santos era uma demonstração pública de poder, autoridade e *status* que, como não poderia deixar de ser, estava fortemente associada à sua virgindade consagrada. Talvez seja um pouco demais questionarmos se a referência a ela não ter dado à luz a Deus é uma alusão à sua castidade como sendo sua virtude mais importante – ou mesmo que a falta de filhos em geral fosse um constrangimento ao seu imperial feminino³² –, mas é claro o suficiente que o autor da carta a Cosmas assume que o conflito estava enraizado na maneira como Pulquéria construía e ostentava sua *basileia* a partir de características de seu “feminino imperial” pouco usuais para seus interlocutores. Temos várias outras fontes que enfatizam que a oposição entre Pulquéria e Nestório tinha muito a ver com sua condição de mulher poderosa – e que Nestório tinha uma terrível habilidade para lidar com mulheres em geral. Barhadbeshabba, um cronista nestoriano do século VII, nos diz, por exemplo, que o bispo certa vez proibiu que mulheres viessem à igreja celebrar as vésperas, pois temia que viessem pecar com os homens – o autor enfatizava que Nestório pensava que era culpa das mulheres que os homens quisessem “pecar” com elas – e porque pensava que não convinha que mulheres respeitáveis ficassem fora de casa até tão tarde da noite³³. Tal posição do bispo recém-chegado à cidade imperial foi muito mal-recebida por inúmeras mulheres

³² Para um argumento similar, ver ATANASSOVA, 2010 que defende que o tipo de culto mariano patrocinado por Pulquéria era inspirado em seu referencial de castidade feminina.

³³ Sobre Barhadbeshabba em geral e este episódio em particular, ver MCGUCKIN, 2004, p. 25.

aristocráticas e ascetas de Constantinopla, a tal ponto que, segundo o mesmo autor, teriam-no apedrejado até a morte se assim pudessem. João Rufo, um sacerdote miafisita de Antioquia que escreveu algumas *Pleroforias* (ou seja, uma miscelânea de visões, milagres e anedotas) no fim do século V, acrescenta outra história curiosa sobre mulheres que nutriam um ódio profundo por Nestório. Certa Eliana, “uma mulher que dava muitas esmolas e que amava a Cristo acima de tudo” (e esposa do prefeito pretoriano Damário – ou Dario, de acordo com a PLRE³⁴), se recusou a frequentar a sinaxe enquanto Nestório fosse bispo da cidade. Rufo nos diz que ela fora advertida por um anjo em sonho três anos antes que assumisse o ofício episcopal, mas não nos surpreenderia que ela apenas estivesse entre aquelas mulheres aristocráticas piedosas que tiveram suas liberdades afetadas pela intransigência do bispo. Ela teria ido uma única vez à igreja durante seu episcopado, apenas para poder gritar do alto da galeria superior: “Amaldiçoado seja, ó Anticristo!”, causando alvoroço na comunidade durante um de seus sermões (MCGUCKIN, 2004, p. 25-26).

É sintomático que Nestório fosse odiado por tantas mulheres importantes de Constantinopla e que nossas fontes sintam a necessidade de enfatizar essa oposição feminina a ele – algo relativamente incomum para um bispo na Antiguidade tardia. Mesmo João Crisóstomo, tão sério quanto Nestório, tomou o cuidado de se cercar da boa vontade de mulheres importantes da cidade assim que chegou para assumir o episcopado em 397 (MAYER, 1999). Curiosamente, fonte nenhuma menciona tal tipo de colaboração com mulheres por parte de Nestório. Pelo contrário, ele parece não ter entendido em momento algum que esses costumes e liberdades de que desfrutavam em Constantinopla era parte integrante e inegociável de seu estilo de vida aristocrático e um espaço necessário de demonstração de poder e de virtude. Pulquéria era apenas o exemplo mais extremado da inabilidade dele de lidar com uma situação que não conhecia na Síria, ainda mais grave por envolver a própria legitimação de sua posição como imperatriz e Augusta.

É igualmente significativo que Nestório, em todas as situações evocadas acima, pareça estar preocupado com aspectos relativos a certa moralidade

³⁴ **PLRE** 2, p. 348 (Darius 3). Ele foi prefeito pretoriano do Oriente em 436/7, mas nada de sua carreira pretérita nos é conhecido.

esperada dessas mulheres constantinopolitanas. Talvez possamos observar o episódio do impedimento da entrada de Pulquéria no santo dos santos por esse viés, como se ela estivesse fazendo algo ousado demais para seu sexo – assumindo, por óbvio, que Nestório não teria tido a mesma atitude diante de Teodósio? Parece plausível, por mais que isso implique dizer que o bispo não reconhecia na imperatriz os mesmos atributos de *basileia* que seu irmão ostentava. Isso fica ainda mais patente se considerarmos o que o então bispo tinha a dizer a respeito dela anos após o ocorrido, já amargando seu exílio no Oásis egípcio por volta do ano 450, quando escreveu sua versão dos eventos conservada no *Livro de Heráclides*. Em uma longa invectiva contra Cirilo de Alexandria, Nestório listava todos os fatores espúrios que teriam levado à sua derrocada – claro, pois, de outro modo, como poderia um bispo perfeitamente ortodoxo e fiel à vontade de Deus ter caído em desgraça senão por maquinações diabólicas? Para ele, a única explicação lógica para seu triste fim residiria na corrupção que grassava na corte imperial, sobretudo de ordem moral. Como não poderia deixar de ser, o principal expoente desse ambiente corrompido seria a imperatriz em pessoa, aliada de primeira hora do bispo alexandrino:

Tu [Cirilo] tinhas também a seu lado uma mulher belicosa, uma rainha, uma jovem virgem que lutou contra mim porque não quis aceitar sua reivindicação de ser comparada à esposa de Cristo, [justamente ela que era alguém] corrompida pelos homens. Fiz isso porque tive piedade de sua alma e para não vitimar aqueles que ela tinha escolhido de modo criminoso. Somente chamarei atenção para esse ponto, pois ela me amava. Também deixo passar em silêncio o resto da fraqueza de seu espírito de jovem mulher e permanecerei calado. É por causa disso que ela lutou contra mim. Ela prevaleceu contra mim aqui, mas ela não o fará diante do tribunal de Cristo, onde tudo se tornará claro e evidente ante Seus olhos (NESTORIUS, 1910, p. 89).

O ataque contra Pulquéria sobe de tom nessa passagem, insurgindo contra ela justamente para atingir sua posição como mulher imperial que excedeu suas prerrogativas de *basileia* por tentar se equiparar ao poder dos homens. Em primeiro lugar, ele menospreza seu comportamento como algo inerente à sua condição de jovem – ainda que então ela já tivesse ultrapassado a barreira dos trinta anos –, não à sua posição de personagem influente e poderosa na política dos anos 430. Em segundo lugar, ele a ataca precisamente

em seu voto de castidade, alegando que tinha sido “corrompida por homens” (não sabemos como) e que, por conta disso, ela teria corrompido diversos homens na corte (com favores sexuais, devemos presumir?)³⁵. De forma cínica, Nestório não culpa esses “homens corrompidos” – talvez alguns de seus antigos aliados que mudaram de lado durante a querela? –, mas somente Pulquéria, novamente assumindo que o descontrole sexual dos homens se devia à provocação das mulheres. Porém, mais uma vez, o bispo interrompe suas acusações de depravação sexual no meio do caminho porque “ela o amava”. Esse sutil ato de clemência se deveria ao fato de que Pulquéria já teria se casado com Marciano por ocasião da redação dessa passagem do *Livro de Heráclides*³⁶ ou, quem sabe, por que os sentimentos da imperatriz pelo bispo não foram de todo não correspondidos? Tais sentimentos que um tinha pelo outro são especulativos demais para que nos preocupemos com eles, mas é mister notar que, quando Nestório queria investir contra Pulquéria, ele o fazia atacando-a como uma mulher e seguindo diversos estereótipos sobre o gênero, ainda mais associados à sua posição como imperatriz.

Considerações finais

O historiador eclesiástico Sozomeno, escrevendo já por volta de fins da década de 440 (CAMERON, 1982, p. 265-266), narra um episódio interessante para a construção da imagem pública que Pulquéria queria ostentar a partir de sua *basileia*. Por ocasião de sua consagração de sua virgindade em 414, ela teria ofertado à igreja de Constantinopla um retábulo gravado em ouro e pedras preciosas e que continha os seguintes dizeres: “em benefício de minha própria virgindade e do governo de meu irmão” (ὕπὲρ τῆς ἰδίας παρθενίας καὶ τοῦ ἀδελφοῦ ἡγεμονίας – SOZOMENO. *História Eclesiástica* 9.1.4).

Ao longo deste trabalho, buscamos demonstrar o quanto a atuação

³⁵ A acusação é repetida por quase todas as fontes eclesiásticas que consideravam Pulquéria como opositora de suas posições doutrinárias (e.g. nestorianos e miafisitas). Não por acaso, todos os seus amantes são anônimos nas fontes, apenas identificados como figuras importantes no palácio. Para um compilado a respeito, ver BURGESS, 1994, p. 47-58.

³⁶ A datação precisa da conclusão da narrativa de Nestório no *Livro de Heráclides* é praticamente impossível de ser estabelecida. Sabemos que ele teve acesso a materiais referentes à querela calcedoniana produzidos no ano 450, mas não é possível determinar se a notícia da morte de Teodósio a ascensão de Marciano tinha-lhe sido comunicada a tempo. Ver GRILLMEIER, 1965, p. 559-568.

pública de Pulquéria estava assentada em uma concepção muito particular de sua *basileia* – ou seja, o conjunto de atributos associados a seu pertencimento à família imperial e que lhe conferiam legitimidade dinástica. Sua atuação nos bastidores da política imperial e na controvérsia cristológica estava assentada em sua ligação direta com o poder dos homens de sua família (seu avô Teodósio I, seu pai Arcádio e seu irmão Teodósio II), que eram as pessoas que efetivamente detinham o poder de *imperium*. Como mulher, esperava-se dela um comportamento típico de suas ancestrais, fundamentado no casamento e na geração de filhos. Entretanto, ela adotou uma linha de conduta diferente ao exaltar seus méritos dinásticos por meio da dedicação de sua virgindade e de sua aproximação com o modelo da Virgem Maria como figura de referência para os rumos do Império.

Pulquéria nos parece ser uma representante típica daquilo que Judith Herrin denominou de “feminino imperial”, que é esse modelo de conduta esperado das mulheres associadas à *domus* imperial como figuras de respeitabilidade e, por consequência, legítimas associadas ao poder dos homens. Entretanto, Pulquéria é singular por retrabalhar esse modelo para lhe conferir uma atuação muito mais autônoma, sem estar sob a tutela direta de nenhum pai ou marido, e ousar até mesmo se colocar como tutora de seu irmão, ao menos nos anos iniciais de seu governo. Por mais que nem sempre Teodósio tenha-lhe sido dócil ou favorável, essa ideia de que agiam e pensavam de modo muito próximo era disseminada por vários canais de comunicação da propaganda imperial e era assumido por personagens como Cirilo de Alexandria e Nestório como a regra a ser seguida.

Ser mulher neste contexto político do Império romano colocava limitações práticas muito significativas nas ambições exequíveis de Pulquéria, mas ela nunca minimizou seu gênero para perseguir suas metas. Pelo contrário, ao reinventar seu “feminino imperial” com base em seu modelo de vida virginal e de grande proximidade com seu irmão, Pulquéria inverteu a lógica da legitimação imperial para apresentar sua condição feminina diferenciada como atributo de força e de prestígio junto a seus interlocutores, o que lhe garantia uma posição privilegiada na vida pública de Constantinopla. Não apenas ela fez desse aspecto a pedra angular de sua imagem pública, como também Nestório e as

demais fontes posteriores estavam cientes de que a legitimidade de seu poder repousava sobre este elogio de sua virtude feminina. Era como mulher – bastante singular, por sinal – que ela esperava ser endereçada, e era como mulher que ela exercia seu poder.

REFERÊNCIAS

ATANASSOVA, Antonia. Orthodox Women's Defense of the Theotokos: The Case of Empress Pulcheria and the Council of Ephesus. 2010, acessado via **Columbia Academic Commons** em 01/06/2024. DOI: <https://doi.org/10.7916/D8RV0Z2Z>.

BROWN, Peter. **Power and Persuasion in Late Antiquity**: Towards a Christian Empire. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1992.

BURGESS, Richard. The accession of Marcian in the light of Chalcedonian apologetic and Monophysite polemic. **Byzantinische Zeitschrift**. Berlin, v. 86-87, n. 1, p. 47-68, 1994.

BUSCH, Anja. Representatives and Co-Rulers: Imperial Women and the Court in Late Antiquity. In: Davenport, Caillan; McEvoy, Meaghan. **The Roman Imperial Court in the Principate and Late Antiquity**. Oxford: Oxford University Press, 2023, p. 203-217.

CAMERON, Alan. The empress and the poet: paganism and politics at the court of Theodosius II. In: Winkler, John J.; Williams, Gordon. **Later Greek Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 217-290.

CAMERON, Averil. The cult of the Virgin in Late Antiquity: Religious development and myth-making. **Studies in Church History**. Cambridge, v. 39, p. 1-21, 2004.

CÂNDIDO, Maria R. (org.). **Mulheres na Antiguidade**. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012.

COOPER, Kate. Empress and Theotokos: Gender and patronage in the Christological controversy. **Studies in Church History**. Cambridge, v. 39, p. 39-51, 2004.

DAGRON, Gilbert. **Naissance d'une capitale**: Constantinople et ses institutions de 330 à 451. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

DE DURAND, G. M. **Deux Dialogues Christologiques**. Paris: Éditions du Cerf, 1964.

GRILLMEIER, Alois. **Christ in Christian Tradition**. Volume 1: From the Apostolic age to Chalcedon (451). Translated by John Bowden. London; New York: Mombay; Westminster John Knox Press, 1965.

HARRIES, Jill. Men without women: Theodosius' consistory and the business of government. *In*: Kelly, Christopher (ed.). **Theodosius II: Rethinking the Roman Empire in Late Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 67-89.

HERRIN, Judith. The Imperial Feminine in Byzantium. **Past and Present**. London, v. 169, p. 3-35, 2000.

HERRIN, Judith. Late antique origins of the "Imperial Feminine": Western and eastern empresses compared. **Byzantinoslavica**. Praga, v. 74, n. 1-2, p. 5-25, 2016.

HOLUM, Kenneth G. **Theodosian Empresses: Women and Imperial Domination in Late Antiquity**. Berkeley: University of California Press, 1982.

HUMPHRIES, Mark. Family, Dynasty, and the construction of legitimacy from Augustus to the Theodosians. *In*: Tougher, Shawn (ed.). **The Emperor in the Byzantine World**. London: Routledge, 2019, p. 13-27.

JAMES, Liz. **Empresses and Power in Early Byzantium**. London: Leicester University Press, 2001.

MARTINDALE, John R. (ed.) **The Prosopography of the Later Roman Empire**. Volume 2, AD 395-527. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

MATTHEWS, John F. **Western Aristocracies and Imperial Court, AD 364-425**. Oxford: Clarendon Press, 1990 (1ª edição: 1975).

MAYER, Wendy. Constantinopolitan Women in Chrysostom's Circle. **Vigiliae Christianae**. Leiden, v. 53, n. 3, p. 265-288, 1999.

MCLYNN, Neil. Imperial Piety in action: The Theodosians in Church. *In*: Destephen, Sylvain; Dumézil, Bruno; Inglebert, Hervé. **Le Prince chrétien de Constantin aux royautés barbares (IV^e-VIII^e siècle)**. Paris: Association des Amis du Centre d'Histoire et Civilisation de Byzance 2018, p. 1-25 (Travaux et mémoires 22/2).

MCGUCKIN, John A. **St. Cyril of Alexandria: The Christological Controversy. Its History, Theology, and Texts**. Yonkers, NY: St. Vladimir Seminary Press, 2004 (1ª edição: 1994).

MILLAR, Fergus. **A Greek Roman Empire: Power and Belief under Theodosius II (408-450)**. Los Angeles; Berkeley: University of California Press, 2007.

NESTORIUS. **Le Livre d'Héraclide de Damas**. Traduit en français par F. Nau avec le concours du R. P. Bedjan et de M. Briere. Paris: Letouzey et Ané, 1910.

PRICE, Richard. Marian Piety and the Nestorian controversy. **Studies in Church History**. Cambridge, v. 39, p. 31-38, 2004.

RICHARDSON, J. S. Imperium Romanum: Empire and the Language of Power. **The Journal of Roman Studies**. London, v. 81, p. 1-9, 1991.

SCHWARTZ, Eduard. **Konzilstudien**. I. Cassian und Nestorius; II. Über echte und unechte Schriften des Bischofs Proklos von Konstantinopel. Straßburg: Karl J. Trübner, 1914.

SCHWARTZ, Eduard. Die Kaiserin Pulcheria auf der Synode von Chalkedon. In: **Festgabe für Adolf Jülicher zum 70. Geburtstag**. Tübingen: J. C. B Mohr (Paul Siebeck), 1927, p. 203-212.

SCHWARTZ, Eduard. **Acta Conciliorum Oecumenicorum**. Tomus 1: Concilium Universale Ephesenum (AD 431). Volumen I: Acta Graeca. Berlin; Leipzig: Walter de Gruyter, 1927-1929, 8 fasc.

SILVA, Gilvan V. **Reis, santos e feiticeiros: Constância II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)**. Vitória: EDUFES, 2015 (2ª edição).

SLOOTJES, Daniëlle. Dynamics of Power: The Nestorian controversy, the Council of Ephesus of 431, and the Eastern Imperial Court. In: Davenport, Caillan; McEvoy, Meaghan. **The Roman Imperial Court in the Principate and Late Antiquity**. Oxford: Oxford University Press, 2023, p. 240-261.

SÓCRATES DE CONSTANTINOPLA. **Histoire Ecclésiastique**. Texte grec de l'édition G. C. Hansen. Traduction par Pierre Périchon, S.J. et Pierre Maraval. Notes par Pierre Maraval. Paris: Les Éditions du Cerf, 2004-2007, 4v.

SOZOMENO. **Histoire Ecclésiastique**. Texte Grec de l'édition de J. Bidez. Introduction par Bernard Grillet et Guy Sabbah. Traduction par André-Jean Festugière, o.p. Annotation par Guy Sabbah. Paris: Les Éditions du Cerf, 1983-2008, 4v.

SMITH, Rowland. The imperial court of the later Roman empire, c. AD 300-c. AD 450. In: Spawforth, A. J. S. (ed.). **The Court and Court Society in Ancient Monarchies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 157-232.

VAN NUFFELEN, Peter. **Un héritage de paix et de piété: Étude sur les histoires ecclésiastiques de Socrate et de Sozomene**. Leuven: Peeters, 2004.

VAN NUFFELEN, Peter. Episcopal succession in Constantinople (381-450 C.E.): The local dynamics of power. **Journal of Early Christian Studies**. Baltimore, v. 18, n. 3, p. 425-451, 2010.

WESSEL, Susan. **Cyril of Alexandria and the Nestorian Controversy: The Making of a Saint and of a Heretic**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Recebido em 04/02/2024.

Aprovado para publicação em 09/10/2024.

POR ENTRE “MESTRES” E HISTORIADORAS

O gênero da historiografia

BETWEEN “MASTERS” AND FEMALE HISTORIANS

Gender in historiography

JOÃO VICTOR DA FONSECA OLIVEIRA¹

LAURA JAMAL CAIXETA²

RESUMO

A questão central deste trabalho ocupa-se em investigar a construção de (auto)imagens de historiadores(as), por Alice Piffer Canabrava e Maria Efigênia Lage de Resende, na elaboração da imagem do “mestre” centrada em Fernand Braudel e Francisco Iglésias. Interessa-nos problematizar como as historiadoras constroem narrativas que fundam determinados sujeitos (homens) como “pais da história”. Através de Braudel e Iglésias, as historiadoras partilham uma operação semelhante, ao conformarem uma ideia do “historiador ideal” tanto por seus trabalhos historiográficos quanto por suas virtudes pessoais. É a forma de “ser historiador”, e não somente as práticas cotidianas de produção da história, que constitui o foco das suas narrativas. Desse modo, as performances corporais e escriturárias não podem prescindir da memória como espaço de elaboração dessas figuras e identidades historiadoras em (des)construção, servindo-nos como fontes privilegiadas para problematizar a dimensão de gênero na historiografia.

Palavras-chave: Gênero. Memória. História da Historiografia.

ABSTRACT

The central issue of this paper is to investigate the construction of (self)images of historians by Alice Piffer Canabrava and Maria Efigênia Lage de Resende in the production of the image of the “master” centered on Fernand Braudel and Francisco Iglésias. We are interested in discussing how historians construct narratives that found certain individuals (men) as “fathers of history”. Through Braudel and Iglésias, by conforming an idea of the “ideal historian” both for their historiographical works and for their personal virtues, Alice and Maria Efigênia

¹ Doutorando e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor efetivo na rede estadual de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). E-mail do autor: joaovfonsecaoliveira@gmail.com.

² Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Ensino Básico na rede privada. E-mail da autora: laurajamalca@gmail.com.

share a similar historical operation. It is the way of “being a historian”, and not just the daily practices of the production of history, which constitutes the focus of their narratives. Thus, bodily and scriptural performances cannot do without memory as a space for the elaboration of these historians figures and identities in (de)construction, serving us as privileged sources to problematize the gender dimension in historiography.

Keywords: Gender. Memory. History of Historiography.

INTRODUÇÃO

Minha premissa básica é que o modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continua a ser absolutamente masculino. Se fecharmos os olhos e tentarmos conjecturar a imagem de um presidente ou - para passarmos ao âmbito do conhecimento - um professor, o que a maioria de nós vê não é uma mulher (BEARD, 2018).

O que, afinal, vemos na leitura do passado? O que essas leituras produzem nos imaginários das comunidades de experiência produzidas pelos(as) historiadores(as)? De que modo essas formas de se relacionar com o passado disciplinar e com suas performances produzem (auto)imagens generificadas? Problemas difíceis de serem solucionados, mas que merecem ser formulados a partir da história da historiografia e de seus encadeamentos.

Falamos, pois, de relações que não decorrem do vazio, mas que se constituem a partir de experiências concretas. Por isso, a questão central deste trabalho ocupa-se em investigar a construção da (auto)imagem de historiadores(as), promovida por Alice Piffer Canabrava e Maria Efigênia Lage de Resende na elaboração da imagem do “mestre” centrada em Fernand Braudel e Francisco Iglésias, respectivamente. Interessa-nos problematizar de que modo e como as historiadoras constroem narrativas que fundam determinados sujeitos (homens) como “pais da história”.

A problematização que motiva este trabalho, parte da reflexão sobre como e por que os(as) historiadores(as) erigem figuras de um “historiador ideal”, a partir de algumas questões já levantadas por Hermann Paul (2011a). Desse modo, nos perguntamos: por que os(as) historiadores(as) falam sobre figuras paternas? Por que eles(as) desejam ver sua disciplina descender de grandes homens famosos? Quais são os vieses de gênero embutidos nessa operação?

Ou ainda, o que conta como história e quais figuras se constituem na elaboração historiográfica do “mestre”?

Os modos pelos quais a historiografia tentou afastar a subjetividade da prática científica relegou os documentos memoriais a um caráter suplementar e sob constante suspeita. Por outro lado, nas narrativas não canônicas, tais como os memoriais e os textos de memórias, vemos emergir um tipo de produção capaz não só de problematizar a relação dos(as) historiadores(as) com seu ofício, mas de produzir um campo reflexivo sobre as virtudes epistêmicas e morais que regem suas políticas e dentro das quais se organizam os investimentos pessoais daqueles(as) que escrevem história (OHARA, 2019).

Partimos da hipótese que reflexões como esta produzem outros modos de aprofundar as discussões de gênero como analítica da historiografia, e dos modos de constituição das práticas e da memória disciplinar.³ Ao mesmo tempo que nos leva a interrogar sobre seus efeitos.

1. UMA VIRADA HISTORIOGRÁFICA CONTRA A HISTORIOGRAFIA

Os estudos de gênero alcançaram espaço na historiografia brasileira a partir de um percurso permeado de tensões. A trajetória desse campo é intercalada com a virada epistemológica provocada por outro movimento intelectual contemporâneo: a História das Mulheres. Esse movimento emergiu no Brasil em meados da década de 1970, com alguns trabalhos que iriam mobilizar as categorias “mulheres”, “condição feminina”, entre outras, dentro de novos quadros de interpretação historiográfica. O objetivo era trazer à tona personagens históricos que permaneceram por muito tempo silenciadas pela produção intelectual centrada em um sujeito humano pretensamente universal (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 285).

Esses estudos emergiram com alguma antecedência nos Estados Unidos e na Europa, especialmente no pós-68, em resposta às demandas dos movimentos feministas e de mulheres. Motivados pelas fortes reações dos

³ Conforme as autoras, gênero “é estrutural e não um acessório, um agregado, um aspecto particular face ao geral que pode ou não ser introduzido à análise geral” (KUCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 77). O gênero é o primeiro organizador da vida social, por isso seu caráter estruturante.

movimentos feministas, esses estudos passaram a galgar legitimidade não só como reivindicação política, mas também como problema científico.

No Brasil, as relações entre os movimentos feministas - mas não só - e academia não foram tão claras assim. Paralelamente a literatura sugere que o aparecimento de estudos sobre as mulheres teve relação com o contato de acadêmicas brasileiras com esse campo em estágios no exterior, que desencadearam adesões senão ao feminismo, ao menos aos estudos sobre mulher; por outro lado, ressalta-se que uma das características desses estudos no Brasil foi a sua busca por integração à dinâmica da comunidade científica nacional, almejando dela o reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais e, portanto, desviando o caráter militante de seus estudos (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p. 6-9).

Certamente, diversas foram as preocupações de intelectuais envolvidos(as) na produção de estudos sobre as mulheres. Esse campo atraiu pesquisadores(as) de disciplinas variadas, em diferentes momentos de suas carreiras, e com distintas perspectivas teóricas e opções políticas. Mas algo é certo, esses(as) estudiosos(as) viveram sob intenso fogo cruzado: de um lado a comunidade acadêmica, para quem deviam incessantemente provar que sua atividade era científica e não uma mera denúncia militante; do outro lado, as feministas, para quem precisavam provar seu desinteresse numa carreira pessoal e seu empenho na causa coletiva. Militantes para a comunidade acadêmica e acadêmicas para as militantes (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p. 6). Falamos, portanto, de um campo espinhoso desde sua emergência, que pontua insistentemente a questão do posicionamento político na produção intelectual.

É nesse contexto que observa-se o desenvolvimento do campo de estudos de gênero, marcando uma nova virada epistemológica. A mobilização dessa categoria foi útil à ampliação da problemática, na rejeição do determinismo biológico, tornando enfáticos os aspectos relacionais da construção social do feminino e do masculino. Os estudos de gênero almejaram afastar o fantasma da naturalização e pontuar as hierarquias e assimetrias existentes nas relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1990).

Contrariamente à suposta despolitização da temática, pela substituição dos termos “mulher” e “feminismos” pelo termo “gênero”, anteriormente apontada

por Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999, P. 188), a reflexão se deslocou para outros entendimentos. Para além da superficialidade dessa leitura, Joana Maria Pedro (2011), em diálogo com Joan Scott, sugere que a reflexão a partir de gênero, como categoria de análise, é também uma forma de fazer política, nesse caso no campo acadêmico.⁴

Essa tensão entre o feminismo militante e a produção de estudos sobre as mulheres e gênero na academia revela a resistência por parte da intelectualidade brasileira à entrada de problematizações estruturantes do trabalho intelectual. Nas ciências sociais, esses estudos encontraram maior abertura,⁵ inversamente, ao que se verificou na historiografia, nesse mesmo período.

À título de exemplo, entre 1970 e 1984, na USP, dos 46 trabalhos de mestrado e doutorado sobre "mulheres", somente 4 foram produzidos no Departamento de História, 33 nas Ciências Sociais, e os outros 9 desenvolvidos no Departamento de Letras. Outro dado expressivo desse desinteresse entre os historiadores diz respeito à criação de grupos de trabalho nas principais associações dessas duas áreas. Enquanto na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) foi criado o GT "Mulher na Força de Trabalho", em 1978, na Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH) o primeiro GT voltado a pensar questões relativas às mulheres e ao gênero, só apareceu em 2001, a partir da criação do GT Estudos de Gênero (POSSAS, 2014).

A trajetória costumeiramente 'cautelosa' da história e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem atrasaram em alguma medida o avanço das discussões (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 284). O campo foi se

⁴ Scott, em uma leitura do contexto norte-americano, apresenta uma análise que serve também ao caso brasileiro: alguns historiadores aplicaram o rótulo de "ideologia" nas pesquisas de historiadoras feministas, acusando-as de produzir um conhecimento oposto a uma investigação ideal, marcada pela neutralidade e isenção do autor (SCOTT, 1992. p. 77).

⁵ Nas ciências sociais esses estudos adentraram nas associações já ao final da década de 1970 (ANPOCS, ASESF, ABA). O seminário organizado no Rio de Janeiro, em 1978, "A Mulher na Força de Trabalho na América Latina", deu origem inclusive a um GT na ANPOCS intitulado "Mulher na Força de Trabalho". Além disso, os núcleos de estudos que emergem na década de 1980 estão fundamentalmente associados às ciências sociais. NEDIM (Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher) ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará; NEM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher) ligado ao Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ; NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) ligado ao mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, entre outros (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985).

desenvolvendo e ampliando suas questões (referimo-nos ao desenvolvimento dos estudos *Queer* tanto no norte global quanto no sul, com Gloria Anzaldúa). Contudo, esses estudos ainda ocupam um espaço “guetizado” nos estudos históricos, costumeiramente produzidos por mulheres e tidos como questões secundárias.⁶ Como constata Maria da Glória Oliveira (2018), a história intelectual, incluindo a história da historiografia, permanece majoritariamente silenciosa quanto ao gênero e as contribuições intelectuais de “outros” que não os autores masculinos canonizados. É o silenciamento desses variados “outros” pelos cânones, e pela memória disciplinar, que mantém a condição historicamente marginal e periférica das mulheres no campo da história intelectual.

As discrepâncias de gênero se dão tanto no indicador de autoria, quanto no de temas e objetos dos trabalhos de história da historiografia. Excepcionalmente, alguns autores brasileiros vêm tematizando a trajetória de mulheres historiadoras num campo predominantemente centrado em trajetórias de historiadores e produções intelectuais de autoria masculina.⁷ Ou seja, mesmo que hoje tenhamos um campo robusto de pesquisas que tematizam a história das mulheres e o gênero, centrados na história social, com uma produção acadêmica consolidada, ainda pouco se analisam as atividades letradas e intelectuais de mulheres historiadoras.

Para superar essas fronteiras, precisamos não só desconstruir as lógicas de silenciamento na produção do cânone, mas também questionar o papel do gênero na produção do conhecimento histórico, dos modelos e das auto-imagens de historiadores, empreendendo um questionamento teórico mais radical das bases conceituais e premissas epistemológicas da história e da historiografia (SCOTT, 1990). Como parte desse exercício, nos propomos a pensar, a partir das historiadoras Alice Piffer Canabrava e Maria Efigênia Lage de Resende, as questões aqui colocadas.

⁶ A permanente guetização dos estudos de gênero e sobre as mulheres, temas ainda tidos como específicos, carregam a marca da diferença e o estigma da particularidade (VARIKAS, 1994).

⁷ Alguns esforços podem ser identificados nas teses de Carmem Liblik em “Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)”; Otávio Erbereli Júnior em “A trajetória intelectual de Alice P. Canabrava (1935-1997)”; Daiane Vaz Machado “Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998”.

2. FERNAND BRAUDEL, “LE PRINCE CHARMANT”, E O MESTRE DE ALICE CANABRAVA

Nas décadas de 1980 e 1990, Alice Canabrava se propôs a desembaralhar os fios da memória em três ocasiões. Duas delas intermediadas por entrevistadores e a terceira marcada por uma escrita mais propriamente autobiográfica.⁸ Ao leitor atento, uma figura exibe-se com certo destaque nessas memórias: o reconhecido historiador francês Fernand Braudel.

Como aluna da segunda turma do curso de Geografia e História da USP, em 1935, Alice Canabrava teve intenso contato com os professores da chamada “missão francesa”. Dentre eles, ela ressaltava dois nomes de peso em sua formação: Pierre Monbeig e Fernand Braudel.⁹ Contudo, para Alice é ao último que cabe o título de Mestre, desse modo mesmo, com M maiúsculo. No texto de 1984, Alice distinguia Braudel dos demais, destacando que a leitura de textos “pelo *Mestre* constituía-se em inesquecível mostra de sua faceta de ator” (CANABRAVA, 2005, p. 26). Ao longo de todo o extenso trecho, do qual destacamos apenas uma curta frase, Alice nem mesmo citou o nome de Braudel. Ela se refere a ele nas entrelinhas, conforme aparece no teor valorativo recorrente em outros textos, que se voltam, em tom elogioso, ao verdadeiro mestre historiador aos olhos de Alice Canabrava. Essa consideração nos leva às seguintes indagações: estaria a imagem e a prática do historiador, nas memórias de Alice, associada diretamente à Braudel como o tipo ideal? Quais atributos possuiria o francês para alcançar tal posto?

É fundamental considerar, em primeiro lugar, o momento no qual esses textos emergiram. Nas décadas de 1980 e 1990, Braudel já há algum tempo era

⁸ Em 1981, a historiadora concedeu uma entrevista ao projeto “Estudos Brasileiros”, do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS/SP), coordenado por Ernani da Silva Bruno, que buscou colher depoimentos de intelectuais que se destacaram na pesquisa em Ciências Humanas sobre a realidade brasileira. O segundo, datado de 1984, é um depoimento sobre sua experiência enquanto mulher na FFCL, concedido em sessão especial durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Alice Canabrava proferiu seu depoimento ao lado de outras mulheres que se formaram na FFCL e se tornaram professoras na USP, reconhecidas nesse evento como “as pioneiras”. O último, intitulado “Minhas Reminiscências” (1997), foi resultado de uma entrevista concedida ao seu ex-orientando Flávio Saes, publicada na revista *Economia Aplicada*, quando Alice já estava com seus 86 anos.

⁹ “Tive dois grandes professores que influenciaram muito minha formação intelectual. O primeiro deles foi Paul Fernand Braudel. Ele ensinava e conquistava as pessoas pelo encantamento”. O outro, Monbeig, era “excelente professor [...] nos revelava uma nova Geografia” (CANABRAVA, 2005, p. 27).

tido mundialmente como um intelectual de destaque. Contudo, esse *status* de historiador consagrado e símbolo dos *Annales* só foi adquirido anos depois de sua passagem pelo Brasil. Mesmo que em seus esforços pessoais e profissionais Braudel tenha catalisado o “espírito” da renovação de Marc Bloch e Lucien Febvre, expresso nos *Annales d'histoire économique et sociale*, foi “sobretudo ao longo das décadas de 1950 e 1960”, como sugere Paulo Martinez, que os frutos desse “espírito” foram mais expressivos (MARTINEZ, 2002, p. 13). O Braudel selo de distinção aparece apenas após 1947, quando o historiador se tornava diretor do *Annales*, dois anos antes da produção de sua tese sobre o mediterrâneo, que lhe garantiria a notoriedade do historiador das durações (COSTA, 2018, p. 26).

Ainda nessa preocupação com a temporalidade dos relatos, é importante lembrar que certa memória disciplinar uspiana estava se conformando nas décadas finais do século XX, buscando associar a “moderna”¹⁰ historiografia ali praticada aos princípios dos *Annales*. Sem dúvida, foi expressiva a recepção de instrumentos conceituais, metodologias e práticas de ensino nesse contato dos primeiros estudantes do curso de Geografia e História com os professores franceses. Contudo, uma suposta hegemonia da historiografia dos *Annales* no curso da USP precisa ser interrogada tanto pela presença e atuação de professores brasileiros nesse curso – como Afonso Taunay, Alfredo Ellis Junior e Plínio Ayrosa, ligados a uma tendência que remontava ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) –, quanto pela consideração de que essas renovações não foram frutos exclusivos da orientação francesa.¹¹ Além disso, essa identificação do curso de história da USP com os *Annales* é feita quando estes já haviam conquistado notoriedade, no pós-guerra. Nas décadas de 1930 e 1940 os *Annales* ainda não tinham força tão expressiva para serem

¹⁰ Giselle Venâncio (2016), afirma que a partir dos anos 1950 observa-se no cenário historiográfico brasileiro a produção de vários balanços que objetivavam estabelecer “fronteiras entre o antigo e o novo em termos de escrita da história”. Os cursos de história emergentes nas décadas de 1930 e 1940 são tratados como os lugares de transição e de conformação da moderna historiografia brasileira. Trata-se, contudo, de uma disputa pelos sentidos do moderno e do tradicional na história.

¹¹ Elementos tidos como característicos de uma concepção “moderna” de história já estavam presentes em alguns autores brasileiros vinculados a outras instituições que não à universidade recém-criada. Vide Capistrano de Abreu, recorrentemente citado por Alice como o precursor de uma moderna historiografia brasileira (CANABRAVA, 1971).

considerados os únicos agentes que conformariam a produção historiográfica dos paulistas, como tendem a sugerir essas memórias (COSTA, 2018, p. 29).

Precisamos entender que a universidade nas décadas de 1930 e 1940 era ainda um espaço sem tradição e em disputa no qual uma série de tendências historiográficas habitaram. Contudo, vigorou na memória disciplinar, formada ao final do século XX, o modelo que se apresentou como moderno e se estabeleceu de forma mais longa: o francês (COSTA, 2018, p. 100).

Alice, sem dúvida, é peça chave nessa produção memorialística. Em todos os seus textos aqui indicados a historiadora empreendeu uma valorização dessa “nova” forma de se produzir história, assentada nos métodos e teorias da *Nouvelle Histoire* dos *Annales*. Ao final da entrevista concedida em 1981 ao MIS/SP, por exemplo, Alice afirmava que ela e outros professores da USP eram “filhos da pesquisa histórica da França por causa dos grandes professores que tivemos”. Apesar desse anúncio de filiação aos *Annales*, recorrente em suas memórias, a historiadora empreendeu uma prática historiográfica que extrapolou em muito o diálogo com a corrente de pesquisa francesa. Alice Canabrava foi uma historiadora fronteiriça, entre mundos, localizando-se no entremeio entre uma produção propriamente universitária – tratada como moderna e *annalista* pela memória disciplinar uspiana – e aquilo que se produzia fora dessa emergente instituição – situado discursivamente no pólo da tradição (ERBERELI JR, 2014).

Integrando a primeira geração de historiadores formados na FFCL, Alice atuou ao lado de intelectuais como Eurípedes Simões de Paula e Eduardo d’Oliveira França. Esta geração, como sugere Aryana Costa, teve papel mais expressivo como facilitadora das relações entre figuras como Febvre e Braudel com pesquisadores brasileiros, do que necessariamente na aplicação exclusiva de métodos de pesquisa ensinados por estes. A preocupação nesses textos de memória de Alice, portanto, é mais a de anunciar uma filiação do que de fato realizá-la exclusivamente.

Nesses anúncios de Alice, encontramos uma constante valorização da forma de ser historiador daquele que ela reivindicava como Mestre. É expressivo em suas memórias o realce que a historiadora concede às ações corriqueiras de pesquisa e ensino da história de Braudel:

O Prof. Braudel sempre repetia: '*penir dans les archives*'. Eu pessoalmente sempre repousei em documentos.

O Prof. Braudel dizia sempre que um bom artigo requer várias 'edições' para sair numa linguagem correta.

As fichas do Prof. Braudel não eram usadas no sentido horizontal mas verticais. Ao lado da ficha ele colocava um sinalzinho com a página e o número do catálogo de onde havia tirado o material. Eu aprendi muito ao ajudá-lo nesse trabalho.

Quando comecei a escrever, tinha letra muito grande. Braudel disse-me que deveria usar letra pequena, pois assim perdia-se menos tempo para escrever. A letra dele parecia um grão de areia (CANABRAVA, 1997, p. 160-162).

As referências ao francês não são casuais, ele é certamente o nome mais citado na entrevista de 1997. Tanto quando questionada sobre sua prática de pesquisa como quando indagada sobre sua prática docente, é a Braudel que Alice recorria. Não são suas obras as personagens centrais dessas memórias, mas sim sua prática historiadora: o estímulo à escrita em letras miúdas; o preenchimento da ficha de pesquisa; a insistente permanência nos arquivos; a releitura constante dos textos. No ensino ou na pesquisa, Alice sugere que Braudel foi, além de professor, seu mestre, modelo de historiador a ser seguido.

A noção de Braudel como mestre não é exclusiva às memórias de Alice. O historiador, para uma memória disciplinar mais ampla, aparece como uma espécie de "pai da história", senão brasileira, certamente usiana. Como sugere Hermann Paul, essa metáfora é conjuntural e em cada caso certos elementos são destacados para valorizar aquele que é eleito como patrono intelectual (PAUL, 2011b). No caso de Alice, em diálogo com essa memória, a valorização de Braudel está diretamente relacionada a um esforço de legitimação de certas práticas e modos de ser historiador. Braudel é lembrado por ela mais em função de uma certa personalidade acadêmica e práticas corriqueiras na pesquisa e ensino da história, do que por suas obras.

Em 1984, a caracterização da prática historiadora de Braudel por Alice esteve mais voltada ao ensino. E, talvez pelo estilo e a forma de uma escrita autobiográfica, mais poética também, a historiadora lançou mão de uma série de adjetivos para narrar a experiência que teve com o francês: "Aulas maravilhosas de História, cheias de vida, ricas de substância, nenhuma palavra inútil". A adjetivação da figura de Braudel não parava por aí. O historiador, além de

apreciado por práticas corriqueiras do ensino e da pesquisa histórica, é lembrado também pela sua existência corporal, sua desenvoltura, seu trato e tudo aquilo que cobre esse corpo historiador.

O trecho que aqui lembramos começa exatamente com aquela citação destacada no início dessa seção:

a leitura destes [textos] pelo Mestre constituía-se em inesquecível mostra de sua faceta de ator: a dicção perfeita, as variações da voz, a expressão da fisionomia. Ao se despedir, ao término de cada aula, com o indefectível 'la suite à la prochaine fois' [...] Vivíamos em permanente estado de encantamento, todos os estudantes, sem distinção, a justificar o designativo que, muito depressa, firmou-se com respeito ao professor de História: 'le prince charmant'.

Sim, encantador, não apenas pelo magnetismo das aulas, mas também pelo trato e aparência. Chegava para as aulas com luvas de couro, jogadas com naturalidade sobre a mesa, o terno sempre escuro de linhas perfeitas, a gravata em harmonia, todo o conjunto se coadunava em elegância sóbria. O refinamento no trato conjugava-se com a atitude espontânea e afável de nos deixar à vontade, em geral um tanto inibidas, a tropeçar em nosso francês mal falado (CANABRAVA, 2005, p. 26).

Outro elemento fundamental nessas memórias de Alice é certamente o papel do gênero na conformação da imagem de Braudel como o tipo historiador ideal. Após citá-lo como o Mestre, os atributos que ela garante ao francês estão exatamente ligados a uma *performance* corporal de Braudel, o príncipe charmoso da historiografia francesa e brasileira. Preocupa-lhe destacar, para além da sua educação, a sua aparência, as roupas e a lide com elas que o historiador promovia.

O corpo está em questão nessa identidade historiadora produzida por Alice e é aqui entendido como produto do gênero e do poder. Efeito de investimentos socioeconômicos e históricos complexos, sutis e produtores de corpos sexuais. Sendo os gêneros incorporados performativamente nos corpos, por reiterações contínuas, ele adquire vida nos sinais, nos gestos e nas roupas que os corpos exibem, em uma estilística definida como apropriada, estabilizando, dando visibilidade e a falsa ideia de naturalidade aos corpos-homens e corpos-mulheres (LAURETIS, 1987). Considerando, portanto, que o gênero é essa estilização repetida do corpo (BUTLER, 2020, p. 69), falar sobre a aparência de Braudel, estilizar as vestimentas que o historiador dispunha, é repetir e produzir um gênero ali.

Alice nessas memórias, produz a imagem do historiador ideal como um homem, que usa um terno sempre escuro de linhas perfeitas, com a gravata em harmonia e que, em um ato final de consagração da sua imagem quase sublime, retira suas luvas com naturalidade jogando-as sobre a mesa. Em suma, o gênero é também peça fundamental na constituição dessas identidades historiadoras.

3. “COM MÃO DE MESTRE”: MARIA EFIGÊNIA LAGE DE RESENDE E FRANCISCO IGLÉSIAS

As diferentes temporalidades da memória, da escrita, da recordação do vivido, das instituições percorridas, da produção acadêmica, da vida pessoal, da percepção de sua própria temporalidade, e a dos outros, atravessam toda narrativa empenhada em dar um testemunho de si, por meio de uma *experiência historiadora*. Desse modo, poderíamos pensar com Beatriz Sarlo para quem a narração não só inscreve a experiência numa temporalidade, como também funda uma temporalidade (SARLO, 2007, p. 25). Assim sendo, temos como ponto de partida que a compreensão do vivido atravessa as formas de narrar, sem deixar de lado a pertinência de suas problematizações.

Destaca-se, aqui, um modo específico de recordação do vivido que tem em seu centro a produção de figuras ou a escolha de obras de grande influência, a partir das quais procura-se pensar modelos e práticas envolvidas na produção do conhecimento histórico, em determinados contextos. Não raro, é pela evocação desses modelos e através das características escolhidas para a caracterização dessas práticas, que muitas historiadoras e historiadores recuperam os sentidos de suas próprias experiências de formação. No jogo entre a temporalidade do objeto recordado e a temporalidade de quem se lembra, são as marcas da recordação que nos permitem interrogar sobre seus efeitos.

Maria Efigênia Lage de Resende¹² pode ser tomada como expressão desse exercício. Pertencente a geração posterior a de Alice Canabrava, a

¹² Professora emérita da UFMG, Maria Efigênia Lage de Resende foi membro do IHGB e Superintendente do Arquivo Público Mineiro (APM). Co-autora da Coleção “História de Minas Gerais”, e da coleção de livros sobre história do Brasil e livros didáticos (de 5ª a 8ª séries), dentre outros; atuou na reorganização do currículo do Curso de História, da UFMG, e na Implantação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Ouro Preto; Coordenou pesquisas e publicações em torno da história do Brasil colonial e republicano, com ênfase na

historiadora formou sua concepção de ensino e pesquisa na esteira dos debates da Reforma Universitária, ocorridos no país, sobretudo, na década de 1960. A geração de Maria Efigênia participou da depuração de práticas em torno de como se deveria escrever, ensinar e pesquisar História, nos quadros da historiografia acadêmica universitária. Associando sua prática docente em escolas do ensino secundário aos intensos debates em torno das concepções e da produção do conhecimento histórico, compôs seu repertório em uma universidade em trânsito.

Sua trajetória foi fortemente influenciada pela historiografia francesa, especialmente pelos autores da *École des Annales*. Mas não só. Oneyr Baranda, Daniel Valle Ribeiro, José Murilo de Carvalho, Orlando de Carvalho, dentre outros, aparecem mencionados em seu memorial (RESENDE, 1991b). Destacam-se, ainda, José Honório Rodrigues e, notadamente, Francisco Iglésias, cujos modelos de atuação e produção historiográfica influíram significativamente em seus trabalhos. Sem deixar de lado os termos dessas influências e sem ignorar outras tantas que participaram da sua formação, chama atenção o modo como ela constrói sua narrativa em torno do historiador Francisco Iglésias.¹³

Ainda que separados pela geração e pelo tempo, há muitos elementos em comum nas trajetórias de Francisco Iglésias e Maria Efigênia. Nascidos do interior de Minas Gerais, Pirapora e Guanhães, respectivamente, retornaram poucas vezes a suas cidades de origem. Ambos nutriam grande admiração por alguns professores que tiveram na escola secundária e deles se recordavam com frequência. Também publicaram livros didáticos para escolas secundárias e tinham duras críticas aos modelos de formação que tiveram no curso de Graduação, no interior da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Conviveram com referências comuns, entre elas, o professor Amaro

história de Minas Gerais, e ainda em torno da memória institucional da UFMG, tais como: Coleção Memória de Reitores (1961-1990) – publicado em 1998, a história da Fundação Mendes Pimentel (FUMP), dentre outros; além de ter sido responsável pela organização do arquivo, até então mantido em sigilo, da extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), instalada na UFMG pela Ditadura civil-militar. Entrou, como aluna do curso de História, na Universidade de Minas Gerais, em 1958.

¹³ Para a historiadora Alessandra Santos, a participação exclusiva da professora Maria Efigênia nas homenagens e textos ao historiador se deve a sua relação de amizade, em um momento em que a nova geração embora reconhecesse Iglésias como um modelo de professor e de intelectual íntegro, já não via nele um modelo atualizado de historiador (SANTOS, 2017, p. 19).

Xisto de Queiroz, colega de Iglésias e professor de Maria Efigênia, desde o ensino secundário no Colégio Municipal de Belo Horizonte (e de quem nutria grande admiração por suas "aulas brilhantes").

Em diferentes momentos de sua trajetória, Maria Efigênia aceitou a incumbência de falar de Francisco Iglésias. Entre conferências, homenagens, análises e entrevistas, Iglésias foi grafado pela historiadora em, pelo menos, dois textos escritos na década de 1990 (1991; 1996) e outro escrito já após a morte do historiador, publicado em 2002.¹⁴

Na entrevista realizada em parceria com Roberto Barros de Carvalho (da Revista Ciência Hoje, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Iglésias aparece descrito em seu "perfil" como o "escritor da história". Na introdução da entrevista, as duas características destacadas para apresentá-lo são aquelas que os escritores Mário de Andrade e Affonso Ávila, respectivamente, lhe conferiram: "O protótipo do mineiro culto", "Esguio de físico, apurado nas maneiras, reflexivo por temperamento, ponderado por hábito" (RESENDE, 1991a, p. 30).

Foram essas duas apreciações escolhidas por Maria Efigênia e Roberto Barros para a abertura da sua entrevista ao professor, apresentando-o como "um dos mais respeitados historiadores do Brasil". Em comentário a sua tese de livre-docência "Política econômica do governo provincial mineiro", Maria Efigênia atribui ao professor, um *padrão de qualidade inédito na historiografia sobre Minas Gerais*, isso porque, em suas palavras, ele "reunia a pesquisa de fontes primárias a uma escrita apurada, de intérprete da história" (RESENDE, 1991a, p. 30). Iglésias representava para a geração a qual Efigênia se vincula a síntese ideal dos modelos de produção historiográfica postos em circulação, na segunda metade do século XX: crítica e interpretação histórica baseadas na necessária reflexão teórica associada a um extenso fôlego documental, organização das fontes e muito trabalho de arquivo.

Na trajetória e na produção de Maria Efigênia sobre Iglésias, também há a figura do "mestre" sendo elaborada e mobilizada nos fios de sua memória. Na tentativa de produzir um perfil historiador, é diante da *obra* de Francisco Iglésias

¹⁴ Em geral, os textos sobre Iglésias foram apresentados em cerimônias de homenagens, eventos na área de Economia e História, e em círculos de sociabilidade intelectual. Dentre eles: RESENDE, 1991a; RESENDE, 1997; RESENDE, 2002.

que ela parece reivindicar a construção do seu próprio repertório. Ao dar-lhe contornos específicos, ao posicionar a produção do autor, ao lhe atribuir características, a reivindicar sua pertinência, ou mesmo ao figurá-lo como responsável por colocar a historiografia mineira na rota da historiografia nacional, destaca o peso de seu trabalho acadêmico combinando-o às virtudes que lhe alçaram ao lugar de mestre.

Durante sua entrevista, Iglésias enfatiza a memória afetiva relacionada à Faculdade de Ciências Econômicas, marcando-a como sua "escola de eleição" (RESENDE, 1991a, p. 31). Já aposentado, referindo-se ao curso de história da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (FAFI-MG), afirma que é "um curso ainda muito precário" (p. 32). "Improvisados" foi a expressão utilizada para se referir aos seus professores na graduação, que, na sua avaliação se destacavam pela boa oratória, mas pela baixa qualidade das aulas. É nesse lugar de crítica ao curso de história da UFMG e de explicitação de vínculos muito mais fortes com a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e com o Departamento de História da USP, que Iglésias posiciona sua narrativa. Não sem razão. Preterido pelo professor catedrático Antônio Camilo de Faria Alvim na destinação da vaga da cadeira de História do Brasil, Iglésias manteve-se na Faculdade de Ciências Econômicas.

Dando os traços de suas concepções historiográficas, Iglésias defendeu a relevância da história social, como "o que importa", em dura crítica à chamada "velha historiografia, quase exclusivamente política" (RESENDE, 1991a, p. 34). Ao lado disso, demarcou características que considera relevantes em um texto histórico: o esforço da síntese (elogiando a primeira edição de *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro), além da originalidade e objetividade (cujo exemplo retoma em *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal). Contudo, foi ao tratar das relações entre História e Economia que Iglésias demarcou um longo debate no interior das ciências sociais em torno das fronteiras disciplinares: "A Economia é uma ciência mais estruturada. A História, ao contrário, não está bem constituída, como ciência, até hoje" (p. 33). A busca pela cientificidade da História marcou os debates historiográficos, sobretudo, após sua inserção nos quadros na historiografia acadêmica universitária (SANTOS, 2017, p. 129-171).

Para Iglésias, os instrumentos de análise, com o auxílio de outras disciplinas (sociologia, economia, antropologia, política etc) forneceriam o

caráter de pesquisa às preocupações históricas. Também porque estando fora do departamento de história, poderia se perguntar, desde um outro lugar, sobre o que seja história ou o trabalho do historiador. Desse modo, na Economia ele se servia de modelo de produção historiográfica que tentava se aproximar da "verdadeira historiografia" ou daquela que buscava alcançar, em suas palavras, "o ideal científico da mensuração e da objetividade" - um *tópos* historiográfico naquele momento (RESENDE, 1991a, p. 33).

O tom de crítica ao curso de História, de apresentação dos livros (obras já clássicas, na década de 1990, como Jean Delumeau, Gilberto Freyre e Karl Marx), de discussão das influências historiográficas e suas perspectivas teóricas, parecia não levar tanto em consideração que sua entrevistadora era professora de História do Brasil, no Departamento de História, há quase três décadas. Embora estivesse à sua frente, talvez não fosse Maria Efigênia sua interlocutora mais imediata.

Foram esses os temas que mais apareceram na entrevista: os professores do ensino secundário; a Faculdade de Filosofia; a forte relação com a literatura; a interdisciplinaridade; a influência da *École des Annales* e de Karl Marx na historiografia;¹⁵ a pesquisa histórica, o ensino de história na graduação e a emergência da pós-graduação; as preocupações historiográficas; e a reflexão sobre o tempo presente. Ao compararmos os temas das perguntas dirigidas a Iglésias constatamos muita semelhança àquelas que Maria Efigênia se fez, ao escrever seu Memorial Acadêmico para professora titular, no final daquele mesmo ano. Como se rastreasse no tempo e na trajetória de Iglésias, questões que ela mesma se colocava, preocupações que a acompanharam ao longo de sua vida profissional (RESENDE, 1991b). Assim, ela parece unir o tempo do "mestre" ao seu próprio tempo.

É só no texto publicado em 2002, já após a morte de Iglésias, que Maria Efigênia explicita o que ela entende por "obra", afirmando que a obra historiográfica de Iglésias espelha suas reflexões teóricas e suas experiências de vida. Um espelho que é também, em alguma medida, o dela própria. É da

¹⁵ No texto de 1997, de homenagem a Iglésias, Efigênia retoma a crítica a respeito de rumos equivocados que, algumas vezes, as pesquisas históricas tomaram no Brasil, sob influências externas absorvidas sem critério.

vida do "homem concreto", como ela mesma diz, que a historiadora parte para pensar os textos históricos do autor.

"Introdução à historiografia econômica" (1959), "Periodização do processo industrial no Brasil" (1963), "História e Ideologia" (1971), são os principais trabalhos de Iglésias que marcam a produção da professora.¹⁶ A concepção de Iglésias sobre história e o tempo presente e modo de interpretação da história da historiografia aparecem recorrentemente na narrativa de Maria Efigênia.

Nesse aspecto, a abordagem de Maria Efigênia em torno da memória de Francisco Iglésias distancia-se, em parte, daquela que Alice Canabrava elabora para Fernand Braudel. Efigênia considera a obra de Iglésias, entendida como o "homem" e sua "produção".

Em suas palavras: "foi nessa obra destinada a introduzir seus alunos de história econômica nos meandros da historiografia econômica (...) que muitos de nós firmamos nossas bases conceituais para o entendimento da historiografia". A Historiografia é aqui compreendida como "a história da produção da história sobre o econômico no Brasil" (RESENDE, 1997, p. 7).

Ainda nesse texto, Maria Efigênia sintetiza em tom elogioso as marcas fundamentais de um "perfil ideal" de atuação vinculando-o ao historiador: "Francisco Iglésias representa, de maneira exemplar, o profissional dedicado, o intelectual participante e o escritor da história dotado de profundo refinamento teórico e notável capacidade interpretativa." (RESENDE, 1997, p. 5). Era a interpretação histórica obtida por meio de análise e crítica das fontes, o tom de elogio, mas também de valorização de um modo de produção historiográfica, do qual participam o ensino e a pesquisa. Mais tarde, Maria Efigênia o define como "o modelo de historiografia acadêmica", de "erudição e crítica aguçada".¹⁷ Unindo as características desejáveis a produção da história, características de um modelo.

Contrária ao enquadramento regional a que muitos trabalhos foram submetidos, sua narrativa localizou a obra de Iglésias atribuindo-lhe ressonância

¹⁶ As obras são citadas recorrentemente nos textos de Maria Efigênia sobre Iglésias (RESENDE, 1997, 2002; CARVALHO & RESENDE, 1991).

¹⁷ O texto foi ampliado após sua apresentação no IX Seminário sobre Economia Mineira, em 2000. Originalmente, havia sido publicado no livro *Presença de Francisco Iglésias*, organizado por João Antônio de Paula, em 2001.

e importância nacional. Fez isso sob forte impacto das críticas aos trabalhos "paroquialistas" que circulou naquele período e que, de algum modo, enquadrou sua própria obra.¹⁸ A persona acadêmica, valorizada por seu brilhantismo, funda o autor como uma espécie de "pai" da historiografia acadêmica de Minas Gerais, inscrevendo-o ao mesmo tempo na órbita da historiografia nacional, "na vanguarda do que se considera a melhor historiografia produzida no Brasil" (RESENDE, 1997, p. 6). Na figura do professor, ela o compara a José Honório Rodrigues, reunidos em torno de uma preocupação em comum: a historiografia como objeto de análise no que concerne ao esclarecimento conceitual, teórico e metódico associado ao "conhecimento dos fatos".¹⁹

Esses três textos, aqui discutidos, somados aos investimentos memoriais realizados por Maria Efigênia, sobretudo na escrita de seu Memorial para o concurso de professora Titular, permitem-nos delinear os traços dessa influência: no reconhecimento ao papel pioneiro de pesquisa de Iglésias, valoriza o exercício como parte importante do seu próprio trabalho. Mas não qualquer pesquisa. Aqui há um apelo a uma produção de forte base empírica, que incorpora "todo documento possível", que não seja ensaística, que ressalte o dever de uso dos clássicos e preocupada com o presente (RESENDE, 1991a, p. 36-37). O olhar a uma reflexão teórica que não seja meramente abstrata (tal como era os termos da crítica às ciências sociais) retoma também um olhar atento para a historiografia, ao mesmo tempo que dispensa a ideia de que algo "está superado".²⁰

Se de um lado o trabalho acadêmico impressiona Maria Efigênia por sua engenhosidade, por outro são as características e virtudes pessoais que consternam sua narrativa. "De profunda formação humanística", "professor carismático", para a professora, a obra de Iglésias "revela o professor

¹⁸ Em diferentes momentos da entrevista, como em outros textos sobre o autor, Efigênia o descreve como historiador do "Brasil", numa tentativa de inscrevê-lo para fora dos limites regionais de Minas Gerais.

¹⁹ "Iglésias trabalha na mesma linha que José Honório Rodrigues. Este, com sua Teoria da história do Brasil, publicada em 1949, cuja temática é inédita em língua portuguesa, lembrava ao historiador que, "na história, como em qualquer ciência, os progressos referentes ao esclarecimento conceitual, teórico e metódico são tão necessários quanto os relativos mesmo ao conhecimento dos fatos"." (RESENDE, 1997, p. 7).

²⁰ Nas palavras de Iglésias: "Sem haver um pouco de teoria, o trabalho do historiador fica muito ralo, como um catálogo de telefone, um monte de nomes e datas que não se concatenam. Ficar só na teorização, na metodologia, também não é possível. Porque a história não é só metodologia" (RESENDE & CARVALHO, 1991, p. 38).

preocupado em criar as condições para um ensino de alta qualidade". O historiador, o professor e o homem formam a base de elaboração para sua interpretação histórica (RESENDE, 1991a, p. 36-37).

Na apreciação de Maria Efigênia, Iglésias parecia reunir os atributos éticos necessários a um homem e a competência intelectual necessária a um historiador. Nesse contexto, a demarcação de uma política de reconhecimento de uma obra, tanto valorizada pelo conteúdo, como pelos atributos éticos, morais e estéticos do seu autor, caracteriza não só o momento específico em que sua narrativa se insere, mas um modelo de atuação e de concepção historiográfica, determinantes em uma época.

Práticas de pesquisa, concepções em torno da escrita da História, personalidade acadêmica e virtudes não se dissociam, na valorização e discussão da trajetória de Iglésias. Ainda assim, outras características são proeminentes: a relação entre História e tempo Presente – "homem atento ao presente" (RESENDE, 1997, p. 8). Essa defesa *apaixonada* do historiador atento ao presente remete-nos a uma profissionalização da disciplina que não abandona uma relação emocional diante do ofício, como se correspondesse a uma postura diante do mundo.

É assim que no final de seu texto, em homenagem ao autor, que Efigênia anuncia o último livro de Iglésias, no final da década de 1990: "com essa obra, ele cobriu uma imensa lacuna na historiografia brasileira e, *com mão de mestre*, tornou acessível a um grande público um livro indispensável à compreensão da história política do País." (RESENDE, 1997, p. 8).

As escolhas memoriais que conduzem sua narrativa resultam de práticas e políticas de memória efetuadas pelas instituições universitárias, ao mesmo tempo que corresponde a um exercício de interpretação, no interior de uma disciplina. Esse duplo caráter confere características próprias ao texto que Efigênia produz, não sem as marcas do seu tempo e a tentativa de circunscrever um lugar para si, em meio às concepções, identidades e discursos que caracterizam a vida e obra de Francisco Iglésias.

Finalmente, no traço que sintetiza os usos do passado na obra de Iglésias, destacado por Maria Efigênia, a História é obtida dentro de uma constante preocupação com o presente. Segundo a professora: "o passado não é uma relíquia a ser reconstituída, e sim uma forma de compreender o presente, de

atuar na sociedade contemporânea. A História, assim concebida, é a sua paixão - e a de tantos leitores que sua escrita não se cansa de conquistar" (RESENDE, 1991, p. 30). Certamente, Maria Efigênia era uma dessas leitoras, conquistada pela escrita do "mestre".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de Braudel e Francisco Iglésias, Alice Canabrava e Maria Efigênia partilham uma operação semelhante, ao conformarem uma ideia do "historiador ideal" tanto por seus trabalhos historiográficos, quanto por suas virtudes pessoais. É a forma de "ser historiador" e não somente as práticas cotidianas de produção da história, que constitui o foco das suas narrativas. Desse modo, as performances corporais e escriturárias não podem prescindir da memória como espaço de elaboração dessas figuras e identidades historiadoras.

As memórias disciplinares são responsáveis por certos processos de sacralização de objetos e sujeitos de pesquisa, produzindo identidades em conformidade a um *éthos* do historiador ideal (GUIMARÃES, 2005, p. 32). Como no apreço de Alice por Braudel, ou de Maria Efigênia por Iglésias, percebemos que maneiras arquetípicas de ser historiador estão prescritas nas identidades que concedemos aos sujeitos. Nesse processo, ignora-se, quando se lê as identidades de forma rígida, que elas são alternativamente instituídas e abandonadas (BUTLER, 2020, p. 42).

Uma história intelectual comprometida com a complexidade das experiências dos sujeitos deve, sobretudo, atentar-se ao caráter transitório, situacional e social das identidades. De modo que, essas reflexões, implicadas com a superação dos constrangimentos impostos a diversos sujeitos subalternizados, seja na sua consideração como objetos de análise ou na defesa deles como produtores da história, precisam superar uma reduzida história das ideias, levando em conta também fatores sociológicos que conformam o campo intelectual (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012). Portanto, mobilizar o gênero como categoria de análise é fundamental no entendimento de que ele atua enquanto elemento estruturante das relações desiguais, também entre os(as) historiadores(as) universitários(as) (SCOTT, 1990).

Vale lembrar que a construção das memórias envolve um duplo processo que transita entre a lembrança e o esquecimento. Essas identidades, que se formam em coerência com uma memória disciplinar mais extensa, acabam por promover uma universalização daqueles que elas dizem representar, ignorando a multiplicidade de formas de ser historiador(a).

Longe de serem suficientes para compor uma totalidade ou uma identidade historiadora acabada, o que podemos ensejar por meio desses textos é vislumbrar suas intenções mais imediatas e aquelas formas menos evidentes de posicionar um autor e sua obra, como parte de uma experiência de formação e de configuração de experiências historiadoras, regidas por práticas generificadas no interior de uma disciplina.²¹

O estudo da obra de uma mulher historiadora, e da sua produção memorial como parte dessa obra, implica reconhecer, quando não sugerir, um deslocamento que repensa (e não só amplia) os critérios que definem as possibilidades das produções historiográficas em suas múltiplas formas, suportes, traços, temporalidades e manifestações.

A memória constituída em torno de Maria Efigênia também a veste, continuamente, com roupas elegantes, postura esguia, mãos grandes, gesticulação marcante e altura notável, um corpo cuja presença parece se impor antes da palavra pronunciada.²² As performances corporais, como aquelas que seduziram Alice Canabrava pela figura de Braudel, ou aquelas escolhidas para caracterizar Francisco Iglésias, também compõem um corpo para as historiadoras que se orientam pela “obra” dos seus mestres.

REFERÊNCIAS

BEARD, Mary. **Mulheres e poder**: um manifesto. Tradução de Celina Portocarrero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. 128p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

²¹ O historiador masculino, abstrata e materialmente, é o ponto de chegada de toda uma construção discursiva que legitimava alguns como produtores do conhecimento (RAGO, 1998).

²² No conjunto das entrevistas realizadas com colegas, ex-alunas(os), ex-orientandas(os) de Maria Efigênia, quase todas destacam aspectos corporais e estéticos envolvidos na apresentação da figura de Maria Efigênia.

CANABRAVA, Alice P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**. São Paulo, n. 88, 1971.

CANABRAVA, Alice P. Minhas Reminiscências. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 157-163, 1997.

CANABRAVA, Alice P. **História Econômica**: Estudos e Pesquisas. 1º edição. São Paulo: Hucitec; UNESP; ABPHE, 2005.

COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen e SARTI, Cynthia. **Pesquisa sobre Mulher no Brasil**: do limbo ao gueto? São Paulo, Cadernos da Fundação Carlos Chagas, n° 54, ago./1985.

COSTA, Aryana Lima. **De um curso d'água a outro**: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. Programa de Pós-Graduação em História Social (Tese), Instituto de História – UFRJ, 2018.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FGC, 2012.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. **A escrita da história entre dois mundos**: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961). 2014. Programa de pós-graduação em História (Dissertação), FFCL/UNESP, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.11, n. 1. p. 31-47, jan/jun. 2005.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira** (1970-1995), ANPOCS/CAPE. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

KUCHEMANN, Berlindes; BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia. A Categoria de gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do Ceam**, v. 3, n. 1, p. 63-81, 2015.

LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender**: essays on theory, film, and fiction. (theories of representation and difference). Bloomington: Indiana University Press, 1987.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. **Revista de História**. São Paulo, v. 146, 2002.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia**. v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 104-140.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtue Language and Boundary Drawing in Modern Brazilian Historiography: a Reading of Historians of Brazil, by Francisco Iglésias. In: **História da Historiografia**. v. 12, n. 30, maio-ago, ano 2019, p. 44-70.

PAUL, Hermann. **Self-Images of the Historical Profession**: Idealized Practices and Myths of Origin. *Storia della Storiografia*. n. 59-60, 2011a. p. 157-170.

PAUL, Hermann Fathers of History: Genealogies of the Historical Discipline. **Storia della Storiografia**, n. 59-60, 2011b. p. 224-230

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal**. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011.

POSSAS, Lidia. **GT Estudos de Gênero/ANPUH**: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias (2001- 2014). *Hist. R.*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 7-10, 2014.

RAGO, Margareth. Descobrendo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, v.11, 1998, pp.89-98.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de; CARVALHO, Roberto Barros de. Francisco Iglésias, o escritor da história. In: **Ciência Hoje**. Revista de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 13, n. 73, jun/1991a. Entrevista.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Memorial**. Concurso para o cargo de professor titular. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1991b.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Homenagem ao professor Francisco Iglésias. V Semana de Iniciação Científica da Universidade Federal de Minas Gerais. In: **Varia História**. Belo Horizonte: n. 17, mar/1997, p. 5-8.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Francisco Iglésias: vida e obra. In: **Academia Mineira de Letras**, Belo Horizonte, v. 24, n. jun/ago., p. 275-300, 2002.

SANTOS, Alessandra Soares. **Francisco Iglésias**: a história e o historiador. São Paulo: Alameda, 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. Rosa Freire D'Aguiar (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria de análise histórica". In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, jul/dez., 1990.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, p. 63-95, 1992.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 63-84, 1994.

VENÂNCIO, Giselle. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Recebido em 31-01-2024.

Aprovado para publicação em 08-11-2024.

EU, MULHER E GUERRILHEIRA

A trajetória política de Crimeia Alice Schmidt de Almeida

ME, WOMAN AND GUERRILLA FIGHTER

The political trajectory of Crimeia Alice Schmidt de Almeida

IZABELLA CARDOSO DA SILVA CAMPAGNOL¹

RESUMO

No presente artigo, pretendemos analisar a trajetória política da guerrilheira participante da Guerrilha do Araguaia, Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Faz parte de nossos objetivos compreender o que significava ser mulher e guerrilheira e quais os enfrentamentos realizados para que as mulheres pudessem alcançar igualdade de participação nos combates, no cotidiano das guerrilhas, nas agendas de temas definidos a serem enfrentados em relação aos homens. Ademais, estou também preocupada em entender como foi possível a continuação de sua militância pós-guerrilha dentro do movimento feminista e da União de Mulheres, da qual ela foi uma das fundadoras em 1981. Para tanto, utilizaremos os conceitos de gênero (SCOTT, 1989), memória (RICOUER, 2007) e biografia (LORIGA, 2011)

Palavras-chave: Memória, Gênero, Biografia.

ABSTRACT

In this article, we intend to analyze the political trajectory of the guerrilla participant of the Araguaia Guerrilla, Crimeia Alice Schmidt de Almeida. It is part of our goals to understand what it meant to be a woman and a guerrilla and what confrontations were carried out so that they could achieve equal participation in relation to men. In addition, I am also concerned to understand how it was possible for her post-guerrilla militancy to continue within the feminist movement and the Women's Union, of which she was one of the founders in 1981. To this end, we will use the concepts of gender (SCOTT, 1989), memory (RICOUER, 2007) and biography (LORIGA, 2011).

Keywords: Memory, Gender, Biography.

¹ Doutoranda em História Social pela FFLCH/USP. Bolsista CAPES, com projeto intitulado "Flores e fuzis: memórias e narrativas sobre as guerrilheiras do Araguaia. Email: iza.cardosog@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo se propôs a reconstruir a trajetória política da guerrilheira Crimeia Alice Schmidt de Almeida (1945-presente)², participante da Guerrilha do Araguaia. Para tanto, pretende-se trabalhar com os conceitos de memória, gênero e biografia. Para a realização das entrevistas, foi utilizado como método a História Oral.

Sendo uma das guerrilheiras sobreviventes, Crimeia de Almeida, ao lado da irmã, reconstruiu a vida política pós-guerrilha, especialmente, em torno da fundação da União de Mulheres de São Paulo. Devido à sua importância para a luta política no Araguaia, adaptação à região e pelo percurso de sua militância pós-guerrilha, acreditamos na relevância de Crimeia de Almeida para compreender questões fundamentais sobre as mulheres que passaram da militância na luta armada para a militância feminista, nos anos 1975 a 1981.

O recorte temporal deste artigo compreende justamente os anos da guerrilha e pós-guerrilha e procura entender como ocorre a superação do trauma, num momento em que a militante precisa se restabelecer em outro estado e continuar sua militância política pós-guerrilha. Deste modo, nosso recorte temporal versa sobre os anos 1969 a 1981, que tratam da chegada da guerrilheira ao Araguaia até a fundação da União de Mulheres. Deste modo, acredito ser possível entender as escolhas políticas empreendidas por ela no período posterior ao evento, isto é, até 1981.

1. O DEBATE SOBRE A MEMÓRIA

Para compreender as questões que permeiam nosso trabalho, concentrar-nos-emos em linhas gerais no debate historiográfico a respeito da memória.

² Crimeia Alice Schmidt de Almeida é uma ex-guerrilheira do Araguaia, enfermeira formada, iniciou seus estudos na década de 1960 pela Escola Ana Nery, da UFRJ, onde também intensificou sua militância política no movimento estudantil e no Pcdob. Foi presa política, tendo seu único filho na prisão. Depois da prisão, retoma sua vida em São Paulo, sem nunca ter abandonado a militância política. Ao lado da irmã, Maria Amélia Teles, funda a União de Mulheres de São Paulo, em 1981. Entrevista à autora, 26/06/2023.

Uma obra importante para adentrar o debate é *A memória coletiva*, de Maurice Halbwachs. Para o sociólogo, o ato de lembrar é feito sempre de modo coletivo; impossível, nesse sentido, lembrar-se sozinho, individualmente, uma vez que preciso do outro para me recordar do que se passou. As primeiras lembranças são aquelas compartilhadas, comuns. Deve-se a Maurice Halbwachs a atribuição da memória ao grupo ou sociedade. (RICOUER, 2007). Sob influência de Durkheim, forjou o conceito de “quadros sociais” da memória, atribuindo a ela estruturas que poderiam ser observadas objetivamente. Segundo Halbwachs, a memória seria do campo do vivido, da experiência subjetiva de um grupo social, sendo um elemento vivo da experiência humana.

Na esteira deste debate vem contribuir Pierre Nora, em livro organizado por ele, isto é, *Lugares de memória*, uma coletânea de livros publicados entre 1984 a 1992, na França. No período em que foram publicados, havia uma inquietação na esteira dos debates sobre memória: para os estudiosos parecia que tudo havia se transformado em memória, e a história transformou-se em mero objeto de memória.³ Ademais, o problema principal para Nora, parece ser o da “abundância” de memória. Neste sentido, o conceito de lugar de memória é criado porque a sociedade precisa se lembrar do esquecido. Então os lugares de memória são constituídos para que a própria sociedade atribua significados e sentidos a eles. Segundo François Hartog, em uma interpretação a respeito da obra de Pierre Nora, a partir de lugares “simbólicos, topográficos, monumentais” a sociedade depositaria suas lembranças nesses locais (HARTOG, 2013 p. 158). Para Nora, o efeito da aceleração das sociedades contemporâneas marca uma ruptura com o campo da experiência. Ele destaca que com a globalização e a massificação só se fala em memória, porque esta não existe mais, daí a necessidade de construir tais lugares de memória, para que seja possível recordar. (HARTOG, 2013, p. 163).

Outro pensador importante para os estudos de memória é o filósofo Paul Ricoeur. Em sua obra de fôlego *A memória, a história, o esquecimento*, de 2007, reconstrói uma fenomenologia-hermenêutica da memória e da história. Segundo

³ Ver o artigo Meneses, U. T. B. de. (1992). A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, 34, 9-23. Nele, o autor reconstrói parte do debate sobre a memória e se questiona a respeito de a memória ter se tornado um lugar-comum para a historiografia.

Ricouer, a história regula os abusos da memória: nenhuma é superior à outra, elas são complementares. Toda narrativa histórica porta uma memória, e não tem o mesmo significado. A história atua como mecanismo crítico da memória. A história pode regular, corrigir, completar a memória presente no testemunho, que por sua vez, garante a materialidade do relato.

Importante apontamento é feito sobre o testemunho por Ricouer, a exemplo das pessoas que testemunharam situações-limite, como o caso dos sobreviventes dos campos de extermínio. O filósofo destaca:

Ora, a experiência a ser transmitida é a de uma inumanidade sem comparação com a experiência do homem ordinário. É nesse sentido que se trata de experiências extremas. (...) Uma razão suplementar da dificuldade de comunicar deve-se ao fato de que a testemunha não esteve ela mesma distante dos acontecimentos, ela foi sua vítima. Como contar sua própria morte? Pergunta Primo Levi (RICOUER, 2007, p. 187).

Os três autores trouxeram significativas contribuições sobre o uso da memória para a história, mais do que isso, contribuíram para alargar o debate a respeito das linhas tênues que separam história e memória. Como em nossa pesquisa é fundamental o conceito de memória, pois trabalhamos com a memória viva de um indivíduo, são importantes essas reflexões, de modo que possamos compreender como a memória foi utilizada em nosso texto. Os três autores trazem contribuições para pensarmos na abordagem da memória, mas aquelas trazidas por Paul Ricouer parecem contribuir para entendermos melhor as separações entre história e memória, e sobretudo, para compreender os lapsos de esquecimentos presentes nos relatos. Nesta pesquisa, trabalhamos com testemunhos do tempo presente que fazem referência ao passado, portanto, estão contidos os esquecimentos, silêncios e lembranças de um período anterior ao presente. Cabe a nós compreender também esses lapsos como parte da memória de quem narra suas experiências narrativas.

2. METODOLOGIA

Este artigo inscreve-se no rol dos trabalhos sobre gênero. Embora o gênero seja uma categoria de análise e não um método de análise, utilizaremos

este conceito para compreender a narrativa da guerrilheira escolhida. Utilizaremos a definição de gênero balizada por Joan Scott em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica – Gênero e as políticas da história*. Segundo a autora, o gênero é constitutivo das relações sociais e baseado nas diferenças entre os sexos e uma forma de significar as relações de poder, implicando símbolos que evocam representações diversas. Para o historiador, a questão principal parece ser entender como tais representações são feitas e em quais contextos. Assim, pode ser utilizado como um conceito que possibilita entender as relações entre “diversas formas de interações humanas”. Neste ínterim, é fundamental a constatação de que o gênero está contido na política e por ela é construído e a constrói (SCOTT, 1989). Segundo Scott, são indagações fundamentais no trabalho com o conceito considerar por que e quando as mulheres foram inviabilizadas como sujeitos históricos, mesmo que elas tenham participado dos acontecimentos históricos (SCOTT, 1989, p. 28).

Para o apoio das entrevistas aqui analisadas usaremos o método da História Oral e as referências que constam no livro *Manual de História Oral*, de Verena Alberti. Para Alberti, é importante a boa condução da entrevista no momento em que é realizada, sendo que a produção do documento já demanda um trabalho de crítica interna e externa do mesmo. A entrevista permite que se recupere aquilo que não é possível encontrar em outros documentos, como experiências pessoais e percepções particulares. Segundo a autora, um dos objetivos da História Oral é recuperar o vivido do ponto de vista de quem o viveu. O caráter oral do depoimento permite inúmeras interpretações, principalmente considerando-se as hesitações, ênfases e correções, o que permite uma análise discursiva posterior e completa. Mesmo que se realizem inúmeras entrevistas, que contenham uma visão particular, é possível chegar a um “conhecimento acurado” sobre nosso objeto de estudo (ALBERTI, 2004). Neste caso, é impossível prescindir de outros documentos, servindo estes de apoio à pesquisa. Em nosso projeto, a seleção das entrevistadas se justifica na medida em que escolhemos uma das mulheres sobreviventes da Guerrilha do Araguaia, pois o que nos interessa é entender a participação feminina no evento. A escolha do tipo de entrevista a ser realizada versará sobre as entrevistas temáticas. Nessa abordagem, o foco é voltado sobretudo para a participação do depoente no

evento histórico a ser analisado. Dessa forma, o tema é retirado da trajetória de vida do entrevistado e torna-se o foco da entrevista.

Neste artigo, pretendemos analisar sob a abordagem da micro-história, a trajetória de vida de Crimeia de Almeida. Tal opção, porém, prevê a compreensão do passado sem tomá-lo como unidade dada e coerente, mas conforme argumenta Avelar (2018), um campo de conflitos e de construção de projetos de vida. Nesse sentido, algumas questões se colocam, como por exemplo, como abordar a história de vida de uma pessoa? Segundo François Dosse (2009), a narratividade dá uma resposta que permite dar sentido a essas interrogações. A possibilidade de narrar uma vida nos coloca inúmeros desafios. Os marcos de uma vida não podem ser colocados em uma narração linear e fixa, pois a vida do biografado não possui regularidades, permanências e repetições (AVELAR, 2018, p. 134). Assim, é preciso fugir da interpretação de que os indivíduos seriam entidades fechadas, com destinos fixos, mas sim produtores de diversas identidades e subjetividades que não podem ser previamente demarcadas pelo historiador. Segundo Dosse, o estudo biográfico poderia alargar nossa compreensão do passado, tomando-o como um “campo de conflitos e de construção de projetos de vida”.

Outrossim, as reflexões trazidas por Sabina Loriga em “Sobre os ombros dos gigantes”, no livro *O pequeno x*, parecem ser instigantes em termos metodológicos. A vida de um indivíduo poderia fornecer informações sobre o passado? Os testemunhos pessoais permitiriam formulação de hipóteses sobre a sociedade? Quais fatores seriam considerados relevantes na trajetória de vida de alguém? Neste contexto de questões, se desenvolveu a micro-história, abordagem metodológica que permitiu ao historiador se debruçar “sobre as capacidades de iniciativa pessoal dos atores históricos” (LORIGA, 2011, p. 222).

Ao analisar os sistemas normativos, a micro-história procura demonstrar que o contexto histórico corresponde a um tecido conjuntivo atravessado por inúmeras variáveis, e que todo indivíduo se situa no cruzamento de experiências sociais e individuais. Neste caso, a biografia faz parte da história e oferece um ponto de vista sobre ela. Trata-se, portanto, de apreender a tensão entre indivíduo e sociedade, podendo o indivíduo ser visto como um caso particular e também parte de uma totalidade. Neste ínterim, a contextualização se delineia

como parte imprescindível para o trabalho do historiador-biógrafo e fundamental para que se conecte o particular e o geral.

Por fim, a contribuição de Sabina Loriga para nossa pesquisa se concentra em incorporar a literatura ao discurso histórico, de modo que este possa se tornar mais denso e variado. É possível meditar sobre as estratégias narrativas para dar relevo às incertezas, descontinuidades e conflitos do passado, sem esquecermos as fontes, encaradas como provas deste passado que pretendemos reconstruir.

Para este trabalho, concentro-me como fonte oral em entrevista realizada com a depoente por mim em 26.06.23. A entrevista foi gravada e encontra-se como parte constitutiva de acervo pessoal, não tendo ainda sido publicada. A entrevista foi realizada no contexto de uma pesquisa maior de doutoramento na área de História, que pretende compreender a importância da participação feminina na Guerrilha do Araguaia e atualmente realizada no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Os conceitos elencados, como o de gênero serão utilizados para as análises pertinentes em nossa pesquisa, já que temos como objetivo perceber como a construção social do gênero foi percebida dentro dos próprios grupos militantes e como essas diferenças entre os sexos impactaram na prática das guerrilheiras e no seu cotidiano na guerrilha. Do mesmo modo, como abordagem metodológica, usaremos o método da história oral para a análise da entrevista realizada. Os procedimentos apontados por Verena Alberti (2009) foram utilizados para a realização da entrevista aqui analisada. Os conceitos de micro-história e trajetória foram utilizados para compreender a trajetória da guerrilheira considerada neste artigo.

3. A BIBLIOGRAFIA SOBRE MULHERES: UM LEVANTAMENTO

Se os estudos dedicados à história da Guerrilha do Araguaia, apresentam um enfoque mais voltado para a história da guerrilha em si, quando se trata da bibliografia sobre a luta armada, é possível encontrar uma preocupação maior

em relação às mulheres envolvidas na resistência à ditadura.⁴ Um dos principais a respeito é *A Resistência da Mulher à Ditadura no Brasil*, de Ana Maria Colling (1997). A autora defende que as mulheres militantes “se identificaram com o discurso masculino para se constituírem como sujeitos políticos, já que na luta política sua condição de gênero está subsumida no discurso de unificação dos sujeitos” (COLLING, 1997 *apud* INSUELA, 2005). Os atributos identificados como masculinos eram a rigidez, dureza e seriedade, que deveriam ser assumidos por elas.⁵ Desta forma, as mulheres “assumiram a dominação masculina ao esconder sua sexualidade numa categoria sem sexo”. (COLLING, 1997, p. 69). Para a autora, as mulheres assumiram a condição de militantes, prescindindo de sua condição de mulher. Ao mesmo tempo, as relações entre homens e mulheres diluíram-se na luta política, sem pensar nas questões de gênero.⁶

Outro trabalho importante sobre as mulheres na luta armada é *Mulheres, Militância e Memória*, de Elizabeth F. Xavier Ferreira (1996). A autora procura reconstruir a trajetória de 13 militantes em sua experiência de luta durante o Regime Militar. As mulheres consideravam que as organizações de esquerda eram regidas por princípios paramilitares, fator reforçado quando os comandos eram direcionados às mulheres. Poucas de fato foram as que assumiram posições de comando dentro das organizações e todas comentaram que havia grande diferença em relação à integração de homens e mulheres dentro dos partidos. Embora as regras afetassem todos, eram em especial as mulheres que precisavam superar os limites impostos por sua condição de gênero. Assim, para se afirmarem dentro dos movimentos, tinham não só de provar sua competência

⁴ Consultar: WOLFF (2007, 2009) e Bastos (2007), CARVALHO (1998), CAVALCANTI JR, (2016), COLLING (2017), CONRADI, (2015), RIBEIRO (2018). INSUELA, (2011)

⁵ O aspecto identificado aqui como “masculino” diz respeito à construção social a respeito das posturas dos homens em nossa sociedade, entre elas, a ocupação do espaço público, como historicamente um lugar para homens.

⁶ Colling (1997) afirma que apenas no final dos anos 1970 a questão da mulher passaria a ser debatida no Brasil. Além disso, em entrevista concedida à Izabella Cardoso da Silva Campagnol por Maria Amélia de Almeida Teles em 17/05/2022, os militantes do PCdoB, à época, diziam que a abordagem de questões relacionadas ao feminino quando levantada pelas mulheres era apontada pelos mesmos como uma preocupação secundária, própria de pessoas “alienadas”, nas palavras de Maria Amélia de Almeida Teles. In: COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

enquanto militantes, mas ultrapassar os limites impostos dentro da estrutura de gênero, que historicamente aparta as mulheres da plena participação na esfera pública.

Segundo Elizabeth Ferreira (1996), todas as entrevistadas concordaram que aquelas que assumiram postos de comando precisaram assumir características “masculinizadas”. Isso quer dizer que eram dotadas de um perfil comumente associado aos homens à época.⁷ Entretanto, apesar do controle que as organizações exerciam sobre elas, ocorreram muitas transgressões às normas impostas. Algumas desobedeceram às ordens para fazerem aborto, para não se relacionarem amorosamente com outros companheiros, de não terem filhos enquanto militassem nos partidos. Crimeia Schmidt de Almeida relata que seis meses após chegar ao Araguaia passou a manter um relacionamento com André Grabois, mantido em sigilo, pois ia contra orientações do partido. Ela conta que foi Elza Monnerat quem foi contra ao afirmar que “perderiam uma companheira, pois viver junto com alguém era deixar de ser militante” (FERREIRA, 1996, p. 139). A isso, Crimeia reagiu fortemente, e ao engravidar, recusou o aborto, porque segundo ela “já havia se despojado de tudo”.

Sobre a bibliografia que trata das mulheres do Araguaia, podemos destacar alguns trabalhos mais recentes. Entre eles, o de Janaina de Almeida Teles (2014), Ana Maria Colling e Ary Cavalcanti (2019), e Ary Cavalcanti Junior (2016, 2021). Essas obras destacam que são diversas as lendas construídas sobre as combatentes no Araguaia.⁸ Entre elas, muitas contam a respeito de uma guerrilheira em específico, Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, conhecida como Dina, que chegou ao posto de vice-comandante do Destacamento C. (TELES, 2014, p. 480)

⁷ Sobre este aspecto, Colling, (1997): “A mulher militante negava-se enquanto mulher como forma de ocupar espaços nas organizações de esquerda que se caracterizavam pelo domínio masculino. Esta condição evidencia-se com bastante clareza (...). As mulheres entrevistadas, na sua vontade de serem vistas somente como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam de sua aparência pessoal. (...) A partir da militância política, passavam a ter outros valores, e o cuidado com a aparência pessoal não merecia lugar nesta nova visão de mundo. (...) [uma das entrevistadas pela autora] relata que foi se desligando desses valores não por protesto, mas pela falta de tempo e porque passava a ver a aparência como algo menor, sem importância. (COLLING, 1997, p.69).

⁸ Segundo Janaina Teles (2014), as lendas em torno de Dina encontravam respaldo na cultura mística camponesa, com inúmeras lendas regionais.

Sobre o papel ativo que as guerrilheiras desempenharam, a biografia *Guerrilheiras do Araguaia: o caminho de quatro jovens militantes*, de Veronica Savignano, Ianno Maia e Renata Dantas trata da importância de Luiza Augusta Garlippe, Telma Regina Cordeiro Correa, Walquíria Afonso Costa e Suely Kamayana para o processo. As autoras enaltecem o papel fundamental que cada uma delas teve para a consolidação da guerrilha no campo e a efetividade da luta política. (DANTAS, MAIA e SAVIGNANO, 2005)

Além desse aspecto ativo no combate às doenças, as guerrilheiras de modo geral, foram essenciais para a aproximação com as mulheres da região. Eram as responsáveis por iniciar primeiro o contato com as camponesas, cuja aproximação com os homens não era aceita, à época. Apenas por intermédio das mulheres é que os guerrilheiros poderiam acessar as demais camponesas. Na divisão das tarefas cotidianas, elas plantavam, colhiam e caçavam como todos, não tendo nenhuma diferenciação quanto à disciplina militar. Para os autores, as guerrilheiras se empenhavam como os companheiros do sexo oposto, uma vez que a rotina da vida camponesa era maçante e repetitiva, demandando determinação no trabalho diário de conquista da mata e mapeamento do terreno. As mulheres se mostravam mais “esforçadas” na adaptação e resiliência para lidar com o isolamento imposto a todos eles. (DANTAS, MAIA e SAVIGNANO, 2005, p. 194)

O livro *Guerrilheiras do Araguaia: caminho de quatro jovens militantes* é um livro-biografia da área do Jornalismo, lançado em 2005. As entrevistas realizadas para a produção do livro nos mostram o papel que cada uma das guerrilheiras teve ao atuar no Araguaia – assunto sobre o qual na historiografia pairam vários silêncios, dada a falta de documentos sobre o tema, ao fato de que durante muitos anos os sobreviventes não puderam falar sobre o Araguaia, e a ausência da produção de textos por parte dos próprios envolvidos no conflito. Os depoentes são, sobretudo, ex-militantes e familiares dos desaparecidos políticos. Obviamente, o livro biográfico também deve ser problematizado enquanto fonte histórica; porém, as diversas fontes a que tivemos acesso: artigos de jornais, entrevistas com Crimeia Alice Schmidt de Almeida e depoimentos de camponeses, nos permitem afirmar o papel ativo que as militantes tiveram na

Guerrilha do Araguaia, concordando com a visão expressa no presente livro-reportagem.

4. UMA VIDA DE LUTAS: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE CRIMEIA

A militância de Crimeia de Almeida inicia-se aos 12 anos, ainda na escola básica, no então Ginásio. Ela e os colegas revoltaram-se contra o programa norte-americano que pretendia reformar o ensino público brasileiro. Tratava-se do projeto que ficou conhecido como PABAE (Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino). Em razão de serem contra a implantação do projeto na unidade de ensino, e como o programa era americano, Crimeia relata que seu grupo ficara conhecido como “anti-imperialista” e “comunista”, pois ser anti-imperialista implicaria necessariamente um alinhamento com o outro polo político, à época.

Depois de participar da militância estudantil, com 15 anos, entrou para o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Em razão da proximidade com os ensinamentos do pai, tomou conhecimento de dois jornais comunistas, o *Novos Rumos* e *Classe Operária*, pediu à direção para explicar a respeito de o porquê a *Classe Operária* fazer severas críticas ao PCB. A direção do partido julgou a atitude de grande petulância e acusando-a de ser policial foi convidada a se retirar da legenda.

Com o golpe de 1964, o pai da militante fora preso e ficou desaparecido por 3 meses. Com isso, todos da família: pais, Amelinha e ela própria foram implicados em inquéritos policiais. Crimeia havia sido indiciada por tentativa de envenenamento da caixa d’água municipal de Belo Horizonte; sendo esta uma das primeiras acusações que pairam sobre sua trajetória política, na época então com 15 anos.

Devido à destacada perseguição na cidade, a família toda se mudaria para o Rio de Janeiro. Sem arrumar emprego, decidiu, orientada pelo PCdoB, ao qual havia se filiado, a prestar vestibular para o curso de Enfermagem, que seria útil caso fosse para a guerrilha: para ir ao campo era preciso saber aplicar injeção, fazer curativo e cuidar dos doentes. Foi então aprovada no vestibular e ganhou bolsa de estudos da Fundação Nacional da Saúde, entrando para a Escola Ana Nery, da UFRJ. Tendo garantido a sobrevivência, Crimeia pressionava o partido

para que pudesse ir para a guerrilha no campo. Segundo o que nos conta:

Fiquei na escola e o partido não me mandava para o campo; eu falei assim: ‘já sei dar injeção, já sei fazer curativo, já sei um monte de coisa, mas a esquerda é muito preconceituosa e como vai mandar uma mocinha para o campo, né?’. Mas isso eles não falavam comigo, isso eu percebi depois. (entrevista dada à autora, jun 2023)

De família comunista e bastante crítica aos costumes, na década de 1960, os movimentos feministas ainda não haviam incorporado as discussões de gênero. Crimeia, no entanto, demonstra nos ambientes nos quais estivera, as disparidades de desigualdade entre os sexos. Sobre a faculdade Ana Nery, ela diz:

Era um horror assim: eles fiscalizam o comprimento da sua saia, tinha horário para entrar, tinha horário para comer, sabe? Você tinha que...a coisa que mais me chocou: se você estivesse subindo da escada e viesse um superior descendo, você tinha que voltar para que ele passasse e depois você descia. Achei que era tão terrível que institui o “bater continência”, porque pensei assim: “isso aqui que é quartel!”. Então eu não era uma aluna, vamos dizer, exemplar, mas tinha uma certa liderança na escola. Por isso fui eleita, e na hora de ser delegada, falei assim: “Bem, nós precisamos discutir isso!”. Mas como vai discutir numa escola tão regressiva? Então eu inventei um curso de oratória e no curso vinha um estudante de outra faculdade – era um estudante da faculdade de Direito – e ele vinha dar aula de oratória para nós. E os temas eram os temas do momento. Assim sempre tinha uma pessoa para fazer a defesa e outra para acusar. (entrevista à autora, jun. 2023)

É possível perceber o protagonismo da militante antes mesmo de ir à guerrilha: na faculdade, em razão do autoritarismo presente na instituição, institui o “bater continência” como forma de ridicularizar as ações instituídas. Conforme destaca Joan Scott (1989), historicamente os atributos construídos como femininos, tais como a arte do cuidado, a doçura, e a feminilidade foram aspectos inferiorizados nas sociedades ocidentais. Já as características tidas como masculinas, como a seriedade, a virilidade e a força física foram exaltadas. Nesse sentido, ao apresentar características de liderança, a militante parece fugir dos estereótipos atribuídos às mulheres nos anos 1960, segundo os quais o objetivo da vida feminina seria o casamento e a criação dos filhos.

Uma obra importante que discute as questões de gênero a respeito da mulher militante é *A resistência da mulher à ditadura no Brasil*, de Ana Maria

Colling (1998). A autora defende que as mulheres militantes “se identificaram com o discurso masculino para se constituírem como sujeitos políticos, já que na luta política sua condição de gênero está subsumida no discurso de unificação dos sujeitos” (COLLING apud INSUELA, 2005). Podemos dizer que as mulheres que entraram para a luta armada tiveram de esconder seu gênero. Os atributos identificados como masculinos eram a rigidez, dureza e seriedade, os quais deveriam ser assumidos por elas. As mulheres assumiram, consciente ou inconscientemente características do outro gênero, no caso o masculino, justamente para sobreviver, serem ouvidas, validadas. Para a autora, as mulheres assumiram a condição de militantes, prescindindo de sua condição de mulher. Ao mesmo tempo, as relações entre homens e mulheres diluíram-se na luta política, sem pensar nas questões de gênero.

Ainda na universidade, Crimeia de Almeida resolve participar assim como seus colegas, do Congresso da UNE, ocorrido em outubro de 1968, em Ibiúna. O evento é descoberto e os estudantes presos. Em razão do acirramento da perseguição, exige que o PCdoB a envie para o campo:

“olha, vou-me embora daqui se vocês não me mandarem para o campo! Vou mudar de cidade ou vou sair daqui: não vou ficar aqui!”. E logo em seguida veio o AI-5, né? Eu falei assim: “não dá pra ficar mais aqui”. Aí eles me mandaram no começo de janeiro. No caminho, o dirigente, que era o João Amazonas, me disse: “não têm mulheres lá, vai depender do seu desempenho se a gente manda mulheres ou não”. Aí eu fiquei muito brava! Eu falei: “você falou isso para os homens?”. “Agora, com as mulheres, com a idiota aqui você fala, né?” (entrevista dada à autora. 23.06.24).

Crimeia comenta que as disparidades de gênero expressas pelo partido ao exigir das militantes mais força para realizar as tarefas na guerrilha. Ela destaca que as mesmas exigências e pressões não eram vivenciadas pelos homens. Da mulher guerrilheira exigia-se um comprometimento duplo: dependeria de seu desempenho a ida de outras mulheres para o Araguaia, visto que Crimeia era a primeira mulher na guerrilha rural.

Como mencionado acima, para Ana Maria Colling, a mulher guerrilheira enfrentou um preconceito duplo: lutar contra a sociedade patriarcal, contra a ocupação do espaço público pela mulher, e o preconceito reinante também dentro dos grupos revolucionários, nos quais encontramos diversas ressalvas a

respeito da integração da mulher na luta armada.

Que preconceitos eram esses? Indagada sobre os problemas vivenciados ao longo de sua trajetória de militante e os embates com seus partidos políticos e organizações de esquerda, Maria Amélia de Almeida Teles argumenta que o PCdoB manteve uma postura sectária em relação às pautas levantadas pelas mulheres e posteriormente por elas elaboradas através dos movimentos feministas. Todas as pautas levantadas por elas eram contrapostas com pautas sociais, como aumento de salário e constituinte. Além disso, devido à dupla militância a partir dos anos 1975-1987, Maria Amélia revela que foi expulsa do partido, alegando perseguição política (RAGO, 2008).

Durante a luta armada, as mulheres alegaram os diversos estigmas encontrados no seio de suas organizações políticas. Marta Diana em seu livro *Mujeres Guerrilleras: sus testimonios em la militancia de los setenta*, conta-nos a respeito. O livro é uma reunião de depoimentos de militantes mulheres de diversas organizações argentinas. Uma das depoentes, com nome fictício, Alejandra, alega as discriminações que sofreu ao não ser promovida a um cargo mais alto, ao qual fora o marido, apesar de realizarem as mesmas tarefas. Ao indagar aos dirigentes sobre o porquê, recebeu como resposta: “por ser hombre era mucho más libre que yo, podía por ejemplo, dormir fuera de sua casa, y se podía contar con el a cualquier hora del día e de la noche. (...) Poco despues me explicaron que devia aceptar sin discutir las decisiones (DIANA, p. 29, 1996). Tal fala mostra como eram entranhadas dentro da militância política dos anos 1960 e 1970 as diferenças entre os sexos. Qualquer tentativa de modificar a lógica dos acontecimentos e dos costumes podia ser malvista pelos militantes. Ainda para Alejandra: “(...) esta norma de ‘tabicamento’ me ha formado de tal manera que, aún hoy, nunca pregunto” (DIANA, p. 29, 1996).

Voltando à trajetória de Crimeia, ela nos conta de seus enfrentamentos e dificuldades na guerrilha rural. No Araguaia, permaneceu de janeiro de 1969 a abril de 1972, tendo permanecido apenas durante o início dos combates com os militares de abril de 1972 a setembro de 1974. Já na região, um dos problemas que enfrentou foi sobre o uso de calça jeans e o fato de o partido ser contra, pois as mulheres camponesas usavam saias para realizar o corte de lenha e coco na floresta. Para a militante tal fato era duplamente complicado, porque as mulheres

sempre poderiam ser acometidas por doenças a partir da picada de mosquitos transmissores de males tropicais, bem como incorriam no terrível risco de estupro floresta adentro. Ela afrontara então os ditames dos companheiros e demais dirigentes pra que pudesse se proteger através do uso de calças. Outro enfrentamento que demonstra a adaptação e importância que as guerrilheiras exerceram no Araguaia, em especial Crimeia de Almeida, foi o auxílio prestado à população local.

A militante era ainda estudante de Enfermagem e prestou exímio trabalho às populações ribeirinhas. Ao chegar à região ficou conhecida como “bula”, nome dado aos profissionais que tinham algum conhecimento médico. Segundo ela:

Quem sabia receitar remédio era bula e eu tinha uns livros, sabe? Livro de doença infecciosa, livro de obstetrícia: eu tinha uns livrinhos, que levei e eles me achavam assim uma bula excepcional, porque tinha até livro de bula! (entrevista à autora, jun. 2023)

Ademais, a guerrilheira nos conta um episódio no mínimo, interessante. Logo nos primeiros dias que chegara ao Araguaia, havia sido convidada para ir a uma sentinela. No que consistia uma sentinela? Crimeia pensava que fosse um velório e aprontara café e açúcar para levar ao evento. Chegando no local, espantara-se ao perceber que a suposta defunta estava viva. Na verdade, a paciente estava acometida de malária, popularmente conhecida como febre-terça ou terça maligna. Devido à falta de condições e equipamentos de saúde adequados qualquer doença era motivo de morte. No entanto, a guerrilheira estudante de Enfermagem, consegue realizar um procedimento que salva a vida da camponesa (entrevista dada à autora 23.06.23).

De fato, é possível perceber, inclusive, em outros relatos de moradores da região o protagonismo feminino e o auxílio que as guerrilheiras prestavam a todos: eram bulas, parteiras, professoras. O evento relatado vem acrescentar mais informações a respeito de uma situação específica e contribuir com relevações valiosas a respeito do cotidiano da guerrilha e nos traz as dimensões das desigualdades enfrentadas pelos camponeses locais, carentes de assistência médica, jurídica e educacional.

No Araguaia até abril de 1972, em virtude de ter engravidado e o partido considerar perigoso continuar na região, Crimeia parte para São Paulo. Para sair

do Pará, foi necessário driblar a repressão policial, indo para cidades menores até chegar ao destino. Foi a Goiás para retirar dinheiro e remédios para distribuir aos companheiros, na casa da esposa de Angelo Arroyo, dirigente do PCdoB.

Mesmo após a prisão em setembro de 1972, onde teve seu filho e foi posteriormente solta, graças à pressão feita pela Anistia Internacional, a militante seguiu para a casa de uma tia em Belo Horizonte, permanecendo alguns meses. Depois de alguns meses, tornou a São Paulo para ficar com a irmã, e onde em 1981 fundou juntamente a ela a União de Mulheres de São Paulo. Indagada sobre o fato, ela nos conta:

Me formei na Paraíba, depois de 13 anos. Foi um curso muito bem feito: muita aula prática (risos). Depois eu vim para São Paulo, trabalhei como enfermeira e aí participava dos movimentos. Tinha o movimento contra a carestia, tinham vários movimentos, né? E eu participava na medida do possível porque tinha que trabalhar: trabalhava 8 horas por dia e ainda tinha filho. Tinha que combinar essas coisas e aí em 1975, o movimento de mulheres começa a se manifestar e com a Anistia vêm as perseguidas do exterior, então o movimento tem em 1975 o primeiro encontro. Tudo assim muito fechadinho. Depois em 1979, depois da Anistia, tem um encontro feminista das mulheres paulistas. Eu sei que vão 4 mil mulheres -- acho que nunca mais repetiu isso. O partido era contra a organização das mulheres porque dizia que dividia a classe operária, e como só se organizava para o 8 de março, um grupo de mulheres resolveu criar uma entidade que organizasse a militância o ano inteiro, então em 1981, a gente fez a União de Mulheres: eu, Amelinha, a Terezinha e a Lourdinha. Então a gente saiu o partido porque não fazia mais sentido, vivendo tanta discriminação dentro do próprio partido. Mas todo esse tempo a gente buscou esclarecer as mortes dos desaparecidos políticos e entrar em contato com as famílias. Assim foi criada a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos nacionalmente, sem ser uma organização formal; só depois que passou a ser. (entrevista dada à autora. 23.06.23)

Ao lado das reivindicações dos desaparecidos políticos é formada a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos em 1992, quando foi aberta a vala de perus. Mesmo já havendo mobilização desde 1974, com a abertura da vala muitos documentos foram encontrados e um arquivo começou a ser construído. Crimeia relata também a existência de um arquivo pessoal que ela coloca à disposição de pesquisadores sobre o tema e é uma reunião de mais de 400 pastas de documentos sobre a Guerrilha do Araguaia. Isto porque segundo relata “durante muito tempo, ninguém acreditava que existia a guerrilha, que

tinham mortos e desaparecidos políticos, então eu pegava tudo quanto era artigo de jornal e guardava. (entrevista dada à autora. 23.06.24)

O ato de guardar e arquivar a própria vida é um mecanismo fundamental para a salvaguarda da própria identidade (ARTIÈRES, p. 9, 1998). Segundo Phillippe Artières, a indagação e conservação de nossas atividades cotidianas é feita de modo a dar sentido e entender um pouco melhor quem somos” (ARTIERES, p. 9, 1998). O indivíduo perigoso é aquele que escapa ao controle gráfico, e o próprio arquivamento permitirá a salvaguarda da identidade, pois “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor a imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIERES, p.10, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, é possível perceber as questões que permearam a militância feminina nos anos 1960 e 1970, bem como as principais divergências percebidas entre as mulheres militantes e suas respectivas organizações políticas. Sobretudo, nos concentramos na trajetória política de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, vista aqui como um estudo específico, que devido à sua relevância para a militância antes e depois da Guerrilha do Araguaia, nos permite compreender elementos importantes a respeito da subjetividade guerrilheira e dos embates que sofreu com seu partido e dirigentes ao longo dos anos.

De fato, essas mulheres enfrentaram diversas oposições para uma efetiva participação política, num momento em que os movimentos feministas ainda não conseguiram pautar as organizações de esquerda dos anos 1960. Sabe-se que apenas posteriormente as mulheres dissidentes da luta armada encamparam as lutas feministas, que se intensificaram após a formação de grupos de mulheres dissidentes da luta armada (TELES; SANTA CRUZ, 2013).

A escolha do estudo da trajetória da presente guerrilheira se justifica na medida em que ela desempenhou diversos afrontamentos mesmo antes de entrar para o movimento guerrilheiro e continuou sua militância no movimento feminista através da fundação da União de Mulheres de São Paulo, em 1981. Assim, seu percurso parece ser de interesse substancial, pois rompeu com seu

partido político em razão da dupla militância política. Do mesmo modo, tais caminhos permitem que compreendamos questões caras sobre o que significava para essas mulheres serem militantes de esquerda e militantes da causa feminista, posteriormente, nos anos 1980. Através dos relatos trazidos por Crimeia é também possível dimensionar os enfrentamentos vivenciados em razão de seu gênero e das dificuldades enfrentadas dentro das próprias organizações para a aceitação de mulheres em suas fileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Crimeia Schmidt de. Entrevista I [mai. 2022]. Entrevistadora: Izabella Cardoso da Silva Campagnol. São Paulo, 2022. (90 minutos).

ALMEIDA, Crimeia Schmidt de. Entrevista II [jun. 2023]. Entrevistadora: Izabella Cardoso da Silva Campagnol. São Paulo, 2023. (90 minutos)

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3a ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BASTOS, Natalia. **Elas por elas**: trajetória de uma geração de mulheres de esquerda no Brasil – anos 1960-1980. 2007. 138 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CAMPAGNOL, Izabella Cardoso da Silva. Entrevista de Crimeia Alice Schmidt de Almeida, 23/06/2023.

CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. **“Para não dizer que não falei das flores”**: Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary. **As Dinãs do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar**. 2020. 216 f. Tese (Doutorado em História) - Campus Dourados. Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

DIANA, Marta. **Mujeres Guerrilleras**: la militância de los setenta em el testimonio de sus protagonistas femininas. 2. ed. Buenos Aires: Planeta (Espejo de la Argentina), 1997.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo:

EDUSP, 2009.

FERREIRA, Xavier Elizabeth. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias** (Brasil: 1968/1971). 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Campus Valonguinho, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

LEVI, Primo. **Se questo è un uomo**, Udine: FVG, 2005.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X: da biografia à história**. São Paulo: Autêntica Editora, 2011.

MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NORA, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso, ou por uma cultura filógina. **Revista do SEADE**, São Paulo, 2002.

RAGO, Margareth. Reinvenções de si nos feminismos da diferença". **Labrys**, estudos feministas, n.14, jul./dez. 2008.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres ditaduras e memórias** - "Não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUSA, Deusa Maria de. **Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia**. 01/12/2011 235 f. Doutorado em História. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária UFSC.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972- 1974). **Revista História – Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 464-480, set./dez. 2014.

TELES, Janaína de Almeida. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. (1968-1985). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007.

TELES, Janaína de Almeida. Eu só queria embalar meu filho: gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **Aedos**. N. 13, vol. 5, ago/dez 2013, pp. 117-131.

WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, p. 124-130, 2009.

Recebido em 25-02-2024

Aprovado para publicação em 15-03-2025

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS REFORMAS EDUCACIONAIS DOS ANOS DE 1990 NA AMÉRICA LATINA

PARTICIPATION OF CIVIL SOCIETY IN THE EDUCATIONAL REFORMS OF THE 1990S IN LATIN AMERICA

NICOLE CLARO MOREIRA DE MORAIS¹

RESUMO

O estudo objetiva demonstrar como o conceito de participação foi apropriada para a realização dos objetivos neoliberais, no contexto das reformas educacionais ocorridas no Chile e na Argentina, nos anos de 1990. Ambos os países enfrentaram graves crises econômicas, buscando ajuda do FMI e do Banco Mundial, o que resultou em condições para implementar reformas estruturais, especialmente na educação. Durante as ditaduras militares, as bases dessas reformas foram lançadas, mas foi nos anos 90 que elas se consolidaram. Essas reformas refletem uma tendência neoliberal na América Latina, onde a sociedade civil teve seu papel despolitizado e a participação foi frequentemente instrumentalizada para legitimar agendas políticas e econômicas. Isso resultou em uma participação simbólica, desprovida de real influência na formulação de políticas educacionais, enquanto o empresariado ganhava cada vez mais influência sobre a educação, enquanto o poder de decisão foi transferido para grandes organizações e instituições. Assim, a imagem de uma sociedade civil ativa e participativa se dissolveu em uma participação simbólica, marcando uma mudança paradigmática nas novas democracias sob influência do neoliberalismo.

Palavras-chave: Sociedade civil; Reforma educacional; América Latina.

ABSTRACT

The study aims to demonstrate how the concept of participation was appropriated to achieve neoliberal objectives within the context of educational reforms in Chile and Argentina during the 1990s. Both countries faced severe economic crises and sought assistance from the IMF and the World Bank, which led to conditions for implementing structural reforms, especially in education. The foundations for these reforms were laid during the military dictatorships, but it was in the 1990s that they were consolidated. These reforms reflect a neoliberal trend in Latin America, where civil society had its role depoliticized and participation was often instrumentalized to legitimize political and economic agendas. This resulted in

¹ Doutora em Educação, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail da autora: nicolemorais@estudante.ufscar.br

symbolic participation, devoid of real influence in shaping educational policies, while the business sector gained increasing influence over education, and decision-making power was transferred to large organizations and institutions. Thus, the image of an active and participatory civil society dissolved into symbolic participation, marking a paradigmatic shift in the new democracies under the influence of neoliberalism.

Keywords: Civil Society; Educational Reform; Latin America.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se dedica à análise da participação da sociedade civil nas reformas neoliberais que moldaram o cenário educacional dos países latino-americanos² durante a década de 1990, com enfoque nos países Chile e Argentina. O artigo busca demonstrar como o conceito de participação foi apropriado para a realização dos objetivos neoliberais no contexto dessas reformas.

Na América Latina, países como o Chile e a Argentina, em meio a graves crises financeiras, buscaram assistência econômica no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, atrelando-se às condições por eles impostas quanto à implementação de novas políticas de ajustes estruturais, como as reformas educacionais que serão discutidas mais adiante. Ambos os países compartilham, como similaridade nesse processo, os vestígios das ditaduras militares, que marcaram o ponto crucial de conflitos internos e abriram precedentes para a adoção de políticas e reformas neoliberais.

Contudo, antes de adentrar no teor das reformas educacionais, com vistas a analisar a participação da sociedade civil, o texto apresentará uma breve contextualização acerca do cenário socioeconômico e político que os países mencionados atravessavam na década de 1990 e como esse cenário marcou o

² De acordo com Luz (2009) No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, países como Bolívia, Chile e México iniciaram o processo de reforma educacional. Já no final dos anos 1980 a Costa Rica, Equador, Jamaica, Trindade e Tobago, e Uruguai começaram a implementar mudanças similares no setor da educação. Nos anos 1990, o panorama reformista se ampliou para outros países como a Colômbia, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Brasil e Argentina adotando reformas em diferentes áreas. Segundo a autora o Haiti e República Dominicana foram exceções, pois não seguiram esse padrão de reformas durante o período mencionado.

início de uma transformação no setor educacional, com o fomento das agendas internacionais.

Após essa contextualização, será abordado o contexto das reformas educacionais, situando a realidade vivenciada por cada país, com suas nuances e similaridades, para, em seguida, discutir a sociedade civil como peça-chave na implementação dessas reformas, entendendo como o conceito de participação foi instrumentalizado para o surgimento de um novo tipo de democracia participativa.

1. AMÉRICA LATINA NOS ANOS 1990

A década de 1990 é marcada por inúmeros conflitos socioeconômicos e políticos na América Latina. Isso porque, desde a década de 1970, o mundo experimenta o que a literatura chama de “novas democracias”, termo cunhado por Weffort (1992), que traduz o resgate da democracia nos países que passaram por regimes ditatoriais e profundas crises econômicas. Essas crises geraram a necessidade de uma reestruturação na organização e no funcionamento desses países, diante da vasta desigualdade que se aprofundou na sociedade.

As reformas comerciais e cambiais foram as que mais se generalizaram e que mais cedo foram implantadas: desde 1973 no Chile e 1976 na Argentina; México e Bolívia em 1985 e, a partir de 1988, nos demais países. [...] A cada crise mais severa (por exemplo, Chile e Argentina 1981-83, Venezuela em 1994, Argentina e México 1995, Brasil 1995-1996, 1997 e 1999) as liberalizações sofreram suspensões ou retrocessos temporários (CANO, s.d., p. 5).

Em meio ao caos que se instalava, os países latino-americanos buscavam mudanças que contemplassem o que se chamava de modernização³ naquele

³ A modernização vem a ser a substituição das estruturas subdesenvolvidas para modos de vida e consumo dos países desenvolvidos e surge como consequência da emergência dos Estados Unidos em se consolidar como superpotência mundial. Para a teoria da modernização os países se caracterizam de acordo com a sua situação: atrasado e avançado, ou desenvolvido e subdesenvolvido. Cabe salientar que dentro da perspectiva de desenvolvimento e subdesenvolvimento há a teoria da Dependência, que surge nos anos de 1960 na América Latina, que coloca os países em posição central ou periférico, cujo determinante é a sua condição econômica. O subdesenvolvimento da periferia e o desenvolvimento do centro são duas faces do mesmo processo de acumulação do capital (AMARO, 2003).

período. Desde então, cresceu nesses países a ambição por uma reestruturação, tendo como modelo os países considerados desenvolvidos (GOMEZ; FREITAS, 2007).

Dessa forma, a década de 1990 aprofundou um período de mudanças e rupturas com tudo o que não se enquadrava como moderno ou desenvolvido. Esse período foi atravessado pelo advento da globalização, que trouxe consequências irreversíveis para a sociedade e exigiu mudanças profundas em diversos países que aspiravam a um tipo de desenvolvimento alinhado com a construção das chamadas novas democracias. Como afirma Nogueira (2011): “[...] o Estado teria apenas a opção de se converter a si próprio para ter condições de auxiliar o desenvolvimento econômico e proteger os cidadãos da fúria das desigualdades” (2011, p. 45).

Ancorando esse preceito, em 1990 foi publicado o Consenso de Washington, um conjunto de políticas econômicas voltadas para os países da América Latina, com discursos de melhoria e desenvolvimento, aproveitando-se do cenário caótico em que esses países já se encontravam. Essa reunião envolveu os principais nomes das áreas financeira, política e intelectual, interessados em uma reestruturação do capitalismo no mundo.

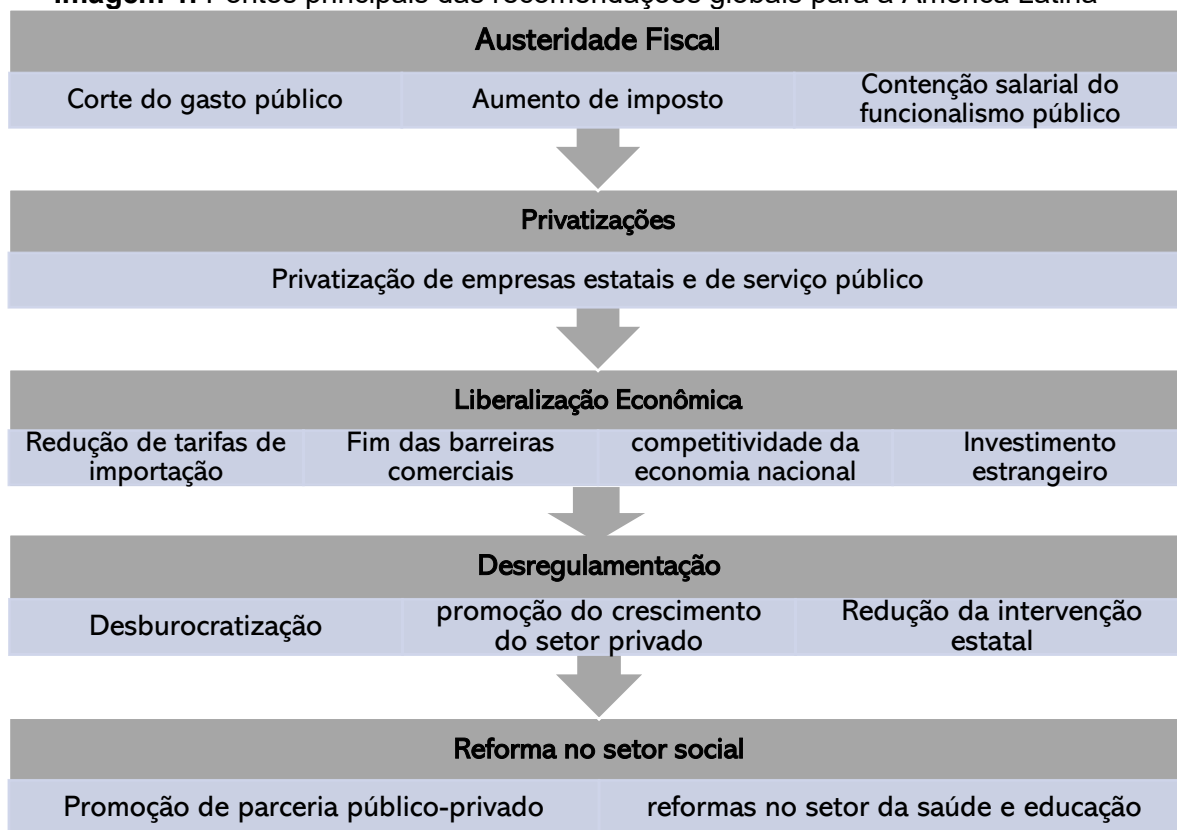
As reformas políticas, econômicas, sociais e culturais neoliberais, impulsionadas a partir dos anos de 1990, nos países da América Latina, ancoradas pelo Consenso de Washington, promovidas pelos Estados nacionais e apoiadas por distintos setores sociais internos, passaram a seguir à risca as recomendações de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outros (COSTA, 2011, p. 67).

Dentre as recomendações que o documento trouxe aos países, temas como privatização, abertura comercial e desregulamentação tornaram-se medidas centrais a serem adotadas por governos que já se encontravam em situação de instabilidade. Como mencionado anteriormente, não foi a década de 1990 que inaugurou esse contexto de reformas, mas foi nesse período que as mudanças foram aprofundadas, e a área educacional foi diretamente afetada,

visando à expansão neoliberal (COSTA, 2011).

Aproveitando a onda de crise econômica que os países enfrentavam e a dependência que se estabelecia com os empréstimos e financiamentos externos, o Banco Mundial e o FMI estabeleceram uma série de condições para esses países, de forma que adotassem políticas econômicas e sociais como parte do ajuste estrutural, que tinha como discurso a promoção do desenvolvimento econômico e a estabilização das finanças públicas. Assim, suas recomendações pautaram-se em cinco grandes diretrizes, com discursos focados no aumento da eficiência da máquina pública e na qualidade dos serviços ofertados.

Imagem 1. Pontos principais das recomendações globais para a América Latina



Fonte: autoria própria (2024)

Nesse contexto, o setor educacional entra na mira dos reformistas, que o consideram um dos pontos fulcrais para a expansão do ideal neoliberal. Ao longo das transformações sociais, a instituição escolar enfrentou uma necessidade urgente de adaptação, conforme descrito por Mézsáros (2002).

A partir da década de 1990, observa-se uma crescente influência do

empresariado sobre o campo da educação, impondo suas agendas, estabelecendo metas e exigindo a mensuração de resultados. Oliveira (2015) ressalta que essa influência se traduz em estratégias como o apelo ao apoio comunitário, a adoção de novas formas de parceria com a sociedade e o aumento da participação do setor empresarial no cenário educacional.

Esse fenômeno reflete uma mudança paradigmática na concepção e na gestão da educação, onde os princípios e práticas empresariais são cada vez mais predominantes. O modelo gerencialista, permeado pela lógica do mercado, passa a orientar não apenas as políticas educacionais, mas também as práticas pedagógicas e a organização das instituições escolares.

Nesse contexto, a educação tornou-se uma mercadoria, e os alunos são vistos como clientes. As escolas são pressionadas a adotar estratégias de marketing e a competir por recursos e reconhecimento, em um ambiente onde a eficiência e a produtividade são os principais critérios de avaliação, como será discutido no capítulo seguinte.

2. RECONFIGURANDO O ENSINO NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DAS REFORMAS EDUCACIONAIS

Entre as décadas de 1980 e 1990, eclodem orientações globais acerca de uma reestruturação na base educacional ofertada na América Latina, alinhadas às correntes reformistas globais que, conforme expressam Shiroma e Evangelista (2007), são projetos concebidos sob o discurso da modernização e que buscaram promover transformações significativas no cenário educacional. Duas iniciativas em particular se destacam nesse contexto: o "Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Caribe – PREALC", apoiado pela UNESCO, e o "Plan de Cooperación", que emergiu das deliberações da Cumbre Iberoamericana de Educación, apoiada pela OEI.

Esses projetos representavam tentativas de coordenação e cooperação internacional visando melhorar a qualidade e a relevância dos sistemas educacionais na região latino-americana e caribenha. A iniciativa PREALC, por exemplo, buscou promover ações conjuntas entre os países da América Latina e do Caribe, visando o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e adaptadas às necessidades locais. Por sua vez, o "Plan de Cooperación"

buscou fomentar a colaboração entre os países ibero-americanos, promovendo o intercâmbio de experiências e boas práticas educacionais. Essa colaboração ocorreu em diversas áreas, como a formação de professores, o desenvolvimento de currículos e a promoção da educação inclusiva.

As agendas globais que começavam a surgir sinalizavam a necessidade de mudanças na base dos objetivos educacionais. Em 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia, reafirmou o interesse em implementar o direito à educação para todas as pessoas. A busca pela universalização do acesso ao ensino básico estava intrinsecamente ligada aos objetivos do Banco Mundial, cujo principal interesse residia na implementação de estratégias que impulsionassem o desenvolvimento econômico e social nos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, o investimento em capital humano, por meio da educação, emergiu como uma prioridade crucial, sob o discurso de que investir em educação de qualidade contribuiria para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários para o emprego produtivo, promovendo assim a inclusão social e a redução das desigualdades. A educação deveria, portanto, ser moldada para se tornar um instrumento de redução da desigualdade social. As reformas também visavam uma padronização das políticas educacionais, alinhadas aos moldes globais que a globalização apresentava com o fomento à internacionalização.

[...] Quando muitos países da América Latina e do Caribe deram início às suas reformas educacionais, na década de 1980, os esforços estiveram principalmente vinculados à descentralização, ao financiamento da educação e às responsabilidades sobre os processos de tomada de decisão educacionais (como nas formas de gestão e avaliação dos sistemas nacionais de educação), delimitando um padrão de homogeneização para as políticas educacionais da região, apesar das especificidades políticas locais e suas diversidades culturais (COSTA, 2011, p. 67).

Na América Latina, um dos estopins das reformas educacionais foi a crise econômica que assolava os países da região nos anos 1980 e perdurava nos anos 1990. Essa crise alimentou, segundo Costa (2011), discursos entre os governantes sobre a ineficiência do Estado em assumir sozinho o gerenciamento

da educação, abrindo precedentes para a entrada da parceria público-privada e para a descentralização da educação.

Esse discurso não surge por acaso, mas é respaldado por políticas internacionais, principalmente do FMI. Peroni et al. (2009) explicam que esse discurso é parte da estratégia neoliberal para facilitar o enfraquecimento do Estado em relação ao seu funcionamento e estrutura. Como a autora afirma: “As teorias neoliberal e terceira via têm em comum o diagnóstico de que o culpado pela crise é o Estado, mas propõem estratégias diferentes de superação. [...] o primeiro a repassa para o mercado e o segundo, para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos” (PERONI et al., 2009, p. 763).

Apesar de a crise econômica ter sido o estopim em diversos países, Chile e Argentina inauguraram suas reformas em um período conturbado da política interna, quando vivenciavam ditaduras militares. O Chile foi pioneiro no processo de reformas neoliberais na América Latina, iniciando em 1973 com o golpe militar de Augusto Pinochet, como veremos a seguir.

2.1. AS REFORMAS CHILENAS E O PRINCÍPIO DAS REFORMAS LATINO-AMERICANAS

Durante a ditadura de Augusto Pinochet no Chile, que teve início após o golpe militar de 1973 e se estendeu até 1990, foram implementadas uma série de reformas que moldaram significativamente a economia e a sociedade chilenas (GUERRERO; OSORIO, 2021, p. 103). Essas reformas foram caracterizadas por ampla privatização, desregulamentação e liberalização da economia, além de uma forte repressão política e social. O país recorreu a empréstimos e assistência financeira do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outros credores internacionais, principalmente durante a década de 1980.

Uma das características centrais das reformas sob Pinochet, conhecidas como “iniciativas neoliberais manejadas pelos Chicago Boys” (OLIVEIRA, 2020, p. 159), foi a privatização de várias empresas estatais e setores da economia. Empresas estatais estratégicas, como a Copper Corporation (CODELCO), foram parcialmente privatizadas, permitindo a entrada do setor privado em setores

previamente controlados pelo Estado. Além disso, houve uma ampla desregulamentação da economia, com a eliminação de barreiras comerciais, redução de tarifas de importação e flexibilização das regulamentações do mercado de trabalho (COSTA, 2011).

Isso se reflete no contexto educacional, criando um sistema de financiamento com vouchers para escolas privadas, oferecendo oportunidades para todos os estudantes do país (GUERRERO; OSORIO, 2021; COSTA, 2011). As instituições educacionais privadas se diversificaram amplamente, com várias configurações emergindo a partir desse período.

Costa (2011) aponta que um exemplo disso são as escolas particulares subvencionadas que adotaram o sistema de vouchers, resultando na diminuição significativa dos recursos financeiros provenientes do Estado destinados à educação. Tais escolas, em sua maioria, operavam com fins lucrativos, sendo administradas tanto de maneira individual quanto corporativa. Além disso, uma parcela considerável das instituições educacionais foi administrada pela Igreja Católica, enquanto um número menor foi dirigido por outras confissões religiosas. Paralelamente, surgiram as escolas privadas pagas, direcionadas a um público com maior capacidade econômica, que cobravam mensalidades e não aceitavam os vouchers fornecidos pelo Estado.

Guerrero e Osorio (2021) afirmam que esta iniciativa se expandiu sob o discurso de que haveria um aumento na qualidade educacional. No entanto, por trás desse discurso havia a estratégia das instituições educacionais de selecionar os estudantes que frequentariam seus espaços para que, de fato, essas instituições se consolidassem como de excelência.

Outra estratégia importante foi a descentralização do sistema educacional, transferindo mais autoridade e responsabilidade para as municipalidades e escolas. Isso foi acompanhado pela autonomia das escolas, permitindo que elas tivessem mais controle sobre seus recursos e tomadas de decisão: “Tal municipalização da educação consistiu na descentralização da oferta, bem como na responsabilização da municipalidade pelos custos, sem, contudo, descentralizar recursos. No Chile, não existem recursos públicos com vinculação específica para a educação” (SUSIN; MENDONÇA, 2021, p. 6).

Após o governo de Pinochet, Patricio Aylwin (1990–1994) assumiu a

presidência do país em março de 1990 e implementou uma série de reformas administrativas e econômicas sob o discurso de reconciliação nacional. Embora o governo tenha trilhado as vias da reconstrução democrática no país, Oliveira (2020) afirma que, após o governo Pinochet, “[...] o neoliberalismo foi adotado como resposta à crise da dívida externa” (p. 159). Assim, Aylwin continuou com a política de abertura econômica iniciada durante o regime militar, promovendo o livre comércio e a integração econômica internacional, além de dar continuidade ao processo de privatização, mesmo que de forma moderada. No entanto, será durante seu governo que novas diretrizes para uma gestão democrática serão, de fato, implementadas, como a construção de conselhos atuantes e o estabelecimento de diálogos com as organizações sindicais, como poderemos ver mais adiante. Eduardo Frei Ruiz-Tagle assumiu o país entre os anos de 1994 e 2000, mas não realizou mudanças significativas na estrutura da educação do país.

2.2. AS REFORMAS EDUCACIONAIS NA ARGENTINA DE MENEM

O governo de Carlos Menem (1989–1999) marca uma década de profundas mudanças na estrutura estatal da Argentina. Assim como no Chile, apesar de esta década marcar o aprofundamento dessas medidas, a Argentina também viu na ditadura a premissa de muitas mudanças em diversos setores, como na educação. Antonioli (2021) aponta que a Argentina é um dos países que mais sofreu atentados à sua democracia, com tomadas de poder de forma ditatorial: “Na Argentina, por exemplo, foram cinco anos de democracia entre 1930 e 1976, porém períodos não consecutivos. Os militares tomaram o poder em 1930, 1943, 1955, 1962 e 1966, sendo o último (e mais violento), em 1976” (p. 1219).

Entre os anos de 1976 e 1983, a Argentina vivenciou um dos seus piores contextos históricos, marcados por repressões, violências e perdas de direitos sociais (ANTONIOLLI, 2021). A reconfiguração política observada foi concomitante a uma reestruturação econômica, cujas bases foram fundamentadas nas teorias da escola de Chicago, assim como no Chile durante o período Pinochet (PINEAU, 2014). Tal processo foi marcado pela

implementação de políticas que promoveram a abertura dos mercados e o estímulo às importações, além da gradual supressão dos mecanismos tradicionais de proteção da produção local. Paralelamente, uma política cambial desfavorável foi adotada, resultando em um cenário propício para a desindustrialização e a concentração econômica (PINEAU, 2014).

O setor educacional, durante a ditadura, ganhou novos contornos com a premissa de uma militarização da educação nacional, censura nos materiais utilizados em sala de aula, fechamento de bibliotecas (com fiscalização dos livros existentes nelas) e expulsão de alunos das instituições (PINEAU, 2014; ANTONIOLLI, 2021). Após o fim da ditadura militar, Raúl Ricardo Alfonsín (1983–1989) assumiu o poder com discursos de retomada da democratização e reconstrução do país.

Para a educação, inaugurou-se uma fase de implementação de políticas com o objetivo de reestruturar a democracia do país: “[...] la educación fue fundamental en el proceso de recomposición hegemónica del bloque dominante, y se la pensó y ejecutó en estrecha relación con las políticas económicas y sociales” (WANSCHSELBAUM, 2014, p. 78). Dessa forma, o governo adotou discursos que enfatizavam que a educação deveria se pautar na democracia, na construção de uma nova relação entre os estudantes, a comunidade escolar e a comunidade em geral. A escola, portanto, assume o papel cívico de reconstruir os pilares democráticos do país.

A autora ainda reflete que esse período pode ser interpretado como uma transição entre a ditadura militar e o início das políticas educacionais neoliberais dos anos 90, uma vez que as mudanças ocorridas no governo Menem, nos anos 1990, não surgiram isoladas; nos anos 80, já se vislumbravam reconfigurações importantes nos âmbitos político, econômico, cultural e ideológico: “[...] el neoconservadurismo encontró un camino allanado desde el cual avanzar” (WANSCHSELBAUM, 2014, p. 78).

Assim, em 1989, Carlos Menem assumiu o poder em meio a uma crise que se instalava no país. O governo de Alfonsín enfrentou dificuldades para controlar a inflação e estabilizar a economia, o que contribuiu para a insatisfação popular e para a ascensão de Menem ao poder:

O governo de Alfonsín (partido Radical) tinha acabado antes do prazo devido ao que, na época, foi chamado de golpe de mercado, desestabilização produzida pelo sistema financeiro. Assim, as primeiras medidas de governo tiveram o apoio dos radicais, questão que permitiu realizar rapidamente as mudanças de orientação neoliberal (BARREYRO, 2003, p. 100).

Menem assumiu a presidência com a promessa de implementar reformas econômicas radicais para enfrentar a crise e promover o desenvolvimento econômico do país. Suas promessas incluíam políticas neoliberais que visavam liberalizar a economia, privatizar empresas estatais, reduzir o papel do Estado na economia e promover a integração internacional, com base nas diretrizes impostas pelo Consenso de Washington (BARREYRO, 2003).

Assim, em três anos, aplicou-se uma reforma que incluiu: a privatização da maior parte das empresas públicas, a abertura da economia, a reforma trabalhista anulando o conceito de estabilidade e a política de fixação de salários, a retração das políticas sociais e a privatização de suas funções. O modelo baseou-se em propostas de privatização, descentralização e desregulação, com o objetivo de reduzir o Estado, remetendo ao locus neoliberal do Estado mínimo (BARREYRO, 2003, p. 100).

Barreyros (2003) aponta que, durante o período do "novo peronismo" ou "menemismo", houve uma mudança significativa na relação histórica entre o governo e os sindicatos. Essa mudança foi marcada pela eliminação dos aumentos salariais tradicionais, substituídos por um critério baseado na eficiência. Isso sugere uma transição de uma abordagem mais voltada para as questões sociais, típica do peronismo tradicional, para uma perspectiva mais alinhada com a lógica econômica neoliberal, centrada na eficiência e na produtividade.

Quanto à educação, ela também entrou no pacote das mudanças estruturais, uma vez que a economia do país não conseguiria manter os gastos com a oferta e manutenção educacional. Alinhada ao que ocorreu no Chile, a descentralização e a privatização da educação argentina foram medidas centrais para a implementação da reforma educacional. A promoção de escolas privadas e parcerias público-privadas no setor educacional foi uma das principais políticas adotadas como parte da agenda neoliberal do governo. Essa abordagem visava

introduzir elementos de competição e eficiência no sistema educacional, sob o slogan governamental “un ministerio sin escuelas”.

Um exemplo desse fomento é a Lei de Educação Nacional nº 24.195, promulgada em 1993, que introduziu a figura das instituições educacionais financiadas pelo Estado, mas gerenciadas por organizações da sociedade civil, como ONGs, associações de pais, empresas privadas ou entidades religiosas. Essas escolas tinham autonomia para tomar decisões administrativas e pedagógicas, enquanto recebiam financiamento público.

Artículo 3°- El Estado nacional, las provincias y la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires, garantizan el acceso a la educación en todos los ciclos, niveles y regímenes especiales, a toda la población, mediante la creación, sostenimiento, autorización y supervisión de los servicios necesarios, **con la participación de la familia, la comunidad, sus organizaciones y la iniciativa privada** (ARGENTINA, 1993, grifo próprio).

Como é possível observar, as mudanças ocorridas no Chile coincidem com as mudanças implementadas na Argentina. É possível perceber que o projeto de transformação na América Latina se aproveitou das fissuras da democracia para se consolidar nas estruturas estatais e políticas dos países, disfarçado de reconstrução nacional. Por isso, Nogueira (2011) aponta que os problemas da América Latina não foram tratados de forma especial, uma vez que o sentido de reforma foi deturpado para a ideia de uma expansão do “pensamento único” (p. 41).

Em ambos os processos reformistas, um movimento torna-se crucial: a constituição de uma sociedade civil que, organizada sob o discurso de defesa dos interesses sociais, se vê conduzida pelos anseios neoliberais, disfarçados de ideais modernistas. Para isso, o conceito de participação torna-se deturpado, transformando-se em um instrumento facilitador da implementação das reformas, como veremos a seguir.

3. A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS REFORMAS EDUCACIONAIS

Antes de refletirmos sobre a participação da sociedade civil nas reformas educacionais ocorridas no Chile e na Argentina, é importante contextualizar o conceito de sociedade civil. Marx enfatiza que a sociedade civil não é uma entidade natural ou predestinada, mas sim uma construção social que surge a partir da organização particular da produção na sociedade capitalista. Ela não é um conjunto harmonioso de pessoas ou grupos organizados, podendo ser pensada como uma estrutura influenciada pela esfera produtiva da sociedade. Por isso, em seus escritos, Marx divide a sociedade civil em burguesia e proletariado.

Em suma, a sociedade civil, na concepção marxiana, é uma estrutura social marcada por relações de poder desiguais e pela exploração econômica, onde a burguesia detém o controle dos meios de produção e exerce sua hegemonia sobre o proletariado.

Para Gramsci (2000), a sociedade civil não deveria ser simplesmente subjugada pelo capitalismo, mas sim utilizada como uma ferramenta eficaz na luta contra ele. Ele reconhece a importância da sociedade civil como um espaço onde as relações de poder se manifestam e são contestadas. Ao compreender as contradições e a complexidade das relações sociais, Gramsci (2000) propôs uma reinterpretação do conceito de sociedade civil, atualizando-o e atribuindo-lhe um papel ativo na transformação da sociedade. Ele viu a sociedade civil como um terreno fértil para a resistência e a luta por mudanças sociais, e não apenas como um espaço controlado pelas elites dominantes, mas para isso considera a necessidade de mobilização e organização da sociedade civil.

Nogueira (2011) aponta em seu texto que os diversos conflitos que afetaram a estabilidade democrática dos países, em especial da América Latina, deslocaram o sentido de participação da sociedade civil. Assim como as teorias neoliberais, a terceira via também aspira à diminuição da responsabilidade do Estado nas políticas sociais, argumentando em favor do estímulo à participação da sociedade civil e do setor privado na manutenção e garantia dessas políticas. Peroni (2009) chama a atenção para a crescente dependência da participação

da sociedade civil e do setor privado nos anos 1990, reforçando que esses dois setores começaram a trilhar caminhos e ideais hegemônicos sob o discurso de que essa seria a saída para a implementação da modernidade defendida pelos governantes.

As teorias neoliberal e terceira via têm em comum o diagnóstico de que o culpado pela crise é o Estado, mas propõem estratégias diferentes de superação: o neoliberalismo defende o Estado mínimo e a privatização e a terceira via, a reforma do Estado e a parceria com o terceiro setor. Ocorre que, tendo o mesmo diagnóstico de que a crise está no Estado, nas duas teorias, este não é mais o responsável pela execução das políticas sociais: o primeiro a repassa para o mercado e o segundo, para a **chamada sociedade civil sem fins lucrativos** (PERONI et al, 2009, p. 763, grifo próprio).

Diante de um cenário de intensas mudanças, a terceira via se consolida como mediadora dos interesses da sociedade e do empresariado, uma vez que “para a terceira via, a sociedade civil refere-se à parcela bem-sucedida no mercado, uma vez que defende o fato de o Estado incentivá-la para que assuma as políticas sociais, por meio do empreendedorismo” (PERONI et al., 2009, p. 766). Cria-se a concepção de que o Estado, enquanto ineficiente, não é capaz de executar as políticas públicas que formula e não possui o orçamento necessário para financiá-las.

Tanto o Chile quanto a Argentina possuem como pano de fundo das reformas os rastros ditatoriais que assolaram a política de ambos os países. O período da ditadura desmobilizou diversas organizações populares e movimentos sociais por meio de repressões e violências, como na Argentina, onde, em uma instituição de ensino, ocorreram “a morte de doze estudantes e ex-alunos, a expulsão de vinte alunos, o exílio de um outro, além da perseguição de diversos docentes e zeladores” (ANTONIOLLI, 2021, p. 1226).

Portanto, a sociedade civil é despolitizada (NOGUEIRA, 2011), sendo reduzida a um mero cumprimento de formalidade participativa, retirando-lhe seu potencial decisório. Em um Estado descentralizado, permite-se a amplitude de integrantes dessa sociedade civil, que caminha em benefício de seus pequenos grupos organizados.

Será essa a base do rasgado elogio que se passará a fazer ao

“terceiro setor”, ao voluntariado, à solidariedade e à responsabilidade social corporativa. [...] O aberto incentivo às organizações sem fins lucrativos e ao voluntariado como agentes prioritários do bem-estar levará a uma espécie de “refilantropização” [...]. Além do mais, ao emergir como parte de um projeto de hegemonia – que incentiva a solidariedade e ao mesmo tempo celebra o indivíduo empreendedor e elogia a comunidade (a sociedade civil) capaz de resolver os próprios problemas –, a filantropia moderna **acrescentará uma dose a mais de despolitização no imaginário coletivo** (NOGUEIRA, 2011, p. 61, grifo próprio).

Na esteira desse ideal, quando olhamos para as reformas do Chile e da Argentina identificamos a presença do setor privado envolvido nas particularidades da condução das novas propostas. De acordo com Luz (2009), na Argentina três empresas atuaram na representação da sociedade civil: I) Fundación Grupo Sophia (FGS); II) Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC); III) Yacimientos Petrolíferos Fiscales (FYPF). Elas endossavam o discurso de reconstrução estatal, fomentando que era necessário mudanças na forma de gerir do Estado argentino, tendo como ponto de atenção o setor educacional e possíveis parcerias de atuação.

Já a condução chilena, na reforma, escancarou o setor educacional ao empresariado. Essa política fez com que o sistema privado de ensino superasse o ensino público, quanto ao número de matrículas, uma vez que era livre para a família a opção em inserir seus filhos no ensino privado ou público, cenário que se estende até os dias atuais.

A privatização da educação chilena, herança do período militar, está expressa nos números que indicam a distribuição das 3.582.353(três milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e trezentos e cinquenta e três) matrículas pelo universo de escolas, quais sejam: 34,1% em escolas públicas, **53,9% nas escolas particulares subvencionadas** e 9,2% nas escolas particulares pagas, restando ainda as distribuídas nas escolas culturais de imigrantes (SUSIN; MENDONÇA, 2021, p. 8, grifo próprio).

Assim o papel da sociedade civil dentro dos processos reformistas se desloca para: I) participação na execução de políticas públicas, com controle estatal sobre a execução; II) acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos para promover transparência; III) fiscalização e acompanhamento das

metas estabelecidas, alimentando competição e responsabilização dos envolvidos; IV) valorização da iniciativa individual na resolução de problemas durante a execução das tarefas (Lima; Gandin, 2012).

Com isso “a resolução dos conflitos sociais passa a depender bem mais de acordos entre grandes organizações do que da existência de uma boa ‘classe política’” (NOGUEIRA, 2011, p. 138) e que, portanto, o que antes poderia ser uma participação deliberativa, tornou-se aos poucos uma participação simbólica, sem poderes de influenciar decisões ou pressionar dirigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas educacionais implementadas tanto no Chile durante a ditadura de Pinochet quanto na Argentina sob o governo de Menem apresentam pontos similares que refletem uma tendência neoliberal na América Latina durante o final do século XX. Ambos os países adotaram políticas de privatização e descentralização do sistema educacional como parte de uma agenda mais ampla de reformas econômicas e sociais.

Como consequência dessas reformas, a América Latina se abre com muito mais força para o mercado global. Assim, a descentralização, por exemplo, resultou em desigualdades regionais, com áreas mais ricas oferecendo uma educação de qualidade superior em comparação com regiões mais pobres, exacerbando as disparidades socioeconômicas pré-existentes. Além disso, a privatização trouxe preocupações sobre a mercantilização da educação, onde o lucro pode se sobrepor ao pedagógico. Economicamente, enquanto alguns setores, em especial o privado, puderam se beneficiar da maior inserção em mercados globais através de uma força de trabalho mais alinhada às demandas contemporâneas, esta estratégia também resultou em uma visão de educação como um serviço, e não como um direito, transformando o aluno em mero cliente.

A promessa de democratização via educação foi, em muitos aspectos, substituída pela lógica de mercado, onde o valor da educação é medido em termos de retorno econômico e não pelo seu potencial de emancipação social e cultural, por isso o foco cada vez maior na qualidade educacional como condicionante para investimentos e criação de políticas públicas.

As reformas também apresentam como a participação da sociedade civil assumiu novas formas, muitas vezes instrumentalizadas para legitimar agendas políticas e econômicas. O discurso da participação, embora aparentemente inclusivo, muitas vezes serviu para despolitizar e enfraquecer movimentos sociais, deslocando o poder de decisão para grandes organizações e instituições.

O ideal de uma sociedade civil ativa e participativa acabou por se dissolver em uma participação simbólica, desprovida de real influência na formulação de políticas educacionais. Soma-se a isso a crescente influência do empresariado sobre a educação, evidenciando uma mudança paradigmática no comportamento e na composição da sociedade civil, na era das novas democracias sob influência do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ANTONIOELLI, Katia Maria Amorim Brandão. **A sociedade argentina no período ditatorial: um olhar crítico com base em Bourdieu**. Conedu. 2021. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook1/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID8298_08102021092348.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

BARREYRO, Gladys Beatriz. A função das políticas compensatórias na reforma educacional da década de 1990, na Argentina. **Educar em Revista**, n. 22, p. 99–114, jul. 2003.

CANAVESE, Mariana. Estado y educación en Argentina: una aproximación a los usos de Foucault para pensar sobre la Ley Federal de Educación de 1993. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, p. e108, 2020.

COSTA, Fabio Luciano Oliveira. As reformas educacionais na América Latina na década de 1990. **Ver a Educação**, v. 12, n. 1, p. 65-88, jan./jun. 2011

GUERRERO, Maria Verônica Leiva; OSORIO, Elizabeth Donoso. Políticas educativas del sistema escolar chileno: privatización, políticas de mercado, subsidio a la demanda, libertad de elección y accountability. In: SCHNEIDER, Marilda Pascoal (org.). **Dispositivos de accountability em perspectiva: limites e alternativas à política de avaliação educacional**. 1 ed – Curitiba: Appris, 2021, p. 100 – 116.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2012.

LUZ, Liliene Xavier. **Participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina**. Campinas/SP, 2009.

PERBONI, Fabio; FARIAS, Alessandra Fonseca; NOGUEIRA, Isadora de Souza. Formação de professores dos anos iniciais da escolarização: um estudo comparado entre Argentina, Brasil e Paraguai. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 15, e83188. Dezembro de 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educ. Soc. [online]**. 2009, vol.30, n.108, p.761-778.

PINEAU, Pablo. Reprimir y discriminar: la educación en la última dictadura cívico-militar en Argentina (1976-1983). **Educar em Revista**, n. 51, p. 103–122, jan. 2014.

SUSIN, Maria Otília Kroeff; MENDONÇA, Juliana. As Transformações do Sistema Educacional do Chile: a parceria público-privada e a privatização dos recursos. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 15, e79391. Agosto de 2021, p. 1 – 23.

WANSCHELBAUM, Cinthia. La educación durante el gobierno de Raúl Alfonsín (Argentina, 1983-1989). **Ciencia, Docencia y Tecnología [en línea]**. 2014, XXV(48), 75-112.

Recebido em 25/03/2024.

Aprovado para publicação em 24/05/2024.

EMPRESARIADO E DITADURA

O caso da Guerra Civil Espanhol e o Franquismo¹

BUSINESSMEN AND DICTATORSHIP

The case of the Civil Spanish War and Francoism

PEDRO GIOVANNETTI MOURA²

RESUMO

O artigo objetiva explorar a influência do empresariado na ascensão do franquismo. Para tanto, analisa a Guerra Civil Espanhola, destacando o papel decisivo dos empresários na queda da Segunda República e no movimento de sublevação. Tendo isso em vista, divide-se o artigo em três partes: o estudo inicia com uma visão geral da guerra, debatendo teses que minimizam a dimensão econômica do conflito. Em sequência, apresentam-se exemplos da atuação empresarial na derrocada republicana. Por fim, investiga-se o papel dos empresários na diplomacia do governo Franco, evidenciando sua função não apenas como apoiadores, mas como articuladores-chave na aliança Madrid, Roma e Berlim. Utilizando uma variedade de fontes, incluindo bibliografia especializada, documentos diplomáticos e periódicos espanhóis, o estudo adota uma perspectiva gramsciniana do Estado ampliado, destacando a relação orgânica entre o empresariado, os interesses econômicos e as ambições diplomáticas no contexto do franquismo

Palavras-chave: Empresariado. Ditadura. Franquismo. Guerra Civil Espanhola. Iberoamérica.

ABSTRACT

The article explores the influence of the business community on the rise of Francoism by analyzing the Spanish Civil War, emphasizing the decisive role of businessmen in the downfall of the Second Republic. Divided into three parts, the study commences with an overview of the conflict, engaging in discussions that minimize its economic dimension. It subsequently presents instances of business involvement in the republic's demise. Finally, it delves into the role of businessmen in Franco's government diplomacy, emphasizing their function not merely as supporters, but as pivotal figures in the Madrid-Rome-Berlin alliance. Utilizing diverse sources such as specialized bibliographies, diplomatic

¹ O artigo conta com o suporte da FAPERJ, por meio do programa FAPERJ Nota 10, e da CAPES, através do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE). O autor agradece a ambas as instituições.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRJ).

documents, and Spanish periodicals, the study adopts a Gramscian perspective of the extended state, highlighting the organic relationship between the business community, economic interests, and diplomatic ambitions within the context of Francoism.

Keywords: Businessmen. Dictatorship. Francoism. Spanish Civil War. Iberoamerica

INTRODUÇÃO

Pensar na colaboração do empresariado na deflagração de golpes que culminam em governos ditatoriais não é uma novidade na historiografia brasileira. Desde Dreifuss (1981), com seu monumental estudo sobre o caráter de classe do golpe de 1964 no Brasil e o papel ali desempenhado pela classe empresarial, não é possível analisar ditaduras militares sem seus componentes empresariais. Na América do Sul, o estudo dessa relação vem ganhando projeção acadêmica, com a realização de eventos e publicações sobre a temática ³. O ponto de partida do presente artigo, assim, é ampliar o escopo geográfico dessas análises, saindo do cone sul e pensando no mundo Ibero-Americano e, mais especificamente, no caso espanhol.

Dezoito anos antes do golpe guatemalteco de 1954 – inaugurador de uma sucessão de golpes de Estado na América Latina –, o General Franco não reconhecia a legitimidade do governo republicano espanhol e iniciava um movimento de sublevação que levaria o país a uma guerra civil. Embora ambientado em um outro contexto – no caso espanhol pensamos na conjuntura da Segunda Guerra Mundial e na disseminação dos regimes fascistas, diferentemente dos golpes latino-americanos, marcados pela atuação estadunidense na Guerra Fria –, o movimento franquista guarda semelhanças importantes com seus congêneres latino-americanos. Em ambos temos: golpes eminentemente militares; participação de segmentos conservadores das sociedades; um anticomunismo visceral; e principalmente, a ampla participação dos empresariados locais em prol da supressão do regime democrático e da

³ A lista de indicações é extensa, mas, resumidamente, consultar: (BASUALDO, 2022) e (VERBITSKY; BOHOSLAVSKY, 2013) para o caso argentino; (BOHOSLAVSKY, 2016) para o caso uruguaio; (CAMPOS; BRANDÃO; LEMOS, 2020) para o caso brasileiro; (SMART; BOHOSLAVSKY; FERNÁNDEZ, 2019) para o caso chileno.

perseguição aos opositores políticos. Até mesmo o apoio conferido pelos Estados Unidos a esses novos regimes não foi diferente: no caso ibérico, com a derrota dos países do eixo na Segunda Guerra Mundial, se opera um reposicionamento da política externa do país que contou com o apoio decisivo estadunidense.

Projetando explicitar que o empresariado teve um papel central no movimento de sublevação e atuou fortemente pelo golpe contra a Segunda República Espanhola, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, são levantados alguns aspectos gerais sobre a Guerra Civil Espanhola e a participação do empresariado nesse processo. Aqui, o objetivo é entender o caráter de classe da Guerra Civil Espanhola. Ao debater com teses que advogam em favor de um suposto “particularismo” da Guerra Civil Espanhola – na qual coexistiriam componentes de classe, conflitos regionais e disputas entre republicanos e monarquistas –, o artigo busca retomar a centralidade da disputa de classe no conflito, não a secundarizando. Na segunda sessão, pretende-se apresentar alguns exemplos concretos de atuação empresarial na guerra civil, explicitando sua importância para a derrocada da República. Por fim, a terceira parte é centrada no papel do empresariado espanhol na articulação diplomática do governo Franco junto à Itália fascista e à Alemanha nazista. Mais do que a atuação como apoiadores ocasionais, o empresariado espanhol se envolveu como agente ativo na conformação de um eixo Madrid-Roma-Berlim.

Para estabelecer essa discussão, foi combinada bibliografia produzida sobre o tema, documentos da diplomacia e do Estado espanhol disponibilizados por Asiaín (2012) e reportagens de periódicos espanhóis acessados na base de dados da Biblioteca Nacional da Espanha (BNE). Partindo dos pressupostos gramscinianos da teoria do Estado ampliado (GRAMSCI, 2000), a ideia é alargar a noção de Estado espanhol e nele incorporar elementos cruciais da sociedade civil – os empresários e suas associações de classe. Dessa maneira, é possível entender a relação entre empresariado e franquismo como não meramente um *lobby*, mas enquanto uma vinculação orgânica, que atuou com um propósito econômico e visão diplomática particulares.

1. GUERRA CIVIL ESPANHOLA E EMPRESARIADO: APONTAMENTOS

INICIAIS

“Nuestra cruzada es la única lucha en la que los ricos que fueron a la guerra salieron más ricos.” (Francisco Franco, in SÁNCHEZ SOLER, 2021, p.11)

“Una sociedad con libertades no puede construirse sin libertad económica y sin un reconocimiento explícito de la misma en la Constitución”. (El País, año III, n.617, 07/02/1978)⁴

Após a morte de Francisco Franco, os principais jornais nacionais ecoavam os apelos fervorosos do empresariado espanhol por liberdade política e econômica. Augustín Rodríguez Sahagún, presidente da CEPYME (*Confederación de la Pequeña y Mediana Empresa*) e vice-presidente da CEOE (*Confederación Española de Organizaciones Empresariales*), sintetizou o contexto vigente, postulando a necessidade de uma "união nacional" pautada na "liberdade e transição". Contudo, essa liberdade não se restringia ao espectro político-democrático; em verdade, seu cerne residia no âmbito econômico, tangenciando a criação de um arcabouço legal que assegurasse à propriedade privada uma indiscutível proteção e valorização.

Dessa maneira, não seria um equívoco afirmar que, para o empresariado espanhol, a morte do ditador representava um alívio. Franco tornara-se um problema. A condenação à morte de 16 membros do ETA⁵ (*Euskadi Ta Askatasuna*), no começo da década de 1970, provocara uma intensa onda de mobilização estrangeira que converteu o regime franquista em verdadeiro “pária” da política internacional do período (AMORÓS, 2019, p. 386). Mas não só: antes mesmo da luta pelos Direitos Humanos se voltar contra Franco, a presença do ditador não mais servia aos propósitos do empresariado local. Valendo-se de uma combinação entre estigmas e preconceitos contra os povos da península ibérica disseminados pelos países do norte europeu (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2018) e críticas a um modelo de governo não democrático e alinhado aos regimes fascistas (AMORÓS, 2019, p.384; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2012, p.

⁴ Os jornais aqui mencionados foram acessados na Sala da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha (BNE), em setembro, outubro e novembro de 2023.

⁵ O ETA foi a mais atuante organização nacionalista espanhola ao longo do governo Franco. Motivados por ideias socialistas e separatistas de uma das regiões mais ricas da Espanha – o País Vasco –, o ETA se notabilizou por uma série de atentados contra altos oficiais do regime franquista. O grupo anunciou seu fechamento definitivo em 2011. Ver (CALVO, 2012).

701), a entrada na CEE (Comunidade Econômica Europeia) fora vetada aos espanhóis nas sucessivas levas de novos países ingressos ao bloco desde as décadas de 1950 e 1960.

Importantes organizações empresariais se levantavam contra os prejuízos causados à economia espanhola com o não ingresso à CEE. A Seopan (*Asociación de Empresas Constructoras y Concesionarias de Infraestructura*), patronal das empreiteiras nacionais, já em 1975 apontava para os prejuízos dessa não participação espanhola junto ao órgão europeu: cerca de 9% no valor total do PIB e 16% nos lucros para as empreiteiras espanholas (SEOPAN, 1975). Franco convertia-se, assim, em um empecilho aos interesses do empresariado espanhol. Mas não foi sempre essa a visão do empresariado espanhol sobre o ditador.

Se, para os anos 1970, a democracia era um valor universal e a liberdade imperiosa para o crescimento espanhol, nos anos 1930 o lema franquista “*Spain is different*” agradava o empresariado nacional. O golpe de Estado de 17/07/1936 sob a liderança do General Franco reuniu um conjunto de forças sociais internas diversas: monarquistas carlistas e afonsistas; militantes da Falange Española de las JONS e de partidos políticos como a CEDA (*Confederación Española de Derechas Autónomas*); a Igreja Católica; e o empresariado espanhol. Para além do anticomunismo como elemento unificador desta variedade de forças (VILAR; GÁZQUEZ, 1986), a implementação de medidas econômicas no governo Manuel Azaña (1931-1933) – com forte cunho de proteção ao trabalhador –, influenciaram nas críticas ao governo republicano, centradas no “problema da economia”.

A questão econômica e do desenvolvimento nacional ocupavam, desde o século XIX, uma posição de destaque no debate público espanhol. A própria disciplina de História Econômica havia sido fundada nesse contexto (BRODER, 2000). Ramon Tamames Gómez, nos anos 1960, apontava como o modelo de desenvolvimento espanhol, pautado no investimento estrangeiro, acabou por organizar um modelo industrial ineficiente, cuja fraqueza se acentuara a partir da perda das últimas colônias nacionais – Cuba, Porto Rico e Filipinas (TAMAMES GOMEZ, 1969). Beevor, por sua vez, chamava a atenção para a predominância da agricultura – cerca de 50% do PIB nacional em início do século – e do turismo

como traços constitutivos da Espanha enquanto “potência de segunda categoria”, sendo a Catalunha uma singularidade notável (BEEVOR, 2005, p. 6-7). O ex-ministro das finanças da ditadura Primo de Rivera (1923-1930), o jurista conservador José Calvo-Soteldo, resumia bem o dilema crônico nacional (CABRERA, 2003, p. 45): *“España adquiriera compromisos de orden internacional, por un afán de estar completamente incorporados a la vida del mundo, más allá de lo que consentía a la economía española”*.

No entanto, não foi a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo o responsável por quase unificar o empresariado em uma posição antirrepublicana nos anos 1930. Essa unidade se deu como uma resposta à implementação de uma legislação social vista como “prematura e inoportuna” pelo empresariado espanhol (CABRERA, 2003, p. 40). A nomeação do socialista Largo Caballero para o ministério do Trabalho do governo republicano, em 1931, somado à implementação de medidas como a proibição de despejos, ampliação da lei de acidentes de trabalho, fixação de jornada laboral de oito horas, obrigação de contratação de trabalhadores do mesmo município e o fim dos despejos, conferiu coesão discursiva e de atuação a um segmento antes cindido por diversas questões regionais (CABRERA, 2003, p. 42). Para Palafox (1992, p. 276), o ponto central não era o risco de uma “quebra” generalizada do setor devido ao alto custo econômico das medidas de proteção social, mas sim o custo político da implementação desse conjunto de medidas em um contexto político nacional e internacional de intensa mobilização das classes subalternas. O ministro Largo Caballero e o PSOE (Partido Socialista Obrero Español) - a despeito de, até 1933 não terem assumido uma posição qualificada por Beevor (2005, p. 18) como de “bolchevização” aberta -, foram duramente criticados por organizações patronais de Andaluzia, Valencia, Viscaya, Alicante, Catalunha e Pais Vasco.

A oposição empresarial se manifestou a partir de notas públicas e da convocação de numerosos atos chamados por diversas organizações patronais, dentre às quais a *Confederación Gremial*, a *Confederación Patronal* e a *Estudios Sociales y Económicos* e a *Unión Económica*. O alvo principal dessas organizações, por certo, foi o decreto de Jurados Mistos, de sete de maio de 1931 (2013, p. 433 a 435). Com essa medida haviam sido criados organismos

para regular as condições de trabalho no campo, integrados por seis indicados das organizações patronais, seis das organizações obreiras locais e um secretário nomeado pelo Ministério do Trabalho. Como efeito imediato, se observou a subida do valor da remuneração na jornada de trabalho no campo – de 3,5 para 5 pesetas diárias. Essa “intranquilidade constante” criou um profundo senso de urgência no empresariado, conforme afirmou Rafael Salgado, presidente da Câmara de Comércio de Madrid, em audiência pública em 1933 (ACEÑA, 2013, p. 433).

O descontentamento de importantes setores do empresariado espanhol foi, por certo, uma das condicionantes do golpe de 1936 e a posterior guerra civil. Sobre este tema, dada sua extensão, tanto no que diz respeito ao seu processo histórico quanto ao debate historiográfico ao redor, não caberia ao presente artigo uma maior exposição⁶. Para o nosso propósito, no entanto, há um aspecto mais geral da Guerra Civil importante de ser discutido: o suposto singularismo do conflito espanhol, sintetizado por Antony Beevor em seu clássico *La Guerra Civil Española*. Logo na introdução de seu livro, ao iniciar a discussão sobre a guerra, afirma o autor que:

Se costuma apresentar a Guerra Civil Espanhola como o resultado de um choque entre a esquerda e a direita, mas sabemos que isso é uma simplificação enganosa. O conflito tinha outros dois eixos: centralismo estatal contra independência regional, e autoritarismo contra liberdade do indivíduo. Uma das razões que explicam a maior coerência política e militar das forças nacionais reside no fato de que, apenas com exceções menores, combinaram três extremos aglutinantes. Eram de direita, centralistas e autoritárias (...) [A República] vinha a ser um conjunto de incompatibilidades e suspeitas mútuas.⁷ (BEEVOR, 2005, p. 4) [Tradução própria]

⁶ A Guerra Civil Espanhola é um dos temas – ou talvez o tema – mais pesquisados dentro da pesquisa acadêmica espanhola, passando por historiadores, cientistas políticos, economistas, psicanalistas, sociólogos e militantes políticos. Melhor do que um interminável listado de obras que abordem o tema é, ao nosso ver, deixar a indicação do artigo de Blanco Rodríguez (2007), cujo propósito é, justamente, condensar em um único artigo as principais produções sobre o tema, mapeando seus campos teórico-metodológicos.

⁷ No original: “Se suele presentar a la guerra civil española como el resultado de un choque entre la izquierda y la derecha, pero sabemos que eso es una simplificación engañosa. El conflicto tenía otros dos ejes: centralismo estatal contra independencia regional, y autoritarismo contra libertad del individuo. Una de las razones que explican la mayor coherencia política y militar de las fuerzas nacionales radica en que, con sólo alguna excepción menor, combinaron tres extremos aglutinantes. Eran de derechas, centralistas y autoritarias a la vez. La República, por el contrario, venía a ser un crisol de incompatibilidades y sospechas mutuas”.

A tese propagada por Beevor propõe uma complexificação do conflito espanhol. Se, por um lado, essa visão enriquece a análise do fenómeno ao ampliar seu escopo analítico, por outro, convém afirmar que o autor o faz com um propósito político que, ao fim e ao cabo, equipara os dois lados do conflito. Ao advogar por uma “complexificação de um conflito”, Beevor acaba por atenuar o carácter golpista do movimento de sublevação. Primeiro, ao afirmar que a esquerda não possuía um programa político sólido capaz de aglutinar amplos setores sociais. Segundo, ao questionar o compromisso da Frente Popular com a democracia, quando indaga se, em caso da vitória eleitoral da coalização encabeçada pela CEDA, as forças de esquerda respeitariam o resultado eleitoral - e responder, categoricamente, que “suspeita que não” (BEEVOR, 2005, p. 5). Dessa forma, retomando a clássica teoria da ferradura de Jean-Pierre Faye, Beevor é um dos expoentes da visão liberal de uma guerra “entre extremos”. Ao “complexificar” a Guerra Civil Espanhola, apresentando diferentes matizes e interesses, é apagada a real polarização que cindiu o país: as forças de direita sob Franco - com amplo suporte empresarial e estreitas ligações com Hitler e, sobretudo, Mussolini -, versus as forças republicanas.

Nesse íterim, alguns exemplos do comportamento empresarial e de seus representantes clarificam e reiteram a afirmação acima realizada, ao reforçarem uma polarização demarcada por seu componente de classe. No dia 05 de novembro de 1934, o parlamento espanhol foi tomado por um debate que opôs Cano López, um republicano de perfil conservador, e Antonio Goicoechea⁸, jurista com forte ligação com o empresariado, deputado e presidente do partido Renovación Española. Sob um contexto de fortes protestos na rua e no parlamento contra o governo republicano de direita de Alejandro Lerroux, o jornal *La Nacion* transcreveu o debate que opôs os deputados. Cano Lopez, demonstrando-se um crítico ao comunismo, inicia sua intervenção pedindo uma moção de “apoio e confiança” ao novo governo, justificando esse apoio diante

⁸ Antonio Goicoechea é um ator fundamental do contexto da Guerra Civil Espanhola. Foi um advogado proveniente de família de empresários espanhóis que viviam em Cuba. Sua atuação política sempre orbitou ao redor de partidos de extrema direita espanhóis, como *Acción Popular*, *Renovación Española* e *Falange Española*. Foi na atuação junto ao empresariado espanhol, sobretudo na defesa jurídica e política dos interesses da CEOE (*Confederación Española de Organizaciones Empresariales*) e da *Acción Social Patronal*, que ganhou projeção (GOICOECHEA, 1916). Sua relação junto ao setor lhe garantiria a indicação ao cargo de governador do Banco de España, entre 1938 e 1950, já sob o regime franquista.

dos “marxistas [que] se preparam para uma revolta”. Segue em seu discurso pedindo o cumprimento da lei e que “não seja feito derramamento de sangue”. Afirmo o jornal que o deputado foi aplaudido timidamente, enquanto uma maioria protestava (LA NACION. Madrid, año 10, n. 2763, 06/11/1934, p. 3). Goicoechea, em resposta, afirma “falar em nome dos anseios do povo” e que:

Não crê que é acertada a posição do governo Lerroux em colocar igual distância entre as direitas e as esquerdas. Há uma massa de direita que está ao lado da defesa da pátria. (...) [Cano Lopez e outros deputados] se mostram inimigos do poder enquanto ordem pública (...) [e conclui] com eloquentes elogios ao glorioso exército da Espanha e é ele a esperança da Espanha. (LA NACION. Madrid, año 10, n. 2763, 06/11/1934, p. 4).

Os “eufóricos” aplausos que sucederam o discurso do representante empresarial Antonio Goicoechea, relatados pelo jornal, são um indicativo de uma cisão que se operava entre esse setor e os princípios democráticos. À direita espanhola – mesmo a monarquista –, não bastavamais um governo conservador e anticomunista; cada vez mais este campo político se articulava ao movimento de sublevação, coincidindo pautas e homogeneizando um discurso em prol do golpe e da ruptura institucional.

Quando esmiuçamos a atuação empresarial catalã e vasca – as mais ricas províncias espanholas até meados dos anos 1980 –, é que é possível melhor verificar como a guerra civil operava a partir da conformação de dois blocos muito bem definidos. E, principalmente, que o rubicão que os cindia estava, justamente, nos interesses de classes com projetos antagônicos, mais do que em identidades nacionais/regionais. As atividades conspiratórias no País Vasco⁹ se iniciaram logo no nascimento do regime republicano (UGARTE, 1992, p. 3). É nas eleições de 1936, todavia, que a atuação de grupos carlistas e falangistas locais se acentua. No dia 14 de junho, o empresário José Luis Oriol, em contato com Emilio Mola, líder da sublevação do norte, coloca à disposição do movimento cerca de 250 mil pesetas, além da totalidade dos homens recrutados localmente através do movimento carlista vasco. Esse contingente, por sua vez, foi incorporado ao movimento da sublevação junto ao movimento falangista de

⁹ É também em Bilbao a origem da família Aznar, importantes banqueiros espanhóis próximos ao regime franquista (GAGO, 2004).

Navarra sob o lema “Por Dios y por España” (UGARTE, 1992, p. 4) - um lema nacionalista espanhol, e não vasco. A reação dos movimentos de esquerda foi a convocação de uma greve geral, levando a confrontos com as forças do movimento golpista.

Na Catalunha, por sua vez, a situação foi parecida. Após a vitória franquista os segmentos empresariais locais até se queixaram da falta de espaço junto ao aparato de poder, a despeito de sua “renúncia e condenação ao passado recente, e arrependimento pela falsa rota catalã”¹⁰ (MOLINERO; YSAS, 1990, p. 2). Porém, durante a guerra civil, o que predominou foi um amplo apoio dos grupos empresariais locais à luta de Franco. Ante uma situação vista como de ameaça política, econômica e física diante do avanço do movimento republicano, a burguesia industrial catalã, grupo hegemônico na região, cerrou fileiras junto ao movimento antirrepublicano. O *Gremio de Fabricantes*, por exemplo, importante patronal da indústria têxtil local, bradava contra a “intervenção obreira nas fábricas” (MOLINERO; YSAS, 1990, p. 4) aprovada pelo primeiro governo republicano, em 1932:

A intervenção obreira na indústria – seja na forma de comitês de empresa ou de controle e gestão –, é um procedimento de clara inspiração marxista e foi considerado por altos dirigentes comunistas internacionais como a arma mais eficaz para desordenar a produção industrial e preparar o assalto e a conquista do poder.

Dessa forma – e sem perder de vista especificidades e particularismo regionais –, pode-se afirmar que mesmo nas regiões cujos movimentos separatistas apresentavam maior musculatura política na Espanha o que se assistiu foi a reprodução de uma cisão pautada nos interesses de classe. De um lado, um forte aparato militar respaldado internamente por associações empresariais; de outro, o movimento republicano que tinha no apoio dos movimentos de trabalhadores organizados sua principal base.

Mas o que explicaria esse apoio contundente do empresariado espanhol à sublevação franquista, mesmo no caso de províncias escanteadas pelo governo central? González Fernández, analisando o que denomina “cultura

¹⁰ No fim do século XIX e começo do século XX, a Catalunha passara por importantes movimentações pela independência da região. Como parte de uma tentativa de se aproximar do governo franquista, o catalão foi abolido como língua oficial pelo governo provincial.

empresarial”, chama a atenção para um paradoxo na percepção deste grupo sobre o binômio mudança e inovação. Se, por um lado, o empresariado seria um grupo social aberto ao “risco”, ele, objetivamente, só aceita ônus de assumir esse risco a partir do momento que controla os fatores que o cercam (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2007, p. 39). Em uma economia não integrada aos fluxos internacionais, os empresários necessitariam de um horizonte seguro para seus investimentos, o qual somente poderia advir do marco político, independentemente do quão democrático este o seja. Logo, pedir para essa classe uma suposta neutralidade frente ao regime político seria impossível, a despeito de constantes declarações de organizações empresariais que se afirmavam enquanto “apolíticas”. Se não podemos deduzir que os empresários, em princípio, rechacem o regime democrático, também é falso entender esse seu apoio de forma incondicional. Democracia apenas se vinculada à economia de mercado (GONZÁLES FERNÁNDEZ, 2007, p. 36 a 40).

Foge ao escopo do presente artigo uma análise mais pormenorizada dessa estreita vinculação do empresariado e do regime franquista ao longo do período ditatorial (DE LA TORRE; GARCÍA-ZÚÑIGA, 2013; GAGO, 2004). O que podemos brevemente apontar é que eram dois os polos de atração exercidos pelo governo junto aos empresários. O primeiro destes polos foi a construção de uma verdadeira rede de parentesco unindo esses grupos. A província de Alicante oferece um exemplo significativo. São conhecidos os casos dos governadores civis José María Paternina (1944-1949) e Jesús Aramburu (1949-1954). O primeiro, casara-se com Mercedes Bono Marín, da influente família proprietária de *La Industrial Alicantina*, líder no segmento de produção de doces em escala industrial. Já o segundo, casara-se com membro da principal família acionista da *Papeleras Reunidas de Alcoy* (RECIO, 2003, p. 17).

Já o segundo desses polos é o conjunto de medidas protetivas ao empresariado implementadas pelo regime franquista. Como ponto de partida, pode-se apontar as leis de defesa e proteção bancárias e da indústria nacional, de 1939, que regulavam as condições para a criação de novas empresas e de ampliação das antigas. Esse conjunto de leis seria mais bem detalhado no *Plan de Estabilización*, de 1959, que garantiu uma verdadeira reserva de mercado às empresas espanholas, num processo de “cartelização da economia espanhola”

(RECIO, 2003, p. 16). Os empresários instalados em indústrias como as de automóvel, siderurgia, material ferroviário, química (BUESA; PIRES, 2002, p. 173) e da construção civil (VILLANUEVA, 2009) foram particularmente beneficiados nesse processo. A literatura sobre a política econômica franquista aponta como o INI (Instituto Nacional de Industria) foi largamente empregado enquanto o principal instrumento estatal de aporte para as empresas. Em fins de 1963, o INI contava com 61 sociedades estabelecidas junto a empresas espanholas, sendo que, da maioria, dispunha da totalidade ou maioria do capital investido (COMÍN; ACEÑA, 2003; DE LA TORRE; GARCÍA-ZÚÑIGA, 2013; JIMÉNEZ, 2005). Muitos diretores e membros do INI eram provenientes de grandes empresas espanholas, ao mesmo tempo em que o INI controlava – via políticas públicas ou mesmo controle acionário – boa parte dos rumos dessas empresas. Estado e empresariado, assim, se retroalimentavam, conformando uma estrutura de poder altamente excludente.

Por fim, cabe sublinhar o aspecto repressivo assumido pelo Estado em situações de protestos dos trabalhadores. A OS (*Organización Sindical*) foi o órgão criado para institucionalizar uma estrutura de repressão ao movimento de trabalhadores organizados. Esse sindicato era composto por empresários e trabalhadores indicados pelos próprios empresários, em uma evidente conformação de poder altamente hierarquizada (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2004, p. 7). Pautado no princípio fascista do corporativismo e da colaboração de classes para o desenvolvimento nacional, na prática, a OS era mais um dos órgãos a legitimar às demandas empresariais ao poder central de Madrid. A combinação entre redes de parentesco, medidas protetivas ao empresariado e de repressão aos trabalhadores, dessa forma, garantiam uma sólida relação entre o governo franquista e esse grupo social.

Diferentemente dos casos latino-americanos a implementação do regime ditatorial franquista foi precedida por uma guerra civil em um contexto particular: a disseminação dos regimes fascistas pela Europa. Os empresários espanhóis, nessa seara, manifestaram apoio ao regime franquista e foram por ele beneficiados com uma série de políticas. No entanto, mais do que “obrigados” a

tomar partido ante uma disputa de “extremos políticos”¹¹, o empresariado espanhol atuou na linha frente pela sublevação franquista, tanto internamente – mediante financiamentos expressivos -, quanto externamente, ao converter-se, em alguns casos, em verdadeiros diplomatas não oficiais do regime junto a Alemanha e Itália. Sobre estes casos nos voltaremos nas sessões seguintes.

2. EMPRESARIADO E A SUBLEVAÇÃO FRANQUISTA. QUESTÕES INTERNAS

Discutida a relação empresários e ditaduras de uma forma mais global e tendo sido apresentado aspectos que contextualizam o caso espanhol, as duas sessões seguintes projetam o estudo da ação direta desse grupo social durante a Guerra Civil. Tendo em vista esse propósito, uma das alternativas possíveis seria analisar o comportamento institucional das organizações empresariais frente a sublevação franquista (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2004; JIMÉNEZ, 2005; RECIO, 2003). De fato, uma análise metodológica centrada em instituições patronais ofereceria uma visão de fôlego para discutir a temática proposta. Contudo, restringir-se às fontes institucionais incorreria em três insuficiências para o tema proposto.

A primeira delas é apontada por González Fernández (2004). Embora o franquismo operasse sob uma lógica de estruturação de sindicatos mistos, os representantes patronais, muitas vezes, sequer se preocupavam em construir estes espaços – mesmo tratando-se de locais que atuavam em seu benefício. Afirma o autor que os CPEs (Conselhos Provinciais de Empresários) não despertavam um grande interesse do empresariado, que optava, sempre que possível, em atuar diretamente com a administração franquista. O Conde Bandrés, importante empresário sevilhano e ex-presidente do CPE, chegou a pleitear ao ministro de Relações Sindicais a conveniência de, aparte a relação institucionalizada via CPE-administração, manter sessões informativas e reuniões restringidas de trabalho (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2004, p. 14).

¹¹ Essa visão era difundida por José Entrecanales Ibarra, homem forte da construtora espanhola Entrecanales y Távora (atual Acciona), ao afirmar que a empresa que ganhara diversas licitações de obras do governo franquista fora “obrigada” a contribuir para a reconstrução nacional no pós-guerra. (CASTAÑO; QUIROGA VALLE, 2011, p. 80).

Uma segunda implicação pela escolha restrita a fontes de patronais desponta ao entendermos como o capitalismo espanhol do período apresentava um baixo grau de complexidade. Diferentemente de outros casos de implementações de regimes ditatoriais nos anos 1960 e 1970, a Espanha dos anos 1930 não era um Estado com alto grau de desenvolvimento capitalista. Utilizando como estudo de caso o setor das engenharias e construtoras espanholas (GOÑI, 2008; NICOLÁS ZÁRATE, 2017) – que, a partir dos anos 1960 se solidificam enquanto setores estratégicos do capitalismo espanhol -, veremos que suas patronais (Tecniberia e Seopan) seriam criadas apenas em 1957 e 1964, respectivamente. Mesmo o já citado *Plan de Estabilización* franquista, de 1959, talvez seja a primeira tentativa robusta de ordenamento do desenvolvimento capitalista espanhol. Esse fato faz com que, no período em questão, as entidades patronais não eram ainda entidades poderosas.

Além disso, não podemos perder de vista que a chegada de Franco ao poder não se deu através de uma vitória eleitoral ou sequer resultou na restituição da monarquia frente a uma república não legítima. Pelo contrário, foi produto de uma sublevação militar que contou fortemente com apoio italiano e alemão. Essa situação, levando em consideração a questão institucional das patronais, poderia implicar em uma tentativa de “esconder” certas posições, não as explicitando.

Em contrapartida, se debruçar sobre alguns exemplos de atuação individual de grandes empresários no período é ilustrador do real papel desse segmento no movimento franquista. Para tanto, além de análises feitas por historiadores, nos deteremos sobre alguns documentos disponibilizados pela BNE e por José Ángel Asiaín, em seu *La financiación de la Guerra Civil Española. Una aproximación histórica*¹².

Um desses exemplos¹³ de significativo apoio empresarial foram as figuras dos catalães Francesc Cambó e Jaume Castell i Lastortras. O primeiro foi um empresário e político catalão que atuou como assessor financeiro de importantes

¹² Conforme descrito pelo próprio Asiaín (2012, p. 153), sua obra é menos uma análise financeira da Guerra Civil, e mais um levantamento de diversas fontes sistematizadas nas 3080 páginas de seu livro, entre capítulos e anexos. Fontes essas de suma importância para quem deseja discutir o franquismo e suas implicações econômicas.

¹³ Sánchez Soler (2011) oferece um amplo listado de empresários espanhóis com distintas trajetórias que contribuíram com o movimento golpista.

empresas espanholas, estabelecendo importantes contatos na Itália e na França. Foi presidente da CHADE (*Compañía Hispano Americana de Electricidad*), uma das maiores empresas de eletricidade do país. Cambó se notabilizou frente ao movimento sublevado espanhol quando, em 1935, em debate nas cortes catalãs, proferiu enfático discurso contra o movimento separatista local, em defesa do estatuto que unia a Catalunha e a Espanha (El Sol. Madrid, año XIX, n.5635, 15/09/1935, p. 12). Villanueva afirma que, com a deflagração do movimento de sublevação, Cambó não tardou em colocar sua fortuna à disposição de José Quiñones de León, delegado em Paris dos militares sublevados (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 437;454). Além disso, operou sua rede de contatos no exterior, arrecadando importantes doações para o movimento. Já o segundo era proprietário do Banco Suñer que, através da construção de contatos junto ao palácio de El Pardo, adquiriu uma sucursal madrilenha do Banco de Medina, e, fundindo os dois bancos, criou o Banco de Madrid. Para a administração do banco foi nomeado José María Martínez Ortega, sogro do filho de Franco (SÁNCHEZ SOLER, 2011, p. 86 a 88).

Dentro da área de domínio republicano, alguns foram os exemplos de empresários que contribuíram para a formação de organização paramilitares com o propósito de desestabilizar os governos locais. Félix Huarte e José Fernández Rodríguez representam dois casos de empresas de construção poderosas que atuaram com esse propósito. Proprietários da *Navarra Huarte* e da madrilenha *Sederías Carretas*, aportaram mais de 350 mil pesetas de apoio ao movimento franquista, sob a forma de donativos ao exército espanhol, à Junta Carlista de Guerra e à FET-JONS (Falange Espanhola Tradicionalista e das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista) (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 434). Os exemplos citados são interessantes para compreender uma dinâmica de operação tipicamente herdada do fascismo pelo movimento franquista: a combinação da politização do exército junto do financiamento de grupos paramilitares, como à Junta Carlista e à FET-JONS.

No entanto, por certo, o nome mais significativo dessa relação franquismo-empresariado é Juan March. Oficialmente empresário com investimentos em ramos diversos, como a pecuária de porcos, navios

transatlânticos e petróleo, Juan March fez sua fortuna também através da compra e venda de terrenos e, sobretudo, com o contrabando de tabaco. Na Primeira Guerra Mundial desenvolveu relações junto à banca inglesa, através de financiamentos ao país, sempre se afirmando enquanto um liberal anglófono. Nos anos 1950 era considerado como o homem mais rico da Espanha (Fundação Juan March, s.d.).

A trajetória de March é um impressionante elo histórico entre contrabando, empresariado espanhol, capital inglês, franquismo e nazismo. Eleito deputado de cortes pela província de Mallorca, desde o início de seu mandato se mostrou opositor ferrenho ao regime republicano, com discursos públicos pleiteando pelo retorno à monarquia e tratando o governo republicano como ilegítimo. Esse posicionamento fez com que, em 1932, fosse processado acusado de contrabando e de corromper deputados das cortes. Em uma intervenção pública, o ministro da Fazenda do governo Azaña, Jaime Carner, assim caracterizou/caracterizava o empresário:

March não é inimigo da República e nem amigo da República; March não foi amigo e nem inimigo da ditadura [Primo de Rivera]; March não é amigo e nem inimigo de nada; March é March... O que quer March é que ante sua vontade tudo sucumba. March nem nos quer e nem nos odeia; o que quer ir contra sua vontade é seu inimigo.¹⁴ (ASIAÍN, 2012, p. 155. Tradução própria)

A despeito de sua riqueza e poder econômico, as denúncias por contrabando acabaram por legitimar a prisão de March frente aos deputados. O debate nas cortes tratando de sua soltura ou cumprimento integral da pena eram acalorados, sendo seus opositores, constantemente, acusados de perseguição política ao empresário (ASIAÍN, 2012, p. 158).

Aqui, convém salientar que os opositores a March partiam dos mais diferentes espectros políticos espanhóis. A resolução oficial do Partido Comunista Espanhol de 1936 colocava March - junto do ministro Calvo-Soteldo e do político e empresário Goicoechea - como inimigos da pátria, a despeito de

¹⁴ No original: "March no es enemigo de la República ni amigo de la República; March no fue amigo ni enemigo de la Dictadura; March no fue amigo ni enemigo de la Monarquía; March no es amigo ni enemigo de nadie; March es March... March lo que quiere es que ante su voluntad todo sucumba. March ni nos quiere ni nos odia; el que quiera ir contra su voluntad es su enemigo."

uma breve tentativa de aproximação do movimento republicano em busca de financiamento. Até mesmo entre os falangistas havia diversas críticas ao empresário. José Antonio Primo de Rivera, em 1934, chegou a afirmar que um dos primeiros atos de um governo falangista deveria ser colocar o multimilionário “atrás das grades” (ASIAÍN, 2012, p. 159).

Não obstante, o golpe mais enfático do movimento republicano contra March se daria em 1936, com a expedição de um mandado judicial de apreensão de seus bens, sendo o empresário acusado de tráfico ilegal de tabaco. Precavido frente a essa movimentação republicana, o mallorquino já estava, há dois anos, movendo seus bens para fora de território espanhol e, em paralelo, financiando os franquistas a partir da França e colocando seus barcos à disposição do movimento (ASIAÍN, 2012, p. 160-161). Cerca de 600 milhões de pesetas foram entregues ao general Mola, líder rebelde, a mando do empresário ((VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 436).

A aliança March-Franco foi selada, definitivamente, com a ação do empresário em financiar o aluguel do *Dragon Rapide*. Este foi o avião responsável pelo traslado do General Franco das Ilhas Canárias para Marrocos, de onde foi iniciado o avanço militar sobre a Espanha. Luis Bolín - ex-presidente da *Organización Sindical*, chefe do Sindicato Nacional de Hotelaria e Similares e futuro Diretor Geral de Turismo no governo Franco-, recordando essa operação, afirmara que:

O aparato [para o traslado] devia estar em Casablanca no dia 11 de julho, e o piloto devia se hospedar no hotel Carlton, esperando ali a chegada de um emissário que se apresentaria com a senha “Galicia saluda a Francia”. (...) o aparato alugado foi um De Havilland, o famoso Dragon Rapide (...) A operação se fez com a assessoria e colaboração de Juan de la Cierva e financiamento de Juan March. (BOLÍN, 1967, p. 102. Tradução própria)¹⁵

O apoio de March não ficou restrito aos aviões. O empresário atuou de forma decisiva para garantir que as naves do movimento nacional fossem abastecidas pelos combustíveis provenientes da CAMPSA (*Compañía*

¹⁵ No original: “El aparato tenía que estar en Casablanca el día 11 de julio, y el piloto debería hospedarse en el hotel Carlton, esperando allí la llegada de un emisario que se daría a conocer pronunciando la contraseña “Galicia saluda a Francia” (...) el aparato alquilado fue un De Havilland, el famoso Dragon Rapide (...) La operación se hizo con el asesoramiento y la colaboración de Juan de la Cierva y financiamiento de Juan March.”

Arrendataria del Monopolio de Petr6leos), empresa estatal espanhola do petr6leo. Para tanto, precisou garantir financiamentos á mesma e costurar a manutenção do fornecimento de combust veis   petroleira por parte da Texaco, principal parceira da companhia espanhola (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 440). Embora o papel de March enquanto garantia financeira para Texaco seja importante, não devemos exager -lo. O presidente da Texaco era o capitão Rieber, um convicto apoiador de Hitler. A despeito de negócios junto à estatal espanhola nos anos 1920 e 1930, a partir do estabelecimento do governo franquista em Burgos a Texaco passa a fornecer petr6leo diretamente para os sublevados. Tratando das condições de pagamento por parte dos espanhóis,   famoso o telegrama de Rieber a Franco, em que afirma: “*Don’t worry about the payment*” (ASIAÍN, 2012, p. 172).

Uma pergunta, porém, desponta quando analisamos a movimentac o do empresário. Se March esteve preso durante boa parte da década de 1930, como foi possível realizar essa grande movimentac o de dinheiro – da Espanha para o exterior; do exterior para a Espanha?

A resposta está, principalmente, na destacada atua o do Banco londrino *Kleinwort, Sons and Co.* Jehanne Wake, em seu estudo sobre a história do banco Kleinwort, aponta que a rela o do banco inglês com a Espanha era prévia ao próprio March. Membros da aristocracia espanhola, outros aristocratas radicados na Inglaterra e o próprio Rei Alfonso XIII –  ltimo antes da proclama o da Segunda República, em 1931- já faziam depósitos em moedas, joias e ouro para o banco. Nos anos 1920 e 1930 Juan March tornou-se seu principal cliente, valendo-se de seus lucros provenientes do contrabando de tabaco. Essa rela o privilegiada junto ao banco foi o que permitiu a March abrir linhas de crédito aos sublevados na ordem de milhões de libras esterlinas (WAKE, 1997). Foi a partir do banco Kleinwort que saíram créditos usados para pagar os aviões empregados pela frente franquista para rechaçar a invasão das ilhas baleares ¹⁶, financiar o governo estabelecido em Burgos e comprar boa parte das armas necessárias para a guerra (ASIAÍN, 2012, p. 162).

¹⁶ Beevor afirma que essa foi uma vitória estratégica para o grupo franquista na guerra civil (BEEVOR, 2005).

Como extensão dessa constante conversão entre pesetas e libras, empréstimos para o bando sublevado e compra e venda de armamentos, a fortuna do empresário aumentou. Biógrafos chegam a quantificar esse aumento em um total de 3 bilhões de pesetas entre 1936 e 1939. Esse dinheiro foi investido, majoritariamente, em novos ativos. Dentre eles chama a atenção a inauguração da Aucona (*Compañía Auxiliar de Navegación*) – sediada em Burgos, capital da Espanha franquista - e a Sociedade J. March and Co. - sediada em Londres, cuja função era a de controlar o comércio entre Espanha e Inglaterra (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 440).

O que une os exemplos de March, Cambó, Huarte e outros empresários não é só o fato de possuírem nacionalidade espanhola e apoiarem de forma convicta o movimento de sublevação. Mas, também, os elos internacionais que foram colocados à disposição do franquismo por esses destacados empresários. Esse será o tema abordado na próxima sessão¹⁷.

3. EMPRESARIADO E A SUBLEVAÇÃO FRANQUISTA. QUESTÕES EXTERNAS

Em 27 de maio de 1938, o jornal *El Pueblo Gallego* reproduzia a notícia abaixo:

Berlim. O periódico norte americano “Boston Post” reproduziu, há alguns dias, as manifestações feitas há alguns dias no Senado de Washington pelo senador David Wash sobre a guerra da Espanha. Declarações que contém interessantes detalhes com respeito ao proceder inqualificável dos elementos marxistas espanhóis.

Disse, entre outras coisas, que o professor da Universidade de Liverpool, Mr. Alisson Peers, especialista em história da Espanha, estima em cem o número de pessoas que premeditadamente foram vítimas neste período de guerra.

Os assassinos penetravam nas casas, dando morte a famílias inteiras, inclusive mulheres e crianças (...) Os assassinatos de sacerdotes, freis e freiras constituíam um espantoso exemplo de

¹⁷ Convém aqui uma breve elucidação: a separação entre aspectos internos e externos do apoio ao golpe franquista obedece muito mais a fins didáticos da organização do artigo do que a uma precisão histórico-geográfica. Afinal, conforme abordado por Pierre Vilar (1992) e tantos outros pesquisadores da Guerra Civil Espanhola, este conflito, em muitos aspectos, foi uma prévia da Segunda Guerra Mundial. Fato decorrente não só da internalização da polarização ideológica que cindiu o mundo, como também pelos apoios concretos recebidos por ambas as frentes de batalha por outros países.

assassinatos em série. Centenas de eclesiásticos foram assassinados e tiveram seus cadáveres mutilados. Enquanto às freiras, depois de fazê-las sofrer toda classe de ultrajes, as matavam e tiravam os vestidos dos cadáveres.

“Se Franco triunfa, e disso não se pode duvidar, Espanha viverá dias de paz”, agregou o senador. [El Pueblo Gallego. Vigo: 27.May.1938. Año XV, n. 4583, p. 6. Tradução própria]

El Pueblo Gallego era o mais tradicional jornal da Galícia e, desde a década de 1920, era comandado pelo jornalista Manuel Portela Valladares, um político local que se identificava enquanto um liberal. Em 1936, quando a vitória da Frente Popular foi proclamada, seu jornal foi vendido e passou ao comando de Manuel Hedilla - quadro da FET-JONS. Concomitante à venda, o jornal começou a contar com o financiamento de indústrias e associações patronais locais. Agora, como porta voz do partido falangista, o jornal converteu-se em uma máquina propagandista contra o “marxismo bolchevismo”. A notícia em questão talvez seja um dos maiores exemplos da propaganda do movimento franquista à sociedade civil espanhola: a difusão da ideia de que os marxistas e republicanos desprezariam a Igreja Católica, fato este expresso pelos assassinatos em série e abusos cometidos a freiras. Mais do que crimes de guerra, as notícias sempre contavam com relatos de perversão praticados pelos marxistas, retratados como “hereges e demoníacos”. O fato de a apuração da notícia ter se dado por alemães é um indicativo dessa construção de uma agenda internacional anticomunista no período.

Dessa maneira, essa matéria resume uma operação complexa levada à cabo pela Frente Nacional: uma associação entre empresariado (via financiamentos), Alemanha nazista, falangismo/franquismo, catolicismo espanhol e anticomunismo. Este último, inclusive, atuava como um elo entre Espanha, Itália e Alemanha. Não deixando de considerar toda complexidade desse processo histórico, podemos, talvez, afirmar que o anticomunismo tenha sido o aspecto mais crucial do governo franquista¹⁸.

É nessa seara que podemos entender a aproximação de Franco com

¹⁸ O anticomunismo serviria, após a Segunda Guerra Mundial, para um verdadeiro reposicionamento das relações exteriores espanholas: de país amigo do eixo para aliado dos Estados Unidos. É justamente essa aliança que garantirá uma sobrevivência do governo Franco. Ver, por exemplo: (ÁLVARO MOYA, 2011; CALVO GONZÁLEZ, 2001; GOMÉZ-ESCALONILLA y AGUINAGA, 2011)

Mussolini, ditador italiano no período. O apoio do *Duce* à causa franquista já é um fato bastante conhecido, sendo o ponto aqui trazido a análise de como os empresários espanhóis atuaram em favor dessa parceria. Os primeiros contatos e acordos de ajuda ao movimento sublevado espanhol se deram a partir de encontros que tiveram na figura de Antonio Goicoechea – importante representante dos interesses empresariais no governo franquista – um elemento central. O documento abaixo, traduzido e transcrito, é sintomático do papel desempenhado por Goicoechea:

Ata oficial da reunião mantida com Mussolini no Palácio de Veneza em 31/03/1934 redigida por representantes espanhóis.

Presentes, além daqueles que se manifestaram abaixo: Emilio Barrera, chefe de Estado maior do exército; Antonio Lizarza, comandante chefe dos sublevados do País Vasco; Rafael de Olazábal, chefe do movimento carlista.

DUCE. Agora vamos tratar do tema das armas.

BALBO ¹⁹. Ontem estivemos discutindo de maneira exaustiva. Creio que, no atual momento, não podemos lhes dar mais de um certo número de bombas, 10 mil fuzis e 200 metralhadoras. Naturalmente essas armas devem ser retiradas do velho material da guerra mundial, e devem ser de marca austríaca-alemã para não comprometer de nenhum modo a Itália.

DUCE (a Balbo). Creio que não será difícil encontrar essas armas.

BALBO (dirigindo-se ao Duce). As 200 metralhadoras as temos já em caixas em Orbetello e para os 10 mil fuzis será suficiente dar a ordem a Baistocchi: o mesmo para as bombas, que terão que ser muitas e de fabricação recente.

DUCE. Agora passemos ao dinheiro. Quanto vocês creem que necessitam para um primeiro momento?

GOICOECHEA. Creio que será suficiente com um milhão e meio de pesetas.

DUCE. Existe uma dificuldade técnica para ter essa quantidade em um período breve, porque as pesetas não se encontram facilmente no mercado internacional, e terei que fazer com que sejam compradas pequenas quantidades para não levantar suspeitas. Evidentemente o Estado não intervirá diretamente, porque devido às leis italianas, nada escapa ao controle público. Contudo, existem alguns organismos econômicos que

¹⁹ Italo Balbo foi aviador, militar e político do Partido Nacional Fascista. Um dos quadros de maior destaque do partido, sendo um dos principais organizadores da Marcha sobre Roma. Torou-se governador da Líbia.

obedecem ao Estado, através dos quais se levará a cabo a operação. Finalmente peço que proporcionem a Balbo o nome da pessoa a quem será entregue o dinheiro.

GOICOECHEA. Está bem, nos colocaremos de acordo nesse ponto e trataremos com o Marechal Balbo. (Documento transcrito e disponibilizado em ASIAÍN, 2012, Anexo III, p. 991)

O documento acima é o primeiro de uma série de outras atas de reuniões envolvendo Mussolini e representantes do governo franquista, para discutir formas de apoio do primeiro a estes. A reunião do Palácio de Veneza possui valor histórico inegável, ao colocar em foco os apoios financeiros e de armamentos conferidos pela Itália fascista para a derrota da Espanha republicana. Para o nosso propósito, chama a atenção como Goicoechea – que já não era mais apenas um representante do empresariado, e sim um quadro orgânico do franquismo – ocupa um papel de destaque na negociação, ao responder em nome de um grupo formado por integrantes de alto escalão do exército franquista. Não devemos, com esse exemplo, exagerar e afirmar que Goicoechea era um representante eleito pelo empresariado e era este o setor mais importante da sublevação espanhola. O que, sim, podemos constatar, é o grau de importância conferido a um quadro orgânico do movimento franquista cuja “porta de entrada” no movimento foi, em boa medida, as relações estabelecidas junto ao empresariado espanhol.

O já mencionado Luis Bolín é outro exemplo de empresário que sobe posições dentro do regime franquista – de chefe do sindicato de hotelaria para presidente da *Organización Sindical* e, depois, ministro do turismo de Franco – e se converte em negociador de Franco junto ao regime fascista italiano. Em outro documento, de 1936, com o governo da Frente Nacional estabelecido em Burgos, podemos ver que Bolín foi enviado por Franco para pedir ajuda com munição e armas para o governo fascista. Acompanhado do Marquês de Viana, chefe da Marinha, chegou em Roma para uma reunião com o Conde Ciano, ministro de assuntos exteriores de Mussolini. Para facilitar o pleito, Bolín levava uma carta de apresentação escrita pelo próprio rei Afonso XIII. Como o resultado dessa negociação foi um impasse, o Rei Afonso XIII foi pessoalmente tentar se encontrar com o Duce – não sendo documentado, no entanto, se a reunião de fato ocorreu -, provocando uma imensa raiva no movimento republicano por sua

participação na guerra civil (ASIAÍN, 2012, p. 708).

Um terceiro nome de destaque dos assuntos Espanha-Itália no período é o do já citado Juan March. Quando, por volta do começo dos anos 1930, inicia sua movimentação de retirada de contas e ativos da Espanha para bancos no exterior, o empresário se torna um importante ativo para o governo franquista. Em setembro de 1936, por meio do Banco Kleinwort, March depositou cerca de 121,5 toneladas de lingotes de ouro para manter a ajuda de Mussolini aos sublevados, materializada na tática de defesa de Mallorca frente ao avanço republicano com aviões de combate Savoia (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 439). A riqueza de March era tamanha que conseguia realizar depósitos de ouro superiores às reservas de ouro de muitos países. Aproveitando a boa relação com Mussolini nesse contexto de guerra, foi acordado entre os dois a constituição de uma companhia mista responsável por intermediar o comércio entre Itália e Espanha, a *Sociedad Anónima Financiera Nacional Italiana* (Safri) (ASIAÍN, 2012, p. 164).

À parte a questão econômica, o aspecto geopolítico era crucial para o apoio italiano. Uma vitória republicana poderia criar um eixo Paris-Madrid antifascista que acabaria por isolar a Itália como único país fascista no mediterrâneo. Ademais, do ponto de vista da tática militar, a possibilidade de utilizar as Ilhas Baleares espanholas para um possível ataque contra Inglaterra e França agradava ao *Duce*. Cerca de 80 mil italianos combateram na Espanha, além 759 aviões, ao redor de 6600 canhões, morteiros e metralhadoras, 157 tanques, milhares de fuzis e milhões de projéteis (VILAR, 1992; ASIAÍN, 2012, p. 715 a 719). Para tanto, os empresários espanhóis atuaram fortemente não só como garantia de financiamento, mas, também, enquanto espécie de elo diplomática entre Franco e Mussolini.

Não obstante um menor apoio do que o conferido pela Itália, a Alemanha de Hitler também teve uma participação importante na ajuda ao movimento franquista. A distância com a Espanha, a chegada ao poder mais tardiamente de Hitler e, principalmente, as outras prioridades do governo alemão na Segunda Guerra Mundial, fizeram com que esse apoio não tivesse um aspecto tão incondicional como o caso fascista. Mas ele não deixou de existir e, nesse ínterim, novamente segmentos do empresariado espanhol atuaram em seu

favor.

A busca do movimento antirrepublicano pelo apoio alemão sempre existiu. A viagem do general Sanjurjo à Alemanha, em 1936, sob o pretexto de acompanhar a participação espanhola nos Jogos Olímpicos de Inverno, pode ser um primeiro indicativo mais concreto. Mas, segundo Asiaín (2012, p. 724), a movimentação oficial se inicia em 21 de julho daquele ano, quando Franco encarrega a Johannes Bernhardt a missão de contatar diretamente Hitler. Johannes Bernhardt era um empresário hispano-alemão radicado no Marrocos cujo negócio era a comercialização de produtos manufaturados alemães. Ex-militar, suas relações junto ao aparato nazista lhe garantiram a condecoração de General da SS, tropa de Hitler. Entendendo essa aproximação como benéfica também para os seus negócios, Bernhardt e seu sócio Adolf Langenheim, acompanhados do líder militar franquista Francisco Arranz Monasterio, viajaram à Alemanha com uma carta de Franco dirigida ao Führer. Em reunião com o chefe nazista, foram autorizados a transmitir à Franco o deferimento de seu pedido de ajuda por parte de Hitler, que via na Península Ibérica um local estratégico para provisão de matérias-primas (ASIAÍN, 2012, p. 724-725).

Como extensão dessa relação privilegiada, Bernhardt foi responsável por organizar um modelo de negociação entre os Estados espanhol e alemão mediante a constituição de duas “empresas fantasma” – Hisma (*La Sociedad Hispano-Marroquí de Transportes*) e Rowak (*Rohstoff-WarenKompensation Handelsgesellschaft*). As empresas operavam um sistema que, basicamente, consistia em permutas de armas alemãs por matérias-primas espanholas, adequando-se a um marco cambial específico – 3,44 pesetas espanholas por um marco alemão. Bernhardt se converteu em diretor geral das duas empresas. (ASIAÍN, 2012, p. 729-730). O modelo de permuta via empresas garantia uma menor necessidade de liquidez por parte dos governos, o que era importante em um período de guerra.

O supracitado Juan March também atuou, ainda que de maneira menos decisiva, nessa aproximação entre Alemanha e Espanha. Com seu dinheiro comprou, através do Almirante Canaris, seu contato junto ao Estado alemão, armamentos que seriam distribuídos para o movimento franquista. Além disso, influenciou colegas a atuarem conjuntamente na compra de armamentos

alemães para guerra civil (VILLANUEVA in MARTÍN ACEÑA; MARTÍNEZ RUIZ, 2006, p. 439). Diferentemente do caso italiano, no entanto, March não contava com tantos contatos junto ao aparato estatal alemão.

Os exemplos discutidos anteriormente permitem uma análise mais aprofundada da relação entre o empresariado e o franquismo enquanto uma complexa *rede de interesses*, indo além de um simples apoio social, conforme colocado por González Fernández (2017, p. 14). Por apoio social, podemos caracterizar uma relação baseada em vantagens e privilégios concedidos por aqueles capazes de oferecê-los, representando um pedido atendido ou lobby estabelecido. Contudo, a noção de rede de interesses sugere uma ligação muito mais intrincada, em constante retroalimentação. Mais do que meramente realizar lobby, o empresariado espanhol atuou como um articulador central das políticas do movimento de sublevação. Os casos apresentados reforçam essa tese: o empresariado não apenas identificou oportunidades de lucro ao se aliar aos países do eixo, mas também desempenhou um papel ativo como uma espécie de diplomacia extraoficial em muitos contextos.

Isso ressalta a importância de estudos aprofundados sobre a interseção entre empresários e regimes ditatoriais, ampliando a compreensão dessa relação complexa e multifacetada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, pode-se concluir que a relação entre o empresariado e os golpes ditatoriais transcende fronteiras geográficas e contextos históricos. Ao ampliar o escopo para além do cone sul, redirecionando o olhar para a experiência espanhola, explicita-se que a atuação dos empresários foi determinante na ascensão do franquismo. Nessa seara, essa relação foi além de uma posição de mero lobby e configurou-se enquanto conexão orgânica entre os interesses econômicos e as ambições diplomáticas franquistas, tal qual analisado na primeira parte do trabalho.

Uma análise sobre a Guerra Civil Espanhola revela a participação ativa do empresariado na desestabilização da Segunda República. Para tanto, destaca-se não apenas sua influência interna, mas também seu papel crucial na

articulação internacional do governo de Franco, ao atuar pela construção de laços com potências fascistas, conforme buscou-se argumentar nas duas últimas sessões do artigo.

Assim, compreender o engajamento dos empresários nesse contexto histórico é essencial para desvelar não apenas os aspectos políticos, mas principalmente os motivos econômicos que impulsionaram sua colaboração na supressão dos regimes democráticos.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO MOYA, Adoración. Hízose el milagro. La inversión directa estadounidense y la empresa española (c. 1900-1975): A miracle happened: US direct investment and Spanish enterprise (c. 1900-1975). **Economic History Research / Investigaciones de Historia Económica**, v. 7, n. 3, p. 358–368, nov. 2011. DOI 10.1016/j.ihe.2011.07.004. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,uid&db=30h&AN=73875379&lang=es&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 8 set. 2023.

AMORÓS, Mario. **Pinochet. Biografía militar y política.pdf**. [S. l.]: Penguin Random House Grupo Editorial, 2019.

ASIAÍN, José Ángel Sánchez. **La financiación de la Guerra Civil española. Una aproximación histórica**. Madrid: Editorial Crítica, 2012.

BEEVOR, Antony. **La Guerra civil española**. Barcelona: Crítica, 2005(Memoria crítica).

BASUALDO, Victoria. Grandes empresas y dictaduras en América Latina durante la Guerra Fría: nuevas contribuciones. **Repressão aos trabalhadores e responsabilidade empresarial nas ditaduras do Cone Sul**. Rio de Janeiro; Año: 2022; p. 37 - 55

BUESA, Mikel; PIRES, Luis. Intervencionismo estatal durante el franquismo tardío: la regulación de la inversión industrial en España. **Revista de Historia Industrial**, v. n.21, p. 159–198, 2002.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). **El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya**. Montevideo: Penguin, 2016.

BRODER, Albert; FELIU, Gaspar. Historia económica de la España contemporánea. **(No Title)**, 2000.

CABRERA, Mercedes. Historia de un desencuentro. La patronal ante la política

económica de la Segunda República (1931-1933). **Pasado y Memoria**, n. 2, p. 33–52, 1 dez. 2003. DOI 10.14198/PASADO2003.2.02. Disponível em: <http://pasadoymemoria.ua.es/article/view/2003-n2-historia-de-un-desencuentro-la-patronal-ante-la-politica-economica-de-la-segunda-republica-1931-1933>. Acesso em: 18 set. 2023.

CALVO, Rafael Leonisio. Izquierda abertzale: De la heterogeneidad al monolitismo. In: **Coetánea: III Congreso Internacional de Historia de Nuestro Tiempo**. Universidad de La Rioja, 2012. p. 377-388.

CALVO GONZÁLEZ, Óscar. ¡Bienvenido, Mister Marshall! La ayuda económica americana y la economía española en la década de 1950. **Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History**, v. 19, n. S1, p. 253–275, mar. 2001. DOI 10.1017/S0212610900009617. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0212610900009617/type/journal_article. Acesso em: 8 set. 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CASTAÑO, Begoña.; QUIROGA VALLE, Maria Gloria. **José Entrecañales Ibarra : ingeniero, empresario y profesor, 1899-1990**. Madrid: Fundación José Entrecañales Ibarra, 2011.

COMÍN, Francisco; ACEÑA, Pablo Martín. Los empresarios de Franco. La política autárquica y el INI. **Los empresarios de Franco. Política y Economía en España. 1936-1957**. Alicante: Publicaciones Universidad de Alicante, 2003. p. 362.

DE LA TORRE, Joseba; GARCÍA-ZÚÑIGA, Mario. El impacto a largo plazo de la política industrial del desarrollismo español. **Investigaciones de Historia Económica - Economic History Research**, v. 9, n. 1, p. 43–53, 1 fev. 2013. DOI 10.1016/j.ihe.2012.09.001. Disponível em: <https://www.elsevier.es/es-revista-investigaciones-historia-economica-economic-328-articulo-el-impacto-largo-plazo-politica-S1698698912000707>. Acesso em: 10 set. 2023.

GAGO, Jesus María. Grupos empresariales y relaciones banca-industria en España durante el franquismo: una aproximación microeconómica. **ICE, Revista de Economía**, n. 812, 31 jan. 2004. Disponível em: <https://revistasice.com/index.php/ICE/article/view/598>. Acesso em: 8 set. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. 3: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOMÉZ-ESCALONILLA, Lorenzo Delgado; AGUINAGA, Pablo León. Americanización de Europa, Guerra Fría y estudios históricos: jalones de una trayectoria / Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla y Pablo León Aguinaga |

Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. **Historia del Presente**, Introdução. v. 17, n. América e Franquismo, p. p.5-11, 2011. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra/americanizacion-de-europa-guerra-fria-y-estudios-historicos-jalones-de-una-trayectoria/>. Acesso em: 8 set. 2023.

GOÑI, M. G. La internacionalización de los servicios de ingeniería en España. **ICE, Revista de Economía**, n. 844, 31 out. 2008. Disponível em: <https://revistasice.com/index.php/ICE/article/view/1180>. Acesso em: 3 set. 2023.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Ángeles. La representación de los intereses empresariales en el franquismo: los Consejos Provinciales de Empresarios, 1965-1975. 2004. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra/la-representacion-de-los-intereses-empresariales-en-el-franquismo-los-consejos-provinciales-de-empresarios-1965-1975-789446/>. Acesso em: 25 set. 2023.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Ángeles. La tutela europea. Estereotipos, enfoques y estrategias para la integración ibérica en las comunidades europeas (1977-1985). **Mélanges de la Casa de Velázquez**, n. 48, seq. Mélanges de la Casa de Velázquez, p. 287–308, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6491621>. Acesso em: 25 set. 2023.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Ángeles. Los empresarios ante los regímenes democráticos en España: la II República y la Transición. **Pasado y memoria**, n. 6, p. 33–55, 2007. DOI 10.14198/PASADO2007.6.03. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10045/14160>. Acesso em: 25 set. 2023.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Ángeles. Una esperanza acongojada. Los empresarios españoles y portugueses ante el ingreso en la CEE, 1957-1977. **Hispania**, v. 72, n. 242, p. 699–722, 30 dez. 2012. DOI 10.3989/hispania.2012.v72.i242.384. Disponível em: <https://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/384>. Acesso em: 25 set. 2023.

JIMÉNEZ, Luis Eduardo. Los empresarios y el Estado en torno a las intervenciones del régimen de Franco: la regulación de la inversión industrial (1938–1963). **Investigaciones de Historia Económica**, p. 145–178, 2005. DOI 10.1016/S1698-6989(05)70005-9. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/IHE/article/view/69965>. Acesso em: 8 set. 2023.

MARTÍN ACEÑA, Pablo. **La economía de la guerra civil**. [S. l.]: Marcial Pons Ediciones de Historia, 2013. Disponível em: <https://elibro-net.bucm.idm.oclc.org/es/ereader/universidadcomplutense/42913>. Acesso em: 8 set. 2023.

MARTÍN ACEÑA, Pablo.; MARTÍNEZ RUIZ, Elena. **La economía de la Guerra Civil**. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006. Disponível em: <https://www.digitaliapublishing-com.bucm.idm.oclc.org/a/63577/la-economia-de-la-guerra-civil>. Acesso em: 8 set. 2023.

MOLINERO, Carmen.; YSAS, Peres. Los industriales catalanes durante el franquismo. **Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History**, v. 8, n. 1, p. 105–129, mar. 1990. DOI 10.1017/S021261090000207X. Disponível em:

https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S021261090000207X/type/journal_article. Acesso em: 25 set. 2023.

NICOLÁS ZÁRATE, Elisabet. La internacionalización de los grupos de construcción españoles. fev. 2017. Disponível em: <https://repositorio.upct.es/handle/10317/5634>. Acesso em: 3 set. 2023.

PALAFOX, Jordi. Atraso económico y democracia. La segunda república y la economía española. 1892-1936. **Historia Contemporánea**, n. 7, 1992.

RECIO, Glicerio. Los empresarios de Franco. Una Red de intereses. **Los empresarios de Franco. Política y economía en España. 1936-1957**. Alicante: Publicaciones Universidad de Alicante, 2003. p. 362.

RODRÍGUEZ, Blanco; ANDRÉS, Juan. La historiografía de la guerra civil española. **Hispano Nova**, v. 7, 2007.

SÁNCHEZ SOLER, Mariano. **Los ricos de Franco. Grandes magnatas de ladictadura, altos financeiros de la democracia**. Barcelona: Roca Editorial de Libros, 2021.

SEOPAN. **Seopan. Circular Informativa sobre la Construcción. 1975**. [S. l.: s. n.], abr. 1975.

SMART, Sebastián; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna (org.). **Complicidad Económica con la Dictadura Chilena: un país desigual a la fuerza**. Santiago: LOM, 2019.

TAMAMES GOMEZ, Ramon. **Estructura econômica de España**. 1. ed. Madrid: Madrid: Biblioteca Universitaria de Economía. Guadiana de publicaciones, 1969.

UGARTE, Javier. LA GUERRA CIVIL EN EL PAIS VASCO: LA SUBLEVACION EN ALAVA. **Diario Deia**, p. 20, 1992.

VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. Cuentas pendientes los cómplices económicos de la dictadura. Siglo XXI Editores. Buenos Aires, 2013.

VILAR, Pierre; GÁZQUEZ, José Martínez. **La guerra civil española**. Barcelona: Crítica, 1986.

VILLANUEVA, Eugenio Torres. Las grandes empresas constructoras españolas. Crecimiento e internacionalización en la segunda mitad del Siglo XX. **ICE, Revista de Economía**, n. 849, 31 ago. 2009. Disponível em: <https://revistasice.com/index.php/ICE/article/view/1259>. Acesso em: 3 set. 2023.

VILLANUEVA, Eugenio Torres. Los empresarios: entre la revolución y la colaboración. In: MARTÍN ACEÑA, Pablo; MARTÍNEZ RUIZ, Elena. **La economía de la guerra civil**. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006.

WAKE, Jehanne. **Kleinwort, Benson: The History of Two Families in Banking**. Oxford University Press, 1997.

Recebido em 04/04/2024

Aprovado para publicação em 28/03/2025

CREPÚSCULO DOS DITADORES? REPRESENTAÇÕES SOBRE STROESSNER E SEU GOVERNO N'O GLOBO

Autoritarismo, progresso e anticomunismo (1956-1961)

TWILIGHT OF THE DICTATORS? REPRESENTATIONS OF STROESSNER AND HIS GOVERNMENT IN O GLOBO

Authoritarianism, progress and anticommunism (1956-1961)

PAULO RENATO DA SILVA¹

WALDSON DE ALMEIDA DIAS JÚNIOR²

RESUMO

Baseado em autores como Roger Chartier e Norberto Bobbio, o objetivo do artigo é analisar as representações sobre Stroessner e seu governo n'O *Globo* durante o governo de Juscelino Kubitschek no Brasil (1956-1961). O jornal, representante de grupos liberais brasileiros, abriu espaço para a aproximação entre Brasil e Paraguai em nome do desenvolvimento e combate ao comunismo. Contudo, também noticiou o autoritarismo da ditadura paraguaia. O artigo demonstra que havia um foco de tensão com Stroessner n'O *Globo* – e outros meios, agências e entidades de imprensa –, apesar do anticomunismo em comum. Analisamos as representações divergentes sobre Stroessner e seu governo n'O *Globo* a partir das relações – instáveis – entre liberalismo e democracia.

Palavras-chave: Brasil. Paraguai. Stroessner. Imprensa.

ABSTRACT

Based on authors such as Roger Chartier and Norberto Bobbio, this article aims to analyze the representations of Stroessner and his government in *O Globo* during the Juscelino Kubitschek's presidency in Brazil (1956-1961). The newspaper, representing Brazilian liberal groups, supported the rapprochement between Brazil and Paraguay in the name of development and the fight against communism. However, it also reported on the authoritarianism of the Paraguayan dictatorship. The article demonstrates that there was a tension with Stroessner in *O Globo* – and other liberal media outlets, agencies and press organizations – despite their shared anti-communism. We analyze the divergent representations of Stroessner and his government in *O Globo* based on the – unstable – relationship between liberalism and democracy.

¹ Doutor em História (2009) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) desde 2010. E-mail: paulo.silva@unila.edu.br

² Mestre em Estudos Latino-Americanos (2018) pela UNILA e professor da Secretaria de Estado da Educação do Paraná desde 2015. E-mail: waldsonjr_net@hotmail.com

Keywords: Brazil. Paraguay. Stroessner. Press.

INTRODUÇÃO

A ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989) no Paraguai foi marcada pelo aprofundamento das relações com o Brasil, ainda que acordos e ações entre os dois países existissem pelo menos desde a década de 1930 em áreas como educação, cultura, defesa e transportes, dentre outras. (DORATIOTO, 2012).

No Brasil, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) – daqui em diante JK – foi decisivo para o aprofundamento das relações entre os dois países. A Ponte da Amizade, um dos principais símbolos das relações Paraguai-Brasil, começou a ser construída nesse período.³

Apesar do poderio e dos interesses brasileiros sobre o Paraguai, Stroessner e seu governo despertaram questionamentos entre setores da sociedade brasileira. O objetivo do artigo é analisar representações sobre Stroessner e seu governo no jornal *O Globo* durante o governo JK. *O Globo*, representante de grupos liberais brasileiros, era favorável à aproximação entre os dois países e a obras como a Ponte da Amizade. Porém, no plano político, veiculou naqueles anos representações divergentes sobre Stroessner e seu governo, ora como “democráticos”, ora como autoritários. Ainda que as críticas ao autoritarismo não tenham sido marcadas necessariamente por questionamentos à aproximação entre os dois países, indicam que havia um foco de tensão com Stroessner na imprensa brasileira – e de outros países. Alfredo da Mota Menezes lembra que “aqueles primeiros passos na relação entre o Brasil e o Paraguai aconteciam no momento máximo do experimento democrático em terras brasileiras” (MENEZES, 1987, p. 63), o que motivou críticas à política exterior brasileira.

As representações divergentes sobre Stroessner e seu governo n’*O Globo* indicam o que aponta Roger Chartier. Segundo o autor, as “lutas de representações” permitem “compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, *ou tenta impor*, a sua concepção do mundo social, os valores que são

³ A Ponte da Amizade facilitou o trânsito e o comércio entre os dois países e ajudou a diminuir a dependência dos paraguaios em relação aos argentinos.

seus, e o seu domínio [grifo nosso].” (CHARTIER, 2002, p. 17). Por isso a necessidade de analisar os “discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Conforme destaca Norberto Bobbio (2013), a história das relações entre liberalismo e democracia é complexa e nem sempre convergente. Entre 1956 e 1961, as representações sobre Stroessner e seu governo como autoritários n’*O Globo* indicam que a democracia era um valor entre colaboradores do jornal – e das agências internacionais de notícias publicadas pel’*O Globo*. Essa valorização da democracia era marcada pela defesa da liberdade de expressão e sobretudo de imprensa como princípios democráticos fundamentais (BIROLI, 2004, p. 228).

Contudo, o jornal por vezes tratou de forma separada a autoritária política interna paraguaia e os interesses econômicos envolvidos na aproximação entre os dois países. O apoio à aproximação endossava o discurso dos governos brasileiro e paraguaio sobre não-intervenção nos assuntos internos dos países. Além disso, o discurso anticomunista de Stroessner era compartilhado com liberais brasileiros. Esses elementos explicam a presença no jornal de representações de Stroessner e seu governo como comprometidos como a “democratização” e o “progresso” do Paraguai entre 1956 e 1961, a despeito das representações em contrário. O fortalecimento do anticomunismo na América Latina faria com que a “ordem” se impusesse sobre a democracia no discurso liberal. Segundo essa perspectiva, caberia conter o avanço do comunismo para defender a “liberdade” política e econômica. Apesar de ter feito oposição à JK, *O Globo* deu espaço à Operação Pan-Americana (OPA) proposta pelo presidente brasileiro.⁴ A OPA visava promover o “desenvolvimento” latino-americano para conter o comunismo. Não casualmente, nas páginas do jornal, encontramos o respaldo de Stroessner e seu governo à OPA.

⁴ Um dos primeiros motivos da oposição d’*O Globo* a JK foi a aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do então vice-presidente João Goulart, um dos principais herdeiros políticos do presidente Getúlio Vargas, visto como autoritário e demagógico por setores liberais. O jornal também defendia o alinhamento com o FMI, com o qual o presidente chegou a romper relações. Além disso, se por um lado *O Globo* deu vazão ao entusiasmo gerado pela construção de Brasília, por outro responsabilizou o empreendimento pelo crescimento da inflação. Finalmente, o jornal criticou a criação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), no qual enxergava um foco comunista. (LEAL; MONTALVÃO).

Metodologicamente, analisamos *O Globo* como fonte e objeto.⁵ Além de levantar as representações sobre Stroessner e seu governo no jornal, o objetivo do artigo é analisá-las, comparando as diferenças e relacionando-as ao projeto editorial d'*O Globo*. Tânia Regina de Luca considera que uma das contribuições da imprensa para a História é que “(...) registra cada lance dos embates na arena do poder.” (LUCA, 2008, p. 128). Esses lances são fundamentais nas disputas de memória.

JK teve papel importante na democratização do Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e na luta contra a ditadura instaurada em 1964. Entretanto, suas relações com Stroessner destoam de memórias construídas sobre o presidente brasileiro. No site do Memorial JK, por exemplo, o presidente é definido como “(...) um homem fiel (...) *principalmente a seus princípios: verdade, justiça e democracia* [grifo nosso].” (MEMORIAL JK). Após 1964, JK foi perseguido no Brasil por uma ditadura similar àquela que seu governo ajudou a consolidar no Paraguai.

No caso d'*O Globo*, as reportagens críticas a Stroessner indicam que era de conhecimento do jornal e da imprensa liberal brasileira o que representava uma ditadura militar na América Latina em termos de liberdade de expressão – ou melhor, da falta dela –, inclusive antes da tão alegada “ameaça comunista” vinculada à Revolução Cubana iniciada em 1959.⁶ Apesar disso, *O Globo* e outros títulos identificados como liberais apoiaram o golpe de 1964 no Brasil.

⁵ Foi consultado o acervo digital do periódico, disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. A palavra-chave que norteou a busca foi Stroessner no campo “Expressão ou frase exata”. Em cada ano foram encontrados o seguinte quantitativo de páginas com referência(s) ao nome do ditador: 1956 (26), 1957 (38), 1958 (50), 1959 (44), 1960 (25), 1961 (5, até a posse de Jânio Quadros na presidência do Brasil em 31 de janeiro daquele ano). O quantitativo de referências ao governante paraguaio e sua presidência foi crescente de 1956 a 1958 e, apesar da queda, se manteve representativo em 1959. Esse quantitativo indica o governo de JK como um dos principais períodos da relação entre os dois países. No decorrer do artigo, os textos provenientes de agências internacionais sem autoria indicada são referenciados conjuntamente com *O Globo*. Por vezes *O Globo* agrupava em uma mesma matérias textos de diferentes agências. As agências citadas são as norte-americanas United Press International (UP/UPI) e Associated Press (AP) e a francesa France Press (FP). Além disso, nas citações d'*O Globo*, incluímos nas referências a seção em que foram publicadas, pois cada seção tinha uma paginação própria. Contudo, há casos em que o número de uma página se repete dentro de uma mesma seção.

⁶ Apesar de a Revolução Cubana ter sido o principal exemplo de uma suposta ameaça comunista sobre a América Latina, Jacobo Árbenz Guzmán, na Guatemala, foi derrubado em 27 de junho de 1954, com o apoio dos Estados Unidos, sob a mesma alegação de promover o comunismo no país. Stroessner assumiu no Paraguai pouco mais de duas semanas após a queda de Árbenz Guzmán na Guatemala.

Alfredo da Mota Menezes destaca críticas de opositores paraguaios à proximidade de JK com Stroessner. O autor comenta que Stroessner se defendia criticando a Argentina, cujas autoridades seriam tolerantes com os exilados paraguaios que viviam no país. As representações sobre Stroessner e seu governo n’*O Globo* permitem aprofundar esses pontos levantados por Menezes e desenvolver outros exercícios de história transnacional.

Francisco Doratioto (2016), com base em documentos diplomáticos, considera que as relações entre JK e a ditadura Stroessner devem ser analisadas a partir do combate ao subdesenvolvimento, de disputas com a Argentina e de acordos e projetos que antecederiam os dois governos. Esses pontos ecoaram n’*O Globo*. Contudo, o jornal também ecoou as críticas de opositores destacadas por Menezes. Doratioto menciona a perspectiva continental do combate ao subdesenvolvimento apresentada por JK; entretanto, a crítica à ditadura Stroessner também foi tratada sob essa perspectiva n’*O Globo*.

As denúncias contra Stroessner na imprensa brasileira – e de outros países – obrigaram o governante paraguaio, aliados e membros do seu governo a cortejar jornalistas e órgãos de imprensa com o objetivo de colocar em xeque as críticas – o que nem sempre deu resultado. A – controversa – Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) teve papel de destaque nas críticas a Stroessner na imprensa internacional. A queda de ditaduras e governos autoritários em diferentes países da América Latina e o envolvimento de lideranças e setores da Igreja Católica na oposição a esses governantes, inclusive no Paraguai, alimentavam a expectativa de que a queda de Stroessner seria iminente, o que reverberou na imprensa.

Para José D’Assunção Barros, a história transnacional “não se liga a uma aversão ao nacional”, mas indica suas limitações como categoria predominante de análise. (BARROS, 2019, p. 7). Consideramos que a ênfase em uma fonte brasileira como *O Globo* não inviabiliza o exercício transnacional. Referindo-se a Micol Seigel, Barros considera que “a nação pode ser perfeitamente estudada em uma perspectiva transnacional, e estudos transnacionais podem se apresentar no interior de fronteiras nacionais [grifo nosso].” (BARROS, 2019, p. 7).

Além de ser representativo do liberalismo brasileiro, *O Globo* tinha expressivo alcance no período. Publicado na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, *O Globo* foi fundado em 1925 e, na década de 1950, se consolidava dentre os principais jornais do país. Segundo Rafael Ganster, além da importância quanto ao número de exemplares vendidos – cerca de 100 mil exemplares diários –, nos anos 1950 *O Globo* se destacava por inovações técnicas e editoriais, o que lhe tornava uma das principais referências do jornalismo brasileiro. (GANSTER, 2017, p. 45).

Além disso, o jornal já publicava um número expressivo de agências internacionais de notícias sediadas nos Estados Unidos e Europa. Ricardo Mendes e Jacqueline Ventapane (2019) relacionam as agências e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) ao imperialismo. Segundo os autores, as agências ajudavam na defesa dos interesses e na promoção de uma boa imagem dos países em que estavam sediadas; a SIP, por sua vez, seria uma representante dos interesses dos Estados Unidos, pois a maioria dos veículos de imprensa que compunha a entidade era norte-americana. Contudo, a despeito das inegáveis convergências políticas em torno do liberalismo, anticomunismo e liderança norte-americana, a análise das representações sobre Stroessner e seu governo durante o mandato de JK indica que existiram variações entre *O Globo*, as agências e a SIP. No caso d'*O Globo* destacamos, ainda, que houve diferenças entre jornalistas, matérias e notas publicadas pelo jornal. Entre 1956 e 1961, Stroessner era, por um lado, um “típico ditador latino-americano”; por outro, apresentava-se gradualmente como um aliado na luta contra o comunismo. Além disso, é preciso considerar que, para além dos interesses estritamente norte-americanos, *O Globo* defendeu os interesses econômicos e políticos do Estado brasileiro e de setores liberais do país ao apoiar as relações com o Paraguai e obras como a Ponte da Amizade.

2. QUESTIONAMENTOS A STROESSNER DENTRO E FORA DO PARAGUAI

Quando JK assumiu a presidência do Brasil em 31 de janeiro de 1956, Stroessner estava no poder no Paraguai há 1 ano e 5 meses. Em maio de 1954, Stroessner derrubou o presidente Federico Chaves, seu correligionário da Asociación Nacional Republicana (ANR) – mais conhecida como Partido

Colorado. O governo foi assumido por Tomás Romero Pereira, presidente do partido, e Stroessner disputou eleições como candidato único – o que não era incomum no país.

Além de questionamentos ao processo eleitoral, o começo da ditadura de Stroessner foi marcado pelo breve exílio do presidente argentino Juan Domingo Perón no país. Perón foi derrubado por um golpe de Estado em setembro de 1955 e se exilou no Paraguai entre 2 de outubro e 2 de novembro do mesmo ano. O exílio repercutiu internacionalmente para além dos dois países, pois havia fortes críticas a Perón entre setores liberais, para os quais o governante argentino era um ditador. (SANTOS, 2021). Stroessner, ao receber Perón, atraiu as atenções e críticas desses setores, assim como da imprensa liberal. A partida de Perón não foi suficiente para conter as críticas a Stroessner e seu governo. JK assumiu a presidência do Brasil menos de 3 meses depois de Perón ter deixado o Paraguai.

Em 21 de junho de 1956, *O Globo* noticiou a chegada de Hipólito Sánchez Quell para a embaixada do Paraguai no Brasil. O novo embaixador citou o intercâmbio de professores e estudantes, a colaboração do Brasil na construção do prédio da Faculdade de Filosofia em Asunción e o desejo de que os diplomas de nível superior dos dois países fossem válidos em ambos os lados da fronteira. Sánchez Quell também destacou que os trabalhadores paraguaios teriam direitos como jornada de oito horas e salário mínimo. (O GLOBO, 21 jun. 1956, 1ª seção, p. 9). Assim, questões da relação bilateral são intercaladas com outras referentes à política interna do Paraguai. Não se trata de uma novidade no âmbito das relações exteriores. Contudo, diante dos questionamentos a Stroessner, é interessante destacar que Sánchez Quell representa os paraguaios como uma população dotada de direitos.

Em julho, presidentes das Américas se encontraram no Congresso do Panamá, 130 anos depois do histórico primeiro encontro entre os países da região.⁷ *O Globo* reconhece que havia “presidentes constitucionais e ditadores” no encontro, mas todos teriam “ideais americanos”, o “desejo de que haja liberdade e pão para todos os povos do Hemisfério” (O GLOBO, 20 jul. 1956b,

⁷ O primeiro Congresso do Panamá ocorreu em 1826 sob a convocação de Simón Bolívar. O objetivo era aproximar e fortalecer países latino-americanos recém independentes.

1ª seção, p. 9). O jornal justifica essas ditaduras como “caminhos negativos” que a “marcha para a liberdade” poderia tomar em alguns países, mas todas saberiam de sua efemeridade. (O GLOBO, 20 jul. 1956b, 1ª seção, p. 9). O jornal explicita que o objetivo do Congresso era “trabalhar pela unidade do Hemisfério, contra o comunismo” (O GLOBO; AP, 20 jul. 1956a, 1ª seção, p. 9). Assim, algumas ditaduras eram justificadas por seu caráter anticomunista. Por um lado, no Congresso, JK discursou que as tiranias não prosperariam no continente (SALES, 23 jul. 1956a, 1ª seção, p. 6); por outro, *O Globo* noticia que, em 21 de julho, o presidente brasileiro se encontrou com Stroessner no Panamá. (SALES, 23 jul. 1956b, 1ª seção, p. 6).

Em 12 de setembro, *O Globo* voltou a dar espaço a Sánchez Quell. O jornal noticiou que, na véspera, o embaixador paraguaio tinha homenageado a imprensa carioca. Segundo *O Globo*, o embaixador saudou as relações econômicas e culturais entre Paraguai e Brasil e se referiu à política interna de seu país. Garantiu que haveria “calma” e que estaria em curso um “ordenamento democrático”. (O GLOBO, 12 set. 1956, 1ª seção, p. 11).⁸

Apesar desse compromisso de Sánchez Quell, aliados do governo paraguaio chegaram a alegar questões culturais para explicar a política do país. Em 8 de outubro de 1956, em matéria sobre o encontro dos presidentes JK e Stroessner em Foz do Iguaçu, onde seria erguida a Ponte da Amizade, Alberto Homsí reproduziu palavras de Tomás Romero Pereira, presidente do Partido Colorado, sobre a situação interna do Paraguai. Segundo Tomás Romero Pereira, o país teria um governo nacionalista – e não fascista. “Sendo o povo paraguaio forte e impetuoso, o Governo que quiser dirigi-lo terá que ser um Governo forte.” (apud HOMSI, 8 out. 1956, 1ª seção, p. 6).⁹ O presidente da ANR ainda declarou que os partidos atuariam livremente no Paraguai, inclusive pela imprensa – menos os comunistas. Contudo, nenhum deles ainda poderia participar eleitoralmente por terem se envolvido no “golpe comunista de 1947”.¹⁰

⁸ Em 19 de novembro, *O Globo* publicou uma matéria sobre Sánchez Quell, destacando-o como um homem dedicado à literatura e em defesa da democracia. O embaixador declarou que “a arte e a cultura necessitam de um clima de liberdade para fecundar”. (apud O GLOBO, 19 nov. 1956, 1ª seção, p. 21).

⁹ Encontramos posição similar em 3 de fevereiro de 1960. O jornalista paraguaio Alberto Montoya Correa disse a *O Globo* que o Paraguai precisava de um “homem forte” como Stroessner “para corrigir tantos erros” e acabar com a “anarquia”. (O GLOBO, 3 fev. 1960, 1ª seção, p. 15).

¹⁰ Em 1947 houve uma guerra civil no Paraguai. Liberais, febreristas e comunistas enfrentaram

Não casualmente a crítica ao comunismo vem acompanhada de discurso americanista, a exemplo do que tinha marcado o encontro de presidentes no Panamá. O jornal destaca que o encontro em Foz do Iguaçu foi marcado por “exaltação pan-americanista”. (HOMSI, 8 out. 1956, 1ª seção, p. 6). Tomás Romero Pereira destaca que o Partido Colorado teria “amizade inquebrantável e solidariedade incondicional a todos os povos da América.” (apud HOMSI, 8 out. 1956, 1ª seção, p. 6).

Apesar da “liberdade” dos partidos alegada por Tomás Romero Pereira, menos de um mês depois, em 7 de novembro, *O Globo* noticiou, a partir da France Press, que Rafael Franco, ex-presidente e líder do Partido Febrerista, tinha sido preso ao tentar voltar ao Paraguai. Segundo a nota, Franco foi obrigado a retornar à Argentina.¹¹ “(...) sua viagem ao Paraguai obedecia ao objetivo de comprovar se eram certas as afirmações do Governo Stroessner, de que reinavam liberdade e democracia no país.” (O GLOBO; FP, 7 nov. 1956, 1ª seção, p. 8).

1957 ficou marcado por uma das visitas mais importantes de Stroessner ao Brasil. O ditador paraguaio foi convidado para as comemorações da Independência brasileira em setembro. Porém, nos meses prévios, crescia a pressão internacional sobre o governo paraguaio, o que não foi um impeditivo para a visita de Stroessner e o aprofundamento das relações bilaterais. Em 15 de abril de 1957, Jules Dubois noticiou n’*O Globo* que a Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) tinha expulsado dois jornais dominicanos, aliados do general Rafael Trujillo. Trujillo tinha governado a República Dominicana (1930-1938; 1942-1952) e seguia controlando a vida política do país.¹² No mesmo texto,

a ditadura de Higínio Morínigo (1940-1948), apoiada pelos colorados. A participação dos comunistas fez com que o governo e os colorados adotassem um discurso anticomunista para justificar a repressão.

¹¹ O general Rafael Franco se destacou durante a Guerra do Chaco (1932-1935) contra a Bolívia. Em fevereiro de 1936, assumiu a presidência do Paraguai após liderar um golpe contra Eusebio Ayala (1932-1936). Ficou na presidência até agosto de 1937.

¹² O jornalista Jules Dubois era norte-americano e foi um dos principais diretores da SIP durante as décadas de 1950 e 1960. Conforme apontam Ricardo A. S. Mendes e Jacqueline Ventapane (2019), a SIP era alinhada aos interesses norte-americanos, pois havia um predomínio de periódicos dos Estados Unidos na entidade. A entidade se apresentava como defensora da liberdade de imprensa e criticava o comunismo e as ditaduras. Se por um lado a SIP permitiu aos opositores de diferentes ditaduras que as suas denúncias tivessem uma repercussão internacional, por outro, dependendo dos interesses norte-americanos, “(...) jornais pertencentes a ditadores e países nitidamente submetidos a ditaduras eram situações muitas vezes toleradas.” (MENDES; VENTAPANE, 2019, p. 155). No caso de Stroessner, acreditamos que as suas

Dubois associa Stroessner a governantes como Trujillo, Perón, Rojas Pinilla, Perez Jimenez, Siles Suazo e Somoza, cujo autoritarismo com os opositores era denunciado pela SIP. (DUBOIS, 15 abr. 1957, 1ª seção, p. 16).

Em 13 de maio de 1957, *O Globo* noticiou, a partir de agências internacionais, a queda de Rojas Pinilla na Colômbia. O jornal mencionou que, para o *New York Times*, a América Latina viveria um “crepúsculo dos ditadores” e restariam quatro no poder: “General Batista em Cuba, General Trujillo, na República Dominicana, General Perez Jimenez, na Venezuela, e *General Stroessner, no Paraguai* [grifo nosso].” (O GLOBO; AP; FP, 13 mai. 1957, 1ª seção, p. 8).

Stroessner se manifestou sobre a situação política paraguaia durante sua estada no Brasil em setembro, apesar do tom celebratório que marcou a visita para as comemorações da Independência brasileira. Antes de iniciar uma entrevista coletiva, “fez o General Stroessner questão de cumprimentar e apertar a mão de um por um dos profissionais presentes.” (O GLOBO, 7 set. 1957, 1ª seção, p. 6). Raul Nogués, secretário do governante paraguaio, leu uma declaração “ao povo brasileiro, através da imprensa carioca.” Na declaração foi negada a existência de presos políticos. Além disso, no Paraguai haveria liberdades de imprensa e opinião, sempre que não enveredassem “pelos caminhos da revolução fraticida, fomentada por insatisfeita minoria” (O GLOBO, 7 set. 1957, 1ª seção, p. 6) – uma referência aos comunistas. Segundo o jornal, Stroessner prometeu o voto às mulheres e mostrou-se otimista quanto à exploração de petróleo no Chaco, no norte do país. A exemplo do que apontamos anteriormente com o embaixador paraguaio Sánchez Quell, observa-se o intuito de conquistar uma boa relação com a imprensa estrangeira e o de associar o governo Stroessner à conquista de direitos e ao desenvolvimento econômico.

Apesar disso, ainda em 1957, uma nota da Associated Press publicada

relações com Perón contribuíram para as críticas da entidade ao seu governo. Dubois teve enfrentamentos diretos com o presidente argentino, o qual era crítico do poderio norte-americano. Um exemplo das críticas seletivas que marcam a história da SIP é dado por Juan Alberto Bozza (2019, p. 5-6): no congresso realizado em 1951 no Uruguai, a entidade condenou os meios peronistas. Contudo, as ditaduras de Anastasio Somoza na Nicarágua e de González Videla no Chile foram tratados como governos que respeitariam a liberdade de expressão e publicações ligadas ao ditador dominicano Rafael Trujillo ainda constavam como membros da entidade.

pel'O *Globo* assim se referiu às eleições presidenciais e parlamentares marcadas para fevereiro do ano seguinte. "O *único* candidato à Presidência é o atual chefe de Estado, General Alfredo Stroessner, escolhido pelo Partido Colorado, o *único* legal no Paraguai [grifos nossos]." (O GLOBO; AP, 29 nov. 1957, 1ª seção, p. 10). Em 18 de dezembro, Jules Dubois abriu espaço para o apoio do clero católico norte-americano à liberdade de imprensa e voltou a elencar Stroessner dentre os ditadores que permaneciam no poder na América Latina. (DUBOIS, 18 dez. 1957, 1ª seção, p. 20).

A propósito, o papel político da Igreja Católica na América Latina é outro fator que indica o peso de questões internacionais nas representações sobre a ditadura Stroessner. O *Globo* e as agências internacionais publicadas pelo jornal passaram a destacar a atuação de Ramón Talavera, um jovem sacerdote paraguaio que se levantou contra o governo e foi exilado. Em 10 de março de 1958, a partir da Associated Press, O *Globo* noticiou a participação de Talavera em um comício em Buenos Aires de "exilados paraguaios e os seus amigos argentinos". (O GLOBO; AP, 10 mar. 1958, 1ª seção, p. 8). Em 9 de abril, a partir da United Press, O *Globo* destacou um editorial do *New York Times* exaltando a atuação de Talavera e relacionando-o mais amplamente ao papel desempenhado pela Igreja no questionamento a ditaduras "na Argentina, Colômbia, Venezuela e Cuba" nos últimos três anos. (O GLOBO; UP, 9 abr. 1958, 1ª seção, p. 8).¹³

Em 1958, além da atuação de Talavera, outros processos internacionais marcaram a análise sobre o caso paraguaio. Em 6 de fevereiro de 1958, O *Globo* noticiou que cartas publicadas na Venezuela – onde Pérez Jiménez tinha sido derrubado no final de janeiro – demonstravam a relação de Perón com Trujillo, mas também com Stroessner, indicando como ainda repercutia o breve exílio do ex-presidente argentino no Paraguai entre outubro e novembro de 1955. (O GLOBO; UP, 6 fev. 1958, 1ª seção, p. 8). Ainda sobre a Venezuela, em 24 de

¹³ O *Globo* continuou acompanhando a trajetória de Talavera. Em 12 de dezembro de 1959, o jornal, através da France Press, destacou a denúncia feita pelo Movimento 14 de Maio – um dos principais grupos armados que atuou contra Stroessner –, segundo o qual haveria um plano para assassinar Talavera. (O GLOBO; FP, 12 dez. 1959, 1ª seção, p. 14). Em 12 de fevereiro do ano seguinte, o jornal, a partir da Associated Press, noticiou que o religioso paraguaio tinha entrado em greve de fome para ter o direito de retornar ao Paraguai. (O GLOBO; UPI, 12 fev. 1960, 1ª seção, p. 8). Para mais informações sobre Ramón Talavera e sua atuação contra a ditadura Stroessner cf. Talavera (2016).

fevereiro, *O Globo* abriu espaço para editorial da revista *Life en Español*, para a qual a derrubada de Pérez Jiménez alimentava a esperança na queda de outros ditadores como Stroessner. (O GLOBO, 24 fev. 1958, 2ª seção, p. 14).

Em 6 de março de 1958, *O Globo* publicou uma matéria sobre a primeira “reeleição” de Stroessner sob o sugestivo título “O Povo Guarani Vai à Urna Mas Não Governa Sua Terra”, escrita pelo enviado Arnaud Pierre. Logo no início, a matéria destaca que o Legislativo nacional era totalmente controlado pelo Partido Colorado e que o Partido Liberal, de oposição, tinha sido impedido de participar das eleições. Pierre se refere explicitamente ao governo de Stroessner como uma ditadura. A “estabilidade” e “paz interna” dos últimos anos teriam sido conquistadas à “custa da repressão das forças políticas contrárias.” (PIERRE, 6 mar. 1958, 2ª seção, p. 9). Apesar de denunciar a situação dos liberais, o jornalista afirma que não agiriam diferente com os colorados caso estivessem no poder. Segundo a matéria, a “longa série de ditaduras no Paraguai tornou o povo daquele país politicamente apático”. (PIERRE, 6 mar. 1958, 2ª seção, p. 9).

Ao descrever a “vida na cidade” naqueles dias, Arnaud Pierre destaca que o policiamento era “sempre muito grande” e que o noticiário sobre a eleição era “comedido”, indicando o uso da repressão e da falta de liberdade de imprensa. Com exceção de *Pátria*, jornal oficial do Partido Colorado, os demais teriam publicado somente comunicados oficiais sobre as eleições. O jornalista denuncia, ainda, o uso eleitoral da política interna e da imprensa. Três dias antes das eleições teria sido descoberta uma conspiração e um comunicado oficial foi publicado nos jornais. Segundo Pierre, “me pareceu mais uma ‘preparação psicológica’ para as eleições. Isso porque, é fácil observar aqui, o que este povo pacífico e calmo do Paraguai mais detesta é revolução.” (PIERRE, 6 mar. 1958, 2ª seção, p. 9).

Arnaud Pierre também levanta dúvidas sobre o governo de Stroessner na área econômica e social. O jornalista destaca que o Paraguai seria “quase um feudo” de “dois grupos de famílias” que explorariam as riquezas locais associadas “a capitais argentinos” e que Stroessner desejaria romper esse “círculo vicioso” aproximando-se do Brasil. (PIERRE, 6 mar. 1958, 2ª seção, p. 9). “Por isso, Stroessner está-se tornando popular, coisa que no Paraguai é um tanto raro em Chefe de Estado, tão distantes têm andado povo e governo.”

(PIERRE, 6 mar. 1958, 2ª seção, p. 9). Pierre considera que essa mudança na política externa “deu um novo alento às aspirações de progresso deste povo”, mas que o “homem comum” nada teria a ganhar caso pendesse “a balança para um lado ou para outro [refere-se às relações do Paraguai com Argentina e/ou Brasil].” (PIERRE, 6 mar. 1958, 2ª seção, p. 9).

Apesar do autoritarismo apontado por Arnaud Pierre, no mês seguinte encontramos um exemplo da abertura d’*O Globo* para as versões do governo Stroessner. Trata-se da matéria “O Paraguai e a Argentina não pensaram em romper relações”, de Carlos Lima, publicada em 17 de abril de 1958 – a qual foi um dos destaques da primeira página. Apesar de destacar o “aparato de vigilância das ruas” do Paraguai, Lima ressalta que *O Globo* foi recebido por Stroessner em apenas 24 horas. “Pedido feito, perguntas entregues e um aperto de mão *cordial* no dia seguinte, *sem maiores complicações* [grifos nossos].” (LIMA, 17 abr. 1958, 1ª seção, p. 14). Sobre os embates com opositores na fronteira com a Argentina, Carlos Lima afirma que Stroessner não se negou “a responder quaisquer das perguntas feitas pelo jornalista”. (LIMA, 17 abr. 1958, 1ª seção, p. 14). Após uma pausa nas explicações, a matéria destaca que “*Serenamente*, o Presidente continuou a sua narrativa [grifo nosso]”. (LIMA, 17 abr. 1958, 1ª seção, p. 14). Quanto às patrulhas policiais em Asunción, “*Sem se perturbar*, o Presidente respondeu” [grifo nosso] que era “natural que o Governo tomasse precauções para garantir a ordem”. (LIMA, 17 abr. 1958, 1ª seção, p. 14). A respeito das tensões entre os governos paraguaio e argentino, a matéria afirma que Stroessner “explicou *com clareza*” [grifo nosso] que não houve intenção de rompimento entre os dois países. Segundo Stroessner, o responsável pelo desvio de armas do Exército argentino para os opositores paraguaios tinha se suicidado e o governo argentino teria garantido que os exilados paraguaios não preparariam movimentos armados em seu território.¹⁴

Em maio de 1958, Stroessner foi o primeiro governante estrangeiro a visitar as obras de Brasília, um exemplo do estreitamento das relações entre os

¹⁴ Carlos Lima se destacava como jornalista esportivo e locutor. Apenas quatro dias depois, em 21 de abril, publicou matéria sobre a preparação da seleção paraguaia para a Copa do Mundo daquele ano da Suécia. É interessante como Lima também frisa a acessibilidade dos jogadores paraguaios, a exemplo do que fez com Stroessner. “Não houve dificuldades para o repórter conseguir a biografia dos jogadores e do técnico da seleção paraguaia (...). (...) os jogadores responderam a todas as perguntas que foram feitas (...)” (LIMA, 21 abr. 1958, Esportes, p. 6-7).

dois países naqueles anos. Em 5 de maio de 1958, *O Globo* cobriu a entrevista coletiva dada por Stroessner naquela que seria a nova capital do Brasil. A entrevista contou com uma pequena manchete na primeira página do jornal. Apesar de a manchete na capa se referir a um clima de “paz” para as eleições municipais no país vizinho – reiterando as declarações de Stroessner –, José Asmar destaca na matéria que um jornalista teria advertido na entrevista coletiva que faria uma “pergunta chocante” sobre possíveis “rebeliões internas” no Paraguai. Stroessner teria “sorrido satisfeito” e agradecido a pergunta, negando a informação e relacionando os problemas a questões policiais, desvinculando-os da política nacional. Sem citar nomes, Stroessner afirma que o “protagonista” da “ocorrência policial” recente era “um mau começo de Lampião paraguaio.” (ASMAR, 5 mai. 1958, 1ª seção, p. 3).

Apesar da negativa, outra pergunta tocou as denúncias de existência de “campos de concentração” no Paraguai. Stroessner respondeu que apenas existiriam “campos de concentração...de trabalho”, o que “dignificaria” o povo paraguaio e colocaria o país em um lugar merecido frente às “nações do Continente”. (ASMAR, 5 mai. 1958, 1ª seção, p. 3).

As matérias de Carlos Lima e José Asmar são outros exemplos do intuito de Stroessner de conquistar a imprensa ou, pelo menos, fazer frente às denúncias dos opositores. Ao comparar um opositor paraguaio com Lampião, Stroessner mobiliza um “esquema intelectual incorporado” (CHARTIER, 2002)¹⁵, conhecido dos brasileiros, na tentativa de conquistar a imprensa brasileira e, em maior medida, os seus leitores.¹⁶

Apesar dos esforços de Stroessner para conquistar a imprensa e os leitores brasileiros, em 6 de maio de 1958 – dia seguinte à matéria de José Asmar –, Jules Dubois comparou Cuba e o Paraguai sob o título “O povo em armas”. Em ambos os países o povo teria pego em armas para estabelecer a democracia. Dubois refuta o ditador cubano Fulgencio Batista, o qual acusava

¹⁵ Segundo Chartier, os esquemas intelectuais incorporados “criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.” (2002, p. 17).

¹⁶ Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, desafiou autoridades políticas e forças policiais no Nordeste brasileiro nas décadas de 1920 e 1930. Para o Estado, Lampião e seu grupo eram considerados criminosos, promovendo saques e violência por onde passavam, o que era reproduzido por meios de imprensa. Por outro lado, setores populares passaram a associá-los a atos de justiça social.

os opositores de serem comunistas. Segundo Dubois, era uma “rebelião de um povo contra a tirania e o terror”, o qual “gostaria de ver o seu país governado pelo povo e para o povo e não por oficiais e políticos ambiciosos e corruptos.” (DUBOIS, 6 mai. 1958, 1ª seção, p. 16).

Apesar dos questionamentos à situação interna do Paraguai, em 26 de junho de 1958 encontramos um exemplo cabal de como o anticomunismo era um elemento em comum entre Stroessner e setores liberais brasileiros. Naquela data a manchete principal d’*O Globo* foi “Moscou já deu início à sua conquista da América do Sul”. O subtítulo da manchete dizia “*falso* nacionalismo, *caos* econômico, *agitação* política e *ódio* aos Estados Unidos, as bases do *sinistro* plano já em execução no Brasil e nos demais países da América Latina [grifos nossos].” (O GLOBO, 26 jun. 1958b, 1ª seção, p. 1). Ainda na primeira página, sob o título em letras garrafais “Interpretação Cabal dos Sentimentos de Todos os Povos Deste Continente”, *O Globo* destacava o apoio de Stroessner à OPA de JK. Segundo Stroessner, o presidente brasileiro destacava aos Estados Unidos “que uma minoria orientada para destruir a irmandade de nossos povos (...) frente à ameaça do comunismo internacional não representa o pensamento nem a vontade das nações” do continente. (apud O GLOBO, 26 jun. 1958a, 1ª seção, p. 2).¹⁷

O apoio à OPA não foi suficiente para estancar as críticas a Stroessner. Em 14 de julho de 1958, *O Globo* publicou a história do advogado brasileiro Salvador Pacheco. A matéria contou com aproximadamente um quarto de página e trouxe foto do advogado. Enquanto fazia turismo no Paraguai, Pacheco foi preso sob a acusação de contrabando de armas e “auxílio a um grupo de revolucionários guaranis.” (O GLOBO, 14 jul. 1958, 2ª seção, p. 17). O jornal destaca que Pacheco cruzou a fronteira com o Paraguai em Foz do Iguaçu “com seus documentos perfeitamente em ordem”. (O GLOBO, 14 jul. 1958, 2ª seção,

¹⁷ Em 11 de outubro do mesmo ano, véspera da “Descoberta da América” – como era celebrado o 12 de outubro –, *O Globo* voltou a dar espaço para o apoio de Stroessner à OPA em texto de José Guilherme Mendes. Mendes escreveu em um caderno especial sobre a OPA publicado em português e espanhol. Apesar de destacar o apoio de Stroessner à OPA, Mendes citou que o autoritarismo no Paraguai não atingia apenas aqueles “apontados como comunistas”. (MENDES, 11 out. 1958, Suplemento Especial Dedicado à Operação Pan-Americana, p. 39). De qualquer modo, vemos como panamericanismo e anticomunismo se entrelaçam mais uma vez, tendo sido o caderno especial sobre a OPA publicado na véspera da “descoberta” da América por Cristóvão Colombo.

p. 17). O *Globo* relata que o advogado foi preso em uma “cela de reduzidas dimensões, na qual já se achavam outros 101 detidos”. (O GLOBO, 14 jul. 1958, 2ª seção, p. 17). O jornal se refere ainda às “inenarráveis torturas” sofridas por Pacheco, qualificadas pelo advogado como “processos medievais”. (O GLOBO, 14 jul. 1958, 2ª seção, p. 17). As torturas são descritas em detalhes aos leitores, como os choques elétricos e o pau-de-arara.

A matéria destaca que ameaçaram levar Pacheco a um “campo de concentração” no Chaco, onde outros presos “desapareceram misteriosamente.” (O GLOBO, 14 jul. 1958, 2ª seção, p. 17). Conforme destacado acima, em maio Stroessner tinha negado a existência desses campos durante a visita às obras de Brasília. O advogado apenas foi solto graças à ação da Embaixada do Brasil no Paraguai. O jornal destaca que voltou ao Brasil “apenas com a roupa do corpo, toda ensanguentada, com mostras visíveis das sevícias por que passou na capital do país vizinho”, tendo deixado para trás dinheiro, pertences e documentos pessoais. (O GLOBO, 14 jul. 1958, 2ª seção, p. 17). Assim, para além das denúncias da oposição, os leitores d’O *Globo* contavam com um testemunho em primeira pessoa e de um brasileiro, sem vinculações políticas, sobre o autoritarismo existente no Paraguai.

Em 20 de agosto de 1958, José Guilherme Mendes foi enviado por O *Globo* para cobrir a segunda posse de Stroessner. A matéria, intitulada “Não tenho tempo para ser ditador – diz a ‘O Globo’ o presidente Stroessner”, contou com uma chamada na primeira página do jornal. A matéria retoma pontos já abordados pel’O *Globo* e se refere a Stroessner como “Candidato Único do Único Partido Legalmente Reconhecido”. Mendes indica como Stroessner tinha conhecimento das denúncias contra seu governo na imprensa internacional. “Gostam de apresentar-me como um ditador. Mas eu não sou ditador – assegura ele, sem que o repórter lhe falasse no assunto.” (MENDES, 20 ago. 1958, 2ª seção, p. 2). Ao ser questionado sobre as denúncias da Sociedade Interamericana de Imprensa, Stroessner respondeu que o Paraguai não tinha “maiores problemas internos ou externos” e que desejava “viver em paz e amizade” com todos os “vizinhos e irmãos, para o progresso de todos.” (MENDES, 20 ago. 1958, 2ª seção, p. 2). Mendes destaca que a vida estava “longe de ser amena para o paraguaio” e coloca em xeque as mudanças que o

porto franco de Paranaguá provocaria no país. “Fala-se no impulso que dará à economia do país a saída pelo porto paranaense de Paranaguá; porém, não se fala, com precisão, em saída de quê.” (MENDES, 20 ago. 1958, 2ª seção, p. 2).¹⁸ As promessas de abertura política são igualmente tratadas com ceticismo. Mendes relata que os liberais teriam tido a permissão de se reunirem, mas não poderiam tocar a polca do partido.¹⁹ Em conversa com um partidário de Stroessner, o jornalista reproduz um diálogo que se tornou profético:

Quando lhe perguntei se o Presidente tem direito de ser novamente reeleito, disse tranquilo:

- Claro!

- Quantas vezes?

- Indefinidamente – respondeu, pronto. (MENDES, 20 ago. 1958, 2ª seção, p. 2).²⁰

O ano de 1959 trouxe como uma de suas principais novidades a queda de Fulgêncio Batista em Cuba, o que aumentou as pressões sobre Stroessner. Em 16 de fevereiro, *O Globo* noticiou, a partir da Associated Press, que um “grupo de destacadas personalidades latino-americanas” – sem citar quais – tinha iniciado uma campanha para expulsar as ditaduras da República Dominicana, da Nicarágua e do Paraguai da Organização dos Estados Americanos (OEA), o que contava com o apoio do presidente venezuelano Rómulo Betancourt. (O GLOBO; AP, 16 fev. 1959, 1ª seção, p. 8).

Em 23 de março, Jules Dubois voltou a comparar os casos cubano – agora vitorioso – e o paraguaio, ainda que brevemente. Dubois associa Havana, capital de Cuba, à liberdade, para onde iam exilados de outros países antilhanos. “Fora do cenário cubano se encontram os exilados paraguaios esperançosos de poder alijar Stroessner do governo paraguaio, os quais operam em bases mais próximas, no Paraguai e na Argentina.” (DUBOIS, 23 mar. 1959, 2ª seção, p. 5).

Em 19 de outubro de 1959, *O Globo* publicou matéria de Brian Bell da Associated Press. Stroessner teria se referido à democracia como um “luxo” para

¹⁸ A concessão de Paranaguá como porto franco aos paraguaios foi importante para diminuir a dependência do Paraguai em relação aos portos argentinos. A Ponte da Amizade facilitou o acesso paraguaio a Paranaguá.

¹⁹ Polca é uma música tradicional do Paraguai.

²⁰ Stroessner se reelegeu em 1958, 1963, 1968, 1973, 1978 e 1983 recorrendo à fraude e perseguições diversas a opositores.

o qual o Paraguai não estaria preparado. No início da matéria, o governante paraguaio é chamado como “o último dos ditadores da América do Sul”. (BELL, 19 out. 1959, 1ª seção, p. 6). Sobre as denúncias de controle da imprensa e de espancamentos e torturas de opositores, Stroessner responde que o país precisaria, primeiro, construir estradas, alfabetizar e alimentar o povo antes de consolidar a democracia, o que em “breve” ocorreria graças à “estabilidade” de seu governo. “Antes de converter-me Presidente, o Paraguai tivera oito presidentes num só ano. Hoje o país está em estabilidade e franco progresso.” (apud BELL, 19 out. 1959, 1ª seção, p. 6). Questionado sobre a dissolução do Congresso meses antes, Bell ressalta que Stroessner foi “evasivo” ao prometer eleições “em breve”.

Na matéria aparecem os temas do (anti)comunismo e de Cuba. Stroessner destaca que não faria uso político do comunismo para receber a ajuda que recebia dos Estados Unidos. “Não batemos no peito alardeando anticomunismo para obtermos dólares dos Estados Unidos. Não permitimos aos comunistas agirem porque estamos convencidos de que eles estão dispostos a controlar o mundo.” (apud BELL, 19 out. 1959, 1ª seção, p. 6). Enquanto o Paraguai pediria ajuda aos Estados Unidos “cortesmente”, Fidel Castro – vitorioso em Cuba desde o início daquele ano – pediria “como se fosse um direito”. Por falar em Cuba, Stroessner foi questionado sobre as críticas de Fidel Castro ao seu governo: “deveria lavar a boca (...) ao chamar-me de ditador depois do que tem feito em Cuba, matando centenas de pessoas em julgamentos que foram uma verdadeira farsa.” (BELL, 19 out. 1959, 1ª seção, p. 6).

A matéria é outro exemplo de como Stroessner tinha conhecimento das denúncias de autoritarismo e corrupção que pesavam contra seu governo, o que obrigava o ditador a desmentidos: “Pareço um ditador? (...) quando vou trabalhar, apenas um soldado me conduz em automóvel, sem qualquer escolta. Fui eleito Presidente e estou pelo Paraguai, *sem encher os bolsos de dinheiro* [grifo nosso].” (apud BELL, 19 out. 1959, 1ª seção, p. 6).²¹

O ano de 1959 terminou com a notícia de novas ações de opositores

²¹ Em 16 de novembro de 1959, *O Globo* publicou a posição da embaixada do Paraguai no Brasil, a qual negou o teor da reportagem alegando que eleições legislativas estavam convocadas para fevereiro do ano seguinte. (O GLOBO, 16 nov. 1959, 1ª seção, p. 2).

contra a ditadura Stroessner. Algumas dessas ações teriam sido organizadas por exilados na Argentina. Assim como em outras ocasiões, os episódios foram marcados por “batalhas de comunicados” entre a ditadura e os opositores e por acusações do governo Stroessner a autoridades argentinas que permitiriam a organização dos exilados em seu território – o que era desmentido pela Argentina. Chama a atenção, também, a escalada da repressão naquele ano. Em 14 de janeiro, a partir da Associated Press, *O Globo* noticiou que, após a queda de Batista em Cuba, “centenas de elementos oposicionistas foram presos” no Paraguai. (O GLOBO; AP, 14 jan. 1959, 1ª seção, p. 8). Em 16 de dezembro, também a partir da Associated Press, o jornal noticiou que 25 opositores teriam sido fuzilados no Chaco na canhoneira Humaitá e outros 12 teriam sido mortos a golpes de facão em uma estação a 275 quilômetros de Asunción (O GLOBO; AP, 16 dez. 1959, 1ª seção, p. 8).²² Tanto a matéria de 14 de janeiro como a de 16 de dezembro contaram com manchetes no topo da primeira página das respectivas edições d’*O Globo*.

Os questionamentos externos e da oposição paraguaia a Stroessner não contiveram as relações entre Brasil e Paraguai. Em 21 de dezembro de 1959, *O Globo* noticiou que o chanceler brasileiro Horácio Lafer visitaria Asunción no dia 27 – a viagem se realizou apenas no ano seguinte. (O GLOBO, 21 dez. 1959, 1ª seção, p. 2). Além disso, no dia 29, em uma nota na capa, o jornal noticiou que JK, através do embaixador do Brasil no Paraguai, tinha convidado Stroessner para a inauguração de Brasília no ano seguinte. (O GLOBO; FP, 29 dez. 1959, 1ª seção, p. 1).

Já o presidente da Venezuela Rómulo Betancourt, em atrito crescente com Trujillo na República Dominicana, mostrava que Stroessner também estava na mira do governo venezuelano. Em 14 de janeiro de 1960, *O Globo* noticiou, a partir da Associated Press, que o presidente venezuelano tinha chamado seu embaixador em Asunción e se recusado a receber as credenciais do embaixador paraguaio, “que após esperar um mês por uma audiência presidencial regressou a Assunção.” (O GLOBO; AP, 14 jan. 1960, 1ª seção, p. 8).

Em relação a Cuba observa-se uma mudança na posição de Jules Dubois

²² O fuzilamento na Humaitá foi desmentido pela embaixada paraguaia no Brasil. (O GLOBO, 24 dez. 1959, 1ª seção, p. 10).

n'O *Globo*. Dubois, que antes associava a luta dos opositores de Fulgêncio Batista aos de Stroessner, passou a lamentar os rumos dos revolucionários cubanos. Em 13 de janeiro de 1960, Dubois considera que a perspectiva para o Paraguai era “sombria”, mas que continuariam a ocorrer novas ações de opositores “até que ele [Stroessner] dê ao povo do seu país a liberdade reclamada.” (DUBOIS, 13 jan. 1960, 1ª seção, p. 15). Contudo, em Cuba, estaria em curso uma “lavagem cerebral”. Segundo Dubois, Fidel Castro seria “um dos homens mais intolerantes que já governou um povo ao qual prometeu tolerância, liberdade e justiça.” (DUBOIS, 13 jan. 1960, 1ª seção, p. 15). Stroessner aproveita esse momento de inflexão sobre Cuba – do qual o texto de Dubois é apenas um exemplo – e passa a relacionar as ações contra seu governo à Cuba e à União Soviética, redirecionando gradualmente os ataques que costumava fazer às autoridades argentinas quanto à organização dos exilados paraguaios no país vizinho. Em 6 de fevereiro de 1960, *O Globo* noticiou, através da United Press, que o Paraguai denunciaria Cuba e a URSS à OEA como responsáveis pela “fracassada invasão armada ao país, em dezembro passado para depor o Presidente Alfredo Stroessner (...).” (O GLOBO; UPI, 6 fev. 1960, 1ª seção, p. 12).

Em março o chanceler brasileiro Horácio Lafer foi ao Paraguai para assinar acordos bilaterais e inaugurar uma agência do Banco do Brasil na capital paraguaia. O governo brasileiro respaldou, ainda, que o governo paraguaio cumpriria um compromisso estabelecido entre os dois países sobre o retorno da democracia ao país. (O GLOBO, 7 mar. 1960, 1ª seção, p. 3). No mesmo dia, Alberto Homsí publicou reportagem entusiasta sobre a construção da Ponte da Amizade intitulada “Determinação e heroísmo na construção da ponte entre Brasil e Paraguai.” (HOMSI, 7 mar. 1960, 1ª seção, p. 21).

A visita de Lafer foi criticada por exilados paraguaios. Em manifesto, ressaltaram a existência de exilados, o permanente estado de sítio, a falta de liberdade de expressão e as farsas eleitorais, problemas “(...) denunciados ante a consciência civilizada e democrática do Continente.” (apud O GLOBO, 22 mar. 1960, 1ª seção, p. 5). Manifestaram incompreensão com Lafer, o qual teria definido o governo de Stroessner “como de paz e progresso”. Além disso, o chanceler brasileiro teria dito que o Paraguai estaria “seguindo os princípios da

Declaração de Santiago sobre os direitos do homem.” (O GLOBO, 22 mar. 1960, 1ª seção, p. 5).²³ O manifesto dos exilados paraguaios, ao apelar à “consciência civilizada e democrática do Continente”, indica a perspectiva transnacional que marcava a luta contra a ditadura.

No final de 1960 foi concluído o arco metálico que uniu as duas extremidades da Ponte da Amizade. Tratava-se de um símbolo importante da aproximação entre os dois países. Em 17 de dezembro, *O Globo* publicou uma matéria entusiasta sobre o tema, saudando o feito como uma vitória da engenharia brasileira. (O GLOBO, 17 dez. 1960, 1ª seção, p. 13).

Dias antes, em 7 de dezembro, *O Globo* noticiou uma resposta de Stroessner à Sociedade Interamericana de Imprensa, garantindo que haveria liberdade de imprensa no Paraguai. (O GLOBO, 7 dez. 1960, 1ª seção, p. 19). A resposta foi enviada ao jornal pela Subsecretaria de Informaciones y Cultura do Paraguai, o que indica uma preocupação com a opinião pública brasileira em um momento no qual se concretizava um dos principais símbolos da aproximação entre os dois países, a Ponte da Amizade.

Em 1961, JK completou seu mandato em 31 de janeiro. Esse curto período foi marcado pela inauguração simbólica da Ponte da Amizade. No dia 27, *O Globo* noticiou a inauguração da Ponte naquele dia, a qual contaria com a presença de JK e Stroessner. O empreendimento voltou a ser destacado como uma proeza da engenharia brasileira, “possuindo o maior arco de concreto armado do mundo” e tendo sido “iniciada e terminada no prazo previsto” (O GLOBO, 27 jan. 1961, 1ª seção, p. 4) – ainda que a inauguração definitiva fosse ocorrer apenas em 1965. A Ponte aumentaria “grandemente o intercâmbio entre ambos os países, além de consolidar os objetivos da OPA.” (O GLOBO, 27 jan. 1961, 1ª seção, p. 4). No dia seguinte, a inauguração foi uma das manchetes da capa d’*O Globo*. A manchete reproduzia o apelo pan-americanista que marcava o discurso anticomunista da OPA: “O destino da América Latina depende cada vez mais da união de todos os seus países”. (O GLOBO, 28 jan. 1961, 1ª seção, p. 1).

Esse final do governo de JK não foi isento de questionamentos. Em 21 de

²³ A Declaração de Santiago (1959) defendia que a harmonia entre os países americanos dependia do respeito aos direitos humanos.

janeiro de 1961, poucos dias antes da inauguração simbólica da Ponte, *O Globo* noticiou brevemente, em uma coluna dedicada ao Poder Legislativo, que o deputado Lício Hauer, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tinha protestado contra o novo encontro que ocorreria entre JK e Stroessner na Ponte, “salientando que isso seria interpretado como manifestação de apoio à ditadura de Stroessner”. (O GLOBO, 21 jan. 1961, 1ª seção, p. 9). O PTB fazia parte da coligação que elegeu JK em 1955; o vice-presidente João Goulart era do PTB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escritor paraguaio Augusto Roa Bastos (1917-2015) se referiu ao Paraguai como uma “ilha rodeada de terra” devido às suas particularidades como a ausência de saída para o mar e o bilinguismo espanhol/guarani. (ROA BASTOS, 1986, p. 29). A metáfora da ilha se tornou uma das mais conhecidas sobre o país e segue sendo apropriada de diferentes maneiras; uma delas para se referir ao autoritarismo da ditadura Stroessner e ao “isolamento” promovido por seu governo.

Apesar de a metáfora da ilha ser adequada para se referir aos *objetivos* de Stroessner, nem tudo esteve ao alcance da ditadura e o isolamento do Paraguai sob o stronismo deve ser analisado com cautela, destacando as devidas variações. As representações sobre Stroessner e seu governo n’*O Globo* entre 1956 e 1961 indicam a necessidade de apreensão de processos ditatoriais como o paraguaio em perspectiva transnacional. Indicam como exilados paraguaios usaram a imprensa internacional e outras entidades para denunciar os crimes cometidos pela ditadura. Indicam como a própria ditadura usou os veículos de imprensa para se defender das acusações, transformando os jornais em um palco importante de debates políticos. Esse palco foi atravessado e alimentado por outros processos transnacionais: a queda de governos ditatoriais na América Latina alentava os opositores paraguaios; a atuação do padre Ramón Talavera contra Stroessner era comparada com o papel desempenhado pela Igreja na queda de outros governos; por sua vez, o anticomunismo naqueles anos de Guerra Fria e os acordos e as obras com o Brasil serviram de anteparo para a ditadura Stroessner, a qual procurava se legitimar em nome do “progresso” e da “estabilidade” política.

O *Globo*, apesar do espaço às denúncias contra Stroessner, não criticava propriamente a aproximação entre Brasil e Paraguai, pois o anticomunismo era um ponto em comum entre Stroessner, JK e setores liberal-democráticos brasileiros. Além disso, a aproximação entre os dois países e obras como a Ponte da Amizade eram vistas como oportunidades políticas e comerciais para ambos os países, especialmente para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ASMAR, José. Em paz, o Paraguai planeja as suas eleições municipais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 mai. 1958, 1ª seção, p. 3.

BARROS, José D'Assunção. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. **Secuencia**, n. 103, en.-abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/secu/n103/2395-8464-secu-103-e1528.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2022.

BELL, Brian. Stroessner: “O Paraguai não está preparado para o luxo de uma democracia.” **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 out. 1959, 1ª seção, p. 6.

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/7hNhdYWmzRcMtydQ5kJNZsN/?lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2023.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 6ª ed.; 11ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BOZZA, Juan Alberto. Periodismo de trinchera: Jules Dubois y Eudocio Ravines, alfiles anticomunistas de la Sociedad Interamericana de Prensa. XIII Jornadas de Sociología; Facultad de Ciencias Sociales; Universidad de Buenos Aires: Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-023/307.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Difel, 2002.

DORATIOTO, Francisco. O democrata e o ditador: as relações entre o Brasil de Juscelino Kubitschek e o Paraguai de Alfredo Stroessner (1954-1961). In: IV Jornadas Internacionales de Historia del Paraguay, 2014. Montevideo: 2016.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**. Brasília: FUNAG, 2012.

DUBOIS, Jules. 1960 não será bom ano para as ditaduras do hemisfério. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jan. 1960, 1ª seção, p. 15.

DUBOIS, Jules. Crepúsculo dos ditadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1959, 2ª seção, p. 5.

DUBOIS, Jules. O clero católico dos Estados Unidos em defesa da liberdade de imprensa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 dez. 1957, 1ª seção, p. 20.

DUBOIS, Jules. O povo em armas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 mai. 1958, 1ª seção, p. 16.

DUBOIS, Jules. Um fato histórico para a liberdade de imprensa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1957, 1ª seção, p. 16.

GANSTER, Rafael. Industrialização e imprensa: o debate acerca da indústria automobilística durante o governo JK (1956-1961). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7380/2/DIS_RAFAEL_GANSTER_COMPLETO.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

HOMSI, Alberto. Atuam todos os povos da América como membros de uma só família. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 out. 1956, 1ª seção, p. 6.

HOMSI, Alberto. Determinação e heroísmo na construção da Ponte entre Brasil e Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1960, 1ª seção, p. 21.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. **O Globo**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 23 jan. 2024.

LIMA, Carlos. “O Paraguai e a Argentina não pensaram em romper relações”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 abr. 1958, 1ª seção, p. 14.

LIMA, Carlos. Os paraguaios que veremos em maio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 abr. 1958, Esportes, p. 6-7.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MEMORIAL JK. Princípios de JK: verdade, justiça e democracia. Disponível em: http://www.memorialjk.com.br/pt/?page_id=15. Acesso em: 29 jun. 2023.

MENDES, José Guilherme. Não tenho tempo para ser ditador – diz a “O Globo” o presidente Stroessner. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1958, 2ª seção, p. 2.

MENDES, José Guilherme. O problema fundamental do pan-americanismo é o escasso desenvolvimento de nossos países. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 out.

1958, Suplemento Especial dedicado à Operação Pan-Americana, p. 39.

MENDES, Ricardo A. S.; VENTAPANE, Jacqueline. Jules Dubois e a Revolução Cubana: imparcialidade da imprensa ou ação política. In: SALES, Jean; ARAÚJO, Rafael; MENDES, Ricardo; SILVA, Tiago (Org.). **Revolução Cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina**. Aracaju: IFS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/1106/1/Revolu%c3%a7%c3%a3o%20Cubana.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A Herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980**. Campinas: Papyrus, 1987.

O GLOBO. A literatura acidentada produziu um embaixador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 nov. 1956, 1ª seção, p. 21.

O GLOBO. A situação no Paraguai, segundo a sua embaixada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1959, 1ª seção, p. 10.

O GLOBO. Abertura de maiores caminhos entre o Brasil e o Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 set. 1956, 1ª seção, p. 11.

O GLOBO. “Agora já se respira melhor no continente”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 fev. 1958, 2ª seção, p. 14.

O GLOBO. Com a Missão Lafer Prestigiará o Brasil o Governo Stroessner. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 dez. 1959, 1ª seção, p. 2.

O GLOBO. Exilados paraguaios magoados com Lafer. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1960, 1ª seção, p. 5.

O GLOBO. Fechado o arco metálico da Ponte Brasil-Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 dez. 1960, 1ª seção, p. 13.

O GLOBO. Foi visitar o Paraguai e ficou preso quase um mês em Assunção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1958, 2ª seção, p. 17.

O GLOBO. Incentivo das relações culturais e comerciais entre Brasil e Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 1956, 1ª seção, p. 9.

O GLOBO. Interpretação cabal dos sentimentos de todos os povos deste continente. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 1958a, 1ª seção, p. 2.

O GLOBO. Moscou já deu início à sua conquista da América do Sul. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 1958b, 1ª seção, p. 1.

O GLOBO. “Nossos corações se enchem de reconhecimento e afeto quando pensamos no Brasil”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 set. 1957, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO. O Congresso do Panamá. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jul. 1956b, 1ª

seção, p. 9.

O GLOBO. O destino da América Latina depende cada vez mais da união de todos os seus países. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jan. 1961, 1ª seção, p. 1.

O GLOBO. O Legislativo em ação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jan. 1961, 1ª seção, p. 9.

O GLOBO. Refutadas acusações ao governo paraguaio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1959, 1ª seção, p. 2.

O GLOBO. Regressou a missão que foi ao Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1960, 1ª seção, p. 3.

O GLOBO. Será inaugurada hoje a ponte Brasil-Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1961, 1ª seção, p. 4.

O GLOBO. Stroessner acha o Paraguai pronto para a democracia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 fev. 1960, 1ª seção, p. 15.

O GLOBO. Stroessner garante que existe liberdade de imprensa no Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 dez. 1960, 1ª seção, p. 19.

O GLOBO; AP. Comício em Buenos Aires contra a ditadura de Alfredo Stroessner. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1958, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; AP. Condenação às três ditaduras sobreviventes no hemisfério. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1959, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; AP. Do Panamá, será o mundo advertido sobre a ameaça dos totalitários. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 jul. 1956a, 1ª seção, p. 9.

O GLOBO; AP. Eleições gerais no Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 nov. 1957, 1ª seção, p. 10.

O GLOBO; AP. No recesso das florestas prossegue a rebelião do Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1959, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; AP. O embaixador venezuelano em Assunção chamado a Caracas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1960, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; AP. Teria deflagrado um movimento revolucionário no Paraguai. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1959, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; AP; FP. Mais de cem vidas custou à Colômbia a queda do ditador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1957, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; FP. Continua fechada a fronteira entre o Paraguai e a Argentina. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 nov. 1956, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; FP. Convite de Kubitschek a Stroessner. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 dez. 1959, 1ª seção, p. 1.

O GLOBO; FP. Seria assassinado o padre R. Talavera. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1959. 1ª seção, p. 14.

O GLOBO; UP. O “New York Times” focaliza a “intranquilidade no Paraguai”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 abr. 1958, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; UP. Publicadas em Caracas missivas trocadas entre Perón e Trujillo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 fev. 1958, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; UPI. O padre Talavera faz a greve da fome. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1960, 1ª seção, p. 8.

O GLOBO; UPI. O Paraguai faria denúncia contra Cuba e a URSS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 fev. 1960, 1ª seção, p. 12.

PIERRE, Arnaud. O povo guarani vai à urna, mas não governa sua terra. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 mar. 1958, 2ª seção, p. 9.

ROA BASTOS, Augusto. Paraguay: una isla rodeada de tierra. **El Correo de la UNESCO**, 1986. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000069117_spa. Acesso em: 13 dez. 2023.

SALES, Mauro. Hora de defender e consolidar a imperecível obra de Bolívar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de jul. 1956a, 1ª seção, p. 6.

SALES, Mauro. O Brasil nada foi pedir na conferência do Panamá. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1956b, 1ª seção, p. 6.

SANTOS, Rodolpho Gauthier Cardoso dos. **A Construção da Ameaça Argentina**: a oposição a Perón na imprensa brasileira (1945-1955). São Paulo: Intermeios, 2021.

TALAVERA, Isel Judit. **Primaveras del Pensamiento Paraguayo**: ideários pacifistas e integracionistas en el sacerdote Ramón Talavera (1950-1960). Mestrado (Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/1699>. Acesso em: 7 ago. 2023.

Recebido em 09-04-2024

Aprovado para publicação em 08-11-2024

A HISTÓRIA DO SISTEMA PRISIONAL NO TERRITÓRIO DO AMAZONAS

Das ordenações portuguesas à Constituição Federal de 1988¹

LA CONSTRUCCIÓN DEL SISTEMA PENITENCIARIO EN EL TERRITORIO DE AMAZONAS

De las ordenaciones portuguesas a la Constitución Federal de 1988

MARIA NILVANE FERNANDES²

POLIANE LIRA CUNHA³

GERUSA MORAES DE SOUZA⁴

RESUMO

Este artigo apresenta a construção histórica do sistema prisional do estado do Amazonas, analisando as normativas que orientaram a sua organização em âmbito local, em articulação com o movimento nacional e internacional. O estudo evidencia uma ausência de interesse do capital em relação aos sujeitos que estão inseridos nessas instituições o que se traduz numa inércia política. Assim, concluímos que em relação ao sistema prisional do Amazonas, nunca existiu um plano político para a sua organização, por isso, as suas instituições sofreram um processo permanente de descontinuidade e pode ser dividida em cinco momentos cronológicos marcados: a) durante o período das ordenações portuguesas, ou seja, até 1822; b) a partir da vigência do Código Criminal de 1830; c) a partir do período pré-republicano marcado pelo fato de que se começou a pensar em construir um local para abrigar os presos, em 1882; d) o último momento analisado, a partir da década de 1980, quando inicia a reabertura democrática. O quinto momento é o atual, posterior à Constituição de 1988.

Palavras-Chave: História; Sistema Prisional; Amazonas.

¹ O artigo recebeu financiamento da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sob fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Professora Adjunta da área de Fundamentos da Educação do Curso de Pedagogia e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre e Doutora em Educação (UEM), Mestre em adolescente em conflito com a lei (UNIBAN/SP); Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). E-mail: nilvane@gmail.com

³ Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte - (UniNorte); Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas – PPGE/UFAM, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). E-mail: poliane.cunha@ufam.edu.br

⁴ Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas - PPGE/UFAM (2022). Professora na secretaria Municipal de Educação (SEMED), Manaus - AM. Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). E-mail: gerusamoraespi@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo presenta la construcción histórica del sistema penitenciario del estado de Amazonas, analizando las normativas que orientaron su organización a nivel local, en articulación con el movimiento nacional e internacional. El estudio evidencia una ausencia de interés del capital en relación a los sujetos que están insertos en estas instituciones, lo que se traduce en una inercia política. Así, concluimos que, en relación al sistema penitenciario de Amazonas, nunca existió un plan político para su organización, por lo que sus instituciones sufrieron un proceso permanente de discontinuidad y pueden dividirse en cinco momentos cronológicos marcados: a) durante el período de las ordenaciones portuguesas, es decir, hasta 1822; b) a partir de la vigencia del Código Criminal de 1830; c) a partir del período pre-republicano, marcado por el hecho de que se comenzó a pensar en construir un lugar para albergar a los presos, en 1882; d) el último momento analizado, a partir de la década de 1980, cuando inicia la reapertura democrática. El quinto momento es el actual, posterior a la Constitución de 1988.

Palavras claves: Historia; Sistema Penitenciario; Amazonas.

INTRODUÇÃO

O nome Amazonas vem da palavra amassunu, que quer dizer, na língua indígena, ruído de águas, água que retumba. O Tratado de Tordesilhas, assinado entre Espanha e Portugal em 1494, tornou a região amazônica pertencente territorialmente à Espanha. O nome Amazonas foi dado ao rio que banha o estado, pelo capitão espanhol Francisco Orelhana, em 1541. A Região que hoje é parte da floresta amazônica ficou relegada a um segundo plano nos primeiros 350 anos da história do Brasil e, até meados do século XVII, nem Portugal, nem Espanha mostravam qualquer interesse pela gigantesca floresta no coração da América do Sul.

Nos primeiros anos do século XVII, o que hoje denominamos estado do Amazonas, era o Estado do Maranhão e a única cidade existente era a de São Luís, que concentrava todo o poder do Estado. Manaus, atualmente, capital do Amazonas começou a se estruturar administrativamente, em 1695, quando foi criado o Distrito Barra do Rio Negro.

Em 1737, o Estado do Maranhão – criado em 1621 – virou Grão-Pará e Maranhão e a Sede transferiu-se de São Luís, para Belém do Pará. Desde o início do século XVII, o Amazonas, passou a ser alvo de incursões portuguesas e espanholas. As disputas pelo território só se encerraram com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, que deu a Portugal a posse definitiva da região e retirou da Espanha o domínio da imensa área do Amazonas. Para proteger a região, os portugueses trataram de construir fortalezas, formando, em 1755, a Capitania de São José do Rio Negro. Dessa forma, o território

amazônico faria parte do Estado do Pará.

Na ocasião, o Rei D. José I criou, por meio da Carta Régia de 3 de março de 1755, a Capitania de São José do Rio Negro, mas tornou a Vila de São José do Javari – antiga aldeia carmelita localizada, entre os rios Javari e Solimões – capital da nova Capitania. Dois anos mais tarde, essa capital foi transferida para a então aldeia de Mariuá, atual cidade de Barcelos. Nessa organização administrativa, aos poucos, o sistema prisional do Amazonas foi se estruturando e este artigo apresenta como esse sistema foi construído historicamente até chegar ao modelo atual. Metodologicamente, realizamos uma pesquisa histórica e analisamos como as normativas orientaram a sua organização no intuito de compreender o processo de organização, o aspecto estrutural e a oferta de um serviço que sofreu, a partir do século XVIII, a influência dos Estados Unidos da América (EUA) no modelo implementado.

Os dados presentes na história narram que a questão do cárcere desde sua existência não recebeu ou recebeu pouca atenção dos governantes da região. A análise evidencia uma falta de compromisso dos políticos com as questões relacionadas ao sistema, o que está atrelado à ausência de interesse do capital em relação aos sujeitos que estão inseridos nessas instituições. Essa ausência de interesse, os insere concretamente no exército industrial de reserva que não precisa ser aproveitado como força de trabalho em um contexto de grande população excedente de trabalhadores.

A situação de descaso com as prisões, além de abranger os estados do Brasil e a Província do Amazonas, abrangia também os municípios que por vezes recebiam presos sem que para isso lhes fosse dado alguma estrutura adequada que permitisse ao ambiente ter salubridade, condições de sobrevivência, dignidade da pessoa humana, sem falar na inserção em atividades de educação e trabalho.

Este artigo encontra-se assim organizado: nessa introdução apresentamos a história do território até meados do século XVIII. Na sequência apresentamos como as Ordenações Portuguesas determinavam as penas na colônia da América Portuguesa. Na sequência, discutimos o Código Criminal de 1830 e a influência do iluminismo sobre ele e, finalmente, a relação entre o Governo Republicado, o Código Penal de 1890 e o período de reabertura democrática marcando as alterações no sistema prisional do Amazonas.

1. AS ORDENAÇÕES E A SUA INFLUÊNCIA NA COLÔNIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

A construção histórica do sistema prisional brasileiro remete às Ordenações Reais Portuguesas. A primeira delas, denominada Ordenações Afonsinas vigorou entre 1446 e 1521; as Ordenações Manuelinas entre 1521 e 1559; e, finalmente as Ordenações Filipinas de 1603 a 1867, que vigoravam quando teve início a estruturação do nosso modelo prisional moderno (Cunha, 2020).

Da mesma maneira que as Ordenações anteriores, as Filipinas possuíam cinco livros: O livro I continha os Direitos Administrativos e a Organização Judiciária; O segundo cuidava do direito dos Eclesiásticos, Reis, fidalgos e Estrangeiros; o seguinte, tratava do Processo Civil; O penúltimo tratava do Direito Civil e Comercial e, por fim, o livro V continha 143 títulos e passou a tratar do Direito Penal e Processo Penal (Ordenações Filipinas, 1870).

O documento, seguia o espírito do seu tempo e, por isso, tornava as penas mais severas e variadas. Em face do período da inquisição e de mudança na ordem social, política e econômica, o livro continha medidas penais aplicadas às pessoas que cometessem atos como feitiçaria; junção amorosa entre parentes e afins; punia ainda infiéis, ou seja, aqueles que não tinham crença e não seguiam a lei de Cristo, além de estabelecer penas para presos e fugitivos da cadeia etc. Convém mencionar que nesse contexto, geralmente, a prisão era o local em que o preso permanecia para aguardar a pena, que na maioria das vezes seria recebida com dor e morte (Rusche; Kirchheimer, 1984).

As penas corporais apresentadas no documento eram assim mencionadas: morte simples ou natural quando ocorria sem tortura e a sentença era estabelecida com o enforcamento ou a degola; morte natural para sempre: enforcado o cadáver ficava exposto até que apodrecesse na forca; morte atroz: depois da morte havia outra pena como a queima do cadáver, confisco dos bens ou esquartejamento, e finalmente, a morte cruel que era a morte mediante tortura na qual o preso passava pelo estrangulamento, mas poderia ser queimado o réu vivo ou sofrer com o garrote como era próprio do suplício. Ademais, existia ao crime de lesa majestade que objetivava causar terror e provocar pavor, portanto, o castigo era exemplar, para evitar que crimes fossem cometidos contra o rei ou o estado. Além dessas penas mencionadas, havia o confisco dos bens; a pena de degredo de galés ou de desterro por alguns anos ou de forma perpétua; os açoites, a

pena pecuniária; a suspensão do ofício; e a prisão por três ou 12 anos (Ordenações Filipinas, 1870).

Como demonstra o texto original das Ordenações, na época, havia também, a morte civil que consistia na perda dos direitos da cidadania e penalizava com a pessoa com multas e mutilações, além de açoites e trabalho forçado. Segundo evidencia Rusche e Kirchheimer (1984) o estabelecimento das penas, em uma determinada época, possui íntima relação com os problemas que um determinado ciclo de produção precisa resolver e está diretamente relacionado à necessidade, ou não, de ocupação da força de trabalho. No contexto analisado, de vigência das Ordenações do Reino, a pena de morte perdeu força em virtude dos interesses dos colonizadores que precisavam povoar as novas terras.

Segundo Ferreira e Valois (2012), a situação das prisões, à época das Ordenações, era péssima e na fase colonial eram caracterizadas pela falta de segurança. As pessoas eram mantidas em casas improvisadas, cobertas de palha e sem as mínimas condições de higiene, mas convém mencionar que essa precariedade não era uma prerrogativa brasileira, pois em todo o mundo o cárcere tinha e, porque não dizer, ainda tem, um aspecto tenebroso.

Padre Antônio Vieira, que também esteve preso por ação da inquisição portuguesa, assim descreveu o cárcere:

Nestes cárceres estão de ordinário quatro e cinco homens, e às vezes mais, [...] e sendo tantos os que conservam aquela imundície, é incrível o que nele padecem estes miseráveis; e no verão, são tantos os bichos, que andam os cárceres cheios, os fedores tão excessivos, que é benefício de Deus sair dali homem vivo. [...] (Pe. Antonio Vieira, s/d, p. 1).

Na Europa, do século XVIII, a crescente insatisfação com as arbitrariedades das cortes tornou-se tema das reflexões em *Cartas Persas* (Montesquieu, 2009), publicada em 1721. Na obra, o filósofo elaborou uma crítica às instituições políticas e aos costumes da época, dentre eles, a pena de morte e o crime de lesa-majestade. Alguns anos depois, Cesare Beccaria, como primeiro representante do direito positivista defendeu, na obra *Dos Delitos e das penas*, (1764), “[...] a igualdade, perante a lei, dos criminosos que cometeram o mesmo delito ou, ainda, que houvesse uma dosagem entre o delito cometido e a pena recebida (dosimetria), uma influência inegável dos racionalistas franceses, dentre eles, Montesquieu” (Zanella, 2018, p. 59).

Beccaria (2000) foi o responsável por encontrar a resposta para os problemas políticos, dando uma definição mais precisa aos procedimentos penais. A burguesia buscava garantias legais para a sua própria segurança, o que a manteria tranquila quando triunfasse na busca pelo poder político, ou seja, tratava-se de duas questões distintas, unidas nos escritos dos reformadores por uma circunstância histórica: “[...] el sistema productivo durante el período de surgimiento de la burguesía como clase, que debió hacer frente a una escasez de fuerza de trabajo” (Rusche; Kirchheimer, 1984, p. 86).

Enquanto evoluía a Ciência Penal e nascia a Ciência Penitenciária, na Europa e nos Estados Unidos, “[...] Manaus continuava sendo o Lugar da Barra e nossa prisão ainda era o Forte de São José do Rio Negro” (Ferreira; Valois, 2012, p. 36). Na antiga colônia portuguesa, os escravos, os negros e os índios sacrificados em nome da conquista, jamais souberam que no outro lado do mundo as ideias iluministas refletiam as transformações de um novo ciclo de produção que por necessitar de força de trabalho não considerava mais conveniente a pena de morte.

Quando a colônia portuguesa na América se tornou independente em 1822, vigorava aqui as Ordenações Filipinas, por isso, tão logo se viu independente, o Império tratou de organizar uma nova legislação que orientasse o percurso da jurisdição criminal. Como já mencionamos, a necessidade de povoar o imenso território não era um fator que tornava a pena capital adequada, mas esse ritual nunca foi, também, popular na colônia. Como exemplo, podemos mencionar a execução de Frei Caneca, realizada por atiradores, depois de três carrascos destacados se recusarem a enforcá-lo⁵.

Segundo Carrijo (2013), a própria execução do frade já destoava da tradicional forma de condenação capital, destinada aos líderes criminosos considerados traidores por crime de lesa-majestade, para os quais a sentença, estabelecida pelas Ordenações Filipinas – em vigor – era a pena de *morte natural cruelmente* ou de morte natural para sempre. Na prática, o condenado era executado, com a separação da cabeça do corpo, que era mutilado, e com as partes expostas. Além disso, tinha seus bens confiscados e

⁵ Joaquim da Silva Rabelo, depois Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, popularmente conhecido como Frei Caneca (1779-1825) foi um religioso e ativista político que tornou-se referência na luta pela Independência em um período de intensa agitação política.

sua casa salgada para que seus descendentes ficassem marcados por sua infâmia⁶ (Zanella, 2018).

A diferença na execução desta pena ocorreu porque quando houve a condenação do frei carmelita, já estava em vigor no Império a Constituição do Império de 1824, que estabeleceu, no artigo 179, item XX: “Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Por tanto não haverá em caso alguma confiscação de bens, nem a infamia do Réo se transmittirá aos parentes em qualquer gráo, que seja” (*sic!*) (BRASIL, 1824, p. 14). Assim, a pena foi cumprida, mas não com o tradicional e aterrador rigor. O corpo não ficou exposto à putrefação pública, tendo sido deixado em uma das portas do templo carmelita. Recolhido pelos padres foi enterrado em um local ainda não identificado por pesquisadores.

2. O CÓDIGO CRIMINAL DE 1830, O ILUMINISMO E O TERRITÓRIO AMAZÔNICO

Em 1788, Manuel da Gama Lobo d’ Almada, tornou-se o terceiro governador da Capitania de São José do Rio Negro e, em 1791 transferiu a sede da administração da capitania de Barcelos para a Barra do Rio Negro, atual Manaus (Reis, 1940b). Além disso, durante esse período construiu os primeiros hospital e quartel e a primeira cadeia do território. Os espaços ficavam localizados na Praça D. Pedro II que era conhecida à época como Praça do Quartel ou Praça do Pelourinho.

A construção da cadeia fazia parte dos objetivos e planos da colonização, sendo ela, uma das orientações para que fosse possível estruturar uma Vila. Havia também orientações para que os diretores construíssem casas de câmaras, local onde eram instalados os órgãos da administração pública municipal, além de que, aconselhassem os índios a construírem casas para si.

A Barra tornou-se sede definitiva de São José do Rio Negro, em 29 de março de 1808, no mesmo ano que a família real portuguesa desembarcou na colônia para fugir

⁶ Essa foi, por exemplo, a pena aplicada ao líder da Conjuração Mineira. Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes (1746-1792). A Conjuração Mineira (1789) foi o primeiro movimento de tentativa de libertação colonial do Brasil, numa fase de transição entre o Antigo Regime e a Modernidade. “A palavra ‘Inconfidência’ tem sido utilizada pela historiografia para caracterizar os movimentos de contestação ao poder português na América em fins do século XVIII. Esse termo associa-se à ideia de falta de fidelidade, traição ao soberano ou ao Estado. O vocábulo ‘Conjuração’, menos ofensivo ao ato político incorreto, representa melhor a perspectiva dos colonos, levados a conspirar contra o governo ou autoridade estabelecida em defesa de seus interesses” (Rodrigues, 2008, p. 2).

de Napoleão Bonaparte. Em 1821, a primeira cadeia do Lugar da Barra pegou fogo atingindo também, várias outras casas vizinhas cobertas de palha. O incêndio causou grandes prejuízos para a localidade, e a partir daí, a estrutura passou a funcionar em casas alugadas até que o governo comprou terras para a construção de uma nova cadeia (Souza, 2022). Apesar da construção, a situação continuava precária, sem separação entre homens e mulheres e os detentos eram submetidos a castigos corporais.

Em 14 de janeiro de 1822, São José do Rio Negro elegeu os seus primeiros representantes federais para as Cortes de Lisboa por voto popular, mas apesar disso, a emancipação à Província foi questionada, não se efetivando a emancipação. No mesmo ano, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – estado criado em 1815 – se tornou independente de Portugal.

Essa independência jurídica não foi transferida para as realidades do interior do País, por isso, a Capitania de São José do Rio Negro continuou subordinada ao Pará, e “[...] além de não ter adquirido a designação de província do Império, ficou reduzida a simples comarca” (Ferreira; Valois, 2012, p. 50). De acordo com documentos do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) “[...] no dia 18 de agosto de 1823, três dias depois da adesão do Pará à Independência do Brasil, extinguiu-se o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e a Capitania do Grão-Pará elevou-se a Província” (TJ/AM, 2018, p. 23).

A Capitania de São José do Rio Negro também deveria ter se tornado Província do Império ao aderir a independência, porém o “[...] decreto imperial que aboliu as juntas governativas e nomeou os presidentes provinciais excluiu o Rio Negro, marcando a nossa primeira decepção com o Império” (TJ/AM, 2018, p. 23).

D. Pedro I, Imperador Constitucional, juntamente com a Assembleia Geral decretou vigente o *Código Criminal do Império do Brasil*, em 1830. Convém mencionar, entretanto, que o nosso primeiro Código Civil só foi promulgado em 1917, portanto, por quase um século depois, por isso, as Ordenações Filipinas continuaram regendo as demais instâncias da vida civil do povo brasileiro, que *supostamente* havia sido liberto dos mandos do colonizador.

[...] após o advento da República, inspirados por ideais iluministas, legisladores da época elaboraram o Código Criminal do Império, que embora produzido num período em que ainda vigorava a escravidão, trouxe a previsão da aplicação da pena de privação de liberdade em detrimento das penas corporais anteriormente adotadas no Período Colonial. No entanto, as penas só cabiam a criminosos livres, ou seja,

peças que tivessem praticado delitos sem estarem sujeitas ao jugo da escravidão (Santos, 2017, p. 35).

A década de 1830 foi, certamente, marcante para a organização do sistema penitenciário moderno, pois foi a partir deste período que o modelo do panóptico de Jeremy Bentham, construído, no final do século anterior, se popularizou. Essa concepção arquitetônica utilizava a lógica de *ver sem ser visto* e, saiu do papel, pela primeira vez, no início do século XIX, nos Estados Unidos. “O tema do Panóptico [...] encontrou na prisão seu local privilegiado de realização e, se é verdade que o processo panóptico, como forma concretas de exercício do poder, tiveram, “[...] pelo menos em estado disperso, larga difusão, foi só nas instituições penitenciárias que a utopia de Bentham, pôde, num bloco, tomar forma material” (Foucault, 1987, p. 209).

Na década de 1830, quando os reformadores brasileiros iniciaram a renovação judiciária no Brasil, almejavam trazer ao recém Estado independente uma legislação que fosse condizente com a sua nova condição política. Como resultado, as novas leis do Império buscavam romper com o passado colonial (Aguar, 2023, p. 197).

Convém mencionar, entretanto, que além da disseminação do modelo estrutural, era necessário que houvesse uma compreensão ideológica e jurídica que desse sustentação ao novo ideário. Assim, além do panóptico que influenciou diretamente a organização estrutural dessas instituições, foi necessário que houvesse em conjunto uma percepção ideológica que desse fundamento para a sua efetivação. Assim, o iluminismo e a racionalização da pena foram instrumentos de orientação para o Código Criminal de 1830, que renunciou ao suplício e recomendou a pena de morte com parcimônia, orientando, ainda, que a pena de morte não fosse aplicada para crimes políticos, não fosse executada em véspera de domingo, dia santo ou de festa nacional, reforçando aquilo que já estava na nossa Constituição, ou seja, a proibição das penas cruéis (Brasil, 1830, art. 39).

Em 1833, no contexto de implementação da reforma do judiciário imperial da Província do Grão-Pará foi criado o Juízo de Órfãos de Manaus, na Comarca de São José do Rio Negro, atual Amazonas. A reforma atendia às orientações do Código Criminal de 1830, por isso, além do Juízo de Órfãos, a Província recebeu um Juízo de direito e uma promotoria pública.

Em 07 de janeiro de 1835, eclodiu na Província do Grão-Pará uma revolução social, que durou até 1840 e deixou além de 30 mil mortos, muitas pessoas presas em

um contexto em que as punições eram diferentes para homens livres e brancos – cidadãos – e negros e índios (Harris, 2017; Ricci, 2013). A Guerra dos Cabanos – Cabanagem – não foi acolhida pelo lugar do Amazonas que se manteve fiel ao governo imperial e não aderiu à revolta. Assim, em 1848, Manáos foi promovida à categoria de Cidade pela Lei Provincial do Pará n.º 145, passando a denominar-se Cidade da Barra do Rio Negro. Como recompensa pela fidelidade ao Imperador, durante a Cabanagem, em 5 de setembro de 1850 – data de feriado estadual – D. Pedro II assinou a Lei n.º 582 que elevou a Comarca do Alto do Amazonas à categoria de província, finalmente, se efetivou a separação do Pará (IBGE, 2014; Duarte, 2016).

O Lugar da Barra, na época do Império, não possuía regulamento próprio para as prisões e, por isso, foi ordenado que as instituições carcerárias seguissem as mesmas regras da cadeia de Belém para regulamentá-las. Entretanto, a dificuldade de acesso para qualquer tipo de fiscalização ou visita, contribuiu para que as regras das cadeias do Amazonas fossem reduzidas ao que era operacional no contexto, o que significou que no âmbito do direito isso ficou restrito, no máximo, à separação entre homens e mulheres, desconsiderando-se, portanto, outras particularidades explicitadas no Código Criminal.

Em âmbito nacional, embora a legislação vigente da época previsse a existência de estabelecimentos penais para cumprimento de pena de privação de liberdade, apenas 20 anos após sua promulgação em 1850 foi criada a primeira prisão planejada do País, a Casa de correção da corte do Rio de Janeiro (Santos, 2017, p. 35). Em âmbito local, essa condição só começou a ser alterada, em 1852, quando houve a instalação da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas e o 1º presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, foi nomeado governador da Cidade da Barra – Capital da Província⁷.

Na ocasião, a situação da cadeia na Villa da Barra continuava ainda precária, sem separação de presos de crimes graves e de detentos que haviam cometido pequenos delitos. Nomeado governador, essa foi uma das preocupações de Tenreiro Aranha, que conseguiu então, um local em que pudessem abrigar os presos e chamar de cadeia. Para isso, adaptou um imóvel que era uma antiga fábrica de fiar e tecer algodão.

⁷ Mais tarde, o Projeto de Lei do deputado João Ignácio Rodrigues do Carmo transformou-se na Lei n.º 68, e renomeou em 04 de setembro de 1856 a Cidade da Barra com o nome de Cidade de Manáos, atualmente, Manaus. Em 1911, a cidade tornou-se, finalmente, Capital do Estado do Amazonas (IBGE, 2014; Duarte, 2016).

Com o novo local para a cadeia houve a separação dos detentos pela gravidade do crime e depois algumas adaptações que se orientavam pela legislação vigente. Nesse contexto, iniciou o movimento de tentativa de adaptações para o sistema, de maneira improvisada e, como era comum no período, a cadeia passou a abrigar a Casa de Câmara, que ali permaneceu até 1864, quando o crescimento da população carcerária e a falta de espaço, obrigaram a retirada da Casa de Câmara do local.

Assim, como já observamos, em outros textos sobre o sistema prisional, para resolver um problema que era para ser temporário, “[...] a cadeia foi improvisada e improvisada ficou sendo por muito tempo, com reparos obras de remendo, com muita pouca garantia de custódia, oferecendo riscos para a saúde dos presos” (*sic!*) (Ferreira; Valois, 2012, p. 61).

A estrutura também sofreu com a falta de carcereiro por um período de seis meses, pois não havia quem quisesse ocupar o cargo, tanto quanto por ser um emprego considerado humilhante, quanto pelo baixo salário, o que certamente explica o utilitarismo do panóptico que para a sua operacionalização precisa de menos carcereiros. Dessa maneira, se aumentar o salário não era uma opção, o problema foi resolvido com a entrega do estabelecimento aos detentos, aliás procedimento que ainda acontece em muitos lugares do Brasil e do mundo.

Se a Corte via a Amazônia apenas como espaço geopolítico, mantendo a relação colonial e a nossa dependência, tanto quanto em Manaus, em nenhum outro lugar as cadeias foram objetos de chamar a atenção dos governantes. Durante o Império, as prisões do Rio de Janeiro permaneciam em equivalentes condições, e a moderna penitenciária que lá se pretendia construir teve a edificação lenta e cheia de problemas, onde os arranjos e improvisos foram uma constante (Ferreira; Valois, 2012, p. 65).

De acordo com Zanella (2018), em 1872, os Estados Unidos se mobilizaram e realizaram em Londres, na Inglaterra, o primeiro Congresso Internacional das Prisões (CIP). Na oportunidade, os congressistas, representantes de diversos países, dentre eles, o Brasil, discutiram temas como o regime disciplinar das prisões no qual criou-se a Comissão Penitenciária Permanente⁸. Entretanto, essa organização que nasceu com o

⁸ Posteriormente a Comissão passou a ser denominada de Comissão Penitenciária Internacional e no ano de 1929 de Comissão Internacional Penal e Penitenciária. Em 1951, a Comissão foi extinta sob a acusação de que teriam permanecido ao lado do eixo nazista durante a II Guerra Mundial. Com a sua extinção as suas atribuições foram transferidas para a Fundação Internacional Penal e Penitenciária (FIPP) – que ficou responsável por realizar discussões, pesquisas, diagnósticos e

objetivo de melhor educar o prisioneiro contribuiu para um aumento no rigor do tratamento do preso, na criação de um maior número de instituições o que consequentemente, contribuiu também, para o aumento no número de pessoas presas.

Assim, ao mesmo tempo que os direitos dos sujeitos privados de liberdade foram sendo reconhecidos, instituições e normas foram sendo criadas para justificar a manutenção das pessoas encarceradas. Entretanto, em alguns lugares o reconhecimento jurídico e normativo não caminhou junto com uma aplicação prática institucional: “Toda essa evolução normativa do Direito Penitenciário teve reflexo no Brasil, mas infelizmente com maior ênfase nos campos legislativo e doutrinário do que na prática penitenciária” (Ferreira; Valois, 2012, p. 48).

A situação de descaso com as prisões envolvia os estados do Brasil e a Província do Amazonas, abrangendo ainda os municípios do estado. Em Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Tonantins, Santo Antônio e Tauapessassu (atualmente, Novo Airão) as cadeias eram casebres de palha, alugados ou não, e todos sem características de prisão.

Ferreira e Valois (2012) assinalam que uma das cadeias do interior do estado com pior aspecto era a de Tefé, que nem das chuvas protegia os/as detentos/as. Os pesquisadores descrevem que a primeira vez que se fez menção à preocupação com a situação dos cárceres e dos presos, em um discurso de governante na história do Amazonas, foi em 1872, quando o presidente José Miranda da Silva Reis mencionou a necessidade de trabalho para presos, desenvolvimento moral e regeneração. Entretanto, apesar disso pouco foi feito e os presidentes da província que o sucederam apesar de também manifestarem altruísmo com a situação em que viviam os detentos, pouco realizaram, justificando-se à falta de verbas e o pouco tempo que os presidentes passavam na administração da província (Ferreira; Valois, 2012).

A mudança no direito penitenciário trouxe recomendações para a administração dos presídios, exigindo ao diretor da corte que visitasse as prisões mensalmente,

Para promover o andamento dos processos e diligenciar a soltura dos réus pobres que estiverem cumprindo pena. Os juízes municipais deviam inspecionar as cadeias, mas segundo os Avisos de 22.07.1871 e de 11.08.1877, a inspeção deveria limitar-se à observação do estado das prisões, sendo somente permitido fazer representações a respeito e não providenciar diretamente, caso em que a exorbitância da função poderia

pareceres para o aprimoramento das políticas de segurança pública – e, para o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), sendo que, ambos são agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU) (Zanella, 2018).

levar o administrador ou carcereiro a incorrer em crime de responsabilidade (Ferreira; Valois, 2012, p. 51-52).

Conforme percepção dos autores, tais avisos limitavam as competências dos juízes e possuíam um caráter conservador. Assim, depois de a prisão ocupar o espaço que era destinado à Câmara Municipal, em uma ação ordenada, pelo então, Presidente da Província senhor Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, a cadeia da Cidade da Barra se tornou cada dia mais precária. Decorrente dessa condição, “A Lei 582, de 27.05.1882, no § 8º do art. 9º, reconheceu a necessidade de construção de uma cadeia em Manaus, consignando a verba de quarenta contos para tanto” (Ferreira; Valois, 2012, p. 65). Conforme identificaram os autores, o sistema escolhido era o panóptico.

A preocupação com a arquitetura penitenciária e a intenção de organizar a execução da pena privativa de liberdade com setores administrativos e oficinas de trabalho culminou na estruturação, do que mais tarde seria, a *Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa*, localizada na avenida 7 de setembro e tombada como patrimônio histórico amazonense. .

3. O GOVERNO REPUBLICADO E O CÓDIGO PENAL DE 1890

Em âmbito internacional, a visão utilitarista de aproveitar o preso como força de trabalho; a idealização de modelos prisionais para esse fim, como o panóptico, por exemplo; e, a influência dos Comitês Internacionais da Prisões, que começaram a disseminar modelos prisionais – Alburniano, Pensilvânico e Crofton – foram os maiores influenciadores das poucas tentativas realizadas de mudar a realidade do sistema prisional do Brasil e, também do Amazonas.

Por ordem cronológica, o primeiro modelo pensado foi o sistema Pensilvânico ou Filadélfico, também conhecido como sistema solitário ou celular que segregava completamente os condenados do contato com o mundo externo e, também, com os outros presos. Esse modelo foi inaugurado em 1790 e abolido em 1913, nos EUA.

O Sistema Alburniano, por sua vez, era menos rigoroso e adotava o trabalho em comum entre os presos durante o dia, porém, com o silêncio absoluto, e um isolamento celular, durante a noite. Sob a influência dos participantes do CIP, que realizou em 1878, em Estocolmo na Suécia, o seu Segundo Congresso, o Brasil adotou o modelo Crofton a partir da promulgação do Código Penal de 1890. Esse modelo era uma mistura do

Pensilvânico e do Alburniano e “[...] inaugurou o regime de progressão da pena, que passou da excessiva rigidez ao abrandamento, à medida que o prisioneiro demonstrasse sua recuperação” (Zanella, 2018, p. 110).

Ainda segundo a pesquisadora esses sistemas deixaram de ter sentido com a industrialização. A ideia inicial era que os presos custeassem a manutenção dessas instituições e ainda gerassem lucro para o Estado, mas com as mudanças do processo produtivo do capitalismo (taylorismo, fordismo e toyotismo), no século XX, percebeu-se que os produtos fabricados pelos presos seriam demasiadamente caros para a comercialização e, portanto, os sistemas prisionais deixaram de fazer sentido, comercialmente falando, o que explica o motivo pelo qual, os presos não eram inseridos no trabalho e, os motivos que contribuíram para as instituições iniciadas não terem sido concretizadas conforme o ideal, previsto.

De acordo com Souza e Andrade (2023), existem registros que apontam que o poder público do nosso território, elaborou documentos que buscavam estabelecer uma instalação prisional moderna para abrigar os detentos da época já no ano de 1883.

Através da Lei 631, a Província chegou a promover uma licitação pública e aprovar um projeto de construção de uma cadeia, no entanto, o empreendimento não avançou. Em 1894, durante a administração de Eduardo Ribeiro, houve uma nova tentativa, com a aprovação de um novo projeto e orçamento, mas, mais uma vez, a obra não se concretizou (Souza; Andrade, 2023, p. 5).

No período Republicano – que teve início em 1889 – a situação dos cárceres no Amazonas continuava em péssimas condições e os presos eram trocados de local constantemente conforme a pretensão de cada governante. A situação de precariedade, se deu pela falta de sensibilidade dos governantes que, “[...] nem mesmo faziam referência às cadeias da capital ou do interior, quebrando assim uma tradição que vinha desde a província” (Ferreira; Valois, 2012, p. 83).

No ano de 1890, ocorreu a promulgação do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil por meio do decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. No artigo 391, do capítulo XII. O Código criminalizava a mendicância daqueles que tivessem saúde e aptidão para trabalhar e o artigo 396 criminalizava a embriaguez nos casos em que houvesse sua manifestação em público. Além disso, o artigo 399 caracterizava como vadios, aqueles que deixassem de exercer uma profissão ou ofício e que não possuíssem meios para a

sua subsistência e lugar certo para morar. No artigo 402, mencionava-se a proibição à prática da capoeira nas ruas e praças públicas e no parágrafo único do mesmo artigo destacava-se que seria considerado circunstância agravante do crime, o pertencimento à capoeira, banda ou malta (Brasil, 1890).

Em 1902, o governador Silvério Nery apresentou boa intenção em seu discurso ao afirmar que esperava que se fizesse economias no Congresso Legislativo a fim de se empregar na construção da cadeia, mas Manaus continuava na mesma situação “[...] enquanto no resto do mundo aperfeiçoavam-se sistemas penitenciários e, até mesmo no restante do Brasil, construíam-se grandes penitenciárias” (Ferreira; Valois, 2012, p. 83).

No interior, entretanto, a situação das cadeias agravava-se cada vez mais e em virtude da falta de segurança os detentos eram remetidos para a capital, onde também a situação carcerária, não era das melhores. Assim, decorrente do aumento populacional – já que as cadeias recebiam também os menores – a cadeia da capital piorou tanto, que os presos foram mandados de volta para as cadeias do interior de onde vieram.

Em 1905, no governo de Antônio Constantino Nery o prédio da cadeia foi desativado para que fosse construído um prédio novo, e com isso os presos tiveram que se mudar, sendo distribuídos para vários locais – municípios de onde vieram, Quartel do Regimento Militar do Estado, e para a antiga prefeitura de segurança. Ferreira e Valois (2012), descrevem que muitos desses locais ainda estavam com aspecto mais precário do que na cadeia. A iniciativa do governador Constantino Nery em construir uma Casa de Detenção foi considerada plausível tendo em vista que foi o primeiro governante a concretizar uma obra destinada aos detentos, apesar da rápida deterioração.

No ano seguinte, o governador Constantino Nery solicitou a transferência dos detentos que estavam no quartel para a penitenciária, em construção, para que ocupassem uma parte do prédio que ficaria pronto, reconhecendo que o quartel não tinha condições adequadas para os detentos.

A Casa de Detenção de Manaus teve sua construção iniciada em 1904 e foi concluída em 1906. A proposta foi elaborada e acompanhada pelos arquitetos Emygdio José Ló Ferreira e J. Estelita Jorge. Em estilo colonial, ocupa uma área de 15 mil metros quadrados. Instituída pela Lei n.º 524, de 18 de outubro de 1906, no Governo de Antônio Constantino Nery foi inaugurada em 19 de março de 1907, com capacidade para abrigar até 250 detentos.

O projeto pensado em 1892 para a Casa de Detenção, tinha na sua estrutura inicial, 200 celas para 200 presos, mas só foi concluída mais de 20 anos depois, porém, sem a capacidade pretendida o que efetivou seguidos relatórios e informações acerca de obras de reparo. Nesse aspecto, assim como aconteceu com outros projetos penitenciários idealizados no Brasil, a estrutura inicial, não foi finalizada antes de receber os presos e, ao recebê-los foi sofrendo diversas adaptações com o projeto original nunca se efetivando e a capacidade sendo concretizada para atender número menor de detentos do que havia sido planejado. No caso de Manaus, esse número ficou em 104 detentos, mas depois de pronta a expansão do atendimento foi ampliada e a quantidade de camas se tornou sempre insuficiente para a quantidade de vagas possíveis.

O modelo idealizado era para um preso (isolado) em cada cela, seguia o sistema panóptico e possibilitava “[...] ao carcereiro, se posicionar em uma torre central que lhe permitiria ter uma visão do preso, deixando para este a suspeição de que estava, ou não, sendo vigiado” (Zanella, 2018, p. 62).

Infelizmente o edifício-orgulho de Constantino Nery não se manteve por muito tempo em condições razoáveis, pois logo veio a deteriorar-se. Entretanto, evidentes estão os princípios que nortearam a construção daquela Casa de Detenção, baseada nos preceitos de Jeremy Bentham. A majestosa sacada tem o aspecto sombrio que reivindicava Bentham, no seu ‘Panóptico’, para causar medo aos criminosos, e o polígono central visava permitir que apenas um guarda pudesse efetuar a vigilância constante dos prisioneiros, além do que a fiscalização ‘assídua’ deveria dar-se sem contato com os presos (Ferreira; Valois, 2012, p. 86, grifo dos autores).

A preocupação com a segurança e higiene da Casa de Detenção de Manaus ficava evidente nas mensagens do governador, entretanto, Ferreira e Valois (2012) criticam a ausência de preocupação do governador com o trabalho e ocupação dos detentos. Os autores afirmam ainda, que ao analisar os descritores sobre a estrutura do prédio e o que ainda existe da edificação percebe-se que na obra do projetista não havia nenhum espaço reservado para atividades laborais ou ocupacionais, mas isso pode ocorrer em face de que a ideia era que o preso trabalhasse isoladamente, como preconizava o sistema de trabalho isolado.

Em 1909, os detentos da Casa de Detenção precisaram ser realocados pelo fato de que muitos estavam adoecendo devido à falta de salubridade. Os casos de polinevrite

(inflamação dos nervos), reumatismo e beribéri⁹. eram constantes. Diante de tais situações a Casa passou por reformas, tais como: construção de lavanderia, cobertura com arame, pintura do prédio, construção de duas pias para lavar louças, a reforma do fogão, reparos no encanamento, muro, calçadas, sarjetas, e instalações elétricas. Os detentos eram utilizados como força de trabalho para a realização das obras (Zanella, 2018).

No período de 1913 a 1916, a população carcerária chegou a 130 presidiários, mas em 1916, por decisão do diretor Araújo Lima foi realizada a transferência de todos os presos, que estavam na Casa de Detenção de Manaus, para Paricatuba, que ficava localizada no outro lado do Rio Negro e a duas horas de lancha para fazer o percurso de Manaus¹⁰.

Mais uma vez o imprevisto e o arremedo valeram para nortear a política penitenciária do Estado, e as adaptações feitas em Paricatuba para receber os presos não passaram da colocação de grades e portas, estas que nem mesmo as fugas conseguiram evitar. A região, salubre, igualmente não evitou a futura deterioração do edifício (Ferreira; Valois, 2012, p. 89).

Apesar da distância, o local também não apresentava boas condições de salubridade para os detentos, e o nome do estabelecimento continuou a ser caracterizado como Casa de Detenção. Em 1920, o governo sinalizou que devido a falta salubridade era necessário que os detentos retornassem para antiga Casa de Detenção, o que desalojaria a *Escola de Aprendizizes e Artífices* do espaço.

⁹ Doença nutricional caracterizada pela falta de vitamina B1 no organismo, cujos sintomas podem surgir em todo corpo, sendo os principais: câibras musculares, visão dupla e confusão mental (Zanella, 2018).

¹⁰ O nome Paricatuba deriva do termo *tuba* – grande quantidade – e do termo *paricás*, portanto, grande quantidade de erva alucinógena (paricás) utilizada nos rituais dos índios do tronco Mura, um povo navegante oriundo dos rios Madeiras e Purus. Atualmente, é um distrito brasileiro, situado a 12 km de Manaus, às margens do Rio Negro que pertence ao município de Iranduba. A ruína de Paricatuba – atual local turístico – foi projetada, como casarão, pelo governo estadual e, a partir de 1898 se tornou uma hospedaria para imigrantes italianos, durante o período da Borracha. Depois de abandonado, padres espiritas franceses, transformaram o local na Primeira Escola Técnica do Amazonas, sede do Instituto Afonso Pena, Liceu de Artes e Ofícios funcionou a partir de 1906 quando desenvolveu, em parceria com a Escola Agrícola, o ensino regular primário e técnicas agrícola, mecânica e artes de recuperação de obras literárias. Em 1916, o Liceu interrompeu suas atividades e 1916, o Liceu interrompeu suas atividades e o casarão foi transformado em Casa de Detenção, adaptado para recolher sentenciados da capital. Em 1924, os presos foram transferidos para a penitenciária da Avenida Sete de Setembro, em Manaus e, no ano seguinte, o local foi transformado no Hospital Belisário Pena, para atender e abrigar portadores de hanseníase, o que aconteceu por quase 40 anos (Fernandes, Diário de campo, 06 set. 2024).

Apesar de não haver um local garantido, Paricatuba antes mesmo de conseguir efetivar o retorno para a Casa de Detenção cedeu – com o Decreto n.º 1.479, de 01.07.1924 – o local ao Serviço de Saneamento Rural, órgão do Governo Federal, para que fosse instalado ali um leprosário (Ferreira; Valois, 2012). Assim, os detentos terminaram por retornar ao local de origem, na Avenida Sete de setembro, e a situação passou a ser a mesma de antes no qual os detentos passaram a ser distribuídos pelas delegacias.

Com a troca de governo, em 1925, o novo governante Ephigênio Sales Ferreira encontrou no prédio da Casa de Detenção de Manaus inúmeros problemas de danificação na edificação: janelas e portas arrombadas, telhado furado e prestes a desabar, dentre outros problemas. Assim, “[...] iniciou-se, em fins de 1926, as obras que mantiveram ereta a Casa de Detenção até os dias de hoje, obra que da mesma forma foi orgulho de sua administração” (Ferreira; Valois, 2012, p. 92).

A reforma foi concluída dois anos depois e incluiu a inauguração de três enfermarias com 16 leitos, além de um consultório médico, ambulância, refeitório e uma escola para os detentos, denominada de Agnello Bittencourt. No mesmo ano, mais precisamente em 24 de agosto de 1928, o governador Ephigênio Sales Ferreira sancionou uma lei que mudou a denominação da Casa de Detenção Manaus renomeando-a de Penitenciária do Estado do Amazonas (IBGE, 2025).

A lei designou ainda que o estabelecimento fosse dirigido por um “[...] técnico que lhe pudesse dar administração consoante as regras e preceitos da moderna ciência penal, profissional, formado em direito, de preferência magistrado, hipótese em que este seria designado em comissão, sem prejuízo das vantagens do cargo” (Ferreira; Valois, 2012, p. 93). Ademais, é importante mencionar que o Decreto n.º 173 de 12 de maio de 1928 criou a Escola Agnello Bittencourt como escola independente responsável pela escolarização dos presos.

Apesar de a proposta ter sido regulamentada em lei, no ano seguinte, em 1929, Ephigênio Sales deixou o governo e as recomendações que o governante fez, não foram colocadas em prática, por isso, o trabalho de melhoria que vinha sendo desenvolvida no sistema prisional não teve continuidade, a começar pela direção que não ficou sob a orientação de um bacharel, havendo ainda diminuição no salário. Quando Álvaro Maia assumiu o governo não houve “[...] nenhuma queixa acerca das condições de

subsistência dos internos, mas foi instalado um consultório odontológico e as condições do edifício foram mantidas” (Ferreira; Valois, 2012, p. 94).

Como é possível observar, as trocas de governantes terminavam por deixar as propostas de mudanças suspensas. Ademais, chama a atenção a primeira troca de nomenclatura da instituição, o que se tornaria lugar comum na história do sistema prisional do Amazonas, até os dias atuais.

4. DO CÓDIGO PENAL DE 1940 ATÉ A REABERTURA DEMOCRÁTICA

No dia 7 de dezembro de 1940, o decreto n.º 2.848 instituiu um novo Código Penal (CP). O CP de 1940 passou a vigorar ainda no governo ditatorial de Getúlio Vargas. Em seu artigo 1º a lei estabeleceu que não haveria crime, sem antes existir uma lei que definisse o ato como criminal, e sendo assim, não haveria pena sem prévia determinação legal. No artigo 28, definiu como principais penas a reclusão, a detenção e a multa, ou seja, não haveria um sistema de progressão. No dia 9 de dezembro de 1941, incorporou-se ao Código Penal de 1940, a Lei de introdução do Código Penal por meio do decreto-lei n.º 3.914, e da Lei das Contravenções Penais pelo decreto lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941. No ano seguinte, o governador Álvaro Maia, interventor federal, outorgou a Lei n.º 8, de 10 de junho que mudou novamente a denominação da antiga Penitenciária do Estado do Amazonas para Penitenciária Central do Estado, recomendando ainda, que para o cargo de diretor fosse exigido formação em direito com o exercício de três anos de atividades forenses.

Em 1948, a situação das instalações da Penitenciária apresentava possibilidade de desmoronamento e incêndio em virtude das péssimas condições. O expressivo aumento da população carcerária contribuiu para que a Penitenciária Central do Estado apresentava um *déficit* de vagas o que levou os governantes a pensarem “[...] na construção de uma nova penitenciária, o que só veio ocorrer mais de cinquenta anos depois” (Ferreira; Valois, 2012, p. 94). Além disso, metade do prédio atual estava ocupado por um laboratório e um instituto pertencente ao juizado de menores, permanecendo lá, até o ano de 1949.

Ao assumir o governo em 1955, Plínio Ramos Coelho revelou por meio do seu discurso que o prédio em que funcionava a Penitenciária Central do Estado estava

[...] quase em ruínas, ameaçando desabar uma de suas alas e o telhado desfalcado de telhas apenas canaliza as águas pluviais que se despejam nos quartos, xadrezes e celas sobre os detentos. O edifício não oferece aos presidiários as mais elementares condições de comodidade e higiene (Coelho, 1955, p. [1]).

Plínio Coelho descreveu ainda a ausência de atividades para os detentos, destacando que não havia oficinas e outras atividades de educação e trabalho, o que deixava os detentos na ociosidade. O referido governador destacou que a situação de ruína em que se encontrava a Penitenciária Central do Estado era em consequência da péssima administração passada “[...] de governos falidos sob todos os aspectos” (Coelho, 1955, p. [1]). Apesar do discurso não há evidências de que medidas foram tomadas para resolver o problema.

Segundo Souza (2022), em 1964, com a instauração do Regime Militar, os governadores do estado do Amazonas passaram a ser eleitos indiretamente, pela Assembleia Legislativa do Estado. Durante esse período, o Palacete Provincial do Amazonas além de abrigar o Comando Geral da Polícia Militar era Quartel da Polícia Militar e, por isso, serviu como presídio, abrigando militares e civis com prisão especial em virtude de terem nível superior durante o período ditatorial.

5. A HISTÓRIA RECENTE DO SISTEMA PRISIONAL DO AMAZONAS

José Bernardino Lindoso governou o Estado do Amazonas no período entre 1979 e 1982. Em 03 de dezembro de 1981, sancionou a Lei n.º 1.478, que alterou o nome da Penitenciária Central do Estado para Unidade Prisional Central (UPRICENTRO) (Souza, 2022). No ano seguinte, mais precisamente, em 07 de maio de 1982, a Lei n.º 1.523 instituiu a Unidade Penitenciária Agroindustrial Anísio Jobim, cuja construção havia sido iniciada durante o governo de Henocho Reis, no período entre 1975 e 1979 e cuja inauguração ocorreu no governo de José Lindoso, em 8 de maio de 1982. A Penitenciária Agroindustrial Anísio Jobim (CAIAJ) é considerada a primeira unidade penal do Estado, e recebeu este nome em homenagem ao historiador e jurista Manoel Anísio Jobim. Reconhecidamente, a estruturação lógica de um sistema penitenciário no Estado, só foi estabelecido a partir da outorga do Decreto Estadual n.º 6.368 de 7 de junho de 1982.

Em 15 de março de 1983, finalmente, o estado do Amazonas voltou a ser governado por um representante eleito por voto popular. Eleito, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, sancionou em 15 de junho de 1985, a Lei n.º 1.694 que, mais uma vez, trocou a denominação da Unidade Prisional Central - UPRICENTRO para Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa (Souza, 2022). Essas alterações foram realizadas para atender as prerrogativas estabelecidas pelas novas legislações promulgadas em âmbito nacional, no ano anterior: a Lei n.º 7.209 que alterou dispositivos do Código Penal de 1940 e a Lei n.º 7.210/1984 – Lei de Execução Penal (LEP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prisão enquanto cárcere físico é um local no qual os indivíduos que não obedeceram a determinados padrões de comportamento, ferindo ou machucando o outro, um coletivo [ou violando propriedade privada], ficam isoladas, sem o direito de ir e vir dentro de um contexto social (Afonso, 2020, p. 6).

A título de conclusão, a história do sistema prisional do Amazonas pode ser dividida em cinco momentos: a) durante o período das ordenações portuguesas, ou seja, até 1822; b) a partir da vigência do Código Criminal de 1830; c) a partir do período pré-republicano marcado pelo fato de que se começou a pensar em construir um local para abrigar os presos, em 1882; d) o último momento analisado, a partir da década de 1980, quando inicia a reabertura democrática; e, o período não analisado nesta produção, posterior à Constituição de 1988, até o momento atual.

No primeiro momento, as cadeias nas cidades do interior (Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Tonantins, Santo Antônio, Tefé e Tauapessassu) eram casebres de palha, alugados ou não, sem características de prisão, sem segurança e sem separação entre crianças, homens e mulheres ou tipo de crimes. Podemos estabelecer como marco o fato de que a Cadeia do Lugar da Barra pegou fogo e a estrutura passou a funcionar em casas alugadas.

No segundo momento, em 1833, ocorreu a reforma do judiciário imperial da Província do Grão-Pará, o que viabilizou a criação do juízo de órfãos de Manaus, na Comarca de São José do Rio Negro e fez com que a Comarca recebesse um Juízo de direito e uma promotoria pública. Em 1854, uma antiga fábrica de fiar e tecer passa a ser denominada de Cadeia e alguns anos depois, a abrigar a casa da Câmara que ali

permanece até 1864. A partir de 1871, encontram-se avisos orientando que os juízes inspecionem as cadeias no que tange as suas estruturas e aparece na exposição do Presidente da Província a primeira menção sobre trabalho, desenvolvimento moral e regeneração para os presos. Em 1875, inaugurou-se o Palacete Provincial, que funcionou como Quartel da Polícia Militar por mais de 100 anos e que funcionou como prisão especial no período ditatorial.

O terceiro momento inicia a partir de 1882, quando o Governo reconhece em lei que é necessário construir uma cadeia para Manaus, apesar disso, em 1903, os presos ainda eram transferidos para o interior por falta de estrutura física. Em 1904, tem início a construção da Casa de Detenção de Manaus e o prédio antigo foi desativado, com isso, o Quartel da Polícia Militar recebe parte dos detentos até 1906 quando a Casa de Detenção foi instituída por lei e, finalmente, inaugurada no ano seguinte e três anos depois precisou passar por reforma, o que ocorreu novamente de 1926 até 1928. Em 1927, foi criada como estrutura independente a Escola para atender a instituição e a Casa de Detenção de Manaus troca pela primeira vez de nome e passa a ser denominada Penitenciária do Estado do Amazonas. Em 1940, foi instituído o Código Penal, esse quarto momento marca uma nova troca de nome da instituição para atender ao Código e a instituição passa a se chamar Penitenciária Central do Estado. Em 1942, denomina-se Penitenciária Central do Estado. Em 1948, identifica-se que a estrutura em péssimas condições era cedida para outros serviços.

O período de reabertura democrática que tem início a partir da década de 1980 é o quarto momento. Nesse período é possível observar que a antiga Casa de Detenção que já havia trocado de nome em 1928 e 1942, passa a se chamar Unidade Prisional Central (UPRICENTRO), em 1981. No ano seguinte, inaugura-se uma nova estrutura a Penitenciária Agroindustrial Anísio Jobim. A partir de então, ganha forma o modelo vigente que: a) manteve as instituições antigas com novas nomenclaturas para atender as leis promulgadas em 1984; e, b) estruturas novas que continuaram mudando de nome a cada gestão. Assim, em 1985, a UPRICENTRO passou a ser denominada Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa. No mesmo ano foi instituída a Casa do Albergado de Manaus e a Unidade Penitenciária Agroindustrial Anísio Jobim que passou a se chamar Colônia Agroindustrial Anísio Jobim.

Convém mencionar, que apesar de não termos analisado nesta produção o momento atual, a descontinuidade da política penitenciária contribuiu para que Manaus

pouco avançasse na gestão do sistema, o que vai repercutir em rebeliões e mortes. Apesar disso, sabemos que os demais sistemas penitenciários do mundo se aperfeiçoaram, mas isso não significa que alcançaram um resultado social benéfico. Nesse aspecto, podemos argumentar que a construção de estruturas físicas salubres e a instituição de vários modelos para o sistema prisional tem significado também um aumento no número de pessoas privadas de liberdade, o que enseja novas discussões e debates.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Anne Martins. Teatro na prisão como educação libertadora: Diálogos entre a pedagogia do oprimido de Paulo Freire e a estética do oprimido de Augusto Boal. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v. 5, ed. 1, 2020, p. 1–15. <https://doi.org/10.29280/rappge.v5i1.8283>. (2020).

AGUIAR, Patrícia Figueiredo. Uma lei aquebrantada é o primeiro passo para a destruição de um código: as cadeias e os prisioneiros em Mato Grosso. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 197–220, 2023. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/17142>. Acesso em: 6 abr. 2024. (2023).

BRASIL. **Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890**: promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Acesso em: 03 jun. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm. (1890).

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**: manda executar o Código Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 30 jul. 2016. (1830).

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824)**: Constituição política do Império do Brasil, elaborada por um conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Acesso em: 20 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 1764. 2. ed. 6. reimp. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2000. (A obra-prima de cada autor). (2000).

CARRIJO, Liliane Gonçalves de Souza. **Frei Caneca**: um republicano? (Dissertação, História). Brasília: UNB, 2013. Acesso em: 20 ago. 2022. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14365/1/2013_LilianeGoncalvesSouzaCarrijo.pdf

COELHO, Plínio Ramos. Mensagem à Assembleia Legislativa Apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas, Plícolnio Ramos Coelho, por ocasião da Abertura da

Sessão Legislativa de 1955. In: FERREIRA, Carlos Lélio Lauria; VALOIS, Luís Carlos Valois. **Sistema Penitenciário do Amazonas**. 1ª Ed, Curitiba: Juruá, 2012. 344p. (1955).

CUNHA, Poliane Lira. **Mapeamento do sistema prisional e da execução penal no Amazonas: análise de políticas públicas**. (Relatório PIBIC 2019-2020). Manaus, AM: UFAM, 2020. Maria Nilvane Fernandes (Orientadora). (2020).

DUARTE, Durango. **Um breve histórico da formação do estado do Amazonas – I**. Publicado em: 19 nov. 2016. Disponível em: <https://idd.org.br/um-breve-historico-da-formacao-do-estado-do-amazonas-i/>. Acesso em: 23 out. 2019. (2016).

FERNANDES, Maria Nilvane. **Paricatuba**: a vila mais charmosa do Amazonas. Registro de diário de campo. Visita realizada em 06 set. 2024. (2024).

FERREIRA, Carlos Lélio Lauria; VALOIS, Luís Carlos Valois. **Sistema Penitenciário do Amazonas**. 1. ed, Curitiba: Juruá, 2012. 344p. (2012).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. (1987).

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia**: cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798 – 1840. Trad. Gabriel Cambraia Neiva e Lisa Katharina Grund. Campinas, SP: Unicamp, 2017. (2017).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Manaus**: história. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/historico>. Acesso em: 23 out. 2019. (2014).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Atual Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa**. (2025). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=442519&view=detalhes>. Acesso em: 14 mar. 2025. (2025).

MONTESQUIEU. **Cartas persas**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (2009).
ORDENAÇÕES FILIPINAS. **Ordenações Filipinas on-line**: edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas>. Acesso em: 12 out. 2021. (1870).

PADRE ANTÔNIO VIEIRA. **O cárcere e o interrogatório**. Porto Editora, s/d. (Col. Clássicos da Literatura Portuguesa) (s/d).
REIS, Arthur César Ferreira. **Lobo d'Almada**: um estadista colonial. Manaus: Imprensa Pública, 1940. (1940b).

RICCI, Magda. As batalhas da Memória ou a cabanagem para além da guerra. In: SARGES, Maria de Nazaré; RICCI, Magda Maria de Oliveira (Orgs). **Os oitocentos na Amazônia**: política, trabalho e cultura. Belém: Açaí, 2013, p. 45-80. (2013)

RODRIGUES, André Figueiredo. **Estudo econômico da Conjuração Mineira**: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes. Acesso em: 20 ago. 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28112008->

152727/publico/TESE_ANDRE_FIGUEIREDO_RODRIGUES.pdf. (2008).

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Pena y estructura social**. Trad. Emilio García Méndez. Bogotá, Colombia: Temis, 1984. (1984).

SOUZA, Gerusa de Moraes. **O público e o privado no sistema prisional do Amazonas**. (Mestrado, Educação) Manaus: UFAM, 2022. 207 f. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9120>. Acesso em: 25 dez. 2022. (2022).

SOUZA, Isadora Lima de. **Trabalho profissional em meio aos grilhões: a historiografia do Serviço Social no sistema prisional do Amazonas**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia). Manaus, AM: UFAM, 2024. (2024).

SOUZA, Isadora Lima de; ANDRADE, Roberta Ferreira Colho de. Encarceramento No Amazonas: fragmentos da história do sistema prisional amazonense. **Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família**. [s.l: s.n.]. Acesso em: 09 mar. 2025. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/assets/edicoes/2023/artigo/33.pdf>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. **O Poder Judiciário na História do Amazonas: justiça e política no Amazonas Imperial**. Manaus, AM. Acesso em: 19. nov. 2021. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/images/2018/documentos/historia02.pdf>.

ZANELLA, Maria Nilvane. **Da institucionalização de menores à desinstitucionalização de crianças e adolescentes: os fundamentos ideológicos da extinção da FUNABEM como solução neoliberal**. 586 f. (Doutorado, Educação). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Mara de Barros Lara. Maringá: UEM, 2018. (2018).

Recebido em: 21-04-2024

Aprovado para publicação em: 24-04-2025

SOBRE A BREVIDADE DE UM GOVERNO “MILITAR” NEÓFITO

A atuação de João Andrade Garcez na política sergipana (1970-1971)

ON THE BREVITY OF A NEOPHYTE "MILITARY" GOVERNMENT

The work of João Andrade Garcez in Sergipe politics (1970-1971)

ALEXANDRE FIRMO DOS SANTOS¹

RESUMO

A historiografia sobre a atuação da ditadura militar em Sergipe ainda carece de novas investigações luzidas para além do golpe civil-militar e do seu alcance local que, por sua vez, destituiu o governo de Seixas Dória (1963-1964) e conferiu o cargo para Sebastião Celso de Carvalho (1964-1967). Entre o processo de instauração e consolidação do regime militar em território nacional, diversos nomes foram escolhidos sob a confiabilidade dos militares e, no caso de Sergipe, não seria diferente já que desde o governo de Lourival Batista (1967-1970) havia uma interação criteriosa por parte do Presidente da República e os seus correligionários. É nesse ínterim que surge o nome de João Andrade Garcez, homem inexperiente em matéria de governabilidade, para ocupar e gerir um “governo tampão”, segundo o qual estava envolto de uma conjuntura política e economicamente delicada. Portanto, o presente artigo se valeu de um estudo bibliográfico e documental em que objetivou abordar os principais feitos de um governo local quase nunca lembrado, talvez devido a sua curta duração; mas no que se refere à administração de Garcez, esta demonstrou ser enérgica quando confrontada pelos seus adversários, como também se mostrou corajosa ao rejuvenescer a equipe que acompanhou o governador no contexto da ditadura militar.

Palavras-chave: Golpe civil-militar. Ditadura militar. Sergipe.

ABSTRACT

The historiography on the military dictatorship in Sergipe still lacks new research that goes beyond the civil-military coup and its local scope, which, in turn, ousted the government of Seixas Dória (1963-1964) and gave the position to Sebastião Celso de Carvalho (1964-1967). During the process of establishing and

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do grupo Poder, Cultura e Relações Sociais na História (HIST-PCRS/CNPq). Bolsista Capes. E-mail do autor: alexandre.firmo98@outlook.com.

consolidating the military regime in Brazil, several names were chosen under the trustworthiness of the military and, in the case of Sergipe, it was no different, since since the government of Lourival Batista (1967-1970) there had been careful interaction between the President of the Republic and his supporters. It was in the meantime that the name of João Andrade Garcez, a man inexperienced in matters of governance, came up to occupy and manage a "buffer government", according to which it was surrounded by a delicate political and economic situation. Therefore, this article has used a bibliographical and documentary study to look at the main achievements of a local government that is almost never remembered, perhaps due to its short duration; but as far as Garcez's administration is concerned, it proved to be energetic when confronted by its opponents, as well as courageous in rejuvenating the team that accompanied the governor in the context of the military dictatorship.

Keywords: Civil-military coup. Military dictatorship. Sergipe.

INTRODUÇÃO

Durante o regime militar que foi instaurado no Brasil logo após o golpe civil-militar em 31 de março de 1964, tivemos a articulação das Forças Armadas para além do maior cargo do Executivo já que os interesses dos envolvidos nesse processo desejavam a obtenção do poder como um todo. Para tanto, era necessário ter uma "rede" de apoiadores e simpatizantes da "revolução" para que, dessa maneira, pudessem consolidar as prospecções traçadas para a nação. Assim sendo, os discursos dos militares eram revestidos de uma aura de entusiasmo em função das diretrizes que seguiam no combate ao comunismo e a "esquerda".

Compara-se muito a experiência do regime autoritário no Brasil com as demais espalhadas pela América Latina, embora, todos tenham suas particularidades e dinâmicas que lhes são próprias e isso não pode ser desconsiderado. Pode-se apontar a "lógica de suspeição" como ponto em comum já que os regimes militares constituídos nessa região se valeram da suspeita do "inimigo" interno (BREPOHL, 1997; BORGES, 2007).

Todos esses regimes foram truculentos ao ponto de vilipendiarem a própria Constituição do país em proveito do combate ao "inimigo" engendrado enquanto os governos militares estavam à frente. Tendo em vista que este tento foi a suposta causa do principiar dessa ditadura que aqui já despontava, bem como serviu de argumento para sustentar toda estrutura já constituída. Nesse sentido, para que os planos dos militares lograssem êxito era de extrema

importância que os governos estaduais estivessem alinhavados com o governo federal, pois era de Brasília que as orientações e as normas eram ditadas.

Durante o regime militar no Brasil as escolhas dos governantes locais eram de forma indireta e Sergipe não fugia dessa norma. Nesse bojo, nos atentaremos à gestão de João Andrade Garcez (1970-1971) e sua política de relativa autonomia mesmo em meio a um contexto politicamente adverso, sendo que determinadas atitudes foram preponderantes para a próxima gestão que assumiria em março de 1971. Apesar da inexperiência como gestor, algo que os opositores se apoiariam para tentar desqualificá-lo, exerceu o seu mandato até o final como havia sido previsto.

Para que esta pesquisa fosse realizada foi necessário lançar mão dos jornais de época que versavam sobre o governo de Garcez; bem como os meandros dos seus feitos foram ressaltados pela historiografia sergipana a qual se valeu da contribuição dos estudos bibliográficos e documentais pertinentes à conjuntura envolvendo o regime militar em Sergipe. Por isso, o propósito deste artigo é analisar as principais ações do referido mandatário durante o seu curto período enquanto governador estadual.

1. A DITADURA MILITAR EM SERGIPE

Antes de abordar o processo de instauração do regime militar em Sergipe, se faz necessário, como forma introdutória, apresentar um quadro geral dos principais tópicos acerca do tema em âmbito nacional. Assim sendo, alguns conceitos e interpretações serão elencados neste trabalho com o intuito de demonstrar a profundidade historiográfica em se tratando do período militar, bem como fornecer uma diretriz que ampare as proposituras deste artigo.

Existe ainda uma problemática enfrentada pelos pesquisadores da ditadura militar que reside no acesso às fontes e às documentações de época, em que, por vezes, necessitam de permissões do poder público ou dos órgãos responsáveis pelos acervos para que estes sejam manuseados. Sobre isso, Célia Costa Cardoso (2011) declara que a reivindicação para que os acervos da repressão fossem liberados foi feita até de promessa de campanha eleitoral. Tendo nos arquivos públicos espaços considerados como “lugares de memórias”

(NORA, 1993)², cuja consulta é restrita a determinados documentos ou mesmo que seja possível analisá-los, contudo, vale ressaltar que ainda precisamos avançar no sentido de ampliar para um acesso documental irrestrito a respeito do regime militar.

Um dos problemas enfrentados pelos historiadores do tempo presente no Brasil ainda é a dificuldade de acesso aos documentos. A proximidade temporal nem sempre é condição para que sejam encontradas as fontes. Além dos impedimentos legais que regem a legislação arquivística, os pesquisadores se deparam com interesses corporativos e de particulares, mas não se cansam de denunciar as práticas daqueles que escondem ou danificam os documentos oficiais na intenção clara de ocultar ou não a memória da repressão no Brasil (CARDOSO, 2011, p. 18).

Conforme a Lei de Acesso à Informação promulgada em 2011³, segundo a qual regulariza as restrições e o acesso às informações. Em se tratando dos documentos do período ditatorial, a política de manuseio e restrição ainda é incipiente, embora, permaneça uma luta constante na qual se reivindica o contato com os acervos dos órgãos de repressão e de segurança, em que os prazos de sigilosidade são ampliados ou diminuídos (JOFFILY, 2013). A propósito, há de se ressaltar os conflitos entre o acesso aos informes que envolvem sujeitos e instituições já que se põe em xeque a ideia do acesso contra as leis que resguardam e asseguram a privacidade, assim sendo, “[...] a abertura dos chamados ‘arquivos secretos’ da ditadura militar conflitaria com o direito à privacidade, à proteção da imagem e da honra das vítimas, por vezes descritas naqueles documentos em situações degradantes” (FICO, 2012, p. 44).

Não podemos perder de vista que tanto Comissão Nacional da Verdade (CNV) quanto o projeto “Memórias Reveladas” foram tentativas plausíveis de obter legalmente documentos para o estudo desse assunto já que “o tema

² NORA, P. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. In: **Projeto História**. São Paulo, PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

³ BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011.

envolve questões que ultrapassam o campo de atuação do historiador, interessando o cidadão em geral, inclusive as vítimas do regime militar que necessitam de documentos outrora sigilosos para fundamentar pedidos de anistia (FICO, 2012, p. 44). No entanto, nem todos os documentos estão disponíveis para consulta, principalmente se estes tratam da intimidade das vítimas ou de questões relacionadas à segurança nacional, porém arquivos que eram vinculados aos órgãos, por exemplo, do Serviço Nacional de Informação (SNI) podem ser consultados.

O que pode ser considerado uma novidade é o que viria logo após ao referido golpe, a saber: um governo de regime ditatorial (D'ARAÚJO; JOFFILY, 2019). Este sim pode ser considerado algo novo, pois como o propósito era responder à altura a suposta “revolução” comunista liderada pelo então presidente João Goulart e com a conivência dos entusiastas das reformas de base, portanto, os militares empreenderam uma “contrarrevolução” a fim de frustrar as ações insurgentes que se avizinhavam.

Para os que patrocinaram, o golpe foi a “revolução de 64”, a “revolução redentora” [...]. Para muitos militares, Goulart planejava um golpe, buscando manter-se no poder com o apoio das esquerdas que, afinal, o dominariam, tornando o seu governo definitivamente comunista. Embora não existam provas que sustentem essa interpretação, os que pensam assim entendem que 1964 foi um “contragolpe preventivo” para evitar o “golpe” de Goulart (FICO, 2014, p.10).

Sobre a “contrarrevolução”, mencionada linhas atrás, Ridenti (2018) entende também como um ato preventivo em 1964 no qual se fundamenta mediante a lógica desfigurada das utopias “libertadoras” nacionais, corroborando, dessa forma, com o entendimento de historiador Carlos Fico. Nesse mesmo raciocínio, Mary Del Priore (2019) sublinha que o golpe civil-militar⁴ possuía um caráter defensivo e não a intenção de constituir um novo regime de governo. Portanto, segundo a autora, essa intervenção militar sustentava-se em um discurso “salvífico” com a promessa de preservar a família

⁴ A expressão “golpe civil-militar” é utilizada considerando a participação da sociedade civil em que, por exemplo, instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a contribuição de inúmeros empresários no processo de destituição do governo Goulart (FICO, 2014).

e a Constituição, por exemplo; segundo a qual ganharia apoio de pessoas dotas e iletradas porque essa proposta intervencionista parecia-lhes positiva.

No Brasil, as primeiras discussões sobre a emergência do novo regime concentraram-se em duas posições opostas. Os defensores do movimento desde o início estiveram a qualificá-lo de revolução pela conotação positiva que o termo carrega enquanto construção de uma nova fase de grandes realizações. Entretanto, seus opositores, baseados, sobretudo, no envolvimento militar e na forma como se realizou a deposição do Presidente da República, passaram a denominá-lo de golpe de Estado [...] (DANTAS, 2014, p. 11).

Nesse sentido, essas concepções permitiriam que grupos de diversos setores da sociedade se organizassem em torno dos ideais propagandeados pelos militares, já que a aparição de um “inimigo” respaldaria os próximos passos a serem dados no combate ao comunismo no Brasil. Após a deposição de Goulart do poder, assumiu o cargo de presidente o general Castelo Branco (1964-1967), segundo o qual tomaria medidas drásticas para consolidar as pretensões revolucionárias que já estavam em andamento.

Não demoraria muito para que Sergipe também fosse alcançado pelos tentáculos engendrados durante a sucessão dos governos militares e suas respectivas ações no âmbito nacional, as quais reverberariam na política local. Vale ressaltar que a presença dos militares na vida política vem do período imperial, sobretudo, na transição do Segundo Reinado para a República em que eles tiveram atuações preponderantes no cenário político; embora tenha se criado um “mito” de que os militares estão recolhidos aos quartéis o que não é verdade, pois quase sempre encontramos alguns deles ocupando cargos públicos (ZAUERCH, 2001).

Relaciona-se a proposta deste trabalho o debate acerca de “utopia autoritária” em que esta é compreendida por uma “crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’” (FICO, 2004, p. 34). Havia um objetivo explícito dos militares em ocupar os postos de comando do país, embora este propósito tenha sido recepcionado de formas diferentes pelas alas das Forças Armadas. A obra *Visões do Golpe* organizada por D’Araújo, Soares e Castro (2014), reforça essas diferenciações

a despeito dessa “utopia autoritária”, pois durante a leitura dos depoimentos percebeu-se que havia de fato participações distintas dos militares durante o processo de preparo do Golpe civil-militar de 1964, bem como posteriormente.

A propósito, os autores da supracitada obra declaram que “os militares que aqui depõem em sua maioria não tiveram uma liderança destacada nos preparativos do golpe. Foram, no entanto, peças importantes na implementação e manutenção do regime” (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 2014, p. 5). Portanto, essa perspectiva corrobora que mesmo havendo o interesse comum em tirar do caminho os “inimigos” internos que, porventura, poderiam obstá-lo, os militares tinham métodos e maneiras diferenciadas de fazê-lo.

O cientista político Ibarê Dantas (2014) descreve a presença militar em Sergipe da seguinte forma:

A presença militar na política de Sergipe no período republicano foi bastante intensa até 1945. Inicialmente vários oficiais participaram de Juntas Governamentais ou da Presidência do Estado [...]. Apesar de, no período pós 1945, haver essa predominância quase que exclusiva de civis, de 1964 a 1984, por força da instauração do regime autoritário, a autonomia administrativa, própria dos governos das unidades federativas, foi bastante afetada pelo jugo da interferência militar (DANTAS, 2014, p. 13).

O mesmo autor cunhará o conceito de “Tutela Militar” que, posteriormente, faria parte do “glossário” da historiografia sergipana. Assim sendo, ao estudar o período militar em Sergipe é quase que incontornável não lançar mão desta concepção, segundo a qual é concebida como uma “[...] fase de sujeição em que a sociedade política e a sociedade civil, na esfera estadual, estiveram submetidas ao controle dos militares, configurando autoritarismo de Estado e/ou Estado Autoritário” (DANTAS, 2014, p.17). Portanto, a atuação do governo eleito indiretamente não se limitaria ao âmbito nacional, mas as decisões ecoariam nas mais diversas regiões do país já que a pretensão era constituir uma “rede” de apoiadores dos interesses revolucionários.

Conforme a descrição de Amanda Marques dos Santos (2014), assim que o golpe foi instaurado o então governador do estado, Seixas Dória, retornava do Rio de Janeiro para Aracaju no dia 01 de abril 1964. Esperava-se uma postura

apoiadora do movimento em curso assim como alguns outros governantes, mas o que se viu foi um posicionamento de oposição ao regime ditatorial recém-implantado no Brasil. O estudioso do tema Ibarê Dantas traz um detalhe importante sobre a resistência de Seixas Dória que “[...] quando o movimento civil-militar já era dado por vitorioso, leu mensagem dirigida ao povo sergipano, reafirmando sua disposição de permanecer na luta em favor das reformas estruturais” (DANTAS, 2014, p. 22), ou seja, continuaria apoiando as ideologias insurgentes, outrora, protagonizadas por Goulart.

Em que pese a atitude do governante sergipano, não demoraria em que este tivesse o mesmo fim de Goulart; isso porque Seixas Dória foi preso e levado para o 19º BC, em Salvador, logo depois, foi transferido para a ilha de Fernando de Noronha. Diante disso, entende-se que aqueles chefes do Executivo que decidiram se opor às pretensões militares sofreriam punições drásticas, embora, o mesmo não se aplicou para os apoiadores da dita “revolução” (DANTAS, 2014). Dessa forma, com a vacância do cargo, era necessário escolher alguém que fosse capaz de conduzir um estado amplamente marcado por “rivalidades” políticas; para tanto, seria necessário escolher o substituto do mandatário anterior.

Ibarê Dantas descreve da seguinte forma o empossamento de Celso de Carvalho:

[...] o major do Exército Lário Lopes Serrano, comandante da 19ª Circunscrição do Serviço Militar, fora acordar o vice-governador, Sebastião Celso de Carvalho, para assumir interinamente o governo do Estado de Sergipe. O comandante do 28º BC, como delegado da nova ordem, meio sem jeito passou-lhe o cargo (DANTAS, 2014, p. 30).

Diante desse novo cenário político em Sergipe, “[...] o Executivo ficava formalmente sob controle do PSD, mas no Legislativo a UDN passou a ter maior influência” (DANTAS, 2014, p. 31), isso reverberaria nas decisões tomadas pelos membros da Assembleia, acarretando na distinção dos posicionamentos de três dos deputados da casa, a saber: Cleto Maia (PRT), Viana de Assis (PR), Nivaldo Santos (PR). Estes deputados, segundo Dantas, discursaram a favor do governador deposto, rendendo ao novo governante estadual e os parlamentares

locais as instruções militares para consolidação dos seus ideais oriundos da revolução.

A sequência dos governadores escolhidos indiretamente em Sergipe após Seixas Dória (31.01.1963 a 01.04.1964) e Sebastião Celso de Carvalho (01.04.1964 a 30.01.1967) é: Lourival Batista (31.01.1967 a 14.05.1970), João Andrade Garcez (04.06.1970 a 14.03.1971) e Paulo Barreto de Menezes (15.03.1971 a 14.03.1975)⁵. Cabe aqui destacar que o governo a ser analisado é tido como provisório, no entanto, pelo fato de ocorrer em um contexto de mudanças políticas consideráveis visando às eleições de 1970, cuja decisão de renúncia tomada por Lourival Batista atrairia os olhares cobiçosos dos seus adversários, pois naquela altura ele era o governador e, ao renunciar, o vice-governador – ocupante natural do cargo –, também recusaria a vaga em detrimento da oportunidade no Tribunal de Contas (DANTAS, 2014).

Sobre esse impasse no comando estadual, Ibarê Dantas assevera que:

Quando Lourival Batista renunciou, em 14.05.1970, seis meses antes das eleições, para candidatar-se ao Senado criou um problema institucional para o governo federal resolver. Como o vice-governador, Manoel Cabral Machado, preferiu o Tribunal de Contas ao governo de nove meses, e a posse de Paulo Barreto de Menezes estava estabelecida para 15.03.1971, tornou-se necessário escolher um novo sucessor (DANTAS, 2014, p. 200).

Aproveite a necessidade de encontrar um substituto que de forma temporária pudesse exercer prontamente a gestão estadual em meio as turbulências da época, uma vez que o estado passava por um processo de reestruturação econômica – algo característico, principalmente, na região do Nordeste –, por isso quem assumisse o governo deveria estar ciente das dificuldades em vários setores. A década de 70 já despontava com transformações nunca antes vista em Sergipe, embora, tivesse que contornar as

⁵ Essas informações foram embasadas de acordo com a galeria da Casa Civil pertencente ao Governo do Estado de Sergipe. Sobre a galeria de governadores, ver: SERGIPE. Casa Civil. **Galeria de Governadores**. [Aracaju]: SECC, 2023. Disponível em: <https://www.se.gov.br/casacivil/casacivil_galeria_de_governadores>. Acesso em: 09 fev. 2024. Para tanto, entendemos que existem outros governantes que atuaram durante o regime militar, mas devido às pretensões de manter os governadores antecedentes ao objeto de estudo, isto é, a gestão de Garcez, e o chefe do Executivo subsequente, no caso, Paulo Barreto de Menezes uma vez que eles fornecem uma conjuntura fundamental para alcançar o objetivo deste trabalho.

mazelas sociais que acompanhavam os auspiciosos vislumbres econômicos no estado (LACERDA, 2013). Consoante Ricardo Lacerda, o qual entende que o supracitado período compreende um “[...] intenso crescimento do PIB, em que novas atividades vão ser implantadas, com impactos importantes na dinâmica de crescimento” (LACERDA, 2013, p.1), ou seja, não é porque houve uma probabilidade de prospecção na economia sergipana que as problemáticas sociais haviam sido resolvidas.

Reitera-se, portanto, as dificuldades que o governo Garcez enfrentaria, enquanto chefe do Executivo. A proposta desse tópico era discorrer, mesmo que de forma panorâmica, a respeito do processo de instauração do regime militar em Sergipe, bem como os primeiros governadores que se sucederam e antecederam neste período histórico a curta e conturbada gestão de Garcez, a qual será apresentada nos próximos tópicos.

2. A ESCOLHA DO GOVERNO “TAMPÃO” E A RECONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA LOCAL

O governo de João Andrade Garcez (04.06.1970 a 14.03.1971), cuja duração foi de nove meses em que as exigências foram “renovadas”, enfrentou a desconfiança dos seus pares e a inabilidade política que rondava suas ações. Nascido em Laranjeiras, em 25 de junho de 1926, odontólogo de formação, Garcez possui uma trajetória política um tanto curiosa já que por um “acaso” tornou-se político. Aliás, esse é um dos motivos pelos quais sua administração foi questionada por seus adversários que, naquela altura, já se apresentavam a fim de obstar o seu mandato.

Em relação ao “acaso”, Ibarê Dantas assevera:

O novo chefe do Poder Executivo sergipano era um cirurgião dentista voltado, sobretudo, para o exercício da profissão [...]. Homem sóbrio e discreto, confessou-nos que se inscreveu na ARENA em face da informação de que todo servidor federal era obrigado a filiar-se no partido do governo sob pena de não receber os proventos (DANTAS, 2014, p. 201).

A motivação que levou Garcez a se lançar na carreira política é jocosa, mas ao mesmo tempo foi o diferencial durante sua gestão uma vez que ele não possuía nenhuma ligação com qualquer grupo partidário ou nem era vinculado aos nomes já experimentados da política local. Vale sublinhar que a escolha do dentista João Garcez Andrade ocorreu em virtude da necessidade de um mandatário no poder, tal decisão seria de forma indireta e ocuparia um governo provisório ou como foi denominado na época de “governo tampão” (JESUS, 2022, p. 51). Nas palavras de Ibarê Dantas, foi “neste interstício, inicialmente assumiu interinamente a chefia do Executivo o então presidente da Assembleia Legislativa Wolney Leal de Melo, de 14.05.1970 a 04.6.1970 [...]” (DANTAS, 2014, p. 200), tudo isso se deu logo após as renúncias de Lourival Batista e do seu vice já que tinham outras pretensões das quais não envolviam o governo estadual.

O presidente da Assembleia Legislativa, Wolney Leal de Melo, ocupou o cargo de governador até resolverem o impasse do governo provisório que até aquele momento só tinham os nomes dos prováveis substitutos e estes ainda seriam adicionados numa lista tríplice a ser apreciada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Durante esse processo de escolha, será observada uma substancial insatisfação com o governador que renunciara em detrimento das eleições de 1970, pois “em meio a muita divergência interna entre os principais chefes políticos locais, a presidência arbitrava” (DANTAS, 2014, p. 200). Esse ritual de indicações seguiam as proposituras do regime militar, portanto, era necessário que todas as etapas fossem cumpridas.

Conta-se que quando Lourival Batista deixava o governo, os principais nomes da bancada sergipana da ARENA no Congresso estavam com o presidente Médici, manifestando o seu desacordo com as providências que aquele ex-governador vinha tomando. Como alternativa, a presidência concedeu o prazo de 72 horas para a Executiva arenista apresentar a lista tríplice para o presidente da República escolher o nome que governaria Sergipe nos nove meses subsequentes (DANTAS, 2014, p. 200-201).

Percebe-se, portanto, que a configuração política local não era tão unânime assim em se tratando de escolhas e decisões a serem tomadas. Mesmo

sendo participantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), alguns dos seus membros tinham origens distintas – havia, inclusive, uma parcela de ex-udenistas. A propósito, a União Democrática Nacional (UDN) era um partido de grande expressão pelo fato de “[...] ter sido no período anterior uma das forças políticas mais importantes de Sergipe” (MONTALVÃO; SEIDL, 2010, p. 3). Sem contar que havia a presença de outros partidos, extintos em virtude do AI-2, por exemplo, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); essa presença se dava através dos seus ex-filiados. Nas palavras de Luiz Antônio Barreto, a UDN era “[...] fortalecida nacionalmente, mas dividida em Sergipe” (BARRETO, 2007, p. 244), ou seja, se o partido que outrora era o responsável por protagonizar eleições estaduais acirradas com seus opositores, durante o passar do tempo, foi-se esfacelando em detrimento de interesses escusos.

O descontentamento contra as decisões de Lourival Batista, talvez, tenha suas origens no ano de 1966 como descreve Marcos Cardoso (2015), pois esse ano remonta um contexto político em que havia três dos principais nomes para assumir o cargo de governador de Sergipe, a saber: Leandro Maynard Maciel, Augusto Franco e Arnaldo Garcez. Levando em conta o apoio de Luiz Viana Filho, então ministro de Castelo Branco, conseguiu-se convencer o referido presidente a escolher Lourival Batista para ocupar o cargo de governador estadual em Sergipe – isso impulsionou as desavenças entre os principais grupos e os seus “herdeiros” políticos. Para Barreto (2007), Lourival Batista ganharia a confiança dos presidentes militares, passando a integrar o Diretório Nacional da ARENA, qualificações que o cercavam de prestígio para com os seus adeptos; por outro lado, deixava os seus adversários insatisfeitos.

Estes grupos e os seus “herdeiros” podem ser denominados como as “grandes famílias” que se perpetua e se reproduz tanto no cenário nacional como também no âmbito local, desse modo, “[...] é comum a prática de consagrar e invocar os ‘feitos’ dos seus antepassados, utilizando-se disso como recurso, revelando uma espécie de ‘vocação’ ou ‘condição natural’ para a política” (LEANDRO; SANTOS, 2010, p. 12). Nesse sentido, observa-se que a manutenção das linhagens familiares no meio político incide nas ferrenhas disputas não meramente por cargos, mas por poder que deles “emanam”;

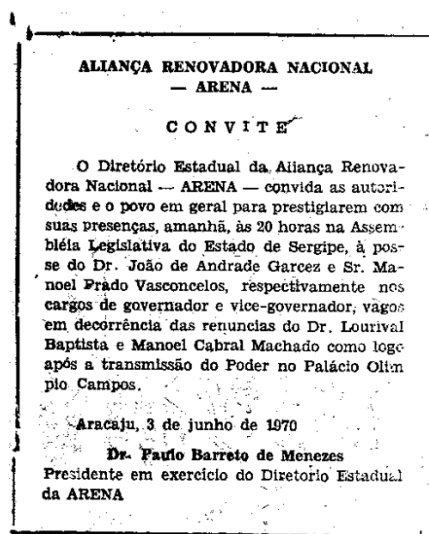
entendendo-o como um fenômeno “invisível”, contudo, tão presente na interação entre os indivíduos em função daquilo que Bourdieu (1989) denomina de cumplicidade.

Essa manobra política surtiria efeitos contundentes anos depois durante a elaboração de uma nova lista tríplice na qual o nome de João Andrade Garcez estava inserido. Apesar dos protestos dos seus correligionários de partido, a lista chegou às mãos do presidente Médici que escolheria o menos provável. Diante dessa circunstância de escolha, Ibarê Dantas nos conta que Garcez “[...] foi ao Comando do 28º BC pedir para ser dispensado em caso de preferência para o seu nome” (DANTAS, 2014, p. 201). O jornal Gazeta de Sergipe, publicado no dia da aprovação dos nomes que constavam na lista tríplice, descreve com riquezas de detalhes o procedimento em que declara:

O Diretório Estadual da ARENA de Sergipe, reunido na manhã de ontem, resolveu por unanimidade dos seus membros, homologar as escolhas dos nomes de João Andrade Garcez e Manoel Prado Vasconcelos, para Governador e Vice-governador, respectivamente, ao mesmo tempo em que dirigiu telegrama ao Presidente Médici, informando-o dos acontecimentos e declarando-se satisfeito com as indicações feitas pelo Chefe do Governo. Logo no início da reunião houve uma pequena celeuma entre os dezoito componentes, quando o Sr. Manoel Conde Sobral sugeriu que a votação [...] fosse realizada nominalmente, com total discordância do Deputado Djenal Tavares que afirmou: “É melhor fazermos tudo dentro do que estabelece a Lei, para que esta reunião não venha a ser anulada” (GAZETA DE SERGIPE, 2 de junho de 1970, p. 1).

Diante dessa descrição, pode-se notar a rigidez com a qual o processo estava sendo conduzido uma vez que cada etapa deveria obedecer ao que estava previsto por lei como bem frisou o então deputado Djenal Tavares. Tendo os nomes do governador e do seu vice homologados, ocorre a solenidade da transmissão simbólica da faixa como postula os ritos já estabelecidos na legislação. Um convite foi divulgado no jornal Gazeta de Sergipe em 4 de junho de 1970, com o intuito de anunciar os empossamentos dos novos gestores.

Figura 1: Convite da ARENA para a posse dos novos gestores.



Fonte: (Gazeta de Sergipe, 1970, p. 1).

Já empossados em seus cargos, Garcez e Manoel Prado Vasconcelos enfrentariam problemas com a estiagem que os acompanhariam durante toda sua curta passagem; algumas intercorrências que ficaram por serem resolvidas nessa nova gestão – destaques para a problemática envolvendo a reforma administrativa pautados para aquele ano, bem como no setor educacional. Enfim, o governo tampão teria muitas adversidades e pouco tempo para solucioná-las, por essas e outras que Garcez tomaria medidas únicas.

Estas medidas eram voltadas às circunstâncias que se apresentavam naquele contexto desde que não “saíssem” do campo de visão dos militares, pois suas ações tinham limites e só poderia ir até onde lhe era permitido.

3. GARCEZ E AS PRINCIPAIS MEDIDAS ECONÔMICAS ADOTADAS: UM PANORAMA NECESSÁRIO

O governo Garcez seguia as rédeas das diretrizes do campo econômico sugeridas pelo presidente Médici e os seus ministros. No entanto, havia alguns contrastes de interesses e críticas como quando o economista Gilson Cajueiro de Holanda, então secretário da Fazenda, foi descrito pelos redatores como o “novo e a novidade, encontram fortes resistências do ‘velho’, da rotina e dos

hábitos enraizados” (ROSA, 24 de julho de 1970, p. 3), ou seja, ao novo secretário era imputado um desafio que remontava aos problemas fiscais antigos, os quais deixaram legados econômicos deficitários para o estado.

Conforme o economista Ricardo Melo, “[...] o desenvolvimento da economia sergipana tem como seu principal determinante o ritmo e a natureza da expansão da economia brasileira e a incidência regional das políticas nacionais, sejam elas de cortes setorial, social ou de infraestrutura” (MELO, 2019, p. 359). Portanto, observa-se as aproximações e interações entre as esferas estadual e federal em se tratando de atuação no regime de cooperação entre as partes, já que Garcez soube articular-se com as políticas públicas nacionais beneficiando o desenvolvimento de Sergipe.

Capitaneando uma reforma administrativa e ordenando diversas melhorias estruturais das quais viriam atenuar a problemática do sertão, Garcez “considera como grandes feitos de seu governo as obras de preparação para o Porto, a liberação da TV e sobretudo ter conseguido que a unidade da Petrobras não fosse transferida para Salvador” (DANTAS, 2014, p. 139). Haja vista que todas essas medidas tomadas em um espaço curto de tempo foram salutares para os avanços na infraestrutura e, principalmente, conter a enxurrada de exigências por vários setores da sociedade sergipana.

Dentre os feitos de Garcez em sua administração destaca-se a manutenção do polo da Petrobras em Sergipe, soma-se a este fato às descobertas de jazidas de potássio e o poço Caioba-1 que, inclusive, foram motivos de muitos debates e reuniões com o objetivo de direcionar as explorações sem prejuízos. No que se refere ao poço Caioba-1, o editorial declara que o mesmo tem “[...] grande formação oleífera tornará possível em pouco tempo a conquista da auto-suficiência fato até então considerado quase improvável dentro das projeções elaboradas pela PETROBRAS [...]” (DIÁRIO DE ARACAJU, 12 de fevereiro de 1971, s/p). Havia rumores de que antes mesmo dessas descobertas ocorresse a transferência do polo em Sergipe para Salvador – algo que, no entender dos políticos locais, seria prejudicial para o estado.

Embora já tenha sido mencionado a respeito da reforma administrativa que permearia o governo Garcez, é de bom alvitre destacar que havia uma equipe organizada para tratar do assunto e, periodicamente, se reuniam em

seminários para discutir e verificar o andamento dos programas desenvolvidos pelo grupo encarregado pelas projeções de outras medidas a serem tomadas. A propósito, toda e qualquer intenção de reforma administrativa deveria se embasar pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967⁶, segundo o qual dispõe sobre a organização da administração federal e apresenta as diretrizes para conduzir e amparar possíveis reformas. Essa experiência reformista foi replicada na capital sergipana, mas logo foi suspensa, isto é, não foi implementada em sua completude devido as distinções das predileções políticas existentes (CAMPOS, 1970).

Durante os eventos realizados na capital sergipana a fim de cumprir as agendas de Cirne Lima, houve a participação das principais autoridades vinculadas ao governo estadual as quais foram às associações de trabalhadores rurais e espaços afins. Como já fora dito, Paulo Barreto estava a poucos meses de assumir o cargo de governador e apresentou o seu plano para desenvolver a agricultura no estado, solicitou um orçamento cuja quantia era de 3 milhões e duzentos mil cruzeiros – sendo esse um valor cinco vezes maior do que no ano anterior (GAZETA DE SERGIPE, 20 de janeiro de 1971). Ou seja, os planos se voltavam para as melhorias estruturais para captação de recursos visando destiná-los ao desenvolvimento e manutenção econômica de Sergipe.

Infere-se que as medidas econômicas adotadas também seguiam as diretrizes dos governos militares, embora tenhamos apresentado apenas alguns pontos altivos da gestão Garcez no tocante a economia; ressalta-se a necessidade das tomadas de decisões a fim de contornar circunstâncias que já se arrastavam de gestões anteriores, por isso a ideia desse tópico era demonstrar um “panorama necessário”.

4. A EXPLICAÇÃO DE UMA CONJUNTURA: MUDANÇAS POLÍTICAS E SOCIAIS NO GOVERNO GARCEZ

⁶ BRASIL. **Decreto-Lei nº200**, de 25 de fevereiro de 1967, dispõe sôbre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1965.

A gestão de João Andrade Garcez, na prática, não se iniciaria logo após a solenidade de posse porque ele mesmo solicitou mais um tempo para deixar em ordem as ocorrências da sua vida pessoal, vale ressaltar que Garcez ainda exercia sua profissão de dentista, portanto, eis aí um dos motivos particulares alegados ao presidente da Assembleia Legislativa. Para tanto, era compreensível a solicitação de “dilação do prazo para sua posse no Govêrno estadual, ‘a fim de melhor equacionar seus afazeres particulares” (GAZETA DE SERGIPE, 2 de junho de 1970, p. 1). Este pedido foi comunicado ao deputado Heráclito Rollemberg, presidente da Assembleia Legislativa, que em caráter de emergência convocaria uma sessão extraordinária.

Durante as primeiras semanas de sua gestão, Garcez foi representado por seu vice Manoel Prado Vasconcelos, este era um comerciante mais conhecido como “Seu Rezinho” (BARRETO, 2007). Em 1970, ocorreriam as eleições, por esse motivo inúmeras articulações já estavam sendo efetivadas uma vez que visavam, principalmente, a vaga para o Senado. Enquanto os candidatos se organizavam a nova gestão já estava atuando a fim de contornar as problemáticas deixadas pelo gestor anterior, no entanto, os governantes já se depararam com as críticas advindas da imprensa. O fato em questão referia-se ao mau uso das verbas destinadas pelo Ministério da Educação e Cultura ao Conselho Estadual de Educação, e era uma espécie de denúncia realizada pelo jornal Gazeta de Sergipe através dos comentários no editorial, dando a perceber que a descrição “soava” como desabafo.

Segundo comentário publicado na edição de ontem no “Diário de Aracaju”, o Estado de Sergipe vai devolver a fabulosa importância de 350 mil cruzeiros que deveria ser aplicada num programa cultural, por culpa da inoperância do Conselho Estadual de Educação, o qual, no dizer do comentarista, do Composto por medalhões que não comparecem às reuniões do mesmo Conselho [...]. Na verdade aqui não se apoia, oficialmente, o que se faz ou procura se fazer, tanto na preservação do já escasso patrimônio cultural de Sergipe, assim como no incremento e desenvolvimento das iniciativas de natureza cultural [...] (GAZETA DE SERGIPE, 23 de julho de 1970, p. 3).

Percebe-se, portanto, que tal denúncia expunha a forma com a qual as verbas de determinados órgãos eram administradas, servindo de alerta para a gestão de Garcez que precisava dar uma resposta a essa circunstância. No

mesmo editorial, há uma expectativa sobre a atuação do novo secretário da pasta diante da explicitação do problema, em que declaram “[...] estamos certos de que S. Excia. saberá tomar as devidas providências no sentido de que isto não mais ocorra no futuro” (GAZETA DE SERGIPE, 23 de julho de 1970, p. 3). No dia seguinte a denúncia feita através do editorial, o governador Garcez já orientava ao seu secretário da Educação e Cultura, o professor Nestor Piva, como proceder diante do problema apresentado e confirmando a renovação do quadro de conselheiros já que, aparentemente, os nomes anteriores configuravam o cerne dessa celeuma.

Para Ibarê Dantas, o contexto inicial do governo Garcez não girava em torno apenas dos aspectos educacionais e culturais, pois “sendo o novo governador de Sergipe um neófito em política, e tendo irmão militar ocupando posto de destaque em Brasília, passou a ser visto como tendente a prestar uma colaboração maior do que seu antecessor, tido como matreiro” (DANTAS, 2014, p. 138). Observa-se que Ibarê Dantas já faz certa comparação entre os governos de Lourival Batista e o de Garcez, sendo este último mais maleável nas tratativas e exigências feitas pelo regime militar. A fim de que houvesse uma comunicação mais estável entre os militares e o inexperiente governador, as figuras do seu irmão Amintas Garcez e do auxiliar José da Silva Ribeiro se destacam, isso porque ambos já possuíam experiência, sendo suas intervenções cruciais para as tomadas de decisões (DANTAS, 2014).

No entanto, havia uma “papelada” burocrática a ser assinada em que boa parte era reivindicando autorização para cassações, embora as expectativas do general Abdon Sena fossem as melhores possíveis ainda dependeria das decisões do governador que, antes de tal intento, escolheria o seu secretariado para compor e auxiliá-lo no governo tampão (DANTAS, 2014). Garcez desejava governar com um mínimo de autonomia permitida pelos militares e sua estrutura política, inclusive, a escolha do nome do referido governador de Sergipe pelo presidente Médici fazia parte das estratégias revolucionárias engendradas não apenas no golpe civil-militar, mas também no regime ditatorial que se sucederia.

As indicações de candidatos não compromissados com as estruturas políticas oligarcas, preferentemente técnicos de boa categoria, irão constituir o embrião das novas lideranças estaduais afinadas com a política presidencial, sustentáculos da Revolução, que assim

organizadas tornam-se a fonte do novo Poder da República [...]. Dado o regionalismo do nosso sistema federativo, os Governadores dos Estados tornaram-se automaticamente no Poder básico da política nacional (GAZETA DE SERGIPE, 15 de maio de 1970, p. 3).

Como se fosse um jogo em que cada peça se torna imprescindível no campo do poder político, para os militares, cada governo estadual deveria seguir as diretrizes elencadas. Nesse sentido, Médici seguia o raciocínio praticado pelos governos militares no qual a ideia era manter todos os governadores sob sua tutela e a melhor forma encontrada era o próprio presidente escolher os gestores locais a partir da lista tríplice. Essa perspectiva tinha suas origens nas ações do presidente Castelo Branco, segundo a qual "[...] havia uma política governamental – ao menos na facção militar castelista – baseada na crença de que, para se manter, o regime precisava de legitimidade junto a uma parcela significativa da sociedade e, em busca disto, tentava associar a sua ação a alguns princípios democráticos" (VASCONCELOS, 2013, p. 342). A fim de ter os governadores locais alinhados aos princípios revolucionários, houve uma limitação das decisões o que, em certa medida, influenciaria posteriormente as relações de Garcez com o general Abdon Sena.

Na obra *Estado e Oposição no Brasil*, a autora Maria Helena Moreira Alves (1984) nos apresenta a perspectiva de como a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional moldou as estruturas do Estado brasileiro já que ao executar o projeto de Golpe civil-militar era necessário substituir tudo que fizesse referência ou fosse resquício daquilo que ela denomina como Estado populista, portanto, observa-se a aplicação da concepção do anticomunismo. Nesse sentido, essas mudanças seriam refletidas nos governos locais, onde haveria as substituições dos “quadros” governativos que ainda se faziam presente; porquanto a sociedade civil também seria alcançada por essa proposta modificadora.

Mesmo em meio a lógica da suspeição e do “perigo” constante em que os militares firmaram os sustentáculos em busca da legitimação, almejou-se a “plenitude democrática” para somente depois alcançar uma “democracia ideal” (VASCONCELOS, 2013). Por essas e outras que podemos verificar que no decorrer dos desdobramentos do regime ditatorial no Brasil algumas práticas que eram vigentes antes da intervenção militar foram mantidas, mas de forma

mascarada como é o caso das eleições indiretas nas Assembleias Legislativas, por exemplo. Corroborando com essa lógica engendrada no referido contexto, Borges (2007) declara:

[...] regime fundado sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional se atribui uma vocação revolucionária destinada a modificar o *status quo*. A nova autoridade se considera autodotada, tendo em vista sua condição revolucionária, dona de um poder suficiente para eliminar os fatores adversos que perturbem a ordem, e para adotar medidas visando a assegurar e consolidar o movimento revolucionário e impor os seus objetivos (BORGES, 2007, p. 27).

Essa mudança seria necessária para o bem da nação uma vez que era preciso legitimar as proposituras instauradas desde o Golpe civil-militar. Retomando o ponto em que Garcez escolhe o seu secretariado, aproveitando a pouca deliberação da qual dispunha, nomes de pessoas que pouco ou nunca participaram do círculo político sergipano foram surgindo como novidades não apenas pelo fato de estarem na condição de novatos, mas por serem considerados jovens demais o que rendeu às escolhas do governador a alcunha de “jardim de infância” dada a jovialidade da sua equipe (DANTAS, 2014). Isso não atrapalharia Garcez durante o seu curto mandato, mas não o eximiu de gerir a situação dos “flagelados” pela seca e outras intercorrências.

No que tange o episódio dos flagelados, Garcez articulava ações preponderantes visando conter as necessidades básicas dos moradores do sertão sergipano e regiões adjacentes que estavam sofrendo com as estiagens. “Os flagelados estão recebendo alguma ajuda em dinheiro [...] Garcez determinou a concessão da pequena ajuda depois de que dezenas de pessoas vindas do sertão de Sergipe e Alagoas começaram a chegar diariamente ao Palácio alguma forma de ajuda” (DIÁRIO DE ARACAJU, 14 e 15 de fevereiro de 1971, s/p). Portanto, nota-se quão sofrível era a vida daquelas famílias em função da seca, inclusive, essa mesma edição do referido jornal assevera a presença de crianças doentes que faziam parte dos grupos de sertanejos que se deslocavam em busca de ajuda e condições melhores de vida.

Até o momento não chegaram os caminhões pipas que deverão ser enviados pela SUDENE para trabalharem no abastecimento

de várias localidades onde não existe de nenhuma forma água potável. Os caminhões utilizados atualmente não chegam para atender todo Estado, pois o transporte de água está sendo feito de distâncias às vezes superiores a setenta quilômetros. Quase toda água para o abastecimento está sendo apanhada no rio São Francisco (DIÁRIO DE ARACAJU, 14 e 15 de fevereiro de 1971, s/p).

Nota-se que as ações do governador asseguravam-se naquilo que estava ao seu alcance e mesmo com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ainda enfrentavam problemas logísticos que interferiam diretamente em soluções mais efetivas, até porque “[...] as Frentes de Trabalho não mas têm condições para absorção de volume de mão de obra em contínua ascensão” (DIÁRIO DE ARACAJU, 14 e 15 de fevereiro de 1971, s/p). O governador João Andrade Garcez viajaria até essas “frentes de trabalho” a fim de acompanhar mais de perto a situação de calamidade que era amenizada com as distribuições dos donativos fornecidos pela SUDENE, embora as expectativas de mudanças fossem mínimas em virtude da inoperância das precipitações previstas.

Durante as eleições de 1970, confirmou-se a vitória de Paulo Barreto de Menezes ao governo estadual que seria ocupado no mês de março do ano seguinte. A escolha de Paulo passou por um crivo preliminar do próprio regime ditatorial, mas antes houve uma reunião com o líder nacional da ARENA a fim de colher os informes dos nomes pretendidos ao cargo. Todos os interessados e representantes partidários, cada qual com suas tendências e proposituras, estavam trancados em um gabinete algo que parecia mais um “ritual”, no qual foi descrito como “confessionário” (DANTAS, 2014). O nome de Paulo Barreto de Menezes ganharia forças graças à intercessão de Lourival Batista que possuía boas relações com os generais ligados à Presidência da República e, conforme os mesmos trâmites do governo tampão, todas as escolhas passaram sob os olhares dos militares.

Para entendermos o governo Garcez é necessário compreender esse processo eleitoral que consagraria Paulo Barreto como governante, assumindo suas funções em 1971. Isso ocorre porque o principal critério que triunfaria na decisão final de Médici foi o aspecto técnico, ou seja, não bastaria ser um entendedor de administração ou de ser gestor, mas, sobretudo, um alguém com

técnica capaz de liderar os interesses da “Revolução”. Nas palavras de Ibarê Dantas, Paulo era “o único da relação que não apresentava militância política anterior, aliás recém-filiado (1969) ao partido do governo” (DANTAS, 2014, p. 133), demonstrando o real interesse do presidente Médici em ampliar as influências das ideias revolucionárias de forma sistemática.

Já eleito, Paulo Barreto precisou interagir com João Andrade Garcez e até mesmo representar o estado de Sergipe em viagens importantes, mesmo não tendo sido empossado no cargo – algo que só ocorreria em 15 de março de 1971, até lá Garcez precisou lidar com ações conjuntas e decisões pontuais a serem tomadas. É de bom alvitre destacar que Garcez não havia perdido sua autonomia concedida pelo regime militar, mas convivia com o seu sucessor como se fosse uma equipe de “transição” só que não nos últimos meses de mandato do atual governante, como de costume; e, sim, desde o início do mandato temporário de Garcez. Algumas atitudes merecem ser abordadas nesse trabalho como é o caso das viagens à Recife e das reuniões com os representantes da SUDENE, bem como as relações com os militares.

No tocante as viagens ao Recife para reunir-se com a comissão nacional da SUDENE, cujo objetivo era enquadrar “[...] uma frente de ação para combater o flagelo da seca que vem assolando a Região Nordeste nestes últimos meses” (SERGIPE, 1970, p. 2), Garcez mostrou-se cooperativo e satisfeito uma vez que Sergipe havia sido incluído nos planos de ajuda do Governo Federal. Esse episódio de diálogos entre as diferentes esferas dos poderes constituídos se repetiriam em outras oportunidades dado os resultados positivos entre os seus representantes. O caso dos “flagelados” é uma prova dessas conexões que não se limitaram as reuniões da SUDENE, veremos nos parágrafos mais adiante como se deu esses contatos.

Antes merece sublinharmos uma política pública que aproximaria tanto o governo federal como o estadual em que articulariam programas de saneamento e habitação. Para isso, organizou-se toda uma projeção de créditos suplementares fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), em Sergipe, esses delineamentos foram reforçados pelo Poder Executivo estadual o qual autorizou os empréstimos contraídos ou que poderiam ser contraídos pelo Banco do Estado de Sergipe (Banese) com o BNH. Como resultado desses

programas houve a construção de conjuntos habitacionais na capital sergipana. No que tange a esse momento de execução dos programas, Lygia Nunes Carvalho descreve:

Neste período o Governo Federal era liderado pelos militares, e foi marcado pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), voltado para a provisão de habitação para as classes populares. Em Aracaju, o marco inicial desta produção ocorreu em 1968, com a construção do primeiro conjunto habitacional pela COHAB-SE: o Castelo Branco I (CARVALHO, 2013, p. 67).

A autora nos apresenta dados importantes sobre a “provisão de habitação”, os quais sejam os destinos dessas casas e o tempo de construção. Ela complementa que nesse período de 1968 a 1970 “[...] ainda não era dada a devida importância a moradia, bem de necessidade básica do ser humano” (CARVALHO, 2013, p. 67). Ratifica-se a pouca importância direcionada ao aspecto habitacional em função das parcelas ínfimas dos recursos destinados para essa área, embora sua origem seja do fundo especial voltado ao desenvolvimento econômico e social do Estado não eram valores suficientes para gerenciar o programa em sua completude.

Mesmo em meio a esse contexto de políticas públicas que permitiram as interações do governo Garcez para com alguns ministros de Médici – Cirne Lima (Agricultura) e Coronel Mario Andreazza (Transportes). No que se refere aos dois ministros supracitados suas intervenções foram medidas atenuantes contra seca no sertão sergipano, inclusive, eles vieram até Sergipe a fim de discutir propostas de melhorias e ouvir as exigências locais. O ministro da agricultura ao desembarcar em Aracaju “[...] cumpriu o primeiro ponto de sua viagem ao Nordeste do País, objetivando manter contatos com lideranças rurais, sentindo de perto seus problemas, e observando o desenvolvimento das atividades de sua Pasta” (GAZETA DE SERGIPE, 16 de janeiro de 1971, p.1).

O Coronel Mário Andreazza, ministro dos Transportes, veio a Aracaju com o intuito de inspecionar as obras da ponte sobre o rio São Francisco no trecho entre Propriá e Colégio - este último um município de Alagoas. Com a construção dessa ponte, haveria um fluxo maior de veículos que transportam cargas com gêneros alimentícios e outros produtos importantes para sobrevivência humana,

servindo também no combate à seca e em apoio às “frentes” de trabalho (GAZETA DE SERGIPE, 14 de janeiro de 1971). Todos esses esforços mencionados visavam amenizar o sofrimento dos “flagelados” pela seca como também levar o “desenvolvimento” apregoado pelo regime militar para a região Nordeste.

Em se tratando da relação de Garcez com os militares, como vimos, desde a escolha do seu nome na lista tríplice para ocupar um governo tampão mantinham uma relação tranquila e profícua como pudemos observar na organização do novo secretariado estadual. Embora houvesse algumas rugas como quando o general-da-brigada Abdon Sena pressionou o governador a fim de que assinasse os processos de cassação dos desembargadores, a propósito, isso deixou Garcez tão incomodado que ele chegou a declarar: “[...] general, amanhã o senhor pega uma transferência e vai embora e eu vou continuar vivendo no meu ambiente” (GARCEZ, 1995, s/p apud DANTAS, 2014, p. 138). Ainda durante o seu governo, Garcez presenciou a troca do comando do IV Exército que agora passaria a está sob as responsabilidades do General João Bina Machado e em 9 de fevereiro de 1971, o novo comandante visitaria Sergipe.

A gestão de João Andrade Garcez é marcada pelas interferências de outros atores políticos que no curso do mandato foram moldando as ações do governante a partir das exigências feitas pelos seus correligionários. Em certa medida, os militares confiavam na atuação de Garcez no que se refere às pretensões “revolucionárias” tão veneradas e difundidas por seus adeptos. Com o respaldo do então presidente Médici, percebeu-se uma boa interação de Garcez com Paulo Barreto de Menezes, este já se inteirava nos negócios que envolviam o estado e suas intervenções eram com o intuito de cooperar com o governador.

Durante esse tópico pôde-se observar as ferrenhas problemáticas enfrentadas pelo governador João Andrade Garcez que em sintonia com sua jovem equipe de secretários contornaram algumas situações, amenizaram outras, mas, sobretudo, foi adiante nas resoluções. Ao assumir o governo, Garcez já fora cobrado pela imprensa e seus pares que exigiam posicionamentos enérgicos como no caso dos “flagelados” ou até mesmo no imbróglio com a Petrobrás que, estava sendo gerida pelo general Ernesto Geisel, então

presidente da instituição, uma vez que qualquer “deslize” poderia comprometer o seu curto governo. Evidentemente que apesar da brevidade de sua administração, em que ocorreram inúmeras outras situações, Garcez com a autonomia facultada pelo regime militar, montou sua equipe e sob os olhares desconfiados pôde atuar de forma expressiva, isto é, pôde ser ele mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os reflexos da ditadura em Sergipe foram sendo expostos a partir da deposição de Seixas Dória do governo estadual, em seu lugar, Sebastião Celso de Carvalho assumiria com a incumbência de auxiliar os militares a estabelecer o recente regime ditatorial implantado e difundido por todo o país. No decorrer desse processo e com os ideais militares já se consolidando, Lourival Batista decide, em maio de 1970, renunciar ao cargo de governador para concorrer nas eleições daquele mesmo ano ao senado. Neste interregno, era necessário escolher um substituto uma vez que o vice-governador de Lourival Batista preferia assumir a vaga no Tribunal de Contas e todo o procedimento para eleger um nome ocorreu conforme os desígnios do presidente Médici e as práticas já engendradas pelos governos militares nessa época.

O governo “tampão” tinha prazo e personagens determinados, mas ao que parece este foi investido de uma permissividade velada pelo regime militar que não se observa em outras experiências governativas. Essa permissividade se dava pela lógica de indicação e escolha seguida pelos presidentes durante a ditadura militar que rechaçavam candidatos que tivessem algum vínculo com grupos políticos locais, geralmente, estes compunham as “grandes famílias” das elites que já revezavam no poder.

Os limites dessa relação entre o governo estadual e os militares se davam em função da intenção de cooperação com as proposituras implementadas e seguidas desde o Golpe civil-militar em 1964, embora, no decorrer do regime inúmeros fatores adversos tenham se apresentado o que interessava aos militares é a confiabilidade do nome do candidato indicado, este foi o caso de Garcez que cumpria os “requisitos” para ocupar o cargo no Poder Executivo estadual. Portanto, infere-se que a alta cúpula do país entendia que Garcez seria

capaz de manter-se fiel aos “Objetivos Nacionais” e à ideologia já difundida entre os militares.

Ao ser escolhido, João Andrade Garcez pôde organizar sua equipe de trabalho, em sua maioria constituída por jovens sem nenhum laço político, isso renderia pressões pondo-os como alvos de pilhérias. Observou-se que Garcez também era um neófito na política e que só fez parte dela por um “acaso”, mas em sua gestão teve o apoio do seu irmão que era um militar e nos momentos mais intensos de cobranças conseguiam contorná-las.

Pôde-se inferir que os feitos de Garcez foram necessários para aquele contexto uma vez que herdara a “máquina” pública repleta de problemas, vide o caso dos “flagelados” que atravessou toda sua curta administração, precisando tomar medidas cautelosas para dirimir o sofrimento com a seca. Infere-se também o caso envolvendo a Petrobrás e o polo situado em Sergipe, segundo o qual precisou da intervenção direta do governador a fim de preservar os interesses econômicos. Vale ressaltar as interações de Garcez com Paulo Barreto de Menezes que agiam juntos em prol das pretensões “revolucionárias” e locais, já que as ações conjuntas não se limitaram às viagens.

Assim sendo, considera-se que apesar da brevidade do governo tampão, Garcez agiu diante dos infortúnios conforme dispunha dos recursos que estavam ao seu alcance, pois desde o início do seu mandato já havia recebido votos de confiança como também pressões advindas da imprensa que julgava o gestor inexperiente. Portanto, o neófito governador precisou se provar lidando com uma série de fatores críticos que exigiam atitudes pontuais as quais refletiam no bom trato com os militares. Mesmo que por um breve momento no cargo do poder executivo estadual, Garcez governou, mediante os preceitos “revolucionários”, mas pôde agir conforme sua consciência fazendo escolhas que foram respaldadas pela alta cúpula do comando militar; enfim, sua gestão estava longe de ser perfeita, contudo, cumpriu sua função.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. Editora Vozes: Petrópolis, 1984. 362 p.

BARRETO, Luiz Antônio. Personalidades sergipanas. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Difel: Lisboa, 1989.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. RJ, Civilização Brasileira, 2007.

BRASIL. Decreto-Lei nº200, de 25 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 1965.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília,DF: Diário Oficial da União, 2011.

BREPOHL, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista Brasileira de História, Curitiba, v. 17, n.34, p. 203-220, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytchH53C4X6j/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMPOS, José Aluísio de. Prestando Contas ao Povo Aracajuano. Uma Nova Experiência de Governo Municipal. Edição do Autor: Aracaju, 1970.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: [s.i.]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares#php2go_top. Acesso em 03 jan de 2024.

CARDOSO, Marcos. Infonet. 2015. Os 100 anos de Lourival Baptista. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/os-100-anos-de-lourival-baptista/>. Acesso em 01 fev. 2024.

CARVALHO, Lygia Nunes. As políticas públicas de localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju-SE. 2013. 223f. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) FAUUSP, São Paulo, 2013.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. Visões do Golpe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime

militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2ª. Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2019.

DANTAS, Ibarê. A Tutela Militar em Sergipe (1964 – 1984). 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

FICO, Carlos. O golpe de 64: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434840003>. Acesso em 15 jun. 2024.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 - 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237222632_Versoes_e_controversias_sobre_1964_e_a_ditadura_militar. Acesso: 15 jun. 2024.

JESUS, Danilo Mota de. Do consultório para as aulas da Universidade Federal de Sergipe: trajetórias de professores-alunos do curso de odontologia (1972-1979). 2022. 163f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2022.

JOFFILY, Mariana. A "verdade": sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. In: XXVII Simpósio Nacional de História, conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. Anais [...]. Rio Grande do Norte: [s.i], 2013, p. 1-11.

LACERDA, Ricardo. Cenários de Desenvolvimento, 2013. A economia de Sergipe em 1970 (1ª Parte). Disponível em: <http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com/2013/05/a-economia-de-servicos-de-sergipe-em.html>. Acesso em 03 jan. 2024.

LEANDRO, Hélio Wilson; SANTOS, David Wanderson Soares dos. “Grandes Famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: Grupos Familiares e Dinâmicas do Poder. Scientia Plena, Sergipe, v. 6, n. 12(b), dezembro, 2010, Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/316>. Acesso em 10 jan. 2024.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. Sergipe no Século XXI: Expansão, Crise e Reposicionamento da Estratégia de Desenvolvimento Econômico. BNB CONJUNTURA ECONÔMICA, v. 6, p. 1-22-22, 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/etene/conjuntura-economica/edicao-especial-15-anos>. Acesso 01 fev. 2024.

MONTALVÃO, Arivaldo Telles; SEIDL, Ernesto. Arena Sergipana: Trajetórias Políticas dos Deputados Federais. Scientia Plena, Sergipe, v. 6, n. 3., março, 2010, Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/134>. Acesso em 10 jan. 2024.

PRIORE, Mary del. Histórias da gente brasileira, vol. 4: República – Testemunhos (1951-2000), São Paulo: LeYa, 2019.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. In: Projeto História. São Paulo, PUC, n. 10, p.p. 07-28, dezembro de 1993.

RIDENTI, Marcelo. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988. Concinnitas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 33, p. 86-100, dez., 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/39848>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SANTOS, Amanda Marques dos. GESPS e a oposição em Sergipe. In: IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE – O Cinquentenário do Golpe de 64, 4., 2014, Sergipe. Anais eletrônicos [...] Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2014. p. 1-14. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=969147&key=933112ed3c4559a5cdd2fb5c0f3d7f46>. Acesso em 06 jan. 2024.

SERGIPE. Casa Civil. Galeria de Governadores. [Aracaju]: SECC, 2023. Disponível em: https://www.se.gov.br/casacivil/casacivil_galeria_de_governadores. Acesso em: 09 fev. 2024.

SERGIPE. Gabinete do governador. Diário Oficial do Estado de Sergipe: Noticiário, jan. – mar., 1971.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.333-358, jan/abr 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PzdRcXh8sFjzDkzL9kBsdqr/abstract/?lang=pt>. Acesso 01 fev. 2024.

ZAVERUCHA, Jorge. Militares e participação política no Brasil do final do séc. XX e início do séc. XXI. REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 30-39, março/maio 2001. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5845?locale-attribute=es>. Acesso em 06 jan. 2024.

Recebido em 26/04/2024.

Aprovado para publicação em 07/06/2025.

A REPERCUSSÃO DO GOLPE DE 1964 SOBRE O CINEMA NOVO Crise do projeto nacional-popular e autocrítica (1964-1968)

THE REVERBERATION OF THE 1964 COUP ON CINEMA NOVO Crisis of the national-popular project and self-criticism (1964-1968)

JOSÉ ALMIR SANTOS BASÍLIO FILHO¹

RESUMO

Este artigo visa problematizar como o Golpe de 1964 repercutiu nos cineastas ligados ao Cinema Novo, analisando um recorte temporal que abrange os primeiros anos de Ditadura até a instauração do AI-5. Para este fim, investigamos a produção bibliográfica dos cineastas engajados ligados ao movimento em questão, sobretudo publicações da Revista Civilização Brasileira, interpretadas segundo as orientações metodológicas de Tânia Regina de Luca sobre o uso de periódicos na pesquisa histórica e tomando como fundamentação teórica formulações de Raymond Williams sobre a aplicação de uma perspectiva materialista aos estudos culturais. O trabalho parte de exposições sobre o panorama geral das esquerdas na conjuntura do Golpe de 64 para, progressivamente, singularizar a dimensão artística da militância, mais especificamente aquela referente ao cinema. Através de uma análise que instrumentalizou conceitos de diferentes áreas do conhecimento para investigar as fontes supracitadas, observamos que a militância dos cineastas no período após o Golpe de 1964 se caracterizou por uma dualidade entre “a voz do militante de esquerda” e “a voz do profissional de cinema”: por um lado, há uma ênfase nas contribuições positivas do Cinema Novo para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, mas, quando se trata de avaliar as consequências do diálogo com o projeto nacional-popular, com suas estratégias de intervenção sobre a sociedade e mobilização do público, críticas mais severas foram feitas, geralmente direcionadas aos objetivos não atingidos das obras.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Cinema Novo. Revista Civilização Brasileira. Cinema brasileiro

ABSTRACT

The aim of this paper is to problematize how the 1964 Coup reverberated on the filmmakers related to Cinema Novo, analyzing a time frame that embraces the first years of the Dictatorship until the establishment of AI-5. For this purpose, we investigated the bibliographical production of such filmmakers, particularly

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. e-mail do autor: basilioalmir85@gmail.com

publications from *Revista Civilização Brasileira*, regarded according to the methodological guidelines of Tânia Regina de Luca on the use of periodicals in historical research and taking Raymond Williams's formulations concerning the application of a materialist perspective to cultural studies as a theoretical foundation. This paper starts with an exposition about the general outline of the political left in the 64 Coup scenario and then progressively particularize the artistic dimension of militancy, more specifically that relating to cinema. Through an analysis that instrumentalized concepts from different areas of knowledge to investigate the aforementioned sources, we observed that the militancy of filmmakers after the 1964 Coup was characterized by a duality between “the voice of the left-wing activist” and “the voice of the cinema professional”: on one hand, there is an emphasis on the positive contributions of Cinema Novo concerning the national cinematographic industry's development, but, when it comes to evaluating the consequences of the dialogue with the national-popular project, with its intervention strategies on society and public mobilization, more severe criticisms were made, generally directed at the unachieved objectives of the works.

Keywords: 1964 Coup. Cinema Novo. *Revista Civilização Brasileira*. Brazilian cinema.

INTRODUÇÃO

O Golpe de 1964 foi um momento de ruptura na trajetória da arte engajada no Brasil: ruptura para as militâncias de esquerda e seus projetos políticos que vinham sendo elaborados e postos em prática até então, e ruptura para os artistas engajados e seus projetos estéticos. Embora tais grupos sejam heterogêneos e se confundam muitas vezes, a instauração do Regime Militar e seus desdobramentos (como a repressão às classes subalternas, a perseguição a opositores, a censura, a consolidação do processo de modernização conservadora, entre outros) configuraram-se para os artistas de esquerda naquela conjuntura como um dado incontornável que, de uma forma ou de outra, teve de ser incorporado aos posteriores encaminhamentos de seus múltiplos projetos.

Desse modo, este artigo tem o objetivo de problematizar como o Golpe de 1964 repercutiu nos cineastas ligados ao Cinema Novo, focando na autocrítica desenvolvida pelos cineastas militantes de esquerda a partir desse evento. Tal discussão perpassa uma variedade de questões atreladas ao contexto político, social e econômico mais geral a partir do qual a atividade dos cineastas foi levada a cabo: desde a dificuldade de comunicação com as classes

populares, a repressão à esquerda no regime militar, a predominância da classe média intelectualizada entre os cineastas, a relação ambígua com a indústria cultural, entre outros pontos que foram centrais nas reflexões a partir de abril de 1964. Através de um debate que relaciona tal conjuntura mais ampla com a atividade mais específica dos cineastas, propomos uma articulação entre conceitos oriundos de diversos campos de estudo para conceber a autocrítica dos cineastas no período pós-1964 como uma dualidade entre “a voz do profissional de cinema” e “a voz do intelectual militante”.

Para esta pesquisa seguimos um viés atípico no âmbito dos estudos sobre cinema: direcionamos nossa ênfase aos debates travados “fora das telas”, em espaços de discussão e organização política, que expõem a fundamentação teórica dos cinemanovistas, bem como o lastro de ideias políticas e estéticas que embasaram a realização de seus filmes. Nesse sentido, nossa fonte primordial não foram filmes, mas sim escritos de críticos, teóricos do cinema e cineastas ligados ao Cinema Novo, sobretudo textos publicados em periódicos como a *Revista Civilização Brasileira* no recorte temporal estudado.

Para analisar esse tipo de fonte, nos baseamos nas orientações metodológicas de Tânia Regina de Luca em seu texto *História dos, nos e por meio de periódicos* (2008). A autora indica que o pesquisador, ao lidar com periódicos como revistas, deve: atentar-se às condições de produção e reprodução do material; localizar historicamente a publicação; entender quem são seus colaboradores, quais seus objetivos e qual seu público-alvo. Nesta pesquisa, tais pontos foram especialmente importantes pois ajudam a esclarecer, segundo nossos objetivos, como a *Revista Civilização Brasileira* “cumpru o papel de ser um dos principais porta-vozes dessa intelectualidade contra a ditadura militar.” (CZAJKA, 2010, p. 96). Ela agregou textos sobre diferentes temas relevantes para a militância da época, como política e artes, sempre vistos por diversas perspectivas alinhadas à esquerda. Como amplamente destacado por Rodrigo Czajka (Ibid., p. 100), cuja pesquisa sobre a *Revista Civilização Brasileira* forneceu um maior embasamento à análise das fontes primárias selecionadas, a revista em questão se configurou como um centro de debates das esquerdas entre 1965 e 1968.

Como metodologia complementar para direcionar a escolha de obras fílmicas a serem mencionadas como exemplos de nossa argumentação, utilizamos as orientações de Goliot-Leté e Vanoyé (1994) sobre a utilização de filmes em pesquisas acadêmicas. Segundo os autores, para além da análise fílmica propriamente dita, que tem como objetivo explicar determinado filme, é possível também *utilizar* um filme para “descrever os contornos de um movimento estético”, operação na qual, a fim de construir uma descrição, tiramos “informações parciais, isoladas do filme para relacioná-las com informações extratextuais” (GOLIOT-LETÉ, VANOYE, 1994, p. 53). Sob esse pressuposto, selecionamos filmes do cinema engajado brasileiro de modo a descrever de maneira mais clara para o leitor os contornos dos projetos políticos e estéticos dos cinemanovistas que percebemos através dos escritos analisados. Importante frisar que, como não desenvolvemos a análise fílmica das obras neste trabalho, nos baseamos em pesquisas de outros autores, sobretudo Ismail Xavier (2001), para contemplar de maneira breve aspectos estéticos do cinema produzido no recorte estudado.

Em termos teóricos, o trabalho se baseia na perspectiva materialista de Raymond Williams (2005) aplicada aos estudos culturais. As formulações de Williams, inseridas na tradição marxista, permitem compreender a relação entre as práticas culturais e a materialidade sob a qual elas se desenvolvem sem inferir que tais práticas são um mero reflexo necessário de sua base econômica. Como apontado pelo autor: “Nós temos que reavaliar ‘determinação’ como o estabelecimento de limites e o exercício de pressões, e não como a fixação de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado.” (WILLIAMS, 2005, p. 214). As implicações de tal perspectiva serão expostas no decorrer da argumentação, mas por ora cabe enfatizar que ela possibilita elaborar uma análise das condições de produção e reprodução da arte que contemple o caráter classista de sociedades marcadas pela hegemonia de certos sistemas de valores - hegemonia esta que não se restringe à dimensão discursiva, mas está atrelada às estruturas sociais, conforme exposto por Williams (2005, p. 217).

Essa perspectiva relaciona-se também com outros referenciais teóricos e conceituais que orientam a análise - que considero importante esclarecer devido à ausência de consenso historiográfico em relação aos temas aqui tratados. Para

fundamentar nossa interpretação do Golpe enquanto um movimento empresarial-militar, de profundo caráter classista, tomamos como referência a obra de Dreifuss, *1964 e a conquista do Estado* (1981), sobretudo sua análise a respeito da crise do populismo e instauração do Regime. Em relação à militância de esquerda e à produção artística engajada nessa conjuntura do Golpe de 64 - que, articulados, constituem o foco deste artigo - nossa principal referência é a interpretação de Marcelo Ridenti sobre o tema, exposta em diversas pesquisas, como em sua tese *O Fantasma da Revolução Brasileira* (2010). A partir da obra de Ridenti, usamos conceitos como romantismo revolucionário, e, além disso, fundamentamos diversas análises deste trabalho segundo interpretações do autor sobre o contexto estudado, aplicadas nesta pesquisa sobre outro enfoque: partimos de suas teses de caráter sociológico sobre a esquerda brasileira no geral para desenvolvermos uma análise direcionada especificamente para o cinema brasileiro, formulada sob o viés da historiografia e não da sociologia.

Nesse sentido, o presente trabalho visa contribuir para a pesquisa acadêmica sobre o tema levando adiante algumas coordenadas gerais indicadas por Marcelo Ridenti (2010) e reelaborando-as tanto com contribuições de outros autores quanto com dados obtidos durante a pesquisa documental exposta neste artigo. Como o próprio autor coloca, ao analisar a presença de artistas dentro da militância de esquerda,

As artes não poderiam deixar de expressar a diversidade e as contradições da sociedade brasileira da época, incluindo, por exemplo, a reação e o sentimento social ante o golpe de 1964. Seria possível escrever diversas teses só sobre a relação de cada uma das artes com a oposição ao regime militar. (RIDENTI, 2010, p. 73)

Ao que o autor completa em seguida afirmando que nos limites da pesquisa em questão ele “não tem pretensões de avançar no debate estético” (Ibid., p. 73). Assim, este artigo objetiva seguir as possibilidades abertas pelo sociólogo, desenvolvendo uma análise que articula suas coordenadas teóricas com conceitos formulados por historiadores e teóricos do cinema.

1. PANORAMA DAS ESQUERDAS NA CONJUNTURA DO GOLPE DE 1964: UM BREVE RETROSPECTO

Cinema Novo, poesia, prosa e música engajadas, arte produzida no âmbito dos CPC's. Napolitano (2001, p. 103) destaca que essa produção artística de esquerda no Brasil foi tão numerosa e significativa em nível nacional e internacional entre 1960 e 1964 que falou-se em hegemonia cultural das esquerdas no período. Em paralelo a isso, a onda de mobilização social de viés progressista e revolucionária no mundo também era percebida no Brasil: em países estrangeiros floresciam movimentos como “a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962 e outras, além da guerra anti-imperialista em curso no Vietnã, lutas anticoloniais na África, etc” (RIDENTI, 2014, p. 17) - diversos exemplos exitosos de emancipação nacional que demonstravam a possibilidade de vitória do Terceiro Mundo contra o imperialismo propagado pelas potências capitalistas.

No Brasil, a mobilização de trabalhadores também era crescente, com as ligas camponesas, no caso dos trabalhadores rurais, e as movimentações sindicais e de associações estudantis e greves, no caso dos trabalhadores urbanos. Em termos institucionais, João Goulart e as reformas de base propostas pelo seu governo eram vistas pelos setores das esquerdas que lhe apoiavam como um sinal de que as demandas populares seriam atendidas pela via reformista.

Como Ridenti sintetiza (2007, p. 194), trata-se de uma conjuntura em que setores do meio artístico e intelectual imaginavam estar próximos do poder estatal e suas demandas próximas de serem atendidas. Ainda segundo o sociólogo citado, foi esse um momento propício para o florescimento do chamado “romantismo revolucionário” no Brasil, que abrange meados da década de 50 até o início dos anos 70. Esse conceito, elaborado por Lowy, é instrumentalizado pelo autor para explicar as lutas políticas e culturais do período e as motivações das manifestações artísticas a elas atreladas. Os setores dominantes da militância de esquerda ligada aos meios intelectuais no período em questão orientam-se a partir de ideias como povo e libertação nacional, que remetem a uma recuperação de uma certa identidade nacional sintetizada no “autêntico homem do povo” (RIDENTI, 2014, p. 83). Em meio à heterogeneidade da esquerda - em que havia grupos “mais românticos que outros” (Ibid., p. 9) (e

mais orientados pela idealização de um povo, não contaminado pela modernidade urbana capitalista, que deveria ser recuperado e seria portador das potencialidades revolucionárias do país), além de grupos que por sua perspectiva teoricamente contrária ao idealismo recusavam esse tipo de denominação -, a atmosfera cultural do período era marcada por essa perspectiva que agregava influências trabalhistas ou comunistas e tinha como horizonte comum a liberação nacional apesar da divergência de matrizes teóricas.

Entretanto, a perspectiva de que as demandas populares seriam atendidas através do aparelho do Estado começou a ser posta em questão em maior grau com a crise do populismo ocorrida durante o governo João Goulart. Segundo a tese de Dreifuss (1981, p. 135-141), é nesse momento que o chamado “pacto populista”, que consistiu em uma conciliação entre os interesses das classes dominantes e manipulação dos trabalhadores dentro do aparato da democracia burguesa, começa a entrar em crise, sobretudo a partir do momento em que as classes subalternas alcançam uma real participação política através de suas diversas e ascendentes estratégias de mobilização. Em tal momento de crise de hegemonia, no qual as classes dominantes estavam divididas, as classes subalternas se mantiveram firmes em suas demandas originais sem ceder a conciliações com os interesses das classes dominantes. Diante desse impasse, em que a organização do Estado de então parecia insuficiente para garantir a hegemonia burguesa e frear o avanço popular, o Golpe tornou-se uma alternativa viável às classes dominantes.

Para esta pesquisa, a caracterização do Golpe de 1964 como um movimento de classe liderado pelo capital multinacional e associado aos militares proposta por Dreifuss ajuda a explicar a repercussão do Golpe entre as esquerdas - sobretudo na medida em que esse evento colocou em dúvida as expectativas do projeto nacional-popular previamente expostas e a definição de “povo” que agregava diferentes classes, levando a uma revisão crítica entre os militantes de esquerda das práticas anteriores a abril de 1964. Um conceito que se sobressai nesse processo é o de hegemonia e, consequentemente, de crise de hegemonia: Dreifuss utiliza-os segundo a formulação de Gramsci, mas, para este trabalho, nos interessa a interpretação de Williams a seu respeito, uma vez

que ele o instrumentaliza de forma mais específica para estudar as relações entre arte e sociedade.

De modo geral, como já exposto na introdução, tratar um conjunto de práticas como hegemônico implica considerar que existe na sociedade uma relação de dominação de determinado conjunto de práticas sobre outros e que corresponde à dominação de classe existente - dominação esta que não se restringe à sua dimensão cultural e ideológica, mas torna-se concreta porque é vivida e organizada na sociedade. Isto é, um sistema de práticas e valores hegemônicos não se define somente como um discurso dominante, pois ele é materializado na sociedade ao ser incorporado pelas instituições a tal ponto que pode ser tido pelos indivíduos como uma realidade absoluta, que abrange os âmbitos cultural, político, econômico e social.

A hegemonia de um sistema de práticas e valores, portanto, consiste em um fenômeno total que abrange tanto a base quanto a superestrutura da sociedade, de modo que, para sua compreensão, não há a possibilidade de isolar nenhuma dessas duas dimensões. Seguindo as formulações de Raymond Williams, não é possível estudar a base de uma sociedade, com sua dinâmica econômica e suas relações de produção, e a partir dela inferir um significado rígido e determinado às práticas culturais e artísticas que surgem sob pressões dessa base - pressões estas que impõem limites aos sujeitos, “que entretanto tem margem para dar respostas diferenciadas às constrições sociais.” (RIDENTI, 2023, p. 7). As relações de poder atreladas à hegemonia, portanto, também são dinâmicas, o que possibilita a ocorrência de crises bem como a ascensão de “hegemonias alternativas” (WILLIAMS, 2005, p. 223).

Sob essa fundamentação teórica, compreendemos a queda da chamada democracia populista em 1964 como forma de manutenção da hegemonia burguesa, a qual, com variações e crises, continuou existindo mesmo naquela conjuntura de aparente ascensão das esquerdas, sobretudo no âmbito cultural. Desde a Segunda Guerra, “a hegemonia política, econômica e cultural nunca deixou de ser burguesa na sociedade brasileira” (RIDENTI, 2023, p. 4), mas, com a crise do pacto populista, ela começa expor suas contradições ao ponto em que fica ameaçada pelas forças sociais em ascensão. O “pacto populista”, que até o início da década fora suficiente para garantir a manutenção da hegemonia, torna-

se insuficiente para restringir o alcance da crescente participação social das classes subalternas, que, cada vez mais emergiam, como um “esboço de hegemonia alternativa” (Ibid.). Assim, como forma de frear tais ameaças ao *status quo*, as classes dominantes patrocinam o Golpe, causando surpresa aos que acreditavam que o sonho brasileiro revolucionário estava próximo e contrariando as projeções dos setores dominantes da esquerda. Na perspectiva destes, a participação popular crescente atrelada ao Executivo nacional-reformista (presidência de João Goulart) indicava o futuro triunfo do projeto da democracia reformista, como aponta a tese de Dreifuss (1981, p. 130)

Se na política esse era o cenário, na cultura a situação parecia ainda mais animadora aos apologistas do nacional-popular: a criação do CPC em 1962, por exemplo, afirma “a ‘hegemonia cultural’ dos comunistas na área cultural” (NAPOLITANO, 2014b, p. 42). Entretanto, os acontecimentos de 1964 foram na contramão dessa expectativa: a perspectiva do “populismo reformista” é posta em xeque pelo Golpe, e a partir desse evento as contradições do nacional-popular “saltaram à vista” (Ibid., p. 48-49).

A vitória dos golpistas naquela conjuntura aparentemente favorável às esquerdas ilustra que a relativa hegemonia cultural destas não se desdobrou em transformações estruturais capazes de superar o domínio que a burguesia, mesmo em seu momento de crise, seguiu exercendo sobre a base da sociedade, de modo que a “hegemonia” da esquerda não passou de um esboço de hegemonia alternativa, como conclui Ridenti. Mesmo com uma produção numerosa de obras engajadas que enunciaram a superação dos problemas nacionais, os interesses burgueses não deixaram de ser incorporados pelas instituições, a tal ponto que o Golpe de 1964 é bem-sucedido em meio a uma insuficiente reação das esquerdas. Como conclui Napolitano (2014a, p. 47-48), a perplexidade daqueles setores da militância que acreditavam nas reformas de João Goulart é acompanhada por momentos de crise de consciência nestes grupos, em busca de respostas para o “enigma” da derrota da esquerda - respostas estas que foram propostas imediatamente pelos militantes de esquerda segundo sua ideologia na época, afinal, mesmo diante de um cenário desfavorável marcado pela não realização da esperada revolução, suas demandas não cessaram com o Golpe. A nova conjuntura trouxe à tona novos

obstáculos para os antigos objetivos e novas questões urgentes que os futuros projetos políticos teriam que incorporar.

A esse respeito, a tese de Marcelo Ridenti publicada em *O fantasma da revolução brasileira* é uma referência fundamental. Ela demonstra como o Golpe e a consequente derrota das esquerdas em 1964 “marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros” (RIDENTI, 2010, p. 29), e, assim, configuraram-se como um marco inicial para compreender as lutas empreendidas a partir desse momento. As esquerdas precisaram, desde o início dessa nova conjuntura política, assimilar, de uma forma ou de outra, o “fantasma” da revolução de esquerda derrotada. No recorte selecionado pelo autor, que abrange um período de vigência do Regime Militar que vai de 1964 a 1974, o conjunto das esquerdas (entre divergências teóricas e práticas) teve seus projetos perturbados por fatores comuns ligados às transformações passadas pela sociedade brasileira: a “modernização conservadora da economia, concentradoras de riquezas” e sua contrapartida necessária, “a total submissão do trabalho aos ditames do capital” (Ibid., p. 32) que reprimiu ou desmantelou de forma imediata as organizações de trabalhadores e, consequentemente, afetou as estratégias que os grupos de esquerda poderiam usar para engajar essa classe em torno de uma luta revolucionária.

A pesquisa de Ridenti em questão foca nos setores armados das esquerdas entre 1964 e 1974, sem deixar de lado a inserção da arte engajada nesse recorte, o que nos permite entender que diversos problemas que afetaram o Cinema Novo, como a censura, a repressão, a dificuldade de mobilizar certos grupos sociais, entre outros, não lhe eram exclusivos e afetaram as esquerdas em outros âmbitos além do artístico.

Feito este balanço, podemos expor os resultados da pesquisa documental realizada para este artigo, que singularizam a autocrítica operada pelos cineastas em meio ao panorama geral das esquerdas. Para tanto, instrumentalizamos e esmiuçamos uma expressão de Ismail Xavier (2001, p. 62) que aponta para uma dualidade na prática dos cineastas engajados: primeiro, como uma dimensão da autocrítica operada pelo conjunto das esquerdas, com problemas comuns mas cujas soluções ou reflexões propostas tiveram particularidades a depender do grupo; em seguida, como uma revisão da

justificativa política dos filmes engajados, a partir dos quais os cineastas começaram a introduzir novos temas e perspectivas nos filmes, problematizar seu lugar social enquanto artistas, a relação entre estética e comunicação com o público e também a inserção de um cinema engajado na indústria cultural.

2. “A VOZ DO INTELLECTUAL MILITANTE”

No recorte temporal que vai do Golpe em 1964 até a instauração do AI-5 no final de 1968, há algumas particularidades na repressão promovida pelo Regime que devem ser esclarecidas para delinear melhor como se deu a relação entre a militância dos cineastas e demais setores das esquerdas nesse período. A partir da bibliografia estudada, notamos que os principais alvos do Regime Militar em seus anos iniciais foram os movimentos de trabalhadores urbanos e rurais, como organizações sindicais e ligas camponesas. Para estes, a repressão violenta e desmobilização foi imediata, com o efeito sobre as esquerdas de “dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política” (RIDENTI, 2010, p. 29), ao passo que sobre as classes médias intelectualizadas o Golpe não teve um efeito desmobilizador tão rápido, e estas tiveram “melhores condições de sobreviver politicamente e organizar-se” (Ibid., p. 161) do que as classes que foram imediatamente reprimidas em grande escala pelos militares.

Nesses termos era de se esperar que a resistência contra a ditadura fosse empreendida pela camada mais politizada dos trabalhadores manuais, ainda minoritária e, após o golpe, desorganizada, bem como por uma parcela das camadas médias - especialmente as mais intelectualizadas... (Ibid., p. 69)

Isso não significa, evidentemente, que os setores intelectuais das esquerdas não tenham sofrido repressão nesse período: Czajka (2010, p. 99-104) enfatiza que espaços de articulação política como revistas foram tiradas de circulação e investigadas e organizações como o ISEB foram encerradas. Mas, reforçando o que Ridenti aponta, esses setores tiveram condições para se reestruturar mesmo após essas intervenções, e novos espaços de articulação foram criados sobretudo após 1965 (como a *Revista Civilização Brasileira*, na qual textos de diversos cineastas de esquerda foram publicados). Pelos fatores

supracitados “a repressão que se seguiu ao golpe não pôde calar setores de classe média, principalmente no meio intelectual e artístico” (RIDENTI, 2007, p. 188).

Assim, o florescimento cultural crescente desde o início da década não foi estancado pelo Golpe e a arte engajada seguiu, apesar das interferências e obstáculos, sendo produzida em grande número: diretores do Cinema Novo que já estavam em atividade, como Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Carlos Diegues, P.C. Saraceni e outros continuaram realizando filmes; além de outros cineastas que estrearam na direção após 1964, como Helena Solberg, primeira mulher associada ao Cinema Novo.

O desequilíbrio entre classes populares, desmobilizadas, e classes médias, com atuação marcante no âmbito cultural, torna-se um tema chave na produção fílmica a partir do Golpe: entre 1964 e 1968, tal desequilíbrio e a homogeneização de diferentes classes segundo a mesma definição de “povo” são problematizados através de filmes “empenhados em discutir a ilusão de proximidade dos intelectuais em relação às classes populares” (XAVIER, 2001, p. 28-29). Os cineastas destacam o descompasso entre eles (artistas e intelectuais de classe média) e aquele que seria seu suposto público até então, as classes subalternas, os grupos sociais marginalizados alvo da conscientização dos filmes ligados ao nacional-popular.

Como elemento de intervenção e crítica no próprio campo intelectual, a segunda fase do Cinema Novo foi um vetor fundamental na construção de uma consciência lúcida e, ao mesmo tempo, pessimista (ao contrário do teatro e da música, por exemplo, mais exortativos e positivos) sobre o sentido histórico do golpe militar, na medida em que se retratavam os dilemas políticos e existenciais do intelectual de esquerda. (NAPOLITANO, 2001, p. 116)

Enquanto intelectuais de esquerda, vários cinemanovistas tomaram o sentido histórico do Golpe como intrinsecamente atrelado à derrota do projeto político das esquerdas - o que pode explicar a consciência pessimista apontada por Napolitano. Para levarmos adiante essa questão, três fontes da época que analisamos são especialmente esclarecedoras: três conversas ou mesas redondas, publicadas pela *Revista Civilização Brasileira* entre 1965 e 1966, em que participaram um total de sete cineastas, sem contar Alex Viany, que

conduziu as conversas/entrevistas e era parte do conselho de redação da revista: em ordem alfabética, Carlos Diegues, David Neves, Glauber Rocha, Gustavo Dahl, Joaquim Pedro de Andrade, Nelson Pereira dos Santos e P.C. Saraceni.

Ao analisarmos essas fontes, percebemos uma dualidade no engajamento dos cineastas que se evidencia desde o início da década. Retomamos para essa explicação uma citação de Ismail Xavier que já utilizamos neste trabalho, na qual o autor afirma que no começo dos anos 60 “falou a voz do intelectual militante, sobreposta à do profissional de cinema” (XAVIER, 2001, p. 62). Evidentemente, essas duas “vozes” de cada cineasta se articulam, mas a série de especificidades da indústria cinematográfica nacional leva o cineasta engajado a militar tanto por um projeto de liberação nacional amplo alinhado à esquerda quanto pela causa da indústria do cinema brasileiro. Isto é: enquanto intelectual de esquerda, o pessimismo e a angústia diante da derrota ante os golpistas leva cineastas a fazerem uma dura autocrítica do projeto político que anteriormente apoiaram; mas, por outro lado, em suas posições de profissionais de cinema, notamos que há uma avaliação consideravelmente mais positiva dos sucessos do Cinema Novo em promover o avanço da indústria cinematográfica nacional - não por acaso uma das entrevistas, publicada em 1965, tem como título “vitória do Cinema Novo”, como será discutido na próxima seção.

Na “crítica e autocrítica” que Joaquim Pedro de Andrade (que em 1962 dirigiu um dos curtas de *Cinco Vezes Favela* intitulado *Couro de Gato* e em 1966 realizou *O Padre e a Moça*) faz sobre si mesmo e o Cinema Novo em entrevista publicada pela citada revista, o diretor enfatiza o já exposto problema da comunicação com o público - indissociável da justificativa política e do propósito de intervenção social dos filmes. O diretor afirma que não basta que o cineasta indique estar uma posição progressista, é preciso que seu filme seja um “instrumento político e social efetivo”, e para isso “é preciso primeiro que se comunique com o público visado” (VIANY; ANDRADE, 1966, p. 259). Segundo o cineasta, não foi o que ocorreu: o fracasso de bilheteria de alguns filmes (bem como a distribuição geográfica desses fracassos) mostra que, em sua interpretação, as classes subalternas revolucionárias e potencialmente progressistas não foram atingidas pelo Cinema Novo.

Não há dúvida de que o Cinema Novo alienou a primeira plateia que o cinema brasileiro havia conquistado, isto é, a plateia popular da chanchada. Realmente, essa plateia não frequenta o Cinema Novo; ou, se o frequenta, não o aceita, não o compreende. O Cinema Novo realmente conquistou toda uma vasta camada, mais intelectualizada, principalmente de jovens e estudantes. Infelizmente, o Cinema Novo não somou. (...) Como ressaltou Nelson Pereira dos Santos, uma das primeiras metas do Cinema Novo foi a dignificação da profissão de cineasta no Brasil (...). E creio que isso foi conseguido. (...) Mas o problema da plateia brasileira ficou insolúvel, foi posto de lado temporariamente. (Ibid., p. 263)

O Golpe trouxe à tona algumas questões apontadas pelo citado diretor que só se tornam objeto de amplos debates (na imprensa ou nos próprios filmes) após a derrota das esquerdas: filmes como *Cinco Vezes Favela*, por exemplo, que dialogaram com a cultura popular de forma ambígua, passam a ser acusados de tentar uma comunicação com os dirigentes e não com as massas. A denúncia das mazelas sociais, nessa ótica, não teria como efeito engajar a parte da população que é vítima dos problemas sociais, mas sim solicitar a intervenção dos dirigentes para resolvê-los.

Joaquim Pedro de Andrade apresenta posição similar à do crítico Jean-Claude Bernardet (2007, p. 65-66), que, em 1967, afirma em seu ensaio *Brasil em Tempo de Cinema* que a intenção de dialogar com o “povo” não se efetivou na primeira fase do Cinema Novo: o povo era o assunto dos filmes, mas o diálogo ao fim e ao cabo era travado com os dirigentes do país. Glauber Rocha foi um dos que condenaram essa atitude ligada ao reformismo do projeto nacional-popular, afirmando que os filmes deveriam denunciar o povo ao próprio povo para incitar a revolta; mas, para Bernardet, essa proposta de Glauber seguiu apenas como uma ideia, uma intenção utópica. Na análise daquele, sobressai a questão de classe: segundo o crítico, com o propósito de retratar o povo, “a vanguarda de classe média”, entre os quais estavam os cineastas inspirados pelo nacional-popular, assimila e reelabora a cultura popular para “trazer cultura ao povo” (Ibid., p. 48-49) e acaba fazendo-o de forma paternalista.

Na busca pelo “povo” portador do espírito revolucionário do Brasil no pré-64, os cineastas engajados de classe média associados ao Cinema Novo tematizaram o sertão, as favelas, e retratam regiões em que grupos

marginalizados aparecem sem que apareça (nos filmes) a classe média: é esse o cenário de *Rio*, *40 Graus*, *Cinco Vezes Favela*, *Barravento*, *Vidas Secas* e outros - locais em que “o autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do ‘coração do Brasil’, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista” (RIDENTI, 2014, p. 8-9) poderia ser encontrado. À parte dos juízos de valor tecidos por Bernardet, em termos sociológicos esses filmes expressam o que Ridenti chama de romantismo revolucionário característico das esquerdas nessa década; em termos historiográficos, essa “idealização” do “povo” segundo uma perspectiva “romântica” é historicamente localizada na já comentada conjuntura pré-1964. O Golpe, portanto, coloca sobre essa idealização um “ponto de interrogação” categórico, de modo que a classe média passa a ocupar o protagonismo de alguns filmes como objeto de discussão - e a classe média intelectualizada militante de esquerda, mais especificamente, torna-se alvo de críticas. Como exemplo da introdução de novos temas motivada pelo Golpe, podemos destacar *A Entrevista*, de Helena Solberg, que além de problematizar a classe média, “foi pioneiro ao dialogar simultaneamente com as questões da opressão das mulheres e da repressão militar” (VEIGA, 2013, p. 300).

É fato que um filme realizado antes de abril de 1964, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), já enunciara de forma incipiente a problemática da classe média através do personagem Antônio das Mortes, mas o Golpe traz a questão à tona com uma urgência incontornável: se o tema antes foi tratado de forma implícita através de um personagem coadjuvante, após abril de 1964 ele é retratado com uma frontalidade agressiva (política e esteticamente) visando mais do que nunca o confronto com o público - é o caso de *Terra em Transe*, filme protagonizado por um jornalista de classe média que sintetiza os conflitos internos do militante de esquerda no período de democracia populista.

Aos reclamos de que o Cinema Novo só se ocupa de sertão e de favela, alguns filmes do período respondem com temas urbanos de classe média: projetam na tela as mazelas da classe a que pertencem o realizador e o público, e o cineasta mostra-se severo com o mundo mesquinho, conservador, arrivista de uma pequena burguesia que aparece medrosa, cega, imediatista. (...) O cineasta quer a conquista do público, mas exorciza na tela um ressentimento em que se coloca diante do mesmo público numa linha de agressão. (XAVIER, 2001, p. 68-9)

Seja em filmes que problematizam frontalmente a militância dos intelectuais de classe média - como *Terra em Transe* e *O Desafio* - ou em filmes que problematizam o lugar social da classe média em seu conjunto - como *A Falecida* (1965) de Leon Hirszman e *A Entrevista* -, é nessa segunda fase do Cinema Novo “(...) que se fez a dissecação mais profunda do cadáver do intelectual de esquerda formado sob o populismo nacionalista.” (NAPOLITANO, 2001, p. 116-7). Além dos filmes, tal problematização também tem um desenvolvimento importante em textos publicados: um exemplo notável é o já citado ensaio de Bernardet, que utilizamos como uma fonte primária, além de entrevistas como aquela de Joaquim Pedro de Andrade publicada na *Revista Civilização Brasileira*.

Em nível mais geral, é importante entendermos o problema da comunicação entre os cineastas de classe média intelectualizada e as classes populares também como uma questão condicionada pela estrutura econômica da sociedade brasileira - perspectiva que foi considerada pelos próprios cineastas no período em questão, que debatiam as possibilidades de inserção do cinema engajado no mercado como meio de atingir um maior público (em outras palavras: a possibilidade de inserção do cinema na indústria cultural, já em pleno desenvolvimento na conjuntura pós-64).

Napolitano (2001, p. 105) destaca que as possíveis estratégias de divulgação nesses termos não começaram apenas após o Golpe, mas o novo contexto político e econômico instaurado após esse momento, com a modernização conservadora levada a cabo pelos militares, faz com que a relação entre arte engajada e seu público se desloque para o mercado. Esse foi um dado importante da nova conjuntura que afetou as estratégias de mobilização de diversas artes engajadas, entre a música, o teatro e o Cinema Novo: com a consolidação da indústria cultural, surge “um segmento de mercado disposto a consumir produtos culturais de contestação à ditadura” (RIDENTI, 2007, p. 188-9). Napolitano destaca que, diferente do pré-64, em que as artes engajadas convergiam para estratégias similares ligadas ao nacional-popular, após o Golpe cada arte segue por um caminho particular nessa nova estrutura de reação com

o público, de modo que é preciso detalhar mais como isso se deu para os cineastas do Cinema Novo.

Desde a consolidação do movimento em questão - isto é, e a partir do momento em que o cinema engajado brasileiro deixou de lado o diálogo com as tendências do chamado “cinemão” (chanchadas e comédias musicais nacionais que eram sucesso de bilheteria) que marcou o cinema independente dos anos 50 em função de uma proposta estética mais disruptiva -, a relação com o público passou a ser uma relação de conflito. Isso trazia efeitos positivos artisticamente, mas acarretava problemas econômicos, já que confrontava os hábitos e gostos de um público acostumado à estética do cinema estrangeiro importado que dominava o mercado nacional - como conclui um estudo de Autran (2008, p. 86-87) sobre o pensamento industrial cinematográfico brasileiro. O Cinema Novo, desde o início da década de 1960, coloca-se na contramão da tendência política e estética que dominava as salas de cinema, e o fazia conscientemente como forma de intervir socialmente contra a ideologia propagada pelo cinema industrial dos EUA.

Glauber Rocha em 1965 coloca essa disputa como a contraposição entre o miserabilismo do Cinema Novo e a tendência do digestivo que caracteriza o cinema importado: o digestivo seriam “filmes de gente rica, em casas bonitas, andando em automóveis de luxo; filmes alegres, cômicos, rápidos, sem mensagens de objetivos puramente industriais” (ROCHA, 2004, p. 65) - ou seja, filmes que escondem os problemas da realidade nacional e propagam a ideologia burguesa. O Cinema Novo, pelo contrário, não escondia a miséria do Brasil, mas a denunciava e a discutia como um problema político, segundo o citado diretor.

Glauber concebe o combate ao cinema digestivo para além do nível ideológico: seria necessário também intervir na indústria para produzir, distribuir e exhibir seus filmes pela via autoral; caso contrário, o cineasta engajado não alcançaria seus objetivos políticos porque “(...) o compromisso do cinema industrial é com a mentira e com a exploração” (Ibid., p. 67). Essa participação do cineasta “múltiplo” (diretor, produtor, distribuidor) na indústria foi evoluindo com o passar dos anos, mas o Golpe configura-se como um baque no curso de tal evolução.

Nas palavras de Glauber: “(...) foi a partir de Abril que a tese do cinema digestivo ganhou peso no Brasil, ameaçando, sistematicamente, o cinema novo” (Ibid., p. 65). Diante dessa consolidação da indústria cultural no Brasil pós-64, o artista engajado lida com o dilema de ceder às novas possibilidades da indústria cultural (e, assim, ceder à ideologia e estética dominantes) ou levar o confronto com o público e a radicalização estética às últimas consequências. De forma heterogênea, alguns dos cineastas do Cinema Novo vão pela segunda via, sobretudo aqueles que resolveram traçar um balanço crítico das ilusões do intelectual de esquerda. Neste momento, este ramo mais radical do Cinema Novo “(...) está longe de assumir a linha da fácil comunicação como outros que foram por outros caminhos” (XAVIER, 2001, p. 67).

Como exemplo desse tipo de abordagem, que foi especialmente marcante após o Golpe, podemos citar *Terra em Transe* e *A Entrevista*, filmes cujas narrativas descontínuas que em muito transcendem os propósitos didáticos de filmes anteriores ao Golpe, denotam uma ruptura com a estética que vinha sendo praticada no Cinema Novo até 1964. Tratam-se de filmes propositalmente contraditórios: no filme de Glauber Rocha, o protagonista a todo momento tem sua prática política colocada em cheque pelos desdobramentos da narrativa, ao ponto em que não há uma “mensagem” clara ou didática que permaneça constante do começo ao fim; já no documentário de Helena Solberg, a diretora em diversos momentos propositalmente contradiz as palavras ditas nas entrevistas com as imagens mostradas, criando uma “assincronia entre a imagem e o som” (SOLBERG apud VEIGA, 2013, p. 299), sobretudo na cena final que retrata a violência dos militares.

Partindo desses exemplos, podemos ilustrar o fenômeno de fechamento do público, conceito proposto por Napolitano, que marca o Cinema Novo no Pós-64: “‘Fechamento’ porque, a partir de 1965, se fez um cinema para pequenos círculos, em parte por causa dos problemas de distribuição e da força esmagadora do cinema norte-americano, em parte por opção estética” (NAPOLITANO, 2001, p. 106). Trata-se, por um lado, de uma opção criativa, mas que não deixa de ser condicionada pela dinâmica estrutural da sociedade brasileira naquele momento. Segundo Napolitano, esse fenômeno se deu mesmo antes do Golpe, com filmes que quebravam as tradicionais convenções

com as quais o grande público estava acostumado, e por isso este “(...) fugia dos filmes brasileiros mais alegóricos” (Ibid., p. 116); o impacto do Golpe é justamente que, a partir dele e a derrota das esquerdas, os cineastas começam a problematizar de forma inédita o “fechamento do público” já existente através de uma discussão mais geral sobre o distanciamento entre intelectuais de classe média e classes subalternas - algo que é ausente nos filmes anteriores a 1964, e após o Golpe passa a ser incorporado nos filmes através de uma estética ainda mais vanguardista, a exemplo de *Terra em Transe*.

Não podemos desconsiderar que os possíveis desdobramentos da autocrítica previamente colocada foram limitados pelas pressões exercidas pelo Regime. A distribuição dos filmes acaba prejudicada pela censura e, conseqüentemente, seu alcance. Uma fala de Joaquim Pedro de Andrade é exemplar nesse sentido: após propor algumas possíveis soluções para os problemas de comunicação e atuação política do Cinema Novo, ele constata que a situação do Brasil “(...) de fato não permite o que poderia resultar de prática eficiente dessas especulações” (VIANY; ANDRADE, 1966, p. 265). O citado diretor destaca ainda que os cinemanovistas deveriam tentar de imediato atingir as classes potencialmente revolucionárias, mas estas naquele momento foram as principais vítimas da repressão e desmobilização promovidas pelo Regime. Após o Golpe, os cineastas engajados tiveram pouco tempo em comparação aos anos da democracia populista para aprimorar suas ideias e revisar práticas que posteriormente avaliaram como equivocadas: entre o Golpe e o AI-5, os cinemanovistas tiveram apenas quatro anos para tentar transformar a autocrítica exposta nesta seção em novas estratégias de intervenção política e estética. Em 1968, o baque sobre a arte engajada é de inédita violência: o AI-5 legitima de vez a repressão irrestrita e a censura que passa a ser feita contra os opositores do regime, restringindo de vez as possibilidades de mobilização dos artistas de esquerda e, de forma que não havia ocorrido em 1964, estancando o florescimento cultural do cinema engajado.

3. “A VOZ DO PROFISSIONAL DE CINEMA”

Como apontamos na seção anterior, é possível, para fins analíticos, distinguir alguns projetos da militância que se relacionam mais a um projeto político compartilhado pelas esquerdas e outros que se referem exclusivamente ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional - estes que foram tidos pelos cineastas como mais bem sucedidos do que os primeiros. É a respeito desse segundo aspecto, ligado à “voz do profissional de cinema”, na expressão de Ismail Xavier, que tratamos nesta seção.

Tomando como medida de comparação a situação do cinema brasileiro antes da emergência do Cinema Novo, diversos cineastas constataram avanços mesmo com a derrota das esquerdas no âmbito político: graças ao Cinema Novo, a indústria nacional alcançou o mínimo de estabilidade em termos de número de obras produzidas e a profissão de cineasta passou a ser equiparada à de outros artistas, como músicos e escritores, entre outras contribuições relevantes, segundo o breve balanço que expomos a seguir.

Novamente, nossa fonte primária são as já citadas publicações da *Revista Civilização Brasileira*, de 1965 a 1966 e, também, textos de Glauber Rocha, escritos entre 1964 e 1968, agregados em seu livro *Revolução do Cinema Novo* (2004). Enquanto fontes primárias, tomamos as informações nelas contidas e expostas adiante para demonstrar como os próprios cineastas avaliavam a conjuntura naquele momento histórico. Para esta pesquisa, não interessa verificar a procedência ou não do balanço traçado pelos cineastas em relação ao mercado ou à repercussão do Cinema Novo, mas sim compreender que, naquele momento histórico, esta ou aquela interpretação foi corrente entre os cinemanovistas. Como destacamos, o balanço mais positivo traçado por cineastas como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e Joaquim Pedro de Andrade refere-se às contribuições do Cinema Novo para a indústria cinematográfica nacional, mesmo na fase nacional-reformista do movimento; Carlos Diegues vai ainda mais longe em seu balanço positivo, dando igual destaque para outros tipos de contribuições, como vamos tratar mais adiante.

No debate entre Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha e Alex Viany, publicado em 1965 sob o título de *Cinema Nôvo: Origens, ambições e perspectivas*, os envolvidos traçam um balanço cronológico do que foi feito pelo citado movimento até então e projetam possibilidades para o futuro com o

Regime Militar já vigente (projeções, cabe destacar, feitas com cerca de um ano de vigência da Ditadura). Glauber Rocha destaca que uma das contribuições dos primeiros filmes realizados pelos cinemanovistas foi a experiência prática na realização cinematográfica, que serviu para aprimorar e consolidar ideias que apareceriam de maneira mais nítida nos filmes seguintes. O diretor cita como exemplo para sua formação a experiência com *Barravento*, em 1962, e para o amadurecimento dos demais cita *Cinco Vezes Favela*, do mesmo ano:

A parte prática veio quando montei Barravento com o Nelson. Foi quando tive um contato mais íntimo com o Nelson no plano profissional, no plano mesmo de domínio da linguagem cinematográfica. (...) Foi uma grande experiência para mim e acho que, de certa forma, para o Nelson também. (...) Para o resto do pessoal, a experiência de Cinco Vezes Favela foi importantíssima” (SANTOS et. al, 1965, p. 188-9)

Bernardet (1965, p. 220), em artigo publicado também em 1965 na citada revista, reitera segundo seus próprios termos a posição de Glauber e afirma que *Cinco Vezes Favela* representa, mesmo com seus erros, uma etapa na elaboração do cinema. Joaquim Pedro de Andrade também observa certa evolução nesse sentido, apesar de fazê-lo com ressalvas em relação a seus resultados concretos até então. Em sua já mencionada entrevista, ele destaca o amadurecimento dos cineastas nessa fase mais “avançada” do Cinema Novo, partindo do problema da eficácia política dos filmes. Segundo o diretor, após os filmes de estreia dos cinemanovistas, alguns deles em suas obras posteriores já constatarem o citado problema de forma que não faziam anteriormente, ainda que a solução permanecesse no campo da possibilidade: “Isto é, fizeram a primeira experiência, o problema começa a colocar-se para eles com maior nitidez, e eles procuram resolvê-los em termos realmente eficazes” (ANDRADE; VIANY, 1966, p. 260).

O diretor Carlos Diegues é ainda mais enfático em relação aos ganhos trazidos pelo Cinema Novo no âmbito cultural. A posição deste diretor é um exemplo da heterogeneidade do movimento: se Joaquim Pedro de Andrade enfatiza o problemático distanciamento entre público visado, o povo, e os cineastas, Diegues afirma que, graças ao Cinema Novo, o cinema brasileiro

deixou de ser uma crônica da sociedade brasileira, deixou de ser

um estereótipo, um pasticho, e passou a adotar uma visão antropológica do homem brasileiro, penetrando a alma do homem brasileiro, da própria cultura do povo brasileiro. Eu acho, de fato, que o Cinema Novo não se integra na cultura brasileira; eu acho que, neste momento, o Cinema Novo é como que um espírito universal da cultura brasileira, é aquele instrumento que detém hoje o maior índice de representatividade de uma antropologia brasileira. (DAHL et. al, 1965, p. 239)

Diegues enfatiza, assim como outros, o sucesso do Cinema Novo no sentido de trazer de vez para o cinema nacional uma estética genuinamente brasileira, que colaborou para sua incorporação no *hall* de artes já estabelecidas no país. Entretanto, tal diretor não demonstra a mesma preocupação que outros cineastas em relação ao possível distanciamento entre o lugar social dos cineastas de classe média que fazem essa “arte brasileira” e o “povo brasileiro” - algo percebido por utilizar expressões como “o espírito universal da cultura brasileira” para caracterizar o Cinema Novo, apesar de todos os debates contemporâneos que questionavam a efetividade dessa noção. Tal afirmação reitera a continuidade do romantismo revolucionário mesmo após 1964 - categoria esta (desenvolvida originalmente por Lowy e aplicada por Ridenti no decorrer de sua análise) que não tem sentido pejorativo, mas serve para explicar, segundo uma perspectiva sociológica, um pensamento comum entre as esquerdas nessa década, caracterizado pela “idealização de um autêntico homem do povo” (RIDENTI, 2014, p. 9).

Depois do impacto da derrota de 1964, permaneceu na maioria do pessoal do Cinema Novo a busca da identidade nacional do homem brasileiro. Mas foram mudando as características desse romantismo, que ia deixando de ser revolucionário para encontrar seu lugar dentro da ordem estabelecida (Ibid., p. 74-75)

Notamos em Nelson Pereira dos Santos uma posição menos “romântica”, segundo a definição de Ridenti, do que a de Diegues sobre a representatividade da cultura brasileira através do Cinema Novo, mas que ainda destaca o inédito nivelamento entre cinema e demais artes no país como uma contribuição positiva do movimento:

O que a gente pode ver hoje é que esse resultado principal [do Cinema Novo] foi a afirmação cultural do cinema brasileiro. Aquela frase do deputado Euvaldo Pinto, de que o cinema

brasileiro não é mais uma atividade divorciada das demais atividades culturais de nível mais alto do país, é inteiramente verdadeira. Assim, o Cinema Novo conseguiu transformar o cinema brasileiro, ou melhor, deu ao cinema brasileiro essa categoria de manifestação, de expressão da nossa cultura. (SANTOS et. al, 1965, p. 189)

Como expomos no decorrer do trabalho, toda a transformação do cinema brasileiro (nos termos de Nelson Pereira dos Santos) operada pelo Cinema Novo é parte de um amplo projeto que considerava também a importância da intervenção na indústria. Nesse sentido, Glauber, Nelson Pereira dos Santos e Diegues demonstram posições similares. A partir dos filmes iniciais, com mais filmes sendo produzidos a cada ano e mais diretores estreando afastados das estéticas importadas dominantes no mercado, torna-se corrente a constatação dos ganhos que o Cinema Novo trouxe para a estabilidade da indústria cinematográfica nacional e, mais especificamente, para a possibilidade de produzir, distribuir e exibir filmes com uma estética independente:

E é uma coisa realmente fabulosa a adequação entre a política de autores e a realidade brasileira. Ela veio de [sic] encontro à necessidade de uma produção independente, no melhor sentido da expressão, já que todas as tentativas de produção industrial, tipo Hollywood, haviam falhado totalmente. Foi essa outra importante contribuição do Cinema Novo (Ibid., p. 196)

Glauber avalia positivamente a contribuição do Cinema Novo para o desenvolvimento da indústria e para a “descolonização” dos gostos do público, a tal ponto que em 1967 constata que “Hoje um filme de *cinema novo* consegue rápido sucesso”. (ROCHA, 2004, p. 86). Tal estabilidade alcançada no decorrer da década é tida por ele no mesmo texto como um possível ponto de apoio para que o movimento se defendesse das intervenções do Regime, como o diretor destaca no mesmo texto: “o nível técnico e artístico, já alcançado pelo cinema brasileiro em relação às condições locais, e um crescente prestígio internacional do cinema novo já constituem defesas políticas diante da censura.” (Ibid.).

Em 1967, a opressão avançava através dos atos institucionais, mas a oposição de esquerda ao Regime ainda não recebera seu contraponto mais decisivo: a instauração do AI-5. Nestes textos que analisamos, de 1965 a 1967, as projeções dos cineastas demonstram uma crença na continuidade do cinema

engajado e a incerteza em relação ao futuro do Regime - ao menos no sentido de não saberem até que ponto a repressão iria chegar. O AI-5, porém, coloca um “ponto final” nas incertezas em relação aos rumos da Ditadura e comprova sua completa inclinação à perseguição das esquerdas.

Neste artigo, restringimos nossa análise ao recorte temporal entre o Golpe de 1964 e o AI-5, recorte no qual a repressão não foi suficiente para anular o florescimento cultural ligado à arte engajada. Antes do AI-5, com os festivais de música popular e importantes filmes do Cinema Novo sendo lançados, a arte engajada passava a impressão “(...) de que o Brasil todo havia se convertido para a esquerda.” - impressão esta, que como Napolitano (2014a, p. 59) destaca, contrasta com a realidade política do país, em que os militares ampliaram o autoritarismo e a repressão através dos atos institucionais: mais um exemplo da limitação da suposta “hegemonia cultural da esquerda” ao campo ideológico.

Nos relatos dos cineastas que destacamos, algo dessa impressão pode ser percebida, uma vez que alguns deles demonstram incerteza em relação ao alcance da censura e outros demonstram otimismo, como se os avanços conquistados na indústria fossem garantir a continuidade do Cinema Novo. A instauração do AI-5 no final de 1968 é tomada nesta pesquisa como o fim de nosso recorte temporal, pois concretiza todo o potencial autoritário do Regime militar, reprimindo de vez aquelas classes sociais que antes não haviam sido o alvo principal e imediato nos primeiros momentos após o Golpe de 1964.

Depois do AI-5 em dezembro de 1968, com a repressão crescente a qualquer oposição ao regime militar, com o esgotamento do impulso político, que vinha antes de 1964, com o refluxo dos movimentos de massa e as seguidas derrotas sofridas pelas forças transformadoras no mundo todo, com a censura e a ausência de canais para o debate e a divulgação de qualquer proposta contestadora, com a adesão de várias pessoas a grupos de esquerda armada e o rápido desbaratamento desses grupos pela ditadura, marcou-se o fim de um florescimento cultural correspondente ao movimento popular que tivera seu ápice em 1963 e início de 1964, e que ainda se manifestaria esporadicamente até o fim da década, especialmente em 1968. (RIDENTI, 2010, p. 77-78)

É sobre esse panorama, antes da ruptura provocada pelo AI-5, que limitamos esta pesquisa, considerando que a partir da instauração daquele há

um impacto de outra ordem que não pode mais ser atribuído apenas ao Golpe ocorrido em 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir dos resultados da pesquisa expostos anteriormente, podemos perceber em que medida o Golpe de 1964 interferiu sobre as atividades do Cinema Novo, motivando um amplo processo de autocrítica em relação aos projetos políticos e estéticos anteriores, mais especificamente o chamado projeto nacional-popular.

Avaliamos que a aplicação da dualidade entre a “voz do profissional de cinema” e a “voz do militante de esquerda”, ênfase central deste artigo, permite ampliar as análises de Ridenti e Napolitano no sentido de singularizar a militância levada a cabo pelo Cinema Novo: embora compartilhe com o conjunto das esquerdas problemas e certas práticas comuns, a divisão analítica entre os objetivos dos cineastas enquanto profissionais do cinema e enquanto militantes de esquerda permite esclarecer como sua atividade política e estética foi particular naquele contexto. Torna-se possível, assim, compreender por que o balanço crítico feito pelos próprios cineastas remete ao pessimismo das esquerdas diante da derrota em 1964 ao mesmo tempo em que aponta para o avanço positivo de uma indústria que décadas antes era extremamente instável.

Cabe reiterar que essa divisão para fins de análise não implica em uma separação absoluta: na prática dos cineastas, ambas se articulam. Enquanto profissionais de cinema, interessou aos cineastas criar condições na indústria nacional para que a arte engajada pudesse ser realizada, distribuída e exibida desvinculada das convenções impostas pelo cinema estrangeiro. Tal perspectiva por si só já denota uma atitude política que advém de suas concepções enquanto militantes de esquerda: não bastaria produzir filmes tendo em mente apenas sua dimensão discursiva, seria preciso, para um cinema político efetivo, também intervir sobre a materialidade que afeta a maneira que o cinema alcança a sociedade.

Tendo em vista esse projeto, entendemos que o Golpe de 1964 afetou o Cinema Novo não apenas limitando a produção dos cineastas através da censura, por exemplo, mas também oprimindo e desmobilizando as classes

populares que poderiam ser atingidas pelos filmes engajados. Se o fato de que os realizadores e o público imediato do Cinema Novo consistiam majoritariamente em pessoas das classes médias intelectualizadas, não podemos restringir essa questão de classe a uma dimensão discursiva: trata-se, também, de um aspecto condicionado pela instauração de um regime autoritário e de classe que reprimiu duramente os movimentos populares em ascensão no país, minando suas possibilidades de mobilização e, conseqüentemente, restringindo os possíveis diálogos entre a arte engajada e classes subalternas. O “fechamento do público”, em que cineastas após 1964 passam a direcionar as obras a um público mais restrito e refletem nos filmes suas inquietações enquanto intelectuais de classe média, foi em parte uma escolha criativa, mas não deixa de ser, por outro lado, fruto da constatação de um dado sobre a nova conjuntura autoritária instaurada após o Golpe. Tomarmos como fundamentação teórica o materialismo proposto por Raymond Williams permitiu ir ainda mais além na interpretação dessa questão: a atuação política do Cinema Novo nesse sentido e o impacto social de sua militância (ou a ausência dele), quando vistos sob essa ótica, vão muito além de sua dimensão discursiva, pois são afetados por uma dominação de classe que perpassa todos os âmbitos da sociedade, não apenas a cultura.

Graças a essa concepção, no decorrer da análise pudemos ultrapassar a caracterização das ações individuais dos cineastas em termos de erros ou acertos e observá-las em relação a uma estrutura social mais ampla que pressiona e limita a margem de ação dos indivíduos. A instauração da Ditadura como mecanismo para garantir a hegemonia da classe dominante trouxe à tona de forma arrasadora o que estivera ofuscado e expôs todo o caráter reacionário da burguesia brasileira, antes tida pelos adeptos do projeto nacional-popular como possível aliada contra o imperialismo. O Golpe catalisa entre os cineastas engajados uma revisão mais dura e urgente desse tipo de concepções, mas reiteramos: mais importante do que buscar o que “deveria ter sido feito de diferente” é historicizar a ação política dos sujeitos e compreendê-la dentro do contexto na qual ocorreu.

REFERÊNCIAS

AUTRAN, Arthur. As concepções de público no pensamento industrial cinematográfico. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 36, p. 84-90, ago. 2008

BERNARDET, Jean-Claude. "Para um cinema dinâmico". In: **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, maio, 1965.

BERNARDET, Jean-Claude. **"Brasil em tempo de cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966"**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CZAJKA, Rodrigo. A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.35, p. 95-117, fev. 2010.

DAHL, Gustavo. [et al]. "Vitória do Cinema Novo". In: **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. I, n. 3, jul. 1965.

DREIFUSS, René Armand. A crise do populismo. In: **1964: a conquista do Estado**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

LUCA, Tânia Regina de. História nos, dos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 103-124, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014a.

NAPOLITANO, Marcos. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): um balanço historiográfico. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 58, p. 35-50, jun. 2014b.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: "entre a pena e o fuzil". **Artcultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 185-195, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Na trilha de Raymond Williams: para pensar política cultura e política no Brasil.. **Sociologia & Antropologia**, v. 13, n. 1, p. e220050, 2023.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SANTOS, Nelson Pereira dos; ROCHA, Glauber; VIANY, Alex. Cinema novo: origens, ambições e perspectivas. In: **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 01, 1965, pp. 185-196.

VANOYE, Francis; GOLLOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 2 ed. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1994.

VEIGA, Ana Maria. No Brasil: cinema, feminismos e ditadura. In: VEIGA, Ana Maria. **Cineastas brasileiras em tempos de ditadura**: cruzamentos, fugas, especificidades. Orientadora: Joana Maria Pedro. 2013. Tese (Doutorado em História Cultural) - UFSC, Florianópolis, 2013. p. 227-324

VIANY, Alex; ANDRADE, Joaquim Pedro de. "Crítica e autocrítica: 'O Padre e a Moça', Alex Viany conversa com Joaquim Pedro de Andrade". In: **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. I, n. 7, maio 1966.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio. 2005.

XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Recebido em 16-08-2024

Aprovado para publicação em 02-05-2025

AUTORIA ACADÊMICA DO MOVIMENTO SURDO BRASILEIRO

Circulação de saberes de um projeto coletivo intercultural

ACADEMIC AUTHORSHIP OF THE BRAZILLIAN DEAF MOVEMENT

Circulation of knowledge from an intercultural collective project

GABRIEL DE SOUZA¹

INES CAROLINE REICHERT²

RESUMO

Esta investigação discute a atuação histórica das lideranças surdas no movimento social, com foco no seu papel educador nas relações sociais. Parte-se da indagação sobre os sentidos empregados pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, ativistas dos movimentos surdos nos primeiros anos do século XXI, na perspectiva da articulação coletiva de saberes. Assim, a temática ganha força diante da dissolução das representações sociais subalternizantes das pessoas surdas, possibilitando a visibilização do protagonismo e da autoria surda em razão dos conhecimentos sistematizados, produzidos, articulados e compartilhados pelas lideranças intelectuais. Portanto, a pesquisa propõe reconhecer, por meio da autoria acadêmica de lideranças surdas, um projeto de educação intercultural como estratégia de transformação das relações sociais entre agentes e instituições. De característica básica e qualitativa, metodologicamente, opta-se pela revisão bibliográfica, bem como pesquisa documental. Através da leitura interpretativa dos dados coletados recorre-se a aproximação com o campo teórico com os estudos (inter)culturais críticos desde a América Latina, orientados pelo pensamento decolonial. Por fim, a pesquisa evidencia diferentes saberes que convergem em aprendizagens para ouvintes, destacadas pelo grupo pioneiro no processo de doutoramento dos intelectuais engajados. Por meio da articulação de saberes práticos, teóricos, técnicos-instrumentais, sócio-políticos, simbólicos-culturais, linguísticos e epistêmicos verifica-se a construção de uma pedagogia intercultural fundada no reconhecimento e na solidariedade com surdos pelos ouvintes.

¹ Bolsista CAPES, Mestrando em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Universidade Feevale). Especialista em Libras. Licenciado em História e em Pedagogia. Professor na Educação Básica e Tradutor-Intérprete de Libras/Português: gsouza1596@gmail.com

² Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Universidade Feevale). Mestra em Educação (Unisinos). Licenciada em História. Professora na educação Básica: inescarolinereichert@gmail.com

Palavras-chave: Autoria Acadêmica Surda. Movimento Social. Educação. Interculturalidade.

ABSTRACT

This research discusses the historical role of deaf leaders in social movements, focusing on their educational role in social relations. It begins with an inquiry into the meanings employed by the first seven Brazilian deaf doctors, and activists in deaf movements in the early 21st century from the perspective of the collective articulation of knowledge. Thus, the theme gains strength in the face of the dissolution of subalternized social representations of deaf people, enabling the visibility of deaf protagonism and authorship due to the systematized knowledge produced, articulated, and shared by intellectual leaders. Therefore, the research proposes to recognize, through the academic authorship of deaf leaders, an intercultural education project as a strategy for transforming social relations between agents and institutions. With a basic and qualitative characteristic, methodologically, a bibliographic review and documentary research were chosen. Through the interpretative reading of the collected data, the theoretical field is approached with critical (inter)cultural studies from Latin America, guided by decolonial thinking. Finally, the research highlights different types of knowledge that converge in learning for hearing people, highlighted by the pioneering group in the doctoral process of engaged intellectuals. Through the articulation of practical, theoretical, technical-instrumental, socio-political, symbolic-cultural, linguistic, and epistemic knowledge, the construction of an intercultural pedagogy based on recognition and solidarity with the deaf by hearing people is verified.

Keywords: Deaf Academic Authorship. Social Movement. Education. Interculturality.

INTRODUÇÃO

A presente investigação tematiza o movimento surdo brasileiro em sua atuação como educador da/na sociedade, evidenciando algumas das lideranças intelectuais que integram essa ação coletiva. Uma vez que a trajetória histórica do movimento surdo no Brasil conferiu heranças às lutas contemporâneas, compreende-se que variadas transformações foram encaminhadas em função da agência de lideranças surdas interessadas, coletivamente, na transformação da realidade, organizando e consolidando suas demandas.

Nesse sentido, questiona-se quais os sentidos empregados pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, enquanto lideranças dos movimentos surdos nos primeiros anos do século XXI, pela perspectiva da articulação coletiva

de saberes na dinâmica das relações sociais. A partir daí, a hipótese aqui negociada – que orienta a questão na qual se debruça a pesquisa – observa as ações educativas, encaminhadas pelas lideranças surdas na sua produção científica, resultantes das emergentes reivindicações por cidadania.

Tais lutas, empenhadas na manutenção das políticas públicas, especialmente conectadas ao direito à educação, promovem simultaneamente a formação de redes de sociabilidade internas ao movimento e também externas que, de forma estratégica, dialogam, mediam e constroem saberes acerca da cultura surda. Assim, os saberes partilhados pelas lideranças surdas promovem aprendizados com a sociedade civil, fio condutor central dessa pesquisa.

Para encaminhar tal empreendimento, recorre-se ao estudo do fenômeno social da Autoria Acadêmica Surda (SOUZA, 2018, SOUZA; REICHERT, 2020) com objetivo de reconhecer, através da produção acadêmica de lideranças surdas, um projeto de educação intercultural como estratégia de transformação das relações sociais entre agentes e instituições. Cumprindo com a propositiva anterior, faz-se necessário: (a) identificar as principais produções acadêmicas das sete primeiras doutoras surdos no Brasil; (b) verificar os conhecimentos constituídos na autoria acadêmica surda; e (c) compreender as relações tramadas pelas lideranças na produção de saberes interessados pela educação nas relações sociais.

Compreende-se que com o reconhecimento de representações sobre as pessoas surdas, construídas pela desigualdade, é possível desvelar noções fixas binárias, estabelecidas sob a lógica da colonialidade: deficiência-eficiência, normalidade-anormalidade, ausência-presença, subalterno-superior. Assim, justifica-se a visibilização de agentes sociais inscritos nas posições de docentes, acadêmicos, ativistas da diferença surda na produção de saberes (SILVA, 2009). Tais conhecimentos constituídos – acionados pela agência das lideranças-intelectuais surdas – enfrentam fronteiras, promovem traduções e encontram diálogos no tensionamento dos movimentos sociais, universidade e sociedade. Dessa forma, representações outras passam a circular, baseadas nas pessoas surdas como agentes históricos, também empenhados na construção, consolidação e manutenção dos direitos das comunidades surdas.

Desse modo, a pesquisa define-se básica e de caráter qualitativo, (PRODANOV; FREITAS, 2013). Metodologicamente, realiza-se uma revisão

bibliográfica e pesquisa documental. Por meio da coleta de documentos, buscam-se as legislações reivindicadas pelas comunidades surdas e as teses produzidas pelos sete primeiros doutores surdos. Em seguida, recorre-se à interpretação dos materiais selecionados segundo a leitura analítica e interpretativa (GIL, 2002).

Para iniciar o diálogo acerca da produção acadêmica surda na relação com os movimentos sociais elenco: Silva (2009), Rezende (2010), Campello e Rezende (2014), Moraes (2014), Brito (2016), (2018), Souza (2018), Souza e Reichert (2020), (2014, 2020). Tais autoras e autores colaboram com a discussão e apresentam um breve estado da arte na temática endereçada.

O aporte teórico está orientado a partir de duas vias convergentes, descritas em seguida: (I) metodológica: orientadora da construção do conhecimento sócio-histórico – que oferece conceitos-ferramentas, na ótica da sociologia compreensiva, para compreensão do fenômeno estudado –, baseada em Velho (1999, 2004), Gontijo (2005), Carvalho (2003), Bourdieu (1983, 2004), Gohn (2011, 2013) e Gomes (2017); (II) epistemológica: interpretativa das fontes primárias, que permite discutir as dimensões teóricas e práticas dos dados coletados, ancorada nos estudos (inter)culturais críticos desde a América Latina, orientados pelo pensamento decolonial, estruturado em Walsh (2005, 2010, 2012, 2014).

Nessa lógica, o arcabouço teórico - metodológico e epistemológico - elaborado suporta o trabalho científico de preparo e operação dos objetivos conforme a questão orientadora. Em seguida, caracterizam-se os passos metodológicos encaminhados na investigação.

1. PERCURSO METODOLÓGICO: ABORDAGENS E FONTES PARA INVESTIGAÇÃO DA CIÊNCIA

A pesquisa básica e qualitativa aqui encaminhada, tem característica exploratória-explicativa de abordagem indutiva (PRODANOV; FREITAS, 2013). Utilizando a revisão bibliográfica narrativa, com interesse em contextualizar a presente investigação no cenário das produções que tenham se dedicado à temática (PRODANOV; FREITAS, 2013), desenvolve-se um panorama do estado da arte com a análise crítica do autor (ROTHER, 2007).

Sendo assim, localizam-se produções escritas em língua portuguesa que

investigam os movimentos surdos e educação a partir dos anos 2000. As bases de dados consistem em repositórios de universidades e revistas científicas, dos quais foram selecionados aqueles de maior relevância no campo da Educação, que aderem ao fenômeno social da autoria surda na produção científica e colaboram com a discussão aqui encaminhada.

Para examinar os escritos levantados na revisão bibliográfica, utiliza-se da leitura analítica e interpretativa proposta por Gil (2002). No procedimento analítico, o pesquisador organiza as informações contidas nos materiais, endereçando-as ao problema de pesquisa, na tentativa de entender e reconhecer a totalidade do texto, as ideias centrais, a distinção entre as noções implicadas no texto, bem como a síntese dos dados (GIL, 2002). Na etapa interpretativa, o investigador recorre às sínteses da revisão bibliográfica relacionando-as com conhecimentos teóricos, permitindo desenvolver a discussão em torno da temática selecionada (GIL, 2002).

As fontes primárias escolhidas nesta pesquisa partem da Carta Aberta dos Doutores Surdos, ponto inicial que permite mapear as demais fontes, em especial as teses produzidas pelo grupo pioneiro. Na coleta de dados nas teses, localizadas a partir da Plataforma Lattes nos repositórios das respectivas universidades, há a escolha na escrita de si convertida em autorrelatos, que falam dos sujeitos em suas relações, permitindo entrever indícios da coletividade e da historicidade, vasculhando o universo pela costura das narrativas de vida (CARVALHO, 2003).

As teses investigadas foram publicadas no período entre 2003 e 2010, e serão analisadas - segundo Gontijo (2005) - desde a busca de indícios acerca das reivindicações, emoções, heranças e posições partilhadas na escrita entre os intelectuais, das suas experiências de sociabilidade no movimento social e da produção acadêmica organizadora de projetos.

Conforme Velho (1999), os projetos são manifestações simbólicas, públicas e, portanto, políticas. Interessados na transformação social, estes são oriundos da construção da coletividade e ancoram-se às memórias que significam as trajetórias individuais e as ações coletivas futuras (VELHO, 1999). Finalmente, os projetos, na concepção de Velho (1999), exploram o campo de possibilidades, isto é, o universo contextual disponível a elaborar e executar as reivindicações.

Dentre os empreendimentos resultantes da atuação do movimento social surdo no campo de possibilidades, pode-se destacar a legislação oriunda das políticas públicas. Neste trabalho, incorpora-se a trajetória da lei da Libras (n. 10.426/2002), no contexto do processo de doutoramento das primeiras pessoas surdas, verificando como se desenvolvem as relações mediadas por saberes – entre as lideranças-intelectuais e a sociedade civil –, no campo de ação do projeto coletivo. Em seguida compõe-se o levantamento bibliográfico, desenvolvendo as análises para cumprir com os objetivos de pesquisa.

2. PRODUÇÃO DE CIÊNCIA ORIUNDA DO MOVIMENTO SOCIAL SURDO

No contexto brasileiro, dentre as pesquisas encaminhadas por pessoas surdas, verificam-se sinais de uma Autoria Acadêmica Surda (SOUZA, 2018), isto é, lideranças dos movimentos surdos que enquanto intelectuais alinham sua atuação teórico-prática na construção de saberes e fazeres interessados em posições reivindicatórias. Sendo assim, enfoca-se nos sete processos de doutoramentos iniciados por surdas/os na transição para os anos 2000, pois há protagonismos e autorias emergentes no século XXI vividos pelo grupo pioneiro de doutoras/es surdas/os brasileiros (SOUZA; REICHERT, 2020).

Nesse sentido, as comunidades surdas, quando atuam como movimento social - isto é, promotor de ações coletivas que organizam e manifestam demandas de natureza política, social e cultural (GOHN, 2013) -, são mediadas pelas estratégias das lideranças-intelectuais. Por isso, há nos movimentos surdos um forte engajamento nas “Lutas e movimentos pela educação [que] têm caráter histórico, são processuais, ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e em outros espaços institucionais. Lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania” (GOHN, 2011, p. 346).

Conforme remonta Brito (2016), no contexto da campanha de oficialização da Libras, as trocas de saberes entre ativistas surdos e pesquisadores acadêmicos consolidaram a perspectiva da cultura surda, bem como o sucesso do projeto de lei. Dessa forma, evidencia-se a posição de Campello e Rezende – duas das protagonistas do grupo de doutoras/es surdas pioneiros - trazendo questões imprescindíveis à Autoria Acadêmica Surda:

Somos intelectuais em busca de uma **produção política** legítima para a educação dos surdos, que significa uma **política educacional** permeada pelas necessidades e anseios dos alunos; uma política que condiz com **nossa luta**, com nossas experiências de vida, com nossos anseios pelos e ao lado de nossos pares surdos, em busca do direito de as crianças surdas terem, [...] a possibilidade de adquirir a Identidade Linguística da **Comunidade Surda**. [...]. **Somos autoras** com atravessamentos produzidos por uma política pública educacional que não atendeu e **não atende às nossas imperativas demandas linguísticas e culturais**. Nós diagnosticamos em nosso campo a imperativa necessidade da **Educação Bilíngue** de Surdos. A partir desse lugar que falamos, contamos a **história das lutas do Movimento Surdo Brasileiro** em defesa das nossas Escolas Bilíngues (CAMPELLO; REZENDE, 2014, p. 72-73, grifo nosso).

Os campos, cujos quais as autoras inscrevem-se, marcam, justamente, a intersecções na/da Autoria Acadêmica, suas formas de atuação sociopolítica e epistemológicas. Tais lideranças compartilham conhecimentos relacionais em disputa e negociação (SILVA, 2009) também no campo científico, indicando enquanto pesquisadoras suas posições de orientação sociopolítica (BOURDIEU, 1983), e militante; como destacam, Campello e Rezende em suas teses.

O fenômeno aproxima-se, na perspectiva freireana, enquanto práxis e movimento da epistemologia da pedagogia, “[...] como uma metodologia essencial e indispensável - alicerçada na realidade das pessoas, em suas subjetividades, histórias e lutas [...] [sendo que] as lutas sociais são enclaves pedagógicos para aprender, desaprender, reaprender, refletir e agir” (WALSH, 2014, p. 22).

As estratégias científicas e políticas (BOURDIEU, 1983) - e porque não pedagógicas, como visa a discussão aqui empreendida - são convergidas na atuação nos movimentos sociais e na Autoria Acadêmica Surda. Nessa lógica, orienta-se a partir da concepção de Gomes (2017), segundo a qual os movimentos sociais, em sua atuação, transformam identidades, políticas, reivindicações acerca de si e da realidade.

A atuação, conforme Rezende (2010) advoga, está alicerçada em diferentes estratégias, que valorizam a experiência da Libras, reúnem pessoas para mobilizações urbanas, debatem os direitos linguísticos, produzem cultura

através das artes, narrativas e textos. Essas e outras estratégias combatem e resistem à dominação sobre os jeitos de ser e saber na cultura surda, como indica Rezende (2010, p. 156) “A inversão epistemológica é a estratégia da resistência surda; uma resistência que produz outros significados: não os da norma da soberania ouvinte”.

Em conformidade com Walsh (2012), na perspectiva do pensamento crítico decolonial, além de dialogar com esses saberes fronteiriços, trata-se de uma relação epistemológica que deseja situar outras lógicas, formas de pensar e intelectuais nas perspectivas sociais, políticas e éticas de propósito transformador. Neste território, em constante movimento das relações, em negociação, emergem novos conhecimentos e práticas que desestabilizam a colonialidade, assim interculturalizar permite estabelecer novas dimensões epistêmicas, novas condições de saberes nômades, cujas influências passam a infiltrar-se na esfera política (WALSH, 2012). Logo,

É neste sentido que assumimos a interculturalidade nomeando o nosso projeto de estudos (inter)culturais, pensando assim a partir desta região, a partir das lutas, práticas e processos que questionam os legados eurocêntricos, coloniais e imperiais e procuram transformar e construir condições radicalmente diferentes de pensar, saber, ser, estar e conviver (WALSH, 2010, p. 221, tradução minha).

Como assinala Walsh (2014, p. 25), os projetos dos movimentos sociais que reconhecem o pedagógico-político rompem com os contextos hegemônicos e “As fissuras passam a ser o lugar e o espaço a partir do qual avançam a ação, militância, resistência, insurgência, transgressão e / como pedagogização, e o “outro caminho” que é o descolonial vai sendo inventado, criado e construído”.

Através da Carta Aberta ao Ministro da Educação - ocasião em que o Ministério da Educação apontou para o fechamento das escolas para surdos -, Campello, Perlin, Strobel, Stumpf, Rezende, Marques e Miranda (2012) indicam os desenhos do projeto coletivo do movimento surdo. Mobilizando saberes enquanto pesquisadoras e pesquisadores do campo da Educação, escrevem:

Nós, **surdos, militantes** das causas dos nossos compatriotas surdos, apelamos [...] pelo nosso direito de escolha da educação que melhor atende aos surdos brasileiros que têm a **Libras** como primeira língua. Concordamos que “O Brasil tem que ter 100% das crianças e jovens com deficiência na escola”, sim,

mas **não concordamos que a escola regular inclusiva** seja o único e nem o melhor espaço onde todas essas crianças e jovens conseguem aprender com qualidade (CAMPELLO; PERLIN; STROBEL; STUMPF; REZENDE; MARQUES; MIRANDA, 2012, p.1).

Segundo o grupo pioneiro no processo de doutoramento não há ciência, tampouco experiência que apoiaria a ação do governo federal na escolha por escolas em que a Libras não é a primeira língua, em que os pares surdos estão ausentes e que a cultura surda é subalternizada (CAMPELLO; PERLIN; STROBEL; STUMPF; REZENDE; MARQUES; MIRANDA, 2012). Nessa perspectiva, as lideranças acionam o capital científico na defesa da Escola Bilíngue, ao mesmo que tempo o mobilizam na arena política dos movimentos, pois marcam “[...] que é assim que funciona a democracia, com a participação da sociedade civil, envolvida na luta de suas causas” (CAMPELLO; PERLIN; STROBEL; STUMPF; REZENDE; MARQUES; MIRANDA, 2012, p. 2).

A atuação das lideranças como educadoras nas relações com o Estado, reforçam a ausência de políticas que considerem a diferença surda e indicam a reivindicação de reconhecimento pelas especificidades da comunidade. Além disso, a construção e socialização desses saberes ocupam denúncia e resistência já que, como Gomes (2017, p. 89) aponta³, “[...] se esses lugares têm sido historicamente negados, cabe ao Estado intervir afirmativamente para lhes garantir direitos. Esse é um aprendizado recente da sociedade, do jurídico, da academia e do Estado brasileiro”.

Reforçando a natureza pedagógica da luta (WALSH, 2012), através da carta, o grupo protesta que são as escolas bilíngues que preservam as características linguísticas e culturais da comunidade surda, legitimando o campo dos Estudos Surdos nos quais se inscreve a autoria acadêmica, com a possibilidade de tensionar e disputar política e epistemologicamente os conhecimentos sobre as pessoas surdas mobilizadas (SILVA, 2009).

³ Tal abordagem encaminhada por Gomes (2017) refere-se ao movimento negro e é fundamental à discussão aqui encaminhada que se desenvolve no contexto brasileiro, reservadas as experiências racializadas.

Para Ribeiro (2012) o fazer acadêmico e o fazer militante evocam manifestações recíprocas – presentes, em alguns casos com a sobreposição do primeiro sobre o segundo, e em outros textos na medida contrária – nas teses dos primeiros doutores, conectando-se no discurso de legitimação do movimento surdo e ao ativismo da resistência, especialmente na produção de ciência.

De modo que, segundo Moraes (2014, p. 56) “O texto dos surdos acadêmicos possibilita a produção da diferença, mesmo atravessado pela militância; estes possibilitam pensar de outras formas. São nesses ‘entre lugares’ que estão as possibilidades [...]”. Conforme Pokorski (2014), há um desafio na escrita das teses em segunda língua, bem como são as produções que vão pavimentando o trajeto para que outras sejam elaboradas.

Monteiro (2018) caracteriza, de forma quantitativa e ampla, a titulação de mestres e doutores surdos, reconhecendo a lei da Libras como política linguística importante no ingresso à Pós-Graduação, principalmente nas áreas da Educação, Linguística e Tradução. Sendo que a Educação, espaço de atração ao acesso das pessoas surdas, concentra mais pesquisas dos Estudos Surdos (MONTEIRO, 2018).

A atuação do movimento surdo na consolidação do reconhecimento legal da língua de sinais brasileira reforça atentar ao

[...] contexto social fortemente desigual que sofrem os surdos particularmente para o acesso a informática, a formação e a e a cultura principais fatores de **cidadania** e integração no seio da sociedade. Esse **projeto** se desenrolou num forte contexto de preocupação política. Essa posição é hoje legitimada pelo reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais – Libras e pelo **Ministério de Educação** que concluiu pela sua autenticidade educativa e cultural. O reconhecimento oficial da Libras no **sistema educativo** coloca a necessidade de desenvolver todo um marco formal para o **ensino dessa língua**: programa, pedagogia, avaliação (STUMPF, 2005, p. 269).

Com a aprovação do projeto de lei e posterior inclusão do decreto (n. 5626/2005) ficou ainda mais evidente que o projeto coletivo do movimento surdo não se restringia somente à comunidade surda, mas inscrevia a sociedade, de forma ampla, na articulação das reivindicações, e, portanto, dos saberes constituídos pela cultura surda.

Igualmente, como reforça Strobel (2008), diante da participação das lideranças surdas na esfera da política pública, é possível transformar o sistema nacional de educação que exclui e padroniza, reafirmando identidades, culturas, saberes e encontrando caminhos para relações de equidade (WALSH, 2012).

Pokorski (2020) que analisa um universo de mais cem teses e dissertações escritas por surdos, reconhece tal escrita com característica autobiográfica que narra, fundamentalmente, as identidades surdas, as experiências escolares e acadêmicas; centralizando o protagonismo da vida e da luta na produção científica. As teses, segundo Pokorski (2014), verificam-se mobilizando temas de interesse político que coincidem aos contextos de atuação expressiva do movimento surdo. Conforme Perlin (2003), o contexto de conflitos acirrava-se enquanto proposta da Educação Bilíngue frente às políticas de Educação Especial, no início do século XXI.

Desde a Autoria Acadêmica Surda são estabelecidas dinâmicas sociais entre os sujeitos implicados que convergem em um projeto coletivo (SOUZA, 2018), construída discursivamente pelo “nós surdos” (RIBEIRO, 2012). Já que os intelectuais pioneiros, constituem-se “[...] ao produzirem uma autoria acadêmica e coletiva, atuam como mediadores e interlocutores das aprendizagens sobre o movimento social surdo e a Cultura Surda, diante do Estado Nacional, dos agentes institucionais e até mesmo da sociedade civil” (SOUZA, 2018, p. 90).

Logo, é através da participação das lideranças surdas nos espaços sociais dos movimentos e da universidade que são mobilizados saberes e fazeres coletivos, da/na cultura surda com interesse na interculturalidade – noção referenciada em Walsh (2005, 2012) que se desenvolve como:

Um processo dinâmico e permanente de relacionamento, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Uma troca que se constrói entre pessoas, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido de convivência destes em sua diferença. Um espaço de negociação e tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, as relações e os conflitos de poder da sociedade não são escondidos, mas reconhecidos e enfrentados. Uma tarefa social e política que desafia toda a sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes, e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade (WALSH, 2005, p. 10-11, tradução minha).

Finalmente, se constituem enquanto conhecimentos interculturais pois tensionam as relações entre culturas surdas e ouvintes, socializando aprendizagens entre as pessoas surdas sobre as posições da comunidade e história de lutas, bem como compartilhando saberes com ouvintes acerca da diferença surda e cidadania garantida pelos movimentos.

No desenvolvimento da Autoria Acadêmica, as lideranças surdas operam enquanto agentes históricos, mediadores da cultura surda, produtores e articuladores de saberes (GONTIJO, 2005). Portanto, apoia-se na compreensão que

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogo nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, p. 16-17).

A própria escrita da tese em língua portuguesa está inscrita em estratégia no campo científico e como experiência intercultural das lideranças surdas. Dessa forma, os autores e autoras surdas produzem ciência - em sua segunda língua, o português escrito - divulgando saberes impregnados da língua de sinais - a primeira língua - e da cultura surda.

O engajamento das doutoras surdas na produção acadêmica fica ainda mais evidente, quando Perlin (2003, s/p.) manifesta que “A tarefa dos surdos é fazer visíveis os novos mecanismos de produção das diferenças surdas em tempos de globalização. Para o caso o desafio maior é uma descolonização das ciências no que dizem referentes. A mostra da alteridade [...]”.

Segundo Campello (2008) a ciência moderna positivista desconhece e, portanto, desqualifica a produção de conhecimento pelas pessoas surdas, especialmente aquele constituído pelos signos visuais - compreendidos pela visualidade. Nessa lógica, a Autoria Acadêmica Surda, enquanto projeto coletivo, estabelece estratégias propositivas que questionam também a produção de ciência, que - segundo Gomes (2017) - construiu-se, historicamente, sob uma

racionalidade ocidental hegemônica que apaga outros conhecimentos em função da cultura e de marcadores sociais como: etnia, gênero, bem como - apresentado pelos doutores surdos - deficiência e diferença surda.

No contexto acadêmico, Walsh (2005, p. 19, tradução minha) indica a força da colonialidade do saber, “[...] entendida como a repressão de outras formas de produção do conhecimento (que não sejam brancas, europeias e ‘científicas’), priorizando uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento [...]”, que pretende ser universal e universalizante.

Vale dizer que as lideranças surdas tensionam, desde as estratégias de autoria e militância, um campo relacional de negociação em que saberes desafiadores do poder hegemônico são construídos e divulgados, compreendido em consonância com Walsh (2012) na forma de uma ação epistêmica, que operam na interculturalização, estabelecendo saberes outros, razões outras, epistemes outras constituídas e constituintes do campo político. Rezende (2010, p. 36), ao ser indagada pelos marcos da ciência moderna ocidental, provoca:

Eis aqui o que seria a minha resposta **militante** naquele momento: devo respeitar o regime de verdade dela? Que ciência? A ciência que regula e normaliza os corpos surdos através do implante coclear? A **ciência médica** e biotecnológica? [...] Houve regimes de verdades distintos – um ouvinte/médico que estava alicerçado na cura e na reabilitação e um surdo que estava alicerçado na diferença, na **luta** pela identidade surda e pela língua de sinais (REZENDE, 2010, p. 39, grifo nosso).

As lideranças constituem e são constituídas na intersecção dos campos (BOURDIEU, 1983) científico, profissional, mobilizando também a luta do movimento social na sua difusão pelo espaço público, produzindo ciência engajada na afirmação da identidade cultural e linguística surda no processo de doutoramento - manifesta nas teses (POKORSKI, 2014).

Portanto, identifica-se o trânsito por diferentes posições sociais, marcadas por entrelugares (SILVA, 2009), Marques (2008) explica em sua tese que a produção acadêmica fundamenta o campo profissional - enquanto professor e pesquisador -, bem como a luta por emancipação das pessoas surdas, na perspectiva da diferença cultural e linguística.

Como indica Pokorski (2014), Perlin acessou a pós-graduação representando a cultura e a comunidade surda, questionando não somente o fazer científico, mas também as barreiras impostas à diferença surda. Assim, a atuação dos movimentos sociais, em especial o movimento surdo, abre possibilidade para desaprender e reaprender com formas de ser e saber outras, distintas, invisibilizadas e negadas pela modernidade ocidental (WALSH, 2014).

Strobel aciona a diferença surda, na sua pesquisa, criticando a precarização e reposicionando as pessoas surdas diante da relação com ouvintes, não mais inscritas como "seres deficientes" (STROBEL, 2008, p. 145), e sim como lideranças mediadoras e negociadoras do movimento surdo.

A Autoria Acadêmica Surda representa uma escrita coletiva, mas posiciona a comunidade surda no fazer da produção de ciência (POKORSKI, 2014; RIBEIRO, 2012), elaborando, articulando e circulando um projeto coletivo (SOUZA, 2018). Assim, como relata Strobel (2008, p. 21), sendo protagonista do movimento surdo, sua tese opera com o desejo de "fazer ecoar seu discurso, 'minha voz' na 'sua voz'!"

Tal projeto, inscrito em uma rede de sociabilidade - processo dinâmico de relações que partilham pontos comuns, sempre em movimento de negociação e engajamento (GONTIJO, 2005) -, mobiliza a identidade da diferença e cultura surda, compartilhando a materialidade e o simbólico na experiência do movimento surdo.

Em nenhum momento pretendemos separar os surdos da comunidade ouvinte. [...] O propósito é refletir sobre os modos de ultrapassar os estreitos limites da escola dos ouvintes, ou do 'modelo ouvinte' para os surdos. **Não estamos defendendo uma pedagogia para um surdo 'fechado para os ouvintes'**, uma vez que o contato surdo-ouvinte é necessário. Precisamos de uma visão cujo núcleo remeta para a dimensão cultural, com respeito à questão das diferenças [...] (PERLIN, 2000, p. 28 apud STROBEL, 2008, p. 146).

Como reforça Bourdieu (1983), o campo científico organiza e sustenta práticas científicas interessadas, sendo que, por vezes, esse interesse pode ser elaborado desde outros campos. Logo, a produção de ciência pelos doutores e doutoras surdas desenvolve-se na forma de autoria engajada, mobilizada pela

posição militante na escrita das Teses, simultaneamente produto e produtora dos saberes do movimento social surdo.

Para Miranda (2007) a formação de docentes e a criação da graduação em Letras - Libras no sistema federal de ensino em diferentes polos no país, são apenas algumas das manifestações de atuação política do movimento surdo, ambos espaços que permitem a articulação dos saberes desde a comunidade surda com a sociedade civil.

Rezende (2010) conecta sua trajetória também à posição militante, na autoria acadêmica, sinalizando a experiência da comunidade surda como resistência ao controle sob os corpos surdos. É na condição das posições sociais como “[...] pesquisadora mulher, surda, militante, professora, esposa, mãe, madrastra, nora, filha, neta; enfim, uma sonhadora” (REZENDE, 2010, p. 40) na trajetória histórica da intelectual que enxerga suas lutas e as escreve na tese mobilizando passado-presente e global-local (WALSH, 2012).

3. AUTORIA ACADÊMICA SURDA E CIRCULAÇÃO DE SABERES

Dessa forma, o projeto coletivo no qual inscrevem-se as doutoras e os doutores surdos, negocia conflitos políticos no interior da ciência (BOURDIEU, 1983) mobilizando a cultura surda nas lutas epistemológicas. Como estratégia, para produção e articulação dos saberes com a realidade (REICHERT, 2018), a Autoria Acadêmica Surda - especialmente encaminhada pelo grupo pioneiro -, acumula capital científico retraduzido - como esquematiza Bourdieu (2004) - e mobilizado na esfera política e pública (SOUZA, 2018), mediando conhecimentos necessários às reivindicações do movimento surdo.

Dessa maneira, entende-se com base em Gohn (2011) e Gomes (2017), que a articulação de saberes promove aprendizagens fundamentais às relações do movimento social surdo com a sociedade no exterior da militância específica - na sua amplitude de sujeitos. Os conhecimentos políticos-identitários-corpóreos (GOMES, 2017) articulados também pelo movimento surdo provocam a necessidade, a capacidade e a efetividade de variados saberes serem construídos na relação com a sociedade civil (GOHN, 2011).

Em seguida, destaca-se os objetos dessas aprendizagens relacionais e interculturais, visibilizados desde a discussão de Gohn (2011), Gomes (2017) e

Walsh (2012, 2014), que compõem e atuam sistematicamente na forma de uma pedagogia para luta calcada na Autoria Acadêmica Surda:

A. saberes práticos: que identificam as formas e instrumentos que os movimentos recorrem em suas tarefas da ação coletiva, a exemplo das mobilizações, lobbys, autoria, passeatas, cartas, autoria, teatro, poesia, manifestações culturais em redes sociais da internet, entre outras, nas quais há escuta das narrativas e protagonismos de seus fazeres;

B. saberes teóricos: que representam a aproximação com conceitos como surdo, língua de sinais, comunidade e cultura surda, ouvinte, ouvintismo, pedagogia surda, bilinguismo, visualidade, medicalização, e fundamentam campos como os Estudos Surdos ancorado fundamentalmente à Educação etc.;

C. saberes técnicos e instrumentais: na elaboração de pareceres e debate das políticas públicas, na reunião de especialistas em congressos acerca dos temas caros à comunidade surda, na caracterização de legislações, decretos, planos e projetos - principalmente associados a Libras e Educação Bilíngue - e outras práticas;

D. saberes sociais e políticos: que reivindicam cidadania em função da garantia de direitos, espaços e serviços - relações com Estado e que atendam as necessidades da comunidade, a exemplo da acessibilidade comunicacional no direito ao intérprete, à legenda em língua portuguesa, entre outros; ou ainda ao acesso à Educação na primeira língua em contexto cultural surdo; também na interação com agentes do Estado, pelo reconhecimento sobre as posições e interseccionalidades, dos lugares de onde enunciar, de ser surdo; partilha de solidariedade diante das barreiras implicadas pelas desigualdades;

E. saberes simbólicos e (inter)culturais: que inscrevem surdos e ouvintes em relações interculturais, principalmente, nas dinâmicas de ser surdo visual-sinalizante, usuário da Libras e do português como segunda língua; na forma da compreensão de significados comuns aos surdos, tal qual o Instituto Nacional de Educação dos Surdos, as associações, ou ainda o Congresso de Milão; consideração dos surdos nas representações afirmativas, capazes de humanizar, em detrimento das negativas; reconhecimento das lideranças e das produções literárias e audiovisuais desde a cultura surda; empréstimo das formas surdas de ver e interpretar o mundo;

F. saberes linguísticos: que mobilizam a construção de sentidos

visuais e corpóreos na língua de sinais, permitindo novas formas de expressão para comunicação, tradução e diálogo com as pessoas surdas; a exemplo da compreensão da Libras como primeira língua da comunidade surda - como necessidade de aquisição para o desenvolvimento - e possibilidade de segunda língua para ouvintes; como ocorre nas trocas linguísticas com professores surdos, principalmente, no ensino superior e nos cursos de formação de intérpretes;

G. saberes cognitivos e epistêmicos: que alteram as lógicas do pensamento em favor de uma posicionalidade da comunidade surda e legitimam a produção surda, focando pontos antes ocultos ao denunciar discursos subalternizantes, bem como incluem novos temas no cenário público a serem aprendidos, questionando os interesses da ciência e visibilizando saberes das trajetórias de vida no movimento surdo;

H. saberes reflexivos e éticos: que colabora para indagar as práticas e discursos dos ouvintes, ou mesmo indicar preconceitos e incompatibilidade de direitos, como ausência de acessibilidade em espaços; como a participação enquanto apoiadores dos movimentos surdos; aprendizagens constituídas na convivência que permitem desenvolver éticas de solidariedade;

Dessa forma, nos movimentos da história da comunidade surda brasileira há diferentes rupturas a serem evidenciadas, como a disputa por uma legislação de reconhecimento da língua partilhada pelas pessoas surdas, bem como a negociação da Educação Bilíngue para surdos, que marcam outros jeitos de ser e saber na/pela cultura surda e praticam pedagogias decoloniais,

Ou seja, às pedagogias de resistência, insurgência, rebelião, ruptura, transgressão e reexistência que constroem e possibilitam esse "outro caminho" que temos apontado; as pedagogias que cruzam a memória coletiva, o corpo, os sentimentos, os modos de conhecer e ser (humano e outros) com/e/na natureza, bem como os campos socioeconômicos, o espiritual-ancestral, o erótico, o visual e o som, e a pele (WALSH, 2014, p. 24-25).

A Autoria Acadêmica Surda, compreendida como projeto, de acordo com Velho (1999, p. 103) “[...] é o instrumento coletivo básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, [...] como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações

para o mundo” produz e é produzida pelo movimento social surdo. Na forma de ciência e na presença de suas lideranças educadoras constroem, mediam e articulam aprendizagens em razão do projeto bilíngue intercultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como projeto coletivo intercultural, combativo e propositivo, o movimento surdo articula saberes do protagonismo e da autoria na arena pública, engajado na defesa dos direitos linguísticos e culturais. A exemplo da Autoria Acadêmica consolidada na memória histórica dos movimentos, impressa nas trajetórias e sobreposições como surdas/os, líderes, intelectuais, docentes, pesquisadoras/es, encadeadas pelo grupo pioneiro no doutoramento.

Vale dizer, não somente fomentada pelas interlocutoras e interlocutores aqui apresentados, como apontam as pesquisas de Moraes (2014) e Pokorski (2014, 2020). Há outras produções que podem ser consideradas, e, mais importante, outras autoras e autores surdos a serem lidos, interpretados e investigados.

A produção de ciência consolidada na Autoria Acadêmica Surda sistematiza saberes de diferentes naturezas e os sistematiza na construção de um projeto coletivo intercultural. Tais saberes conformados, negociados e articulados pela atuação da militância surda - resistente e corpórea - ensinam aos ouvintes - oriundos de diferentes agentes e instituições, através de uma relação intercultural - que o movimento surdo não cederá sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRITO, Fabio Bezerra de. O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v.16, n.1, p. 766–769, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12214>. Acesso em: 10 set. 2018.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza; PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; STROBEL, Karin Lilian; STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE, Patrícia Luiza

Ferreira; MARQUES, Rodrigo Rosso; MIRANDA, Wilson de Oliveira. **Carta Aberta ao Ministro da Educação**. 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8A54snAq1jAQnBYdVRPYmg1VUk/edit?pli=1>. Acesso em 10 de ago. de 2018.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2, p. 71-92, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-513, maio/ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador** - Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: BICALHO, Maria Fernanda; SOIHET, Rachel; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas Políticas**: Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Maud Editora. 2005. p. 259-284.

MIRANDA, Wilson de Oliveira. **A experiência e a pedagogia que nós surdos queremos**. 2007. 160f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13581>. Acesso em: 10 set. 2018.

MONTEIRO, Myrna Salerno. MESTRES E DOUTORES SURDOS: Sobre a Crescente Formação Especializada de Pessoas Surdas no Brasil. **Revista Virtual de Cultura Surda**, n. 23, mai. 2018. Disponível em: http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes/detalhes/59. Acesso em: 10 jul. 2018.

MORAES, Violeta Porto. "Vivemos um ser desconjuntado": a produção da diferença nos discursos dos surdos acadêmicos. 2014. 65 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

POKORSKI, Juliana de Oliveira. Mãos Bilíngues na Academia: Narrativas Surdas. In: **Anais do X Seminário da ANPED Sul**, Florianópolis, 2014.

POKORSKI, Juliana de Oliveira. Narrativas Surdas de Percursos Acadêmicos. 2020. 310 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218414#>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.

Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REICHERT, Inês Caroline. **Tramas indígenas contemporâneas**: doutores indígenas e os sentidos da autoria acadêmica indígena no Brasil. 2018. 191 f. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, 2018.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos. 2010. 164 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94074>. Acesso em: 2 set. 2018.

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo. O discurso acadêmico-científico produzido por surdos: entre o fazer acadêmico e o fazer militante. 2012. **Tese** (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-96LNYT/tese_maria_clara_maciel.pdf?sequence=1. Acesso em: 17 nov. 2021.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2007, v. 20, n. 2, p. v-vi. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SILVA, Vilmar. A política da diferença: educadores-intelectuais surdos em perspectivas. 2009. 184 f. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106672/273852.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 28 set. de 2011.

SOUZA, Gabriel de. Sinais de uma autoria acadêmica surda no Brasil: as trajetórias sociais das/os primeiras/os doutoras/es surdas/os. 2018. 97 f. **Monografia** (Conclusão do Curso de Licenciatura em História) - Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000016/000016fd.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SOUZA, Gabriel de; REICHERT, Inês Caroline. Lideranças intelectuais nos caminhos da Autoria Acadêmica Surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 175-196, jan.-jun. 2020.

STROBEL, Karin. **Surdos**: vestígios culturais não registrados na história. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91978>. Acesso em: 9 set. 2018.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de Escrita de Sinais pelo sistema SignWriting**: Língua de Sinais no papel e no computador. 2005. 330f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5429>.

Acesso em: 12 set. 2018.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

WALSH, Catherine. **La interculturalidad en la educación**. Lima: UNICEF - Ministerio de Educación, 2005.

WALSH, Catherine. Estudios (inter)culturales en clave de-colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 12, p. 209-227, jun. 2010.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y (de)colonialidad**: Ensayos desde Abya Yala. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2012.

WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales caminando y preguntando. Notas a Paulo Freire desde Abya Yala”, **Entramados** - Educación y Sociedad, dez. 2014.

Recebido em 18/08/2024.

Aprovado para publicação em 15/03/2025.

ENTRE TESES E DISSERTAÇÕES

Uma breve investigação sobre o ensino de história

AMONG THESES AND DISSERTATIONS

A brief investigation into the teaching of history

JÉFERSON SCHNEIDER IÉQUE¹

ADRIANA DUARTE LEON²

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES sobre o ensino de História. A investigação aqui apresentada é uma pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica, considerando o procedimento usualmente denominado de “estado do conhecimento” que se caracteriza pela investigação em repositórios utilizando descritores para mapear pesquisas sobre uma temática específica. Nesse caso, o descritor de entrada foi “ensino de História”, as pesquisas selecionadas foram produzidas entre 2016 e 2021 e considerando os filtros aplicados, sete trabalhos foram selecionados sobre a temática. Sobre as pesquisas analisadas, ressalta-se que todas abordam a trajetória da História desde sua consolidação como uma disciplina escolar autônoma no Brasil, evidenciam as influências que ela recebeu da sociedade, além da preocupação com a utilização não reflexiva do livro didático. Por fim, cabe destacar a preocupação latente nas pesquisas com a implementação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, para os autores, essas propostas reafirmam um ensino excludente, conservador e ineficiente para as escolas atuais, não dialogando com o que os pesquisadores vêm defendendo na atualidade.

Palavras-chave: Estado do conhecimento. Educação. Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

ABSTRACT

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Tecnologia do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul – Câmpus Pelotas). Integrante do Grupo de Pesquisa História Educação e Docência (GPHEDo). E-mail: jeferson.ieque@gmail.com

² Doutora em Educação, Professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul – Câmpus Pelotas). Coordenadora do Grupo de Pesquisa História, Educação e Docência (GPHEDo). E-mail: adriana.adrileon@gmail.com

The aim of this paper is to present the research performed in the 'CAPES Catalog of Theses and Dissertations' on History teaching. The research here presented is qualitative, with a literature review, considering the procedure usually called "state of knowledge", which is characterized by the research in repositories using descriptors to map research on a specific theme. In this case, the entry descriptor was "History teaching", the selected research was produced between 2016 and 2021, and, considering the filters applied, seven papers were selected on the subject. Regarding the research analyzed, it is noteworthy that they all address the trajectory of History since its consolidation as an autonomous school subject in Brazil, highlighting the influences it has received from society, as well as the concern with the non-reflective use of textbooks. Finally, it is worth highlighting the latent concern in the research with the implementation of the BNCC and the High School Reform, for the authors, these proposals reaffirm an exclusionary, conservative and inefficient teaching for today's schools, which does not dialog with what researchers have been defending nowadays.

Keywords: State of knowledge. Education. CAPES Catalog of Theses and Dissertations.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar a pesquisa realizada, ao longo do mestrado³, em publicações científicas, considerando a investigação realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES com a finalidade de identificar algumas das temáticas que os pesquisadores e pesquisadoras vêm investigando sobre o ensino de História. Cabe destacar que a pesquisa é qualitativa, com uma revisão bibliográfica usualmente denominada de "estado do conhecimento".

Conforme Morosini e Fernandes (2014, p. 155, grifo dos autores):

[...] *estado de conhecimento* é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Nessa perspectiva, utiliza-se o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A opção por pesquisar nesse portal se deu pelo fato de ele concentrar

³ A pesquisa "Ensino de História em tempo de pandemia: uma investigação sobre as aulas de História durante a pandemia da Covid-19 em um educandário da zona rural" foi concluída em 2022 e está disponível no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

a maior parte das publicações de pesquisas acadêmicas realizadas pelos programas de pesquisas científicas brasileiros. Para Morosini e Fernandes (2014), a análise do que vem sendo produzido pelos pesquisadores pode ser construída a partir de livros, dissertações e teses com produção reconhecida junto aos órgãos de avaliação nacional.

Sendo assim, o Banco de Teses e Dissertações da Capes é o local adequado, pois as produções disponíveis são provenientes de programas reconhecidos em todo o Brasil, que podem ser acessados através da Plataforma Sucupira⁴. Essa é fruto da parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que desde 2012 coleta as informações de todos os programas de pós-graduação do país, além de estabelecer os procedimentos de avaliação, garantindo a transparência necessária para toda a comunidade acadêmica.

A busca foi realizada no dia 04 de agosto de 2021, utilizando o termo “ensino de História” no local de busca e obteve-se 1885 resultados. Diante de tantos trabalhos, foi preciso refinar a busca, pois muitos eram anteriores à Plataforma Sucupira e não estavam disponíveis. Utilizou-se os filtros disponibilizados no portal para refinar os resultados. Considerou-se as publicações entre os anos de 2016 e 2021, contemplando, dessa forma, as pesquisas realizadas em um período de seis anos, e como resultado encontrou-se 804 trabalhos.

Utilizando o filtro “ciências humanas”, na grande área de conhecimento, obteve-se 691 trabalhos. Diante de tantos trabalhos, precisou-se filtrar ainda mais os resultados, então, a pesquisa concentrou-se em trabalhos na área da Educação, e com a utilização desses filtros identificou-se 83 trabalhos no portal. É pertinente mencionar que 19 trabalhos não tinham suas publicações autorizadas⁵. Após a leitura de todos os resumos, 30 trabalhos que estavam disponíveis na plataforma foram pré-selecionados e 6 trabalhos que não estavam disponíveis foram encontrados nos repositórios das Universidades, é

⁴ Para saber mais, visite o site <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35995>. Acesso em: 06 jul. 2021.

⁵ Alguns dos trabalhos encontrados no portal não estavam disponíveis na Plataforma Sucupira porque não tiveram suas divulgações autorizadas pelos pesquisadores ou pelos Programas de Pós-Graduação. É pertinente destacar que buscamos os trabalhos que se aproximavam dos objetivos de nossa investigação nos sites das Instituições de origem.

pertinente destacar que a partir da leitura dos resumos, constatou-se que as pesquisas estavam relacionadas com o objetivo dessa investigação. Nesse contexto, a tabela a seguir exemplifica o processo de busca:

Tabela 1: Trabalhos selecionados com aderência à área da educação

TRABALHOS	QUANTIDADE
Resultados encontrados	83
Publicações não autorizadas	19
Encontrados nos repositórios das Universidades	6
Pré-selecionados	36
Excluídos após análise	29
Selecionados	7

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

É importante ressaltar que os critérios de seleção levaram em conta a aproximação das produções com o que estava sendo investigado na pesquisa “Ensino de História em tempo de pandemia: uma investigação sobre as aulas de História durante a pandemia da Covid-19 em um educandário da zona rural”. Os trabalhos excluídos não tratavam do assunto, portanto, se distanciavam dos objetivos da investigação. Nesse contexto, a partir da leitura dos resumos dos trabalhos e uma análise detalhada do texto, foram selecionados 7 trabalhos, conforme mostra Tabela 2:

Tabela 2: Trabalhos analisados com foco no ensino de História

TÍTULO	AUTOR	UNIVERSIDADE	ANO	NÍVEL ⁶
Concepções historiográficas e ensino de História: representações das práticas docentes (Caxias do Sul/RS, 1997-2019)	Aline Marques de Freitas	Universidade de Caxias do Sul	2020	M
A prática pedagógica do professor de História: um estudo das percepções dos professores nas escolas	Carlos José de Farias Pontes	Universidade Federal do Acre	2017	M

⁶ Mestrado (M) e Doutorado (D).

públicas estaduais do Ensino Fundamental II de Rio Branco – ACRE				
O ensino de História nas políticas curriculares do Rio Grande do Sul: configurações e intencionalidades	Luthiane Myszak Valença de Oliveira	Universidade Federal da Fronteira Sul	2016	M
A (re)construção dos saberes Históricos no Ensino Fundamental (séries finais): diálogos com professores iniciantes	Gláucia Lilian Portela Nunes	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	2019	M
O currículo e a disciplina História no contexto da Educação Integral em tempo integral	Monique Alves Brito	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	2018	M
Leitura e ensino de História: concepções e práticas docentes e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem	Andrielly Karolina Duarte Braz	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2017	M
Consensos e assimetrias nas políticas curriculares para a disciplina de História no Ensino Médio brasileiro (1998 – 2012)	Kleber Luiz Gavião Machado de Souza	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2016	D

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Cabe destacar que todos os trabalhos foram encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Contudo, os trabalhos de Braz (2017) e Souza (2016) não estavam com suas divulgações autorizadas. Nesse sentido, pela relevância dos trabalhos e aproximação com os objetivos da investigação, buscou-se no repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e encontrou-se as pesquisas.

1. O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA

Após as análises realizadas, a partir dos trabalhos selecionados, é importante mencionar que todos foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa realizada, pois a partir deles foi possível identificar o lócus das pesquisas sobre as questões que envolvem o ensino de História no Brasil. Com isso, a partir da dissertação de Freitas (2020), defendida em 04 de dezembro de 2020, identificou-se que o objeto de investigação da autora são as representações que os professores de História constroem sobre suas práticas metodológicas entre os anos de 1997 e 2019. Freitas (2020) justifica o recorte temporal devido ao fato dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) terem sido instituídos em 1997 e a rede municipal de Caxias do Sul, localizada no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, campo de pesquisa da investigação, ter implementado a partir de 2019 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em toda a rede municipal de educação. Nesse contexto, a autora destaca que:

Buscar conhecer esse ensino de história a partir das memórias do professor sobre suas práticas é reconhecer seu papel basilar, um sujeito que elabora estratégias de ação e utiliza-se de táticas no dia a dia. Como pesquisadora na área da história e da educação, foi a possibilidade de compreender um cenário educacional, marcado por uma historicidade, que me mobilizou. (FREITAS, 2020, p. 13).

A autora tem a pretensão de identificar as concepções historiográficas utilizadas pelos professores em suas aulas. Ela defende a ideia de que toda opção é política e que cada professor pode utilizar suas aulas para tentar (ou não) transformar o mundo. Ressalta que não pretende classificar os docentes “em caixas”, mas tentar desenhar um cenário da disciplina de História no contexto nacional. Sienta que, para conhecer esse cenário, pretende analisar quais conteúdos esses professores privilegiam, os objetivos que cada um deles pretende alcançar, quais materiais e como os utilizam em suas práticas nas salas de aula.

Na pesquisa, Freitas (2020) traça a trajetória da História como disciplina escolar. Cabe destacar que essa ação é importante para compreender o que é uma disciplina escolar e como ela se constituiu no campo educacional. A autora aborda as influências das diferentes correntes historiográficas para a disciplina. Nesse sentido, a autora relata que:

A partir dessa relação, ensino de história e historiografia, tratados de forma concatenada para evidenciar alguns aspectos dessas conexões, observando a historicidade desses acontecimentos, interessa também destacar os demais aspectos relacionados à construção da disciplina de História. Considerando o professor de História como um mediador cultural privilegiado entre a historiografia e o ensino de história, [...]. (FREITAS, 2020, p. 47).

Para a autora, as políticas públicas são as responsáveis pelas definições sobre o ensino de História e essas políticas são influenciadas pela historiografia. Ela ressalta que ao longo da História da Educação no Brasil, nos mais diferentes contextos, o ensino de História serviu aos interesses dos governantes e das classes dominantes, que através de currículos planejados para a função privilegiavam os acontecimentos conforme seus interesses. Destaca que, na maioria das vezes, esses pensamentos eram influenciados pelo positivismo⁷.

Freitas (2020) destaca que desde sua formação o professor é direcionado conscientemente ou não aos conteúdos que devem ser trabalhados em sala de aula, seja através das aulas na graduação, dos currículos escolares ou dos materiais pedagógicos disponibilizados e organizados pelos governos, como o livro didático, por exemplo. A autora também destaca que, ao longo da sua vida escolar, o professor passou pela educação básica e teve aulas de História. Essas aulas, dependendo do contexto social, poderiam assumir diferentes correntes historiográficas e nem sempre o professor regente podia utilizar a que mais lhe era familiar. Ela cita o período da ditadura militar (1964-1985) para exemplificar sua ideia e ressalta que, no período, mesmo um professor se identificando com o marxismo, devido à censura e as formas de repressão, suas aulas, provavelmente, seguiam as ideias positivistas. Sobre o assunto, cabe destacar que o período ao qual a autora se refere foi um período difícil para o Brasil e, apesar de todas as interferências, muitos professores e professoras foram resistência e desafiaram o regime imposto.

A autora destaca que é preciso entender a disciplina de História dentro de

⁷ Paradigma que defendia a construção de uma História constituída exclusivamente a partir de documentos oficiais, evidências materiais e fatos concretos. Sem a possibilidade de questionar, interpretar e ampliar as fontes. Para saber mais, sugerimos a leitura de Barros (2012).

sua historicidade e que ela pode assumir diferentes versões dependendo de quem está no governo, como já ressaltado. Para Freitas (2020, p. 55), “[...] as relações entre a historiografia e o ensino de História se mostram imbricadas. E, na própria historicidade da disciplina, é possível perceber essas imbricações [...]”. Dessa forma, o ensino de História e a historiografia estão completamente interligados e, segundo a autora, basta observar as práticas dos professores para perceber essas relações.

Nesse sentido, ela utiliza questionários e entrevistas com os professores da rede municipal com a finalidade de identificar a aproximação deles com as correntes historiográficas positivista, materialista⁸ ou a Nova História Cultural⁹. Para ela, é possível que um mesmo professor se identifique com mais de uma corrente e utilize cada uma delas dependendo do conteúdo estudado em sala de aula.

Freitas (2020) conclui que os saberes dos professores são múltiplos, que eles dependem das condições de trabalho, da experiência e das afinidades de cada profissional. Em outras palavras, os professores se moldam conforme vão adquirindo experiência em sala de aula, e se formam professores através da prática. Essa questão remete à inconclusão, nas palavras de Freire (2016), no inacabamento do ser humano que, consciente desse inacabamento, se compreende como um sujeito em constante construção e transformação, sabedor de que sua presença no mundo, que não se faz no isolamento, não se dá apartada da influência de outros sujeitos.

No trabalho de Pontes (2017), aprovado em 14 de dezembro de 2017, o autor investiga as práticas metodológicas utilizadas por professores de História dos anos finais do ensino fundamental da rede pública estadual, no município de Rio Branco, no estado do Acre. O autor investiga como esses profissionais enxergam a própria prática, quais os perfis desses professores e como eles veem a docência.

De maneira geral, os trabalhos de Freitas (2020) e Pontes (2017) se

⁸ O materialismo está atrelado ao marxismo e para os marxistas a história da humanidade é definida a partir das relações de produção (produção e distribuição de bens) e da luta de classes.

⁹ A Nova História está associada a criação dos Annales e se opõe ao paradigma tradicional da História. Ela representa uma importante alteração nos estudos históricos, ampliando as fontes e buscando ultrapassar as análises de “grandes eventos e grandes homens”. Além de preocupar-se com questões cotidianas e com as pessoas comuns.

assemelham. Ambos abordam as práticas metodológicas utilizadas por professores de escolas públicas e delineiam a constituição da História como uma disciplina autônoma e escolar no Brasil, salientando as modificações que a disciplina teve ao longo dos anos desde sua constituição no século XIX.

Para Pontes (2017), investigar as práticas metodológicas e o ensino de História na Contemporaneidade é investigar vários aspectos relacionados à educação e à docência, como os conteúdos, a formação, os saberes desses profissionais, a relação professor-aluno, os aspectos relacionados aos currículos e as determinações governamentais.

O autor destaca que o professor, que se entende como um ser social, sabe a sua importância, o seu papel e o seu valor para a sociedade. Questiona sua prática e entende que ela pode contribuir para mudanças na sociedade em que está inserido. O que remete novamente para Freire (2016, p. 52): “E tudo isso nos traz de novo à radicalidade da esperança. Sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las”.

Pontes (2017) traz como referências alguns teóricos muito utilizados em pesquisas sobre ensino de História, como Circe Maria Bittencourt, Selva Guimarães Fonseca, Thais Nivia de Lima e Fonseca e Elza Nadai, pesquisadores da área da História da Educação e do Ensino de História. As duas pesquisas analisadas até agora contribuíram de forma significativa para os objetivos desta investigação.

Pontes (2017) ressalta que a disciplina de História nasceu para compor um currículo e tinha uma função. Portanto, para o autor, é importante entender que nenhum currículo é neutro e para compreender a constituição de uma disciplina é preciso, obrigatoriamente, levar em consideração o currículo e o contexto histórico de cada época. O autor, como já citado anteriormente, traça a constituição da História como disciplina no Brasil, enfatizando as legislações que regeram e regem os currículos para a disciplina, como as Reformas Francisco Campos, Gustavo Capanema e, mais recentemente, a constituição dos PCNs. Ressalta, também, embora não com tanta profundidade quanto no trabalho de Freitas (2020), as concepções historiográficas positivista, marxista e a Nova História Cultural e suas influências para o ensino de História nos educandários brasileiros. Nesse contexto, o autor ressalta que:

Quanto a disciplina de História, os PCNs traçam toda a trajetória do ensino de História no Brasil e fazem duras críticas ao ensino tradicional de História, como o uso do livro didático de forma acrítica, ensino meramente reprodutivista e conteúdos isolados e sem relação com a realidade dos alunos. (PONTES, 2017, p. 54-55).

Para os PCNs, o ensino de História deve proporcionar aos alunos uma reflexão, criar uma criticidade e contribuir para a formação de cidadãos questionadores e ativos. O documento tenta romper com metodologias tradicionais baseadas no modelo positivista. Pontes (2017) ressalta que, no que compete às práticas metodológicas e aos recursos didáticos, a partir dessas alterações estabelecidas no final da década de 1990, os professores passaram a ter mais autonomia. E foi a partir dessa autonomia que puderam ter a possibilidade de superar o modelo tradicional de ensino. O autor enfatiza que os avanços estão ameaçados com a aprovação da BNCC e com a Reforma do Ensino Médio¹⁰, que omite em seu texto a obrigatoriedade de disciplinas, como a História, por exemplo. É pertinente destacar que essas temáticas não são objetos desta pesquisa, mas são questões válidas e que interferem diretamente na educação. Certamente, pesquisadores e pesquisadoras se dedicarão a elas.

Após a investigação com os professores, o autor identificou que a maioria deles utilizam concepções de ensino ligadas às teorias marxistas¹¹ e à Nova História Cultural, buscando, desse modo, desenvolver uma atitude crítica em seus alunos, superando práticas ligadas ao ensino tradicional. No que diz respeito às práticas metodológicas, ele diz que a maioria dos professores utilizam várias práticas, como aulas expositivas e diálogos, e ressalta que a utilização dos livros didáticos é feita por todos, mas de forma crítica e como um auxílio às aulas.

As duas pesquisas apresentam características comuns e dialogam entre si. Ambas abordam o ensino de História em seus municípios a partir da perspectiva dos professores da escola pública e analisam, com profundidades

¹⁰ É pertinente destacar que essas reformas foram alteradas a partir do novo Governo Lula (2023-2026). Pontes (2017), escreve em um momento em que essas imposições estavam latentes. Muita coisa aconteceu de lá pra cá.

¹¹ Para os marxistas a história da humanidade é definida a partir das relações de produção (produção e distribuição de bens) e da luta de classes.

diferentes, a historiografia e suas influências para o ensino de História. Os autores questionam a utilização não reflexiva do livro didático e traçam a trajetória do ensino de História no Brasil, investigando como os conhecimentos históricos tornaram-se uma disciplina e quais foram as suas funções ao longo dos anos.

A pesquisa de Oliveira (2016), intitulada “O Ensino de História nas Políticas Curriculares do Rio Grande do Sul: configurações e intencionalidades”, aprovada em 30 de agosto de 2016 pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Chapecó, investiga as configurações e as intencionalidades das políticas curriculares para o ensino de História no Ensino Médio, no estado do Rio Grande do Sul. Para isso, a autora investiga documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012, os cadernos de Ciências Humanas do projeto Lições do Rio Grande e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, além do Regimento do Ensino Médio Politécnico.

Oliveira (2016), assim como os autores dos trabalhos analisados anteriormente, investiga o currículo, suas intencionalidades e implicações para o ensino de História. Ela defende a interdisciplinaridade como uma forma de proporcionar uma formação humana integral aos educandos e como uma maneira de romper com a disciplinarização comumente utilizada na maioria das escolas. Defende que os conteúdos precisam ser pensados de forma a contemplar a realidade dos alunos e desenvolver uma visão crítica, possibilitando a eles se enxergarem como sujeitos ativos no processo educativo.

A autora analisa a história da disciplina de História no Brasil, ressaltando seu caráter eurocêntrico e nacionalista ao longo dos anos e a utilização da História como um mecanismo para formação da identidade nacional, servindo aos interesses dos governos e das elites brasileiras. Nesse ponto, cabe destacar que conforme Schmidt (2012) o marco inicial da “Construção do código disciplinar de História no Brasil” acontece com o Regulamento de 1838 do Colégio Pedro II, que determinou a inclusão da História como conteúdo no currículo escolar. Para a autora, esse período é compreendido como a “Construção do código disciplinar de História no Brasil” (1838-1931) e é pertinente destacar que a História recebe uma forte influência das concepções

européias, especialmente a francesa.

Em seguida, Schmidt (2012) destaca o período da “Consolidação do código disciplinar de História no Brasil” (1931-1971). Cabe salientar que as modificações do período são compreendidas no contexto pós-Revolução de 1930 e consolidam uma série de projetos para reformas educacionais, como a reforma Francisco Campos (1931) e a Gustavo Capanema (1942). Em seguida, tem-se a “Crise do código disciplinar da História no Brasil” (1971-1984) compreendido no contexto da ditadura militar brasileira, que trouxe uma série de implicações para os docentes e para o ensino de História. Neste contexto, o trabalho de Oliveira (2016, p. 25), destaca que “a Educação Moral e Cívica foi instituída em caráter obrigatório como prática educativa e também como disciplina nas escolas de todos os graus [...]”. A autora salienta que a utilização dessas disciplinas, assim como os cursos de formação em Estudos Sociais, foram uma forma de descaracterizar e precarizar o ensino de História no país, que foi duramente afetado durante o período da ditadura militar.

Schmidt (2012) destaca que a partir de 1984 tem-se a “Reconstrução do código disciplinar de História no Brasil” período que pode ser compreendido a partir do processo de redemocratização do Brasil e das lutas dos professores de História e suas associações que buscavam renovação para a disciplina no período. Cabe destacar que a Associação Nacional de História (ANPUH) desempenhou um papel importante nesse processo. Nesse contexto, Oliveira (2016), destaca que foi a partir da década de 1970 que mudanças começaram a ser propostas para o ensino de História, mas foram efetivadas apenas na década de 1990, mais especificamente com a criação da LDB (1996) e com os PCNs (1997). A partir desses documentos, o currículo e o ensino passaram a ser conectados com a realidade dos alunos, primando por uma formação ampla dos sujeitos a partir de problemas sociais que fazem parte da realidade dos alunos, formando para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Assim, é importante ressaltar:

[...] ao pensar o ensino-aprendizagem de História, o educador tem de perceber que os conteúdos curriculares não estão desconectados da realidade em que o educando vive e por sua vez, não podem ser vistos exclusivamente como campo de estudo deste componente curricular, ao passo que o

conhecimento não é isolado, apesar de historicamente termos desenvolvido uma lógica disciplinar, que tentou separar o inseparável. (OLIVEIRA, 2016, p. 70).

A autora defende uma educação interdisciplinar, aos moldes do Ensino Médio Politécnico. Para ela, a interdisciplinaridade desenvolve um espírito crítico nos alunos, na medida em que promove autonomia no processo de ensino e aprendizagem e faz com que os alunos se vejam como sujeitos ativos durante o processo.

Oliveira (2016) conclui que o professor que trabalha de forma interdisciplinar e domina os conteúdos, proporciona um diálogo eficiente entre sua disciplina e as demais. Destaca que o sucesso no processo de ensino e aprendizagem se faz com estudantes e docentes autônomos e, no que compete ao currículo, ele não pode ser simplesmente uma política de governos, mas um mecanismo capaz de proporcionar mudanças efetivas para o ensino.

No trabalho de Nunes (2019), a autora investiga como os professores de História, em início de carreira, relacionam os saberes do curso de licenciatura com os da cultura escolar. Sua investigação acontece na rede pública e privada do município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, com professores que tenham no máximo três anos de efetivo exercício. Ela pretende entender o impacto que a formação tem na (re)construção dos saberes acadêmicos, justificando, dessa forma, a delimitação do tempo de docência dos profissionais investigados.

Para Nunes (2019, p. 25), “a escolha por pesquisar práticas dos professores iniciantes decorre do interesse em dialogar com esses sujeitos, na tentativa de perceber seus primeiros movimentos [...]”, preocupando-se em investigar, também, o impacto que as formações deles têm para a História escolar, tendo em vista que são sujeitos ativos influenciados e influenciadores de cultura.

Em seu trabalho, ela aborda dois paradigmas que, segundo ela, são os dois mais usuais quando tratamos de assuntos relacionados a educação. O primeiro é o ensino tradicional, de viés positivista, aquele que vê o aluno como um simples receptor de conteúdo, um sujeito passivo no processo de ensino e aprendizagem, alguém que só recebe os conteúdos e enxerga o professor como

um transmissor desses saberes. O segundo é o libertário, aquele que enxerga o aluno como um sujeito ativo, alguém que junto com o professor constrói o conhecimento. Para o último paradigma, o aluno é uma pessoa consciente, detentora de saberes, alguém que amplia seus conhecimentos relacionando os conteúdos escolares com suas próprias visões de mundo e o professor é o mediador do processo.

Para Nunes (2019), nas décadas de 1980 e 1990, havia um abismo gigantesco entre a História ensinada na Educação Básica e aquela vista nas universidades. Na universidade havia debate e espaço para questionamentos, enquanto na Educação Básica o que existia era simplesmente a transmissão de conteúdos que vinham prontos nos livros didáticos e nos manuais destinados ao ensino de História.

Assim como no trabalho de Oliveira (2016), Nunes (2019) questiona as finalidades das licenciaturas curtas e dos Estudos Sociais, implantados no Brasil durante a ditadura militar. Para as autoras, a intenção era desqualificar o ensino de História e a formação dos professores da disciplina, fragmentando o conhecimento e incentivando a simples transmissão de conteúdos que vinham prontos e acabados, sem deixar espaço para o confronto de ideias e questionamentos. Essas práticas reforçavam um ensino de História pautado na memorização de datas e feitos, na construção e legitimação de “grandes heróis”. Cabe enfatizar que, apesar de todas as artimanhas utilizadas pelo Estado para interferir nas práticas docentes, sempre existiram exceções. Sempre existiram profissionais e estudantes que questionaram, que tentaram interferir e transformar os currículos.

Nunes (2019) ressalta que muitos cursos de licenciatura em História utilizam disciplinas de cunho pedagógico como didática e metodologias de ensino para aproximar os estudantes do mundo escolar, mas que de fato eles só terão contato com a sala de aula no final do curso, quando geralmente realizam estágios obrigatórios nas escolas. Para ela, essa metodologia só reforça a ideia de que simplesmente saber os conteúdos é suficiente para entrar em sala de aula.

A autora reforça que, quando se fala em função docente, é preciso ter em mente que só saber os conteúdos não é suficiente, é preciso saber como ensinar

e como construir as condições efetivas para a aprendizagem, considerando o aumento das exigências relacionadas aos professores e à complexidade da organização escolar.

Os PCNs são uma presença constante nos trabalhos analisados e sua importância dá-se ao fato de eles serem influência para o ensino de História. A BNCC também aparece nos trabalhos pesquisados e, para Nunes (2019), o texto reafirma um modelo de ensino conservador, inadequado para a escola de hoje, além de não dialogar com as pesquisas voltadas para a formação de professores.

Nunes (2019) defende que a formação acontece ao longo da vida e não unicamente em espaços destinados para tal função. Um profissional não concluiu sua formação ao terminar um curso, pois para ser professor é necessário um aprimoramento constante. O sujeito torna-se professor ao longo de sua experiência em sala de aula e com a busca constante por um aprimoramento profissional.

A autora conclui que a maioria dos cursos reforçam um ensino destinado para a formação de historiadores e enxergam na docência uma segunda opção. Ela destaca que existe um abismo entre a licenciatura e a formação de professores, que deveriam ter no início de sua formação a base de preparação para o exercício em sala de aula. A pesquisa de Nunes (2019) revelou que os profissionais se sentem sozinhos e despreparados quando começam a lecionar, mesmo vindo de um espaço rico em saberes, como a universidade.

O trabalho de Braz (2017), aprovado em 30 de março de 2017 pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulado “Leitura e ensino de História: concepções e práticas docentes e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem”, tem como objetivo investigar a utilização da prática da leitura em uma turma de Ensino Médio, nas aulas de História. A autora salienta que o objetivo da pesquisa não é desenvolver um estudo sobre as práticas do professor, mas desenvolver o estudo com ele. Para isso, ela realiza entrevistas, grupos focais, formação com professores e reuniões.

Ao longo do trabalho, Braz (2017) aborda todo o processo da pesquisa, o desenvolvimento da entrevista, como aconteceram os grupos focais, a

importância e as dificuldades de realizar uma pesquisa colaborativa entre pesquisadores e pesquisados. Como o objetivo dessa etapa é investigar o que vem sendo produzido sobre o ensino de História, o foco de análise são os capítulos destinados ao assunto.

Sobre a utilização da leitura no processo de ensino e aprendizagem da História, a autora ressalta:

Ao considerarmos as atuais propostas curriculares nacionais para o ensino da disciplina, é perceptível a preocupação com um ensino de História articulado à realidade dos alunos, promotor de reflexão e práticas de pesquisa associadas às ações didático-pedagógicas que permitam compreender a História como objeto de leitura e compreensão de mundo. (BRAZ, 2017, p. 14).

Para ela, a leitura é um instrumento valioso para ensinar determinados conteúdos, além de possibilitar o desenvolvimento de habilidades investigativas no ensino de História e relacionadas ao que dizem os documentos voltados para o ensino de História, como os PCNs, por exemplo. Tais Parâmetros orientam para uma formação integral dos sujeitos, formando para o exercício da cidadania, para que vivam em uma sociedade democrática e suas ações estejam pautadas na reflexão sobre o mundo. Para a autora, a utilização de textos é fundamental para que os estudantes sejam capazes de interpretar e aprendam a questionar, posicionando-se de forma crítica e reflexiva.

Sendo a leitura um elemento tão importante, Braz (2017) questiona sobre a sua não utilização por parte dos professores e obtém como resposta que o não hábito da leitura por parte das famílias leva os alunos a não gostarem de ler. Muitos estudantes consideram os livros pouco atrativos e apontam para a precariedade de muitas escolas, que não contêm obras diversificadas, sendo, muitas vezes, os livros didáticos os únicos que adentram nos espaços escolares.

Assim como nos outros trabalhos analisados, Braz (2017) considera as décadas de 1980 e 1990 como um marco na renovação do ensino de História, tendo em mente o processo de redemocratização brasileiro, recém-saído de um período marcado pela repressão da ditadura militar, em que a disciplina de História foi duramente atacada. Ela destaca a luta pela diversidade e a atuação da Associação Nacional de História (ANPUH) como movimentos fundamentais

para a renovação da História como disciplina escolar, pela aproximação da universidade com a escola e pela universalização do ensino. Segundo ela, essas reivindicações ganham materialidade com a Constituição de 1988 e mais tarde, na década de 1990, com a implantação da LDB e dos PCNs.

O trabalho de Braz (2017) vai ao encontro da pesquisa de Nunes (2019). Na investigação de Braz (2017), ficou evidente que os professores investigados na pesquisa têm dificuldades de adequar os saberes aprendidos na graduação para o cotidiano da sala de aula. Sobre a questão, cabe destacar que conforme Silva (2024), a História como Ciência e o ensino escolar de História são como irmãos e não podem ser compreendidos em momento algum como saberes desconectados. Eles são organizadas em conjunto e sua relação é de reciprocidade. São saberes diferentes, mas estão interligados, são complementares.

Neste contexto, para Braz (2017) a falta de domínio e a pouca experiência fazem com que a maioria tenha dificuldade de mediar os saberes acadêmicos e os saberes escolares. A autora ressalta que essa característica é muito comum, enfatizando que o professor se constitui ao longo de toda a vida, pois com o passar dos anos adquire experiência e aprende melhores práticas metodológicas para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma mais qualificada.

Braz (2017) conclui com a pesquisa que contextualizar é um princípio fundamental no ensino de História, assim como ouvir os alunos, conversar com eles, pensar juntos em estratégias didáticas que funcionem com determinada turma e determinados alunos. Ela ressalta que analisando as práticas do professor no que diz respeito à leitura no ensino de História, seja com o livro didático ou com as mais diversas fontes históricas, percebe ser uma prática que apresenta um grande potencial para o ensino da disciplina. E, para a autora, as dificuldades para a prática giram em torno da má utilização desse material por parte dos professores, que precisam ter uma visão crítica e reflexiva sobre sua prática para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra da melhor forma possível.

Brito (2018) investiga o currículo e o ensino da disciplina de História no contexto da educação integral, em escolas de Ensino Fundamental e Médio da rede estadual da Bahia, focando no município de Salvador, que utiliza o

Programa Educação Integral (ProEI). A autora analisa o currículo do programa, preocupando-se especificamente com o voltado para a disciplina de História, além de investigar as implicações desse currículo nos espaços escolares.

Brito (2018) começa o trabalho explicando que o ProEI é um programa utilizado no estado da Bahia desde 2014, visando a ampliação da carga horária para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio na rede estadual de educação, através da ampliação do tempo dos estudantes em algumas escolas. Segundo a autora, a discussão sobre o currículo de História no ProEI deve partir de dois pontos: a inadequação da educação às novas exigências colocadas pelo capital e a transformação da educação em uma “simples mercadoria”.

Conforme a autora, o primeiro elemento exige a reflexão, a partir dos documentos que regem a proposta: quais as inovações propostas? Quais as mudanças propostas para a escola? Essas mudanças estão a serviço de quem? Quais suas finalidades? E o segundo elemento complementa o primeiro na medida em que leva o leitor a refletir sobre quem está por trás dessas “inovações”. Brito (2018) aponta que geralmente são as empresas do setor privado que têm o objetivo de vender ao setor público “suas inovações”.

Outra característica apresentada nos trabalhos analisados refere-se à questão do currículo como um elemento carregado de intenções. Para todos os autores, ele precisa ser entendido como um documento importante para o ensino, que está sempre a serviço de alguém, está impregnado de simbologias e é um instrumento que reflete relações de poder em qualquer sociedade. Não se pode jamais entendê-lo como neutro. Um currículo nunca é neutro. Brito (2018) também questiona “a inovação” proposta pela Reforma do Ensino Médio e pela BNCC, provocando a reflexão sobre quais as intenções dos setores privados com essas propostas.

Brito (2018) investiga, brevemente, as principais políticas educacionais que regem a educação brasileira na atualidade, como o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa Mais Educação (PME), com a finalidade de investigar o que esses documentos dizem sobre a educação em tempo integral. A autora conclui

que, no Brasil, essa proposta sempre se pautou em proteger as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, propiciando a ampliação do tempo deles nas escolas para o desenvolvimento de atividades em turno e contraturno escolar, retirando-os das ruas. Nos documentos, a escola é vista como um espaço de proteção às crianças e aos jovens.

Especificamente sobre o ensino de História proposto pelo ProEI, Brito (2018) ressalta que a disciplina ocupa duas horas-aulas semanais, totalizando 80 horas-aulas anuais, e que o documento não traz conteúdos específicos para serem trabalhados em cada disciplina, fazendo, na teoria, com que elas conversem entre si, possibilitando um ensino interdisciplinar. Para a autora, o que a proposta traz é a ampliação da carga horária dentro das salas de aula, com atividades parecidas com as das escolas regulares. Ao entrevistar os professores, a autora percebe em suas falas que, apesar de o currículo teoricamente incentivar a interdisciplinaridade, eles apontam uma série de dificuldades para concretizar essa ação, como os horários mal feitos e a pouca vontade por parte de alguns colegas.

Brito (2018) conclui que atualmente existe uma série de retrocessos nas políticas educacionais com a Reforma do Ensino Médio, que vem para descaracterizar o ensino, fragmentando o currículo e afetando, principalmente, os alunos da escola pública. Essa reforma esvazia a escola de todos os conhecimentos produzidos historicamente em nome da empregabilidade, colocando a escola nas mãos de grupos empresariais que visam simplesmente a mão de obra e não se preocupam, de fato, com um ensino que contemple o ser humano em todas as suas especificidades e forme indivíduos críticos, reflexivos e conscientes de seus papéis na sociedade.

Para a autora, a proposta evidencia as dificuldades das escolas públicas brasileiras, como a falta de pessoal, de adequação e espaço nos prédios e a falta de equipamentos, dificuldades enfrentadas por boa parte das escolas regulares, mas que se agravam com a educação em turno integral. No que diz respeito à disciplina de História, Brito (2018) chega à conclusão de que os tempos atuais são difíceis, com uma educação que valoriza aspectos mais pragmáticos, sendo compreensível que a disciplina de História ocupe cada vez menos espaço nos currículos. O que se tem hoje é um ataque nítido às Ciências Humanas, e a

História, especificamente, tem sido atacada fortemente nos últimos anos. Desse modo, é pertinente destacar (novamente) que nenhum currículo é neutro e a desvalorização da História é um exemplo nítido.

A tese de Souza (2016), aprovada em 26 de fevereiro de 2016 pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, investiga os conteúdos escolares no currículo de História, especificamente para o Ensino Médio, entre o período de 1998 e 2012. Nesse contexto, o autor analisa as habilidades e competências presentes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), comparando os documentos com o que está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).

Souza (2016) ressalta que, no Brasil, as reformas curriculares para o ensino médio começaram na década de 1990 e são vistas como um conjunto de mudanças que visava a adaptação da realidade educacional aos novos formatos produtivos de novas forças econômicas que surgiram após 1989 em uma nova sociedade que passou a ser globalizada, neoliberal, informatizada e em rede. Ele enfatiza que essas reformas foram realizadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso¹², que teve como foco a privatização de empresas estatais e a descentralização das políticas sociais. Essas reformas seguiram uma lógica internacional, que trouxeram a descentralização, a flexibilização e uma certa autonomia.

A partir das considerações de autores como Circe Maria Bittencourt, Selva Guimarães Fonseca e Itamar Freitas, o autor aborda que, para a disciplina de História, as reformas propostas pelos PCNs são uma resposta para as necessidades neoliberais, que camufladas nos discursos de “inovação” e globalização atendem exclusivamente as demandas do mercado, servindo aos interesses da elite e fortalecendo o setor privado. Souza (2016) enfatiza que, a partir dessas reformas, a educação passou a ser pensada para que pudesse atender as massas, respeitando as diferenças culturais entre os alunos, o que refletiu em currículos que deveriam ser pensados na perspectiva de tornar possível a inclusão e o respeito a todas as classes sociais.

¹² Foi presidente do Brasil de 1995 até o final de 2002.

Sobre o ensino de História, Souza (2016) diz que, a partir da década de 1990, o ensino passou a sofrer influência da Nova História Cultural francesa, rompendo, naquele momento, com o ensino de História tradicional. Para o autor, no período houve também a aproximação da História ensinada no espaço acadêmico com a História ensinada na escola, o que acarretou uma mudança historiográfica para o ensino da disciplina. Ele ressalta que os PCNEM reforçam a ideia de um ensino pautado na formação para o trabalho e para a cidadania, o que, na perspectiva do autor, não significa qualquer trabalho e qualquer cidadania. O currículo vem com a intenção de formar pessoas úteis para o setor produtivo, essa seria a nova tarefa da disciplina de História.

Em seu trabalho, Souza (2016) aborda as mudanças que os PCNEM trazem para o ensino de História. Para ele, o documento contempla as modificações propostas pela historiografia, que passou a valorizar uma História orientada pelos pressupostos sociais e culturais, dando voz a quem foi, durante séculos, silenciado pela própria História. Essa mudança de paradigma representa uma ruptura com um ensino tradicional utilizado na maioria das escolas na época.

O autor também menciona que, a partir da década de 1980, os sistemas de avaliações também passaram a ser um ponto fundamental nas reformas educacionais no Brasil e no mundo. Nesse cenário, ele ressalta que o ENEM integra as políticas públicas de avaliação da educação no Brasil. Hoje, o ENEM é a principal porta de entrada para os alunos que pretendem cursar algum curso superior em instituições públicas brasileiras. Nesse sentido, ele passa a ser referência para muitos currículos que adequam seus conteúdos ao que o exame costuma abordar.

Souza (2016) diz que as matrizes de referência e os objetos do conhecimento na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias possuem enfoque multidisciplinar e ressaltam a importância do conhecimento histórico na organização da matriz. Para o autor, o ENEM deixou de ser um elemento avaliador e tornou-se um selecionador, que anualmente seleciona “os melhores” alunos e os premia com as vagas das universidades, ressaltando que o debate em torno do currículo utilizado nas escolas é vasto, mas que, de fato, o verdadeiro currículo utilizado no ensino médio é o ENEM.

Em sua pesquisa, Souza (2016) destina um capítulo para a análise do livro didático. Para o autor, o livro didático é um elemento importante para a educação, ele é portador de uma seleção cultural dos saberes que serão ensinados nas escolas brasileiras, indica as teorias, os métodos, os conteúdos, as competências e as habilidades para o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, sobre as habilidades nos livros de História analisados pelo autor, ele destaca:

Em relação as competências e habilidades históricas exigidas, as coleções mostraram-se limitadas em fórmulas didáticas que não estão preocupadas em estabelecer uma linha clara de progressão e são majoritariamente focadas na aprendizagem conceitual em detrimento da construção de procedimentos históricos, trancafiando alunos do Ensino Médio, durante os seus três anos de permanência nesse nível, em um currículo que naquilo que espera que os alunos saibam não propõe mudanças estruturais entre os volumes (SOUZA, 2016, p. 202).

Após a análise, o autor destaca que existe uma dificuldade no livro didático no que se refere a contemplar o que está nos PCNEM, ao mesmo tempo em que contempla o que está previsto nas matrizes de referência para o ENEM. Outro fator observado na pesquisa é que os livros apresentam as mesmas habilidades e competências para as três séries do Ensino Médio. Na análise do autor, isso faz com que os alunos fiquem presos aos mesmos conceitos durante todo o ciclo escolar.

Souza (2016) conclui que se os professores da Educação Básica, os professores das universidades ou os pesquisadores do ensino de História não se mobilizarem e indicarem os conteúdos necessários para compor o currículo da disciplina, agentes externos, como entidades religiosas ou empresas como as que vendem os livros didáticos, o farão e o ensino continuará atendendo aos interesses de grupos elitistas preocupados com a formação de mão de obra barata sem preocupação com a formação de alunos críticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, com essa abordagem, delinear os primeiros passos da pesquisa “Ensino de História em tempo de pandemia: uma investigação sobre

as aulas de História durante a pandemia da Covid-19 em um educandário da zona rural” utilizando o conceito de estado do conhecimento. Após a análise dos trabalhos, corrobora-se com Morosini (2015) quando ela diz que pesquisar o que foi produzido no campo disciplinar de cada pesquisador é importante para fundamentar uma tese ou dissertação.

A partir das análises realizadas, identifica-se características comuns entre os trabalhos, como a urgência de superar práticas metodológicas tradicionais; a intromissão dos governos na disciplina ao longo dos anos, mais especificamente durante a ditadura militar, que instituiu a disciplina de Moral e Cívica, que foi duramente criticada em todos os trabalhos analisados; bem como a precarização da formação docente do professor e da professora de História com a implementação das licenciaturas curtas e dos cursos de Estudos Sociais, além do fato de as pesquisas analisadas ressaltarem a importância de entender a relação entre currículo e ensino, de o compreender como um documento carregado de intenções e que está a serviço de alguém.

Nesse sentido, é importante novamente destacar que, atualmente, a educação está sendo atacada com a imposição da Reforma do Ensino Médio e a utilização da BNCC, que vem para reforçar ainda mais as desigualdades sociais brasileiras disfarçadas em um discurso de inovação. Cabe destacar, conforme as pesquisas mapeadas apontam, que essas propostas são conservadoras e inadequadas para as escolas de hoje. Sob a lógica capitalista e neoliberal, essas propostas transformam a educação em uma simples mercadoria, representando um retrocesso. No que compete ao ensino, percebe-se a necessidade de metodologias voltadas para a formação de sujeitos críticos e ativos no processo de ensino e aprendizagem, colaborando, dessa forma, para a construção de um estudante reflexivo e ativo que pense para além dos muros da escola e do espaço da sala de aula.

Nesse sentido, é importante destacar que todos os trabalhos analisados na investigação contribuíram significativamente para a pesquisa desenvolvida ao longo do mestrado. A investigação no Banco de Teses e Dissertações da CAPES proporcionou uma maior compreensão sobre o que os pesquisadores e pesquisadoras brasileiros vêm investigando sobre o ensino de História no Brasil e ampliou o referencial teórico da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. O que é uma escola na historiografia? – Um paralelo com a Filosofia. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 13, n. 18, p. 98-115, maio. 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2012v13n18p98/4188>. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 1999. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília: MED; UNDIME; CONSED, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_e_mbaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 02 out. 2021.

BRAZ, Andrielly Karolina Duarte. **Leitura e ensino de História: concepções e práticas docentes e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem**. 2017. 324f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2017.

BRITO, Monique Alves. **O currículo e a disciplina História no contexto da educação integral em tempo integral**. 2018. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Salvador, 2018.

IÉQUE, Jéferson Schneider. **Ensino de História em tempo de pandemia: uma investigação sobre as aulas de História durante a pandemia da Covid-19 em um educandário da zona rural**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – Câmpus Pelotas, Pelotas, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, Aline Marques de. **Concepções historiográficas e ensino de História**: representações das práticas docentes (Caxias do Sul/RS, 1997-2019). 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento e questões do campo específico. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, p. 154-164, jul./dez. 2014.

NUNES, Glaucia Lilian Portela. **A (re)construção dos saberes históricos no ensino fundamental (séries finais)**: diálogos com professores iniciantes. 2019. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

OLIVEIRA, Luthiane Myszak Valença de. **O ensino de História nas políticas curriculares do Rio Grande do Sul**: configurações e intencionalidades. 2016. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

PONTES, Carlos José de Farias. **A prática pedagógica do professor de História**: um estudo das percepções dos professores nas escolas públicas estaduais do Ensino Fundamental II de Rio Branco – Acre. 2017. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2017.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/24245/pdf>. Acesso em 14 dez. 2024.

SILVA, Fábio Alexandre da. **Concepções da ditadura em livros de história**: uma análise pela ótica da historiografia didática (1970-2020). 2024. 223f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

SOUZA, Kleber Luiz Gavião Machado de. **Consensos e assimetrias nas políticas curriculares para a disciplina de História no ensino médio brasileiro (1998-2012)**. 2016. 244f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

Recebido em 25-08-2024

Aprovado para publicação em 29-01-2025

REFORMISMO CONSERVADOR-AUTORITÁRIO NO CINEMA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)¹

O caso do filme Manhã Cinzenta (São Paulo, 1968)

CONSERVATIVE-AUTHORITARIAN REFORMISM IN CINEMA DURING THE MILITARY DICTATORSHIP (1964–1985)

The case of Manhã Cinzenta (São Paulo, 1968)

RENAN SIQUEIRA DA SILVA²

BRENO ARSIOLI MOURA³

RESUMO

Neste artigo analisamos a representação da comunidade universitária e científica presentes no média-metragem *Manhã Cinzenta* (São Paulo, 1968), produzido no auge da Ditadura Militar no Brasil. Observamos que a película pode ser compreendida como um testemunho das discussões sobre o projeto institucional militar para o ensino superior, movido tanto pelo investimento prioritário em pesquisas que pudessem desenvolver a economia e o setor de tecnologia quanto pela repressão à organização política dos universitários. Desse modo, os elementos tecnológicos presentes no filme podem ser interpretados como representações alegóricas de uma ciência acrítica e estritamente técnica defendida pelos militares, enquanto os universitários fazem alusão à ala que se contrapunha a esse projeto.

Palavras-chave: reformismo; universidades; Ditadura Militar; Cinema; Ciências.

ABSTRACT

This paper analyzes the representation of the university and scientific community depicted in the medium-length film *Manhã Cinzenta* (São Paulo, 1968), produced at the height of the Military Dictatorship in Brazil. We observe that the film can be understood as a testimony to the debates surrounding the military's institutional project for higher education, driven both by the prioritization of research aimed at advancing the economy and technology

¹ Os autores agradecem as sugestões e recomendações de leitura dadas por Olival Freire Junior ao longo da pesquisa de doutorado que originou este artigo.

² Pesquisador colaborador doutor – Centro de Ciências Naturais e Humanas – CCNH – Universidade Federal do ABC. e-mail: renan.siqueira@ufabc.edu.br.

³ Professor Associado - Centro de Ciências Naturais e Humanas – CCNH – Universidade Federal do ABC. e-mail: breno.moura@ufabc.edu.br.

sectors, and by the repression of political organization among university students. Thus, the technological elements in the film can be interpreted as allegorical representations of an uncritical and strictly technical science advocated by the military, while the university students allude to the faction opposing this project.

Keywords: reformism; universities; Military Dictatorship; cinema; sciences.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, vários pesquisadores têm se dedicado ao estudo dos efeitos das políticas implementadas durante a Ditadura Militar⁴ brasileira (1964-1985) nas atividades científicas do país. Em linhas gerais, a revisão da literatura nesse campo revela um paradoxo nas ações dos militares em relação ao setor de ciência e tecnologia. Por um lado, observa-se a adoção de medidas destinadas a estruturar um projeto de modernização no Brasil, resultando em um aumento significativo de recursos para o setor. Por outro lado, a truculência do Estado foi evidente, agindo de modo coercitivo e perseguindo diversos cidadãos em nome da suposta ameaça comunista (FREIRE JUNIOR, 2020; MOTOYAMA, 2004; MOTTA, 2014).

Para Motta (2014), as universidades representam espaços privilegiados para se observar as práticas duais dos militares. Por um lado, o meio universitário contava, no início da década de 60, com um movimento estudantil organizado e aguerrido, constituindo-se como importante centro de mobilização da esquerda brasileira, o qual era tido como inimigo dos golpistas. Esses espaços foram os primeiros alvos dos militares em suas operações de expurgos da Ditadura⁵. Em contrapartida, essas instituições eram indispensáveis para o projeto modernizador vislumbrado pelos articuladores do golpe, visto que

⁴ Embora saibamos que há algumas variações no termo utilizado para se referir ao período ditatorial brasileiro (p.e. Ditadura Civil-Militar), utilizamos neste texto apenas o termo "Ditadura Militar", pois é o mais comumente presente nas referências utilizadas para esta pesquisa, além do fato de a nossa argumentação focar no papel dos militares no poder no processo de repressão às comunidades universitárias.

⁵ Um exemplo que evidencia essa ostensividade ocorreu com a União Nacional dos Estudantes que, em função da intervenção dos militares nas atividades das organizações estudantis, realizou de forma clandestina seu 30º Congresso no ano de 1968. A atividade teve como sede o sítio Murundu, na cidade de Ibiúna. No dia 12 de outubro, o local foi invadido por policiais, que prenderam os congressistas. Para mais detalhes, ver Guimieri (2021).

desempenhavam papel crucial na formação de força de trabalho especializada necessária às atividades econômicas, além de, paulatinamente, possibilitar o desenvolvimento de tecnologias nacionais. Considerando esse contexto, as universidades eram instituições que os militares buscaram, simultaneamente, modernizar-reformar e reprimir-censurar. Caracteriza-se, desse modo, esse período como sendo demarcado por duas facetas dos militares: autoritária-conservadora e modernizadora. Nota-se que a segunda somente foi viabilizada pela adoção da repressão.

Motta (2014) ainda afirma que o objetivo modernizador estava centrado nas esferas econômica e administrativa, com foco no crescimento, na aceleração da industrialização e na otimização da máquina estatal. Por outro lado, o objetivo autoritário-conservador buscava manter os grupos subalternos excluídos, especialmente como agentes políticos, e combater as ideias e figuras da esquerda nos âmbitos político e cultural. Trabalhos recentes têm nos ajudado a compreender os impactos do golpe nas diferentes localidades da comunidade científica brasileira, como o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (CLEMENTE, 2020), a Universidade de Brasília (SALMERON, 2012), a Universidade de São Paulo (ADUSP, 2018) e o Instituto Oswaldo Cruz (SANTOS, 2020). Em todos esses casos, as ações dos militares interferiram diretamente na vida de pesquisadores e, em uma perspectiva mais ampla, alteraram profundamente os rumos dessas instituições.

Bauer e Gertz (2022) advogam que fontes produzidas durante regimes ditatoriais são valiosas tanto do ponto de vista histórico – e, eventualmente judicial – quanto da perspectiva da construção da memória histórica e da constituição da identidade política de um país. Partindo dessa perspectiva, consideramos que é tarefa da história rememorar os fatos, com o objetivo de manter vivo o espírito crítico frente a essa truculenta experiência que constituiu o passado de nosso país. Com esse espírito, neste artigo propomos ampliar o escopo das fontes usualmente utilizadas para embasar estudos historiográficos acerca da relação entre Ditadura Militar, políticas científicas e universidades, considerando o cinema enquanto documento histórico. Para tanto, analisamos como as representações das ciências e da comunidade universitária no filme *Manhã Cinzenta* (São Paulo, 1968) veicularam conceitos próprios da conjuntura

do período.

Dirigido por Olney São Paulo (1936-1978), o filme retrata a resistência de um grupo de estudantes a um regime ditatorial. Na trama, os universitários participam de uma passeata liderada por um militante que organiza um comício. Eles são presos, torturados e submetidos a um inquérito conduzido por um robô e um cérebro eletrônico. A temática abordada na obra estava em voga na época, pois, como mencionamos anteriormente, o movimento estudantil era um dos principais focos de resistência à Ditadura Militar. O diretor foi perseguido, preso e torturado, assim como os personagens do filme.

Desde a segunda metade do século XX, o campo da história como um todo tem estudado de forma mais sistematizada o uso do cinema como fonte para a investigação histórica. Diversos autores têm se debruçado sobre essa temática (FERRO, 1992; NAPOLITANO, 2002; VALIM, 2012; BURKE, 2017), acumulando um corpo teórico sólido que explora os métodos e benefícios de trabalhar com esse tipo de fonte documental. O historiador Napolitano (2002) destaca a importância das produções audiovisuais como fontes históricas, especialmente no estudo do século XX, já que "tudo é dado a ver e a ouvir" (NAPOLITANO, 2002, p. 235). Ele argumenta que tanto documentários quanto filmes ficcionais têm valor histórico, pois o cinema, manipulado pelos cineastas, comunica-se com o público utilizando sua própria linguagem. O historiador, portanto, deve analisar as escolhas cinematográficas dentro do contexto de produção. Burke (2017) complementa, afirmando que cineastas editam suas obras como escritores editam textos, sendo influenciados por aspirações pessoais ou pressões externas, como interesses políticos e econômicos. O autor advoga que, para compreensão plena dessas produções, é necessário analisar essas intervenções.

Sabe-se que o governo militar investiu no desenvolvimento da indústria cinematográfica por reconhecer o valor econômico dessa atividade, mas também por almejar propagar ideais condizentes com a imagem de nação vinculadas aos valores conservadores preconizados por parte de sua base política (Martins, 2021). Em outro trabalho (Silva e Moura, 2023), mostramos como algumas obras fílmicas de ficção científica do período repercutiram valores associados às atividades científicas na época, demarcando as ambiguidades e flexibilidades

que caracterizaram as relações entre agentes estatais e líderes intelectuais. Além disso, apontamos para a existência de um rico material fílmico pouco explorado pela área de história das ciências brasileiras.

Considerando essas premissas, a análise de *Manhã Cinzenta* pode contribuir para entendermos as complexas relações entre as políticas científicas e tecnológicas e as universidades com as demais esferas da sociedade, uma vez que obras desta natureza dialogam com seus respectivos períodos de produção repercutindo valores próprios destas épocas. Para examinarmos o filme, utilizaremos como fontes documentais, além da própria produção cinematográfica, matérias de jornais do período que mencionaram o lançamento da obra e o processo judicial enfrentando por Olney São Paulo, bem como entrevistas e a biografia do cineasta. A fim de contextualizar o momento em que o filme foi produzido, abordamos na próxima seção aspectos gerais do modo como o regime militar reprimiu e ao mesmo tempo investiu nas universidades para, posteriormente, procedermos nossa análise da película.

1. UNIVERSIDADES DURANTE A DITADURA MILITAR.

Conforme adiantamos na Introdução, durante a Ditadura Militar no Brasil, o comportamento do regime em relação ao meio universitário foi marcado por uma dualidade notável: repressão e investimento. Embora essas duas facetas coexistissem de forma não linear e variassem de acordo com cada localidade e área de pesquisa, para facilitar a discussão, esta seção está dividida em dois subtópicos: a faceta autoritária-conservadora e a faceta modernizadora. A primeira trata das medidas repressivas, como censura e perseguições a professores e estudantes, enquanto a segunda aborda os investimentos em infraestrutura e a promoção de certas áreas do conhecimento, visando a modernização e o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

1.1 Faceta autoritária-conservadora

É de conhecimento público o caráter violento do regime militar, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 no dia 13 de dezembro de 1968, que demarcou a intensificação das políticas repressoras do

Estado. A comunidade científica e acadêmica também foi vítima da brutalidade dos golpistas. Muitos pesquisadores foram forçados a se aposentar e impedidos de exercer suas profissões. Outros se exiliaram ou foram exiliados⁶. Houve ainda situações que resultaram na tortura, como no caso dos físicos Ernst Wolfgang Hamburger (1933-2018) e Amélia Império Hamburger (1932-2011), e até na morte de cientistas, como no caso da química Ana Rosa Kucinski Silva (1942-1974).

As instituições também foram impactadas por essa conjuntura, como o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Clemente (2020) afirma que os impactos causados pela política ostensiva-repressiva do governo alteraram significativamente os rumos do instituto. Ao longo da década de 1970, foi sendo criada uma estrutura de vigilância constante no local. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) preconizada pela Escola Superior de Guerra (ESG) declarava guerra à ameaça comunista. O governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) delineou as ações do Estado em relação a este campo. Criou-se uma estrutura sólida de comunicação entre os órgãos responsáveis por espionar e vigiar diferentes esferas da sociedade. Segundo o autor, o Serviço Nacional de Informações (SNI) era o cérebro da operação e contava com suas ramificações regionais, as Divisões de Segurança e Informações (DSI) que, por sua vez, atuavam dentro dos ministérios e com as Assessorias Especiais de Segurança (AESI), que trabalhavam dentro de empresas estatais e autarquias.

Essa rede de informações gerou um clima de tensão que, gradualmente, foi se intensificando na UFBA, a partir de ações dos interlocutores do Estado na universidade. Diversos foram os exemplos de espionagem que resultaram em perseguições, como no caso do professor Paulo Miranda (1940-), que virou alvo dos militares em virtude de ter cursado física na Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL) em Moscou, capital da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), representando, aos olhos dos golpistas,

⁶ Freire Junior (2020) lista alguns dos cientistas nessa condição englobando físicos (Elisa Frola-Pessoa (1921-2018), Jayme Tiomno (1920-2011), José Leite Lopes (1918-2006), Mario Schönberg (1914-1990), Herch Moysés Nussenzweig (1933-2022) e Roberto Salmeron (1922-2020)), pesquisadores da área da saúde (Erney Plessmann de Camargo (1935-2023), Haity Moussatché (1910-1998), Herman Lent (1911-2004), Isaias Raw (1927-2022), Luiz Hildebrando Pereira da Silva (1928-2014)) e cientistas sociais (Caio Prado Júnior (1907-1990), Celso Furtado (1920-2004), Darcy Ribeiro (1922-1997), Fernando Henrique Cardoso (1931-), Florestan Fernandes (1920-1995)).

alinhamento ideológico subversivo. O processo de perseguição se iniciou em 1973, durou cinco anos, e culminou em sua demissão sumária da UFBA.

O Instituto Oswaldo Cruz também foi duramente atingido, no episódio que ficou conhecido como “O Massacre de Manguinhos”. Em 1970, dez cientistas do instituto tiveram seus direitos políticos cassados e foram forçados a se aposentar, alterando profundamente suas trajetórias profissionais e impactando as atividades então desenvolvidos na instituição (SANTOS, 2020). A Universidade de São Paulo (USP) é outro exemplo. Em relatório emitido pela Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) em 1978⁷, são descritos os processos de intervenção dos militares nas atividades da universidade por meio da instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), demissões e cassações brancas. O documento ainda relata a atuação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) dentro da universidade, o qual contava com a colaboração da reitoria da instituição para monitorar as atividades dos membros da comunidade universitária (ADUSP, 2018).

Por sua vez, Salmeron (2012) detalha as intervenções realizadas pelos militares nas atividades da recém-fundada Universidade de Brasília (UnB). Idealizada por Lúcio Costa (1902-1998) e tendo Darcy Ribeiro (1922-1997) como seu primeiro reitor, o projeto formativo pensado para a UnB foi interrompido pela intervenção militar nas atividades acadêmicas, ferindo o princípio da autonomia universitária e resultando em um movimento de solidariedade da comunidade acadêmica com proporções jamais vistas. Em ato de resistência, grande parte do grupo docente da UnB resolveu se demitir. Ao todo foram 223 demissionários. Somando os docentes expulsos com os demissionários, saíram da UnB cerca de 79% do total de 305 professores. A notícia se espalhou pelo mundo e os profissionais desligados da instituição foram procurados por membros da comunidade científica internacional que lhes prestaram solidariedade. Os discentes também apoiaram a decisão dos professores.

1.2 Faceta modernizadora

⁷ Em assembleia realizada no dia 28 de junho de 1978, foi decidido designar uma comissão que tinha como missão desenvolver campanhas para reintegração dos professores e cientistas impactados por ações do Estado durante o regime militar. Uma das ações decorrentes dessa tarefa foi a de realizar um levantamento do processo de controle ideológico sobre o corpo docente da universidade durante este período (ADUSP, 2018).

Se por um lado as universidades foram alvo de diversas ações ostensivas de repressão, por outro, elas representavam importante lócus de modernização do país. Não se podia atingir os objetivos econômicos traçados pelos golpistas sem a formação de mão de obra especializada e o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias oriundos dessas instituições. Para concretizar essa modernização, especialmente no período inicial da Ditadura Militar, foi dada ênfase à adoção de modelos universitários provenientes de países desenvolvidos, com destaque para os Estados Unidos. Schwartzman (2015) chama de “O Grande salto à Frente” essa época demarcada pela reestruturação universitária e pelo aumento de investimento em ciência e tecnologia. Destacaremos na sequência alguns marcos cronológicos desse período, enfatizando as principais transformações promovidas pelos militares nas universidades.

Conforme afirma João Paulo dos Reis Velloso (1931-2019)⁸, que atuava na Secretaria Geral do Ministério do Planejamento do governo de Artur Costa e Silva (1967-1969), já em 1968 foi criado um grupo de trabalho voltado para as discussões em relação à reforma universitária em uma tentativa do governo de arrefecer os ânimos do movimento estudantil que havia realizado uma passeata com cerca de 100 mil pessoas na avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, reivindicando, entre outras coisas, melhores condições de acesso e permanência no ensino superior⁹ (ARAUJO e CASTRO, 2004, p. 102-103).

Foi, contudo, no governo Médici (1969-1974), com o ministro da educação Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016), que as reformas se intensificaram. Passarinho foi hábil na montagem de sua equipe, incorporando assessores com competência técnica elevada, como foi o caso do professor Newton Lins Buarque Sucupira (1920-2007), que era membro do Conselho Federal de Educação e

⁸ Velloso retornou ao Brasil em maio de 1964, após período de estudos na Universidade Yale. Na ocasião, foi convidado por José Garrido Torres (1914-1986), então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para chefiar o departamento econômico da instituição.

⁹ Havia desde o início da década de 60 um debate sobre a necessidade de se reformar o ensino superior no Brasil. Movimentos de esquerda defendiam a aproximação das universidades das causas sociais, bem como a democratização da estrutura de poder destas. Havia também um grupo liberal que defendia a necessidade de tornar estas instituições mais eficazes do ponto de vista mercadológico, com ênfase na formação de mão de obra para setores estratégicos em detrimento da promoção de uma formação mais humanista.

conhecido militante das reformas. Em sua gestão, o então ministro utilizou como estratégia conciliatória tolerar intelectuais de esquerda em sua equipe, sendo, por essa razão, criticado pela ala extremista do governo. Para Motta (2014), o comportamento dos golpistas frente às instituições de ensino superior revela um traço característico da cultura política brasileira: a acomodação e conciliação em detrimento do embate direto.

Uma das principais medidas das reformas universitárias foi a reestruturação da carreira docente nas instituições federais. Foi introduzido o regime de tempo integral com dedicação exclusiva (DE) que só existia na Universidade de São Paulo (USP) e no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Também foi expandido o número de vagas no ensino superior. Antes do golpe existiam 21 universidades federais, ao passo que no ano de 1979, esse número subiu para 33, representando um aumento de 50% em 15 anos.

Houve também um aumento número de docentes – de 15 mil em 1968 para 38 mil em 1978 – e na oferta de cursos nas instituições já existentes, de modo que o número de matrículas no ensino superior federal passou de, aproximadamente, 100 mil estudantes em 1968 para 290 mil em 1979. A participação relativa das universidades federais no montante de alunos no ensino superior foi, no entanto, reduzida no período, passando de 36% em 1968 para 23% em 1977, revelando acentuado crescimento do setor privado durante o governo militar (MOTTA, 2014, p. 248).

A forma de ingresso nas universidades também foi modificada. Estabeleceu-se a unificação dos vestibulares por instituição, abolindo, portanto, o ingresso por faculdade. Além disso, o exame de seleção passou a ser classificado como concurso, de modo que os postulantes às vagas passaram a ser ranqueados e classificados de acordo com seu desempenho no processo seletivo. Essa mudança visava garantir que o número de candidatos aprovados fosse equivalente ao número de vagas disponíveis.

A pós-graduação também foi objeto de reformas. Foi nesse período que o setor foi dividido em *stricto sensu* e *lato sensu*. Em 1975, foi lançado o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) que enfatizava, entre outras coisas, a necessidade de se formar professores para o ensino superior, visto que essa iniciativa poderia ter um efeito multiplicador, uma vez que esses profissionais

atuariam na formação de mão de obra para outros setores. Para tanto, foram estabelecidas metas de formação de mestres e doutores, além do aumento de bolsas no país e no exterior. O número de cursos de pós-graduação cresceu exponencialmente no período, passando de 6 no ano de 1961 para 403 no ano de 1974. O crescimento acelerado gerou críticas sobre a qualidade dos cursos, de modo que em 1976 foi instituída pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma avaliação sistematizada dos cursos de pós-graduação *stricto-sensu*. Esse modelo foi revisto no ano de 1998, quando passaram a ser avaliados os programas de pós-graduação em vez dos cursos, além de ser substituído o sistema de conceitos com letras que iam de “A” até “E” para o de notas que vão de 1 até 7 (CAPES, 2021).

O número de bolsas também cresceu significativamente. A CAPES, por exemplo, ofertou em 1964 um total de 334 bolsas, enquanto esse número passou para 3100 no ano de 1976. O CNPq ofertou 546 bolsas no país em 1964, enquanto esse número passou para 6351 em 1979. Houve ainda substancial aumento de investimento em pesquisa, representando um crescimento da ordem de 1000% entre 1968 e 1973 e de 257% entre 1973 e 1977 (MOTTA, 2014, p. 261). Vale, contudo, ressaltar que o montante de investimento do governo priorizava setores relacionados à pesquisa de tecnologias e ciências com aplicações voltadas para o desenvolvimento econômico, embora a disponibilidade de recursos permitisse que as ciências humanas e sociais também se beneficiassem dessa conjuntura econômica.

Schwartzman (2015) argumenta que o período de reformas produziu tanto resultados desejáveis quanto duvidosos. Em relação ao segundo grupo, destaca a adoção do ciclo básico e do sistema de créditos. A ideia do ciclo básico era de que os estudantes passassem a frequentar as mesmas disciplinas no início do curso e escolhessem a carreira que seguiriam no momento do ciclo profissional, quando estariam mais maduros para tomar essa decisão. Para o autor, o alto nível exigido para o ingresso nas universidades públicas, atrelado à aprovação automática na carreira escolhida, esvaziava o interesse dos educandos por um ciclo básico de formação, que fora pensado para promover uma educação geral “de tipo colegial”. Sobre o sistema de créditos, o problema teria sido de ordem administrativa e financeira, uma vez que os conteúdos das carreiras eram fixos

e regulados e que não havia recursos suficientes para oferta de escolhas de cursos. Desse modo, tais mudanças não foram efetivas e, na prática, se tornaram “na melhor das hipóteses em maneiras novas e mais complexas de fazer as mesmas velhas coisas, e, na pior, em pesadelos administrativos e pedagógicos” (SCHWARTZMAN, 2015, pp. 340-341).

Além disso, a alta demanda por educação, em virtude da expansão do ensino secundário e da inclusão de novos grupos sociais na vida universitária (mulheres e idosos), fez com que houvesse flexibilização do Estado em aceitar a entrada de empresas privadas no setor, as quais não seguiam o mesmo padrão de excelência acadêmica. Motta (2014) assevera que um dos problemas ocasionados pelas reformas foi a disparidade entre a expansão quantitativa e qualitativa do sistema universitário. O crescimento rápido do setor não foi acompanhando com o devido cuidado a fim de garantir da qualidade acadêmica. O ritmo frenético de expansão impedia que, por exemplo, fossem preparados professores com a qualificação necessária para exercerem suas funções. O autor ainda aponta como problema da onda modernizadora o alargamento das desigualdades regionais. A disponibilização de recursos não foi realizada de forma igualitária, sendo concentrada na região Sudeste do país.

De modo geral, no que se refere especificamente às universidades, a modernização autoritária-conservadora resultou em várias mudanças, como a racionalização de recursos, a busca por maior eficiência, a ampliação das vagas, o fortalecimento da iniciativa privada, a organização da carreira docente, a substituição do sistema de cátedras por departamentos, e o incentivo à pesquisa e à pós-graduação, de maneira que diversos aspectos do modelo universitário vigente foram concebidos durante a Ditadura Militar.

Dessa forma, as universidades experienciaram durante a Ditadura Militar as duas facetas do governo golpista, englobando traços de modernização impostos de forma autoritária e, portanto, não dialogada com a comunidade envolvida (MOTTA, 2014). Como veremos, essas contradições também se manifestaram na esfera artística e, mais precisamente, no cinema.

2. MANHÃ CINZENTA E A REPRESSÃO ÀS UNIVERSIDADES.

Manhã Cinzenta (São Paulo, 1968) é um média-metragem baseado no conto homônimo escrito por São Paulo, que está contido no livro *A antevéspera e o canto do sol* de 1966. Com aproximadamente 22 minutos de duração, a obra retrata os impactos de um golpe de estado em uma sociedade hipotética, em especial na vida de universitários e operários. A trama se concentra em um casal de estudantes que se desloca para uma manifestação de rua, e em seguida são presos e torturados.

Devido à extraordinária riqueza histórica e cinematográfica de *Manhã Cinzenta*, diversos autores já se debruçaram sobre o estudo desta película. Pires et al. (2017), por exemplo, sugerem que o filme pode ser compreendido como uma alegoria dos regimes ditatoriais latino-americanos que se difundiram durante a segunda metade do século XX, uma vez que neles, a resistência civil foi majoritariamente composta por universitários e operários. Já Machado (2016) argumenta que a obra cumpre o papel de acompanhar de forma crítica a derrocada de projetos políticos da esquerda.

Rovai (2020) defende que a produção pode ser compreendida como “dispositivo de alerta” na medida em que possibilita uma reflexão que conduz o telespectador para fora da película, possibilitando traçar reflexões e estabelecer conexões entre o projetado em tela com as realidades vivenciadas por sua audiência. O autor ainda defende que Olney São Paulo é a metáfora de uma alegoria e que *Manhã Cinzenta* tem em sua composição uma montagem caleidoscópica desintegradora de signos. Alves (2019) afirma que o filme possui estética futurista, representada pela inclusão do cérebro eletrônico, que pode ser interpretado como símbolo de uma forma de vigilância onisciente. Para a autora, São Paulo constrói uma metáfora surrealista para a atuação violenta de regimes totalitários, algo que ela também identifica na obra *Metrópolis* (LANG, 1927).

Considerando os objetivos traçados neste artigo, focaremos nossa análise nas representações de elementos científicos e da comunidade universitária na película. Apresentamos no fotograma 1 os quatro personagens principais que atuam nas sequências que analisaremos: no canto superior esquerdo, temos a personagem Alda, interpretada por Janet Chermont (1942-2007). No canto inferior esquerdo temos o personagem Silvio, interpretado por Sonélio Costa (1937-2009). No canto superior direito temos o personagem do robô ao lado do

cérebro eletrônico. Por fim, no canto inferior direito, encontramos o personagem do policial carrasco, interpretado pelo artista plástico Antonio Manuel (1947-)¹⁰.

Fotograma 1 – Personagens que participam do interrogatório/julgamento



. Fonte: *Manhã Cinzenta* (SÃO PAULO, 1968).

Antes de procedermos à análise em si, é necessário delinear como se deu o processo de concepção e realização da obra e, sobretudo, como ela foi censurada pelos militares.

2.1 Processo de produção e a censura de *Manhã Cinzenta*

O diretor exibiu o curta apenas para grupos de amigos, técnicos e artistas, os quais desejavam conhecer sua nova produção. O caráter limitante da audiência do filme se justificava pelo contexto de ampliação da censura. A primeira exibição foi realizada para a equipe da produção. Posteriormente, a obra foi projetada em sessão na Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, embora houvesse receio de que houvesse algum infiltrado do DOPS no recinto.

A partir dessa sessão, *Manhã Cinzenta* passou a ser um dos filmes mais comentados pelos círculos de intelectuais e artistas cariocas, porém nunca foi lançado comercialmente. Olney conhecia a ação da censura que havia mutilado vários filmes,

¹⁰ É interessante ressaltar que o artista plástico Antonio Manuel compartilhava a preocupação de Olney de documentar o movimento estudantil, de modo que, um pouco antes do filme, muitas obras de sua autoria foram proibidas de serem exibidas no Salão Nacional de Arte Moderna. O artista considerava irônico atuar como policial no filme, uma vez que o personagem representava justamente o que ele criticava em suas produções. Ele só aceitou o papel por não se tratar de um filme reacionário e por sua amizade com Olney (NASCIMENTO, 1999, p. 99).

entre eles *Grito da Terra*. Como *Manhã Cinzenta* denunciava os acontecimentos sinistros que marcaram 1968, o diretor não pretendia levá-lo para Censura Federal. No intuito de preservar sua obra, Olney confeccionou várias cópias que foram enviadas para as Cinematecas de outros países e para festivais internacionais de Viña del Mar, Peasro, Cannes e Mannheim (NASCIMENTO, 1999, p.103).

Nota-se que o cineasta foi extremamente corajoso e inteligente ao distribuir cópias de sua obra, garantindo a sobrevivência da película e evidenciando o caráter antidemocrático do governo militar. Sua obra foi reconhecida pelos críticos, tendo sido premiada como melhor média-metragem no XIX Festival Internacional do Filme, em Manheim, Alemanha Ocidental (figura 1), embora nunca tenha sido exibida comercialmente.

Figura 1 – *Manhã Cinzenta* ganha prêmio no XIX Festival Internacional do Filme



. Fonte: Revista O Cruzeiro, 1971, Edição 0003(1), p. 38.

O processo de concepção da obra guarda, portanto, profundas relações com a conjuntura histórica do momento¹¹. Em 1968, residindo na cidade do Rio

¹¹ O movimento estudantil e os debates sobre a situação política se fizeram presentes em diversos locais do Brasil. Outro evento que marcou a história desses embates ocorreu nos dias 2 e 3 de Outubro de 1968 em São Paulo na rua Maria Antônia, quando alunos da Universidade de São Paulo e alunos do Mackenzie travaram um confronto que culminou na morte do estudante

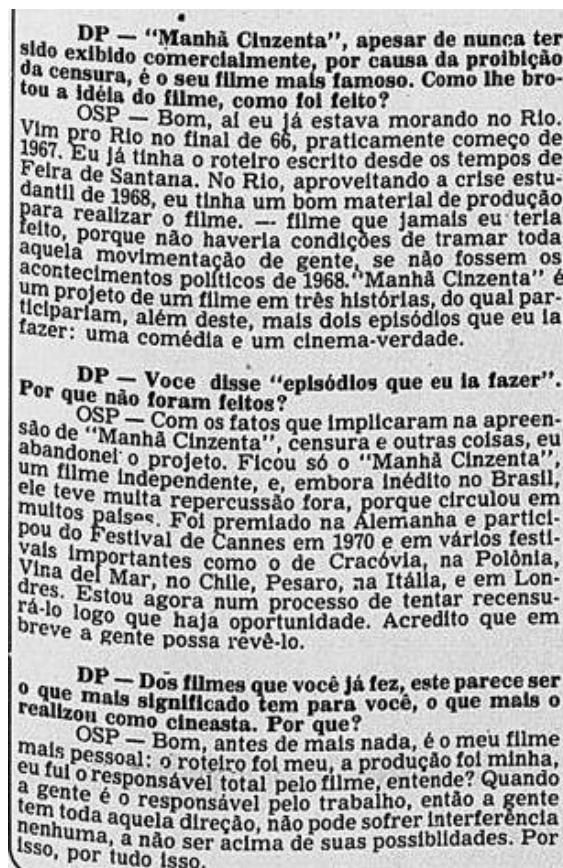
de Janeiro, São Paulo teve a oportunidade de acompanhar de perto o engajamento do movimento estudantil, seguido pela derrota frente ao uso da violência estatal, conforme é possível observar em um trecho de sua biografia.

O ano é 1968, o cenário, a cidade do Rio de Janeiro. Em março, o movimento estudantil, que ganhara força nos protestos de rua, viria a sofrer os reveses da repressão policial com o fechamento do restaurante Calabouço e a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Os choques de rua entre o povo e os policiais trariam como saldo mortes, torturas e prisões. Vários acontecimentos marcaram o período, como a gloriosa Passeata dos Cem Mil, o atentado contra o teatro Opinião e as prisões arbitrárias de militantes e inocentes (NASCIMENTO, 1999, p. 97).

Em depoimento cedido para a biografia de Olney São Paulo, o cineasta Fernando Luis Coni Campos (1933-1988) conta que, diante deste cenário, São Paulo sentiu a necessidade de registrar o momento histórico por eles vivenciado. Ainda de acordo com Nascimento (1999, p. 98), o fotógrafo José Carlos Avellar (1936-2016) relatou que, na época, São Paulo já havia escrito a trama de *Manhã Cinzenta*, mas que o cineasta ainda não sabia exatamente como as filmagens ocorreriam, tampouco possuía os recursos materiais necessários para filmá-la. No período, Avellar vinha documentando os protestos de rua. Ao ver o material, São Paulo teve a ideia de aproveitá-lo em um filme longa-metragem, dividido em três episódios diferentes.

secundarista José Carlos Guimarães (1948-1968) por um tiro de revólver disparado por Osni Ricardo, membro do Comando de Caça aos Comunistas e informante da polícia (SANTOS, 1988).

Figura 2 – Olney São Paulo fala em entrevista sobre seu filme *Manhã Cinzenta* (São Paulo, 1968) (Santos, 1975).



Fonte: Diário do Paraná, 1975, Edição 06142(1), p.5.

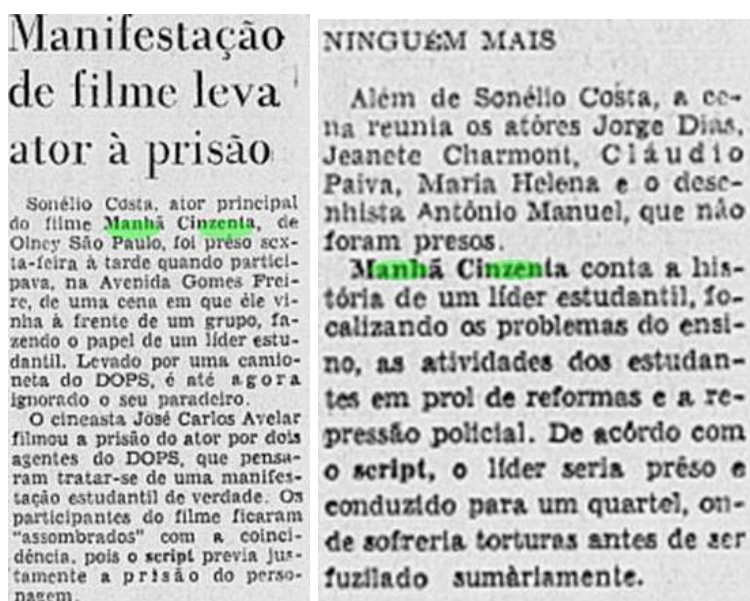
Dois eventos relacionados ao processo de criação e exibição do filme nos ajudam a entender melhor seu contexto de produção, bem como sua relevância para a história do cinema brasileiro. O primeiro ocorreu no dia 21 de junho de 1968. A equipe de *Manhã Cinzenta* participou de um ato de protesto contra o cerco policial que havia ocorrido no dia anterior na reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na oportunidade, o ator Sonélio Costa acabou sendo preso.

No enredo de *Manhã Cinzenta*, o personagem interpretado por Costa aparecia liderando um comício e era preso. No dia da prisão real, São Paulo e Avellar já haviam percebido que policiais estavam monitorando a equipe e que algo poderia acontecer. Avellar então decidiu registrar os fatos e conseguiu filmar Costa sendo preso. Avellar relata que após a prisão, os demais membros da equipe se separaram e se encontraram mais adiante. O fotógrafo acrescenta que

eles chegaram a ser detidos para averiguação, explicaram para a polícia que se tratava de um filme e não foram presos.

O ator foi liberado em menos de dois dias, fruto do esforço da equipe do filme em dialogar com membros do DOPS para explicar que tudo não passava de uma encenação. No dia 23 de junho de 1968, foi publicada uma notícia no Jornal do Brasil intitulada “Manifestação de filme leva ator à prisão” (figura 3) que relata o episódio.

Figura 3 – Notícia sobre a prisão do ator Sonélio Costa



. Fonte: Jornal do Brasil, 1968, Edição 00064(1), p.31.

O segundo evento relacionado à produção do filme ocorreu no dia 08 de outubro de 1969, quando um avião Caravelle¹² foi sequestrado, de modo que sua rota foi desviada para fora país, tendo Cuba como destino. O avião foi recuperado dois dias depois e foram iniciadas as investigações para descobrir os responsáveis por tais ações. Já em novembro, autoridades da Força Aérea Brasileira (FAB) conseguiram identificar alguns dos sequestradores (figura 4).

Figura 4 – FAB identifica 2 dos responsáveis pelo sequestro do avião Caravelle



¹² Modelo de avião comercial a jato de médio curso.



. Fonte: Correio do Amanhã, 1969, Edição 23488(1), p.28.

Também em novembro de 1969, Olney São Paulo regressou ao Brasil, após participar do II Festival de Cine Latino-americano, realizando entre os dias 24 e 30 de outubro em Viña del Mar. Ao chegar no país, o cineasta foi avisado por seus amigos que a Polícia Federal estava à sua procura e que a razão para essa ação militar era o sequestro do avião Caravelle. A polícia confiscou os negativos de *Manhã Cinzenta* que estavam no laboratório Líder. Policiais relataram que o filme de São Paulo havia sido exibido pelos seqüestradores. Ciente da situação, São Paulo decidiu se apresentar voluntariamente à justiça no dia 10 de novembro de 1969.

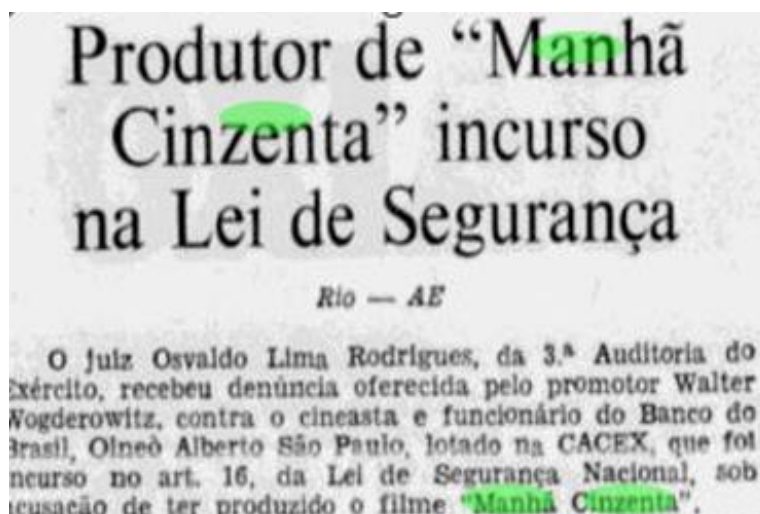
No Ministério da Aeronáutica, foi questionado sobre o fato de ter sido encontrado no quarto de um dos responsáveis pelo sequestro do avião uma fatura do Laboratório Líder. São Paulo afirmou que as despesas para realização da cópia do filme foram pagas pelo seqüestrador, pois a obra faria parte do acervo da Federação de Cineclubes. Acrescentou que o havia conhecido em uma exibição privada no MAM, mas que não tinha conhecimento de suas intenções políticas. Esclareceu que somente enviou cópias para organizações internacionais com o intuito de angariar fundos para finalizar sua obra e enfatizou que ela seria enviada para apreciação dos órgãos de censura quando fosse finalizada. O diretor ainda afirmou que as imagens de protestos do período que foram utilizadas em sua película já haviam sido exibidas pela TV Globo, com autorização da própria censura, e, posteriormente, cedidas legalmente pela emissora. São Paulo alegou que a obra se estruturava dentro de uma lógica do

absurdo, em que estudantes ouvindo notícias transmitidas por um rádio que versavam sobre as transformações políticas de uma nação hipotética, começavam a imaginar cenários decorridos dessa nova configuração de poder, englobando cenas de tortura que culminaram em um fuzilamento. A obra, segundo o autor, buscava ilustrar o estado de espírito desses estudantes. O diretor ainda esclareceu como obteve os fundos para seu filme e como conseguiu ter acesso às fardas e armas utilizadas pelos atores (NASCIMENTO, 1999, pp. 104-105).

No dia 13 de novembro de 1969, São Paulo retornou para a Aeronáutica para assinar seu depoimento, quando fora detido, ficando incomunicável por mais de uma semana. Após nove dias de prisão, dois policiais conduziram o diretor até sua residência para confiscar materiais, como negativos de filmes e livros. O cineasta só foi liberado no dia 5 de dezembro e imediatamente internado com suspeita de pneumonia dupla, o que foi confirmado pelo serviço médico do Banco do Brasil. Ele passou alguns dias com sua família e foi internado novamente no dia 5 de janeiro. Nunca falou com seus familiares sobre os processos de tortura que sofreu na prisão. Nascimento (1999, p. 108) assevera: “O que Olney São Paulo sofreu nós não podemos afirmar, mas ele nunca mais recuperou sua saúde, sendo obrigado a constantes internações para tratamentos médicos e uso de drogas fortíssimas, como o diazepam”.

Em meados de março de 1970 foi instaurado um processo para apurar os responsáveis pela produção do filme e denunciar estudantes exilados em Cuba como responsáveis pelo sequestro do avião Caravelle. Jornais do período difundiram a ideia de que *Manhã Cinzenta* havia sido exibido clandestinamente em todo o país e que também fora projetado durante o sequestro do avião, o que foi refutado por um dos sequestradores. Em dezembro de 1970, o cineasta foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de ter produzido a obra (figura 5), o que representou um marco na história da censura da Ditadura Militar. Pela primeira vez, um cineasta havia sido processado por produzir um filme. Usualmente, o aparelho censor atuava de modo a retalhar, impor restrições de idade ou de horário de exibição, proibir circulação de obras. Os artistas eram presos por suas supostas atuações políticas e não por suas obras em si.

Figura 5 – Matéria sobre o início do processo contra Olney



. Fonte: A Tribuna, 1970, Edição 00259B(1), p.5.

O processo militar durou até 1972. Em 21 de setembro do ano anterior, o filme foi exibido ao Conselho de Justiça, tendo como audiência uma plateia formada por estudantes, que julgaram que a obra de São Paulo não apresentava nada de excepcional e que se tratava de uma ficção política. O Conselho Permanente de Justiça absolveu o cineasta por 3 votos a 2. O promotor Humberto Augusto da Silva Ramos (1952-2014), não aceitou a decisão e, no dia 8 de novembro, pediu a prisão do cineasta com base no artigo 15 da Lei de Segurança Nacional. Finalmente, no dia 13 de janeiro de 1972, o Superior Tribunal Militar, absolveu definitivamente o diretor.

2.2 Análise de *Manhã Cinzenta* (São Paulo, 1968)

Neste artigo, focamos nossa análise nos papéis desempenhados pelos universitários na trama e pelos aparelhos tecnológicos – cérebro eletrônico e robô - durante o interrogatório/julgamento dos estudantes.

O filme se inicia com um conjunto de estudantes reunidos em uma sala de aula. Alda dança uma música de rock e seus colegas, preocupados, permanecem em silêncio. Os universitários ouvem notícias que versavam sobre um protesto de estudantes e professores. São mostradas matérias de conflitos entre as forças repressivas de um governo ditatorial e os manifestantes. Na sequência, é revelado que Silvio e Alda estiveram no protesto e foram presos. Cientes da prisão, seus colegas, aflitos, conjecturam sobre o que poderia estar

acontecendo. A partir de então são alternadas as cenas dos estudantes, colegas de Silvio e Alda, descrevendo possíveis processos de tortura que poderiam enfrentar com cenas da tortura em si realizada pelos golpistas. Descrevemos a seguir detalhadamente os eventos do filme.

A sequência após a prisão se inicia com a exibição de uma porta com uma escada para baixo. Silvio aparece no quadro, sendo forçado por dois policiais a descer a escada. A câmera acompanha seu movimento com os dois guardas o conduzindo com armas apontadas para Silvio, que se desloca até passar pela câmera. Os policiais também passam pela objetiva. Ao fundo, ouve-se uma música instrumental.

Posteriormente, Alda é enquadrada e questiona o que será feito com Silvio. Em seguida um colega dos universitários aparece em cena e diz "é terrível, é terrível. Um sol quente...". Ao fundo ouve-se um som eletrônico e projeta-se a imagem de uma luz estourada que é lentamente substituída pela figura do policial carrasco. Inicia-se assim o interrogatório/julgamento. O policial passa a questionar Silvio sobre armamentos, sobre seus colegas universitários, sobre a organização do movimento estudantil. Silvio é torturado e tenta se desvencilhar e soltar as cordas que mantém suas mãos amarradas. A cena do interrogatório é alternada com imagens dos colegas de Silvio que sofrem com sua situação e com imagens do protesto que resultou na prisão dos universitários.

A todo momento, ouve-se ao fundo o som eletrônico oriundo de um robô e de um cérebro eletrônico localizados ao lado direito do policial carrasco. Embora a sonoplastia pudesse sugerir uma atmosfera futurista, os aparatos tecnológicos não atuam de forma decisiva, de forma que as ações são conduzidas inteiramente pelo policial carrasco. Desse modo, o robô e o cérebro testemunham a violência cometida pelos golpistas. No fotograma 2 é possível observar o cenário. O policial é enquadrado à direita, olhando diretamente para Silvio, interrogando-o. O cérebro eletrônico, de forma parcial, é filmado ao fundo, em segundo plano. Já o robô é enquadrado, de forma parcial, à esquerda do quadro. A ação está com o policial, que interroga Silvio, filmado de costas em primeiro plano, isto é, mais próximo da câmera.

Fotograma 2 – Robô e cérebro enquadrados de forma parcial



Fonte: *Manhã Cinzenta* (SÃO PAULO, 1968).

É possível inferir, pela configuração cênica (tecnologias ao lado do policial e contrárias ao estudante) que o silêncio e falta de ação das tecnologias não caracterizam sua neutralidade. Ao contrário, elas estão a serviço do Estado, que é representado pela figura do policial. Isso se torna mais evidente no transcorrer da cena, quando as luzes do cérebro e do robô estão acessas, indicando seu plano funcionamento. O policial relata os fatos para o robô, a quem chama de excelência.

Mais adiante, o policial carrasco relata que se trata de um julgamento de cores. Que a cor vermelha deve ser combatida, que sua condenação deve ser perpétua. Alda tenta, em vão, argumentar que a única solução possível seria uma transformação profunda dos pensamentos. O policial não lhe dá ouvidos e diz que a solução já foi encontrada (enquanto uma imagem de jornal com pessoas sendo rendidas por policiais com a frase “O diálogo é a violência” preenche a tela) e acrescenta que o povo não sabe pensar. O policial ainda diz que eles sempre conduziram o povo e enquadra os universitários em uma porção de infrações relacionadas às atividades de agitação de massas. As informações são processadas pelos dispositivos eletrônicos e imagens do passado relativas às atividades dos universitários são projetadas. O robô, ao analisar a imagem de um professor ensinando a letra “A” para sua turma, conclui que se trata de um código para arma. Silvio, quase inconsciente em função da tortura que sofreu, murmura a palavra “amor”, se contrapondo à conclusão do juiz.

O interrogatório/julgamento continua e a atuação de Silvio na organização política contrária aos golpistas é rememorada. O robô volta a aparecer ao emitir julgamento moral em relação à afetividade entre os estudantes. Mais adiante, o

cérebro eletrônico narra o discurso proferido por Silvio no ato de manifestação contra o golpe. O robô continua acompanhando o relato do cérebro e, ao ser rememorada uma cena de sexo entre os estudantes, ele afirma que o conteúdo deve ser censurado e pede para que seja adiantado o relato. O interrogatório/julgamento é finalizado sem a emissão de nenhum parecer sobre a decisão final. Os estudantes são conduzidos para uma parte aberta do recinto e são fuzilados.

O figurino utilizado pelos personagens durante o interrogatório/julgamento foi cuidadosamente selecionado. Alda utiliza uma toga romana e Silvio veste-se como Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), mais conhecido como Tiradentes. O diálogo é uma adaptação dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*¹³, reforçando a referência à história de Tiradentes. Já em relação à criação do robô e do cérebro eletrônico, o primeiro fora obtido na loja 5ª Avenida e o segundo havia sido confeccionado pelo artista plástico Newton Sá de Souza (1946-2023). Em relação às locações, a sequência inicial da película foi filmada no Museu de Arte Moderna, na antiga sala da Cinemateca. Já as cenas da prisão e do fuzilamento foram filmadas no pátio interno do Colégio Divina Providência, no jardim botânico (NASCIMENTO, 1999, pp. 98-100).

Outro aspecto interessante na construção desta sequência reside nas escolhas de planos¹⁴ e do enquadramento para representar o policial carrasco e Alda. Enquanto o primeiro é sempre filmado ao fundo, em segundo plano, Alda é destacada, sendo filmada mais perto da câmera. Além disso, em diversos momentos, apenas a atriz aparece em tela em Primeiro Plano (PP), ou seja, enquadrada na altura do busto, permitindo que suas expressões sejam focalizadas. O mesmo não ocorre com o policial carrasco. Em diversas situações ele é enquadrado em Plano Americano (PA), ou seja, da cintura para cima, com

¹³ Registros do processo judicial conduzido pela Coroa Portuguesa contra Tiradentes e demais pessoas envolvidas na Inconfidência Mineira.

¹⁴ Entende-se plano com o conjunto de cenas de imagens projetadas entre dois cortes. Nos baseamos em Bernadet (1980) para conceituação da nomenclatura dos planos. O autor defende os planos podem ser classificados em relação a distância da câmera com o objeto fílmico enquadrado. Chama-se de Plano Geral (PG) o mais aberto. O Plano de Conjunto (PC) projeta a imagem de um grupo de personagens, enquadrados em pé com duas pequenas faixas nos extremos da tela. O Plano Americano (PA) enquadra os personagens da cintura para cima. O Primeiro Plano (PP) os enquadra na altura do busto. O Primeiríssimo Plano (PPP) focaliza apenas o rosto e o Plano Detalhe (PD) mostra uma parte do corpo que não seja o rosto ou um objeto.

a câmera do lado de Alda, fazendo com que público o observe do ponto de vista da estudante, possibilitando o aumento da identificação da audiência com ela e demarcando o posicionamento do diretor frente ao julgamento em curso. O fotograma 3 ilustra essas escolhas.

Fotograma 3 – Policial Carrasco e Alda

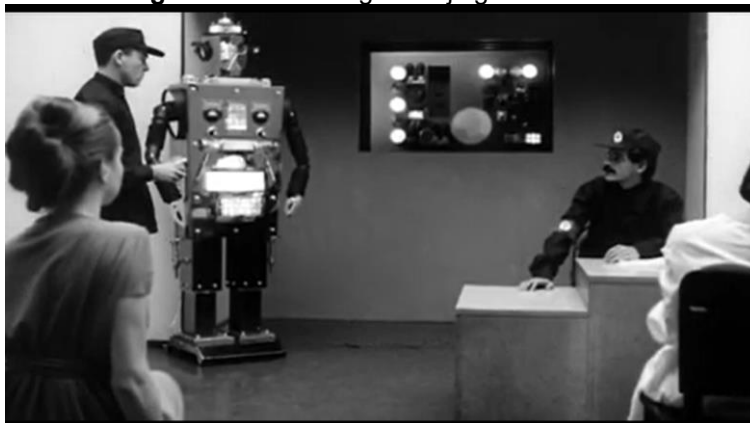


. Fonte: *Manhã Cinzenta* (SÃO PAULO, 1968).

Destacamos também o modo como os policiais e o robô se tratam nessa sequência. Durante o diálogo, o policial chega a se dirigir ao robô utilizando o termo “Excelência”, o qual também é proferido na comunicação entre os policiais. A própria Alda dialoga com o policial chamando-o de “Excelência”. A utilização da mesma terminologia para se referir tanto ao robô como aos policiais enfatiza o caráter de ação coesa entre eles. Dito de outra maneira, o robô, o cérebro e os policiais são representados como pertencentes ao mesmo lado.

Essa unidade é representada no fotograma 4, reforçando o jogo de poder identificado no fotograma 3. Desse modo, torna-se flagrante o papel atuante das tecnologias no julgamento dos personagens. É enfatizada, portanto, a ideia de que tanto o robô como o cérebro não são meros observadores dos fatos, mas sim braços do Estado repressor.

Fotograma 4 – Interrogatório/julgamento de Alda



. Fonte: *Manhã Cinzenta* (SÃO PAULO, 1968).

Outra questão, talvez a principal, que emerge ao observar esta cena reside no questionamento da intencionalidade narrativa e simbólica que São Paulo teve ao inserir o cérebro eletrônico no interrogatório/julgamento. Alguns autores já se debruçaram sobre esse assunto. Para Alves (2019), sua inserção funciona tanto como alívio cômico, como uma representação dos mecanismos de repressão, podendo ser considerado, inclusive, como uma alusão ao Sistema Nacional de Informações (SNI). Pires et al. (2017) salientam que sua utilização pode significar uma referência à parcela despolitizada da população, representada pela classe média, se contrapondo ao pensamento de Machado (2016), que relaciona a presença dos dispositivos eletrônicos com o contexto da Guerra Fria.

(...) tal robô é capaz de emitir juízo, sua opinião pessoal. Isso aponta para outro lado, ela pode ser mais que alegoria do estado autoritário, mas também da parcela da população despolitizada, representada pela classe média, que silenciara contra o golpe, fechara os olhos para o massacre e a tortura de jovens, tapando os ouvidos para o que se passava no país naqueles momentos e, mais, daqueles que, em nome da “Ordem da Concupiscência”, assumiram a ideologia maniqueísta da Guerra Fria pelo irrefletido medo de que o Brasil virasse uma nova Cuba, sendo contra os que classificavam de subversivos (PIRES et al., 2017, p. 114).

Como é possível observar no excerto do trabalho de Pires et al. (2017), o debate sobre a utilização do robô e do cérebro eletrônico para inquirir os estudantes não é novo. Porém, é possível lançar novas interpretações sobre

esse ponto. Motta (2014) aponta que existia um debate na conjuntura pré-golpe de 1964 sobre a necessidade de se reformar o ensino universitário. Enquanto setores ligados ao espectro político da esquerda almejavam aproximar as universidades de causas sociais, alterando sua estrutura de poder, os liberais desejavam criar mecanismos para tornar essas instituições mais eficientes do ponto de vista capitalista. Dessa forma, o debate sobre institucionalização universitária durante a Ditadura Militar joga luz nas contradições do governo golpista. Ao passo que estas instituições poderiam representar um caminho importante para solidificação econômica do país, elas também implicavam, aos olhos dos militares, uma ameaça política, na medida em que o movimento estudantil simbolizava um dos principais grupos de oposição direta ao governo.

Levando em conta essa conjuntura de disputa política para os rumos do país e das universidades, defendemos a ideia de que a interpretação para a significação da presença do robô e do cérebro eletrônico no julgamento deve ser construída de modo a considerar a oposição dos personagens, de modo dialético. Dito de outra maneira, os elementos tecnológicos representam um lado dessa disputa, enquanto os estudantes representam o outro. Tanto o robô como o cérebro podem ser interpretados como uma metáfora para uma ciência acrítica, robotizada, cinzenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroboramos com Motta (2014) em relação à sua afirmação de que a compreensão do processo de reformas-conservadoras-autoritárias do setor universitário é vital para que possamos assimilar a experiência ditatorial-militar brasileira, considerando a complexidade e as contradições que as constituem, se distanciando de imagens simplistas e confortadoras, além de contribuir para a superação do legado autoritário e ressaltar os malefícios advindos da tradição brasileira de conciliação. Considerando essa tarefa, defendemos que só é possível obtermos tal compreensão se incorporarmos materiais oriundos da esfera cultural nos estudos historiográficos do período, visto que é flagrante como esse setor foi utilizado pelo Estado para difundir valores e influenciar a opinião pública.

Seja pelas imagens projetadas em tela, seja pelo próprio processo enfrentado pelo cineasta, *Manhã Cinzenta* (São Paulo, 1968) talvez seja a obra cinematográfica brasileira que melhor retratou as contradições dos golpistas em relação ao modo como eles lideram com as universidades e institutos de pesquisas brasileiros. A análise do filme nos permitiu estabelecer relações entre as imagens veiculadas na obra sobre a comunidade universitária, bem como a ciência e os cientistas com a conjuntura de disputa de projeto político para o ensino universitário e para a ciência no período. Com personagens representantes dos diferentes lados dessa disputa, a obra projeta com maestria as contradições dos militares frente à comunidade científica e universitária que representavam, ao mesmo tempo, um importante alicerce do projeto modernizador e um foco de preocupação de disseminação de ideias subversivas. Nesse sentido, a ciência almejada pelos militares é representada como cinzenta e robotizada.

Além disso, o processo de São Paulo nos ensina uma lição valiosa. A preservação de sua obra só ocorreu em virtude da preocupação do cineasta em espalhar e difundir cópias de seu filme. Podemos nos valer desse caso para realizarmos uma metáfora para o papel do historiador na preservação e exploração de fontes para interpretar a realidade. Marc Léopold Benjamim Bloch (1866-1944), em seu livro *Apologia da História ou o ofício do historiador*, disse sobre o bom historiador: “Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (Bloch, 2011, p.54). Nesse sentido, *Manhã Cinzenta* (São Paulo, 1968) contribui para superação da desconfiança, se é que ainda há, da concepção do cinema como fonte histórica, uma vez que é inegável como o filme guarda relações profundas com seu contexto de produção.

REFERÊNCIAS

ADUSP. **Controle ideológico da USP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

ALVES, Mayara Giovanna Gomes. **Manhã Cinzenta**: Análise histórica sobre a representação da Ditadura Militar brasileira na obra de Olney. São Paulo. Monografia de fim de curso. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René Ernani. Fontes sensíveis da história

recente. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

BERNADET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: UNESP, 2017.

CAPES. **História e evolução**: o sistema de avaliação da pós-graduação. 2021. Disponível em: <https://intranet.capes.gov.br/noticias/9464-historia-e-evolucao-o-sistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em 29/08/2024.

CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. **Ciência e política durante a ditadura militar**: o casado da comunidade brasileira de físicos (1964-1979). Salvador: Sagga, 2020.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). **Tempos modernos**: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE JUNIOR, Olival. **History of Science and Technology in 20th-Century Brazil**. In: Guillermo Palacios; Lauren (Robin) Derby; Brenda Elsey; Martin Nesvig. (org.). *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. 1ed. New York: Oxford University Press, 2020.

GUIMIERI, Julia. **Sítio de Ibiúna**. Memorial da Resistência de São Paulo. 2021. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/sitio-de-ibiuna/>. Acesso em 5/11/2024.

NASCIMENTO, Angela José. **Olney São Paulo e a peleja do cinema sertanejo**. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

MACHADO, Irene. **Relações dialógicas no filme Manhã Cinzenta (1969) de Olney São Paulo**. ARAUJO, Denize Correa; MORETTIN, Eduardo Victorio; REIA-BAPTISTA, Victor. (org.). *Ditaduras Revisitadas: Cartografias, Memórias e Representações Audiovisuais*. 1ed. Algarve, Portugal: CIAC, 2016, v. 1.

MARTINS, William. *Disputa em cena: os embates entre a censura e a Embrafilme*. FICO, Carlos e GARCIA, Miliandre (orgs.). **Censura no Brasil republicano (1937-1988)**: governo, teatro e cinema. Salvador: Sagga, 2021.

MOTOYAMA, Shozo. (org.). **Prelúdio para uma História**: Ciência e Tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **A história depois do papel**. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Editora contexto, 2002.

PIRES, Antonia Cristina Alencar; TANUS, Gustavo; SCHETTINI, Filipi. **Por dentro do caleidoscópio**: história e memória político-cultural em *Manhã cinzenta*, de Olney São Paulo. Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, n. 27, p. 104–122, jan./jun. 2017.

ROVAI, Mauro Luiz. **Manhã Cinzenta**: sociologia e cinema. Artes e Ensaios, v. 26, n. 40, jul./dez., 2020.

SALMERON, Roberto Aureliano. **A universidade interrompida**: Brasília, 1964–1965. Brasília: Editora UnB, 2012.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. **Massacre Manguinhos**: a ciência brasileira e o regime militar (1964-1970). São Paulo: Hucitec, 2020.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). **Maria Antônia**: uma rua na contramão. São Paulo: Nobel, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SILVA, Renan Siqueira da; MOURA, Breno Arsioli. Resistência e acomodação científica no cinema brasileiro durante a ditadura militar (1964-1985): o caso dos filmes *Brasil ano 2000* (1969) e *Abrigo Nuclear* (1981). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 16, n. 2, 2023.

VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

Recebido em 30/08/2024.

Aprovado para publicação em 12/02/2025.

VARNHAGEN, JOÃO LISBOA E A ESCRITA HISTÓRICA ENTRE VIAGENS & ANOTAÇÕES

VARNHAGEN, JOÃO LISBOA AND HISTORICAL WRITING BETWEEN TRAVELS & NOTES

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ¹

RESUMO

O artigo tratou de aspectos da operação historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa como o papel das viagens na escrita da história no Brasil do século XIX. A partir de correspondências e da obra historiográfica dos dois autores, é possível observar que o ato de viajar estava imbricado na própria possibilidade de se escrever história, pois permitia o conhecimento de espaços, arquivos, fazer anotações in loco e, com isso, a resolução de lacunas existentes no amplo conhecimento do território nacional e sua gente, e da história do país. Na produção de Varnhagen, a importância das viagens era evidente. Atuando como diplomata, seu trabalho como historiador foi facilitado pelo acesso aos arquivos e bibliotecas de vários países, fato atestado em comentários em cartas e em sua principal obra, a *História geral do Brasil* (1854-1857). Já em João Lisboa, ela aparece principalmente em seus últimos anos de vida, quando assumiu o posto de pesquisador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em Portugal, podendo visitar outros países da Europa em busca de documentos relativos à história do Brasil. Assim, o “ver” aqui funcionava também como condição de “saber”.

Palavras-chave: Varnhagen. Lisboa. Viagens. Escrita da história.

ABSTRACT

The article addressed aspects of the historiographical work of Francisco Adolfo de Varnhagen and João Francisco Lisboa, such as the role of travel in the writing of history in 19th-century Brazil. Based on correspondence and the historiographical work of the two authors, it is possible to observe that the act of traveling was intertwined with the very possibility of writing history, as it allowed for the knowledge of spaces and archives, the making of notes in situ, and, with this, the filling of gaps in the broad knowledge of the national territory and its people, and of the history of the country. In Varnhagen's production, the importance of travel was evident. Acting as a diplomat, his work as a historian

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail da autora: priscilareds@hotmail.com

was facilitated by access to archives and libraries in several countries, a fact attested to in comments in letters and in his main work, the *História Geral do Brasil* (1854-1857). In João Lisboa, it appears mainly in his last years of life, when he assumed the position of official researcher at the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) in Portugal, being able to visit other European countries in search of documents related to the history of Brazil. Thus, “seeing” here also functioned as a condition of “knowing”.

Keywords: Varnhagen. Lisboa. Travel. Writing history.

INTRODUÇÃO

Após viagem pelo interior da Província de São Paulo no final de 1840, de volta a Portugal o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen publicou um artigo intitulado *A picada do mato virgem: fragmentos de uma viagem pelo sertão* (1841) na Revista O Panorama, de Lisboa. O relato pode ser destacado como um ponto de virada no modo como o jovem recém-nomeado pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) naquele país enxergava os indígenas do Brasil, visão ainda muito embalada pela Carta de Pero Vaz de Caminha que, entre janeiro e março do ano anterior, havia tornado fonte para romancear a viagem e desembarque dos portugueses em terras tupiniquins na *Crônica do descobrimento do Brasil* (1840), também editada naquela revista. A inocência dos indígenas descrita pelo escrivão de Pedro Álvares Cabral deu lugar a uma postura detratora dos mesmos após a experiência de caminhar pelas estradas do interior da província natal. A partir daí a abordagem de Varnhagen sobre esta temática mudou, mas por ora basta atentar para o que o levou a repensar esse ponto e marcou toda sua obra posterior.

1. VIAGENS & ESCRITA DA HISTÓRIA

A experiência da viagem era importante para a pesquisa histórica, estava “intimamente ligada à experiência escriturária. Viajar é criar as condições para escrever” (NICOLAZZI, 2008, p. 255). Não por acaso o Instituto organizou expedições por várias províncias, pondo-as a serviço de uma etapa da metodologia científica. Como sugerido por Souza Pontes, além de recurso para coligir documentos, as viagens também ajudavam a reparar erros/contradições

de mapas ou relatos de viajantes: “Alguma vez sucede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exatidão, sem exame e conhecimento dos lugares em que passaram as cenas relatadas, ou sem determinar, segundo os princípios da ciência, a posição geográfica desses mesmos lugares” (PONTES, 1841, p. 151). Ao corrigir ou fornecer informações complementares às presentes nos documentos, o “ter estado lá” correspondia ao prescrito também por von Martius para uma correta escrita sobre as diferentes partes do Brasil – o conhecer e o reconhecer a si mesmo na narrativa como forma de inclusão das províncias no plano da história nacional – por isso era:

Indispensável que o historiador tivesse visto esses países (as províncias), que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-los em um verdadeiro nexos pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. (MARTIUS, 1845, p. 400)

A resolução das lacunas existentes no amplo conhecimento do território nacional e sua gente seria possível pela habilidade do historiador-viajante de “ver” a história *com os seus próprios olhos*. Conhecido pelo constante deslocamento de um arquivo a outro, um país a outro, o itinerário anunciado por Varnhagen em carta ao Imperador é ilustrativo a este respeito:

Me dirigi a Paris a tratar da publicação da História Geral.

Em Paris parei só o tempo necessário para me entender com os artistas, e de novo serviu de muito a intervenção do benemérito do Brasil Ferdinand Denis [...].

Estando em França não pude resistir, por diferença de horas, à tentação de visitar a Holanda, e cada vez bendigo mais o momento em que tal tentação tive. Não posso explicar a V. M. quanto aí adquiri, assim nos arquivos, guiado pelo Dr. Silva, como nos livreiros em folhetos antigos sobre o Brasil, cartas geográficas, conhecimento mais individual dos chefes holandeses de Pernambuco, etc. Várias seções (de 18a. a 22a.) da *História Geral* darão disso prova manifesta. Na Holanda não deixei de parar em Rotterdam, Amsterdam, Leyde, Delft, Utrecht, campo de Zeist (onde estive com o Sr. Netscher), Harlem e Nimégue.

Devendo voltar da Holanda a Barcelona, para não retroceder quase pelo mesmo caminho, tinha sempre que fazer

volta. Resolvi pois dá-la, ainda em favor da obra que está quase a passar ao domínio público. – Quis ir a Dresde consultar o célebre folheto *Zeitung ausz Presillg Landt*, que cita Humboldt, e que eu depois de o estudar não duvido divergir da opinião deste sábio, e atribuí-lo ao ano de 1508, como melhor explicarei em uma nota. Passei antes pelo Hannover e Berlim, estive em Potsdam, fui a Praga e Viena, subi o Danúbio, Ischel, Salzburgo, Munich, Constança, Schasshann, Guvich, Berne, Genebra, Lyon, Avignon, Montpellier, Perpignan e Barcelona. Tudo isto rapidamente, já se vê, e só à força de atividade, e de considerar o viajar e o tempo, uma espécie de obrigação. (VARNHAGEN, 1961, p. 209-210)

Compreendendo como os românticos da primeira metade do século XIX que as viagens eram instrumentos de saber (CEZAR, 2007, p. 172), o *viajar* era literalmente uma obrigação para sua atividade como diplomata, mas aqui o essencial era a centralidade desse movimento na prática do historiador, evidenciada na confissão de que várias seções da *História geral* provariam as novas aquisições. Para compreender como o ato de viajar ajudava a legitimar a história contada a partir dos documentos compulsados nos arquivos, proponho acompanhar o percurso de Varnhagen em três movimentos, o primeiro é a já citada viagem pelo interior de São Paulo.

2. VIAGENS E ANOTAÇÕES NA ESCRITA HISTÓRICA DE VARNHAGEN E LISBOA

Como já exposto, Varnhagen mudou sua visão acerca da temática indígena após a referida viagem, o que confessou anos depois por ocasião da resposta às críticas de João Francisco Lisboa:

Durante os meus primeiros anos de aplicação e de estudos feitos na Europa sobre as nossas cousas, confesso que não tinha eu acerca do carácter dos nossos índios nenhuma ideia segura, ou para melhor dizer, achava-me acerca deles todos sob a impressão da carta do Pero Vaz de Caminha, que quase chegava a invejar a inocência dos Tupiniquins encontrados por Cabral em Porto Seguro; e sob essa impressão escrevi algumas linhas da “Crônica do descobrimento do Brasil” que publicou o Panorama em princípios de 1840.

Porém pouco depois, nos fins desse mesmo ano, perdi repentinamente todas as ilusões poéticas em que a respeito dos mesmos índios estava, e comecei a meditar e a pensar muito mais séria e positivamente acerca deles. (VARNHAGEN, 1867, p. 36)

Impressionado com o que leu, ao adentrar o *mato* que poderia abrigar indígenas escondidos por entre as árvores, Varnhagen disse que andou *deslembrado dos perigos* a que se expunha até que pôs “o ouvido à escuta” e distinguiu sons de pancadas, depois identificou os pios de uma jacutinga que o fizeram “recordar o que antes tinha lido, ou ouvido contar que os índios bravos assobiam imitando esta ave galinácea” (VARNHAGEN, 1841, p. 222-223), cenário que lhe inspirou o receio de ser apanhado com um *chuveiro de frechas*, o que poderia se aplicar nestes casos a um *incauto* viajante. Acionando os sentidos, acabou ouvindo o que cogitou que poderia ser e que não chegou a ver, mas a sensação de um suposto “quase” ataque foi suficiente para imprimir uma imagem definitiva sobre a questão.

Varnhagen não viu indígenas no caminho que tomou pela divisa com a Província do Paraná, todavia presenciou outras paisagens que se interligavam às suas ideias políticas, como a relatada em *A questão da capital: marítima ou no interior?* (1878) quando se esmerou em expor as desvantagens de uma capital marítima e os méritos de mudá-la para uma ponto mais central, intenção que já havia expressado em carta de 1839 a Cunha Barbosa, feito uma defesa mais elaborada no *Memorial orgânico* (1849-1850) e desenvolvido então com mais vagar, acrescido de um componente especial: não se tratava apenas de uma proposta teórica, mas de alguém que esteve in loco, que viu, estudou, mediu e determinou uma localização exata para se construir uma nova capital para abrigar a cabeça do Império. Maturada por décadas, a ideia da transferência da capital para outra paragem – curiosamente, hoje corresponde a uma área próxima à que um século depois se erigiu Brasília – se concretizou em Formosa (Goiás) por um senhor de 61 anos numa missão oficial junto ao Ministério da Agricultura, atravessando estradas ruins, em caminhadas diárias de muitas léguas, numa *penosa viagem* em lombo de mula. A questão da capital era perseguida até em situações que aparentemente não ensejariam tal reflexão como num comentário crítico à localização da capital da União (Estados Unidos), Washington, “um sítio desagradável e fraco” (VARNHAGEN, 2013, p. 153)²,

² Varnhagen defendeu que a capital deveria se transferir para uma cidade como Cincinnati, no vale do Ohio, uma reflexão já aparecida em nota de pé de página da reedição do *Memorial* em 1851 publicado na Revista Guanabara. A *jornada* teve lugar em setembro de 1867, após deixar a chefia da Representação do Império nas Repúblicas do Chile, Peru e Equador sem autorização.

presente em um relato de viagem inacabado e nunca por ele publicado, *Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias* (1867).

Ainda pelo interior de São Paulo – mais tarde falou que a ocasião lhe fez ganhar muita *instrução* – o Varnhagen-viajante deu pistas de como esses deslocamentos se imprimiam em sua investigação histórica, como observado em cartas a Cunha Barbosa: examinando o local “de S. Vicente me convenci que Fr. Gaspar não teve razão para sustentar a grande questão a favor da casa de Vimieiro, e as poucas palavras de Pero Lopes me decidirão em sentido contrário”, e arrematou: “Cada vez me convenço mais da minha opinião [...], que nas cartas dos Jesuítas é que se acharão os melhores documentos para as duas primeiras épocas da história moderna do Brasil” (VARNHAGEN, 1961, p. 53)³. Na operação historiográfica de Varnhagen, o efeito da presença representava um deslocamento importante, de modo que a ação de lavrar um auto com testemunhas sobre a observação que fizera (para efeito de necessidade futura) apontava para o entendimento de sua própria experiência como fator legitimador do que escrevia. Nesse âmbito, chegou a declarar que era falsa a afirmação de Aires de Cazal sobre um padrão inscrito numa rocha na região de Cananéia (VARNHAGEN, 1961, p. 61)⁴. Ele viu com os próprios olhos, como recomendou Karl von Martius.

Se as recompensas se ganhavam com o *suor do rosto*, não menos cansativos foram os anos andando de um lado para o outro, investigando, copiando, coligindo, anotando, preparando sua obra por arquivos e bibliotecas da Europa e da América do Sul. Este terceiro movimento do Varnhagen-historiador-viajante se dava a ver na prestação de contas sobre o trabalho que realizava oferecidas principalmente ao primeiro-secretário do Instituto, como na carta datada de Curitiba, 16 de dezembro de 1840, quando informou que nos “arquivos das vilas em que tenho estado procurei colher todos os apontamentos que me possam servir não só para a notícia das suas famílias, como algumas notas para a História Geral” (VARNHAGEN, 1961, p. 59). Anos depois,

Não foi punido pela indisciplina, mas nomeado para uma Corte europeia como era de seu desejo. O manuscrito inédito foi encontrado por Lucia Guimarães em 2005 na coleção pessoal do historiador, no Arquivo Histórico do Itamaraty.

³ Carta de 20/10/1840.

⁴ Carta de 06/01/1841.

novamente em Portugal, comunicou sua rotina: o tempo da manhã até às quatro horas estava “todo dividido entre a Legação (onde agora sirvo de secretário) e a Torre do Tombo, onde me vai aparecendo tanta coisa, que não devo fazer mais do que copiar e andar para diante” (VARNHAGEN, 1961, p. 103)⁵. E se Varnhagen “tudo viu, tudo examinou” (ABREU, 1931, p. 127), a construção da *História geral* não poderia ter base outra senão a pesquisa arquivística, aliada à observação in loco.

A sentença de Capistrano de Abreu se aplicava também à escrita de outra obra. *A História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871) se beneficiou do uso da autópsia. Princípio atuante desde a historiografia antiga, permaneceu como demanda na historiografia oitocentista, em que se postula a visão como fundamento epistemológico do ato de pesquisar, consistindo em um trabalho intelectual que requeria “conhecimento anterior e constante interlocução entre a inatualidade pretérita e o presente” (CEZAR, 2018, p. 57). O “ver” aqui produzia um saber histórico, de modo a viagem se apresentar como instrumento de checagem, de autoridade, fazendo ver e crer por enfatizar que “esteve lá”. Pelo interior de São Paulo em 1841, declarou que “Em Santos procurei com Fr. Gaspar à vista examinar as localidades e inscrições” (VARNHAGEN, 1961, p. 53); partindo para a Venezuela em 1861 com o intuito de assumir o posto de Ministro Residente, demorou-se na viagem passando por diversos países e nesse itinerário registrou: “na Bahia fui a Cachoeira, e daí por terra a Santo Amaro, e de S. Francisco por terra à Bahia, sempre com o Gabriel Soares na mão” (VARNHAGEN, 1961, p. 280)⁶. Aqui, Varnhagen realizava a viagem de outrem, olhava pelos olhos de outrem, exercitando o olhar comparativo entre o que ele estava vendo e o que outro já havia visto. Segundo Nicolazzi (2008, p. 236-253), “os viajantes, jesuítas e cronistas, que propiciam bases sólidas para a representação do passado; conferem a ela legitimidade e respaldo empírico: a autoridade que autoriza o relato”, o que não excluía a possibilidade do falso olhar que engendra o erro, por isso era recomendado que os relatos fossem complementados por outro material.

Dentro desta ótica, Varnhagen externou um desejo no Tomo I da *História*

⁵ Carta de 14/03/1843.

⁶ Além de Venezuela, seria responsável pelas legações de Colômbia e Equador.

geral do Brasil (1854):

[...] e se algum dia a sorte nos guiar os passos às províncias de Pernambuco e Alagoas, de modo que as possamos por algum tempo percorrer em todos os sentidos, e *ver por nossos próprios olhos o teatro desta prolongada guerra*, e estudar os antigos campos de batalha, e compulsar os arquivos ou cartórios públicos e particulares das duas províncias, talvez que empreendamos tratar o assunto com mais extensão em uma história especial, que em tal caso chamaríamos da guerra dos vinte e quatro anos. (VARNHAGEN, 1854, p. 361. Grifo meu)

A *história especial* a que se referiu veio a lume anos depois na *História das lutas com os holandeses...* (1871), publicada num contexto particular do Império, o da Guerra do Paraguai (1864-1870). Os passos da investigação aliava a viagem ao método, o que ficou evidenciado nos excertos seguintes pertencentes ao *Prefácio* do livro:

Se bem que havíamos curiosamente estudado os arredores do Recife até Itamaracá e Igarassu, de um lado, e até os Guararapes e o monte das Tabocas, de outro, o que tínhamos visitado, com a devida curiosidade, as capitais do Maranhão, do Ceará, do Rio-Grande, da Paraíba, das Alagoas e da Bahia, e suas imediações, não pensávamos começar a redigir o livro projetado, sem examinar antes todos os postos e percorrer todos os caminhos, onde, por seus patrióticos feitos, se imortalizaram os quatro heróis brasileiros, anti-holandeses, Vidal, Barbalho, Camarão e Dias. (VARNHAGEN, 1871, p. V-VI)

E seguiu explicando o que o levou a apressar a edição da obra:

Achávamo-nos, por motivos do serviço público, no Rio de Janeiro, e acidentalmente em Petrópolis, e ainda estava por decidir a titânica luta que o Brasil susteve no Paraguai, e nem sequer as armas aliadas haviam vencido o Humaitá, e éramos testemunhas dos desfalecimentos de alguns, quando, com o assentimento de vários amigos, nos pareceu que não deixaria de concorrer a acoraçoar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dois anos, o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de uma forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado, durante vinte e quatro anos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa. (VARNHAGEN, 1871, p. VI)

O pagamento da dívida contraída dezessete anos antes contou com uma

conjunção de elementos que, no fim, apontavam para a prática historiográfica do autor, cujas linhas gerais venho expondo. Sentir-se “autorizado” a empreender a escrita da história do conflito com os holandeses apenas após *examinar todos os postos e percorrer todos os caminhos* atravessados por aqueles a quem creditava o sucesso da então *insignificante colônia* indicava que na operação de Varnhagen o “olho bom é aquele que vai além do mero olhar contemplativo, é aquele que interpreta e explica” (VARNHAGEN, 2008, p. 254), pois vendo os campos onde se deu o teatro da guerra melhor saberia transpor para a narrativa, efeito necessário àquele momento em que, atropelado pelos eventos, julgava-se capacitado a inspirar os novos combatentes, num outro espaço e temporalidade, mas como que ligados por uma experiência comum da defesa nacional. Recordando, Varnhagen identificava o nascimento da nacionalidade brasileira no Arraial de Bom Jesus diante dos holandeses.

Estudar os arredores de Recife, Itamaracá, Igarassu e Guararapes era importante não só para favorecer certo ordenamento da paisagem, mas também para captar outro recurso da escrita, o “tom local” de que falou von Martius. Conforme Cezar, a cor local é um recurso narrativo cujas primeiras teorizações se deram no contexto do romantismo e do romance histórico – derivada da técnica pictorial do século XVII e associada às metáforas oriundas da pintura, do desenho e da paisagem – utilizada como estratégia de representação da história (CEZAR, 2004, p. 19-21). Quando Varnhagen acreditou que a narração sobre um conflito anterior teria condições de avivar as lembranças de uma vitória improvável no ânimo das tropas que então se deslocavam pelo Paraguai, ele empregava a cor local na sua escrita como um instrumento de organização temporal, contatando o presente dos combatentes com o passado, fazendo da descrição parte essencial da explicação. Nesse sentido, a cor local permitiria ver e até sentir.

A cor local aparecia como elemento de comprovação da escrita histórica (estimulando a imaginação do leitor se construiria a ideia de verdade do texto), e no caso de historiadores oitocentistas como Varnhagen, o recurso auxiliava na conformação de uma fisionomia para a nação, delimitando traços que caracterizariam o Império e conectando tempo e espaço, vetores fundamentais para o discurso da homogeneidade nacional (CARDOSO, 2012, p. 23-80). Uma

homogeneidade que procurou expressar na defesa da *nação compacta* no *Memorial orgânico*, nas descrições que compunha quadros na *História geral*, em estudos sobre a temática indígena e no *Florilégio da poesia brasileira* (1850), ao vincular o critério de escolha dos poemas associando a nacionalidade brasileira ao que havia de *mais americano*, valorizando a descrição da natureza, aspecto que promovia por consequência uma apreensão do espaço, o conhecimento e definição do território ocupado pela nação. Por esse prisma, a cor local se tornava uma condição para a americanidade, ou como mais tarde ficou famoso no texto de Machado de Assis, para o “instinto de nacionalidade”.

Veja-se o seguinte trecho da *História geral do Brasil* em que se observa a presença da cor local:

A *pintura* que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes disfrutavam, sem os benefícios da paz nem da cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brasil, - antes que outras mais civilizadas as viessem a substituir, conquistando-as e cruzando-se com elas, e com outras trazidas d'além dos mares pela cobiça, essa *pintura*, dizemos bem pouco lisonjeira é na verdade. À vista do esboço que fizemos, sem nada carregar as *cores*, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem. (VARNHAGEN, 1854, p. 133)

O uso das expressões *pintura* e *cores* fazia parte do que se pode chamar de “retórica pictórica” – um conjunto de expressões, termos que remetem à pintura ou à picturalidade como desenho, quadro, retrato – um componente da escrita histórica no século XIX que revelava o recurso narrativo da cor local utilizado como estratégia para representar o passado. Assim, acompanhava a sugestão de Cunha Barbosa para quem a história seria incompleta se não colocasse “os fatos no teatro em que se passaram, para que melhores se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias que desembarquem a inteligência dos leitores”, ressuscitando a “vida do passado, e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas” (BARBOSA, 1839, p. 12-13). Em Varnhagen e Cunha Barbosa a metáfora teatral contribuía para fazer “ver” o passado.

Ainda atento à fórmula pela qual “Vista faz fé” (VARNHAGEN, 1867, p. 36), o Varnhagen-viajante foi leitor e editor de relatos de viajantes, tendo na

presença do autor no local sobre o qual escreveu um aspecto importante para a confiabilidade, embora esse fator nem sempre garantisse sua avaliação positiva. Varnhagen, que foi também autor de relatos de viagem como os citados *A picada do mato virgem...* e *Grande jornada a vapor...*, elaborou uma narração romanceada a partir de um relato, a *Crônica do descobrimento do Brasil*. Se o percurso de um relato de viagem diz muito sobre o percurso de outros relatos (CEZAR, 2010, p. 30), pode-se inferir que Varnhagen colocou seu narrador ao texto da Carta de Caminha, travando um diálogo com interlocutores privilegiados que se desdobrasse não apenas na descrição da viagem, da natureza, do primeiro contato com os indígenas, mas na fixação de um ponto de vista histórico, uma “mirada histórica”, colocando o narrador-historiador na posição de “regulador” de testemunhos (SÜSSEKIND, 1990, p. 186-198), uma posição direcionada para a figura do historiador-juiz.

Historiador-viajante, usou relatos de viajantes-cronistas como referências para sua escrita. Ele mesmo estreou no mundo das letras com as edições críticas do “Tratado descritivo do Brasil em 1587” de Gabriel Soares de Sousa (as *Reflexões críticas sobre um escrito do século XVI*, 1839) e *Diário da navegação da armada de Pero Lopes de Sousa* (também de 1839), uma determinada forma de escrita histórica feita por meio de notas explicativas, no rodapé ou no final do texto, conformando um texto novo. Em ambas, bem como na *História geral*, abundou o anseio por uma “presentificação”, e para ver o passado recorria a quem o viu. O emprego da fala dos viajantes do século XVI no primeiro Tomo da obra funcionaram principalmente para corroborar e/ou fortalecer os argumentos apresentados sobre questões como as populações indígenas. No caso das línguas, afirmou que elas falavam dialetos idênticos e, em geral, autodenominavam-se quase sempre como Tupinambá, no que acionou informações de viajantes acerca de diferentes pontos da antiga colônia no rodapé da página para confirmar: Claude d’Abbeville relatou tal fato no Maranhão; Berredo citou com relação ao Amazonas, Pará e Tocantins; Gabriel Soares na Bahia; e Hans Staden, Laet e André Thevet no Rio de Janeiro. Ainda que pontuasse nos *Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares* que o início do “Tratado descritivo” continha erros na parte histórica, o que relevava pelo fato do autor só ter escrito muitos anos depois dos sucessos que

narrou, o autor que mais apreciava era Soares de Sousa: “Como produção literária, a obra de Soares é seguramente o escrito mais original, mais produto do próprio exame, observação e pensar, e até diremos mais enciclopédico da literatura portuguesa nesse período” (VARNHAGEN, 1854, p. 294), ninguém melhor que ele havia se ocupado da Bahia.

Soares de Sousa esteve entre as autoridades na história colonial acionadas pelo historiador maranhense João Francisco Lisboa nos *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão* (1853-1858), também para ele as descrições de quem viu os sucessos pessoalmente era importante instrumento para presentificar o passado que ele não presenciou pessoalmente, e compreendia que quanto mais próxima a narração estava dos eventos descritos, mais autêntica seria. Nos primeiros números do periódico, os viajantes foram consultados com mais frequência para informações sobre as condições da região que seria mais tarde a Província do Maranhão à época da chegada dos europeus, os primeiros tempos da colonização, os costumes indígenas. Sobre este último:

Quem quiser ter dados positivos sobre as antigas usanças dos tupinambás, já não poderá hesitar, pois há de necessariamente, e em primeiro lugar ir beber nas fontes alemãs e francesas, isto é, em Hans Staden, Léry, Claudio d'Abbeville e Ivo d'Evreux. O primeiro, que foi prisioneiro dos selvagens durante nove meses, e teve sempre a morte diante dos olhos, assistiu aos festins dos guerreiros antropófagos, em que esteve a pique de figurar como vítima, e observou muitos dos seus usos; os outros eram refugiados ou missionários, que se meteram com os índios ou para pedir-lhes asilo, ou para convertê-los. Ao cabo de alguns anos, sujeita Léry a Hans Staden a uma espécie de contraste, e acha a sua exatidão admirável.

Ao testemunho destes autores juntaremos o de um português que viveu dezessete anos no Brasil. Por mais estranhos que pareçam certos fatos, especialmente os que dizem respeito à antropofagia, não é possível contudo pô-los em dúvida, ou controvertê-los. (VARNHAGEN, 1854, p. 467-468)

A preferência pelos alemães e franceses se justificava pelo testemunho de primeiro grau que personagens como Léry e Staden ofereciam e como no teste do tempo um reforçava a confiabilidade do relato do outro, levando-o a declarar que de tais testemunhos era escusado duvidar. Noutras ocasiões reunia

informações de um autor com outro para especular sobre uma questão: se Soares de Sousa afirmou no “Roteiro geral” (primeira parte do “Tratado descritivo”) que os Tupinambás que passaram à ilha de Itaparica povoaram as margens do rio Jaguaribe e a costa de Ilhéus, era provável que tivessem ido até o Rio de Janeiro, onde Léry os encontrou em 1555, vivendo com eles. A escrita de Soares de Sousa aparecia como fator positivo, nada devedora dos escritores modernos, pois dava mais vida a tudo que “narra e pinta”. O mesmo não sucedia com cronistas como Berredo que, embora fonte crucial dos *Apontamentos...* em que disse ter acreditado quase sem restrições no *escrúpulo* e *consciência* com que escrevia, reclamou do fato dele desfigurar a história com *pedantismo* e *afetação*, no que até acionou o Sr. Varnhagen, que o qualificou “de justo, reto, grave, consciencioso, e sobretudo caridoso – mas também de enganoso e falaz, pela afetação” (LISBOA, 1865, p. 543).

As imprecisões que rondavam datas e números relativos às expedições ao Maranhão também afetavam a confiança em tal ou tal autor, por isso contestou os trabalhos de Severim de Faria e do coronel Lago quanto ao momento em que se deu a expedição de Luiz de Mello da Silva. Quem lhe pareceu mais acertado foi Varnhagen ao assinalar o ano da expedição em 1554 nos comentários ao “Roteiro geral”. A autoridade dos comentários de Varnhagen sobre uma notícia dada por Soares de Sousa foi novamente posta em foco no que tangia à extensão da antiga Capitania do Maranhão, pois aquele havia verificado no arquivo da Torre do Tombo que ela compreendia duzentas e vinte e cinco léguas, tratando-se de uma doação mista composta das concedidas a João de Barros, Ayres da Cunha e Fernão Álvares. Mais uma vez, a confiança nos olhos e no relato de quem escreveu sobre os primórdios da futura Província do Maranhão não dispensava o cotejo com outros e uma documentação correspondente.

Ao extrair longos trechos de contemporâneos ao que narravam, João Lisboa assegurava que o autor viu aquilo que relatou, problematizando o ato da visão como que numa tarefa de segunda pessoa, já que essas descrições foram colhidas declaradamente em viajantes, outros autores. O critério das escolhas não foi informado aos leitores, o que indicava que seu próprio juízo crítico deveria ser suficiente para que fosse aceito como verossímil, mais verdadeiro possível

(*probabilidade histórica*), inclusive assumindo a responsabilidade: pareciam fatos estranhos, mas não era *possível pô-los em dúvida*. Ele que admitiu em outros momentos que a suposição era plausível, porém em determinados pontos (emigrações indígenas, por exemplo) valia duvidar pela impossibilidade de averiguação. A validade de determinados relatos passava pelas falhas e descrenças que outros inspiravam, não se sustentando na comparação ou na verificação documental, que atuava como complemento decisivo. Como sublinhado, “ver não é, de saída, saber. É ainda necessário o trabalho do historiador” (HARTOG, 2013, p. 80).

Num texto em que talvez pudesse ser mais flexível – o que não significava menos comprometido com a verdade – na abordagem do conteúdo do que nos *Apontamentos...*, nos números em que tratou das *Eleições na Antiguidade, eleições na Idade Média, eleições na Roma Católica, Inglaterra, Estados Unidos, França, Turquia* (*Jornal de Tímon*, 1852) estimulou o leitor a imaginar as cenas que pintava como em: “Todo o fiel católico, se não mesmo todo o infiel, sabe que indo Jesus Cristo à testa de um grupo, composto dos apóstolos e mais discípulos, por uma via estreita (os evangelhos não o dizem, mas figura-se-me que seria como o beco de São João)” (LISBOA, 1864, p. 102). Obviamente que não viu a situação descrita, coisa de séculos atrás, mas essa impossibilidade não o impedia de criar uma imagem visual para o leitor, a qual ele mesmo se responsabilizava pela imaginação se pronunciando na primeira pessoa. Primeiro recorreu a um dado amplamente conhecido e depois solicitou ao público que lhe acompanhasse quase que intuitivamente numa ação que dispensava até a confirmação pelos evangelhos. Mobilizando esses recursos para “ressuscitar” o passado, historiador e leitor respondiam à demanda de visualização, João Lisboa (como Varnhagen) se colocava ao alcance do leitor e o fazia “ver”, demonstrando que a história escrita é também uma história lida e o ato da leitura é parte do que se pode chamar de conhecimento histórico (NICOLAZZI, 2010, p. 544-545).

Desse modo, delineava aquilo que já havia dito ser o fim primário do seu trabalho no *Jornal de Tímon* (1852-1858), a pintura de *nossos costumes políticos*. Pintura que fez em *Partidos e eleições no Maranhão* (1853) nas minuciosas descrições do antigo e novo Presidente de Província e das lideranças

políticas locais. E nesta cena do folhetim *A festa de N. S. dos Remédios* (1851):

Entremos na igreja. É pequenina, e está principalmente atulhada de pretas e mulatas; as brancas, as senhoras, a gente do grande tom, essa ocupa as tribunas, as janelas, e até os púlpitos que das salinhas assombradas, que estão ao lado da igreja, deitam para o interior dela. Nestas salinhas há mais fresco, e melhor companhia, e o espírito mais bem disposto, pode melhor entregar-se à devoção e as meditações religiosas..... No interior, a luz das lâmpadas, das placas, e de infindos círios do trono do altíssimo inundam o templo de luz e de calor; o hálito de tanta gente ali opressa e apertada o centuplica, e torna insuportável. (VARNHAGEN, 1865, p. 545)

Ou em outro folhetim, *Teatro S. Luís* (1852), em que detalha com zelo o interior do prédio para a apreciação (e imaginação) do leitor do jornal por ele ora editado, o *Publicador Maranhense*:

Fundo branco em geral, nos tetos e caixas dos camarotes, e fundo azul celeste nas pilastras do arco do proscênio, mas tudo soberbamente esmaltado e matizado com moldura de ouro, festões e carrancas de bronze, arabescos e baixo relevo, que suspendem, alegam e encantam. (VARNHAGEN, 1865, p. 603)

Não há registros de maiores deslocamentos de Lisboa, suas “andanças” parecem ter se dado mais pela experiência no jornalismo e na política partidária da província. Mas a viagem pela Europa em 1856 – momento classificado por Janotti como uma segunda fase da obra historiográfica do autor – marcou a reorientação em relação a temáticas como a dos indígenas em virtude do contato com documentação que não teve acesso no Maranhão. Examinando especialmente os arquivos e bibliotecas de Lisboa e Évora, discorreu sobre os planos para a *Vida do Padre Antônio Vieira*, biografia do jesuíta escrita entre 1858 e 1863 e publicada postumamente, e anotou que ela se beneficiaria dos muitos e *novos e numerosos subsídios* que antes faltava e ora possuía, o mesmo se dava com outros episódios da história colonial que a cada passo se deparava como o do Bequimão.

Também nas cartas remetidas por ele a Varnhagen e publicadas por este no livro *Os índios bravos e o Sr. Lisboa* (1867) é possível reconhecer a importância da investigação feita em Portugal a serviço do IHGB, em diversas passagens relatou suas visitas aos arquivos e bibliotecas. Na Torre de Tombo,

projetava que o trabalho seria *grande* (carta de 18/10/1856), diferente da Biblioteca de S. Francisco, que lamentou ser *pobre e vasculhada* como as outras (carta de 26/10/1856). Em outras cartas informou ter encontrado um volume de registros de todas as ordens e cartas régias expedidas sobre sesmarias na Capitania de São Paulo (carta de 18/10/1856), e na busca por documentação inédita acerca do Brasil, pediu a opinião do colega sobre como ele faria o trabalho no Conselho Ultramarino caso fosse o titular da comissão (carta de 21/10/1856), mais tarde confessou estar muito satisfeito com o que examinava (carta de 30/10/1856), pois acreditava que neste arquivo estava a coleção mais “completa e não explorada de documentos sobre o Brasil desde 1753 até 1808, como não existe no Brasil, nem existirá jamais reunidos” (VARNHAGEN, 1867, p. 85)⁷, disse desejar se enterrar na poeira daquela repartição. O arquivo do Conselho Ultramarino era importante também para checar/confirmar suspeitas que tinha a respeito de pontos da história do Maranhão (carta de 09/04/1857), preocupação que foi pincelada ao longo das 26 cartas extratadas por Varnhagen: que manuscrito, códice, poderia interessar ao conhecimento da história da província?

Com movimentos mais limitados pelos problemas de saúde que podiam piorar dependendo do clima, o cuidado da família e o próprio trabalho para o qual foi designado, Lisboa passou brevemente por Portugal, depois seguiu para visitar França, Inglaterra, Bélgica, Itália e Espanha até se estabelecer na capital portuguesa. Desde lá, nunca esqueceu o lado de cá, e frequentemente perguntava aos amigos pelas *coisas* maranhenses. Tão logo assumiu a comissão, comunicou ao amigo Antônio Henriques Leal que nos montões de papéis que encontrava e encaminhava para os amanuenses copiarem já ia “tirando partido desta posição para ir aprontando e contratando o que me convém em particular e o respeito ao Maranhão” (Apud NISKIER, 2012, p. 59)⁸. De longe, observava o Brasil no microscópio da província.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Carta de 08/11/1856.

⁸ Carta de 12/10/1856.

A experiência da viagem operava, por fim, uma (re)educação do olhar. Se João Lisboa em Portugal se reconciliou com o Maranhão, no caminho inverso, em sua volta ao Brasil Varnhagen anotou (não sem alguma contrariedade) em carta a Cunha Rivara a impressão que teve ao desembarcar no Rio de Janeiro: “A cidade em si é puramente Europeia; e até o é demais, pois quanto a mim devia ser menos servil à arquitetura das casas e mais acomodada ao clima e às riquíssimas madeiras da América”, concluindo que na Corte “As sociedades são de todo à europeia” (VARNHAGEN, 1961, p. 51-52)⁹. Narrando para o amigo as sensações ao ver o mar, a entrada na baía rodeada de morros de granito e a cidade, lamentou que a mesma arremedava o Velho Mundo mesmo estando no Novo, provavelmente esperava encontrar a tal *cor mais americana* de que falaria mais tarde no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* (1847, publicado em 1850 como prefácio ao Tomo I do *Florilégio da poesia brasileira*). Comportava-se, assim, como um “destemido bandeirante”, na formulação de Capistrano de Abreu. E como João Lisboa na nova realidade de encarregado do IHGB, trabalho de investigação não faltava nos arquivos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839.

CARDOSO, Eduardo Wright. **A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional**. 187f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico do século XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 11-34, 2004.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007.

CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em

⁹ Carta a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara de 20/08/1840.

Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 11, p. 26-33, mai. 2010.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. 414f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.

NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, jul./dez., 2010.

NISKIER, Arnaldo. **João Francisco Lisboa**: o timon maranhense. Brasília: Senado Federal, 2012.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO III, n. 10, p. 149-157, 1841.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A picada do mato virgem: fragmento d'uma viagem ao sertão. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 5, p. 221-223, jul. 1841.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatrobe contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

Recebido em: 18-09-2024

Aprovado para publicação em: 07-06-2025

INTERPRETAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Agentes e discursos no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp)

INTERPRETATIONS OF DEVELOPMENT IN AMAZON DURING MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

Agents and discourses in Institute of Economic-Social Development of Pará (Idesp)

TAYANNÁ SANTOS DE JESUS SBRANA¹

RESUMO

Este artigo objetiva analisar discursos provenientes dos escritos de agentes situados no Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp), durante a Ditadura Militar (1964-1985). A partir de artigos publicados na revista institucional *Pará Desenvolvimento*, analisamos como os agentes científicos e técnicos da instituição compreendiam a inserção do Pará e da Amazônia nos caminhos do desenvolvimento, elaborando críticas e sugestões para efetuação da realidade desenvolvida no Brasil. Partindo da historiografia do desenvolvimento, em interface com os estudos de instituições, agentes e Estado, observamos a constituição de um *consenso desenvolvimentista*, tendo como agentes cientistas e técnicos situados em instituições ligadas ao Estado durante a Ditadura Militar, acionando representações a respeito da Amazônia e elaborando interpretações próprias acerca do desenvolvimento e das distinções entre Brasil e Amazônia.

Palavras-chave: Idesp. Agentes. Desenvolvimento. Ditadura Militar. Amazônia.

ABSTRACT

This article aims to analyze discourses from the writings of agents located at the Institute of Economic-Social Development of Pará (Idesp), during the Military Dictatorship (1964-1985). Based on articles published in the institutional magazine *Pará Desenvolvimento*, we analyzed how the institution's scientific and technical agents understood the insertion of Pará and the Amazon in the paths

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Paragominas, doutora em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA), pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Ciências Humanas e Sociais (GPECHS/IFPA), do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) e do Grupo de Trabajo Fronteras, Regionalización y Globalización (FRG/CLACSO). E-mail: tayanna.sbrana@ifpa.edu.br.

of development, elaborating criticisms and suggestions for implementing the developed reality in Brazil. Starting from development historiography, in interface with studies of institutions, agents and the State, we observed the constitution of a *developmental consensus*, with scientists and technicians as agents located in institutions linked to the State during the Military Dictatorship, triggering representations regarding the Amazon and elaborating their own interpretations about the development and distinctions between Brazil and the Amazon.

Keywords: Idesp. Agents. Development. Military Dictatorship. Amazon.

INTRODUÇÃO

As disputas em torno da constituição do desenvolvimento durante a Ditadura Militar (1964-1985) eram partilhadas por diferentes agentes sociais, situados em instituições, acionando variados discursos. Em relação à Amazônia, eleita pelos agentes condutores do regime autoritário de 1964 como uma *região-problema*, essa disputa trazia elementos simbólicos de diferentes temporalidades, evocados conforme os interesses em jogo. Compreendida, por vezes, como um espaço de potencialidades irrestritas, e em outras, como uma terra bravia a ser civilizada, nessas representações um sentido generalizante conformava os significados: a Amazônia era uma região para servir aos interesses do Brasil, que eram, sobretudo, o objetivo do desenvolvimento econômico a ser alcançado pelas sociedades ocidentais.

Foram criadas instituições para promover o desenvolvimento, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e seu banco de financiamento, o Banco da Amazônia (BASA S/A), locais onde agentes técnicos, científicos e planejadores do desenvolvimento foram agregados, visando cumprir a tarefa de promover o desenvolvimento na Amazônia e, assim, inserir a região na dinâmica capitalista brasileira. Em outras instituições, como o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), a tônica era diferenciada: partilhava-se da necessidade geral de desenvolver as sociedades, contudo, a forma deste desenvolvimento deveria ser amazônica, partindo dos interesses locais, antes dos interesses brasileiros.

Localmente, o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp) também foi uma das instituições criadas para pensar o desenvolvimento

amazônico, em nível ainda menor, elencando os problemas paraenses como seu principal alvo de proposições. Tendo como mote a configuração de uma assessoria para agentes governamentais implicados na promoção do desenvolvimento paraense, o Idesp também foi um espaço de encontro de pensadores e de irradiação de suas ideias, algumas delas divulgadas na publicação *Pará Desenvolvimento* que, neste artigo, será a principal fonte de análise.

Temas como a construção de uma ciência amazônica e paraense, os dilemas educacionais locais e a criação de trabalhadores qualificados para o mundo desenvolvido foram alguns dos temas debatidos pelos técnicos do Idesp na referida publicação, que indicam preocupação vigentes no período, em nível local. Estes dilemas foram acionados e interpretados discursivamente, configurando disputas pela conquista do desenvolvimento a partir das instituições e do Estado. Tais disputas, a saber, são parte de uma construção de consenso em torno do desenvolvimento compreendido enquanto necessidade do século XX, em seu recorte Ditadura Militar, que também abarcam as definições do Brasil diante das regionalidades vigentes.

No presente artigo analisaremos como uma instituição amazônida, o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp), ao longo da Ditadura Militar brasileira, construiu interpretações próprias, a partir de seus agentes, a respeito da Amazônia, interpretando, também, como o desenvolvimento deveria ser implementado na região. O intuito de nossa análise é perseguir os caminhos do desenvolvimento na Amazônia a partir dos agentes locais situados em instituições de construção e/ou crítica ao desenvolvimento, para entender as versões amazônidas do desenvolvimento que foram criadas e veiculadas localmente e regionalmente durante o período.

No âmbito dessas instituições, ocorreu a construção de um pensamento científico amazônida, com questões, discursos e referências próprias que nem sempre coadunavam com as diretrizes nacionais de desenvolvimento. Os acionamentos da ciência realizado no âmbito das instituições amazônidas de construção e/ou crítica ao desenvolvimento possuem particularidades que precisam ser consideradas ao analisar como o desenvolvimento brasileiro, durante a Ditadura Militar, teve a Amazônia como um de seus principais campos

de irradiação e, portanto, consolidação, especialmente a partir dos chamados grandes projetos.

Os agentes científicos amazônidas possuíam seus interesses e posicionamentos próprios diante do “desafio do desenvolvimento” brasileiro, que podem ser verificados em discursos, artigos, relatórios, obras veiculadas por instituições como o Idesp. Considerando a não neutralidade científica diante das problemáticas sociais de determinada época, o Idesp deve ser considerado como uma instituição perpassada por disputas, as quais apresentaremos neste artigo.

O texto está estruturado, após a Introdução, pelos seguintes itens: *Reflexões teórico-metodológicas*, composto pelos referenciais em torno dos temas Estado, agentes, instituições e desenvolvimento; *A instituição: o Idesp e a interpretação do desenvolvimento*, contendo informações a respeito do funcionamento, atribuições e vigência do Idesp; *Os escritos: interpretações amazônidas do desenvolvimento*, com foco em artigos veiculados na revista *Pará Desenvolvimento*, entre 1968 e 1971, a respeito do tema “desenvolvimento na Amazônia”; e as *Considerações finais*.

1. REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A construção do desenvolvimentismo durante a Ditadura Militar e o direcionamento das ações de desenvolvimento para espaços eleitos pelo regime enquanto propícios para consubstanciar os ideais de então foram realizados a partir de disputas diversas entre agentes diversos, como aqueles situados no campo do Estado, alvo constante de disputa, o que podemos compreender mediante uma interpretação do Estado, das instituições e da formação de consensos, diante de discursos diversos, como o científico e o técnico.

Conforme Pierre Bourdieu, o Estado é um princípio de produção e reprodução legítima do mundo social, fundamentando a integração lógica e moral desse mundo pelo estabelecimento de um consenso acerca de seu sentido, que é a “condição mesma dos conflitos” (BOURDIEU, 2014, p. 31). O Estado seria o princípio que organiza o consentimento, compreendido como adesão à ordem social, e o fundamento da existência das trocas que levam a um

dissenso. Seria, também, a nomeação dada a princípios ocultos da ordem social e à dominação física e simbólica, com suas respectivas violências.

Uma das funções do Estado seria produzir e canonizar classificações sociais. Existem atos de Estado, entendidos como “atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social” (BOURDIEU, 2014, p. 39) no âmbito de “uma política reconhecida como legítima, porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada” (2014, p. 39). Os atos do Estado são legitimados porque o Estado é reconhecido como legítimo e, nesse sentido, “se esses atos obtêm o consentimento [...] é que no fundo participam consciente ou inconscientemente de uma espécie de ‘comunidade ilusória’”, que pode ser a nação ou o Estado, “no sentido de conjunto de pessoas reconhecendo os mesmos princípios universais” (BOURDIEU, 2014, p. 41).

A esse respeito, elencamos o que Bourdieu (2014) chama de uma *construção social dos problemas públicos* e como os processos de construção efetuados pelos agentes sociais são apresentados como algo evidente, fornecendo uma consagração que o discurso percebido como científico pode fornecer, enquanto algo universal e difundido socialmente. O simbólico, nesse sentido, possui uma eficácia no real, partindo do Estado os elementos de efetivação dessa eficácia, já que ele seria o ponto de vista dos pontos de vista.

O oficial, “embora não seja aquilo que faz crer” é, contudo, eficaz (BOURDIEU, 2014, p. 60), já que “[...] o Estado [...] reforça um ponto de vista entre outros sobre o mundo social, que é o lugar de luta entre os pontos de vista” (BOURDIEU, 2014, p. 60). Tal ponto de vista seria encarado como certo, “o” ponto de vista, o “geométrico de todas as perspectivas”, possuindo um efeito de divinização fazendo com que não seja entendido como apenas mais um dos pontos de vista (BOURDIEU, 2014, p. 61).

Nesse sentido, o Estado é composto por instituições e agentes com trajetórias diversas e projetos não lineares, o que habilita nossa análise para um entendimento das diferentes visões a respeito do desenvolvimento na Amazônia durante a Ditadura Militar, levando em consideração suas adaptações e rupturas em relação ao caráter autoritário da Ditadura, as diretrizes das políticas de desenvolvimento, seus interesses próprios e as respostas dadas mediante suas

posições em uma determinada instituição em um período específico. Devemos compreender que também as instituições não possuem um caráter único e linear, pois são constituídas por pessoas num tempo e num espaço.

Tais características, a nosso ver, estão intimamente relacionadas à compreensão hegemônica no período relativo ao papel da ciência e da tecnologia na implementação do desenvolvimento, bem como às maneiras a partir das quais a Amazônia deveria ser acionada nesse processo de ascensão do Brasil ao desenvolvimento capitalista. Ao propor uma análise do Idesp enquanto instituição de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento durante a Ditadura Militar na Amazônia, deve-se compreender quais papéis sociais foram atribuídos aos agentes científicos naquele período, assim como qual eram as compreensões vigentes a respeito da ciência, considerando que tanto a ciência, quanto o desenvolvimento, são frutos de relações sociais, intenções, projetos de grupos e indivíduos, portanto, não há neutralidade nestas construções. Para Michel de Certeau (2013), os discursos são produzidos nas instituições, a partir de lugares sociais, considerando os pares e os interesses em jogo.

O período entre 1964 e 1985 foi perpassado por variados debates a respeito da ciência. Ao final de 1960 e meados de 1970 surgiram críticas dos chamados cientistas radicais e o acionamento de novas noções como tecnociência, capitalismo cognitivo, trabalho imaterial. Os anos 1970 e 1980, por sua vez, foram demarcados por um crescimento das críticas à ciência e pelo mal-estar entre os intelectuais, que identificaram mudanças na estrutura das ciências a partir dos complexos industriais-militares-científicos da *Big Science*. Nos anos 1980, nascem os *Science Studies*, compostos por um objeto sólido e vasto, com extremo sucesso em sua execução (ÁVILA, 2019).

No texto *Conhecimento e imaginário social*, de David Bloor, é delineado o princípio da simetria, conforme o qual erros e acertos científicos precisariam ser explicados sociologicamente em toda sua trama. Também é apresentada uma concepção naturalista do conhecimento como tudo o que as pessoas consideram enquanto tal, um entendimento de objetividade como crença institucionalizada, uma observação das teorias do conhecimento enquanto reflexos das ideologias sociais e a percepção segundo a qual os indicadores de verdade de uma teoria seriam internos à coerência da própria teoria, chamado

de relativismo metodológico (ÁVILA, 2019).

Os *Science Studies*, concebendo a ciência como uma atividade cultural entre outras, tiveram ativo papel no decorrer dos anos 1980, estabelecendo itinerários de pesquisa, posicionando problemas, criando ferramentas conceituais e uma concepção própria de ciência. Abordando temas da epistemologia, da construção social do conhecimento, por um viés sociológico, estavam inseridos na crítica às grandes narrativas, denunciados, nos anos 1980, como um “desvario relativista” (ÁVILA, 2019).

Nesse período, a constituição do neoliberalismo delineou uma nova função para o Estado, a partir da financeirização, da globalização e da desterritorialização, proporcionando a ascensão de instituições privadas de pesquisa, tendo como *inovação* a chave e o direcionamento para a pesquisa. A ciência passou a ser entendida como bem econômico, tornada *tecnociência*, numa diluição de fronteiras e sua captura pelo mercado, passando por uma “guinada prática”, delineando-se um contexto de abandono de uma visão da história das ciências como uma marcha irreversível do progresso (ÁVILA, 2019).

O campo científico brasileiro também passou por modificações e pela consolidação de perspectivas. Especialmente a partir dos anos 1970 e prosseguindo na década de 1980, a ciência brasileira esteve implicada numa tarefa de construir o desenvolvimento nacional, acionando os conhecimentos da chamada tecnocracia, que consolidava um posicionamento compreendido como técnico diante das necessidades desenvolvimentistas. A Economia, por sua vez, era a ciência da época, garantindo prestígio aos economistas como os construtores de um novo mundo.

René Dreifuss (1987) apontou a atuação de *tecnocratas* na conformação e legitimação da Ditadura Militar no Brasil e no Chile, financiados por agências de pesquisa e tecnologia dos Estados Unidos, nos anos 1950-1960. Peter Burke (2012), ao analisar o que chamou de uma “história social do conhecimento”, abordou a existência de *think tanks* – redes de instituições alternativas às universidades concentradas na pesquisa e na política, planejadoras de estratégias e muitas vezes patrocinadoras de grupos de pressão política. Pensar na ação dessas instituições nos instiga a compreender a atuação de agentes advindos de instâncias de produção científica, como universidades e órgãos de

Estado, que promoveram conhecimentos voltados para a legitimação de ações direcionadas ao desenvolvimento no Brasil.

Recordemos que, para Pierre Bourdieu (2012, pp. 24; 25), o campo é uma “realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes”, e ainda, “o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito”. São construções que não se dão no vazio social e a posição neste espaço “comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo”. Além disso, os campos não são produzidos a partir de relações e situações neutras ou espontâneas, pois, em sua constituição, estão presentes relações de força, cujo embate se dá em variados sentidos, inclusive na formulação de ideias, noções e conceitos que adentram no debate político, por exemplo, como *consenso*.

O campo científico, compreendido aqui como um espaço multidimensional de posições que podem ser definidas de acordo com um sistema de coordenadas também multidimensional, cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes (BOURDIEU, 2012), é preenchido pelas posições dos agentes no espaço social, mediante a distribuição dos poderes que atuam em cada um deles (BOURDIEU, 2011). Tais poderes podem ser definidos como econômico, cultural, social ou simbólico, este último uma forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Dependendo do capital, o agente posiciona-se em um determinado eixo no campo.

Em nosso estudo, o campo científico está atrelado ao Estado enquanto um princípio de produção e legitimação do mundo social que possui o monopólio da violência física e simbólica legítima, fundamentando a integração lógica e moral do mundo social, produzindo um consenso fundamental sobre o sentido deste mundo, além de organizar o consentimento como adesão à ordem social e a princípios fundamentais desta ordem. Uma das funções do Estado seria a conservação social das condições de acumulação do capital como uma ortodoxia ou ilusão bem fundamentada, sendo também o nome que damos aos princípios ocultos e invisíveis da ordem social. Existe a produção de um consenso na natureza do Estado, e ele também pode ser compreendido como

um campo de disputas e um espaço a ser conquistado pelos grupos sociais e agentes (BOURDIEU, 2014).

Nesse sentido, devemos compreender os fatores de legitimação de determinados saberes e sua importância nas lutas simbólicas e reais em torno dos campos, ou da legitimação dos agentes nos campos. Nos interessa entender como a ciência foi acionada enquanto um discurso legitimador de ações de desenvolvimento durante a Ditadura Militar, a partir de uma instituição implicada em construir perspectivas ligadas à implementação do desenvolvimento na Amazônia.

Devemos considerar os discursos irradiados pelo Idesp como produções culturais e, portanto, que “para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual desta produção”, nem “tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto”, já que entre os dois polos “existe um universo intermediário [...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

O campo científico é perpassado por relações de força, “fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio” (Bourdieu, 2004, p. 34). Existem conflitos intelectuais que são também conflitos de poder, pois “toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos” (Bourdieu, 2004, p. 41). Interessa-nos compreender a utilização da ciência – considerada legítima em relação aos saberes populares – para a construção de um consenso no qual o desenvolvimento, esta palavra polissêmica, tornou-se uma *necessidade* e, ainda, um *horizonte a ser perseguido*.

Na Amazônia, durante a Ditadura Militar, iniciativas anteriores de fomento à construção científica com vistas à implementação de uma realidade “melhorada” foram aperfeiçoadas a partir do planejamento estatal. O par Ciência e Tecnologia (C&T) era considerado indispensável para a implementação do desenvolvimento, firmando-se um compromisso dos agentes do Estado com a consolidação do desenvolvimento, resultante de um compromisso paralelo com

a ciência enquanto “escolha ideal porque se dizia capaz de *refazer* a realidade” (ALVARES, 2000, p. 50).

O desenvolvimentismo, portanto, seria alimentado pela ciência e construído pelo Estado, na esperança de criar uma nova sociedade e uma nova economia, arrogando-se o direito de desenvolver as pessoas e a natureza, sem a possibilidade de recusa – e em relação aos que recusassem essa realidade, poderiam “simplesmente ser expulsos do reino dos recursos, e seus próprios recursos [...] transferidos para a grande indústria” (ALVARES, 2000, p. 53).

2. A INSTITUIÇÃO: O IDESP E A INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Criado pela Lei Nº 3.649 de 27 de janeiro de 1966, o Idesp contava com um certo acúmulo de conhecimentos advindos de experiências anteriores, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará (Condepa), existente desde 1961, depois transformado em Comissão de Desenvolvimento Econômico do Pará, em 1963. O Idesp era uma autarquia com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, financeira e contábil. Estava diretamente subordinado ao Governo do Estado do Pará e tinha por função:

[A]rticular e orientar, em nível de assessoria, os vários setores da Administração, no sentido do desenvolvimento econômico e social do estado, assim como a subministrar ao Chefe do Executivo os estudos técnicos necessários à formulação das decisões fundamentais do Govêrno, no tocante ao assunto (ESTADO DO PARÁ, 1966, p. 85).

Suas atribuições eram, em linhas gerais, a de manifestar-se a respeito dos planos e programas de governo; estudar a proposta orçamentária e propor retificações e modificações que as ajustassem às diretrizes dos planos e programas de desenvolvimento; coordenar as providências das secretarias de Estado; posicionar-se a respeito de concessão de financiamentos ligados aos recursos do Estado, acerca de estudos e pesquisas para sociedades paraenses de economia mista, recursos para empresas privadas; indicar setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico do Estado; manifestar-se a respeito de projetos de “criação, adaptação, transformação ou

extinção de órgãos públicos ou entidades de economia mista” (ESTADO DO PARÁ, 1966, p. 86).

O órgão era composto por um Conselho de Desenvolvimento, uma Secretaria Geral, e uma Comissão de Controle. O primeiro era formado por secretários de Estado dos setores de Finanças, Produção, Saúde e Educação, pelo Diretor-Presidente do BASA S.A. e pelo Secretário Geral do Idesp, com seus respectivos suplentes, sendo competência do Governador do Estado indicar o presidente do Conselho dentre seus membros (ESTADO DO PARÁ, 1966).

O Conselho tinha por função deliberar acerca das diretrizes para a política de desenvolvimento do Estado, com o propósito de orientar o Governo Estadual; aprovar programas de trabalho e orçamentos anuais da instituição; apreciar balancetes, balanços e relatórios da Secretaria Geral; aprovar os critérios gerais de remuneração dos funcionários da instituição, contratações e despesas com serviços de técnicos e especialistas eventuais; aprovar contratos e convênios de valor superior a cem vezes o salário mínimo mensal da região; se manifestar a respeito de propostas de desapropriação que seriam remetidas ao governador; decidir em relação a alienação, cessão, arrendamento ou constituição de encargos sobre bens patrimoniais da instituição; opinar a respeito de anteprojeto de lei pertinentes ao Idesp ou com matéria de sua alçada; responder a solicitações de opinião feitas ao órgão (ESTADO DO PARÁ, 1966).

A Secretaria Geral era formada pelo Gabinete do Secretário Geral, por setores técnicos definidos por ato regulamentar e pelo setor de serviços administrativos, e também possuía diversas atribuições, como realizar análises setoriais, regionais e globais da economia paraense; estudos e documentos; planos e programas de Governo a partir de convênios ou contratos, além de emitir pareceres a seu respeito, quando solicitados; estudos e projetos para o desenvolvimento, a serem executados pelo setor público e privado; aumento da produção e produtividade especialmente de pequenas e médias empresas, dentre outras, todas relacionadas, de forma geral à *assistência técnica* dos diferentes setores considerados responsáveis pela execução da política de desenvolvimento, a saber, o Estado e as empresas públicas e privadas (ESTADO DO PARÁ, 1966).

A Comissão de Controle, por sua vez, tinha a atribuição de “exercer completa fiscalização sobre a administração financeira e contábil da Autarquia, examinando com liberdade a escrituração e documentação” (ESTADO DO PARÁ, 1966, p. 89), e o orçamento do órgão advinha do Fundo do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Fidesp), estabelecido pelos artigos 71 a 74 da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de março de 1964, centralizado em conta no Banco do Estado do Pará S.A. Portanto, as atividades do Idesp concentravam-se na execução de estudos, pesquisas, criação de planos e projetos, orçamento e pareceres.

Nos anos 1970, começaram a diminuir os recursos para a instituição. Em 1979, “cerca de 50% dos recursos do Idesp vinham de convênios firmados com órgãos federais”, o que foi modificado para um percentual de 12%, em 1982. Em 1984, “o Estado já era responsável por quase todo o montante, em torno de 91%, da receita para manter o órgão em funcionamento” (Idesp, 2008). Nos anos 1990, os cortes foram maiores e comprometeram a atuação do Idesp, levando à sua extinção em 1999, pela Lei Nº 6.211, de 28 de abril, pelo então governador Almir Gabriel, sob a alegação de que o processo se dava mediante reforma administrativa com fins de enquadrar o Estado em uma nova gestão, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal e diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Após 33 anos de funcionamento, seus funcionários foram realocados em outros órgãos.

Também surgiram alegações como a da Instituição não estar mais cumprindo com suas funções de “produzir estudos com a qualidade necessária à orientação estratégica, que culminaram com a divulgação de dados ‘falsificados’ (ou em desacordo com os interesses do governante de plantão)” (PUTY, 2008, p. 6).

Para Puty, numa defesa da instituição, “[o] fim do Idesp revela as complexidades de manter uma instituição vibrante, flexível, atualizada e consequentemente legitimada pela sociedade. É sempre mais fácil destruir instituições do que construí-las” (PUTY, 2008, p. 7). Para alguns antigos servidores, como Natanael Araújo da Rocha, lotado na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (Seporf), houve uma mobilização intensa

visando manter o Idesp funcionando: “Tentamos argumentar, fizemos abaixo assinado, mas acabou sendo extinto” (IDESP, 2008).

Ressaltamos que o Idesp foi restabelecido, como nova instituição, em 2008, com foco na produção de indicadores e estudos estratégicos, atração e formação de “pessoal qualificado” e participação no Sistema Regional de Inovação. A busca por repetir os êxitos do Idesp com a criação de um “novo Idesp” revela, para nós, a busca por retomar experiências de planejamento do desenvolvimento que, de alguma forma, poderiam ser aproveitadas na democracia recente. Em nosso trabalho, entretanto, iremos considerar apenas a primeira configuração do Idesp, vigente entre 1966 e 1999.

O Instituto possuiu uma produção ampla, cujas fontes foram dispersas e destinadas a diferentes acervos, desde os particulares², como também os públicos. Encontramos publicações na Biblioteca Arthur Viana – Fundação Cultural do Estado do Pará, na Biblioteca Central Prof. Clodoaldo Beckmann, na UFPA, e na Biblioteca Prof. Inocêncio Machado Coelho, na Sudam, as três situadas em Belém-PA – nesta última estando os únicos exemplares que tivemos acesso da revista *Pará Desenvolvimento*. As outras publicações do Idesp, ao serem destinadas aos acervos públicos referidos, muitas vezes foram catalogadas sob uma nova forma, o que dificultou sua localização. Dessa maneira, aqui abordaremos artigos encontrados em quatro exemplares da revista, dos anos 1968 a 1971.

3. OS ESCRITOS: INTERPRETAÇÕES AMAZÔNIDAS DO DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos 33 anos de existência do Idesp, a instituição contou com a presença de diferentes agentes científicos e técnicos implicados em construir propostas e/ou criticar ações de desenvolvimento na Amazônia. O órgão funcionava como uma espécie de assessoria para a classe política

² Conforme disponibilizado em sítio eletrônico, alguns servidores do antigo Idesp guardaram parte do material com a extinção do órgão, como Natanael Araújo da Rocha, Nazaré Mendonça e Ruth Gibson (Idesp, 2008). Entramos em contato com uma servidora, não identificada, hoje lotada na Biblioteca Pública Arthur Vianna, que nos explicou a dificuldade de localização desses documentos por conta da nova catalogação. Em 2019 ainda encontramos cinco exemplares de publicações a respeito de orçamento naquele acervo, que não digitalizamos.

governamental do período, apresentando dados referentes aos diversos âmbitos da realidade amazônica, tendo como foco o Pará.

A respeito da Revista *Pará Desenvolvimento*, tivemos contato com os volumes 3 (1968), 4 e 5 (1968), 6 e 7 (1969), 10 e 11 (1971) e 26 (1990), este último não estando abarcado pelo recorte de nossa pesquisa. Os exemplares estão divididos em seções como *Artigos*, *Noticiário* e *Legislação*, também contando com outras como *Reportagem*, *Reminiscências* – estas apenas no volume 3 –, *Palestras*, *Estudos* e *Entrevistas* – no volume 26.

No Volume 3, de 1968, os quatro artigos publicados versam a respeito de temas como desenvolvimento econômico, educação e C&T. Contudo, abordaremos apenas o artigo escrito pelo Cônego Ápio Campos (1968a), intitulado *Educação para o desenvolvimento da Amazônia*. Nele, Campos fala do conceito de “educação para o desenvolvimento”, investimentos educacionais, sua aplicação no planejamento socioeconômico global e bolsas de estudos concedidas por instituições de promoção do desenvolvimento. Sua abordagem é crítica, apresentando argumentos embasados no debate filosófico e educacional do período, num teor acurado que não encontramos em muitos artigos dentre os analisados, haja vista os objetivos dos autores em cada um deles.

De início, no artigo, Campos apresenta uma das compreensões abarcadas pelo conceito de desenvolvimento que ainda hoje encontra eco em nossas sociedades:

Depois que a humanidade tomou angustiadamente consciência das profundas, amargas e intoleráveis diferenças que separam povos ricos e povos pobres, nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, acendeu-se, na alma de todos os homens honestos e responsáveis, o anseio por um *esforço conjugado e universal para que tôdas as regiões da terra* pudessem expandir-se socialmente, desenvolver suas riquezas, entrar em etapa de acelerada industrialização, aumentar seus índices de renda por pessoa, em suma, para que todos os homens, sem exceção, tivessem iguais oportunidades contra a fome, a miséria, a doença, a ignorância, o desemprego, a injustiça e a exploração [sic] (CAMPOS, 1968a, p. 53 – grifos nossos).

A educação para o desenvolvimento seria um desses mecanismos de transformação da realidade social, que faz parte de uma crença do período,

segundo a qual a transformação social advinda dos setores ligados à ciência e à tecnologia, dentre eles, o setor educacional, conjugava os esforços intelectivos de diferentes agentes, situados no campo progressista ou conservador, já que o desenvolvimento, como um objetivo a ser alcançado, fazia parte das condicionantes imaginárias do período, orientando a ação das pessoas e englobando-as numa mesma *busca*.

Embora o autor apresente críticas contundentes à pobreza, à divisão desigual de riquezas, à miséria, também apontava para a importância de um governo “forte” implicado em realizar as mudanças necessárias nas estruturas consideradas ultrapassadas, os entraves ao desenvolvimento. Nesse sentido, a educação seria “um dos mais válidos instrumentos conducentes à mudança social provocada em termos de progresso técnico, econômico e social”, participando do “impulso coletivo do desenvolvimento” (CAMPOS, 1968a, p. 53).

O autor constrói uma distinção entre a educação efetuada até o momento, considerada “mero adorno mental das elites”, sem engajamento nas “verdadeiras aspirações societárias” (CAMPOS, 1968a, p. 53), não pragmática e mero bem de consumo, sendo as universidades “guetos culturais sem raízes, muito pouco sensíveis às necessidades e aspirações da Nação” (CAMPOS, 1968a, p. 54), e a educação para o desenvolvimento, voltada para a transformação dessas estruturas de *atraso*.

O desenvolvimento seria um meio de adquirir melhor convivência entre os seres humanos e bem-estar, precisando ser observado pelos seus resultados sociais, a saber, a educação, como uma “inversão que eleva a capacidade de desenvolvimento de um país e acelera a realização das metas sociais” (CAMPOS, 1968a, p. 54). Dessa forma, o desafio lançado por Campos era o de induzir os educadores de seu tempo a “encontrar a verdadeira sistemática de uma educação voltada para os anseios universais de progresso, a elaborar, de modo a torná-la atuante, uma autêntica *educação para o desenvolvimento*” (CAMPOS, 1968a, p. 54).

As chamadas “metas sociais” deveriam ser fixadas em relação aos objetivos do desenvolvimento, na visão do autor. Se o mundo estava deixando para o passado suas velhas estruturas, era inconcebível que a educação tradicional se perpetuasse, se mostrando necessária uma renovação ampla de

suas características, para que pudesse estar adequada ao novo mundo. Nisso entrariam os investimentos públicos em educação, apontados como a ação de governantes preocupados com esses processos que apenas trariam benefícios para o povo, conforme o artigo.

Dentro do planejamento global do desenvolvimento deveria estar inserido o planejamento educacional. Para tanto, os governantes e responsáveis pelo desenvolvimento deveriam ser convencidos de que os investimentos educacionais eram tão ou mais importantes do que os investimentos de ordem econômica, enfatizando que a riqueza nacional dependia da capacidade produtiva e dos níveis educacionais de seu povo, já que “[a] velocidade da expansão social e econômica fica, em grande parte, subordinada à taxa de formação de capital humano” (CAMPOS, 1968a, p. 56).

Como medida inicial, o Estado deveria implementar uma educação de base visando “aparelhar mentalmente as populações para um processo de conscientização coletiva de seus problemas e como condicionamento de formulação de metas concretas de desenvolvimento”, enfatizando que “nenhum povo pode desenvolver-se, se não começar por *querer* desenvolver-se” (CAMPOS, 1968a, p. 57), chegando, nesse ponto, ao aspecto do convencimento e da formação de consenso.

Como realizar as grandes transformações nas estruturas físicas da sociedade, implantando projetos de envergadura gigantesca, se o povo que expectava sua chegada nos territórios não se identificava com aquilo? O convencimento era, portanto, necessário para a consolidação das transformações esperadas, mas necessitava de transformações anteriores, especialmente nas mentes dos amazônidas. Por isso, o texto remete aos anseios de uma coletividade, à Nação e suas vontades, já que a construção do consenso em torno do desenvolvimento precisava, a partir de seus agentes, ser efetuada sem ranhuras na narrativa.

O desenvolvimento, nas palavras de Campos, seria um “esforço conjunto, caminhada solitária, arrancada simultânea e contagiante de todo um povo [e de] tôda uma nação” (CAMPOS, 1968a, p. 57) e, para essa empreitada, deveria ocorrer uma “disseminação de cultura” através da alfabetização, do crescimento rápido do sistema educacional básico, da escolarização secundária pré ou

semiprofissional, capaz de prover a industrialização de trabalhadores aptos e versados na utilização dos novos equipamentos.

A “educação participante” deveria estar alicerçada num “dirigismo prático”, o avesso da “educação acadêmica e ornamental, saturadora pleonástica dos mercados de trabalho e que, via de regra, é apanágio dos países subdesenvolvidos” (CAMPOS, 1968a, p. 58). Afirmava, nessa direção, que “[o] que se pede, num país em vias de desenvolvimento, é que toda essa rede escolar ou escolarizante, de natureza pública ou privada se integre nas metas do desenvolvimento e execute atividade paralela e harmoniosa com o planejamento total” (CAMPOS, 1968a, p. 61).

Dessa forma, indicava o autor três objetivos derivados de propósitos dos governos latino-americanos de então:

- a) o sistema educacional deve ser, em cada país, urgentemente norteado para as metas do desenvolvimento;
- b) a educação assim retificada deve constar de um planejamento educacional que preveja as reais necessidades de trabalho e o tipo de pessoal técnico exigido pelo desenvolvimento;
- c) tal sistemática educativa, dirigida e planificada, constará do planejamento global de desenvolvimento e só assim merecerá investimentos governamentais decisivos para sua incrementação (CAMPOS, 1968a, p. 60).

E, ao final do texto, apontava de que maneira uma instituição como a Sudam poderia contribuir com esse processo, notadamente, fornecendo recursos para o sistema educacional, resguardando sua atuação, além de exigir que os objetivos educacionais se enquadrassem ao plano de desenvolvimento vigente, observando que sua função enquanto agência de desenvolvimento era formar pessoal técnico exigido para a implementação dos planos de desenvolvimento e “estimular, através do sistema implantado, uma educação de base necessária para criar, na população, uma mentalidade desenvolvimentista” (CAMPOS, 1968a, p. 64).

No Volume 4/5 da *Pará Desenvolvimento* encontramos mais um artigo do Cônego Ápio Campos: *O aspecto sócio-cultural do desenvolvimento* (1968b). Nele, como pontuado em seu título, há uma ênfase nos elementos socioculturais dos processos de desenvolvimento, ultrapassando “o âmbito meramente

econômico para situar-se num plano de elevação social, em termos de bem-estar coletivo, e de aquisição de padrões mais altos de cultura” (CAMPOS, 1968b, p. 43), considerando que “as atividades econômicas são, no desenvolvimento, meros fatôres instrumentais para que o homem atinja sua plenitude histórica” (CAMPOS, 1968b, p. 43). Assim, sua ênfase recaía na “plenitude” de todos os campos da vida humana a ser alcançada *no* desenvolvimento.

O autor empreende uma crítica ao que seria uma fixação exagerada nos aspectos econômicos do desenvolvimento, considerada um “hipertrofismo econômico”. Nisso consistiria uma sub valorização do ser humano, acarretando numa “condenável dilação no equacionamento de problemas coletivos e comunitários, qualificando prioritariamente outros, de interesse de grupos ou de classes, nem sempre decisivas [...] na aceleração do processo” (CAMPOS, 1968b, p. 44). Para embasar sua argumentação, aponta a encíclica do papa Paulo VI *Populorum Progressio*, na qual dispunha:

É preciso advertir aos que estão em vias de desenvolvimento sobre quais são os perigos que é preciso evitar neste terreno. A tecnocracia de amanhã pode engendrar males tão ou mais terríveis que o liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido a não ser pelo homem, a quem devem servir (CAMPOS, 1968b, p. 44).

A esse documento, adicionava o disposto como objetivo no Artigo 3º do Plano de Valorização da Amazônia, a saber, “promover tanto o desenvolvimento auto-sustentado da economia como o bem-estar social da região amazônica” (CAMPOS, 1968b, p. 46). A partir de seus referenciais, Campos apontava que a atividade de planejamento, longe de ser apenas atividade técnica ligada ao campo econômico, também necessitaria de considerações no campo da Filosofia, da Política, da Antropologia, da Sociologia, da ciência como um todo. Dessa forma, os objetivos sociais e culturais dentro da política de desenvolvimento precisavam urgentemente ser enfatizados, sob o risco de incompletude na tarefa de implementação do desenvolvimento, pois

[...] o processo de desenvolvimento, dando ênfase à industrialização, se restringe a proporcionar maiores lucros e ascensão financeira aos grupos empresariais, cujo enriquecimento altera a taxa de renda **per capita** do homem regional, sem significar distribuição equitativa das riquezas pela comunidade humana e sem preocupar-se com a promoção

sócio-cultural de seus membros (CAMPOS, 1968b, p. 49).

Para evitar erros, a educação precisava ser incorporada ao planejamento do desenvolvimento, novamente argumentando nesse sentido. E percebia, com muita crítica, a ausência de investimentos suficientes nesse campo, pois o percentual orçamentário do Brasil destinado à educação era, em suas palavras, insignificante, submetido constantemente a cortes e redução de gastos, além da persistência de um “alheamento” das universidades amazônicas à construção do planejamento desenvolvimentista, sem serem convocadas a participarem da ação coordenada com as agências de desenvolvimento. O que se operava, nesse campo, era um “desenvolvimento importado”, a saber, “crescimento educacional realizado dentro dos padrões clássicos das Universidades estrangeiras, mas sem um profundo conhecimento das necessidades locais” (CAMPOS, 1968b, p. 51).

A partir dessa análise, o autor defendia uma reforma universitária “autêntica”, com uma integração *corajosa* no processo de *promoção do homem amazônico*, “deixando de ser uma Universidade do asfalto para ser uma Universidade de toda a região” (CAMPOS, 1968b, p. 51). Os modelos alienígenas, “pré-fabricados” de universidade deveriam ser abandonados, devendo ser direcionados para uma “consulta séria às necessidades de qualificação profissional indicadas pelo tipo de processo industrializante que está sendo implantado” (CAMPOS, 1968b, p. 51), contentando-se essas instituições com o papel de *subsidiárias do desenvolvimento*, fornecendo o elemento técnico.

Também apontava a necessidade de democratização da universidade, a fim de que os sujeitos menos privilegiados pudessem acessar seu espaço a partir das demandas do processo de desenvolvimento, o que ainda levaria a instituição a “entregar a elementos regionais qualificados o controle e a direção da investigação e da invenção, dentro da comunidade subdesenvolvida” (CAMPOS, 1968b, p. 52). Por fim, as universidades deveriam contribuir na formulação de uma conceituação do desenvolvimento, “escoimando o processo de suas distorções de hipertrofismo econômico e tecnológico, para humanizá-lo dentro de uma dimensão sócio-cultural” (CAMPOS, 1968b, p. 52).

“Seria desenvolvida uma comunidade na qual uma minoria desfruta de largas fatias do bolo, deixando migalhas à minoria desafortunada?”, questionava

Adriano Menezes no artigo *Recursos humanos e desenvolvimento econômico*, publicado no Volume 6/7 da *Pará desenvolvimento* (1969, p. 26). Resultante de contribuição do autor para o II Encontro de Secretários do Trabalho dos Estados Brasileiros, o artigo apresenta reflexões a respeito do desenvolvimento e suas implicações na formação dos chamados recursos humanos. É dividido em seis partes: *Introdução*, *A conscientização do problema*, *Modêlos de crescimento*, *Os fatores de produção*, *A política educacional* e *Uma experiência em marcha*, ao longo de treze páginas.

Inicialmente, o autor elenca a referência à renda no cálculo dos estágios e na concepção do desenvolvimento econômico, sendo definida uma comunidade como subdesenvolvida em relação a outras, a partir da renda *per capita*. Porém, constrói uma argumentação segundo a qual esse cálculo por vezes pode ser incorreto, já que nem sempre um povo deixa de ser subdesenvolvido por ter alcançado determinado nível de renda:

Um povo faminto, sujeito a endemias, incapaz de vencer as dificuldades naturais do meio ambiente, é subdesenvolvido independente de quaisquer indagações sobre o que se passa com os demais povos. Neste sentido, talvez fôsse mais correto situar o problema em termos de “adaptação” e não de “desenvolvimento”. “Adaptada” seria a comunidade que encontrou o caminho para dominar o meio em que vive e do qual vive (MENEZES, 1969, p. 25).

Para Menezes, portanto, a *questão social*, entendida como um problema, já não era observada somente por representantes políticos, mas por todos aqueles que buscavam o bem-estar. Tal questão poderia ser resolvida a partir de duas escolhas: a solução emocional e a solução tecnológica. Na primeira estariam as reivindicações de distribuição igual da riqueza auferida pelas nações, associada ao alcance do bem-estar, considerada pelo autor como utópica e inalcançável, pois perseguiria os efeitos e não as causas do problema.

A segunda solução, em contrapartida, seria obtida por uma “investigação fria das suas origens, imune a perturbações de ordem emocional” (MENEZES, 1969, p. 27), perquirindo as causas, por exemplo, analisando “o processo produtivo responsável pela formação da renda global, investigando-se as variáveis que o condicionam e as distorções que o perturbam, e não,

simplesmente dimensionar a parcela que poderá, ou deverá, tocar a cada agente produtor” (MENEZES, 1969, p. 28), transcendendo, assim, os aspectos puramente econômicos.

Os fatores produtivos do desenvolvimento seriam, para o autor, os recursos naturais, os recursos humanos e os recursos “para investir”. Os recursos naturais são compreendidos como estando à serviço do ser humano em sua busca por sobrevivência e, acima disso, por desenvolvimento, como “bens susceptíveis de atender às exigências da espécie humana”, sendo o meio físico o que sempre forneceria “ao homem as condições materiais para atendê-las” (MENEZES, 1969, p. 29). Nesse processo, a contrapartida seria a necessidade de se executarem complexas atividades de conversão do meio ambiente em recursos, portanto, a criação de tecnologias, entendidas como um conjunto de procedimentos. Nisso estaria a importância da pesquisa em recursos naturais, como o descortinar de possibilidades:

No caso particular do Brasil, as pesquisas de recursos naturais já iniciadas, embora incipientes, permitem-nos acreditar que riquezas incalculáveis estão prestes a emergir da penumbra das hipóteses para se converterem em fatores decisivos do desenvolvimento nacional. Para tanto, indispensável se torna – e urgente – dotar a nação da *tecnologia adequada* (MENEZES, 1969, p. 30 – grifos nossos).

Nesse *desbravamento* estaria a importância dos recursos humanos, como “indivíduos aptos para o trabalho” (MENEZES, 1969, p. 30), entendidos como algo mais além do que a soma de pessoas ou a população ativa. A defesa do autor, no bojo de uma representação outras vezes verificada nas fontes, é pela qualificação profissional, que passa pela qualificação educacional dentro de um sistema educativo voltado para o desenvolvimento, em contraposição à vigente situação de atraso, na qual se continuava a “padecer de mão-de-obra qualificada” (MENEZES, 1969, p. 31). Segundo o autor, “uma reformulação na política educacional será suficiente para atender às necessidades do processo de desenvolvimento econômico-social brasileiro e, para isso, acreditamos ser bastante a adequação dos orçamentos vigentes” (MENEZES, 1969, p. 33).

Os recursos para investir seriam, por sua vez, a capacidade de poupança da população, observada como residual e insuficiente para os propósitos do desenvolvimento, haja vista o baixo nível de renda e as dificuldades do consumo.

A solução para esse problema estaria, na visão do autor, na melhoria tecnológica, o que garantiria uma diminuição nos custos da produção e um direcionamento de recursos para outros setores, como os próprios recursos humanos, já que “[c]omo o elemento dinâmico do complexo produtivo é a mão-de-obra, sôbre esta deverão recair as providências iniciais destinadas a corrigir as falhas que obstam o seu desempenho satisfatório” (MENEZES, 1969, p. 33).

A política educacional vigente era vista com maus olhos pelo autor, pois seu caráter unitário levava a expressões como “alguém interrompeu seus estudos” quando não ultrapassava o nível básico. Para ele, era necessário que os diversos estágios de aprendizagem fossem autonomizados, “[a]final, nem só de doutores vive a economia...” (MENEZES, 1969, p. 34), devendo ser uma autonomia concedida a partir do conteúdo didático de cada ciclo. Dessa forma,

Ao concluí-lo, o estudante deverá ter recebido um acêrvo de conhecimentos sistematizados, devidamente orientados para um determinado campo de atividades, compatíveis como o nível de responsabilidades que êle deverá assumir no exercício de sua profissão. Se desejar, poderá ingressar no ciclo imediato, onde os seus conhecimentos serão ampliados e a sua especialização aprofundada. Dessa forma, não haverá “interrupção dos estudos” mas “complementação profissional” (MENEZES, 1969, p. 34).

A educação, assim, era vista como *instrumento do desenvolvimento*, e já havia uma experiência em curso para embasar essa proposta de Menezes. No Pará, a partir do governo estadual, estava ocorrendo um diagnóstico com vias a dotar a educação de um caráter “funcional”, observando questões como a carência de mão-de-obra local relacionada às características fisiográficas do Estado a partir dos diagnósticos socioeconômicos executados pelo Idesp.

O que se desenhava era uma percepção de *vocações econômicas* para as diferentes áreas, tornadas *zonas*, do Estado, o que orientaria futuramente a política educacional com vistas a formular currículos, formar e treinar instrutores para conduzir o ensino visando a satisfação dessas necessidades específicas de cada zona. O corpo docente, por sua vez, precisaria também passar por adequações, com treinamento específico, assim como deveria ser realizada uma formação extracurricular para os profissionais já em exercício, mas inadequados à política de desenvolvimento perseguida.

Com todas essas observações, encerrava o autor afirmando que os recursos humanos “deverão conduzir o processo de integração do Pará ao contexto econômico-social brasileiro” (MENEZES, 1969, p. 34), em consonância com outros autores, já enfatizados anteriormente, que observavam o problema do desenvolvimento amazônico como um capítulo do desenvolvimento brasileiro.

A educação, a partir dos textos analisados, surgia como um meio de transformação das pessoas, de criação dos *homens novos*, em sua definição enquanto *recursos humanos*. Isso nos leva a entender como a complexidade amazônica, observada com o intuito de desenvolvimento, tornava todos os seus componentes em possíveis recursos. Retirando as especificidades, transformava múltiplas existências em um todo uniforme, fossem elas solos, águas, ar, floresta ou humanos e não-humanos. Encontramos iniciativas de viés crítico, que buscavam entender o novo processo de desenvolvimento como algo mais amplo do que sua conotação econômica, encontrada na definição *desenvolvimento econômico*, contudo, não partiam de outras formas, para suplantarem o desenvolvimento enquanto fenômeno que não contemplava pelo menos a maioria dos amazônidas.

O período era de aceitação e aposta no desenvolvimento, portanto, a crítica estava inserida em seus termos. A realidade, ao longo dos anos, foi se apresentando em seus complexos resultados e a catástrofe foi chegando mais perto das instituições, o que permitiu aos seus agentes, se não todos, mas alguns com significativa relevância, a elaborar análises englobando esses processos de devastação da floresta, desmatamento, desarticulação de comunidades e tantas outras ações que ampliaram a Amazônia como *território de conflitos*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre agentes e instituições e a conquista do Estado durante a Ditadura Militar são complexas e perpassadas por variados níveis interpretativos e de acionamento de discursos. A compreensão da Amazônia como uma região-problema e, conseqüentemente, um espaço apto para servir ao Brasil em sua construção do desenvolvimento é atravessada por

representações duradouras, como a da floresta enquanto um Inferno Verde, a da população amazônica como inculta e em vias de se tornar útil nos termos desenvolvimentistas, e a da Amazônia como um protetorado brasileiro, disponível para os interesses da Nação, aquém dos interesses locais.

Os agentes ligados ao Idesp, em suas variadas trajetórias, construíram interpretações que acompanhavam as discussões acerca do desenvolvimento no período, elaborando suas propostas próprias de como a Amazônia poderia se inserir e aliar-se a esta caminhada rumo a um *novo Brasil*. É assim que a educação em prol do desenvolvimento, aliada à construção de trabalhadores com a consciência do desenvolvimento, se tornam uma forma de ingresso desses agentes nas discussões a respeito do desenvolvimento no período. Como uma instituição que tinha por objetivo embasar ações políticas no Pará, o Idesp, por meio de seus técnicos, gerava dados e proposições que se alinhavam aos objetivos do desenvolvimento.

Contudo, esse desenvolvimento, em grande medida, brasileiro, era nuançado pelas expectativas locais de desenvolvimento. Seria necessário compreender a realidade local paraense e amazônica e, a partir dela, elaborar sentidos transformadores, incorporando a Amazônia e sua população na seara desenvolvimentista brasileira. As críticas, por sua vez, se direcionam para o alijamento dos objetivos brasileiros de desenvolvimento em relação às necessidades amazônicas de desenvolvimento, o que constantemente se apresenta nos documentos analisados.

Ciência, tecnologia, educação e trabalho são campos propícios para uma inserção exitosa da Amazônia nos objetivos nacionais de desenvolvimento e, de maneira geral, os escritos analisados apresentam queixas e sugestões referentes às maneiras a partir das quais o Estado brasileiro precisaria intervir na região com fins de desenvolvê-la. Observamos também uma distinção, ou dissociação, ainda que implícita em alguns casos, entre a Amazônia e o Brasil, aparecendo a região como uma fronteira a ser desbravada, ocupada e incorporada ao país. Tais aspectos geram um problema de análise que perpassa nossa pesquisa: como entender a criação de uma comunidade ilusória de pertencimento a uma nação ou Estado na Amazônia no período, se o Estado que buscava implementar o desenvolvimento por meio dos grandes projetos era

brasileiro e, em seus discursos, apresentava a Amazônia como uma região à parte, por se *colonizar*?

Lembremos do que Pierre Bourdieu (2014) define como atos de Estado, ou seja, os atos políticos com pretensão de criar um efeito no mundo social: no período analisado, tais atos possivelmente não estivessem enraizados numa comunidade ilusória que legitimava o Estado como fundamento do consenso, mas sim numa comunidade ilusória em torno de um sentido que acompanhava o Estado, no Brasil: o desenvolvimento.

Essa percepção nos auxilia a compreender as inúmeras disputas entre as elites regionais e as variadas propostas de emancipação de regiões amazônicas e os chamamentos dos representantes políticos brasileiros e amazônidas para um ingresso da população nos caminhos do desenvolvimento (PETIT, 2003). Podemos, então, pensar os atos de Estado na Amazônia nesse período como ações em prol do desenvolvimento, este sendo o fundamento básico da comunidade em torno do Estado. Essa comunidade, por sua vez, seria ilusória, necessitando de constante evocação e legitimação pelo ingresso de mais membros. Dessa maneira, defender o desenvolvimento, o Estado ditatorial e os grandes projetos faziam parte de um processo de construção de consenso, a partir do qual o povo amazônida – outro agrupamento generalizante – ingressaria na marcha em prol da transformação da Amazônia e do desenvolvimento do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Claude. Ciência. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad.: Vera Lúcia M. Josceline, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

ÁVILA, Gabriel da Costa. **Ciência, objeto da História**. São Paulo: Alameda, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad.: Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11ª ed. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. Trad.: Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BURAWOY, Michael. Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu. *In: O marxismo encontra Bourdieu*. Trad.: Fernando Rogério Jardim (Org.: Ruy Braga). Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipedia**. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMPOS, Ápio. Educação para o desenvolvimento da Amazônia. **Pará Desenvolvimento**. Belém, PA, v. 3, pp. 51-66, 1968a.

CAMPOS, Ápio. O aspecto sócio-cultural do desenvolvimento. **Pará Desenvolvimento**. Belém, PA, v. 4/5, pp. 41-53, set./dez., 1968b.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In: A escrita da história*. 3ª ed. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 3ª ed. pp. 45-111.

DREIFUSS, René Armand. **A internacional capitalista; estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ESTADO DO PARÁ. Lei Nº 3.649, de 27 de janeiro de 1966. Cria o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP). **Assembleia Legislativa do Estado do Pará**, Belém, PA, 13 abr. 1966

IDESP. O antigo IDESP. **Sítio eletrônico do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará**, 2008. Disponível em: <http://www.mentorbr.com/idesp/Antigo.asp>. Acesso em: 18 de mai. 2021.

MENEZES, Adriano Velloso de Castro. Recursos humanos e desenvolvimento econômico. **Pará Desenvolvimento**. Belém, PA, v. 6/7, pp. 19-37, mar./jun., 1969.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PUTY, Cláudio. O futuro do novo Idesp. **Revista de Estudos Paraenses**. Belém, PA, pp. 5-9, 2008.

Recebido em 19-09-2024

Aprovado para publicação em 07-06-2025

UMA PREVENÇÃO CONTRA SEDICIOSOS EM PORTUGAL

Felipe II, as cortes de Castela de 1583-1585 e a navegação do Tejo

A PREVENTION AGAINST REBELS IN PORTUGAL

Philip II, the Castilian cortes of 1583-1585, and the navigation of the Tagus river

LUCAS LIXA VICTOR NEVES¹

RESUMO

O artigo examina os ecos da ascensão de Felipe II de Castela ao trono de Portugal nas discussões ocorridas nas Cortes de Castela de 1583-1585. Considerando a crise sucessória portuguesa (1578-1580) e a rebelião do bastardo d. Antônio, discutiremos a proposta de fazer possível a navegação do rio Tejo para Lisboa a partir de Toledo, apresentada nas Cortes como uma forma de integrar comercialmente Portugal e Castela - mas que, na prática, também serviria para o envio rápido de tropas em caso de insurreição em Portugal. A análise aqui proposta discute como as Cortes de Castela serviram como uma caixa de ressonância das tensões políticas dos primeiros anos do Portugal Habsburgo, refletindo o temor de novas rebeliões lusas por parte de Felipe II e dos procuradores das Cortes.

Palavras-chave: Felipe II: Cortes de Castela: Crise sucessória portuguesa (1578-1580).

ABSTRACT

This work examines the echoes of Philip II of Castile's rise to the throne of Portugal in the discussions held at the Castilian Cortes of 1583-1585. Considering the Portuguese succession crisis (1578-1580) and the rebellion of the bastard d. Antônio, we will discuss the proposal to enable navigation on the Tagus River to Lisbon from Toledo, which was presented at the Cortes as a means to commercially integrating Portugal and Castile - but which, in practice, would also serve for the rapid deployment of troops in the event of an uprising in Portugal. The analysis proposed here discusses how the Castilian Cortes functioned as a sounding board for the political tensions of the early years of Habsburg Portugal, reflecting the fear of new Portuguese rebellions on the part of Philip II and the representatives of the Cortes.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e investigador visitante do CHAM-Centro de Humanidades. E-mail: lucasvitta96@gmail.com.

Keywords: Philip II: Castilian Cortes: Portuguese Succession Crisis (1578-1580).

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca examinar as repercussões da ascensão de Felipe II ao trono de Portugal tal como refletidas nas discussões ocorridas nas Cortes de Castela de 1583 e 1585. Após a união de Portugal com Castela, Felipe II se deparou com um novo desafio: estabilizar o reino luso e neutralizar a rebelião de d. Antônio. As Cortes de Castela, ocorridas entre 1583 e 1585, foram palco de discussões acerca de possibilidades de futuras revoltas no reino luso. Um dos pontos centrais dos referidos debates foi a proposta de tornar possível a navegação do rio Tejo para Lisboa a partir de Toledo, apresentada nas Cortes de Castela, em um primeiro momento, como um instrumento de integração comercial entre os reinos luso e castelhano mas que, na prática, também visava facilitar o deslocamento de tropas e suprimentos em caso de nova insurreição. Assim, cada seção do artigo visa abordar um aspecto desse processo dinástico e político. A primeira seção trata da crise sucessória portuguesa e seus principais atores. A segunda, por sua vez, apresenta um panorama histórico sobre as Cortes de Castela. A terceira seção, por fim, se concentra nas discussões ocorridas nas Cortes de Castela de 1583-1585 sobre a navegação do Tejo a partir de Toledo como uma estratégia castelhana de dois gumes para Portugal: integradora e controladora.

A metodologia empregada nesse texto é fundamentada na análise crítica de fontes primárias e secundárias relevantes ao período histórico em questão. A pesquisa concentra-se no exame de documentos históricos, como as atas das Cortes de Castela (1583-1585) e seu discurso de abertura, cartas e outros registros oficiais que refletem as preocupações políticas e dinâmicas sociais relativas à ascensão de Felipe II ao trono português. Para compreender as reverberações do triunfo dinástico de Felipe II em Portugal nas discussões das Cortes de Castela, o trabalho utiliza uma abrangente bibliografia, incluindo obras de historiadores contemporâneos e estudos especializados sobre a crise sucessória portuguesa (1578-1580), a rebelião do prior do Crato d. Antônio e a política ibérica do século XVI.

1. A crise sucessória portuguesa (1578-1580) e seus principais atores

A crise sucessória que ocorreu em Portugal entre 1578 e 1580 foi provocada pelo desaparecimento de d. Sebastião I na batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, em 4 de agosto de 1578. Nascido em 1554, d. Sebastião herdou o trono português de seu avô, d. João III (r. 1521-1557). O pai de d. Sebastião, o príncipe d. João Manuel (1539-1554) – filho e herdeiro de d. João III – morreu aos 17 anos. Como único descendente de seu pai, d. Sebastião tornou-se o sucessor de seu avô, d. João III, e desempenhou um papel crucial na prevenção de uma união de Portugal com Castela. Esse fato se justifica pelo sucesso reprodutivo de d. Maria Manuela, tia de d. Sebastião e filha de d. João III, que deu à luz um filho varão com seu esposo, Felipe, príncipe das Astúrias – futuro Felipe II. Após a morte de d. João III, em 1557, d. Sebastião assumiu o trono aos 3 anos, e sua avó, a rainha viúva d. Catarina da Áustria, ocupou a regência de 1557 a 1562. Durante esse período, ocorreram importantes atritos entre a regente e seu cunhado, o cardeal d. Henrique (1512-1580), irmão de d. João III. A nobreza dividiu-se em facções, que apoiavam a rainha regente e o cardeal. A regência de d. Catarina enfrentou oposição de quem a via como defensora dos interesses castelhanos em Portugal (HERMANN, 1998, p. 78).

Durante a menoridade de d. Sebastião, caracterizada por diversas tensões, d. Catarina conseguiu negociar de maneira vantajosa com d. Henrique, garantindo para si a regência, tutoria e curadoria do rei infante (POLÓNIA, 2005, pp. 140-142). Entretanto, ao longo dos anos, surgiram divergências, especialmente sobre a escolha dos tutores para o jovem rei. Enquanto a rainha viúva mostrava preferência por um dominicano ou agostiniano, d. Henrique defendia a nomeação de um jesuíta português. No fim, o tutor escolhido para d. Sebastião foi o dominicano Luís de Montoya. Em 1560, após animosidades entre as Casas de Bragança e Aveiro, a rainha regente, de modo inesperado, renunciou à regência a favor de d. Henrique, justificando estar exausta e desejosa de se recolher em um convento. Tal decisão, contudo, gerou forte oposição na corte contra d. Henrique e acabou fortalecendo a posição de d. Catarina, que retornou ao poder em 1562 (HERMANN, 1998, p. 81). Uma nova reviravolta, entretanto, ocorreu quando d. Catarina abdicou inesperadamente no

mesmo ano em que reassumiu o governo, coincidindo com um momento de sucesso militar português no cerco de Mazagão, o que resultou na formalização de d. Henrique como regente nas Cortes de Lisboa em 23 de dezembro de 1562. O cenário político desse período impactou intensamente a formação de d. Sebastião, influenciada por aqueles que promoviam as ambições imperiais portuguesas no Marrocos e exaltavam o reinado de d. Afonso V (r. 1438-1477) (HERMANN, 1998, p. 85), conhecido por suas campanhas militares na região. D. Sebastião assumiu de fato o governo de Portugal em 1568, ainda sem um compromisso matrimonial, apesar das Cortes de Lisboa, de 1562, terem solicitado que se providenciasse o casamento do monarca com uma nobre francesa.

A indefinição quanto à sucessão de d. Henrique provocou uma disputa jurídica entre diversos pretendentes ao trono português, que expuseram suas justificativas para herdar a Coroa assim que o idoso cardeal viesse a falecer. Entre esses pretendentes estavam Felipe II de Castela, d. Catarina, duquesa de Bragança, e d. Antônio, prior do Crato. Os três principais candidatos ao trono português durante essa crise sucessória eram netos de d. Manuel I de Portugal. Felipe II era filho de Carlos V do Sacro-Império e de d. Isabel de Portugal, filha de d. Manuel I; d. Catarina, duquesa de Bragança, era filha de d. Duarte, que por sua vez era filho de d. Manuel I, e de d. Isabel de Bragança; e o prior do Crato era filho de d. Luís, duque de Beja, e Violante Gomes. Entre os três, a posição do prior do Crato era a mais frágil, pois ele nunca conseguiu comprovar o casamento de seus pais e ainda tinha uma relação conflituosa com o cardeal-rei d. Henrique (HERMANN, 2010). No final, apenas Felipe II e d. Catarina de Bragança conseguiram defender seus direitos de maneira convincente, apresentando "provas e argumentos que evidenciaram a superioridade dos seus direitos em face aos restantes" (CUNHA, 2014, p. 337).

Após o desastre de Alcácer-Quibir, os representantes de Felipe II em Portugal organizaram uma rede de apoiadores que gerou questionamentos quanto à imparcialidade na escolha do sucessor ao trono português com base exclusivamente nos argumentos jurídicos apresentados pelos candidatos mencionados no parágrafo anterior. Além disso, a força da legitimidade da reivindicação do rei castelhano, associada a uma ameaça militar constante dos

Habsburgos, tornou a questão jurídica da sucessão em Portugal uma "encenação necessária, mas desprovida de eficácia prática" (CUNHA, 2014, pp. 337-338). Nesse contexto, a literatura de apoio às candidaturas ao trono foi elaborada por conceituados juristas formados em universidades ibéricas e italianas. Felipe II e d. Catarina de Bragança buscaram explorar os princípios dos sistemas sucessórios estabelecidos e aceitos na Europa daquele período. As principais discordâncias entre as candidaturas mencionadas concentravam-se em dois aspectos: "a preferência atribuída à linha sucessória em detrimento do grau de parentesco, varonia e primogenitura por parte de d. Catarina e a forma como a Coroa se transmitia". Embora nenhuma das partes envolvidas admitisse, a discussão jurídica permaneceu inconclusiva e não contribuiu para que d. Henrique tomasse uma decisão definitiva sobre a sucessão ao trono português – apesar de ser sabido que o cardeal inclinava-se a favor de d. Catarina (CUNHA, 2014, pp. 337-338).

A primeira ocasião em que d. Henrique reuniu os pretendentes ao trono português para apresentar suas reivindicações ocorreu em 1579, durante as Cortes de Lisboa, que foram abertas em 1º de abril daquele ano. Essa sessão das Cortes tinha três objetivos principais: I- obter apoio para que a Coroa enviasse um embaixador a Roma com o intuito de solicitar permissão para o casamento de d. Henrique; II- criar um conselho de cinco governadores, a ser escolhido por d. Henrique dentre quinze nobres eleitos nas Cortes, que administraria o reino caso o cardeal falecesse antes de uma decisão sobre a sucessão; III- instituir um tribunal composto por onze juízes que, com base jurídica, determinaria qual candidato seria mais apto a assumir o trono após a morte do cardeal. Além disso, todos os presentes nas Cortes foram obrigados a jurar fidelidade às decisões dos governadores, caso d. Henrique morresse sem definir um sucessor. Em 1º de junho, os representantes dos três Estados prestaram juramento para respeitar as futuras deliberações dos governadores e juízes, bem como se opor a qualquer ação de candidatos que não aceitassem o novo monarca (PAIVA, 2006).

Em abril de 1579, d. Henrique tentou promover a candidatura de d. Catarina de Bragança, apesar da forte oposição à duquesa por parte de boa parte do terceiro Estado. O cardeal-rei planejou utilizar as Cortes para obter o apoio dos

três Estados em favor de d. Catarina. Conforme José Pedro Paiva, d. Henrique contava com o respaldo da maioria dos prelados portugueses, muitos dos quais deviam suas nomeações a ele. Esse suporte esperado pelo cardeal se concretizou, como comprovado por uma carta de 19 de maio de 1579, enviada pelo legado papal em Portugal, Alessandro Frumentti, ao cardeal de Como. As Cortes de Lisboa se encerraram em junho de 1579, com os apoios divididos entre as candidaturas de Felipe II, d. Catarina de Bragança e do prior do Crato. Dois meses após o término das Cortes, o prior do Crato enviou uma carta ao Papa Gregório XII, pedindo que a decisão sobre a validação de sua legitimidade – isto é, o reconhecimento do suposto casamento de seus pais – fosse retirada das mãos de d. Henrique (PAIVA, 2006).

De acordo com Paiva, diversos indícios apontam para uma transformação no "processo político" português após as Cortes de 1579. No início de setembro daquele ano, d. Henrique começou a dar sinais de mudança em sua postura em relação à candidatura de d. Catarina. O cardeal percebeu que não tinha possibilidade de contrair matrimônio e reconheceu a rejeição de uma parte significativa do terceiro Estado em relação a d. Catarina de Bragança. A aceitação desses dois aspectos pelo monarca fez com que ele se inclinasse cada vez mais para as argumentações de Felipe II sobre a sucessão ao trono português. Ao mesmo tempo, d. Henrique queria evitar que o prior do Crato, que tinha um apoio considerável no terceiro Estado, assumisse o trono. Além disso, d. Henrique acreditava que a única forma de prevenir uma guerra civil destrutiva em Portugal seria aceitar a candidatura de Felipe II. Conforme Paiva, esses elementos se tornaram evidentes em correspondências escritas por Cristóvão de Moura, principal representante de Felipe II em Portugal. Em 18 de setembro de 1579, Moura relatou ter ouvido do cardeal, em uma reunião privada, que ele logo tomaria uma decisão favorável ao rei de Castela. Posteriormente, em 24 de setembro, Cristóvão de Moura enviou uma carta do cardeal para Madri, detalhando os termos para formalizar o acordo com Castela. No entanto, d. Henrique insistiu que a decisão precisava ser confirmada pelas Cortes. O monarca idoso também escreveu para d. Catarina de Bragança, informando-a de que estava em negociações com Felipe II. A reunião entre d. Henrique e Cristóvão de Moura, ocorrida em 10 de novembro de 1579, foi o momento final

para acertar os detalhes do acordo entre o cardeal e o rei de Castela sobre a sucessão portuguesa (PAIVA, 2006).

Com sua estratégia estabelecida, o cardeal-rei, já avançado em idade e debilitado, convocou uma nova reunião das Cortes portuguesas, esperando que os representantes dos três Estados aceitassem a solução castelhana para a sucessão ao trono luso. Conforme Paiva, "confrontado com tantos interesses conflitantes, d. Henrique não queria tomar uma decisão oficial sozinho" (PAIVA, 2006). A nova reunião das Cortes foi marcada para Almeirim e começou em 11 de janeiro de 1580. No final de março, enquanto as Cortes de Almeirim estavam em andamento, o duque de Ossuna, Pedro Téllez-Girón, embaixador de Felipe II, apresentou aos três Estados, em nome do monarca castelhano, um conjunto de 25 capítulos que delineavam os privilégios de Portugal caso o reino se unisse à Castela (*Patente dos privilegios*, 1583). A análise desses 25 capítulos indica que Felipe II propôs um status condizente com a importância de Portugal, que, se governado por ele, provavelmente não teria um monarca residente. No último capítulo, o XXV, apresentado pelo duque de Ossuna em Almeirim, explicava-se que, embora Felipe II desejasse viver em Portugal, para "corresponder ao amor" que os súditos portugueses nutriam por ele, isso não seria possível devido aos deveres associados ao governo de seus diversos reinos e domínios. Como compensação, Felipe II prometeu passar o maior tempo possível no território português e até mesmo permitir que seu filho e herdeiro, o príncipe Diogo, fosse criado em Portugal. Entre os capítulos apresentados pelo duque de Ossuna em nome de Felipe II, dez – especialmente os capítulos II, III e XV – foram inspirados em um documento semelhante, porém redigido quase dois séculos antes. Trata-se das garantias que d. Manuel I ofereceu a Portugal em 1499, quando seu filho, d. Miguel da Paz, foi jurado herdeiro de Castela, Leão e Aragão. Isso ocorreu porque Isabela de Aragão, filha primogênita de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, morreu logo após dar à luz o príncipe d. Miguel da Paz, e o único filho homem dos reis católicos, o príncipe João, faleceu em 1497 (SILVA, 2005). A união dos reinos ibéricos sob um rei da dinastia Avis não se concretizou porque d. Miguel da Paz faleceu em 1500, antes de completar dois anos de idade. Felipe II, juntamente com seus conselheiros, considerou adequado basear a lista de garantias para os três Estados de Portugal – visando conquistar o apoio

daqueles que ainda não respaldavam o acordo com Castela – em um programa já conhecido e familiar, que buscava resolver o mesmo problema enfrentado em 1580, ou seja, a perspectiva de Portugal ser governado por um rei ausente.

Durante as Cortes de 1580, em Almeirim, o terceiro Estado reagiu negativamente à possibilidade de um rei que não fosse português. De acordo com Paiva, “o braço dos Povos decidiu que preferiria morrer a entregar a Coroa a um rei estrangeiro”. A reação do terceiro Estado, somada à falta de consenso do segundo Estado sobre o assunto, impediu que d. Henrique tomasse uma decisão sobre sua sucessão antes de falecer em 31 de janeiro de 1580 (PAIVA, 2006). O cardeal-rei morreu sem nomear um herdeiro, causando grande agitação no reino português, agora administrado por uma junta de governadores. O rei castelhano foi declarado monarca de Portugal por sentença, enquanto o prior do Crato se autoproclamou rei de Portugal em Santarém, no dia 19 de junho de 1580, e entrou em Lisboa quatro dias depois, sem enfrentar oposição (HERMANN, 1998, p. 176). As ações de d. Antônio levaram Felipe II a decidir invadir Portugal. Para tal, o rei castelhano enviou um exército comandado pelo duque de Alba, que ocupou cidades leais ao bastardo e derrotou d. Antônio na decisiva batalha de Alcântara em 25 de agosto de 1580 (VALLADARES, 2010, pp. 26, 89, 95). Após sua derrota, o prior do Crato foi forçado a abandonar o território continental de Portugal. Em seguida, Felipe II entrou em Portugal em dezembro de 1580 e chegou a Tomar, para onde convocou as Cortes.

Aos 16 de abril de 1581, no convento de Cristo em Tomar, com a presença dos representantes dos três Estados, ocorreu a cerimônia de juramento de Felipe II como rei de Portugal (*Auto do levantamento*, 1584, fols. 4-5). Felipe II teve uma cerimônia de levantamento muito bem povoada pelo cimeiro da sociedade portuguesa (*Auto do levantamento*, 1584, fols. 8-13), o que sinaliza grande apoio das elites ao novo rei ou, pelo menos, uma significativa conformação com o novo estado de coisas. Felipe II, por ocasião dos eventos relacionados com as Cortes de Tomar – como seu levantamento –, procurou manter uma forma cerimonial reconhecível aos seus novos súditos, praticada pelos reis de Portugal que o antecederam. A grande chave do levantamento de Felipe II e da abertura das Cortes de 1581 foi, certamente, a continuidade dinástica. Felipe II desejou passar a impressão de não ser um estrangeiro, mas sim um natural, desde quando a

disputa pelo trono português ainda ocorria – como atesta uma carta de 1579, de Felipe II, endereçada à câmara de Lisboa, ao longo da qual o monarca argumentou que sua candidatura ao trono não era a de um estrangeiro, mas sim de um “natural, pois sou neto e filho de seus príncipes naturais” (CUNHA, 2014, p. 338). A sessão de abertura das Cortes de Tomar teve lugar em 20 de abril de 1581, quinta-feira pela tarde, no convento da Ordem de Cristo. Enquanto as Cortes de Tomar estiveram reunidas, os três Estados peticionaram pela confirmação integral do conteúdo dos capítulos oferecidos pelo duque de Ossuna nas Cortes de Almeirim. Felipe II, na réplica da Coroa aos capítulos gerais dos três Estados relativos aos privilégios oferecidos por Ossuna, mandou responder de maneira a entender que a concessão desses privilégios – que seriam conhecidos, em conjunto, como Estatuto de Tomar – seria por graça régia e não por qualquer tipo de juramento régio (*Patente em que vão incorporados os capítulos*, 1583, fols. 1, 16, 23).

2. As Cortes de Castela

Antes de dar conta dos reflexos do triunfo de Felipe II em Portugal nos debates das Cortes de Castela, é mister discorrer brevemente sobre a referida assembleia representativa. As Cortes de Castela e Leão eram convocadas pelo rei, que determinava o local, a data e o principal assunto a ser tratado. O clero, a nobreza e o povo – através dos delegados das cidades – eram representados. Segundo Roger Merriman, a representação dos três Estados nas Cortes de Castela acontecia da seguinte forma: o clero era representado pelos prelados e pelos grão-mestres das ordens militares; a nobreza era representada pelos nobres titulados, fidalgos e pelos oficiais mais importantes da Coroa; por fim, o povo era representado pelos delegados das cidades – geralmente, dois por núcleo urbano. Entretanto, havia uma especificidade nas Cortes de Castela, pois os representantes de cada Estado eram apenas potenciais, ou seja, o rei tinha a prerrogativa de escolher quem convocar² – pelo menos até o final da Idade

² Por exemplo, o monarca poderia escolher chamar, em uma reunião das Cortes, delegados de uma dada cidade e, na próxima celebração de Cortes, não requerer que esta cidade hipotética enviasse representantes. A mesma coisa ocorria entre nobres titulados e fidalgos. MERRIMAN, Roger Bigelow. The Cortes of the Spanish Kingdoms in the later Middle Ages. *The American Historical Review*, v. 16, n. 3, 1911.

Média. Havia, no entanto, um costume de sempre convocar o arcebispo de Toledo e o alto clero. Durante a sessão de abertura, quando os representantes dos Estados se encontravam com o rei, a primeira questão tratada era a creditação dos procuradores das cidades, seguida por um discurso de proposição por parte da Coroa. Esse discurso tinha como principal objeto os motivos para a convocação da reunião das Cortes, e cada Estado respondia separadamente: pela nobreza, o senhor de Lara, o arcebispo de Toledo respondia pelo clero e um delegado da cidade de Burgos – cabeça de Castela – dava a resposta pelo terceiro Estado. Após o cerimonial inicial, os representantes dos Estados se reuniam separadamente, mas mantinham comunicação intensa entre si – fato evidenciado pelo espelhamento das petições dos Estados ao rei, especialmente aquelas da nobreza e do clero. As sessões continuavam até que as questões em discussão estivessem resolvidas e, ao fim dos trabalhos das Cortes, não havia uma cerimônia de encerramento (MERRIMAN, 1911).

Segundo Irving Thompson, a Revolta dos Comuneros foi fundamental para o processo de declínio das Cortes de Castela verificado no século XVI (THOMPSON, 1982). Essa revolta ocorreu em 1520, quando Carlos de Habsburgo, co-monarca de Castela e Aragão junto com sua mãe, Joana, desde 1516, decidiu reformar o governo da Coroa, diminuindo a autonomia das vilas e cidades. Em outras palavras, os Comuneros se rebelaram contra um processo de centralização do poder por parte da Coroa de Castela. Além da questão da reforma política e administrativa proposta por Carlos, havia também o problema do pagamento dos "serviços" pelas cidades castelhanas. Muitos dos impostos pagos por essas cidades eram destinados a financiar os interesses de Carlos de Habsburgo no exterior, isto é, despesas que não diziam respeito à Castela. Ao fim e ao cabo, os Comuneros foram derrotados pelas forças da Coroa, desfecho que prejudicou em muito as liberdades municipais e a incipiente burguesia castelhana. O referido processo contribuiu para a decadência das Cortes de Castela observada até meados do reinado de Felipe II (1556-1598) (THOMPSON, 1982).

Entre 1539 e 1572, as Cortes castelhanas estiveram em sessão durante um total de 64 meses. Porém, a partir de 1573 até 1665, a dita assembleia permaneceu reunida em torno de oito meses por ano, em média. De acordo com

Irving Thompson, a partir de 1539 o clero e a nobreza se abstiveram de frequentar as Cortes de Castela, deixando apenas o terceiro Estado representado, ou seja, os procuradores das cidades. Para Thompson, essa ausência de uma aliança ampla para barrar os projetos de centralização política da Coroa de Castela levou as Cortes a enfrentar anos de decadência. Isso se deveu em parte ao recrutamento de procuradores entre uma elite urbana considerada "egoísta, restrita, corrupta e carente de convicção representativa, incapaz de reunir-se com liberdade, sem capacidade alguma no tocante à legislação e desprovida da habilidade para questionar a taxaço" (THOMPSON, 1982). Dessa forma, as Cortes tornaram-se controladas pela Coroa e funcionaram apenas como um instrumento para legitimar a imposição de impostos.

Entre 1573 até o final do século XVI, Castela enfrentou uma série de desafios militares e diplomáticos significativos, o que coincidiu com uma revitalização das Cortes de Castela. Felipe II se viu envolvido em conflitos em várias frentes na Europa e no Mediterrâneo, impulsionado por seu zelo religioso no que toca à defesa da cristandade europeia. Essa postura levou a uma significativa acumulação de dívidas, já que o monarca enfrentou guerras contra os muçulmanos turcos, os protestantes holandeses e os ingleses. A guerra de independência dos Países Baixos (1568-1648) foi particularmente onerosa para a monarquia de Felipe II, consumindo vastos recursos. Além disso, um dos principais fracassos de Felipe II foi a célebre derrota da Invencível Armada (1588), quando o dito monarca tentou invadir a Inglaterra para restaurar o catolicismo romano como religião dominante. Esses conflitos exigiram enormes investimentos financeiros e recursos militares, o que contribuiu para as dificuldades econômicas de Castela (THOMPSON, 1982).

O aumento significativo da dependência da Coroa de Castela em relação aos impostos pagos pelas cidades reflete a deterioração da situação econômica do reino ao longo do tempo. Em 1573, esses impostos representavam 25% da receita da Coroa, mas esse número aumentou para 40% em 1594 e atingiu impressionantes 60% em 1640. Conforme a situação econômica piorava, as Cortes eram convocadas com mais frequência e passavam mais tempo em sessão. Um dos motivos para essa convocação mais frequente das Cortes foi o

fato de que elas passaram a ter o poder de decidir se a Coroa poderia ou não tomar empréstimos de banqueiros. Como grande parte dos banqueiros frequentemente exigia garantias de pagamento das Cortes, isso levava à necessidade de mais reuniões e discussões da referida assembleia representativa. As cidades que encabeçavam os dezoito distritos administrativos do reino tinham assento nas Cortes e se faziam representar por dois delegados cada. Os centros urbanos em questão desfrutavam de uma série de privilégios administrativos e autonomia fiscal (THOMPSON, 1982).

3. A reverberação do triunfo português de Felipe II nas Cortes de Castela de 1583-1585

Felipe II permaneceu em Portugal por dois anos e meio, residindo em Lisboa (MEGIANI, 2004, p. 97). Durante seu período em Portugal, Felipe II participou de cerimônias tais como “visitas a igrejas e conventos, ou recepções no porto por ocasião da chegada de um navio das Índias ou da América”. Segundo Ana Paula Megiani, a presença de Felipe II em Lisboa garantiu algum equilíbrio na fase inicial da incorporação de Portugal à monarquia hispânica, o que permitiu um “momento de consolidação” dos Habsburgos no reino luso. Apesar do relevo da permanência da presença de Felipe II na capital portuguesa, o monarca castelhano demonstrou em diversas ocasiões vontade de retornar a Madri – o que fica claro em cartas enviadas às suas filhas, as infantas Isabel Clara Eugênia e Catarina Micaela (MEGIANI, 2004, p. 97).

Ainda em Lisboa, Felipe II colocou sua atenção no arquipélago dos Açores, cujas ilhas – excluindo a de São Miguel – declararam apoio a d. Antônio, prior do Crato, que por sua vez tentou consolidar sua posição com auxílio estrangeiro (PARKER, 2014, p. 379). Em 1582, Felipe Strozzi, líder militar florentino a serviço da monarquia francesa, reuniu uma força naval composta por franceses e ingleses para conquistar a ilha de São Miguel em nome de d. Antônio. O marquês de Santa Cruz, Álvaro de Bazán, almirante da monarquia hispânica, juntou munições, navios e homens em Lisboa, de modo a enfrentar os apoiadores de d. Antônio nos Açores. Aos 26 de junho de 1582, Álvaro de Bazán atacou as forças de Felipe Strozzi, o que resultou em uma batalha naval feroz vencida

pelos homens de Felipe II. Os soldados sob comando de Strozzi, capturados durante a batalha, foram executados por Bazán como rebeldes. Apesar da vitória de Bazán, o resto do arquipélago dos Açores não deixou de apoiar d. Antônio – o que obrigou Felipe II a organizar uma nova operação militar para dar fim aos adeptos de d. Antônio no arquipélago em questão (PARKER, 2014, p. 380). A Ilha Terceira, último reduto antonista, cairia apenas em julho de 1583 (PARKER, 2014, p. 383).

Felipe II planejava passar o Natal de 1582 com sua família, em Castela. A morte do príncipe herdeiro Diogo, em novembro de 1582, aos sete anos de idade, no entanto, obrigou o monarca castelhano a mudar de planos. Felipe II precisou reunir as Cortes portuguesas novamente para que seu filho mais novo, o príncipe Felipe, fosse jurado herdeiro perante os três Estados. Com efeito, o príncipe Felipe foi jurado em Cortes, como herdeiro do trono português, aos 30 de janeiro de 1583 (*Auto do levantamento*, 1584). Uma vez cumprido este dever político, Felipe II saiu de Lisboa e chegou ao Escorial em março de 1583 (PARKER, 2014, p. 261).

Felipe II precisou, ao retornar para Castela, lidar com a questão da morte de Diogo, seu filho e herdeiro, assim como fizera em Portugal. As cartas de convocação para as Cortes de Castela de 1583, que estiveram reunidas até 1585, dão conta das motivações da Coroa para reunir a dita assembleia representativa: juramento do príncipe Felipe como herdeiro de Castela, necessário em razão do falecimento do príncipe Diogo, e da concessão e renovação do pagamento de impostos extraordinários das cidades para a Coroa, em virtude dos conflitos militares nos quais Felipe II estava envolvido. A referida reunião de Cortes foi aberta, com a presença de Felipe II, aos 28 de junho de 1583, ocasião na qual os procuradores das cidades convocadas para a assembleia – segundo as fontes, 19 urbes – juraram que não estavam proibidos, pelas câmaras que representavam, de decidir sobre quaisquer assuntos discutido durante os trabalhos das Cortes. Durante o mesmo dia, o discurso de proposição foi lido na presença de todos os participantes reunidos em virtude das Cortes de Castela de 1583 (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, pp. 3-5).

Ao longo do discurso de proposição das Cortes de 1583 - que as fontes não permitem saber quem proferiu - foi dito que a Coroa gostaria de fazer que os

procuradores das cidades tomassem conhecimento das muitas guerras nas quais Felipe II estava participando em nome da “Cristandade”, como a campanha militar contra os Países Baixos e os rebeldes de Portugal – o que acarretava em gastos que precisavam de receitas correspondentes. Segundo o discurso de proposição em tela, Felipe II sucedeu d. Henrique no trono português como parente varão mais próximo do cardeal e tentou tudo que foi possível para evitar os “danos da guerra”. Não foi possível evitar os flagelos de um conflito armado no caso da crise sucessória portuguesa, de acordo com o discurso de abertura das Cortes de Castela de 1583, pois pessoas “por maus e injustos meios” inquietaram os portugueses com auxílio de “nações e poderes estrangeiros, inimigos da paz comum da Cristandade”, de modo a impedir a ascensão de Felipe II como rei de Portugal (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, pp. 16-17). Por conta dos elementos que “inquietaram” os portugueses em função de impedir a sucessão de Felipe II em Portugal, o referido monarca precisou se “prevenir” e “levantar e juntar exércitos por terra e armadas por mar”, com abundância de cavalaria, infantaria e artilharia, de modo a terminar a guerra em Portugal “o mais rápido quanto fosse possível”. Para lograr findar o conflito em Portugal, como afirma o discurso de proposição em tela, Felipe II ordenou que as hostes castelhanas em Nápoles, Sicília e Milão – então sob dominação de Castela –, assim como mercenários alemães e italianos, fossem enviados para os pontos mais críticos do cenário português. Deste modo, “com ajuda de Nosso Senhor”, Felipe II venceu “batalhas de mar e terra” contra os apoiadores dos “sediciosos” e conseguiu livrar “seus bons e leais vassallos” portugueses da “tirania” de d. Antônio e seus apoiadores – que não foram mencionados nominalmente no discurso (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, pp. 17-18).

Quando da sessão de 14 de dezembro de 1583 das Cortes de Castela, Rodrigo de Mendoza, gentil homem da câmara de Felipe II, propôs aos procuradores das cidades castelhanas que a navegação do rio Tejo para Lisboa, possível através de Alcântara, deveria poder ocorrer também a partir de Toledo. Mendoza argumentou que Felipe II não queria mais do que o “benefício e conservação” de seus súditos, e por isso ordenou que seus engenheiros fizessem estudos de preparação para lograr o objetivo enunciado. Como afirmou Mendoza, Felipe II requisitou, inclusive, que um de seus engenheiros navegasse,

em uma fragata, de Alcântara para Toledo e retornasse a Lisboa, o que foi feito com facilidade (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, p. 281). Entre as vantagens que a navegação para Lisboa a partir de Toledo traria para os vassallos de Felipe II, segundo Mendoza, grande destaque foi dado para a facilitação do comércio e transporte de mercadorias entre Portugal e Castela, que transcorreria com “muito menos custo, mais comodidade, segurança e brevidade” (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, p. 282). Além disso, as tropas da monarquia seriam poupadas de “vexações e doenças” se conseguissem chegar em Lisboa pelo rio. Na sessão das Cortes do dia 16 de dezembro de 1583, João Batista Antonelli – engenheiro militar a serviço de Felipe II desde 1570 – apresentou seu plano para que a navegação à Lisboa, pelo Tejo, fosse possível a partir de Toledo. Não há registro, no entanto, das impressões dos presentes na sessão em tela sobre a exposição do engenheiro em questão (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, p. 284).

Quando da sessão de 31 de janeiro de 1584 das Cortes de Castela, uma comissão para tratar da navegação do Tejo foi eleita. A referida comissão, composta por seis procuradores das Cortes de Castela, deveria elaborar um parecer sobre as conveniências e inconveniências da navegação do Tejo a partir de Toledo (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, p. 312) - que foi apresentado no dia 17 de fevereiro e lido publicamente. De acordo com as atas das Cortes, a comissão de navegação do Tejo se reuniu por diversas vezes de modo a cumprir o dever de emitir parecer sobre as vantagens e desvantagens do plano proposto por Rodrigo de Mendoza (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, p. 331). A lista das “utilidades” que os reinos de Felipe II obteriam com a navegação do Tejo a partir de Toledo possui quinze itens, entre os quais são mais numerosos os que versam sobre questões comerciais. Por exemplo, o artigo I afirma que a navegação pelos rios era muito “louvada” e “aprovada” nas províncias que a praticavam, uma vez que mercadorias e pessoas poderiam ser transportadas com comodidade, além de que a rapidez proporcionada por essa modalidade de transporte fazia com que produtos tivessem preços mais razoáveis (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, pp. 331-332). O artigo II, por sua vez, lembra da utilidade que poderia ter a navegação do Tejo até Toledo, para Castela, no rápido escoamento dos produtos asiáticos, franceses e ingleses que chegavam em Portugal. Em outra via, o artigo IV traz à baila que Portugal também se

beneficiária do abastecimento rápido que teria dos produtos castelhanos, como “sedas, lãs, panos, couros e muitas outras coisas (...)” (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, p. 332). O artigo VII, de sua parte, tece considerações sobre o papel que o comércio abundante, possível pela navegação do Tejo a partir de Toledo, poderia ter na acomodação dos portugueses no seio da monarquia de Felipe II, já que a atividade mercantil entre castelhanos e lusos fomentaria sua “união e amizade” (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, p. 332).

Agora, no que toca a nosso ponto de vista no presente artigo, os artigos IX, X, e XI são fundamentais. Saindo do rol das utilidades econômicas que poderiam proporcionar a navegação do Tejo até Toledo, o artigo IX afirma que “havendo (...) alteração ou suspeita disso em Portugal, se poderiam enviar à Lisboa pelo rio mais de cem mil homens de guerra, com muita brevidade e segurança (...)” (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, p. 333). Além disso, pelo rio as forças militares seriam abastecidas de “munições e todo o necessário” para dar combate a prospectivos rebeldes portugueses. O artigo X recordou que uma resposta militar rápida a qualquer inquietação em Portugal - possibilitada pela navegação do Tejo a partir de Toledo - “poria freio” não apenas nos portugueses, mas também nos reis que poderiam auxiliar os lusos em alguma revolta. Dessa maneira, os novos súditos de Felipe II sabiam que “nenhuma alteração ou novidade poderia vingar”, e os lusos não tomariam partido por nenhum inimigo do Habsburgo. A vantagem de número XI, enquanto isso, reforçou que o plano de Rodrigo de Mendoza também refrearia reis estrangeiros de apoiar rebeldes em Portugal (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, p. 333).

Como pudemos perceber, a comissão de navegação do Tejo, composta de procuradores das cidades castelhanas com assento em Cortes, considerou que a ideia de Rodrigo de Mendoza seria muito útil para neutralizar qualquer tentativa de rebelião dos portugueses. Vale lembrar que quando o parecer da comissão em questão foi apresentado, aos 31 de janeiro de 1584, o último reduto antonista - a Ilha Terceira - já havia caído pela ação de Álvaro de Bazán no mês de julho de 1583. Havia, porém, no horizonte de eventos dos procuradores presentes nas Cortes de Castela iniciadas em 1583, uma expectativa de novas revoltas pelos portugueses. Podemos dizer que essa questão também povoava os pensamentos de Felipe II, cuja intenção de fazer o Tejo navegável a partir de

Toledo foi feita pública nas Cortes por Rodrigo de Mendoza. Consideramos que o fato de d. Antônio não ter sido capturado pelas forças castelhanas pode ter contribuído para o referido temor de uma revolta portuguesa. É importante considerar que d. Antônio teve expressivo apoio de elementos do povo quando se autodeclarou rei de Portugal, e as forças antonistas que se bateram contra a hoste castelhana capitaneada pelo duque de Alba na batalha de Alcântara - aos 25 de agosto de 1580 - foram compostas, em maioria, por populares (VALLADARES, 2010, p. 101). Tão tarde quanto 1594, portanto ano anterior à morte de d. Antônio na França, d. Juan de Silva, conde de Portalegre e membro da junta que governou Portugal entre 1593 e 1598, enviou uma carta para o marquês de Velada d. Gómez Dávila y Toledo, seu colega de junta no reino luso. Nessa carta, d. Juan de Silva reclamou da falta de meios para defender Lisboa no caso de um ataque inglês e ponderou sobre a possibilidade de d. Antônio voltar a Portugal para lutar por sua pretensão ao trono (*Colección de documentos inéditos*, 1863, pp. 519-520). A última vez, porém, que d. Antônio tentou tirar Portugal das mãos de Felipe II foi em 1589, através de uma malfadada expedição inglesa capitaneada por *sir* Francis Drake (HERMANN, 2010).

Agora, sobre o encaminhamento da proposta da navegação do Tejo a partir de Toledo, apresentada por Rodrigo de Mendoza nas Cortes de Castela iniciadas em 1583, as cidades com assento na assembleia representativa em questão buscaram repartir entre si a maior parte dos custos das obras que seriam necessárias. A cidade de Sevilha, na pessoa de seus procuradores, protestou contra a proposta, uma vez que prejudicaria a atividade comercial da dita urbe (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, pp. 400-402). Ao fim e ao cabo, ficou acordado que seria encaminhado a Felipe II um pedido para que o projeto de navegação fosse empreendido, além de que apenas poderiam ser importados pelo rio produtos provenientes de Portugal (*Actas de las Cortes de Castilla*, 1866, pp. 402-413).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu destacar as complexas interações entre os interesses de Felipe II e as dinâmicas internas

das Cortes de Castela de 1583-1585, evidenciando um panorama de instabilidade política e necessidade de controle militar sobre Portugal nos primeiros anos do domínio Habsburgo. Observou-se que a proposta de fazer possível a navegação em larga escala do rio Tejo a partir de Toledo - feita por Rodrigo de Mendoza, gentil homem de Felipe II -, embora justificada primeiramente como uma medida econômica e comercial para promover a integração entre Portugal e Castela, estava profundamente enraizada nas preocupações defensivas e estratégicas do monarca castelhano em relação a seu recém obtido reino. Debatida nas Cortes de Castela iniciadas após o retorno de Felipe II a seu reino de origem, a proposta em questão refletiu o receio castelhano de novas revoltas em solo português, mesmo após a derrota dos apoiadores de d. Antônio na Ilha Terceira, em 1583. Nesse contexto, as Cortes funcionaram como um palco político no qual as preocupações com a estabilidade política em Portugal se expressaram formalmente. A navegação do Tejo a partir de Toledo não só promoveria uma importante infraestrutura para a integração comercial entre Portugal e Castela, mas também fortaleceria a vigilância militar dos castelhanos sobre os portugueses, facilitando uma resposta rápida a qualquer insurreição lusa. Assim, fica evidente que a navegabilidade em larga escala do Tejo, a partir de Toledo, seria, na prática, um instrumento de controle territorial e político de Portugal pela Coroa espanhola, reforçando a soberania de Felipe II e mitigando possíveis ameaças - representadas especialmente por d. Antônio.

REFERÊNCIAS

Actas de las Cortes de Castilla. Madri: Imprenta del Banco Industrial y Mercantil, 1866. t. 7.

Auto do Levantamento & juramento d’el Rey nosso Senhor. 1584.

Colección de documentos inéditos para la historia de España. Madri: Imprenta de la Viuda de Calero, 1863. t. XLIII.

Patente dos privilegios perpétuos, graças, & mercês, de que el Rey Dom Philippe primeiro deste nome (...), fez mercê a estes seus Reynos, & Senhorios de Portugal. Lisboa: 1583.

Patente em que vão incorporados os capitulos, que os tres stados destes reinos appresentarão a Sua Majestade nas Cortes que fez na Villa de Tomar em abril de M.D.LXXXI e as Respostas que Sua Majestade a eles entam mandou dar. Lisboa: 1583.

CUNHA, Mafalda Soares da. Legitimações dinásticas em confronto: 1580-1640. In: FONSECA, Luís Adão da. (coord.). **Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII) – Um olhar peninsular sobre uma região histórica.** Porto: Fronteira do Caos Editores LDA., 2014. p. 335-342.

HERMANN, Jacqueline. Um rei indesejado. Notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. **Revista Brasileira de História**, 2010, v. 30, n° 59, pp. 141-166.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado – A construção do sebastianismo em Portugal – Séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTÍNEZ, Santiago Hernández. **Don Gómez Dávila y Toledo, II Marqués de Velada, y la Corte en los reinados de Felipe II y Felipe III, (1553-1616).** 2008. 894 f. Tese (doutorado em História) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619).** São Paulo: Alameda, 2004.

MERRIMAN, Roger Bigelow. The Cortes of the Spanish Kingdoms in the later Middle Ages. **The American Historical Review**, v. 16, n. 3, 1911.

PAIVA, José Pedro. Bishops and politics: the Portuguese episcopacy during the dynastic crisis of 1580. **e-Journal of Portuguese History**, v. 4, n. 2, 2006.

PARKER, Geoffrey. **Imprudent king. A new life of Philip II.** New Haven e Londres: Yale University Press, 2014.

POLÓNIA, Amélia. **D. Henrique.** Círculo de Leitores, 2005.

SILVA, Francisco Ribeiro da. A preservação da identidade portuguesa à luz das Cortes de 1581. **Revista Portuguesa de História**, t. XXXVII, 2005, pp. 393-409.

THOMPSON, Irving A. A. Crown and Cortes in Castile, 1590-1665. **Parliaments, Estates and Representation**, 2/1, 1982, pp. 29-45.

VALLADARES, Rafael. **A Conquista de Lisboa - Violência militar e comunidade política em Portugal.** 1578-1583. Lisboa: Texto Editores, 2010.

Recebido em 02/10/2024.

Aprovado para publicação em 05/12/2024.

A ABORDAGEM MIDIÁTICA SOBRE FEMINISMO E O DIREITO AO VOTO FEMININO EM BELÉM (1930- 1934)

Um estudo da Revista “A Semana”

THE MEDIA APPROACH TO FEMINISM AND WOMEN'S RIGHT TO VOTE IN BELÉM (1930-1934)

A study by the magazine “A Semana”

ANTONIO CARLOS SARDINHA¹

ZANDRA LOPES PALHETA FREIRE²

CARINA SANTOS DE ALMEIDA³

RESUMO

O artigo analisa o tratamento da demanda por direitos às mulheres, observando a cobertura realizada pela revista “A Semana”, no período de 1930 a 1934, época de luta pelo sufrágio feminino. O estudo observa, por meio da análise da narrativa de processos comunicacionais, o conteúdo da revista que circulou em Belém (Pará/Brasil) entre os anos de 1919 e 1942 e tinha as mulheres como público estratégico. Considerando que a revista adota posicionamento conservador, nosso interesse foi verificar qual a perspectiva de representação sobre o feminismo, sobretudo o sufragismo feminino belenense, apresentado pelo semanário. O recorte temporal pesquisado são os primeiros anos da década de 1930, em Belém do Pará, época marcada por mudanças do poder político nacional que concedeu, através da luta feminista, a conquista do direito ao voto feminino no Brasil. Dentre as questões destacadas na cobertura sobre a então agenda feminista em constituição, “A Semana”, apesar de ser direcionada ao público feminino, produzia uma cobertura que não destacava ou reconhecia as demandas feministas da época, demonstrando as contradições da imprensa interiorana na Amazônia, na década de 1930, na abertura para o agendamento por direitos às mulheres.

Palavras-chave: Periódico A Semana. Narrativas sobre feminismo. Década de 1930. Amazônia.

¹ Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Política da Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: sardinhajor@yahoo.com.br

² Graduada em História (Licenciatura e Bacharelado), com especialização em Gestão e Organização da Escola. Email: zandralpf@gmail.com

³ Professora adjunta no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena e nos Programas de Pós-Graduação em Ensino de História/História (ProfHistória/PPGH) e em Estudos de Cultura e Política, da Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail carina.almeida@unifap.br

ABSTRACT

The article analyzes the treatment of the demand for women's rights, observing the coverage carried out by the magazine "A Semana", in the period from 1930 to 1934, a time marked by the struggle for women's suffrage. The study observes the magazine that circulated in Belém (Pará/Brazil) between the years 1919 and 1942 and had women as a strategic audience. Considering that the magazine adopted a conservative position, our interest was to verify the perspective of representation of feminism, especially the female suffragism of Belen, presented by the weekly. The time frame researched is the first years of the 1930s, in Belém do Pará, a time marked by changes in the national political power that granted, through the feminist struggle, the conquest of the right to vote for women in Brazil. Among the issues highlighted in the coverage of the feminist agenda being constituted, "A Semana", despite being aimed at a female audience, produced coverage that did not highlight or recognize the feminist demands of the time, demonstrating the contradictions of the interior press in the Amazon, in the 1930s, in the opening for the agenda for women's rights.

Keywords: A Semana Journal. Narratives on Feminism. 1930s. Amazon.

INTRODUÇÃO

A década de 1930 marcou a política nacional com transformações circunstanciais, tendo por base, o fim da República Oligárquica no Brasil. Foi através da ascensão de Getúlio Vargas ao poder com o movimento político-militar da Revolução de 1930 que a estrutura política se despreendeu de velhas práticas e imputou modificações diversas no cenário social e econômico (CÂNDIDO, 1984; FENELON, 1981; SANDES, 2010; FRAGA; LAGO; MOURELLE, 2022). No Estado do Pará, o processo de centralização do poder capitaneado por Getúlio Vargas teve colaboração direta de Magalhães Barata.

Dentre modificações importantes pelas quais o Brasil passou, o direito ao voto feminino talvez seja uma das mais significativas em termos de democracia, cidadania e princípios republicanos. Nesse sentido, analisar como foi desenvolvida essa versão de sociedade em que a mulher pode participar do cenário público através do voto - conquistado por meio de lutas feministas das primeiras décadas dos noventa - , e como o diálogo foi incorporado para essa sociedade e para as novas cidadãs belenenses é de fundamental importância. Por conta disso, a problematização deste artigo foca em estudar a revista "A Semana", por ter o enfoque às "damas belenenses" e com o recorte temporal adotado de 1930 – 1934, pois define desde a ascensão da nova política brasileira que aceitou as reivindicações à chancela do voto (instituído pelo Decreto n.º

21.076, de 24 de fevereiro de 1932, assinado por Getúlio Vargas, e assegurado, definitivamente, pela Constituição de 1934).

A Revista “A Semana” tinha sua publicação impressa com periodicidade semanal, circulou de 1919 a 1942, com foco nas leitoras da sociedade belenense: mulheres de classe-média à alta e moradoras de bairros nobres de Belém e do interior do Pará, com informações da capital do interior do estado paraense. Além disso, a publicação é representativa de um contexto histórico por ser um dispositivo de comunicação fundamental de agendas de tratamentos de interesse público do período. As fontes de pesquisa consultadas pertencem ao acervo da Revista “A Semana”, salvaguardado na sala “Obras Raras” da Biblioteca Arthur Vianna, na cidade de Belém do Pará.⁴ O periódico era produzido substancialmente por homens, tendo o diretor-proprietário, um gerente e um secretário, respectivamente: Ernestino Souza Filho, Osmarino Pingarilho e Paulo de Oliveira.

Na abordagem da fonte histórica, o intuito foi entender os discursos que sintetizam pelo valor jornalístico temas de interesse das mulheres, sobretudo as questões envolvendo a demanda por direitos, e em como ela (a revista) conversava com suas leitoras e expunha as suas verdades acerca de seu discurso em sua publicação, pois entende-se que “comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade” (BARROS, 2019, p. 179) estão intrinsicamente associados; daí a necessidade de se observar como esses discursos são lidos/escritos na (e para) a sociedade, refletindo sobre o processo de forjamento dessa leitura (CHARTIER, 1990).

Há uma diversidade imensa de periódicos, sejam revistas, jornais, boletins e outros tipos de impressos publicitados periodicamente e que devem ser compreendidos em seus contextos históricos de produção, circulação e recepção, porém, escolher um veículo direcionado ao “mundo” feminino “(...) o assumpto de que trata é bastante escabroso para as columnas d’A SEMANA, que vive nas mãos de senhoras e senhoritas”⁵ (A SEMANA, 1934, p. 18) é o

⁴ O acervo da Revista A Semana está digitalizado para acesso público no site <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/a-semana-revista-illustrada/>.

⁵ Esta e as demais citações diretas presentes neste artigo foram transcritas fielmente conforme os registros originais da época em que foram publicadas, preservando-se as convenções ortográficas, gramaticais e estilísticas vigentes naquele período.

ponto de partida da pesquisa presente.

Assim, as narrativas - em seu tempo - ocupam lugar privilegiado entre as fontes documentais e conduzem à consciência histórica (RÜSEN, 2009; RICOEUR, 2012). Nas palavras de Rüsen (2009, p.166), “[...] a consciência histórica representa o passado em um interrelacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade”; ou seja, a revista é objeto que pertence ao seu tempo, o que explica o fato de o periódico assumir o lugar central na arquitetura, possibilitando a interpretação da sociedade de Belém e o papel destinado às mulheres.

Por essa perspectiva, a Revista “A Semana” expressa uma narrativa potente que conecta, a partir do seu discurso, a experiência de um tempo mensurado como *distensão*, por meio da ação comunicativa (MATHEUS, 2021) que, por sua vez, organiza-se em uma forma de dizer (abordagem editorial situada politicamente), e no que é dito (representado), por meio dessa ação performática (ou seja, sobre o que é dito acerca dos discursos relacionados à demanda por direitos das mulheres).

1. O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E CULTURAL NA CIDADE DE BELÉM

Como exposto, a Revista “A Semana” tinha como público principal mulheres vinculadas a uma elite econômica que estabelecia forte influência política na década de 1930 na cidade de Belém. Sobre a linha editorial, a Revista apoiava o governador interventor do Pará, Magalhães Barata, e publicou uma edição especial (A SEMANA, n. 690, mês de novembro, 1931) comemorativa de um ano da Revolução de 1930, demonstrando, inclusive, sua posição favorável ao governo centralizador de Vargas e ao Partido Liberal (FONTES, 2013), bem como os vínculos políticos assumidos pelo periódico, pois é perceptível na tradição da imprensa brasileira a presença de interesses societários enxertados em periódicos (BARBOSA, 2007; LUCA, 2006).

2. CONSTRUINDO E SITUANDO O CONTEXTO DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Para que se possa historicizar as relações sociais de gênero culturalmente representadas em discursos jornalísticos que circulam em

dispositivos midiáticos, como o caso dos periódicos, requer-se, enquanto análise, que se defina - e assuma - o conceito de gênero que orienta a abordagem. Seguimos a compreensão da historiadora Joan Scott (1989) que define gênero como uma forma primeira de significar as relações de poder e não apenas como marcador capaz de identificar um sujeito com base nas diferenças sexuais. Ou seja, as dimensões do gênero são lançadas como categoria para observar as relações sociais, mais precisamente as relações sociais de gênero em contextos historicamente situados.

Os eventos sociais globais que marcaram a transição dos anos mil e oitocentos para os novecentos e, sobretudo, as primeiras décadas do século XX, foram diversos.⁶ No cenário nacional, esse período compreendido como República Velha ou Primeira República foi marcado por crises da principal fonte de exportação da oligarquia brasileira: o café e o leite (café-com-leite) representados pelas elites hegemônicas paulista e mineira - revezando-se no poder central da República; a capital do Pará, Belém, foi atravessada pelo desenvolvimento econômico (1850-1910) trazido pelo conhecido Ciclo da Borracha. A cidade se tornou polo irradiador pela nova forma de sociabilidade, oriunda das mudanças sociais e culturais trazidas por este desenvolvimento econômico, redefinindo também a sua paisagem urbana, e incorporando novos hábitos - como reflexo do processo cultural de modernização -, embora tenha conservado valores e comportamentos em espaços sociais tradicionais da cidade (SARGES, 2009).

Conectada à sua realidade, a Revista “A Semana” ressoava as movimentações e acontecimentos que marcaram os primeiros anos da década de 1930 em Belém do Pará – e penetrava em leitoras interioranas. O periódico elencava e trazia às leitoras e leitores conteúdos diversos, como comportamento, esportes, política, beleza, religião, poemas, contos etc., sendo que a maioria dos escritores da Revista eram homens. Entretanto, a revista publicava textos de escritoras mulheres como poemas e “análises” diversas sobre o cotidiano, sempre a partir de narrativas que confluíam à linha editorial.

⁶ No contexto global, temos o neocolonialismo e o imperialismo, a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), a Revolução Russa (1917), a emergência dos Estados Unidos da América (USA) se delineando como potência bélico-econômica mundial, a Crise de 1929, entre tantos outros.

Figura 01 – Capa de A Semana



Fonte: A Semana, v.15, n.791, março. 1934

Legenda – Capa da edição destaca, em imagem, o que é a representação de mulher, público-alvo da publicação

A Revista expressava um momento singular em que na sociedade belenense se movimentava a ideia de modernidade entre cenários de transformações globais (revoluções e pós-guerra) e regionais da Amazônia (Ciclo da Borracha). Do ponto de vista cultural, as primeiras décadas do século XX atravessaram questionamentos sobre lugar, comportamentos e experiências femininas no que se refere a “mulheres modernas” no campo nacional (CAULFIELD, 2000, p.162):

(...) Em 1920, o termo “mulheres modernas” referia-se não somente às trabalhadoras das fábricas, mas às mulheres petulantes, agitadas, namoradeiras, voluntárias e andróginas.

Muito de discurso brasileiro sobre a mulher moderna refletia um discurso semelhante originário da Europa e dos Estados Unidos: ela simbolizava as transformações do novo século (...) e desafiava o domínio masculino e os valores da família patriarcal que haviam cimentado a ordem social anterior (...).

O advento de uma nova configuração cultural sobre ser e estar no tempo reflete-se também no campo político. Na premência de ajustar mudanças sociais em consonância com uma renovada República, é uma resposta ao declínio político atribuído à República Velha (CAULFIELD, 2000); notam-se alianças de reformistas com políticos liberais vinculados a Getúlio Vargas para que fosse instaurada uma agenda de reformas, dentre elas, as ligadas aos direitos das mulheres.⁷ O tempo das alterações socioculturais estruturantes enfrentou, no contexto nacional, a construção dualista entre incorporar o espírito moderno e conservar a tradição sob a lógica religiosa dos costumes. Em linhas gerais, setores hegemônicos esperavam uma modernização econômica, sem alterar práticas, lógicas e costumes tradicionais.

Em Belém, observava-se a reorganização dos comportamentos e hábitos a partir dos teatros, cinemas, sorveterias, bailes, *flirt* (nova forma de se pensar em namoros em bailes, diferentemente dos costumes da classe média belenense de outrora), modificando o espaço cotidiano e familiar (CANCELA, 2002). No que se refere às questões de gênero, havia uma efervescência provocada pelas alterações dos costumes que, para os homens, solapava o “casamento [como] sendo um infortúnio” (CANCELA, 2002) e, no caso das mulheres, reafirmava o envolvimento e a seleção do cônjuge aliados à dinâmica patriarcal da sociedade, destacando a educação para as atividades domésticas nesse período da década de 1930 (SPINOSA, 2002); a chegada da luz elétrica, a prática noturna de despir o corpo podiam se tornar um problema no contexto do matrimônio, porquanto a mulher deveria se revelar sob a luz ao seu marido (PERROT, 2003).

⁷ Há que se destacar, nessa análise, um ator importante no contexto estudado, o Partido Liberal, de Magalhães Barata. O partido estava no espectro do movimento político liderado por Getúlio Vargas, a Aliança Liberal Nacional, que buscou romper com a lógica de divisão do poder político entre as oligarquias do país. Nos estados brasileiros houve adesão à Aliança Liberal Nacional. Porém, a promessa reformista de democracia só serviu para beneficiar o aparelho do Estado (novo) (MAIA, 2009, p. 45). Ou seja, a propaganda serviu para mostrar um “engajamento” político liberal sobre a posição feminina e não abriu caminhos para discussões (feministas) fora dessa esfera pré-estabelecida por Barata.

Para nos apoiarmos nas fontes históricas selecionadas, identificamos um modo de falar sobre as demandas no que se refere a gênero na revista “A Semana”. O discurso que prevalecia era de que o *status quo* da mulher não deveria ser modificado no conceito pré-estabelecido na (e da) sociedade, vejamos nessa passagem do periódico: “[...] E essa história de fatalismo é para as tolas [casamento] como algo ruim. A inteligência é quem decide sobre um casamento feliz” (BARBOSA, 1931). Falas da revista espelham o imaginário da cidade de Belém que passava por intensas mudanças, desencadeando em debates sobre valores morais esperados das mulheres em seu papel tradicional de gênero.

O periódico defende que o casamento seria a segurança às mulheres, sem poupar argumentos na defesa da pauta conservadora. As estratégias eram elaborar narrativas persuasivas, marcadas por dualismos e dicotomias simplistas em torno da questão que perpassa desde a beleza (física) finita e o casamento eterno. A constituição de um tipo ideal feminino para responder às demandas de um tempo que se conserva, ao menos nas páginas da publicação, reforça papéis de gênero na responsabilização da mulher pela harmonia e qualidade das relações no matrimônio, assim como há ensinamentos aos esposos em como devem tratar as esposas, como no expediente da Revista intitulado “Arte de ser marido” (NEVES, 1931, p. 18):

A sua esposa se está feliz ou triste subitamente há de se apaixonado e não é pelo seu marido; dos desocupados de pensões, prédios que se ocupam das mulheres casadas; a hora do diabo; o homem deve ver no relógio a hora; a mulher honesta dorme cedo; não ler romances, só deve ler tabela de preços da feira; se ler é mal se escreve é péssimo, e se escreve deve ser ao seu marido, mas pouco para este não cansar o cérebro e nem se enfurecer; para a mulher essa sempre ocupada, pois é melhor ela está pregando o botão do marido que pregando peças nelle; suspirar não é coisa digna de uma boa linhagem de mulher, proibir amigas íntimas, pois é unir a tua mulher com o diabo, nem levar amigos, porque são esses que traem; determinar a hora de beijar e dar carícias para ela saber; evitar telefone na casa, basta pagar um moleque ir comprar o que precisa, está certo que elle pode levar cartas de amor, mas é bem mais fácil que o telefone; se a sogra e a tua mulher estão conversando baixinho, e sinal de véspera de festa no inferno; a mãe é o retrato da filha aumentado em tamanho e feiura, e quem conhece melhor é o sogro; não deve sair de casa sozinha; sem o marido

está sempre acompanhada de maus pensamentos; se a mulher nem é magra e nem gorda é quase natural ela trai, mas há magras a custa de regimes; o marido inteligente deve se fazer de que não é seu dono e respeita-la de vez em quando, duas vezes ao ano, para ela tê-lo sempre só.

O que se identifica ao exposto acima é uma narrativa normalizadora e de sujeição das leitoras às normas patriarcais de gênero, assim como um reforço de base moralista para designar e ordenar pelo discurso de poder, nesse caso, por meio do uso de palavras de ordem como voz de ordenação (GOMES, 2003). Em uma perspectiva foucaultiana, (*idem*) compreende que as palavras elencadas em discursos normatizadores apresentam efeito performático, na medida em que trabalham para um disciplinamento tipificado como mecanismo, tornando a prática de poder rápida em efeito, leve e eficaz do ponto de vista estratégico.

Em observância aos discursos expressos nas dinâmicas de composição editorial da revista, que alcançavam a esfera pública, percebeu-se que a abordagem narrativa apresentava contradições acerca da ciência da cosmética. Os cosméticos, em especial, são objeto de propaganda da Revista constantemente; no entanto, o uso de algumas alternativas propostas pela indústria da beleza feminina é reprovado por indicar que o “aformoseamento” ou o “truc” (truques) pode interferir diretamente no comportamento da mulher. Os editores da Revista recorrem à referência médica para demonstrar que as mulheres corriam o perigo iminente de “sofrer perturbações” e chegar à “loucura” ao adotar “truques de beleza” estimulados pela indústria da época, descritos em “Os inconvenientes do ‘Rimmy’” (S/a, 1931, p. 116):

Um médico americano declara que as mulheres que usam “rimmy” nas pestanas acabam por sofrer perturbações, que podem chegar a loucura. As pessoas adoptam este “truc” de perfumaria – diz elle – começam não poder fechar os olhos, visto que a matéria pegajosa de que o “rimmy” é composto pega as pastanas superiores ás interiores e chega, em alguns casos, a impossibilitar as de se abrir, se por acaso se fecham. Por isso, todas as mulheres que empregam este processo de aformoseamento estão sempre com os olhos obstinadamente abertos, com uma fixidez de cadáver.

No referido trecho, recorreremos à perspectiva foucaultiana para apontar a existência de uma pedagogia disciplinante das mídias jornalísticas que engendra

uma configuração capaz de modular nossa dimensão e percepção de realidade (GOMES, 2003) e de relações de poder que permeiam a relação entre homens e mulheres. Por essa via, o que se aciona é um discurso essencialista, de base médico-biológica, para docilizar corpos que ousam se deixarem afetar por recursos questionáveis - artificiais e antinaturais - da nascente indústria da beleza. O resultado dessa operação performática da palavra no texto é de produzir mensagem potente em torno dos corpos femininos. O discurso da Revista, no episódio “Rimmy”, ao utilizar dos subterfúgios possíveis para a promoção do controle do corpo da mulher, torna o comportamento feminino constantemente vigiado e recorre à alegação da naturalidade da beleza para sustentar a produção da ideia de “mulheres honestas” (FOUCAULT, 1988; CAULFIELD, 2000), sem os truques da moda.

Percebemos que, ao adotar essa estratégia narrativa no excerto de “Os inconvenientes do Rimmy”, a revista “A Semana” defende que a questão da honestidade estaria ligada à vida da mulher em todas as suas etapas, o que entrelaça, nesse discurso, a postura do sexo feminino diante da sociedade. A vida matrimonial é vigiada, e a viuvez não fugiria à regra.

Segundo depreende-se do trecho extraído da revista, o conceito de mulher moderna estaria ligado à busca, desde a indústria da beleza ao sinônimo de insensibilidade e desprezo pelo luto matrimonial. Observa-se no conto: “Uma mulher moderna” (S/a, 1931, p.136):

Uma viuvinha americana recebeu por escripto, oito dias depois do falecimento do marido, um pedido de casamento de um dos seus admiradores. A resposta foi a seguinte: Meu amigo: Lamento sinceramente que a sua declaração me tinha chegado tardiamente às mãos, pois fui, hontem mesmo, pedida pelo nosso commum amigo X, com quem tenciono casar, após o tempo necessario para as constatações legaes. E tanto mais o lamento quanto é certo que sempre tive por Você uma muito particular estima e consideração.

Chegou tarde!.. Mas a culpa foi unicamente sua, pois-se me queria para sua mulher – deveria ter-me, ha mais tempo, feito conhecer, claramente, os seus apreciáveis sentimentos visto que, desde longa data, segredo não era para ninguém que o meu defunto marido nenhuma possibilidade tinha – coitado! – de continuar vivendo. Não perca, porem, a esperança... Tudo póde vir a ser... O futuro a Deus pertence... Sua sincera amiga – Marta.

O discurso sobre virtude que a mulher deve ter traça com deveres a serem seguidos, corroborando com o trecho que diz: “Mulher sem virtude é como a ‘flor’ sem perfume” (A.Z.V Do, 1931, p. 27).

Espraiando a conduta sobre “mulher moderna”, o periódico apresenta uma crônica interessante sobre “flertes” e “gentilezas”, com o título “O desfile da elegância” (GIOCONDA, 1934, p.14), deixando a entender que os lugares assumidos nos relacionamentos poderiam ficar em perigo, caso homens e mulheres detivessem os mesmos direitos sociais. O excerto narra o caso de duas jovens “senhorinhas” que convidam, respectivamente, dois “cavalheiros” para ir ao cinema; contudo, ambas estavam sem recursos para custear a bilheteria. Na citada história, os rapazes são identificados como “cariocas” e, ao serem provocados para comprar os ingressos, manifestam-se de sobressalto afirmando que “lá no Rio” quando uma “senhorinha convida um cavalheiro a um qualquer passeio, paga até o pato com grande prazer...”. Depreende-se da cena que, para as damas belenenses, causava espanto e desgosto a postura deselegante dos rapazes que vinham da capital do país, Rio de Janeiro. O semanário acusou, portanto, que a emergência de certos comportamentos de gênero no mundo moderno da capital brasileira poderia acarretar, na verdade, em conflitos de postura e comportamento, uma vez que os valores de referência são balizadores das relações de gênero.

3. O FEMINISMO E O FEMININO NO DISCURSO DO PERIÓDICO “A SEMANA”

No bojo da construção de um lugar no espaço político para as mulheres em Belém, convém historicizar que havia, desde as primeiras décadas do século XX, manifestações de frentes femininas em prol das duas oligarquias que se revezavam no poder na capital paraense. As primeiras manifestações tiveram início com a Primeira República, conhecida pelo bipartidarismo que existia na política de Belém entre Lauro Sodré e Antônio Lemos — “lemistas e lauristas” — (ÁLVARES, 1995). Ou seja, a participação feminina na política não era um caso novo na sociedade belenense, mas estava no apoio do modelo político operado por homens. As mulheres esposas de personalidades políticas foram organizadoras de espaços de mobilização no cenário político, desde a Primeira República.

Como destacado anteriormente, a “[...] primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX” (PINTO, 2010, p.15-16) e, na Inglaterra, o direito ao voto foi efetivado em 1918. No Brasil, a luta feminista em defesa do direito ao voto (sufragetes brasileiras) foi liderada por Bertha Lutz, desde 1910, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (PINTO, 2010). Essa atuação foi fundamental para que se mobilizasse no Senado Brasileiro uma proposta de lei em 1927, direito que foi efetivado com o Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o Código Eleitoral pelo então presidente Getúlio Vargas e, em 1934, com a promulgação de uma nova Constituição.

Na capital paraense, é possível visualizar a primeira onda do feminismo entre 1920 e 1930 (ÁLVARES, 2010):

Um feminismo latente pode ser vislumbrado na década de 20-30 [século XX], no Pará, marcando a primeira onda do movimento, considerada onda sufragista (...) ao lançarem a idéia da igualdade intelectual e política da mulher a partir da conquista do direito do voto, em franca discussão nos principais Estados brasileiros. As sufragistas paraenses nucleadas no Departamento Paraense pelo Progresso Feminino traduzem suas práticas em divulgar as idéias de Bertha Lutz, através dos jornais e em artigos que demonstram a sua inclusão entre as que defendem os direitos de igualdade política feminina.

Na segunda década do século XX, o movimento de sufragismo feminino tomou dimensões amplas — e, nesse aspecto, o movimento Modernista contribuiu para fomentar o sufragismo paraense. A capital do Pará contava com a participação ativa de duas mulheres no movimento feminista: Eneida de Moraes e Ormind Bastos.

Eneida de Moraes contribuiu para interpretar a realidade belenense, ligada ao grupo Associação dos Novos, (MAIA, 2009) e pautada na concepção de uma educação ampla para a mulher, pois, dar direito ao voto sem uma base educacional não iria mudar esse “lugar” feminino instituído. Nas palavras da própria ativista: “[...] a nossa vitória é da inteligência [...]” (ÁLVARES, 1997, p. 141). Para Eneida de Moraes, as mudanças reais só poderiam vir através de uma Revolução Comunista. Com outra percepção, Ormind Bastos acreditava que, tendo a oportunidade de poder votar, a mulher se tornaria politicamente tão necessária para a sociedade quanto o homem. Militante pelo direito ao voto da

mulher, desde 1925, a sufragista Ormind Bastos se tornou a voz do feminismo no Pará, sendo convidada a representar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de Bertha Lutz no estado (ÁLVARES, 1997). Em 1931, temos a criação do Departamento Paraense Pelo Progresso Feminino, sob a coordenação da sufragista Bastos que incorporou a luta pelo voto até o ano da conquista desse direito, em 1934.

Adentrando na análise sobre como a Revista “A Semana” observou o debate político envolvendo a demanda feminista por direito à igualdade e ao direito à participação política, percebe-se que o discurso sobre a modernidade é poroso para o semanário; é perceptível que a revista aborda o contexto moderno para o consumo mercantil de novidades e não avança para pensar direitos políticos também como parte dos ineditismos da época.

No periódico, os espaços destinados a discutir e tratar da estética e das tendências de beleza sinalizados pelos novos tempos contrastam com a abordagem reducionista e o tratamento delegados às demandas femininas como as ligadas à reivindicação por igualdade em direitos. Nos expedientes — “Consultório de Belleza”, da edição de outubro de 1934, a nota “Conselho de beleza” (S/A, A Semana, 1934, p. 18) que identifica a beleza do pescoço ao mal de gritar, elevar muito a voz e pegar sol, pois assim, iria “[...] ennegrecer e lhe tirar o encanto!” (Opus cit) —, é perceptível que o cuidado com o corpo feminino se tornou uma preocupação rentável publicitariamente, porém, o dogma patriarcal é a base do conservadorismo, o familiar.

É por certo analisar que, nesse período, na sociedade, há discussões sobre igualdade em ocupar espaço público, sobretudo na política e no trabalho; porém, a Revista impõe estratégias médicas para patologizar mulheres que ousam sair do espaço doméstico e se recusam às obrigações no seio da família. O excerto a seguir evidencia que a “missão” das mulheres leitoras do periódico era ser “reproductora da espécie”, restringindo a atuação às suas famílias e casas. A realidade das mulheres trabalhadoras era outra e, em certo sentido, desqualificada. Observemos o trecho destacado que aponta para essa perspectiva, envolvendo a demanda por igualdade de gênero no espaço público, neste caso, do mundo do trabalho, que contém na coluna “A mulher fóra do lar” de A Semana (OLIVEIRA, 1933, p. 30,):

(...) O trabalho da mulher fóra do lar, além das consequências de ordem moral, traz também a de ordem physical, que são as oriundas da depauperação. A mulher deve viver perfeitamente forte e conservada para poder, com eficiencia, exercer a sua missão de reproductora da espécie. Quantos casos de degeneração, com todo cortejo de miserias que acarretam, não têm por base uma geração deficiente, anormal, imperfeita verificada em um ventre depauperado pela fadiga proveniente do excesso de trabalho?”.

A efervescência da luta feminista no Pará não fica de fora da cobertura da Revista “A Semana”. A publicação, seguindo a linha editorial de enfrentar qualquer demanda que posicione a mulher fora da constituição patriarcal de organização das relações sociais de gênero, observava a movimentação feminista com atenuantes olhares vigilantes e de condenação, como veremos a seguir (COSTALLAT, 1933 p.22):

Para o futuro

Lendo ‘Os Inconvenientes do Feminismo:

Si chegar o tal tempo das mulheres também serem ministras, é buraco; lavaremos panellas e colheres, passaremos café num grande sacco.

Não faremos mais nunca o pé-de-alferes ao passar junto a nós meninas taco porque logo dirão: - o que fizeres conto a tua mulher meu bom velhaco!

Nesse tempo as mulheres – sorte crua – desfarão e farão, lá pela rua, e nós, os homens, cabisbaixamente, ficaremos, em casa, cosinhando, lavando a roupa, o filho acalentando, si quisermos viver tranquilamente... Especial para ‘A voz dos outros’

É necessário salientar que quando a Revista expôs à leitora e ao leitor seu posicionamento quanto à emancipação feminina, ela defendia discursos que minimizam [ou negam] a importância da luta feminista, porém não nega a existência da força de trabalho que obteve após a Primeira Guerra Mundial; para garantir a demanda das mulheres por mais espaço na sociedade, não se tratava apenas de um lugar no espaço doméstico e se envolver no espaço público. Como destaca a revista a seguir (DE LORENZI, 1933, p. 09),

A emancipação da mulher

No advento do christianismo, a mulher teve a sua classificação, sendo lembrado que ella não nascera para ser escravizada. Depois... a noite dos tempos foi apagando a pouco e pouco essa advertencia (opportuna, diríamos nós) e... num salto de séculos estamos a presenciar o espectáculo suave de reclamações conciliadoramente femininas: as próprias condições creadas pelos homens, nas diversas transformações sociaes, como essa extraordinária da guerra mundial, vieram despertar lhe para a conquista, em termos, de seus direitos e dos deveres de fraternidade de seus irmãos, mais fortes, para com ella. Como poderíamos censurar a mulher que trabalha, cultiva sua intelligência, enriquece seus cabedais de sentimento, alegando que esse papel não lhe é natural, porque em tempos que se foram não eram esses os costumes, não eram essas condições? Seria um contraste, flagrante; se mudaram os meios, as condições e os hábitos, é necessário estar preparado para affrontal-os e venvel-os sem modificar a base social que lhes serve de controle. Sem prejuízo, exatamente contrariando essa possibilidade, pode se viver intelligentemente, realizando ao mesmo tempo belleza e bondade.

Aqui se tem uma narrativa discursivamente operada e assinada por uma mulher., considerando seu espaço de fala e o lugar que ocupa sua narrativa feminina, o que desperta uma disputa cultural para atualizar o contemporâneo, sob a lógica que conserva costumes e práticas que a revista valorizava; o conflito cultural posto atravessa, portanto, dela que, por sua vez, ecoam as contradições de seu tempo, demonstrando os pontos de valores e comportamentos para a existência pública e política das mulheres. Tais conflitos se materializam na Revista como dispositivo capaz de, enquanto fonte historiográfica, recuperar e dar ressonância a problemáticas mais substanciais de um dado período histórico.

Na linha de análise sobre as estratégias editoriais do semanário para abordar o debate acerca do direito à participação política das mulheres, destacamos que a revista desqualificou o voto feminino, usando de patrimonialismo comum na cultura política brasileira que serve tanto para justificar lógicas nos espaços públicos, com práticas e modos de ser e estar no espaço privado. E para exemplificar essa lógica, tem-se na revista o que poderia ser classificado como traição na perspectiva em votar contra os domínios do cônjuge (homem). Nela, há a descrição de uma casa (com alto poder aquisitivo) e contendo mulheres que podem votar; no entanto, a matriarca votou no partido oposto ao do seu marido, e ainda conseguiu atrair os votos das duas filhas,

transformando a atmosfera, aparentemente harmônica de sua casa, em um ambiente tóxico e afetando, com isso, o ânimo do esposo, que perderia “força” emocional e deixaria o erro entrar pela sua própria casa. Vejamos trecho de texto publicado (GIOCONDA, 1934, p. 22):

[...] E os lares desmancham como novellos de fumaça. Ali, aquella senhora, que é elemento de destaque em o meio social, votou contra o partido do qual é membro o seu proprio marido. As filhas seguiram-lhe o exemplo. Quem hoje pisa naquella casa, onde havia prazer, notará que só não chora o luxuoso mobiliario porque esse, emfim, não tem coração, mas, no entanto, se mantém numa frieza inexplicável.

A narrativa de negação das ideias feministas se reforça quando observada mais uma vez a tentativa de enfrentar o feminismo como campo político de reivindicação de igualdade de gênero. A revista usou como estratégia midiática a fuga das regras do debate no espaço público (confronto de argumentos) para refugiar-se em uma tentativa de confrontar os interlocutores e não suas respectivas ideias (CELSO, 1933, p. 12):

O surto feminista que, há onze anos atrás, esparso e individual, ainda se nos deparava embryonario, a despeito de todos os obstáculos opostos ao seu avanço, a despeito principalmente da inercia ambiente e da ignorância ou desinteresse da maioria prosseguiu sem desfalecimento na sua rota de victoria.

De victoria, sim, minhas senhoras e senhores.

Aos novos contingentes de nosso partido, a esse ardoroso e luzido grupo de jovens feministas da actualidade, que para exercerem as suas profissões, verem remunerado o trabalho de seus empregos, desfrutarem da liberdade igualitária do direito de voto, já encontrando a senda a meio desbravada, não puderam aniquilar da dificuldade dos primeiros passos, esta victoria não se antolhará tão extraordinária quanto a mim, por exemplo, que pertencente a uma geração de transição inda conheci de perto o poder jugulador do preconceito e a limitada intransigência dos velhos cânones da educação feminina.

Ao escolher determinadas palavras e expressões, como “surto”, “desfalecimento” e “rota de vitória”, o que se tem é uma estratégia midiática sustentada no discurso menos aberto à reflexão e, portanto, mais dogmático — fechado a reparações e contestações por se basear em referências de ordem moral que demandam crença e não racionalidade plena, reiterando e legitimando a associação do feminismo a bravatas e embutidas de patologia; afirma-se

nitidamente nas páginas da revista um discurso desviante, quase abjeto, para os parâmetros do feminismo.

No âmbito da construção discursiva elaborada pelo semanário, a tentativa de deslegitimar o feminismo envolve estratégias que se apropriam de outros discursos circundantes em lógica não aprofundada do assunto feminismo, utilizando o imaginário como estratégia metadiscursiva (MOTTA, 2002) em que a revista se ocupa de combater ideologias que afeta, na concepção dos editores, o bom funcionamento da sociedade, a estrutura lógica de poder.

No contexto histórico brasileiro e local, o combate ao comunismo tinha forte presença no Partido Liberal que, como dissemos, era apoiado pelo periódico. A narrativa da Revista insistiu em associar duas perspectivas distintas de mundo — comunismo e feminismo — para que, dessa bricolagem, potencializasse esquemas de interpretação capazes de combater culturalmente o pensamento dissidente. No expediente “Os Colibris de Gomôrria”, tendo como exemplo a mulher de personalidade “volátil”, desviantes contendo alusão de feminismo: “[...] No império do feminismo da confusão no calor, rege a lei do comunismo, o comunismo do amor. É crime e Natura enclausurar a mulher, cuja a virtude é mais pura quando ella faz o que quer!” (YANDAIA, 1931, p. 48).

Em profusão, não podemos desassociar o ataque ao feminismo, a forma como a Revista direciona ao seu público e suas estratégias midiáticas metadiscursivas que promovem a associação do feminismo com o comunismo. Entretanto, como registro de pesquisa, cabe ressaltar que o debate e a ofensiva ao comunismo não são vistos com tanta frequência na revista se compararmos ao debate sobre o feminismo, mas contendo valores semelhantes entre ambos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta análise, procuramos destacar o papel significativo que a revista “A Semana” teve para a problematização do feminismo e do sufragismo no cenário histórico investigado, pois trata-se de uma revista direcionada ao público feminino. No aspecto cultural, o periódico indica as mudanças sociopolíticas estruturantes e conservadoras do país, opondo-se ou apoiando — conforme necessidade da política que apoia (e da base financeira) — a

constituição do modernismo enquanto um fenômeno sociopolítico. A publicação pode ser compreendida como um potente instrumento midiático influenciador na sociedade de Belém, expondo o *modus operandi* de como se tecem as discussões socioculturais na imprensa de seu tempo, confrontando a agenda de práticas, costumes e comportamentos conservadores *versus* renovadores em Belém do Pará.

Dentre as concepções expostas no periódico, observou-se a intenção da revista em construir um discurso que buscava deslegitimar a demanda por direitos às mulheres, que pudessem igualar ou sobrepor a “naturalização das relações” sociais de gênero, baseadas em protocolos e práticas do patriarcado.

No decorrer da discussão, procuramos evidenciar que “A Semana” tem laços estreitos com o poder político vigente (local-nacional), apoiando-se explicitamente na base político-partidária liberal dos envolvidos no movimento de 1930. O posicionamento narrativo que desqualifica o discurso feminista é enfático e recorrente na Revista, lançando mão de todo o poder que um meio midiático poderia alcançar naquela época. A revista promove uma propaganda contrária e com suspeição ao sufragismo, sendo necessário considerar, portanto, o seu poder de representar, dado o papel histórico da imprensa brasileira e sua relação (quase) umbilical com o campo político (BARBOSA, 2007). Cabe destacar que essa característica da cobertura midiática negacionista da Revista sobre demandas por direitos e igualdade das mulheres estava presente quando o semanário se propunha a abordar o tema que, aliás, não era uma pauta recorrente de cobertura.

Por fim, entendemos que esta análise tem uma dimensão localizada, ou seja, observamos o debate sobre feminismo, direitos das mulheres e demandas por igualdade, tendo como *lócus* de observação a fonte histórica “A Semana”, revista voltada a uma classe social privilegiada (média e média alta) da cidade de Belém — lida no interior do Pará também. Essa ressalva é importante porque abre precedentes para que se possam observar, em futuras análises, outros dispositivos midiáticos, inclusive atinentes à imprensa alternativa, assim como o debate e o enquadramento das demandas de outros segmentos e/ou grupos sociais de mulheres na capital paraense, abrindo um flanco de investigações que envolva o jornalismo enquanto fonte de pesquisa histórica para observar

relações como as quais exploramos brevemente enquanto objeto de estudo da presente investigação.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Memória e Imagem do Feminismo e das Ligas Partidárias no Pará: 1910-1937. In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (org.). **A Mulher Existe?** - uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995, p 133-154.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. "ORMINDA E ENEIDA: duas versões do feminismo paraense". In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (org.). **Desafios de Identidade**: espaço – tempo de mulher. Belém: CEJUP, 1997, p. 125-146.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias, saberes, práticas: os estudos sobre mulheres entre as paraenses. **Rev. NUFEN**, São Paulo, v. 2, n. 1, , 2010. Disponível em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912010000100007. Acesso em: 17 maio 2024.

ARTE de ser marido. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p. 15, 1931.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa** – Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

A SEMANA. **Major Magalhães Barata, o Interventor modelo e que é, no Pará, uma figura querida pelo povo**, n. 690, mês de novembro, 1931

A.Z.V Do. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p.27, 1931.

BARABAIA, João. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p. 22, 1933.

BARBOSA, Clóvis. A moça mais leviana da minha província, posando para posteridade. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p.13, 1931.

BARROS, José d'Assunção. **Fontes históricas**. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

CANCELA, Cristina Donza. Relações familiares em Belém (1890-1940). In: BEZERA NETO, José Maia; GUZMAN, Décio Alencar (org.). **Terra Matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 407-420.

CÂNDIDO, Antonio. A Revolução de 1930 e a cultura. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 27-36, abr. 1984.

CAULFIELD, Sueann. **"Que virgindade é esta?"**: Julgando a honra da mulher moderna. In: EM defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de

Janeiro (1918-1940). - Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. p. 159-193.

CELSON, Maria Eugênia. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p.12, 1933.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONSELHO de beleza. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p. 19, 1934.

CONSULTÓRIO de Beleza. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p. 13, 1934.

COSTALLAT, Benjamim. Para o futuro. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p.22, 1933.

DE LORENZI, Nair. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p.09, 1933.

FENELON, Déa Ribeiro. A Revolução de 1930: historiografia e pesquisa. **Estudos ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 7, n. 1/2, p. 15-30, 1981.

FONTES, Edilza. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 - 1935). **Revista Estudos Políticos** (PPGCP/UFF), Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2013 (2). Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/buscar/cultura-e-politica-dos-anos-trinta-no-brasil-e-as-memorias-do-interventor-do-para-magalhaes-barata-1930-1935>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro-RJ. Edição Graal, 1988.

FRAGA, Andre B.; LAGO, Mayra C.; MOURELLE, Thiago. Interpretações sobre a Revolução de 1930: história e historiografia. **Antíteses**, Londrina, v.15, n. 29, p. 220-249, 2022.

GIOCONDA. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p.14, 1934.

GIOCONDA. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p.22, 1934.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker editores e EDUSP, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo. Editora: contexto, 2006, p.111-154.

MAIA, Máira Oliveira. **Jogos políticos na Terra Imatura**: as experiências políticas dos Modernistas Paraenses (1930-1945). 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

MATHEUS, Leticia Cantarela. Paul Ricoeur e a narrativa além do gênero discursivo. **Galáxia**, São Paulo, v. 1, n. 46, p. 1-16, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NEVES, Berilo. A arte de ser marido. **A Semana: Revista Ilustrada**, Nazaré, PA, p.18, 1931.

OLIVEIRA, Hermogenes de. **A Semana: Revista Ilustrada**, Nazaré, PA, p.30, 1933.

OS inconvenientes do 'Rimmy. **A Semana: Revista Ilustrada**, Nazaré, PA, p. 116, 1931.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. *In*: MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel (org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 13-26.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

RICOEUR, Paul. **O Discurso da Ação**. Lisboa: Edições 70, 2012.

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163–209, 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SANDES, Noé Freire. 1930: entre a memória e a história. **História Revista**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 143-160, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. Riquezas, tributos e mercado de trabalho em Belém do Pará, 1890-1910. *In*: FIGUEIREDO Aldrim Mourão de; ALVES, Moema de Bacelar (org.). **Tesouros da Memória - História e Patrimônio no Grão-Pará**. Belém: Ministério da Fazenda - Gerência Regional de Administração no Pará/ Museu de Arte de Belém, 2009. p. 181- 191.

S/AUTOR. **A Semana: Revista Ilustrada**, Nazaré, PA, p.116, 1931.

S/AUTOR. **A Semana: Revista Ilustrada**, Nazaré, PA, p. 136, 193.

S/AUTOR. **A Semana: Revista Ilustrada**, Nazaré, PA, p.18, 1934.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989.

SPINOSA, Vanessa. Casamento e relações conjugais: da convivência à separação (Belém- 1930 a 1940). In: BEZERA NETO, José Maia; GUZMAN, Décio Alencar (org.). **Terra matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002. p.421-432.

YANDAIA, Procopio. **A Semana**: Revista Ilustrada, Nazaré, PA, p.48, 1931.

Recebido em 10-10-2024

Aprovado para publicação em 05-05-2025

A FEDERALIZAÇÃO DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI E SUA RELAÇÃO COM A ESTRUTURAÇÃO DA REDE CIENTÍFICA NACIONAL NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 1950

THE FEDERALIZATION OF THE EMÍLIO GOELDI MUSEUM OF PARÁ AND ITS RELATIONSHIP WITH THE STRUCTURING OF THE NATIONAL SCIENTIFIC NETWORK IN THE AMAZON IN THE 1950S

JOÃO VICTOR MOURA¹

NELSON SANJAD²

RESUMO

O processo de federalização do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) na década de 1950 é um marco crucial para a instituição, sinalizando a reabertura de suas seções científicas e o reaparelhamento do museu. Este artigo analisa não apenas a federalização do Museu Goeldi, mas também a rede científica formada entre o Museu Nacional (MN), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) na reconstrução institucional do MPEG. Essa rede está diretamente ligada ao desenvolvimento da política científica no Brasil nos anos 1950, um período de intensificação das pesquisas na Amazônia e de propostas de desenvolvimento econômico do Estado para a região. O artigo também examina os discursos políticos e sociais que influenciaram a federalização do museu. Para alcançar os resultados pretendidos, foi realizado um estudo bibliográfico aprofundado sobre o contexto da época, complementado pela análise de documentos, como correspondências e relatórios institucionais. Esse trabalho visou reconstruir o processo de federalização e entender a atuação dos institutos científicos na revitalização do MPEG. Conclui-se que a federalização foi marcada por articulações entre institutos de pesquisa e o Museu Nacional, desempenhando um papel fundamental na reestruturação do MPEG.

¹ Licenciado em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Atual Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) na Universidade Federal do Pará (UFPA). Email do autor: jvictorcorleone@gmail.com.

² Pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPHIST), Universidade Federal do Pará (UFPA), e do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS), Museu Goeldi. Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). E-mail do autor: nsanjad@museu-goeldi.br.

Palavras-chave: Rede científica. Política científica. Federalização.

ABSTRACT

The federalization process of the Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) in the 1950s is a crucial milestone for the institution, signaling the reopening of its scientific sections and the re-equipment of the museum. This article analyzes not only the federalization of the Goeldi Museum, but also the scientific network formed between the National Museum (MN), the National Institute for Amazon Research (INPA) and the Superintendency of the Amazon Economic Valorization Plan (SPVEA) in the reconstruction institutional MPEG. This network is directly linked to the development of scientific policy in Brazil in the 1950s, a period of intensification of research in the Amazon and of State economic development proposals for the region. The article also examines the political and social discourses that influenced the federalization of the museum. To achieve the desired results, an in-depth bibliographic study was carried out in the context of the time, complemented by the analysis of documents, such as correspondence and institutional reports. This work aimed to reconstruct the federalization process and understand the role of scientific institutes in revitalizing MPEG. It is concluded that federalization was marked by articulations between research institutes and the National Museum, playing a fundamental role in the restructuring of MPEG.

Keywords: Scientific network. Science policy. Federalization.

INTRODUÇÃO

O discurso sobre a Amazônia e sua interpretação pelo Estado brasileiro mudaram ao longo do século XX, especialmente durante a Era Vargas (1930-1945). Segundo Sandra Pesavento (1994), o processo de modernização do Estado nesse período levou à criação de órgãos e funções administrativas voltadas para educação, saúde, cultura e desenvolvimento científico regional. Um exemplo disso é o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), fundado em 1939. De acordo com André Silva e Dominichi de Sá (2019), esse instituto fazia parte da política desenvolvimentista regional de Vargas, com foco na utilização agrícola da Amazônia. A "Marcha para o Oeste" foi uma das ações para integrar a região ao poder central. Rômulo Andrade (2010) afirma que essa política buscava superar a estagnação e o atraso amazônico e garantir o desenvolvimento súbito em áreas políticas. Diego Leal (2023) destaca o uso de estratégias político-ideológicas para legitimar a intervenção estatal na região e garantir o desenvolvimento súbito em áreas políticas.

Na década de 1950, a política científica nacional se desenvolveu, com mais pesquisas e cooperação internacional. Regina Morel (1979) e Simon Schwartzman (2015) destacam que a criação do CNPq resultou de um processo complexo de articulação científica, impulsionado pela mobilização da comunidade científica para estabelecer instituições que iriam fomentar o avanço científico e tecnológico naquele momento. Esse período foi crucial para a construção de uma rede científica na Amazônia, com o CNPq e o Governo Federal criando novas instituições de pesquisa, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), fundado em 1952, e fortalecendo o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que foi federalizado. O trabalho abordará o processo de federalização do MPEG, essencial para sua revitalização, com reformas na infraestrutura e reativação de seções científicas, ampliando sua capacidade de desenvolvimento.

O artigo propõe avaliar, por meio de fontes bibliográficas e documentais, a participação dos institutos de pesquisa na federalização do museu, focando em sua reestruturação. A primeira parte analisa o perfil institucional do MPEG nos anos 1950 e os problemas enfrentados. Em seguida, discutirá a federalização sob diferentes perspectivas, incluindo domínio público, debate político e interesses envolvidos. Por fim, o artigo analisará as mudanças institucionais e sua reestruturação científica, incluindo alterações orçamentárias e a atuação dos institutos e órgãos que auxiliaram o MPEG nesse processo.

1. DA TRAJETÓRIA DO MUSEU PARAENSE E SEU PERFIL INSTITUCIONAL EM ANOS DE 1950

O Museu Paraense Emílio Goeldi, fundado em 1866, é uma das instituições científicas mais antigas do Brasil, com origens na época imperial. Reconhecida como uma das principais instituições científicas da Amazônia, desempenha um papel crucial na preservação e pesquisa da biodiversidade e cultura regional. Sua criação se insere no contexto histórico da época, quando museus de história natural eram centros de atividade científica, especialmente na transição do século XIX para o XX, conhecida como a “era dos museus” (Lopes, 1997).

Durante o Brasil imperial, o Museu Paraense se destacou como pioneiro

na institucionalização da ciência na Amazônia, especialmente após 1894, quando o zoólogo suíço Emílio Goeldi assumiu a direção, transformando-o em uma autoridade científica sobre a região. O período analisado corresponde à gestão de Armando Bordallo (1951-1955), crucial para a implementação da federalização. Para essa análise, foram utilizadas diversas fontes documentais do acervo referente à gestão de Bordallo, como correspondências, relatórios anuais e jornais da época, que retratam os problemas vivenciados pelo museu.

Ao examinar a realidade do MPEG na década de 1950, destaca-se de forma assertiva a falta de verbas cedidas pelo Governo do Estado na época. Os valores recebidos pela instituição eram diminutos, o que desencadeou uma série de problemas e contratempos, considerados como um dos principais catalisadores dessas dificuldades. A seguir, será apresentado um trecho de uma correspondência, especificamente um ofício enviado por Bordallo ao Secretário de Educação e Cultura, Sr. Dr. José Filho.

O museu precisa de receber urgentemente recursos materiais capazes de lhe dar vida. Não somente para salvar o seu patrimônio material, mas capaz de permitir a obtenção de técnicos e cientistas que possam movimentar as suas seções. Há falta de técnicos, por isso não há pesquisa, nem são realizados trabalhos de natureza científica; não podemos fazer excursões, por isso não temos material de estudo [...] nos falta o dinheiro necessário (Ofício, 22 de fevereiro de 1954).

No fragmento, Bordallo destaca a necessidade de conservar as coleções, reativar a pesquisa com pessoal qualificado, realizar expedições na Amazônia e revitalizar as seções científicas com profissionais especializados. Essas observações revelam a dificuldade do museu em avançar nas pesquisas devido a problemas internos. Relatórios anuais de 1952 mencionam a falta de pessoal qualificado e recursos financeiros como principais obstáculos ao desenvolvimento pleno das pesquisas. O relatório de 1952 também detalha as necessidades, como a construção de viveiros para animais, e a carência de funcionários capacitados e especializados, conforme indicado em relatórios de gestão de 1952 (Relatório de Armando Bordallo da Silva, 1952).

A instituição enfrentava sérias lacunas, como a ausência de um botânico e a carência de um geólogo, que comprometem seu funcionamento pleno. Essas deficiências foram destacadas no relatório de 1952 por Armando Bordallo da Silva, que também mencionou a falta de outros funcionários essenciais, como botânicos e veterinários, necessários para lidar com problemas como a alta

mortalidade de animais. Em um ofício de 12 de março de 1953, Bordallo destacou: “O índice de mortalidade de animais no Museu é grande por vários fatores, entre os quais a falta de um veterinário para assisti-los” (Ofício, 12 de março de 1953). Outro problema significativo era a escassez de verbas para excursões científicas. Em um ofício de 12 de maio de 1952, o diretor da Divisão de Caça e Pesca, Sr. Aldyr Gomes, solicitou exemplares de jacaré do gênero Caiman. Bordallo respondeu que não seria possível atender ao pedido devido à falta de recursos para expedições, indicando que essas atividades eram esporádicas e não contínuas, por conta dos problemas institucionais. A instituição frequentemente passava longos períodos sem realizar expedições de grande porte devido a essas limitações financeiras (Ofício, 12 de maio de 1952).

1.2. “SÓ RESTA A LEMBRANÇA”: ECOS DA CRISE DO MUSEU PARAENSE NOS JORNAIS

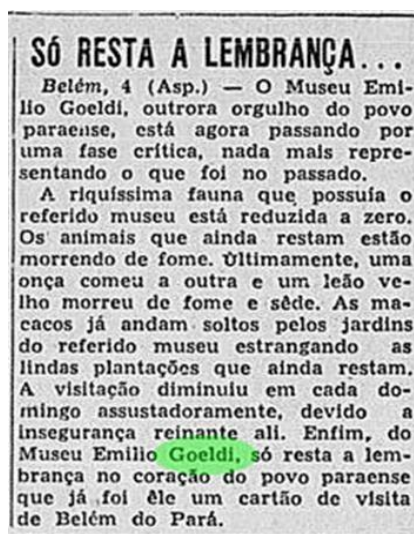
Durante o processo de federalização, o Museu Paraense encontrava-se em situação precária, por diversos fatores já mencionados. No entanto, é relevante analisar a percepção pública sobre seu estado. Este tópico e o seguinte discutem a questão pública e política da federalização, destacando que ela ocorreu em diferentes escalas e deve ser compreendida por múltiplas perspectivas. Nesse contexto, Emilly Santos (2014) apresenta o museu como um espaço de alta sociabilidade e afetividade para a população paraense, sendo especialmente frequentado aos finais de semana. A autora analisa como, desde a época de Emílio Goeldi, o museu se projeta dentro do parque e como a população local desenvolve relações sociais com o espaço zoobotânico. Essa relação remonta aos primeiros anos da instituição, que, como destaca Sanjad (2010), sempre teve um papel educativo e público para a sociedade.

Nesse cenário, é evidente que o museu já mantinha contato com parte da sociedade desde sua fundação. Contudo, essa interação tornou-se mais evidente com a chegada de Emílio Goeldi à direção em 1891. Sob sua liderança, o espaço físico do Museu Paraense tornou-se mais atrativo, despertando a curiosidade de visitantes de diferentes classes sociais nos dias de visita. Em que nessa perspectiva, afirma-se que “O Museo Estadual criou raiz e adquiriu positiva *sympathia* por parte do povo, havendo entre os visitantes muitos

frequentadores regulares e assíduos" (Goeldi, 1897, p. 51). A participação da sociedade, incluindo o público e a imprensa, foi fundamental para evitar que a federalização do museu fosse vista como uma decisão isolada de um "gabinete burocrático". Nesse contexto, as críticas publicadas nos jornais da época refletiam o sentimento local diante do suposto descaso com a instituição. Os jornais destacaram a precarização do museu e suas dificuldades, sendo fundamentais para compreender o debate sobre sua situação.

Figura 1 - Recorte do jornal Correio da Manhã (RJ), publicado em 5 de set. de 1954, p.

3



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.³

O jornal mencionado oferece indícios das críticas ao museu, especialmente pela manchete "só resta a lembrança", essa expressão sugere um saudosismo, indicando que algo que um dia foi grandioso agora é lembrado apenas como um resquício de um passado glorioso, saudosismo esse em relação ao período áureo da instituição sob a gestão de Emílio Goeldi. O final do século XIX e início do século XX servem como referência para comparar a antiga vitalidade científica do museu. A cobertura jornalística vai além da denúncia dos problemas, criticando também os responsáveis pela preservação do patrimônio, o que implicava o Governo Estadual e o Federal. A manchete do *Diário de Pernambuco*, de 2 de junho de 1949, exemplifica essas críticas, apontando os "verdadeiros culpados" pela situação precária da instituição. Nesse contexto, é

³ Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

evidente a responsabilidade atribuída à União em relação ao MPEG, o que demonstra que já antes da federalização havia planos de subvenção propostos pelo Governo Federal como forma de revitalizar a instituição.

As críticas de visitantes também são evidentes nos relatórios internos do museu. Por exemplo, no relatório de gestão de 1952, o diretor Armando Bordallo afirma: “Quanto à crítica que vez por outra fazem os visitantes de que este museu se apresenta desfalcado de grande número de animais [...]” (Relatório de Armando Bordallo da Silva, 1952). Este trecho indica que os visitantes detinham conhecimento sobre os problemas institucionais, expressando críticas significativas que deveriam, como se pode afirmar, conduzir a melhorias na administração e no cuidado com o espaço. Dessa forma, o papel da opinião pública é de grande importância, pois essa desaprovação gerava a necessidade para o diretor e para o Governo do Estado de pensar em soluções concretas para restaurar a qualidade do museu.

1.3 A FEDERALIZAÇÃO EM SUA ESFERA PÚBLICA

Dentro desse contexto, é essencial investigar como o processo da federalização foi debatido politicamente e estrategicamente, especialmente nas iniciativas do então diretor, Armando Bordallo da Silva. Bordallo desempenhou um papel crucial ao interpelar o governador do Estado, Zacarias Assumpção, sobre a necessidade de revitalizar o museu. Em diversas ocasiões, Bordallo solicitou ao governo estadual maior suporte financeiro e orientações sobre como proceder com a revitalização da instituição. Em 5 de março de 1954, Bordallo enviou um ofício diretamente ao governador, reiterando a inoperância do Museu Paraense frente aos problemas enfrentados. Esse documento é significativo porque Bordallo apresenta três sugestões ao governador para viabilizar o financiamento adequado do museu:

[...] em relatório dirigido ao Governo do Estado em 22 de fevereiro de 1954, tecendo comentários a respeito da situação de verdadeira inoperância científica do Museu Paraense [...] apresentou 3 sugestões: [...] 1º- promovendo entendimentos junto ao Governo Federal, no sentido de ser conseguida a federalização do Museu Paraense [...] no sentido de obter maiores e mais regulares verbas, de modo a se executar um plano de soerguimento do Museu. 2º- organizando-se uma sociedade particular de âmbito nacional, prestigiosa e influente,

política e financeiramente capaz e idônea, de assumir a responsabilidade, junto ao Governo do Estado [...] da administração do Museu, durante pelo menos 5 anos, levantasse conseguisse recursos econômicos capazes de soerguer e recuperar o patrimônio material e cultural do museu [...] 3º- Realizando um convênio com o Serviço de Valorização da Amazônia, dando-se assim ao Museu Paraense [...] pelo prazo de 20 anos, os recursos indispensáveis que garantirão sua utilíssima finalidade (Ofício, 5 de março de 1954).

O documento mostra as propostas que permeiam a federalização, em um primeiro momento, chamam a atenção pelo fato de não vislumbrar uma solução local, mas sim no âmbito federal. Como alternativas à federalização, isto é, à transferência da instituição para a administração direta da União, foram arroladas duas outras, sendo uma voltada para uma “sociedade particular”, mas de âmbito nacional, e a outra para uma autarquia federal, a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA),⁴ a qual junto ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)⁵. O documento também sugere que o processo de federalização já estava em andamento, aguardando apenas a autorização final do governador para ser efetivamente iniciado.

O processo deveria ser executado de maneira rápida, o que é evidenciado pela variedade de opções apresentadas pelo diretor do museu. Esse movimento parece ser uma estratégia inteligente, embora possa também refletir uma certa urgência e desespero. A aceleração do processo de federalização está claramente associada à Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e ao seu Plano Quinquenal, que começaria a ser implementado em janeiro de 1955. O documento também deixa claro o interesse de Bordallo em federalizar a instituição antes da implementação do Plano Quinquenal da SPVEA.

Permite-nos, ainda, o Governo do Estado, prejudgando a terceira sugestão como mais valiosa e talvez exequível lembre a necessidade de apresentá-la quanto antes a fim de poder fazer parte do Plano Quinquenal do Serviço de Valorização da Amazônia, ora em estudo e preparo (Ofício, 5 de março de 1954).

⁴ A SPVEA foi um órgão criado em 1953, tendo sua principal função implementar planos e mudanças estruturais para a região Norte, ligados principalmente ao desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

⁵ O INPA foi um instituto criado em 1952, criado com o objetivo de pesquisar e fornecer conhecimentos sobre a região Amazônica, focando nos sistemas social, ambiental, econômico e cultural da região, objetivando o conhecimento científico e tecnológico regional.

A instituição foi, de fato, federalizada antes da implantação do Plano Quinquenal, em dezembro de 1954. Pode-se concluir que a estratégia escolhida iria garantir para a instituição tanto as verbas do CNPq quanto as da SPVEA, como de fato aconteceu. Por conta disso, é indispensável compreender a importância do plano elaborado pela SPVEA - o primeiro Plano Quinquenal de 1955 abordado aqui - e seus desdobramentos posteriores na federalização do MPEG. Esse órgão surge vinculado às pretensões de modernização, desenvolvimento científico, social e, principalmente, econômico da Amazônia. Trabalhos como o de Rômulo Andrade (2024) abordam o processo vivido pela região desde a década de 1930, buscando entender como a Amazônia foi interpretada e transformada pelo Estado brasileiro a partir daquele período. O trabalho relaciona esse processo ao pensamento desenvolvimentista e analisa como tais políticas foram utilizadas pelo governo federal para integrar a Amazônia ao projeto nacional — muitas vezes com consequências devastadoras para os ecossistemas e para as populações locais.

Outro autor que aprofunda a análise do Plano Quinquenal da SPVEA é Thomaz Mougey (2018). O autor discute a intervenção direta da SPVEA na Amazônia, destacando que o órgão recebeu autorização para envolver quaisquer instituições públicas e colaborar com o setor privado no cumprimento de sua missão de modernização da região. Nesse contexto, a maioria das agências científicas e de fomento existentes na Amazônia — como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e, posteriormente, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) — foi incorporada à estrutura da SPVEA. Esses órgãos passaram a receber verbas e programas de pesquisa com o objetivo de alinhar suas atividades à agenda de modernização nacional. O propósito central era transformar o rico ecossistema amazônico na força motriz do desenvolvimento do Brasil.

As instituições envolvidas foram reorganizadas para atender a esse projeto, que concebia um plano de ocupação racional e de modernização econômica de toda a bacia amazônica. Esse plano era visto como um modelo para a construção de um Brasil unificado e moderno. A proposta visava integrar territorial, econômica e socialmente a Amazônia à unidade nacional, de forma

que os planejadores pudessem identificar racionalmente e criar, com base científica, novas estruturas socioeconômicas, técnicas, morais e humanas que promovessem um desenvolvimento duradouro. Como parte desse processo de "mercantilização científica" do ecossistema amazônico, o INPA implantou um vasto programa de pesquisa prática, que incluía desde o estudo da composição, utilidade e capacidade de cultivo de plantas endêmicas até pesquisas ecológicas sobre cadeias alimentares de peixes com potencial de exploração comercial.

O episódio da federalização, aliado a essa nova forma de o Estado interpretar e transformar a Amazônia por meio da política, da ciência e da economia, pode ser compreendido como o início de um novo ciclo na relação entre ciência e intervenções estatais. A partir desse ponto, é possível identificar maiores investimentos nos institutos de pesquisa da região, pois, como mencionado no trabalho, houve justificativas para a criação de instituições científicas, como o INPA, o IAN, além da revitalização de outras, como o Museu Paraense. Assim, à medida que a interpretação do Governo Federal em relação ao espaço amazônico se transforma, tornou-se necessário repensar o papel dos institutos de pesquisa como agentes fundamentais nessa intervenção baseada em ciência e tecnologia.

Nos próximos debates que serão desenvolvidos ao longo do trabalho, será demonstrado que essa premissa é verificável, considerando o aumento — ou, ao menos, a intensificação — dos trabalhos apresentados nas sessões científicas do Museu Goeldi, bem como o desdobramento de pesquisas conjuntas entre instituições nacionais sobre a biodiversidade, a população e o território da região. Assim, no dia 7 de dezembro de 1954, o MPEG adentrou em seu processo de federalização, com assinatura, na cidade de Belém, do convênio que transferiu a administração da instituição ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) pelo período de 20 anos. O documento assinado apresenta 13 cláusulas que estabelecem pontos importantes sobre o acordo e as questões que deveriam ser respeitadas pelos órgãos e instituições envolvidas.

A cerimônia contou com a participação de pessoas importantes para a compreensão do processo de federalização do MPEG, sendo presidida pelo governador do Pará, Zacarias de Assumpção, e com presença do diretor do

INPA, Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, do diretor do Museu Goeldi, Armando Bordallo da Silva, do superintendente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Artur Cesar Ferreira Reis,⁶ e do arcebispo do Pará, Mário de Miranda Vilas-Boa, como consta no documento da federalização— será exposto mais adiante no texto —, o qual descreve o dia e os sujeitos presentes no dia de assinatura do acordo entre o Governo do Estado e o INPA.

Figura 2 - Fotografia do acordo de federalização do MPEG assinado em 1954, da esquerda para direita estão o Dr. Armando Bordallo, n.i., Dr. Olympio da Fonseca (diretor do INPA e representante do CNPq), Dr. Artur Cesar Reis (superintendente da SPVEA)



Fonte: Bordallo (2019).

As primeiras cláusulas do documento assinado na federalização reiteram que o museu, sob a nova administração, manteria sua autonomia científica e de gestão, embora o INPA tivesse controle sobre certas questões relacionadas ao MPEG. Por exemplo, nas cláusulas 2, 3 e 9 do acordo, é concedida ao INPA autonomia para realizar reformas e fazer escolhas sobre o pessoal do Museu Goeldi. O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) teria o poder de decisão sobre a seleção de novos pesquisadores e sobre toda a equipe técnica do museu. Contudo, uma cláusula destaca explicitamente a finalidade imposta ao INPA para ser desenvolvida no Museu Goeldi. Essa cláusula é a de número 11, que estipula o seguinte:

⁶ Foi um renomado político e historiador brasileiro, tendo várias obras de destaque sobre estudos e pesquisas sobre a Amazônia, como seu ilustre livro chamado “História do Amazonas” de 1931. Dentre os cargos de destaque em funções públicas no país, destaca-se seu papel como superintendente do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) atual e diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

[...] em seu orçamento e das dotações gerais possam ser para o mesmo objetivo aplicadas, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, promoverá o reequipamento do Museu Paraense “Emílio Goeldi”, a restauração de suas instalações, a atualização de sua biblioteca, ao mesmo tempo que o procurará dotar de um quadro de especialistas nacionais e estrangeiros a altura [...] (CNPq, 1954).

Nesse sentido, retomando as primeiras ações tomadas após a federalização do MPEG, temos a ação feita pelo diretor do INPA, Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, o qual nomeou um Conselho Consultivo (INPA, 09 de abril de 1955). Os indivíduos convidados a integrar esse conselho eram figuras de prestígio e poder social, como evidenciado pelos nomes mencionados no documento. Entre os mais proeminentes estão o Governador do Estado, Sr. Zacarias de Assumpção, e o Sr. Artur César Ferreira Reis. A escolha desses nomes não foi aleatória, na tentativa de colocar pessoas influentes no conselho, objetivando garantir que as demandas do museu fossem atendidas adequadamente. Essas figuras de destaque teriam a responsabilidade de obter apoio para projetos e recursos futuros necessários ao MPEG, refletindo uma estratégia deliberada para assegurar a continuidade e o desenvolvimento do museu.

2. A RECONSTRUÇÃO DO MUSEU PARAENSE: OS DESAFIOS, MUDANÇAS E O APOIO DA REDE CIENTÍFICA NACIONAL NA FEDERALIZAÇÃO

A política científica começou a se consolidar no Brasil na década de 1950, com a criação de órgãos como o CNPq em 1951, possuindo como seu primeiro diretor o Sr. Alvaro Alberto Silva⁷. Um ponto de conexão importante com o processo de federalização do MPEG em 1954 é o crescente interesse do Estado brasileiro pela Amazônia. É nesse contexto de fortalecimento do Estado que surgem novos órgãos científicos, fundamentais para orientar a inserção efetiva do Estado na dinâmica científica do país. Diante desse panorama, é crucial

⁷ Esteve ligado diretamente a criação de uma instituição governamental, cuja principal função seria incrementar, amparar e coordenar a pesquisa científica nacional, no caso o que viria ser o CNPq. Assim, foi também o responsável pela proposta de criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aprovada em 1951, o qual presidiu até 1955. Respeitado no meio acadêmico, Álvaro Alberto sempre defendeu que o desenvolvimento científico e tecnológico estava intimamente ligado com a prosperidade do país. E acreditando nisso, deu início a uma nova era na pesquisa científica no país, com a criação do CNPq.

destacar as instituições envolvidas na federalização do MPEG, oficializada em 1954: o INPA, o CNPq, a SPVEA e o Museu Nacional⁸.

A criação do CNPq marcou um novo paradigma nas relações entre Estado e ciência no Brasil, com o Estado assumindo um papel ativo no incentivo à produção científica, concedendo auxílios, verbas e promovendo a formação de pesquisadores. Nesse contexto, surgiu o INPA, refletindo a visão estratégica sobre a Amazônia, considerada uma fronteira científica e cultural. Segundo Priscila Faulhaber (2005), o INPA foi parte da estratégia estatal de explorar o potencial científico da região. Marcos Maio (2005) destaca que houve um debate sobre a criação do Instituto da Hiléia Amazônica (IIHA), com a proposta de um centro internacional de pesquisa, mas o projeto foi rejeitado por preocupações com a soberania nacional. Em seu lugar, fundou-se o INPA, que passou a liderar as pesquisas na região em colaboração com outros centros amazônicos. Esse processo foi impulsionado pela mobilização da comunidade científica brasileira, que articulou esforços para fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico no país.

2.1 AS MUDANÇAS ADVINDAS COM A FEDERALIZAÇÃO: A RECONSTRUÇÃO DO MPEG E SUA INSERÇÃO EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA PELA SPVEA

⁸ O Museu Nacional desempenha um papel importante na história do Museu Paraense Emílio Goeldi, sendo possível destacar a rede formada entre essas instituições, especialmente nos aspectos de intercâmbio de coleções científicas, na rede de apoio científico que se consolidou entre elas e, principalmente, na circulação e articulação de pesquisadores entre ambas. Um exemplo relevante remonta ao período da chegada do zoólogo suíço Emílio Goeldi ao Brasil, em 1884, para atuar como naturalista. Pouco tempo depois, ele foi convidado por Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional, para assumir o cargo de naturalista viajante da instituição. Nessa função, Goeldi participou de diversas expedições científicas, coletando espécimes e ampliando o acervo do museu, especialmente nas áreas de zoologia e botânica. Essa experiência foi fundamental para consolidar a reputação científica de Goeldi no Brasil, colocando-o em contato com outros naturalistas importantes da época e aprofundando seu conhecimento sobre a fauna e flora brasileiras. Em 1894, Goeldi foi convidado para dirigir o Museu Paraense (em Belém do Pará), que então passava por dificuldades. Ele reformulou completamente a instituição, organizando exposições científicas, ampliando as pesquisas de campo e fundando importantes publicações acadêmicas. Essa transformação fez com que o Museu Paraense se tornasse uma das principais instituições científicas do país. Em reconhecimento ao seu trabalho, o museu passou a se chamar Museu Paraense Emílio Goeldi após sua morte. Ver mais em: SANJAD, Nelson. **Emílio Goeldi (1859-1917): a aventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil**. Versão para o francês, Janine Houard. Rio de Janeiro: EMC, 2009, 232p. .

Antes de discutir as mudanças provocadas pela federalização, é importante destacar a escassez de estudos aprofundados sobre esse processo no MPEG. Muitas obras apenas reproduzem informações básicas, sem analisar em detalhe os debates e transformações envolvidos. Um exemplo é o livro *Talento e Atitude*, de Oswaldo Cunha (1989), que integra uma coleção biográfica sobre diretores e pesquisadores do museu. O autor destaca a trajetória e as contribuições dos pesquisadores, mencionando a chegada de Walter Egler em 19 de setembro de 1955 e as obras de reestruturação do MPEG, sem, contudo, aprofundar a análise da federalização. Com a federalização, Armando Bordallo deixa a direção, sendo sucedido por Egler, que veio do Museu Nacional ao INPA em 1956. Esse novo período foi marcado por intenso trabalho de reconstrução e por um crescimento na capacidade de desenvolvimento científico da instituição.

A federalização em si como debatido mudou a relação orçamentária e administrativa do MPEG, passando agora aos cuidados e aplicação de verbas pelo Governo Federal através do INPA a partir de 1954 de um lado, e verbas que são aplicadas na instituição pela SPVEA do outro. Para melhor visualização de como ficou o arranjo de aplicação de verbas para o Museu a partir de 1954, foi necessário a criação de uma tabela com as porcentagens de verbas aplicadas pelos órgãos do Governo Federal à instituição – entre 1955 a 1958⁹ – após a federalização.

Tabela 1 - Referente às porcentagens orçamentárias concedidas ao Museu Paraense entre os anos de 1955 a 1958

	SPVEA	CNPq	Estado	Diversos
1955	29,6%	44,3%	23,3%	2,8%
1956	49,8%	48,7%	—	1,5%

⁹ Não foi possível atestar os dados até 1959, devido ao problema da grande fragmentação de dados orçamentários nas documentações, ocorrendo uma certa imprecisão nos números totais aplicados ao Museu Paraense naquele ano.

1957	54,5%	45,5%	_____	_____
1958	48,4%	51,6%	_____	_____

Fonte: Autoria própria.

Os dados apresentados acima evidenciam a rápida aplicação de verbas na reconstrução da instituição. Uma observação perceptível é que o Governo do Estado do Pará deixa de listar as contas orçamentárias do Museu, tornando-se mais evidente a partir de 1956, quando ocorre a interrupção total do repasse de verbas para o MPEG. Além disso, chama a atenção o fato de que o CNPq e a SPVEA passaram a assumir quase 50% do orçamento da instituição nos anos seguintes à federalização, indicando que a reconstrução do Museu Paraense se tornou um foco de aplicação de verbas significativas. Em 1955, o museu recebeu uma verba para a reestruturação da instituição e a revitalização do parque zoológico, no valor de Cr\$ 5.188.000,00, as quais vieram do INPA, CNPq e SPVEA.

O movimento orçamentário atestado acima deixa claro o aumento das verbas aplicadas no Museu Paraense, destacando-se o incremento do orçamento anual do MPEG a partir de 1955. Nos primeiros anos da federalização, esses novos recursos possibilitam sua aplicação de forma incisiva na instituição, especialmente na aquisição de equipamentos para pesquisas científicas e na revitalização de edifícios, além de outras obras de infraestrutura. A documentação indica que o museu passou por um reenquadramento de suas instalações, com melhorias progressivas ou substituição por novas estruturas e que as reformas atenderam às necessidades dos pesquisadores e contribuíram para os objetivos de revitalização do (Relatório anual, 1955).

Os valores acima mencionados, podem ficar de forma abstrata em um primeiro momento sem algumas informações prévias. Por exemplo, ao coletar dados dos anos anteriores à federalização, mais precisamente nos quatro que precedem esse momento, foi possível ver um pouco dos valores médios que o MPEG recebia do Governo do Estado. O valor tomado no exemplo que será

inserido a seguir está dentro das documentações¹⁰ dos balancetes anuais de prestação de contas do Museu, o ano aqui selecionado é o de 1954, nele é mostrado a quantia cedida pelo Governo do Estado ao Museu naquele ano. Por exemplo, o balancete de 1954 revela que o Museu recebeu cerca de Cr\$ 485.344,50 do Governo Estadual naquele ano. Ao comparar esse valor com os montantes recebidos após a federalização, nota-se um aumento significativo. O valor das verbas injetadas na instituição saltou de menos de meio milhão de cruzeiros para valores milionários no ano seguinte, demonstrando um incremento substancial no financiamento do MPEG após a federalização (Balancete de prestação de contas, 1954).

Nesse momento, constata-se a primeira mudança que ocorreu no MPEG, essa presença de maiores verbas é de extrema importância pois, assim como afirmado no capítulo anterior, os principais problemas que o Museu Goeldi perpassa eram catalisados principalmente pela disponibilidade de verbas diminutas a instituição, a qual não conseguia manter sua vitalidade em pronta ação. Diante dessa nova situação orçamentária, intensas obras começaram a ser desenvolvidas no parque zoológico, nos pavilhões destinados às sessões de pesquisa, na aquisição de equipamentos, entre outras melhorias. O relatório de atividades anuais de 1956 destaca uma série de obras realizadas no Museu durante o ano de 1955. Em 4 de outubro de 1956, o Museu Paraense foi reaberto, pois durante as obras suas atividades cessam e o trecho a seguir apresenta algumas informações sobre essa reabertura:

O interesse do público pela nova realização ficou patenteado pelo afluxo no domingo seguinte ao da data de inauguração, quando foi registrada uma frequência de cerca de 4.000 visitantes. Procurando manter vivo o interesse do público pelas exposições, realizadas sempre com interesse didático e ilustrativo, estão previstas modificações periódicas para renovar a matéria exposta” (Relatório de Walter Egler, 1956, p. 3).

¹⁰ Esse dado foi retirado do balancete de prestação de contas anual de 1954 do Museu Goeldi, nele consta as dotações cedidas pelo Governo do Estado ao MPEG naquele ano para seu pleno funcionamento durante o ano. Contudo, um dos grandes problemas é que muitos alguns valores se perderam e acabam por dificultar ver sequencialmente de forma precisa os valores, por conta disso acabou por se utilizar de forma ampla o balancete de alguns anos que estão mais completos, por isso foi necessário selecionar o de 1954, sendo um dos mais precisos em seus dados.

O fragmento destaca o expressivo aumento no número de visitantes do parque após sua reinauguração, evidenciando a recuperação do interesse da população paraense. A organização voltada ao público, com exposições e abordagens didáticas, também contribuiu para esse sucesso. Desde o século XIX, o desempenho do Museu Paraense pode ser avaliado pelo número de visitantes, como aponta Sanjad (2008), que registra visitas expressivas entre 1885 e 1907, no período da direção de Emílio Goeldi. Após a federalização, o número de visitantes aumentou exponencialmente, refletindo uma revitalização da instituição. Em 1953, último ano antes da federalização, o museu recebeu cerca de 57.043 visitantes; em 1957, primeiro ano da reabertura sob a federalização, o número saltou para cerca de 208.000. Esses dados indicam que a revitalização institucional foi claramente percebida pelo público, configurando um novo período de grande agitação e apreço da população pelo museu, similar ao vivido na época de Goeldi. O número de visitantes funciona, assim, como um “termômetro” social do estado da instituição em diferentes momentos.

Adentramos nesse momento, sobre algumas obras que se destacam nesse momento de federalização, pois elas são importantes para se compreender a dimensão dessa nova fase institucional, porque ampliaram a capacidade de pesquisa instalada na instituição, elevando a um patamar superior ao que havia nas dependências da entidade. É possível verificar na prática a conexão de várias instituições para o fomento de pesquisas no MPEG e para a revitalização da instituição, como o CNPq e o Museu Nacional. Essa cooperação foi fundamental para manter o labor científico dentro do museu e o pleno funcionamento e reativação de seções que estavam com suas atividades suspensas. Logo ao adentrar em 1955, ocorre as primeiras práticas de acionar o CNPq em questões emergenciais que a entidade necessitava com certa urgência. No exposto a frente ocorre a comunicação que o Conselho Deliberativo havia aprovado o pedido de enviar recursos extras para o MPEG, no valor de Cr\$1.988.000,00, como forma de dar início prontamente a obras e sanar problemas de ordem emergenciais:

Dada a profunda estima, a quase veneração que a população de Belém dedica ao Museu, e o papel preponderante que deverá ele desempenhar no plano e pesquisas científicas a serem desenvolvidas pelo INPA, resolvemos desde logo [...] solicitar ao

Conselho Nacional de Pesquisas modificação das dotações orçamentárias do INPA, no sentido de, aproveitando recursos não mais aplicáveis no ano, neste instituto, acudir o Museu nas suas mais urgentes necessidades. [...] Sessão do colendo Conselho Deliberativo, realizada em 1º de dezembro de 1955, recebeu o Museu um reforço de verba, ainda para 1955, no valor de Cr\$1.988.000,00, destinado às obras gerais de recuperação e ao equipamento de seus laboratórios (Relatório anual do INPA, 1956, p. 5).

Os dados mostram que a instituição começou a receber grandes quantias de verba, principalmente para questões emergenciais e de menor complexidade. Um exemplo é a biblioteca do Museu Goeldi, criada em 1894, que passou por uma atualização e reestruturação significativa a partir desse período. A recuperação da biblioteca foi coordenada por Clara Galvão, bibliotecária enviada do Museu Nacional para implementar a reorganização, conforme aponta Léa Diniz (1981). Durante esses anos, verbas substanciais foram alocadas para a biblioteca pela SPVEA, como evidenciado no relatório anual do INPA de 1955, em que está posto que “o Dr. Arthur Cesar Reis, quando à frente da Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia, pretendia destinar à biblioteca do Museu Goeldi, em 1956, a verba de Cr\$500.000,00” (Relatório anual INPA, 1955).

A maior disponibilidade de verbas, ajudou a mobilizar a aquisição de novos livros, publicações entre outras questões e aparatos que necessitavam da biblioteca do Museu Goeldi. Essa era uma das principais obras que poderiam ser realizadas no seio institucional do Museu, visto que como aponta Diniz (1981), com a crise econômica do período de decadência da borracha na região refletiu nas bases de verbas e estruturalmente na entidade e por conseguinte nos setores de pesquisa e na biblioteca. Nesse ponto, já vale destacar essa atuação do Museu Nacional junto ao MPEG, nessa relação conjunta que o Museu Nacional¹¹ coordena de perto a reestruturação do Museu Paraense.

Neste debate, é claro que a reorganização e reestruturação da biblioteca envolveu a atuação da SPVEA e do Museu Nacional. Durante o processo de federalização, houve uma intensa cooperação entre essas instituições para

¹¹ Cabe ressaltar que pesquisadores do Museu Nacional vieram para o MPEG para promover um auxílio operacional nas atividades científicas e organizacionais nas sessões, porém acabam em sua maioria por não serem incorporados definitivamente ao quadro de funcionários definitivos do Museu, sendo algo mais temporário.

revitalizar o Museu Paraense. Esse contexto revela que, longe de ser uma ação puramente altruísta, o investimento em grandes somas no Museu Goeldi estava associado a expectativas de retorno. Assim, muitos projetos e pesquisas atribuídos ao Museu Paraense após sua federalização refletem os interesses da SPVEA. A relação entre a disponibilização de verbas e a demanda por pesquisas alinhadas aos interesses da SPVEA pode ser vista como uma forma de "mão dupla", onde o financiamento vem acompanhado de exigências para atender a objetivos específicos.

Além disso, houve essa entrada de pesquisadores do Museu Nacional em outras dependências das sessões de pesquisa da entidade. Por exemplo, na sessão de geologia ocorreu a entrada do Dr. Walter da Silva Curvelo, então geólogo do Museu Nacional (Relatório anual, 1955). Essa dinâmica de cooperação de auxílio ao Museu é recorrente, em vários outros setores podem ser identificados a incorporação temporária de pesquisadores do Museu Nacional. Essa afirmação pode ser comprovada com as informações contidas em outro relatório anual do INPA do ano de 1957, em que é informado a presença de outro pesquisador à frente do comando da sessão de mineralogia e geologia do Museu Paraense. O trecho que destaca essa informação é breve, porém afirma que

O setor de geologia e mineralogia desde fins de 1955 vem sendo dirigida pelo pesquisador Cândido Simões Ferreira, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, cedido em regime de colaboração para reorganizar a mesma desde a morte dos dois geólogos europeus, F. Katzer e Von Kraatz, que iniciaram os trabalhos do setor ainda no século passado, ficou a mesma abandonada. [...] ficaram suspensas todas as atividades de pesquisa geológica por falta de pessoal capacitado (INPA, 1957, p. 15).

Esse fragmento revela informações que vão além da participação novamente de pesquisadores do Museu Nacional na reconstrução do MPEG, afirmando que sessões, como as citadas na documentação, estavam abandonadas por um regime muito grande de tempo. Essa informação acaba por mostrar a inoperância científica que se alastrava na instituição, seja por falta de verbas ou como a fonte mostra, ocorre a falta de pessoal capacitado para a realização de atividades de pesquisa. Retomando a questão da inoperância

científica no Museu, é possível se debater planos propostos pelo INPA para sanar essa condição problemática. Contudo, é preciso antes mostrar um pouco do papel do INPA na ciência da Amazônia naquele momento. O ponto mais delicado era a contratação de pessoal qualificado, “em que o Instituto [INPA] se vem empenhando e há de se empenhar-se no futuro, é o de recrutamento de pessoal técnico [...] Os homens de ciência são numericamente insuficientes em nosso país” (INPA, 1956, p. 10).

O exposto acima aborda a problemática que afetava diretamente ao Museu, e que se espalhava a outras entidades científicas contidas na Amazônia. Ao pontuar as observações feitas no relatório, percebe-se as dificuldades de contratação de mão de obra qualificada para trabalhar na Amazônia, região considerada de vida mais difícil que as demais. Esse apontamento é delineado neste relatório, em que é possível ver uma certa rejeição de muitos pesquisadores de outras localidades do país para a região, preferindo outras áreas do país vistas com potenciais de garantir melhores condições de vida e maior suporte para os pesquisadores e seus estudos. E esse problema era uma das tarefas do INPA desde sua criação, onde ficou estabelecido que:

Uma das finalidades do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia é o levantamento cultural da região, a ser alcançada pela realização de cursos e concessão de bolsas de estudos no país e no estrangeiro. Pela seção de ensino e aperfeiçoamento foram realizados quatro cursos de dialetologia, pedagogia e metodologia para professores de cursos primários [para] auxiliar de laboratórios [...] (INPA, 1957, p. 27).

Assim, o INPA assumiu a responsabilidade pela profissionalização de cientistas e do corpo técnico para sua sede em Manaus e para o MPEG. O INPA também firmou convênios e parcerias com instituições renomadas, como o Instituto Agrônomo do Norte (IAN) e o Instituto Evandro Chagas (IEC), ambos em Belém. Segundo o relatório de 1956, o objetivo era transformar esses centros científicos em “[...] unidades básicas de pesquisa e de formação de técnicos” (INPA, 1956, p. 24). De acordo com o relatório anual de 1955, a intenção do INPA era “[...] tornar esses centros científicos uma de suas unidades básicas de pesquisa e de formação de técnicos” (INPA, 1955, p. 28). A documentação reflete a busca por instituições mais bem preparadas, com profissionais melhor

capacitados, para atender às demandas de pesquisa e fornecer mão de obra qualificada para a região amazônica.

Nessa premissa, o INPA seria visto pelo Governo Federal como capaz de formar um número maior de profissionais especializados para pesquisas na Amazônia. Isso corrobora o que foi afirmado anteriormente sobre o interesse dessas instituições na federalização do Museu Paraense. O INPA, ao buscar usar esses centros como polos de apoio científico, visava criar pesquisadores para seus objetivos na Amazônia. Uma hipótese é que, devido à maior influência do Museu Nacional sobre o Museu Paraense, o INPA não precisou se preocupar tanto com o aperfeiçoamento do MPEG. O Museu Nacional, sendo o modelo a ser seguido pelo Museu Goeldi, funcionava como um “espelho” para a reorganização do MPEG, já que seus pesquisadores estavam envolvidos diretamente com a instituição.

Além disso, a documentação mostra que, nesse período, o MPEG intensificou suas expedições e pesquisas de campo. Relatórios anuais de 1956 a 1959 indicam um aumento na frequência dessas expedições e na colaboração com outras instituições científicas nacionais e internacionais. Fazendo um apanhado geral apenas do relatório do INPA de 1957, temos as seguintes informações do que fora projetado para realização da sessão de Antropologia de pesquisa do Museu Paraense para o ano de 1958.¹² Para o ano de 1958, o Museu Paraense projetou para a sessão de Antropologia: A) Empreender uma prospecção arqueológica de áreas do Rio Negro e Solimões; B) Estudo estratigráfico dos cerâmicos de Santarém; estudos linguísticos de grupos indígenas da região Tocantins-Xingú; C) Estudo de comunidades indígenas e rurais do rio Negro; estudo de frentes pioneiras e comunidades indígenas da região Trombeta-Xingú; D) Estudo de comunidades indígenas das regiões de Trombeta e Parú; estudo de uma comunidade rural da área amazônica; levantamento de índices antro-po-físicos de escolares de Belém.

Posteriormente, vemos que desses estudos mais vastos e abundantes nesse novo momento do labor científico na instituição, surgiram publicações mais frequentes e mais numerosas que nos anos anteriores à crise em que o

¹² Nos relatórios do INPA é comum ver uma sessão do que fora projetado para o ano seguinte em pesquisas ou outros objetivos, em que cada sessão colocava projetos que deveriam ser realizados no ano seguinte.

museu se encontrava. Essa demanda maior de pesquisas e estudos nos mais variados campos está intrinsecamente ligada à estruturação do INPA e à confluência de auxílios originados do Plano Quinquenal da SPVEA, que projetava maiores investimentos e implementação de estudos sobre a região, principalmente de caráter econômico. Uma forma de verificar isso é através da Tabela 3, fruto do trabalho de R. Leite (1993), em que ela busca mostrar as publicações em variados períodos que o Museu Paraense desenvolveu.

Tabela 2 - Produção científica do MPEG entre 1894 e 1989 (Nº de artigos)

Área/Período	1894-1921	1930-1954	1955-1989	Total
Antropologia	7	2	179	188
Botânica	52	1	114	167
Geologia	18	3	36	57
Zoologia	57	14	184	255
Subtotal	134	20	513	667
Outras áreas	38	4	24	66
TOTAL	172	24	537	733

Fonte: Leite, R. A. O. **Difusão da ciência moderna em instituições de ciência e tecnologia: Um estudo de caso - o Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, 1993.

Os dados indicam um notável avanço na produção científica após 1955, evidenciando que a federalização revitalizou e expandiu a instituição, resultando em um aumento significativo na frequência e na escala dos trabalhos. Esse crescimento é atribuído ao planejamento estratégico do INPA, em colaboração com o CNPq, o Museu Nacional e a SPVEA. Os relatórios e planos anuais demonstram uma agenda científica específica que se integra aos demais esforços de pesquisa na região Norte. A comparação com o período anterior à federalização (1930-1954) revela esse avanço em pesquisas e publicações, confirmando que o Museu Paraense superou sua inatividade científica e retomou suas atividades na nova conjuntura. Isso se reflete nos boletins do Museu, que passaram a ser publicados com mais frequência após a federalização em 1955. O Boletim de tomo XI foi lançado em 1955 (Boletim do Museu Paraense Emílio

Goeldi, v. 11), seguido pelo tomo XII em 1956 (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 12).

A SPVEA, como mencionado, colaborou na reconstrução do MPEG, fornecendo, juntamente com o CNPq, verbas para seu reaparelhamento científico e estrutural. As demandas da SPVEA visavam fomentar a economia regional, exigindo pesquisas aplicadas nesse contexto. O Museu Paraense entrou na fase do Plano Quinquenal, iniciado em 1955 e que se estendeu até 1959. Um exemplo de trabalho desenvolvido pelo MPEG a pedido da SPVEA é a pesquisa sobre o babaçu, conforme o ofício enviado por Tito Cavalcante em 25 de novembro de 1955 (Cavalcanti, 1955). O Museu participou ativamente de pesquisas sobre produtos agrícolas da região, com destaque para o babaçu devido ao seu potencial na produção de combustível. Foi destinada uma verba de Cr\$ 7.000.000,00 ao INPA para a instalação de uma estação de pesquisa sobre essa espécie, como indicado no excerto a seguir:

Está por ser firmado um convênio pelo qual a SPVEA destinará ao Instituto [INPA] a importância de Cr\$ 7.000.000,00 para “Montagem e custeio de uma Estação Experimental e Usina piloto” para estudos de ecologia e tecnologia do babaçu no Maranhão [...] (INPA, 1956, p. 9).

Essa pesquisa ficou subordinada ao Centro de Pesquisas Florestais do INPA e ao Instituto de Óleos do Rio de Janeiro. Após a visita de profissionais do INPA nas zonas do babaçu do Maranhão, um relatório foi elaborado afirmando que o produto estava sendo desperdiçado naquele momento, que não tinha o aproveitamento adequado e que esse tipo de matéria prima merecia estudos aplicados. Nesse ponto, cabe mostrar que nem tudo foi resolvido com a federalização da instituição, mostrando numa visão não romantizada e ideal que tudo foi sanado ou que estava em perfeitas condições. O primeiro exemplo pode ser visto com o problema de repasse de verbas pelo Governo Federal, como o relatório do INPA de 1957 que afirmava: “Não tendo, porém, o pessoal do Museu Goeldi sido pago, até agora, devido à falta de solução para a respectiva situação funcional [...]” (INPA, 1957, p. 5).

Em outro documento, podemos ver as mesmas queixas e reclamações sendo proferidas, em que Walter Egler envia um ofício diretamente ao presidente

da Comissão de Planejamento da SPVEA, afirmando que “A situação financeira atual é a seguinte: dois meses de dívidas a fornecedores e inexistência absoluta de cobertura para efetuar o pagamento de pessoal no corrente mês. Longe, portanto, de ser “excelente” a sua situação financeira” (Ofício, 19 de junho de 1958). Alguns problemas que se seguem ainda no Museu, seja pela falta de técnicos ou repasse das verbas. Nesses problemas que continuam, é possível visualizar a saída de técnicos da instituição, denotando que os investimentos do INPA em capacitação de profissionais para a região e a tentativa de atrair maior número de pesquisadores para a Amazônia pela política estatal, acabou por não ser tão bem-sucedida em um tempo de implementação curto, ou seja, a curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi investigar o processo de federalização do Museu Paraense, ocorrido na década de 1950, fomentando e contribuindo para o debate sobre as múltiplas facetas com que esse processo pode ser encarado. Ao perpassar o debate público e político e buscar remontar o contexto institucional, tanto interno quanto externo ao Museu Goeldi — como os interesses nacionais sobre a Amazônia, por exemplo —, o estudo revela um processo complexo, inserido em um momento de reconfiguração das pesquisas científicas, das potencialidades econômicas e dos planos desenvolvimentistas voltados à região amazônica.

A pesquisa também aborda a construção de uma cooperação entre entidades nacionais (como CNPq, INPA, SPVEA e MN) na reestruturação do Museu Paraense, acompanhando as mudanças institucionais trazidas pela federalização e o novo arranjo proposto ao MPEG. Além disso, o trabalho fomenta o debate sobre a remodelação científica e institucional na Amazônia, evidenciando o papel dos empreendimentos e planos estatais nesse contexto.

Outra contribuição relevante está na oferta de informações mais detalhadas sobre o processo de federalização, preenchendo lacunas deixadas por estudos anteriores, que tratavam o tema de forma superficial. Ressalta-se, porém, que a federalização não solucionou todos os problemas institucionais do Museu Paraense, como demonstrado ao longo do trabalho. Ainda assim, teve o mérito de retirar a instituição de sua estagnação, promovendo sua revitalização

estrutural e científica, além de impulsionar um período de intenso desenvolvimento das pesquisas

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rômulo de Paula. Saúde e Desenvolvimento na Amazônia dos anos 50. In: XIV Encontro Regional da ANPUH-RJ - Memória e Patrimônio, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RJ: Memória e Patrimônio**, 2010.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, políticas e destruição (1930-1966)**. 2024.

Balancete anual das prestações de contas do Museu Paraense de 1954. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues. **Talento e atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi, I**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989, p.104-105.

DINIZ, Lea. A Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Acta Amazonica**. 11. 189-206, 1981.

Documento assinado de federalização do Museu Paraense entre o governo do Estado e o CNPq, em 07 de dezembro de 1954. Acervo: MPEG.

DOMINICHI, Miranda de Sá e Silva, André. **AMAZÔNIA BRASILEIRA, CELEIRO DO MUNDO: CIÊNCIA, AGRICULTURA E ECOLOGIA NO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE NOS ANOS 1940 E 1950**. Rev. Hist. (São Paulo). 2019. DOI: 10.11606/[issn.2316-9141.rh](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh)2019.145623. Acesso em: 21/07/2022.

FAULHABER, Priscila. **A história dos institutos de pesquisa na Amazônia . Estudos Avançados**, 19 (54), 241-257. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10080>. 2005. Acesso em: 13/05/2023.

GOELDI, Emílio. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Sodré, Governador do Estado do Pará, pelo Diretor do Museu Paraense. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, Belém, v. 2, n. 3, 1897.

Jornal Correio da Manhã (RJ), publicado em 5 de set. de 1954, p. 3. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

Jornal Diário de Pernambuco (PE), publicado em 02 de junho de 1949, p. 4. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_1=Museu%20

Goeldi Pasta=ano%20194 &hf=memoria.bn.br pages=34251. Acesso em: 11/10/2023.

LEAL, Diego. Trajetórias profissionais e instituições científicas na Era Vargas: a atuação política e científica de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1945). **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA**, 2023.

LEITE, Rose Oliveira. **Difusão da ciência moderna em instituições de ciência e tecnologia: Um estudo de caso - o Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, 1993.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica. Os Museus e as ciências naturais no século XIX**, Hucitec, 1997.

MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 53, p. 115–130, 2005.

Ofício de Armando Bordallo ao diretor da Divisão de Caça e Pesca, Aldyr Gomes. Pará, 12 de maio de 1952. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo.

MOUGEY, Thomaz. **Rastreado as Origens da Grande Aceleração do Brasil: O Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA e a Recuperação Tecnocientífica da Amazônia, 1945-1959**. 2018.

MOREL, Regina Lúcia. **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

Ofício de Armando Bordalo da Silva a destinatário não identificado. Pará, 12 de março de 1953. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo, Livro de ofícios enviados. Dossiê: Secretaria de Educação e Cultura.

Ofício de Armando Bordallo ao secretário de educação e cultura do Estado. Belém, 22 de fevereiro de 1954. Museu Paraense Emílio Goeldi. Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo, Livro de ofícios enviados. Dossiê: Secretaria de Educação e Cultura.

Ofício enviado por Armando Bordallo ao Governador do Estado. Belém, 05 de março de 1954. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo.

Ofício de Olympio Ribeiro da Fonseca. 09 de abril de 1955. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo.

Ofício de Tito Arcoverde Albuquerque Cavalcanti ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Pará, 25 de novembro de 1955. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Walter Egler. Dossiê: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

Relatório anual de 1952 enviado por Armando Bordallo ao secretário de educação e cultura do Estado. Belém, 12 de março de 1953. Museu Paraense Emílio Goeldi. Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo, Livro de ofícios enviados. Dossiê: Secretaria de Educação e Cultura.

Relatório de Armando Bordallo da Silva. Pará, 12 de março de 1953. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo, Livro de ofícios enviados. Dossiê: Secretaria de Educação e Cultura.

Relatório anual do ano de 1955 do INPA sobre o Museu Goeldi. Manaus, 17 de janeiro de 1956. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Walter Egler. Dossiê: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Relatório anual do ano de 1956 do INPA sobre o Museu Goeldi. Manaus, 17 de janeiro de 1956. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Walter Egler. Dossiê: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Relatório anual do ano de 1957 do INPA sobre o Museu Goeldi. Manaus, 31 de dezembro de 1957. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Walter Egler. Dossiê: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, p. 492, 2010.

SANJAD, Nelson. **A revitalização do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi: em busca de uma nova relação com o público**. Museologia e Patrimônio, v.1, p. 123-127, 2008.

SANJAD, Nelson. Bela Adormecida entre vigília e o sono: uma leitura da historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1894-2000, **In Conhecimento e Fronteira: história da Ciência na Amazônia**, org. Priscila Faulhaber & Peter Mann de Toledo (Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001).

SANJAD, Nelson. Emílio Goeldi (1859-1917) e a Institucionalização das Ciências Naturais na Amazônia. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 5, p. 455-477, 2006.

SANTOS, Emilly Cristine Barbosa dos. **Público familiar no parque zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Orientador: Luiz Tadeu da Costa. 2014. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Ciências da Arte,

Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/2238>. Acesso em: 17/05/2023.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência - a formação da comunidade científica no Brasil**. Campinas, editora da UNICAMP. 4º ed. 2015.

Recebido em 22/10/2024.

Aprovado para publicação em 07/07/2025.

O ESTIGMA QUE MATA

Os discursos sobre HIV/AIDS no jornal *O Pasquim* (SP) - 1980 a 1990

THE STIGMA THAT KILLS

The discourses on HIV/AIDS in the newspaper *O Pasquim* (SP) - 1980 to 1990

NATAN DE OLIVEIRA REZENDE¹

ISMAEL GONÇALVES ALVES²

DANIELA PISTORELLO³

RESUMO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA, em inglês *AIDS*) surgiu como uma das doenças mais impactantes do século XX, desencadeando uma crise de saúde global e alterando significativamente a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o HIV/AIDS atingiu o status de epidemia, e a mídia brasileira desempenhou um papel fundamental na construção dos discursos relacionados a essa enfermidade. Este estudo tem como objetivo analisar os discursos presentes no periódico *O Pasquim* de São Paulo, em relação ao HIV/AIDS e à hoje intitulada comunidade LGBTQIAPN+ no intuito de compreender a formação discursiva dos sujeitos portadores da doença, e para tal utilizaremos da análise do discurso entremeada pelos estudos de gênero.

Palavras-chave: HIV/AIDS. Discursos. *O Pasquim*. Estigma. Homossexualidade.

ABSTRACT

Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS) emerged as one of the most impactful diseases of the 20th century, triggering a global health crisis and significantly altering the lives of millions of people around the world. Throughout the 1980s and 1990s, HIV/AIDS reached epidemic status, and the Brazilian media played a key role in constructing discourses related to this disease. The

¹ Licenciado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestrando em Desenvolvimento socioeconômico (PPGDS - UNESC). E-mail do autor: natanlvr@unesc.net. <https://orcid.org/0000-0002-7481-2648>.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Curso de História, do Programa de Pós-Graduação em de Desenvolvimento Socioeconômico, e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: iga@unesc.net. <https://orcid.org/0000-0003-3580-9101>.

³ Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

aim of this study is to analyze the discourses present in the São Paulo newspaper O Pasquim in relation to HIV/AIDS and what is now known as the LGBTQIAPN+ community, in order to understand the discursive formation of the subjects with the disease, using discourse analysis interspersed with gender studies.

Keywords: HIV/AIDS. Discourses. O Pasquim. Stigmas. Homosexuality.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar os discursos presentes no periódico *O Pasquim*, de São Paulo, relacionados ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e a comunidade LGBTQIAPN+. A escolha deste periódico está relacionada a sua aproximação com os sujeitos ditos desviantes como gays, lésbicas e militantes políticos, bem como lugar que os mesmos ocupavam em diversos espaços da revista. No entanto, mesmo sendo um veículo de comunicação considerado destoante da mídia hegemônica, por propor uma leitura satírica do mundo, sobretudo contra ao regime militar, O Pasquim, assim como outras mídias tradicionais, também difundiu discursos equivocados e preconceituosos com relação aos portadores de HIV/AIDS. Assim, estudar as questões de gênero e sexualidade que envolvem a comunidade LGBTQIAPN+ se alinha ao movimento acadêmico-político de reafirmação identitária diante da imposição de normas compulsórias de gênero.

A histórica aproximação da comunidade LGBTQIAPN+ com HIV/AIDS, relaciona-se a ideia de que suas sexualidades, tidas como desviantes, são responsáveis por seu processo de adoecimento, e por isso devem sentir no corpo os impactos de uma vida desregrada, o que por sua vez, acaba prejudicando seu acesso a cuidados de saúde, bem como acolhimento social. Somando-se os estigmas sobre sua sexualidade, as difíceis condições socioeconômicas enfrentadas por muitas pessoas LGBTQIAPN+ as tornam mais vulneráveis ao HIV/AIDS devido à falta de informações sobre sexo seguro e acesso inadequado aos serviços de saúde. À medida que a sociedade muda rumo a uma educação sexual inclusiva, como igualdade de acesso à informação e cuidados de saúde, espera-se superar esses estigmas, promovendo uma

sociedade mais justa e inclusiva para todas as pessoas, independentemente de sua sexualidade ou identidade de gênero.

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) emergiu como uma das doenças mais devastadoras do século XX, desencadeando uma crise de saúde global e transformando a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Durante as décadas de 1980 e 1990, o HIV/AIDS alcançou o status de epidemia, e a mídia brasileira desempenhou um papel crucial na construção dos discursos associados a essa doença.

No contexto brasileiro, o HIV/AIDS foi inicialmente retratado como uma sentença de morte, gerando medo e pânico generalizados na sociedade. A mídia desempenhou um papel significativo na disseminação desses discursos, reforçando estereótipos negativos e associando a doença a práticas sexuais e sexualidades consideradas desviantes. A homossexualidade masculina foi especialmente estigmatizada, e a AIDS passou a ser vista como uma “praga” dentro da chamada comunidade gay, que enfrentou acusações de ser responsável pela propagação da doença.

Nesse contexto, os jornais desempenham um papel central como fontes históricas, pois refletem as intencionalidades e a mentalidade de uma época. No que diz respeito ao HIV/AIDS os discursos presentes nas reportagens, editoriais e opiniões veiculadas pelos jornais carregam consigo a visão predominante da sociedade sobre a doença e seus portadores, construindo narrativas de inclusão e exclusão. A mídia funcionou como um poderoso instrumento de esclarecimento, fornecendo informações sobre a doença, modos de transmissão e medidas preventivas. No entanto, também contribuiu para a disseminação de um imaginário coletivo ligado a perversões sexuais, posturas desviantes e sexualidades não hegemônicas, perpetuando estigmas e preconceitos com aqueles que não correspondem as expectativas sociais depositadas sobre si.

Diante das diferentes configurações societárias e dos discursos acerca da população LGBTQIAPN+, buscaremos entender: como as notícias atreladas a população gay e relacionadas ao HIV/AIDS foram veiculadas pelo periódico O Pasquim entre as décadas de 1980/90? Assim, compreender este processo é um importante caminho para analisar como a mídia brasileira reportou a epidemia de HIV/AIDS em seu período inicial, tendo em que cobertura estava

principalmente relacionada a população LGBTQIAPN+, pois estas pessoas eram consideradas corpos desviantes, e em grande medida entendidas como portadoras e/ou disseminadoras de tal doença.

A partir dos primeiros diagnosticados na década de 1980, viver com HIV/AIDS era sinônimo de uma prática sexual excessiva, desviante e desregrada. Essa construção social da AIDS, estabelecida à luz de conceitos preconceituosos e estigmatizantes, foi ancorada na moral dominante, patriarcal e heteronormativa da sociedade (FERNANDES & BRUNS, 2021, p. 62).

Para dar conta desta questão norteadora, elencamos como objetivo geral analisar os discursos presentes na mídia brasileira sobre o HIV/AIDS entre os anos de 1986 e 1999, explorando o papel desempenhado pelo O Pasquim na criação e difusão do imaginário coletivo sobre a doença. Como objetivos específicos organizamos dois pontos que serão desenvolvidos ao longo deste artigo. O primeiro, busca identificar os principais discursos sobre a chama epidemia de HIV/AIDS presentes nas fontes em edições de O Pasquim encontradas na Hemeroteca Digital Brasileira. O segundo, implica em analisar como as matérias jornalísticas se referiam à doença em termos de linguagem, representações e estereótipos.

Ao analisar outros periódicos, como o jornal “Notícias Populares”, e comparar com o O Pasquim, podemos perceber um certo padrão discursivo sobre o HIV/AIDS nas mídias nacionais, que durante muito tempo associou a doença a membros da comunidade LGBTQIAPN+, corroborando para uma visão preconceituosa sobre o tema. Assim, compreensão desses discursos é crucial para entender a construção social da doença e seus impactos na sociedade, além de lançar luz sobre os desafios enfrentados pelas comunidades afetadas, bem como as transformações que ocorreram ao longo do tempo.

No aspecto teórico utilizamos perspectivas presentes nos estudos de Michel Foucault (1996) e Judith Butler (2003; 2019). O primeiro trata-se da ideia de discurso presente na obra Foucault intitulada “A ordem do discurso”; nela enfatiza-se que o discurso não é simplesmente uma forma de comunicação, mas também uma ferramenta de poder. Ele argumenta que o poder se manifesta no

discurso, influenciando o que é dito e determinando quem tem o direito de falar. Assim, compreender como o discurso opera torna-se crucial para desvendar as dinâmicas de poder em uma sociedade. Assim, nas palavras do autor,

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - com o a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, P. 10).

Assim, compreendemos que a ideia de que o discurso não é um reflexo passivo da realidade, mas seu construtor ativo. Foucault propõe uma análise crítica do discurso que vai além da visão tradicional, que o considera apenas como expressão de ideias. Ele sugere que os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a constroem, moldando nossa compreensão do mundo. Associados a esta ideia, trabalharemos também com as questões de gênero levantadas por Judith Butler (2003), para quem o gênero não é uma característica inata, mas sim uma construção social e cultural que é repetidamente realizada e reforçada por meio de atos performativos, chamada por ela de Performatividade de Gênero. A autora ainda destaca como as normas de gênero são mantidas por meio da repetição de comportamentos e expressões que se encaixam nas categorias de masculinidade e feminilidade.

No que tange a organização das fontes, realizamos um levantamento de revistas e/ou jornais na Hemeroteca Nacional, utilizando um recorte temporal que dura de 1980 a 1999, com o intuito buscar manchetes ou textos que abordassem a temática. Os principais termos utilizados para pesquisa foram: “HIV”, “AIDS”, “Homossexualidade HIV”, “Homossexualismo HIV”, “Homossexualidade AIDS”, “Homossexualismo AIDS”, “Câncer gay” “HIV gay” e “Aids gay”. A partir disso, foram encontradas cerca de 54.997 ocorrências em diferentes jornais e semanários, o que nos levou a necessidade de estabelecer um recorte sobre o veículo de comunicação a ser analisada, e para este trabalho recorreremos ao O Pasquim (SP), devido a dois fatores principais, o primeiro está relacionado ao local, São Paulo, a cidade com a primeira morte registrada e

noticiada; e o segundo, relaciona-se ao perfil do próprio jornal, com tom humorístico e de clara oposição ao regime militar, tratando de temas menos convencionais para a sociedade da época. Com esse recorte, as ocorrências diminuíram para 41, sendo datadas entre 1986 até 1999.

1.HIV/AIDS COMO UMA DOENÇA GLOBAL: CONEXÕES ENTRE AS SEXUALIDADES DESVIANTES

O surgimento do HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é um capítulo importante na história da saúde e da doença global, com uma narrativa complexa que envolve a transmissão zoonótica de um vírus de primatas não humanos para seres humanos.

O HIV é um vírus que ataca o sistema imunológico humano, enfraquecendo gradualmente a capacidade do corpo de combater infecções e doenças. Ele é transmitido por meio de fluidos corporais, como sangue, sêmen, secreções vaginais e leite materno, e é mais comumente transmitido por relações sexuais desprotegidas, compartilhamento de agulhas contaminadas e de mãe para filho durante a gravidez, parto ou amamentação. A infecção pelo HIV é uma condição crônica que requer tratamento médico constante para controlar o vírus e manter a saúde do sistema imunológico.

Por outro lado, a AIDS é uma condição avançada causada pelo HIV, caracterizada por uma supressão severa do sistema imunológico, tornando o corpo suscetível a infecções graves, câncer e outras doenças oportunistas. A principal diferença entre eles é que o HIV é o vírus que causa a infecção, enquanto a AIDS é a fase avançada da infecção pelo HIV. O tratamento médico avançado permite que muitas pessoas com HIV controlem a infecção e evitem que ela progrida para a fase da AIDS, levando como isso, vidas mais saudáveis e mais longas com o devido cuidado médico.

Acredita-se que o vírus tenha tido sua origem na África Central, onde primatas como chimpanzés e macacos eram portadores de vírus simianos da imunodeficiência (SIV), que são geneticamente relacionados ao HIV. O salto da infecção dos primatas para os humanos teria ocorrido durante atividades como

a caça e o manuseio de carne de animais infectados, dando origem à teoria da "caça ao bushmeat" ou "caça ao macaco". Essa transmissão inicial pode ter sido um evento isolado, mas foi o ponto de partida de uma pandemia global.

Esse relato da transmissão é confirmado por diversos autores, dos quais um admitiu que o vírus da aids tivesse passado do macaco (principalmente o macaco verde) para o homem pelo contato íntimo desses animais com os nativos africanos, quer por arranhaduras ou mordidas, quer pelo hábito dessas populações ingerir como alimento a carne de macaco mal cozida, contendo em seus tecidos e fluidos (sangue, secreções) o vírus causal da doença (PINTO et al, 2007, p. 46).

À medida que o vírus foi transmitido aos humanos, passou por mutações e adaptações, evoluindo para o que conhecemos como HIV. Essas mutações permitiram que o vírus fosse transmitido mais eficazmente de pessoa para pessoa, principalmente por meio de comportamentos considerados de risco, como relações sexuais desprotegidas e o compartilhamento de agulhas entre usuários de drogas injetáveis. A identificação inicial da epidemia ocorreu na década de 1980, durante o processo de aumento acentuado de casos de imunodeficiência grave, observado nos Estados Unidos, especialmente entre homens gays e pessoas que usavam drogas injetáveis. Logo ficou claro que a epidemia era global, afetando diversas populações e regiões ao redor do mundo.

Em resposta ao HIV/AIDS, houve uma mobilização global sem precedentes, organizações internacionais, governos, Organizações não Governamentais (ONGs) e cientistas colaboraram para entender a doença, desenvolver testes, tratamentos e estratégias de prevenção. Campanhas de conscientização foram lançadas em todo o mundo para educar as pessoas sobre como se proteger contra o HIV/AIDS, que, por sua natureza multifacetada, desafiou as fronteiras nacionais e exigiu uma abordagem global.

Com o tempo, avanços médicos significativos, como terapias antirretrovirais altamente eficazes, transformaram o HIV/AIDS de uma sentença de morte a uma condição crônica gerenciável para muitas pessoas. No entanto, a epidemia continua a evoluir, com novas preocupações, como o acesso desigual ao tratamento e a prevenção da transmissão vertical de mãe para filho.

As pesquisas persistem na busca por uma cura definitiva, enquanto estratégias de prevenção e tratamento continuam a ser aprimoradas. O estigma relacionado à orientação sexual e identidade de gênero é um dos maiores desafios na prevenção e tratamento do HIV/AIDS em comunidades LGBTQIAPN+. A falta de aceitação social se torna um fator crítico na epidemia do HIV/AIDS pois, ao já serem discriminados por possuírem uma sexualidade considerada desviante, descobrir o status de soropositivo pode ser um empecilho a mais em suas vidas, o que leva a uma dupla estigmatização. O medo de julgamentos e discriminação ao buscar testes, tratamento ou ao revelar o status soropositivo pode desencorajar as pessoas a procurarem cuidados médicos e a adotar práticas sexuais mais seguras. Isso sublinha a importância de abordar não apenas a epidemia em si, mas também o estigma e a discriminação associados a doença.

Fica evidente a sensação de apreensão frequentemente vivenciada pelos usuários em diferentes momentos do processo de testagem: na chegada à recepção, quando temem ser estigmatizados por consultar informações sobre o teste, e durante a espera pelo atendimento, temendo ser reconhecidos por amigos, colegas de trabalho ou familiares que frequentam outros espaços do Centro de Saúde. O medo não estaria implicado apenas nas consequências fisiopatológicas de um resultado positivo e na ameaça da morte, fortemente associados à Aids, mas também na condição de “ser” um soropositivo. (SOARES & BRANDÃO, 2013, P. 716).

É importante compreender que tais sexualidades, consideradas desviantes, englobam um amplo espectro de identidades e práticas sexuais que de alguma forma divergem das normas tradicionais da sociedade, abrangendo comunidades LGBTQIAPN+ e outras minorias sexuais e de gênero. A relação entre essas comunidades e o HIV/AIDS é multifacetada e abrange diversos aspectos históricos baseados em preconceitos.

Historicamente, as comunidades LGBTQIAPN+ enfrentaram estigmatização, discriminação e marginalização em muitas partes do mundo. Esses obstáculos sociais e legais têm contribuído para a vulnerabilidade ao HIV/AIDS, uma vez que dificultam o acesso a informações importantes sobre prevenção, testagem e tratamento. Além disso, a falta de aceitação social pode levar a comportamentos de risco, uma vez que as pessoas podem relutar em

buscar apoio ou se identificar como parte dessas comunidades.

Diante desses desafios, comunidades LGBTQIAPN+ em todo o mundo se mobilizaram para enfrentar o HIV/AIDS. Organizações comunitárias desempenham um papel vital na resposta ao HIV/AIDS, oferecendo educação, apoio, serviços de teste e tratamento, bem como advocacia para garantir que as necessidades dessas comunidades sejam atendidas de maneira eficaz e sensível.

Políticas públicas de abrangência nacional podem, além de promover a prevenção e assistência às DST/Aids, servir como importante ferramenta de combate os processos sociais de estigma e discriminação em populações afetadas. A concepção que tais ações podem expressar a perspectiva acumulada no debate das agências internacionais e, ao mesmo tempo, ser um “termômetro” da inclusão da agenda do movimento social nacional de pessoas afetadas pela Aids. (ZUCCHI et al., 2013, p. 1070).

Programas de prevenção e educação específicos para comunidades LGBTQIAPN+ têm sido fundamentais na redução das taxas de infecção pelo HIV. Esses programas enfatizam a importância do sexo seguro, do uso de preservativos, do acesso a testes regulares e do tratamento precoce.

A chegada do HIV/AIDS ao Brasil durante a década de 1980 marcou um momento crítico na história da saúde pública do país. O vírus foi introduzido de várias maneiras, incluindo brasileiros que o contraíram durante viagens internacionais e pessoas que receberam transfusões de sangue contaminado. Segundo Sampaio (2018) em 1982, na cidade de São Paulo, foi confirmado o primeiro caso de AIDS no Brasil. Nesse período, o turismo internacional estava em ascensão, e muitos indivíduos adquiriram o vírus em destinos onde a epidemia já estava em estágios avançados.

Os primeiros casos documentados de HIV/AIDS no Brasil remontam a essa mesma década. Médicos e cientistas começaram a observar um aumento alarmante de pacientes com doenças oportunistas graves e incomuns, isso ocorre porque o HIV ataca o sistema imunológico, especificamente as células CD4, que desempenham um papel crucial na defesa do corpo contra infecções (FARIAS et al., 2022). À medida que o sistema imunológico enfraquece devido

à infecção pelo HIV, o corpo se torna vulnerável a uma variedade de infecções e doenças que, em pessoas saudáveis, seriam geralmente controladas ou evitadas. Desta forma, foi levantada a suspeita de uma nova e misteriosa epidemia.

Nas fases iniciais, a epidemia estava concentrada em grupos considerados de risco, com destaque para os homens que fazem sexo com homens (HSH) e pessoas que usavam drogas injetáveis. Essa concentração se deu, em parte, a comportamentos considerados de alto risco, como o sexo desprotegido e o compartilhamento de agulhas.

A associação do HIV/AIDS com esses grupos, considerados de risco, acabou contribuindo para a estigmatização da doença e das próprias comunidades afetadas, “a aids foi estereotipada como a doença dos ‘5H’, que significava ‘homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos e hookers” (Sampaio, 2018). Todo esse imaginário popular dificultou a conscientização e a prevenção eficaz, além de criar obstáculos para a busca de cuidados médicos.

No entanto, à medida que o número de casos de HIV/AIDS aumentaram, ficou claro que a epidemia representava uma ameaça significativa à saúde pública e a todas as pessoas do país, independente do grupo a qual supostamente pertencia. No ano de 1983, foram iniciadas campanhas, lideradas por grupos militantes compostos por médicos envolvidos na causa, homossexuais e intelectuais interessados na nova doença, pedindo para que houvesse um posicionamento do governo sobre o surto de AIDS.

A pressão desses grupos no estado de São Paulo levou as autoridades governamentais a estabelecerem o primeiro programa para controlar a aids no Brasil. Utilizando o Hospital Emílio Ribas como centro de referência, foi criado pela Secretaria de Saúde do estado de São Paulo um grupo de pesquisa de iniciativa do próprio governo, que permitiu a criação de diretrizes e protocolos para a implementação de medidas específicas para a aids, que posteriormente possibilitou a criação do Programa de Aids de São Paulo (SAMPAIO, 2018, p. 22).

Assim, o governo brasileiro adotou algumas medidas iniciais, como o Programa Nacional de DST/AIDS estabelecido em 1986, marcando um grande impacto na resposta à epidemia. Esse programa representou um compromisso

sério do governo em enfrentar o HIV/AIDS de maneira coordenada e abrangente.

Uma das medidas mais notáveis e progressistas adotadas pelo Brasil foi a política de acesso universal à terapia antirretroviral (TARV.) O país se tornou um dos pioneiros na distribuição gratuita de medicamentos para pessoas vivendo com HIV/AIDS, o que funcionou muito bem, pois os dados evidenciam os benefícios dessa política, “como a redução da mortalidade, diminuição das internações hospitalares e redução da incidência de infecções oportunistas e da transmissão vertical do HIV” (POLEJACK & SEIDL, 2010, p. 1202). Essa política revolucionária permitiu que milhares de brasileiros tivessem acesso ao tratamento, melhorando a qualidade de vida e aumentando a expectativa de vida das pessoas com HIV/AIDS.

A cooperação internacional também desempenhou um papel importante na resposta brasileira à epidemia, com parcerias estabelecidas com organizações internacionais de saúde e programas de cooperação técnica para compartilhar experiências e boas práticas. Essa fase inicial da epidemia lançou as bases para a resposta brasileira à AIDS. O país estabeleceu políticas de saúde que se tornaram referências globais, incluindo a distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais e a promoção de campanhas de prevenção. A história do HIV/AIDS no Brasil é um exemplo notável de como uma abordagem abrangente e cientificamente fundamentada pode fazer a diferença na luta contra uma doença devastadora.

2.O JORNAL O PASQUIM: UMA OUTRA VOZ NO REGIME AUTORITÁRIO

Criado em 1969 e idealizado pelo cartunista Jaguar (pseudônimo de Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe), no Rio de Janeiro, O Pasquim ganhou notoriedade por sua postura crítica, contestadora, e seu papel na resistência à censura e repressão do regime vigente. O jornal foi um dos mais emblemáticos e influentes do Brasil, principalmente durante o período da ditadura militar (1964-1985), sendo, inclusive, referenciado em canções como “Coqueiro verde” de Erasmo Carlos , tornando-se um símbolo da resistência jornalística brasileira. Com uma proposta editorial irreverente, O Pasquim se destacava por seu teor humorístico e satírico, abordando temas políticos, sociais e culturais de forma

ácida e crítica, destoando de boa parte dos demais veículos de informação que circulavam no país. Seu nome fazia referência aos pasquins, folhetos ou publicações satíricas contendo críticas sociais, e que frequentemente circulavam entre as diferentes camadas da população.

Era um veículo que ousava desafiar a censura imposta pelo governo, enfrentando a repressão, por meio de textos que confundiam os sensores devido ao seu grau de comicidade ou pelo tratamento de certos assuntos de forma mais velada. O jornal contava com a colaboração de importantes figuras da intelectualidade, do jornalismo e da cultura brasileira, como Laerte Coutinho, Ziraldo, Jaguar, Tarso de Castro, Millôr Fernandes, entre outros. Esses colaboradores contribuíam na produção de charges, textos e crônicas que desafiavam o regime, tornando-o um sucesso de tiragem, distribuição e consumo, em diferentes estados do país.

Desta forma, O Pasquim, originalmente carioca, conquistou a notável tiragem de cerca de 200 mil exemplares em todo o país, sendo distribuído em diversos estados. A versão do O Pasquim no Rio de Janeiro se tornou uma referência nacional, servindo de base para similares, em outras localidades, como São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte, por meio de uma ação de marketing inovadora, que incluía desde a inserção de encartes em jornais regionais menores até a formação de núcleos próprios de produção. A expansão para outras regiões, incluindo São Paulo, refletiram a mudança sociopolítica do país, que neste momento buscava compreender os dilemas nacionais a partir de perspectivas não-hegemônicas.

A versão paulista, analisada neste trabalho, foi idealizada pelo jornalista Paulo Markun, editor do jornal "Debates" e presidiu o sindicato da indústria Audiovisual do Estado de Santa Catarina, também sendo diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta, entidade mantenedora da TV Cultura, de junho de 2007 até junho de 2010 (ROCHA; SILVA, 2011). Contatado por Jaguar para liderar o projeto gráfico e editorial do jornal no Estado mais rico e populoso do Brasil. O objetivo era criar um semanário de humor e opinião para o público entre 18 e 45 anos, preenchendo uma lacuna existente entre os semanários do estado. A ideia do O Pasquim São Paulo era chegar nos de leitores que antes acompanhavam a versão organizada e distribuída entre o público fluminense. A

proposta editorial do O Pasquim São Paulo se diferenciava em alguns aspectos do O Pasquim carioca, como por exemplo, o aspecto regional das problemáticas tratadas, que por sua vez alcançava de maneira mais incisiva o público paulista. Enquanto mantinha a independência, a irreverência e a inteligência na abordagem dos temas, também se preocupava com a organização gráfica e a formalidade, permitindo certa contradição e diversidade de opiniões entre os colaboradores. (MARKUN, P, 1986, N.P.)

Markun destacava a importância de manter um equilíbrio na cobertura de diferentes correntes políticas, enfatizando a necessidade de pluralismo nas diferentes seções do periódico. O jornal aspirava a representar o ponto de vista paulista, mantendo uma perspectiva nacional e abrindo espaço para colaboradores do interior do estado.

Uma gozação do Jô Soares não é nada. O Carlito Maia escrevendo sobre o PMDB, é um artigo politicamente alinhado. Mas o Moacir Japiassú falando que a estátua do Borba Gato deveria ser a nossa estátua da Liberdade, não é nada, é uma gozação! Por exemplo: tem dois personagens que entram no O Pasquim, seguramente como os alvos prediletos dos colaboradores do jornal, o Jânio Quadros e o Paulo Maluf. Agora, se amanhã tiver um artigo do Geraldo Mello Mourão dizendo que o Maluf é o melhor candidato, uma coisa com qualidade, eu publico. Agora, se tiver dez artigos defendendo o Maluf, eu não vou publicar os dez. Então, esse equilíbrio exige bom senso, o que é a coisa mais difícil do jornal (MARKUN, 1986, p. 55-61).

O desafio do O Pasquim São Paulo era grande, considerando o contexto jornalístico da época marcado por diferenças entre as regiões e a necessidade de representação de outros pontos de vista. A tentativa de criar um jornal dito independente, inteligente e ao mesmo tempo diversificado e equilibrado em opiniões políticas foi a marca do projeto. (MARKUN, P, 1986, N.P.) Porém, mesmo com sua proposta inovadora, assim como outros periódicos, O Pasquim São Paulo também enfrentava certos problemas que se refletiam nas dificuldades editoriais em um contexto de transformações políticas e sociais.

O Pasquim São Paulo, inspirou a organização de outras publicações como “O São Paulo S.A.” e “O Bondinho”, que compartilhavam da mesma essência contestadora e de crítica política. No entanto, mesmo com sua

importante influência no mercado editorial brasileiro, após o fim da ditadura, em meados dos anos 1980, o jornal perdeu relevância, mas seu legado como um símbolo de resistência à repressão e como um marco na imprensa brasileira permaneceu até os dias atuais, influenciando gerações de jornalistas e artistas na defesa da liberdade de expressão e na crítica política.

3. DESCONSTRUINDO ESTIGMAS E ROMPENDO SILÊNCIOS: ANÁLISE DO PERIÓDICO E SUAS ABORDAGENS.

A associação inicial do HIV/AIDS a comportamentos estigmatizados, como o uso de drogas injetáveis e o sexo entre homens, este último, acompanhado normas compulsórias de gênero, foi fator determinante na forma como a sociedade brasileira respondeu à dita epidemia. Para compreender a forma como o estigma do HIV acompanhou diferentes sujeitos, devido a sua sexualidade e identidade de gênero mobilizaremos, as interpretações propostas por Judith Butler que em suas análises sobre a Performatividade de gênero e a construção social da identidade, define gênero da seguinte forma:

O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história asoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este acto contínuo e confundido com um dado linguístico ou natural, o poder e posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornado físico através de performances subversivas de vários tipos (BUTLER, 2011, p. 87).

Butler, nos oferece uma lente importante para entender como determinados comportamentos e formas de vidas são associados a certa moralidade hegemônica que por sua vez categorizava existências e corpos como supostamente “imorais” ou “desviantes”, esse processo foi o que sustentou durante muito tempo os discursos sobre pessoas soropositivas, e seus processos de adoecimento. Em 1981 um quadro de saúde chamou a atenção dos Estados Unidos: 41 indivíduos, todos homossexuais, apresentavam um raro câncer de pele denominado Sarcoma de Kaposi. O veículo de notícias NY Times

publicou a notícia que deixou uma série de dúvidas, pois o mesmo câncer aparecer em várias pessoas que se enquadravam em um mesmo grupo e ao mesmo tempo era praticamente improvável. As reportagens que se sucederam só corroboraram para aumentar o quadro de preocupação geral. Segundo Lizandro Lui (2013):

No mesmo ano, o jornal publicou outras reportagens, cada vez mais aumentando o quadro de preocupação, visto que, não se sabia o que estava acontecendo e nem o porquê daqueles indivíduos estarem apresentando tal estado clínico (LUI, 2013, p. 33).

Ainda no ano de 1981 o NY Times, em continuidade ao tom alarmista publicou outra notícia relacionada a um grupo de haitianos que morava no Brooklin, em Nova York, como portadores desse novo quadro infeccioso. No entanto, diferentemente do que havia anunciado anteriormente, o jornal afirmava que, neste caso, nenhum dos 23 homens relatava ter mantido atividades homossexuais, mas admitiram que utilizavam drogas intravenosas. Nos dois casos, os pesquisadores envolvidos nos estudos difundidos pelo jornal detectaram que “o sistema imunológico de muitos destes homens parece ter sido enfraquecido por razões desconhecidas”(LUI, 2013, p. 33).

Já no Brasil, uma das primeiras notícias sobre a doença foi veiculada pela revista Veja em 14/07/1982, na qual em uma curta reportagem um médico baiano explicava que a doença acometia pessoas homossexuais e estava relacionada ao fato de que as mesmas faziam uso de hormônios femininos e isso causaria esse quadro clínico peculiar. Nesse momento, por inicialmente estudos apontarem para a prevalência do HIV/AIDS na comunidade homossexual, tanto nos EUA como na Europa, a doença passou a ser rotulada como peste/câncer gay.

Diante de um rápido e letal processo contagioso, o HIV passou a ser pauta de inúmeros meios de comunicação, que alertavam para a periculosidade e a letalidade da doença entre a população. O HIV/AIDS, passou então a ocupar inúmeros espaços em diferentes mídias que se tornaram importantes veículos de informação, que por sua vez nem sempre estavam preocupados com a cientificidade e veracidade das matérias veiculadas. No Brasil, assim como em

outros lugares, falar sobre a doença e informar a população fazia-se necessário, mas isso nem sempre ocorreu de forma comprometida, dependendo muito da orientação editorial dos periódicos.

Neste cenário, O Pasquim, também se posicionava no processo de comunicação social, como por exemplo na edição 10 do ano de 1986, na qual em uma entrevista Frey Rocha debatia:

Durante muito tempo o poder econômico usou a Igreja para inibir o comportamento das pessoas, mas com o desenvolvimento dos tempos, a Igreja perdeu sua força. O medo do inferno desapareceu. Hoje em dia, o poder econômico está tentando apelar às ciências. O caso da AIDS é um exemplo disto, eles estão nos culpando por sermos os transmissores da doença. Eles não citam, por exemplo, que na África, mais precisamente no Zaire, a incidência de AIDS sobre mulheres e crianças é assombrosa, chegando a ter milhares de pessoas. A AIDS nada mais é do que uma forma de controlar o comportamento homossexual para a volta à família. Eu fiz três perguntas num congresso internacional sobre a AIDS, em Gramado. Em primeiro lugar “Existe diferença entre a relação hetero e homo hoje em dia?”, eles me disseram que, tanto um como o outro praticam o coito anal, “Existe diferença do reto masculino para o reto feminino?”, me disseram não. “Então por que o vírus só ataca o reto masculino?”, não me responderam. Ou o vírus é gay, ou então isto prova que faz parte da política internacional usar a AIDS como forma de inibir o comportamento homossexual (O PASQUIM, 1986, n.p.).

Podemos observar ainda nessa entrevista como o Frey aponta e questiona a narrativa predominante que associa a doença principalmente à comunidade LGBTQIAPN+, Ele sugere que a AIDS foi utilizada pelo poder econômico como uma forma de controlar o comportamento homossexual, enfatizando a ideia de que a doença era explorada como parte de uma agenda internacional de controle das sexualidades. As perguntas feitas por Frey no Congresso Internacional sobre a AIDS, utilizando argumentos científicos, colocava em xeque a narrativa moralista de que a transmissão se dava majoritariamente em relações homossexuais eximindo o comportamento heterossexual da possibilidade de adquirir e transmitir a doença. Frey ironicamente destacava que a prática do coito anal era comum tanto em relações heterossexuais quanto homossexuais, questionando a suposta preferência do vírus pelo reto masculino. Para Foucault (2001), a sociedade ocidental desde o

século XIX visou controlar os corpos e as sexualidades por meio do controle sobre o sexo, que se tornou uma importante ferramenta na construção discursiva da anormalidade, exigindo que diferentes sujeitos se identificassem subjetiva e sexualmente com a norma heterossexual de gênero.

Essa associação estigmatizante moldou, ao menos inicialmente, tanto políticas públicas elaboradas pelo estado brasileiro quanto a percepção da doença pelo conjunto amplo da população. Em uma charge acompanhada de um texto intitulado “‘AIDS’ é coisa de viado”, da edição 35 de 1987, nos oferece algumas pistas sobre a organização das políticas públicas nacionais sobre o tema:

Ninguém dava nada pro Brasil, mas quando se deram conta a gente já estava no quarto lugar e agora passamos pro terceiro. A medalha de bronze já está garantida, mas entramos nessa pra valer! Nada de sermos eliminados mais uma vez nas semifinais! Deve ser com esses pensamentos que nossas autoridades reduziram de 120 para 10 milhões de cruzados a verba da campanha nacional contra a Aids, PO, essa grana não daria nem pra campanhas de doenças venéreas menos ilustres, como gonorreia e chato. Num país em que até os programas infantis na tevê são feitos pra dar tesão na meninada, acho que essa verba não daria nem pra comprar camisa de vênus pro pessoal que está a fim de afogar o ganso durante este período de festas pagãs. (JAGUAR, 1987, n.p.).

Por meio do excerto acima, percebemos que Jaguar através de um texto irônico e descontraído, estabelecia uma crítica mordaz sobre as verbas destinadas à campanha nacional contra a AIDS no país. O autor destacava a ascensão do país ao “terceiro lugar” no ranking de casos de HIV/AIDS, questionando a falta de orçamento diante de um complexo caso de prevalência da doença entre a população nacional. O autor denuncia a drástica queda do orçamento que passava de 120 milhões de cruzados no ano anterior para 10 milhões no período em que escreve a notícia. A nota, ainda faz uma referência irônica às “doenças venéreas menos ilustres, como gonorreia e chato” destacando com isso a falta de prioridade dada à epidemia de AIDS em comparação a outras. A própria referência a “camisa de vênus” sugere uma falta de apoio financeiro adequado para a prevenção da AIDS por meio do uso de camisinhas.

De acordo com Cezar e Draganov (2014), no início das preocupações com HIV/AIDS no país levou a mobilização de grupos e militantes sociais, que pressionavam o governo na busca da implementação de políticas públicas de contenção e prevenção da doença. Neste sentido, de acordo com Calais e Perucchi (2017) as políticas públicas de combate ao HIV/AIDS no Brasil, assim como em outras partes do mundo, quando implementadas, acompanharam inicialmente um viés moralista de controle dos corpos, estigmatizando comportamentos e sexualidades consideradas desviantes. Assim, ao classificarem práticas e comportamentos com mais ou menos aceitáveis no âmbito da política pública, o estado criava um ranking de prioridades as quais aqueles que supostamente haviam adquirido uma doença, por seus atos imorais, não estavam no rol de preocupações do administrador público.

O estigma e, principalmente, a falta de informações tornou-se um dos principais obstáculos no enfrentamento efetivo a esse processo infeccioso que durante muito tempo foi visto como sentença de morte. Tal atitude reforçou o silêncio em torno da doença, criando um ambiente onde falar sobre sexualidade, saúde sexual e prevenção era tabu. Neste sentido, a edição 19 de 1986, apresentava a necessidade de falar e divulgar informações verídicas sobre a doença, afastando do debate a culpa por pertencer e experimentar a sexualidade de outras formas. Nesta edição Solange, uma profissional do sexo, ao ser questionada sobre o problema da AIDS e as doenças venéreas, apontava para a necessidade de buscar por informações confiáveis:

No início me causou pavor, pensei até em parar de vez. Mas aí comecei a me informar. No caso da AIDS, por exemplo, ninguém sabe ainda como acontece, mas você tem meios de evitar. Ler é a melhor informação. (O PASQUIM, 1986, n.p.)

Solange destacava a falta de conhecimento sobre o processo de evolução e cura da AIDS era algo que colocava as pessoas, de maneira geral, em um estado de pânico biológico. No entanto, ela enfatizava que diante deste cenário de incertezas, era preciso se valer de informações fundadas em processos científicos mais claros, já que naquele momento se sabia qual era o processo de contaminação e os métodos para evitá-lo. A incerteza generalizada sobre a AIDS na época pode ser entendida como resultado das complexas

dinâmicas de poder que moldaram os discursos em torno da doença, atrelando-a de maneira enfática a sexualidade e a certos comportamentos considerados de risco. A ênfase de Solange na busca por informações como meio de prevenção também pode ser interpretada como uma resistência às narrativas dominantes e uma tentativa de se apropriar do conhecimento como uma forma de empoderamento individual e coletivo de grupos subalternizados por discursos hegemônicos sobre a doença. Sua declaração final, “Ler é a melhor informação”, sugere uma ênfase na educação e na busca por conhecimento como ferramentas cruciais para enfrentar a ameaça da AIDS, e subverter a ordem do discurso.

Mesmo sendo o jornal dito mais contra-hegemônico, *O Pasquim*, por meio de seus articulistas também contribuiu no processo de difusão e atrelamento da HIV/AIDS a comunidade homossexual. Na edição 32 de 1987 do periódico, o autor Juca Pinto escreve uma crônica sobre as questões relacionadas a chamada novela das 8 da Rede de Televisão Globo:

Se é da Globo, pode
Só falta mesmo uma cena de homossexualismo explícito na novela das 8 do sistema global. O resto, o dr. Mário Liberato & o seu mordomo Jacinto já fizeram. Houve juras de amor, carícias indisfarçáveis, olhares lascivos, massagens alucinantes. Cenas de ciúme. Só faltaram mesmo os entretantos. E, enquanto o ato não acontece, “Je vous salue Marie” continua nas prateleiras da censura. (Mas é claro que isto nada tem com o ótimo trabalho de Cecyl Thiré, que está tão perfeito no seu papel que é capaz até de pegar AIDS). (*O PASQUIM*, 1987)

Tomado de preconceitos, o autor reprovava a veiculação de imagens e diálogos supostamente gays em horário nobre da televisão, chamando a atenção do leitor pela suposta forma explícita como a homossexualidade era reproduzida nos folhetins da emissora. Essa virulência com relação aos afetos gays, é reproduzida na última frase do texto na qual sugere que o ator Cecyl Thiré, por seu desempenho na novela, e o realismo de sua interpretação estava tão “perfeito no seu papel que é capaz até de pegar AIDS”. O texto de Juca Pinto, materializa os estigmas associados a comunidade gay, atrelando a possibilidade de contrair HIV/AIDS as práticas afetivas e sexuais, e não a contextos de vulnerabilidade a qual tais pessoas estavam submetidas. Ao atrelar a

subjetividade dos sujeitos ao processo de contaminação, a sociedade coletivamente se exime de responsabilidade, pois ancorada nesta forma de ver o mundo, desconsidera que os indivíduos são expostos a contextos de vulnerabilidade, que por sua vez só serão dirimidos com a ampliação de políticas públicas e de informações descoladas de ideais moralistas de conduta.

Outro exemplo de interpretações moralistas por parte do periódico aparece em uma entrevista da edição 39 de 1987 na qual atriz Cláudia Alencar seu alívio por supostamente não estar exposta a situações de contágio por manter apenas relações sexuais heteronormativas, inclusive reforçando a ideia de que o ato sexual não poderia estar atrelado a busca hedonista pelo prazer:

O PASQUIM - A AIDS te assusta?

CLÁUDIA ALENCAR - Pra caralho. Mas, como eu nunca transei com homossexual, já me dá um certo alívio

[...]

O PASQUIM - E o prazer pelo prazer?

CLÁUDIA ALENCAR - E por que o amor não pode dar prazer?

Prazer por prazer dá AIDS. (O PASQUIM, 1987, n.p.)

As respostas de Cláudia Alencar revelam, de certa forma, a ideia predominante na época que casais e relações heterossexuais estavam menos expostas a situações de contágio, em sua fala, inclusive, reforça sua impossibilidade de contrair HIV por se relacionar apenas de forma heterossexual, desconsiderando outras formas de contágio, além da associação direta do HIV apenas com a homossexualidade. O periódico, ao reproduzir tais declarações, sem oferecer esclarecimentos ou correções, contribuía para a disseminação de ideias equivocadas sobre a AIDS reforçando o estigma relacionado às sexualidades consideradas desviantes. Essa prática contraditória do periódico evidencia um desafio na abordagem jornalística da epidemia, pois, apesar de buscar informações pautadas na cientificidade, ainda incorporava narrativas discriminatórias que contradiziam seu objetivo editorial de esclarecer e combater os estigmas associados à HIV/AIDS.

Podemos trazer os apontamentos de Daniel e Parker (1991) que discutem de uma forma até poética como o período a partir de 1980 seria uma espécie de prisão para aqueles considerados “os alvos preferenciais da epidemia, de início particularmente os homossexuais” e essa ligação íntima da

doença com a homossexualidade continuaram tendo um grande efeito negativo na modelação da resposta brasileira à epidemia. Este estigma pode ser desmentido aplicando a visão de que, que segundo os próprios autores, os casos que envolviam o contato homossexual possuíam menos da metade de todos os casos notificados no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer as páginas do periódico O Pasquim durante os anos 1986 a 1999, imergimos em uma intrincada tapeçaria de discursos (ALBUQUERQUE, 2019) que revelam as nuances do tratamento midiático à epidemia de HIV/AIDS e à comunidade LGBTQIAP+. A análise desses conteúdos permitiu uma compreensão mais profunda das abordagens ditas progressistas, estigmatizantes e, por vezes, contraditórias presentes na construção do imaginário social da época.

Inicialmente, o trabalho delineou a escolha de O Pasquim devido à sua proximidade com sujeitos considerados "desviantes" como gays, lésbicas e militantes políticos. Este recorte visava investigar como um veículo aparentemente progressista lidava com temas sensíveis, como HIV/AIDS, em uma época marcada por estigma e desinformação. No entanto, ao mergulharmos nas páginas do jornal, ficou evidente que, apesar de sua postura progressista, O Pasquim também veiculava discursos equivocados e preconceituosos em relação aos portadores de HIV/AIDS. A relação entre a comunidade LGBTQIAP+ e a epidemia inseria-se em uma narrativa que associava a sexualidade considerada desviante ao adoecimento, perpetuando estigmatização e preconceito.

Em consonância com as ideias de Michel Foucault (1996), que propôs uma análise crítica do discurso, essa dualidade evidencia como o jornal não é um mero reflexo passivo da realidade, mas um ator ativo na produção de imaginários sociais. Foucault (1996) argumenta que o discurso não apenas reflete, mas participa na construção ativa da compreensão do mundo, moldando e perpetuando normas e estigmas sociais. Portanto, a análise dessas abordagens contrastantes em O Pasquim se revela fundamental para uma

compreensão mais profunda da relação entre discurso, poder e construção social durante a epidemia de HIV/AIDS.

O estigma, como discutido anteriormente, foi de central em dificultar a busca por testes, tratamento e cuidados médicos adequados, contribuindo para um ambiente de medo e silêncio em torno da epidemia. Neste sentido, os jornais utilizando-se de sua capilaridade ao tentar informar a população sobre a doença, institui em seus discursos interpretações baseadas em preconceitos e normas de gênero compulsórias, delegando a um grupo a responsabilidade exclusiva por uma doença, ao eximir suas formas de vida dos ditos comportamentos de risco.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

CEZAR, Vanessa Martins; DRAGANOV, Priscila Barros. **A história e as políticas públicas do HIV no Brasil sob uma visão bioética**. Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde, v. 18, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/260/26042165006.pdf>

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS: a terceira epidemia**. São Paulo: Iglu Editora, 1991.

DANTAS, Maria Rita de Cássia; SILVA, José Roberto; DAVID, Nair Almeida. **O erotismo em magma**. [S.l.]: [s.n.], 2015.

DA ROSA NEVES, Cláudia L.; DE AMORIM, Wagner M.; DE MORAES, Natália A.; LEITE, João L. **Os cuidados de enfermagem ao cliente com HIV/AIDS em um hospital universitário na década de 1980**. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, v. 1, n. 2, p. 299-316, 2009. Disponível: <https://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/409/370>

DÍAZ, Esteban B. **Desconstrução e subversão: Judith Butler**. Sapere Aude, v. 4, n. 7, p. 441-464, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5543>

FERNANDES, Iara; DE TOLEDO BRUNS, Maria Aparecida. **Revisão sistematizada da literatura científica nacional acerca da história do HIV/AIDS**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 32, n. 1, 2021. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/916

FERREIRA, Mariana de Souza; TRAVERSINI, Cláudia Schmitt. **A análise Foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa.** Educação & Realidade, v. 38, p. 207-226, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DwpK4HtPqRSk3Rg3pDQCdwH/?format=pdf&lang=pt>

FERRAZ, Juliana. **A materialização dos corpos para Judith Butler: o paradigma da globalização.** Cadernos do PET Filosofia, v. 14, n. 27, p. 221-238, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/pet/article/view/4120>

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graça, 1988. p. 152-152.

LUI, Luan. **O HIV/AIDS na Revista Veja na década de 1980.** 2013. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27451>

MARKUN, Paulo. **Pasquim-SP: a burrice que se cuide!.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 3, p. 55-61, 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/d3shYLCqBLpFkXXs4nsTKGn/>

PERET, Fabiano. **Imprensa gay no Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2012.

PRADO, Renata R. D.; CASTILHO, Elysio A. D. **A epidemia de aids no Estado de São Paulo: uma aplicação do modelo espaço-temporal bayesiano completo.** Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 42, p. 537-542, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/4ZVxxLCtxgvSyzjdrp9QCNT/?lang=pt>

ROCHA, Lúcio V.; SILVA, Edson M. **Quarenta anos de TV Cultura: a história da emissora de 1969 a 2009.** In: Conferência Ibero-Americana das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação, 1, [s/l], 2011.

SAMPAIO, Lúcia Maria de C. **A formação do Programa Nacional de DST/AIDS no Brasil.** [S.l.]: [s.n.], 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

SZWARCWALD, Cláudio L.; BASTOS, Flávio I.; ESTEVE, Maria A. P.;

ANDRADE, Cláudia L. **A disseminação da epidemia da AIDS no Brasil, no período de 1987-1996: uma análise espacial.** Cadernos de Saúde Pública, v. 16, p. S07-S19, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/j4jKSr4MQbtxnRgJgwkJ5H/>

TERTO JR, Victor. **Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS.** Horizontes Antropológicos, v. 8, p. 147-158, 2002. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ha/a/nnvKsFYGkD7TPDyhc8jGxqM/>

Recebido em 15/10/2024.

Aprovado para publicação em 07/06/2025.

PARA ALÉM DAS NARRATIVAS OFICIAIS

História Local e decolonialidade em Itumbiara, GO, Brasil¹

BEYOND OFFICIAL NARRATIVES

Local History and decoloniality in Itumbiara, GO, Brasil

ASTROGILDO FERNANDES DA SILVA JÚNIOR²

PAULA MARCELE FERREIRA OLIVEIRA³

RESUMO

Este artigo investiga a produção da História Local em Itumbiara, GO, sob uma perspectiva decolonial, buscando analisar como as narrativas históricas locais podem ser utilizadas para fortalecer a identidade e o senso de pertencimento, ao mesmo tempo em que problematizam as estruturas de poder e as hegemonias presentes na construção da história oficial. Tem como objetivo analisar criticamente a produção da História Local em Itumbiara, GO, a partir da perspectiva decolonial, com foco nas obras de autores locais como Nilson de Souza Freire e Sidney Pereira de Almeida Neto. A pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa, combinando métodos de análise de conteúdo e pesquisa bibliográfica. As obras de Freire e Almeida Neto são analisadas como fontes primárias, buscando evidenciar as vozes silenciadas e as contradições presentes nas narrativas históricas locais. A análise crítica das obras dos autores locais revela a necessidade de se ampliar as perspectivas sobre a história de Itumbiara, incorporando as vozes de grupos minoritários e marginalizados.

Palavras-chave: História Local. Decolonialidade. Ensino de História.

ABSTRACT

This article investigates the production of Local History in Itumbiara, GO, from a decolonial perspective, seeking to analyze how local historical narratives can be used to strengthen identity and a sense of belonging, while also problematizing the power structures and hegemonies present in the construction of official history. It aims to critically analyze the production of Local History in Itumbiara, GO, from the decolonial perspective, focusing on the works of local authors such as Nilson de Souza Freire and Sidney Pereira de Almeida Neto. The research is

¹ Artigo apresenta resultados de pesquisa financiada pela FAPEMIG, Edital Universal (2022) e Capes.

² Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. E-mail: silvajunior_af@yahoo.com.br

³ Professora da Rede Municipal de Educação da cidade de Itumbiara, GO, Brasil. E-mail: paulamayfair@gmail.com

based on a qualitative approach, combining content analysis and bibliographic research methods. The works of Freire and Almeida Neto are analyzed as primary sources, seeking to highlight the silenced voices and contradictions present in local historical narratives. The critical analysis of the works of local authors reveals the need to broaden the perspectives on the history of Itumbiara, incorporating the voices of minority and marginalized groups.

Keywords: Local History. Decoloniality. History Teaching.

INTRODUÇÃO

Concordamos com Grosfoguel (2008) ao defender que a produção do conhecimento é sempre situada, dependente do sujeito e do lugar de onde se fala. Por isso, ao ensinar História, cabe os seguintes questionamentos: quais histórias são contadas e por quê? Quais são silenciadas? Acreditamos que a História Local oferece uma resposta poderosa a essas perguntas, tornando a aprendizagem mais significativa e engajada.

Em vez de focar em fatos distantes, a História Local convida as/os estudantes a explorarem a história da sua comunidade, reconhecendo-se como agentes históricos. Ao investigarem seu bairro, cidade ou região, desenvolvem uma percepção crítica do seu lugar no mundo e da influência da história em suas vidas. Essa abordagem fortalece identidades, valorizando a herança local e o sentimento de pertencimento.

A História Local torna o ensino mais relevante, engajador e significativo. No entanto, é preciso ir além da história das elites, através de outras narrativas e registrar as vozes de sujeitos historicamente marginalizados. Inspirados nos estudos decoloniais, propomos uma História Local que questione a narrativa eurocêntrica, que valorize os saberes marginalizados.

A decolonialidade revela como a história tradicional ignora ou distorce as experiências e contribuições de povos colonizados. Para romper com essa visão, é fundamental incluir as vozes de indígenas, afrodescendentes, quilombolas e outros grupos marginalizados, construindo uma história mais plural, autêntica e emancipadora.

Nos limites desse texto, temos como objetivo analisar a produção da História Local em Itumbiara, GO, a partir da perspectiva decolonial, com foco nas

obras de autores locais como Nilson de Souza Freire e Sidney Pereira de Almeida Neto. O artigo está organizado em quatro partes. Na primeira, apresentamos um estudo sobre a História Local, no qual estabelecemos um diálogo com os estudos decoloniais. Na segunda, a perspectiva metodológica. A terceira aborda o cenário da pesquisa, o município de Itumbiara, GO. A quarta trata da história de Itumbiara na visão dos memorialistas. Por fim, as considerações finais.

1. A HISTÓRIA LOCAL EM PERSPECTIVA DECOLONIAL.

Bittencourt (2004, p. 165) ressalta a importância de estudar a história local, ao afirmar que "a associação entre cotidiano e história de vida dos estudantes possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva". Dar significado ao aprendizado se torna mais fácil quando a/o estudante se reconhece como parte integrante do processo histórico, relacionando suas práticas e experiências cotidianas com as nacionais e globais.

Para Bittencourt (2004), a história local oferece uma perspectiva concreta, conectando as/os estudantes ao passado da sua comunidade. Isso contribui para o desenvolvimento do senso de pertencimento e de uma consciência histórica local, permitindo que compreendam como seu ambiente e suas vivências são influenciados por processos históricos.

Nem sempre o/a professor/a dispõe de tempo e condições ideais para ensinar sobre a história local, seja por limitações do currículo, falta de material didático adequado ou pela extensa grade curricular. É comum que o trabalho com a história local fique restrito a datas comemorativas e efemérides, momentos em que se "relembra" a identidade e a história local.

Ensinar História Local e Regional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio é desafiador. Currículo extenso, falta de material didático e de investimento para atividades externas são obstáculos reais. Entretanto, o aniversário da cidade costuma gerar mudanças: atividades sobre a história local são planejadas e registradas em planos de aula e recursos são destinados a incentivar o desenvolvimento desse trabalho.

Uma das principais dificuldades é a falta de recursos adequados. Moreira (2017) aponta a escassez de materiais didáticos específicos e de fontes históricas locais como um obstáculo ao ensino efetivo da História Regional e Local. Investir no desenvolvimento de materiais e na coleta e preservação de fontes históricas locais é essencial.

Guimarães (2005) observa que, apesar de os currículos defenderem o estudo do local, persistem problemas como: a concepção de bairro ou cidade como unidades isoladas; a naturalização das relações de poder em narrativas memorialísticas; a ideia de progresso associada a personagens seletos e datas específicas e a preservação da memória oficial em documentos produzidos pela prefeitura ou por famílias da elite local.

A formação de professoras/es, apesar de fundamental, também apresenta desafios. Alves (2013) afirma que a formação inicial e continuada nem sempre contempla a história local, o que pode comprometer a qualidade do ensino. É importante investir na formação das/os educadoras/es, fornecendo-lhes conhecimentos e habilidades para abordar a história regional e local de maneira contextualizada e significativa. Só assim estarão preparados para compartilhar com as/os estudantes uma compreensão mais ampla e profunda da sua própria história.

Acreditamos que abordar o ensino de História Local e Regional por meio das histórias silenciadas, com uma perspectiva decolonial, é um caminho promissor. Para Quijano (2005), a decolonialidade desmonta as estruturas de poder, dominação e exploração estabelecidas durante o período colonial e que ainda persistem. Ele analisa como o colonialismo moldou as formas de organização social, econômica e cultural em todo o mundo.

Maldonado-Torres (2020) argumenta que a lógica e os legados do colonialismo podem persistir mesmo após o fim da colonização formal. Para ele, a decolonialidade é uma luta constante contra visões e modos de experienciar o tempo, o espaço e a subjetividade humana que perpetuam a colonialidade. A teoria decolonial nos convida a questionar nosso senso comum e pressupostos científicos sobre tempo, espaço, conhecimento e subjetividade. Isso nos permite entender como os sujeitos colonizados vivenciam a colonização e buscar a decolonização.

A visão decolonial de Maldonado-Torres impacta profundamente o ensino de história. Uma implicação crucial é a diversificação de narrativas, incorporando perspectivas de grupos historicamente marginalizados. Isso significa explorar eventos, experiências e contribuições negligenciados nos currículos tradicionais. A decolonialidade também nos leva a desconstruir hierarquias de conhecimento, quando questionamos a supremacia do conhecimento eurocêntrico. Docentes são encorajados a explorarem as contribuições de diversas culturas e civilizações e assim, desafiam as narrativas de superioridade.

Analisar criticamente o colonialismo implica em examinar como as estruturas coloniais moldaram as narrativas históricas e como continuam a influenciar as dinâmicas sociais e culturais. Estimular os estudantes a questionarem narrativas tradicionais e a explorarem o impacto do colonialismo em diferentes sociedades contribui para uma compreensão mais completa do passado.

Ao incorporar os princípios decoloniais no estudo da história local, busca-se desafiar as narrativas coloniais e ampliar a compreensão das complexas dinâmicas sociais, culturais e políticas da região. A decolonialidade dá voz às perspectivas marginalizadas, permitindo uma análise mais profunda das relações entre poder, resistência e identidade. Ao reconhecer as influências coloniais e sua persistência, promove-se uma abordagem crítica e inclusiva da história local, enriquecendo-a com múltiplas visões e construindo uma representação mais autêntica e justa do passado.

2. PERSPECTIVA TEÓRICO METODOLÓGICA.

Essa pesquisa foi inspirada na abordagem qualitativa, que se caracteriza por investigar a complexa teia de significados, comportamentos e experiências que permeiam o mundo social. Em vez de buscar quantificar dados, essa abordagem se concentra em compreender a qualidade e a riqueza dos detalhes, revelando as nuances e subjetividades que enriquecem a análise. Segundo Alves (1991), na abordagem qualitativa, o pesquisador assume um papel ativo, sendo um instrumento fundamental para a coleta, análise e interpretação dos dados. Sua sensibilidade, conhecimento teórico e capacidade de interação com os participantes da pesquisa são essenciais para o sucesso do estudo.

A perspectiva metodológica adotada reflete um compromisso com a compreensão aprofundada e holística do ensino de História em Itumbiara, GO. Para isso, a pesquisa se baseou em uma abordagem sobre a História Local e a decolonialidade, combinando métodos diversos que enriqueceram a investigação. A análise qualitativa da pesquisa educacional foi um pilar fundamental, pois permitiu uma exploração minuciosa das práticas e desafios envolvidos no ensino de História Local. Essa abordagem sensível e contextualizada ofereceu percepções valiosas sobre a dinâmica do ensino da História em Itumbiara, GO.

A perspectiva histórico-metodológica adotada na análise das obras memorialísticas de Nilson de Souza Freire e Sideny Pereira de Almeida Neto, "Nas barrancas de Santa Rita do Paranahyba – Jogos do poder em Itumbiara de 1830-2011" e "1909 – Villa de Santa Rita do Paranahyba – Itumbiara", respectivamente, centra-se em um enfoque crítico e decolonial. A proposta foi problematizar as narrativas tradicionais sobre a história regional e local de Itumbiara.

Essas obras, amplamente utilizadas como fontes de pesquisa em escolas e citadas em *sites* oficiais e trabalhos acadêmicos, desempenham um papel fundamental na formação do imaginário histórico local. No entanto, a análise crítica deve ir além da mera aceitação dos relatos. A análise decolonial problematiza as estruturas de poder presentes nessas narrativas, questionando quem são os sujeitos históricos que tiveram suas vozes amplificadas e quem foi silenciado ao longo do processo de construção da história local.

Essa abordagem envolve a crítica das fontes e a investigação das motivações e contextos que as moldaram. Por exemplo, ao analisar "jogos de poder" na obra de Freire, é importante questionar como esses jogos foram influenciados pelas forças coloniais e suas consequências para indígenas e afrodescendentes. Da mesma forma, a obra de Almeida Neto que retrata a transição de Santa Rita do Paranahyba para Itumbiara, pode ser analisada sob a ótica de como a modernidade e o progresso foram narrados e quem se beneficiou dessas mudanças.

A perspectiva histórico-metodológica decolonial reexamina essas obras buscando trazer à tona as experiências e contribuições de grupos sub-

representados, reinterpretando a história local de maneira mais inclusiva e promovendo uma abordagem crítica em sala de aula.

A análise dos livros memorialísticos "Nas barrancas de Santa Rita do Parahyba – Jogos do poder em Itumbiara de 1830-2011", de Nilson de Souza Freire, e "1909 – Villa de Santa Rita do Parahyba – Itumbiara", de Sideny Pereira de Almeida Neto, sob uma perspectiva histórico-metodológica, é o ponto de partida para a produção de um guia de história local com enfoque decolonial.

Ambos os textos documentam a história da região de Itumbiara, mas é possível reconhecer que carregam as impressões e interpretações dos autores, moldadas por seus contextos socioeconômicos e culturais. Uma análise decolonial questiona a construção dessas narrativas, buscando revelar vozes e experiências marginalizadas – especialmente de indígenas, afrodescendentes e trabalhadores rurais, historicamente excluídas ou sub-representadas nos relatos oficiais e memórias locais.

As obras de Freire e Almeida Neto foram escolhidas como fontes principais para a produção do produto desse estudo, principalmente por sua acessibilidade aos docentes da rede pública de Itumbiara, GO. Os livros estão disponíveis nas bibliotecas escolares e os autores, funcionários municipais, os disponibilizam digitalmente. Essa proximidade reforça a importância dessas obras como ferramentas educacionais e permite que os professores entrem em contato com os autores.

Além de serem acessíveis, as obras oferecem um importante acervo sobre a história de Itumbiara, abordando diversos eventos e personagens. A riqueza de detalhes e a profundidade das narrativas tornam esses livros recursos valiosos para compreender a história da região. No entanto, para usar seu potencial no contexto educacional, é essencial adotar uma abordagem crítica na leitura e interpretação dos textos.

Ao tratar os livros de Freire e Almeida Neto como fontes primárias e analisá-los sob uma perspectiva crítica e decolonial, os docentes podem produzir materiais pedagógicos valiosos para o ensino da história local. Essa abordagem transcende as narrativas tradicionais, questionando as estruturas de poder e dando voz a grupos historicamente marginalizados. Assim, as obras contribuem para a construção de um currículo mais inclusivo e representativo da diversidade

histórica de Itumbiara.

Abordar esses livros com um olhar decolonial exige uma metodologia crítica que vá além da simples leitura e reprodução dos fatos. A análise deve considerar a estrutura de poder vigente ao longo dos períodos abordados e como essa estrutura influenciou a narrativa histórica.

Ao delinear a perspectiva teórico-metodológica que norteia esta pesquisa, convidamos agora o leitor a adentrar no cenário onde a história local se manifesta e ganha vida: o município de Itumbiara, GO. Abordaremos aspectos geográficos, sociais e econômicos que contextualizam a dinâmica histórica da região e influenciam as narrativas sobre seu passado.

3. O CENÁRIO DA PESQUISA: ITUMBIARA, GO.

Itumbiara, localizada no sul de Goiás, é uma cidade diversificada com uma população de aproximadamente 105.000 habitantes, conforme os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cerca de 45% da nossa população identifica-se como parda, 45% como branca e 9% como negra, com os restantes 1% distribuídos entre indígenas, asiáticos e outras classificações (IBGE, 2022).

A religião também desempenha um papel significativo na comunidade itumbiareense. Segundo os últimos dados do IBGE, aproximadamente 60% são católicos, enquanto cerca de 30% se identificam como evangélicos. Os outros 10% incluem seguidores de outras religiões e pessoas sem afiliação religiosa (IBGE, 2022).

Geograficamente, a cidade está estrategicamente posicionada na divisa com Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, o que facilita o intercâmbio comercial e cultural com o estado vizinho. A proximidade com Brasília, a cerca de 300 km de distância, também proporciona acesso a oportunidades políticas e econômicas e foi crucial para a integração com outras partes do país.

Itumbiara tem suas raízes na formação de um porto, que foi fundamental para seu desenvolvimento inicial. A cidade nasceu às margens do rio Paranaíba, cuja navegabilidade facilitava o transporte de pessoas e mercadorias, tornando-se um ponto estratégico para o comércio e o intercâmbio cultural. Nos primórdios da sua história, o porto de Itumbiara serviu como um elo vital entre as regiões de

Goiás e Minas Gerais, promovendo o crescimento econômico e a integração regional.

A localização geográfica de Itumbiara, na divisa com Minas Gerais, sempre foi uma das suas maiores vantagens. Essa proximidade com o Triângulo Mineiro permitiu que a cidade se tornasse um ponto de encontro para comerciantes, viajantes e colonos, que encontravam ali um local de repouso e troca de mercadorias. A importância dessa divisa se manifestou na maneira como Itumbiara se desenvolveu como um centro de comércio regional, facilitando o fluxo de produtos agrícolas e pecuários entre os estados vizinhos.

Além do comércio, a divisa com Minas Gerais também influenciou a cultura e a identidade de Itumbiara. A troca constante de pessoas e ideias entre as regiões ajudou a moldar uma comunidade com tradições culturais compartilhadas, hoje Araporã, em Minas Gerais e Itumbiara, em Goiás, possuem grande fluxo cruzado de pessoas que se deslocam diariamente para trabalho, estudo, lazer e compras. A fundação de Itumbiara como porto e sua importância estratégica na divisa com Minas Gerais foram e ainda continuam sendo elementos fundamentais para o crescimento e a formação da cidade.

O porto do rio Paranaíba, que havia sido construído em 1824 com o intuito de facilitar a circulação e comércio entre Minas Gerais e Goiás, fez com que a região do lado goiano crescesse em população e extensão territorial. Autores locais escrevem sobre o ocorrido e citam, especialmente, a figura do General Cunha Matos que decretou a construção de uma estrada ligando Anhangüera a Uberaba. Essa passava pelo rio Paranaíba, onde foi necessário a construção de um porto, que mais tarde, se tornaria a cidade de Itumbiara. A figura do general é amplamente difundida e divulgada na cidade, uma vez que nomeia o Colégio Estadual General Cunha Mattos, escola pública estadual em Itumbiara, GO. Nessa instituição de ensino de educação básica há o funcionamento das etapas de formação de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Os nomes de escolas, ruas e praças em homenagem a políticos refletem a conexão entre a memória histórica e o espaço urbano, um conceito explorado por Nora (1993) em seus estudos sobre lugares de memória. Em muitas cidades, incluindo Itumbiara, essas denominações são uma forma de eternizar figuras políticas que tiveram impacto na comunidade local ou nacional. Escolas como "

Colégio Estadual General Cunha Mattos" ou ruas e avenidas como "Avenida Afonso Pena" não apenas homenageiam líderes políticos, mas também servem como marcos simbólicos que conectam o presente com o passado histórico.

Nora (1993) argumenta que lugares de memória são construções sociais que buscam manter viva a lembrança de eventos, figuras e valores importantes para uma comunidade. Nesse contexto, os nomes de lugares públicos são uma forma tangível de preservar e transmitir a história coletiva. Em Itumbiara, assim como em outras cidades, esses nomes não apenas identificam locais geográficos, mas também evocam narrativas e significados que moldam a identidade local. Praças como "José Gomes Lima" ou "Praça Tancredo Neves" são exemplos de como políticos são lembrados e celebrados através do espaço físico urbano.

A relação entre nomes de lugares e a memória coletiva é dinâmica e revela muito sobre Itumbiara, assim como em qualquer cidade, esses lugares de memória não são apenas estáticos, mas continuamente reinterpretados e negociados ao longo do tempo, refletindo mudanças nas percepções políticas e sociais. Essas homenagens públicas não apenas celebram figuras políticas, mas também convidam os cidadãos a refletirem sobre o legado desses líderes e suas contribuições para a comunidade e o país.

Com a criação do porto, conseqüentemente pessoas começaram a habitar o local que era movimentado devido ao tráfego de pessoas/mercadorias provenientes da rota proposta pelo General Cunha Matos, dessa forma fazendeiros locais doam terras para a construção da primeira capela da região que, segundo Sidney Pereira de Almeida Neto, daria origem à primeira capela, a padroeira da cidade e ao nome da então povoado de Santa Rita do Paranaíba.

A herança católica dos primórdios da cidade fica explícita quando analisamos a quantidade expressiva da população que se denomina católica (60%) e também o nome do

[...] povoado de Santa Rita do Paranaíba, cujo desenvolvimento foi rápido. Conforme se verifica em todos os povoados, foi ali também edificada uma capela, tendo como padroeira Santa Rita. Posteriormente, em homenagem à mesma santa, o povoado recebeu a denominação de Pôrto de Santa Rita. Foi à paróquia pela Resolução provincial n.º 18, de 21 de agosto [sic.] de 1852.

Passou à vila, pela Lei estadual n.º 349, de 16 de julho de 1909, desmembrando-se do município de Morrinhos, sendo instalada em 12 de outubro do mesmo ano. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município compõe-se de 2 distritos: Santa Rita do Paranaíba, criado pela Lei provincial n.º 18, de 21 de agosto [sic.] de 1852, e Bananeiras.

Foi elevado à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 518, de 27 de julho de 1915. Pelo Decreto-lei estadual n.º 8 305, de 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Itumbiara (Almeida Neto, 2021, p. 78).

Com base em fontes memorialísticas locais e na página oficial da prefeitura, é possível identificar datas e figuras que são consideradas significativas e que marcam a história de Itumbiara. O ano de 1909 emerge como um marco importante devido a diversos acontecimentos históricos. Nesse ano, destacam-se a construção e inauguração da Ponte Affonso Penna, que desempenhou um papel crucial na conectividade e desenvolvimento econômico da região. Além disso, 1909 assinala o processo de emancipação do Arraial de Santa Rita, que deixou de ser distrito de Morrinhos para se tornar uma cidade independente, consolidando sua identidade e autonomia administrativa no contexto regional. Esses eventos não apenas transformaram a paisagem física de Itumbiara, mas também representaram momentos decisivos na construção de sua história como um centro urbano em crescimento na região (Almeida Neto, 2024).

A Ponte Affonso Penna, situada em Itumbiara, foi originalmente construída para facilitar o transporte e o comércio entre Goiás e Minas Gerais. Inaugurada em 1909, durante o mandato do presidente Afonso Pena, a ponte foi uma resposta à necessidade de melhorar a infraestrutura de transporte na região, promovendo o desenvolvimento econômico e a integração social entre os dois estados. A construção da ponte simbolizou um marco significativo em Itumbiara, conectando a cidade a importantes rotas comerciais e facilitando o intercâmbio de bens e culturas.

Ao longo do tempo, a ponte passou por diversas transformações. Em 1973, devido ao aumento do tráfego e à necessidade de modernização, a estrutura original foi substituída por uma nova ponte de concreto, mais adequada às demandas contemporâneas. A ponte original foi então desmontada e reinstalada em um novo local, nas proximidades do Parque Linear Beira Rio,

onde se tornou um monumento histórico e um ponto turístico. Esta mudança preservou a estrutura original, permitindo que as gerações futuras continuassem a apreciar seu valor histórico e arquitetônico.

O reconhecimento da importância histórica da Ponte Affonso Penna culminou em seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2011. Este tombamento foi uma medida crucial para garantir a preservação da ponte, protegendo-a contra intervenções que pudessem comprometer sua integridade e autenticidade. O IPHAN reconheceu a ponte não apenas como uma estrutura funcional, mas como um símbolo da história de Itumbiara.

Instituir lugares de memória e cartões postais em uma cidade, como a Ponte Affonso Penna ou o Colégio Estadual General Cunha Mattos em Itumbiara, pode gerar problemáticas significativas quando essas homenagens excluem minorias. Ao focar apenas em figuras públicas proeminentes, frequentemente pertencentes às elites políticas e econômicas, há uma tendência de silenciar e marginalizar as contribuições e histórias de grupos minoritários. Conforme Nora (1993, p.54) afirma, "os lugares de memória são construídos pela vontade de manter a memória viva, especialmente em tempos quando a memória viva está se tornando história". No entanto, essa seleção pode ser excludente e reforçar uma visão unilateral da história.

4. DESVENDANDO AS CONTRADIÇÕES: A REALIDADE OCULTA POR TRÁS DO IDEAL DE PROGRESSO.

A exclusão de minorias nos lugares de memória é um reflexo da colonialidade do poder, conceito discutido por Aníbal Quijano. A colonialidade perpetua uma hierarquia de conhecimentos e culturas que privilegia narrativas eurocêntricas e marginaliza outras vozes. Quijano argumenta que "a colonialidade do poder é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista" (Quijano, 2005, p. 65).

Em Itumbiara, ao priorizar homenagens a figuras históricas como políticos e militares, as memórias e contribuições dos grupos indígenas e afrobrasileiros são frequentemente deixadas de lado, perpetuando uma narrativa histórica que favorece apenas os vencedores, apesar da visão predominante ser aquela em

que nomes políticos ou de famílias ilustres figurem como protagonistas.

O caso dos trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão em Itumbiara, em 2023, expõe as contradições profundas entre a imagem de uma cidade próspera e pacífica e as realidades sociais e econômicas enfrentadas por muitos (Profissão Repórter, 2023). Ao revelar uma prática tão brutal e desumana em pleno século XXI, este caso desmascara a narrativa de progresso e desenvolvimento que muitas vezes é associada à cidade. A reportagem do Profissão Repórter, exibida em rede nacional, trouxe à tona as duras condições enfrentadas por esses trabalhadores, muitos deles negros, que foram aliciados em regiões do Nordeste como Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte, em busca de melhores oportunidades de vida (Profissão Repórter, 2023).

Ao analisarmos este episódio de forma decolonial, podemos perceber como as estruturas de poder e exploração ainda perpetuam as desigualdades raciais e regionais no Brasil. A maioria desses trabalhadores, vindos de estados historicamente marginalizados, foram aliciados para condições de trabalho degradantes, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão que remonta ao período colonial. A exploração desses indivíduos, em sua maioria negros, revela como as heranças do racismo e da escravidão continuam a influenciar as relações de trabalho e o desenvolvimento socioeconômico em nosso país. Esse caso não apenas denuncia uma grave violação dos direitos humanos, mas também nos convoca a repensar as narrativas oficiais sobre progresso e inserção em nossa sociedade, questionando as estruturas que sustentam essas injustiças.

Não podemos ignorar nas obras dos próprios autores locais a presença de grupos que são citados, porém, não problematizados como a composição do povoado de Santa Rita do Paranahyba nos idos de sua formação (1820-1840). “A população da região de Santa Rita do Paranahyba na época era cerca de 750 pessoas, sendo 560 cidadãos livres, dos quais 260 homens e 290 mulheres. A população escrava era de 190, dos quais 92 homens e 98 mulheres” (Almeida Neto, 2021, p.79), ou seja, quase 34% da população que residia nas paragens era escravizada, um número significativo que apesar de não ser tratado de forma problematizada ou sendo trazido na obra como mera estatística, nos diz muito sobre o cenário da época e seus reflexos na atualidade.

A história decolonial oferece uma crítica necessária a essas práticas, propondo a inserção das narrativas marginalizadas e a reavaliação das histórias oficiais. Mignolo (2008, p. 288) sugere que "a decolonização do conhecimento envolve a desobediência epistêmica e a recuperação de epistemologias subalternas". Isso implica reconhecer e valorizar as histórias e contribuições dos grupos que foram historicamente silenciados. Em Itumbiara, isso poderia incluir a renomeação de espaços públicos para refletir a presença e importância de grupos minoritários ou sujeitos não abastados, bem como a criação de monumentos que celebrem suas culturas e histórias.

A criação de lugares de memória inclusivos também pode fortalecer o senso de identidade e pertencimento de toda a comunidade. Quando a história de uma cidade é contada de maneira abrangente e inclusiva, todos os membros da comunidade se veem refletidos e valorizados. Incorporar as histórias de minorias nos lugares de memória de Itumbiara pode promover coesão social e justiça histórica, criando uma narrativa coletiva mais rica e representativa.

Portanto, ao instituir lugares de memória e cartões postais, é essencial adotar uma abordagem que reconheça e celebre a diversidade da história local. Isso não apenas corrige as injustiças históricas, mas também enriquece a narrativa coletiva da cidade. Em vez de perpetuar uma memória seletiva e excludente, é possível construir uma memória inclusiva e representativa que honra todas as vozes e experiências. Stuart Hall (2006, p. 70) observa que "a identidade cultural não é uma essência fixa; é um ponto de identificação e diferença". Adotar essa perspectiva em Itumbiara pode transformar os lugares de memória em espaços verdadeiramente representativos e inclusivos, refletindo a complexidade e a riqueza da história local.

A cidade de Itumbiara, comumente retratada como um exemplo de progresso e desenvolvimento no sul de Goiás, carrega consigo uma narrativa que, à primeira vista, parece destacar apenas suas conquistas econômicas e sociais. Tanto na obra de Nilson de Souza Freire quanto na de Sideny Pereira de Almeida Neto, a cidade é apresentada como um centro em ascensão. Essa visão, entretanto, esconde um passado e um presente marcados por episódios de violência e controvérsias políticas que, muitas vezes, são tratados de forma superficial ou mesmo omitidos. Para uma análise mais completa e decolonial, é

essencial considerar as contradições que permeiam essa narrativa, desafiando a imagem idealizada da cidade.

José Gomes da Rocha, mais conhecido como Zé Gomes, é uma figura central tanto nas obras quanto na memória coletiva de Itumbiara. Como prefeito por dois mandatos, ele deixou sua marca em diversos aspectos da cidade, sendo homenageado com seu nome em ruas, praças, escolas e outros espaços públicos. A obra de Nilson Freire, que foi produzida durante o período em que Zé Gomes ainda estava no poder, retrata-o como um líder político carismático, capaz de elevar a qualidade de vida dos moradores e colocar Itumbiara em destaque no cenário estadual, assim escreve Freire, sobre o papel do político nesse processo:

Com qualidade de vida e a autoestima de seus moradores em alta (devido às melhorias políticas, administrativas, sociais, econômicas e culturais que ocorreram no município nos últimos anos), é nesse cenário que a cidade de Itumbiara volta a ocupar espaço de destaque em Goiás, figurando-se no primeiro escalão do governo estadual, destacando-se com a chegada de uma grande empresa do setor do automobilismo. No jogo político, Zé Gomes da Rocha – PP, com aliados em partidos como PTB, PSDB, PT, parte do PMDB e PR, lidera num palco bancando seu vice Chico Bala como sucessor contra o provável oponente vereador Gugu Nader do PMDB, agora sob novo comando e que vai disputar a próxima eleição aliando-se com Dione Araújo que já foi do PSB e seguiu para o DEM, representando parte dos comerciantes, João Maria representando a esquerda radical do PSOL e o PC do B no comando do dissidente Advogado Cleuber Cardoso. Até quando Zé Gomes vai comandar o jogo político, só o tempo vai dizer. Vivemos em tempos do último grande líder no jogo político de Itumbiara, num ciclo que supera 30 anos de jogo do Poder (Freire, 2011, p. 143-144).

Apesar da visão otimista de Freire, a realidade política de Itumbiara é marcada por uma série de disputas e alianças complexas, que refletem as dinâmicas de poder locais. Zé Gomes, com seu grupo político influente, foi descrito como o último grande líder em um "jogo do poder" que se estende por mais de 30 anos. No entanto, essa trajetória meteórica e seu acúmulo de riqueza em um curto período geraram suspeitas e controvérsias. Sua morte trágica, ocorrida poucos dias antes de uma eleição que ele provavelmente venceria, foi um evento que abalou a cidade e reforçou ainda mais sua figura como uma lenda política local. Embora a investigação policial tenha concluído que o crime teve

uma motivação pessoal, a aura de mistério e a sensação de que algo mais profundo estava em jogo continuam a permear o imaginário coletivo.

Sideny Pereira Neto, em sua obra, adota uma abordagem mais conservadora ao tratar a figura de Zé Gomes, mas ainda assim o posiciona como uma das figuras mais importantes da história recente de Itumbiara. Pereira Neto, descendente de uma tradicional família política local, coloca Zé Gomes ao lado de seu avô, Coronel Sidney Pereira de Almeida, que foi prefeito por 11 mandatos. Essa associação entre figuras políticas de diferentes épocas reforça a continuidade de um sistema de poder que, embora adaptado às mudanças sociais e econômicas, mantém suas raízes em práticas políticas tradicionais.

A análise decolonial dessas obras e da história de Itumbiara revela que, por trás da fachada de progresso e tranquilidade, existe uma narrativa de poder, exclusão e violência que precisa ser explorada com mais profundidade. A figura de Zé Gomes, tanto em vida quanto após sua morte, exemplifica como as dinâmicas de poder em Itumbiara foram e continuam sendo complexas e multifacetadas. Sua trajetória ilustra como líderes locais podem ser simultaneamente venerados e controversos, deixando um legado que, se não for analisado criticamente, perpetua uma visão simplista e incompleta da história local.

5. A HISTÓRIA DE ITUMBIARA NA VISÃO DE MEMORALISTAS.

Entre os principais autores locais que escreveram sobre a história de Itumbiara, destacam-se Nilson de Souza Freire e Sidney Pereira de Almeida Neto, cujas obras têm sido amplamente utilizadas como referência. Apesar da importância dessas contribuições, é fundamental reconhecer e promover os estudos acadêmicos recentes que oferecem novas perspectivas e abordagens sobre a história local, especialmente aqueles que utilizam metodologias de abordagens decoloniais que possibilitam registrar as vozes de grupos e narrativas frequentemente marginalizados. A divulgação desses trabalhos pode enriquecer o ensino de história nas escolas e proporcionar uma compreensão mais ampla e inclusiva da identidade cultural e histórica de Itumbiara.

Nilson de Souza Freire é autor de obras sobre a história local e têm formação em Ciências Físicas e Biológicas, História, Administração e Direito, em

sua principal obra *Nas barrancas de Santa Rita do Paranahyba – Jogos do poder em Itumbiara de 1830-2011* sua narrativa cita períodos marcantes da história itumbiareense, líderes políticos e religiosos, porém, outros grupos são citados rapidamente ou nem são mencionados.

Nilson Freire, nascido em Itumbiara, GO, no dia 13 de abril de 1964, é advogado especializado na área tributária e um ativo membro da Academia Itumbiareense de Letras e Artes de Itumbiara, ocupando a cadeira número 7. Sua formação acadêmica é extensa e diversificada, com um Mestrado em Direito Fiscal pela Universidade de Coimbra, Portugal (2022) e um Mestrado em História pela PUC-GO (2013). Além disso, possui especialização em Política e Administração Tributária pela FGV (2001), graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2003), em História pela Universidade Estadual de Goiás (2008), em Ciências Físicas e Biológicas pela Fundação de Ensino Superior de Itumbiara (1990) e em Administração de Empresas pela mesma instituição (1993).

Em sua carreira profissional, Nilson Freire destacou-se como Auditor Fiscal de Receitas Estaduais aposentado da Secretaria de Estado da Economia de Goiás e ocupou diversos cargos de relevância, incluindo Diretor de Assistência ao Servidor no IPASGO (2012), presidente da SANEAGO (2011-2012), Secretário de Finanças (2005-2010) e Secretário de Saúde (2006-2007) da Prefeitura de Itumbiara. Nilson não possui parentesco com políticos célebres ou é de origem abastada, porém, como citado em seu Currículo *Lattes* ele possui profundo envolvimento com a história política de Itumbiara, onde participou de cargos políticos ou administrativos na prefeitura de 2005 a 2020.

Seu envolvimento diário com as questões políticas locais influenciou em grande parte sua escrita, o autor em sua obra mais divulgada *Nas barrancas de Santa Rita do Paranahyba – Jogos do poder em Itumbiara de 1830-2011*, divide os capítulos em etapas cronológicas da “evolução” de Itumbiara, em todos os sete capítulos traz em destaque os principais “*Líderes do período*” e também os “*Marcos Históricos do Período*”.

Nilson de Souza Freire desempenhou um papel crucial na escrita e pesquisa da história de Itumbiara, destacando-se por sua habilidade em levantar uma vasta gama de fontes, incluindo fotos, documentos oficiais e cartoriais, bem

como histórias importantes que compõem o tecido histórico da cidade. Seu trabalho meticuloso e dedicado permitiu a preservação e a divulgação de informações valiosas sobre Itumbiara, fornecendo uma base sólida para estudos e pesquisas futuras. Através de sua obra literária, Freire conseguiu capturar a essência de eventos históricos significativos e oferecer uma visão detalhada dos desenvolvimentos políticos e sociais que moldaram a cidade ao longo dos anos.

No entanto, o foco de Nilson de Souza Freire tende a ser autocentrado em figuras políticas, jogos de poder e acontecimentos marcantes, o que, embora enriquecedor, pode limitar a abrangência de sua narrativa. Sua obra é indiscutivelmente de suma importância para a compreensão da história local, mas, quando utilizada como fonte primária, especialmente em contextos educativos, oferece uma oportunidade ainda mais valiosa. Em sala de aula, a análise crítica de seus escritos pode incentivar os estudantes a explorarem diferentes perspectivas, questionar as narrativas hegemônicas e valorizar a diversidade de experiências que compõem a história de Itumbiara. Dessa forma, o legado de Freire pode ser ampliado e aprofundado, promovendo um ensino de história mais inclusivo e reflexivo.

Outra figura de destaque que escreve sobre a história local é Sidney Pereira de Almeida Neto, sendo graduado em letras, escritor, atual Curador do Museu Municipal Major Militão Pereira de Almeida e autor da obra *Itumbiara, Um século e meio de História* e segundo o próprio autor sua recente atualização "*1909, Villa de Santa Rita do Paranahyba, Itumbiara*" que também traz uma narrativa carregada de datas e figuras masculinas, cristãs e ligadas ao agronegócio.

Sidney Pereira de Almeida Neto é um renomado escritor e pesquisador, amplamente reconhecido por sua contribuição à historiografia de Itumbiara. Filho e neto de lideranças políticas locais, Sidney traz em sua obra uma profunda compreensão dos intrincados meandros do poder na cidade. Seu livro "*Itumbiara, um século e meio de História*" (1997) é uma obra fundamental que detalha o desenvolvimento da cidade desde suas origens de forma abrangente, enquanto "*1909 – Villa de Santa Rita do Paranahyba – Itumbiara*" (2021) oferece uma análise com mais fontes e dados de um período que segundo o autor é crucial na formação da identidade local.

Com um foco especial em figuras políticas como prefeitos, vereadores, padres e coronéis, Sidney é visto como uma referência essencial na história de Itumbiara. A sustentação de sua alcunha como neto do Coronel Sidney Pereira de Almeida, que foi prefeito por 11 mandatos e manteve uma vida política ativa por 50 anos, confere à sua obra uma profundidade adicional e uma perspectiva única sobre os embates de poder locais.

Apesar de sua contribuição significativa como pesquisador, o foco de Sidney Pereira de Almeida Neto está predominantemente nos embates de poder no campo político, especialmente no que se refere à família Pereira de Almeida. Suas obras são amplamente citadas e ocupam um lugar especial no *site* oficial da prefeitura de Itumbiara. Além disso, Sidney atua como curador do museu local e suas publicações são distribuídas nas escolas como fontes primárias de informação sobre a história da cidade.

No entanto, embora seu trabalho seja de extrema importância para a compreensão da história política de Itumbiara, há uma ênfase clara nas dinâmicas de poder e nas figuras políticas predominantes, o que pode limitar a visão mais ampla e inclusiva de outros aspectos históricos e sociais da cidade. A presença de suas obras no currículo escolar assegura que as futuras gerações tenham acesso a essa rica herança histórica, ainda que com a necessidade de complementar esses estudos com outras perspectivas para uma visão mais inclusiva da história local.

Nilson de Soza e Sidney Pereira retratam uma história autocentrada na figura de homens brancos e latifundiários ou políticos influentes e famílias ricas, outros grupos ou personalidades ficaram diluídos nessa “história oficial”, contrariando o censo do IBGE de 2022 que retrata que mais de 55% da população economicamente ativa do município se caracteriza enquanto preto (9%), pardo (45%), indígena (0,1%) ou amarelo (0,2%) (IBGE, 2022).

Nesse sentido a escrita memorialística desempenha um papel crucial na preservação da história local, oferecendo uma rica fonte de informações sobre a vida cotidiana, cultura e eventos significativos de uma comunidade. Obras desse tipo, frequentemente escritas por moradores locais ou pessoas diretamente envolvidas com a história da região, capturam detalhes e perspectivas que podem ser negligenciados em narrativas históricas mais amplas.

Conforme Circe Bittencourt ressalta, "a história local permite que as/os estudantes compreendam a formação da sociedade em que vivem, percebendo-se como sujeitos históricos" (Bittencourt, 2004, p. 168). Assim a memória escrita se torna uma ferramenta valiosa para enriquecer o ensino de história nas escolas, promovendo uma conexão mais profunda entre os estudantes e a sua própria comunidade.

No entanto, é importante analisar criticamente essas obras, considerando os dados, fontes e estórias que são vistos como secundários. Muitas vezes, a escrita memorialística pode refletir uma visão parcial ou subjetiva, excluindo narrativas de grupos minoritários ou marginalizados. Abordar esses textos de forma decolonial permite questionar as estruturas de poder e as hegemonias presentes na construção da história oficial. Incorporar essa análise no cotidiano escolar não só enriquece o currículo, mas também promove uma educação mais inclusiva e crítica.

Bittencourt (2004, p. 173) enfatiza a importância de "trabalhar com diferentes fontes e perspectivas, permitindo que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais ampla e crítica da história". Assim, a escrita memorialística, quando tratada com uma abordagem decolonial, pode transformar-se em um instrumento pedagógico, capaz de possibilitar o registro de vozes silenciadas e promover uma compreensão mais completa e justa da história local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imersão nos estudos da História Local de Itumbiara, GO, revelou como a narrativa histórica local foi moldada por interesses específicos, destacando certos aspectos e negligenciando outros. A análise crítica das obras de Nilson de Souza Freire e Sidney Pereira de Almeida Neto, autores consagrados na historiografia local, evidenciou a necessidade de ampliar as perspectivas sobre o passado da cidade.

As dificuldades de acesso a determinadas informações e a fragmentação dos registros históricos demonstram a necessidade de se investir na preservação da memória e na diversificação das fontes de pesquisa. A carência de materiais que abordem a história local de forma crítica e inclusiva,

especialmente nas escolas, reforça a importância de se produzir conhecimento que dê voz a diferentes sujeitos e grupos sociais.

A História Local, em perspectiva decolonial, apresenta-se como um caminho promissor para a construção de uma narrativa histórica mais abrangente e democrática. Ao questionar as narrativas hegemônicas e valorizar a diversidade de experiências, incentivamos a participação dos estudantes na construção do conhecimento histórico, fortalecendo o senso de pertencimento e a cidadania.

Acreditamos que esse estudo contribui para a valorização da História Local como possibilidade de transformação social. Ao desvelar as contradições e as faces ocultas da narrativa local, incentivamos a construção de uma memória mais justa e representativa, que contemple a pluralidade de vozes que compõem a história de Itumbiara, GO.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Sidney Pereira de. **História. Itumbiara**: Prefeitura Municipal de Itumbiara, 2024.

ALMEIDA NETO, Sidney Pereira de. **1909, Vila de Santa Rita do Paranahyba, Itumbiara**. São Paulo: Padrão, 2021.

ALVES, Alda Judity. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 77, p. 53-61, 1991.

ALVES, Pedro. Decolonialidade: uma crítica ao eurocentrismo na produção do conhecimento. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 220-246, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, Nilson de Souza. **Nas barrancas de Santa Rita do Paranaíba**: jogos do poder de 1830-2011. Goiânia: Kelps, 2011.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GUIMARÃES, Selva. História Regional e Local: Uma Proposta de Trabalho para o Ensino Fundamental. **História & Ensino**, vol. 11, p. 97-115, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro:

DP&A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Itumbiara**. Rio de Janeiro, 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Introdução à decolonialidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOREIRA, João Batista. A importância da história regional e local para a formação da consciência histórica. **Revista do LHIESTE**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PROFISSÃO REPÓRTER. Trabalhadores resgatados em condição análoga à escravidão em fazendas de Goiás receberam, em média, R\$ 18 mil de indenização. G1, 3 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2023/05/03/trabalhadores-resgatados-em-condicao-analoga-a-escravidao-em-fazendas-de-goias-receberam-em-media-r-18-mil-de-indenizacao.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: **CLACSO**, 2005. p. 227-278.

Recebido em 25-01-2025.

Aprovado para publicação em 21-07-2025.

A UNEB EM PERSPECTIVA

História, inovação e o movimento por Ação Afirmativa

THE UNEB IN PERSPECTIVE

History, innovation, and the movement for Affirmative Action

JURANDIR DE ALMEIDA ARAÚJO¹

RESUMO

Este estudo baseia-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar a história da Uneb, destacando o movimento por Ação Afirmativa e suas contribuições para a construção de uma universidade mais justa e inclusiva. A metodologia adotada busca captar as nuances históricas, políticas e sociais que marcaram a trajetória da instituição, com ênfase nas cotas raciais e nas estratégias voltadas à inclusão educacional e social. Os resultados evidenciam que a Uneb não apenas acompanhou as transformações sociais e educacionais de seu tempo, mas também protagonizou o movimento por uma educação mais equitativa. Sua trajetória de inovação e compromisso com a Política de Ação Afirmativa serve de inspiração para outras instituições, demonstrando que, mesmo diante de resistências, é possível construir uma educação superior mais inclusiva, diversa e representativa.

Palavras-chave: Educação Superior. Acesso. Interiorização. Inclusão. Ação Afirmativa.

ABSTRACT

This study is based on qualitative research aimed at analyzing the history of Uneb, with a focus on the Affirmative Action movement and its contributions to building a fairer and more inclusive university. The adopted methodology seeks to capture the historical, political, and social nuances that have shaped the institution's trajectory, with an emphasis on racial quotas and strategies aimed at social inclusion. The results show that Uneb not only kept pace with the social transformations of its time but also played a leading role in the movement for a more equitable education. Its path of innovation and commitment to the Affirmative Action Policy serves as an inspiration for other institutions, demonstrating that, even in the face of resistance, it is possible to build higher education that is more inclusive, diverse, and representative.

¹ Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica (NUPIC) da Fundação Visconde de Cairu e Professor do Curso de Pedagogia, e-mail do autor: jurandir@cairu.br

Keywords: Higher Education. Access. Interiorization. Inclusion. Affirmative Action.

INTRODUÇÃO

Do mesmo modo que as atuais políticas sociais, entre elas as de educação, a Educação Superior e a universidade não são autônomas em relação ao polo econômico e político dominante em qualquer etapa do desenvolvimento histórico de um país.

Valdemar Sguissardi (2014, p. 22).

Em consonância com Valdemar Sguissardi na epígrafe acima, entende-se que as políticas sociais, assim como as estruturas econômicas e políticas dominantes, não atuam de forma isolada. Pelo contrário, elas são profundamente moldadas pelo contexto sócio-histórico em que estão inseridas.

Assim, ao analisarmos o contexto histórico, político e econômico da fundação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), percebemos que a intervenção do governo estadual na oferta de Educação Superior começou nos anos 1970. Nesse período, as universidades estaduais se espalharam pelo país, descentralizando a Educação Superior das capitais para o interior, tornando-a mais integrada à realidade brasileira (Nascimento, 2009). Na Bahia, conforme aponta Edivaldo Boaventura (2009), então secretário de Educação do estado e responsável pela fundação da Uneb, a administração pública estadual passou a criar universidades e campi em regiões estratégicas, visando atender centros regionais.

Neste contexto, as universidades estaduais baianas (Ueba), particularmente a Uneb, foram pioneiras no processo de interiorização da Educação Superior no estado. Inicialmente, voltadas para a formação de professores para a Educação Básica, oferecendo cursos de licenciatura em Letras, Matemática, Ciências e Estudos Sociais, e, posteriormente, ampliada a oferta para outras áreas de formação profissional.

A criação de universidades e campi universitários nos principais centros regionais da Bahia atendeu a questões socioeconômicas relacionadas aos projetos desenvolvimentistas do país na segunda metade do século XX, destacando a demanda por profissionais qualificados em nível superior. Isso era

especialmente relevante diante da grande procura e da escassa oferta de vagas, principalmente para a formação de docentes para a Educação Básica (Araújo, 2023). Até aquele momento, não havia uma ação abrangente da administração pública estadual na oferta de vagas na Educação Superior, com apenas algumas instituições operando de forma isolada. O governo federal era o principal responsável pela oferta, mas isso se restringia à capital e a uma pequena minoria, majoritariamente composta por pessoas brancas.

O processo de interiorização da Educação Superior promovido pela administração pública estadual impulsionou o crescimento da oferta de vagas em diversas regiões da Bahia, preenchendo parcialmente a lacuna deixada pela escassez de instituições universitárias federais nas cidades do interior. No caso da Uneb, ela já nasceu conectada às necessidades e anseios da população baiana por um maior acesso à Educação Superior, tanto na capital quanto no interior do estado, em um período de intensas transformações nos âmbitos político, econômico, social e educacional do país, marcadas pela busca da democratização e universalização da Educação Básica e Superior.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar a história da Uneb, destacando o movimento por Ação Afirmativa e suas contribuições para a construção de uma universidade mais justa e inclusiva. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, voltada para a compreensão das nuances históricas, políticas e sociais que marcaram a trajetória da instituição, com destaque para as cotas raciais e as estratégias de promoção da inclusão social e da diversidade.

Em articulação com a pesquisa bibliográfica e documental, procedeu-se à análise de dados empíricos extraídos de um relatório vinculado à tese defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2023. O estudo investigou os desdobramentos políticos e acadêmicos da política de ação afirmativa em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Uneb.

1. A UNEB EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO E AFIRMATIVO

A fundação da Uneb, em 1983, ocorreu em um contexto de crise econômica, transição do regime ditatorial para o democrático e intensas

reivindicações dos movimentos sociais (Araújo, 2023). Desde a década anterior, esses movimentos ganharam visibilidade no cenário político nacional, abordando as desigualdades sociais e étnico-raciais, com destaque para a atuação do Movimento Social Negro. Nesse período, a massificação do acesso ao Ensino Fundamental, impulsionada pela obrigatoriedade de oito anos de ensino a partir de 1971, resultou em uma queda abrupta na qualidade do ensino, precarização do trabalho docente e uma crescente demanda por profissionais qualificados.

Diante desse cenário, a Uneb foi fundada com a missão de interiorizar a Educação Superior e formar professores para atuar nas escolas municipais e estaduais, buscando democratizar, fortalecer e melhorar a qualidade da educação pública na Bahia. Pode-se afirmar que a universidade potencializou o processo de democratização e interiorização da Educação Superior na Bahia, ampliando as oportunidades de acesso para estudantes da capital e interior.

A fundação da Uneb, segundo Boaventura (2009, p. 70), atendeu à política de educação do quadriênio 1983-1987, que orientava que “[...] cada capital regional da Bahia deveria ter a sua Faculdade, formando professores para o sistema educacional e para os demais setores da sociedade.” No entanto, como ele observa, a autorização para seu funcionamento não foi fácil, exigindo muito esforço, energia e persistência.

Organizada sob o modelo multicampi, multirregional e interdisciplinar, a Uneb desempenhou papel importante no processo de interiorização da Educação Superior na Bahia. Ao longo de sua trajetória, possibilitou a formação profissional de estudantes do interior que, devido a dificuldades de deslocamento ou transferência para os grandes centros urbanos – onde se concentra a maior parte das ofertas de cursos universitários (Mattos, 2010) – ficariam excluídos desse nível de ensino.

Segundo Nascimento (2009), ao vincular as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais em prol da emancipação e inclusão de jovens menos favorecidos socioeconomicamente à Educação Superior, a Uneb representa a consolidação de interesses que ganharam força no contexto social, mas que nem sempre foram atendidos pelo governo federal. Assim, a universidade se configura como uma materialização do fortalecimento da sociedade civil.

O seu caráter *multicampi*, segundo Nascimento (2009, p. 127):

[...] Ihe confere uma singularidade no conjunto das universidades brasileiras, sobretudo em relação àquelas que nasceram e se mantêm no âmbito do poder central, comumente centralizadas num único espaço urbano, de modo especial no que diz respeito à agilidade e ao monitoramento dos seus respectivos processos, por outro, a torna visivelmente mais assentada nas questões que dizem respeito à comunidade que Ihe confere sentido.

Nessa perspectiva, a Uneb incorporou em seus documentos institucionais os saberes e a diversidade cultural de seu contexto de atuação, construindo um projeto comprometido com o desenvolvimento pleno e integral da população baiana (Santos, 2009). Como observa Oliveira (2020), a universidade busca acessar e integrar os conhecimentos produzidos por grupos sociais e étnico-raciais historicamente invisibilizados, muitas vezes não reconhecidos como legítimos produtores de saber. Esse movimento gera um paradoxo: ao mesmo tempo em que a instituição se ancora na legitimação dos conhecimentos ocidentais hegemônicos, tidos como universais, ela se vê desafiada a confrontar e dialogar com outras perspectivas de mundo, oriundas de grupos periféricos e marginalizados.

Todavia, embora a Uneb, em seus documentos oficiais, demonstrasse sensibilidade à realidade social, econômica e cultural da população baiana, isso não implicou, necessariamente, a inclusão efetiva dos grupos sociais e étnico-raciais historicamente marginalizados e excluídos do acesso à Educação Superior. O discurso institucional, ainda que progressista em diversos aspectos, não foi suficiente para romper, de imediato, as barreiras estruturais que sistematicamente excluíam esses grupos das universidades públicas. A sub-representação desses grupos evidenciava a urgência de medidas concretas e reparadoras, capazes de promover uma democratização efetiva da Educação Superior – algo que começou a se materializar no início do século XXI com a implementação de política de ação afirmativa, especialmente as cotas raciais.

Em relação às políticas de expansão da Educação Superior pública promovidas pelo governo da Bahia, segundo Boaventura (2009, p. 58), “[...] levou-se em consideração as circunstâncias que caracterizam o homem interiorano e as heterogeneidades das regiões, para que nenhuma delas perdesse sua identidade cultural.” Essa expansão impulsionou, de acordo com o autor, a formação profissional em nível de graduação e tecnologia, bem como

em programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Além disso, passou a oferecer serviços à comunidade interna e externa, valorizando a cultura local e regional, sem desconsiderar as múltiplas manifestações culturais eruditas. Dessa forma, a Uneb contempla tanto o local quanto o global, integrando o saber popular ao saber erudito.

Segundo Araújo (2023), para que a institucionalização se concretizasse conforme previsto em seu projeto de fundação, as autoridades competentes, especialmente Edivaldo Boaventura, que atuava simultaneamente como Secretário de Educação da Bahia e Reitor da Uneb, contaram com a colaboração de universidades e professores brasileiros e estrangeiros, destacando a Universidade do Québec, no Canadá, como a principal parceira. Essa colaboração abriu espaço para a cooperação internacional desde os primeiros anos da universidade (Boaventura, 2009).

Por meio de intercâmbio docente, a Universidade do Québec implementou, entre 1987 e 1990, o Mestrado em Educação na Uneb, visando à formação de docentes em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Estruturado com base na cooperação entre Brasil e Canadá, a universidade canadense assumiu os encargos relativos aos professores enviados, enquanto a Uneb se responsabilizou pelos seus próprios docentes (Boaventura, 2009). Essa prática reflete um modelo comum na implementação e desenvolvimento das universidades brasileiras, uma vez que o processo de transformação da Educação Superior no Brasil balizou-se pelos padrões vigentes nos Estados Unidos, que se firmaram como modelo a ser imitado (Cunha, 2007). Com a Uneb, não foi diferente.

Assim como as universidades públicas federais e estaduais em todo o país, a fundação da Uneb em seu formato multicampi resultou da agregação de faculdades e centros de educação superior já existentes que funcionavam de forma isolada, como o Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), a Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus, entre outras. A maioria dessas instituições pertencia à extinta Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (Seseb).

A partir desses agrupamentos, a Uneb expandiu-se pelo interior do estado. O modelo multicampi não apenas atendeu ao objetivo do governo

estadual de interiorizar a Educação Superior, mas também favoreceu a economia de recursos (Boaventura, 2009), pois a instalação de um campus é menos custosa do que a criação de uma universidade, que exige uma estrutura administrativa complexa, enquanto no modelo multicampi essa estrutura é compartilhada entre os diversos campi (Barbosa, 2013).

A multicampia possibilitou a expansão da Uneb e a criação de novos campi e departamentos. Muitos deles, segundo Felix e Salvadori (2018), foram criados nas décadas de 1980 e 1990 e no início dos anos 2000 por meio de atos governamentais, frequentemente decorrentes de compromissos assumidos durante campanhas eleitorais entre candidatos a governador, deputados e prefeitos das cidades onde os campi seriam instalados. Essa prática é corriqueira na história da educação no Brasil, visto que desde a fundação das primeiras instituições de Educação Superior até os dias atuais, esse nível de ensino sempre foi um campo de interesse do Estado e dos grupos que exercem influência sobre ele (Sguissardi, 2014).

No caso da Uneb, os interesses por trás da implantação de um campus, conforme Felix e Salvadori (2018), contribuíram para que, em muitos dos campi instalados, houvesse pouca discussão, planejamento e participação da comunidade local e acadêmica. Como resultado, muitos enfrentaram condições precárias de funcionamento, tanto em termos de recursos físicos quanto humanos. Esses problemas de funcionamento, segundo os referidos autores, não são universais a todos os campi e departamentos, apresentando maior proeminência nos recém-criados ou nos localizados mais distantes da administração central, muitas vezes decorrentes da ingerência e negligência de gestores locais com pouco poder de negociação junto à Reitoria e Pró-Reitorias.

Conforme Amorim (2009), alguns campi mais recentemente criados e/ou localizados em regiões geograficamente distantes atuam de forma desordenada, atendendo quase exclusivamente às demandas de ensino. Ele observa ainda que, apesar do empenho da administração central, há uma desarticulação na gestão acadêmico-administrativa da instituição, resultando em campi que atuam isoladamente em seus territórios geográficos, sem perspectivas de integração, tanto entre si quanto no contexto mais amplo da universidade.

Atualmente, apesar dos desafios operacionais, a Uneb é a maior

instituição pública de Educação Superior da região Norte e Nordeste, em termos de tamanho e abrangência territorial, com 29 departamentos instalados em 24 campi. O Campus I, sede da administração central, está localizado em Salvador, enquanto os demais estão distribuídos por 23 dos 417 municípios baianos. A Uneb também atua em outros municípios do estado por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última resultado de convênios com prefeituras e instituições públicas e privadas.

Assim, geograficamente espalhada por todo o estado da Bahia e inserida em contextos de extrema desigualdade social, econômica, política, territorial e étnico-racial, a Uneb destaca-se por sua ênfase na inclusão social. Desde sua fundação, como ressaltam Mattos, Macedo e Mattos (2013), a universidade considera a inclusão social, compreendida no que se convencionou chamar de Ação afirmativa, como um de seus principais fundamentos, o que se reflete em seu objetivo institucional.

Promover a formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social, pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público. (Uneb, 2017, p. 21)

O compromisso da Uneb com a inclusão e a formação cidadã dos indivíduos em seus múltiplos aspectos – intelectual, social, econômico, político, cultural, territorial, tecnológico e étnico-racial – vem desde sua fundação, conforme apontam Boaventura (2009), Santos (2009) e Mattos (2010). Embora o conceito de raça estivesse ausente nos documentos que institucionalizaram e orientaram seu funcionamento no momento da criação, a Uneb, nas palavras de Boaventura (2009, p. 70), já nasceu “[...] com a cor da Bahia, comprometida com suas regiões, com a negritude, com os sertões, com a pobreza e com os problemas de educação, alimentação e saúde.” Esses atributos, quando concretizados na prática, promovem a Uneb como uma instituição de ensino genuinamente inclusiva, afirmativa e promotora da diversidade.

[...] uma universidade plural e heterogenia, que se alimenta de diferentes culturas oriundas de uma sociedade plural como é o caso da sociedade baiana, que mantém muitas tradições culturais, mas que está aberta à inovação, aposta no espírito

imaginativo de sua comunidade, incentiva o poder criativo de seus alunos e cultiva os valores exigidos pela sociedade democrática. (Amorim, 2009, p. 49)

Com suas características marcadamente interioranas, presente em quase todo o território baiano, a Uneb se configura, por meio de seus documentos normativos e políticas institucionais, como uma instituição singular, plural e inclusiva em seu pensar e fazer educacional, social e cultural. Comprometida com a realidade concreta do espaço/tempo do qual faz parte, surge a questão: será que, nas suas ações práticas do cotidiano, ela tem sido realmente democrática e inclusiva, como afirmam alguns pesquisadores, a exemplo de Boaventura (2009) e Mattos (2010)?

Se considerarmos que o desenvolvimento social, econômico, tecnológico, cultural e territorial de um Estado/Nação implica a oferta de uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino para todos os cidadãos, a Uneb, conforme Boaventura (2009), Santos (2009) e Mattos (2010), tem feito a diferença nos centros regionais e regiões circunvizinhas onde está inserida, tanto do ponto de vista educacional, social e cultural quanto político e econômico.

Além da formação de professores para atuar na Educação Básica e Superior, e de outros profissionais de diferentes áreas do conhecimento, a Uneb, na concepção de Boaventura (2009), se estabelece como uma instituição pública de ensino comprometida com a inclusão social e a formação cidadã de centenas de milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, em decorrência de fatores como cor da pele, seca e fome. Em outras palavras, está preocupada com o desenvolvimento humano em seus diversos aspectos.

2. COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA, ACESSÍVEL E INOVADORA

Fundada em um contexto de ausência de instituições de ensino superior federal no interior da Bahia, o formato multicampi da Uneb proporcionou aos estudantes do interior, ao término do Ensino Médio, a possibilidade de continuar seus estudos sem precisar mudar de cidade ou se distanciar muito de seu município de origem. Antes do processo de interiorização da educação superior, aqueles que desejavam cursar um curso universitário precisavam migrar para as capitais ou grandes centros urbanos, onde essas instituições estavam

concentradas. Para a maioria, esse deslocamento era, e ainda é, inviável, especialmente por questões socioeconômicas.

Atualmente, a Uneb atende aproximadamente 22.660 estudantes, oferecendo mais de 150 cursos e habilitações nos turnos matutino, vespertino e noturno, tanto na modalidade presencial quanto a distância. A universidade disponibiliza cursos de graduação e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, contemplando diversas áreas do conhecimento, como Educação, Ciências Exatas e da Terra, Tecnologia, Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciências da Vida. Essas ofertas estão distribuídas entre os 29 departamentos que compõem a instituição.

Integrada à Universidade Aberta do Brasil (UAB)², a Uneb, por meio de convênios firmados com a União, o estado e municípios baianos, oferece, em 47 polos de Educação a Distância, uma variedade de cursos de graduação, especialização e extensão para camada da população com dificuldades de acesso à formação universitária presencial. Essa modalidade de ensino é de grande importância para a inclusão de muitas pessoas no sistema formal de educação, especialmente na Educação Superior. Também contribui para a sistematização, produção e difusão de conhecimentos em diferentes contextos e regiões geograficamente distantes. Modalidade de ensino que tem sua expansão, nas instituições de ensino superior públicas brasileiras, a partir do ano de 2006, com a criação da UAB.

Cabe ressaltar que, antes de se integrar à UAB, a Uneb já era pioneira na formação inicial e continuada de professores da Educação Básica em exercício, especialmente daqueles que não possuíam graduação na área que lecionava. O Programa Rede Uneb 2000, iniciado em 1998, por meio de convênios com municípios de várias regiões e com Organizações Não Governamentais (ONGs), ofereceu formação presencial em Pedagogia para professores da rede municipal e de escolas comunitárias. Em 2005, por meio de convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), com a interveniência do Instituto Anísio

² A UAB é um programa do governo federal em articulação com os entes federados (estados e municípios), visando a expansão e interiorização da educação superior no país, por meio da educação a distância. Integrado às universidades públicas, tem como principal prioridade a formação inicial de professores em exercício na educação básica da rede pública, municipal e estadual, de ensino.

Teixeira (IAT), foi criado o Programa de Formação de Professores do Estado (PROESP), que ofereceu cursos de graduação presencial para docentes da rede estadual – dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Nesse contexto inovador e pioneiro, Nascimento (2009) destaca a implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que surgiu em 1999 a partir da interação da universidade com os movimentos sociais do campo. Hoje, a Uneb é considerada um poderoso agente de formação para trabalhadores rurais em suas diversas categorias, afirma ele.

Entretanto, muitos dos problemas enfrentados decorrem de questões financeiras e orçamentárias. Embora as universidades estaduais tenham autonomia, elas estão atreladas ao Estado e ao Poder Executivo, o que limita sua autonomia orçamentária (Cerqueira, 2009). Subordinadas ao programa de governo e sujeitas a restrições orçamentárias, isso acaba engessando as áreas científica, acadêmica e financeira. Para Couto (2021), um dos grandes dilemas enfrentados por muitos campi da Uneb diz respeito ao aumento da oferta de cursos sem um correspondente aumento nos repasses financeiros.

É comum, segundo Nascimento (2009), que as regiões onde os campi estão situados não disponham de um quadro docente suficiente para atender às demandas dos cursos. Em decorrência disso, a instituição mantém um corpo docente itinerante, característica da universidade multicampi. Esse formato exige um enorme esforço da gestão central e local para oferecer atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, especialmente devido à carência de projetos de ponta e de professores doutores em muitos campi do interior (Amorim, 2009).

O ensino nos campi se caracteriza pela oferta de aulas teóricas, trabalhos práticos, estudos individuais e coletivos, além de estágios curriculares, conforme as exigências da formação profissional. A pesquisa realizada por professores e estudantes busca descobrir novos conhecimentos, ampliando o campo do saber humano nas diversas áreas de atuação da universidade e, dessa forma, beneficiando a sociedade. A extensão, por sua vez, é um processo de interação com a comunidade, desenvolvido na maioria dos campi, caracterizando-se por atividades que compartilham conhecimentos e discutem problemáticas sociais vivenciadas pela população (Amorim, 2009).

Ao longo de sua trajetória, a Uneb tem ampliado sua oferta de cursos de graduação e, mais recentemente, de pós-graduação (Araujo, 2023). Essa ampliação possibilita aos estudantes da capital e do interior que terminam o ensino médio a oportunidade de cursar a graduação, e aos graduados a chance de prosseguir em cursos de pós-graduação, contribuindo assim para o acesso à Educação Superior em seus diferentes níveis (graduação, especialização, mestrado e doutorado) e modalidades (presencial e a distância). Nesse contexto, a Uneb se posiciona de maneira democrática, popular e inclusiva, permitindo o acesso de milhares de estudantes à educação superior e promovendo o desenvolvimento sustentável nos territórios de identidade onde está inserida.

Os cursos de graduação, segundo Nascimento (2009), estão mais conectados às iniciativas da gestão universitária por meio do diálogo com setores hegemônicos regionais, contando, assim, com maior apoio em recursos humanos, materiais e financeiros. Já os programas de pós-graduação, conforme o autor, são instituídos a partir de iniciativas de núcleos de professores, de acordo com suas formações e interesses acadêmicos específicos, desenvolvendo pesquisas sobre temáticas e características regionais que nem sempre encontram receptividade nos centros acadêmicos de maior tradição. Cabe destacar que, a oferta de cursos de mestrado e doutorado é uma demanda que precisa ser ampliada para interiorizar e fortalecer o processo de democratização da pós-graduação *stricto sensu*.

Cabe observar que, mesmo operando em uma perspectiva democrática, popular e inclusiva, até o ano de 2002, quando implementou cotas para afrodescendentes em seus cursos de graduação e pós-graduação, a Uneb não se constituía em um espaço totalmente democrático e inclusivo, o que não significa afirmar que hoje o seja. Sua criação e expansão ocorreram para atender demandas educacionais e do mercado de trabalho, assim como interesses políticos. Os cursos oferecidos não eram os de maior prestígio social, mas sim aqueles voltados à qualificação profissional para novas demandas do mercado, especialmente na formação de professores para a Educação Básica. Isso não diminui, no entanto, seu caráter afirmativo e seu compromisso com questões sociais, étnico-raciais, culturais e identitárias, regionais, entre outras.

3. CONSTRUÇÃO DA AGENDA E INSTITUIÇÃO DAS COTAS RACIAIS

Até o final do século XX, os estudantes negros, ao concluir o Ensino Médio, enfrentavam enormes dificuldades para ingressar na Educação Superior. Poucos eram os que conseguia entrar, permanecer e concluir seus cursos. Nesse contexto, a Uneb, apesar de estar à frente do que era praticado social e academicamente, seguia o padrão das demais instituições públicas de Educação Superior: seu público era predominantemente formado por estudantes brancos e de classe média, enquanto os de menor poder aquisitivo, em sua maioria negros, permaneciam excluídos.

Todavia, a Uneb, antes da adoção das cotas raciais em 2002, já promovia atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a diversidade e de caráter afirmativo. Professores comprometidos com as questões étnico-raciais, muitos deles influenciados pelos debates promovidos pelo Movimento Social Negro, por meio de programas, núcleos, grupos de estudo e cursos específicos, trouxeram para dentro da instituição debates sobre as questões étnico-raciais e sociais na Bahia e no Brasil.

Quadro 1 - Ações institucionais afirmativas anteriores as cotas raciais

ANO/MECANISMO	DESCRIÇÃO
1994 - Núcleo de Educação Pluricultural – NEP	De caráter transdisciplinar e multicampi, desenvolvia atividades de ensino, pesquisa e extensão ancoradas na dimensão pluricultural de educação, estabelecendo abordagens e apontando outras perspectivas teórico-epistemológico contemplativa da diversidade.
1998 - Centro de Estudos das Populações Afro-Indo-Americanas – CEPAIA	Atualmente vinculado a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, elabora projetos no campo da política de ação afirmativa, de modo a promover a institucionalização de mecanismos que potencializam a superação de práticas discriminatórias para com a população negra e indígena, e a produção e difusão de conhecimentos sobre relações étnico-raciais na Bahia e no Brasil.
1998 - Programa Descolonização e Educação – PRODESE	Desenvolve estudos e atividade de ensino, pesquisa e extensão no campo da relações étnico-raciais, com ênfase no direito à alteridade civilizatória africano-brasileira, visando a superação de perspectivas ideológicas neocoloniais que tendem a estruturar as políticas de educação no país, assim como a elaboração e difusão de conhecimentos referidos ao patrimônio civilizatório africano no Brasil.
1998 - Curso de Magistério Indígena da Bahia	Formação de professores/as indígenas, em nível superior, nas áreas de Linguagens e Artes, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, para atuarem nas escolas da educação básica, de modo a atender as demandas das comunidades indígenas da Bahia.
1999 - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA	Programa do governo federal que apresenta e apoia projetos de ensino voltados o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, e atende jovens e adultos com origens em comunidades rurais, de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), quilombolas, trabalhadores/as

acampados/as e professores/as que exerçam atividades educacionais voltadas para esses grupos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Assim, considerando que a política de ação afirmativa é uma só, mas que diversos são os mecanismos que a coloca em prática, ao analisarmos a atuação dos movimentos sociais, particularmente do Movimento Social Negro, docentes e de algumas políticas institucionais de caráter afirmativo desenvolvidas na UNEB antes da criação das cotas raciais, percebemos que a universidade já realizava, muito antes das cotas raciais, ações de natureza afirmativa. O movimento, segundo o professor P1, não se deu de dentro para fora, mas de fora para dentro da universidade, permitindo que ela fosse gradativamente ocupada por movimentos sociais.

A Uneb, conforme relatou o professor P1, já desenvolvia uma formação acadêmica voltada para o estudo de determinadas populações, articulando-se com uma militância política em defesa dos direitos de grupos historicamente marginalizados. Ele afirma que o que ocorreu dentro da Uneb foi um desdobramento político desse processo, que potencializou a ocupação gradual de espaços por sujeitos historicamente excluídos da Educação Superior.

Mesmo que não tivesse vínculos diretos com alguma organização do Movimento Social Negro, havia um número pequeno, mas significativo, de professores e pesquisadores engajados no movimento antirracista dentro da Uneb. Como pontua a professora Ana Célia da Silva (2021, informação verbal), “[...] de certa forma, a maioria de nós [professores negros], com ou sem entidade, éramos militantes.” Segundo ela, esses professores acolhiam estudantes interessados em pesquisar as temáticas das relações étnico-raciais na Bahia e no Brasil. Orientavam trabalhos de conclusão de cursos, participavam das bancas e muitos desses estudantes se candidataram ao mestrado, com sucesso. Era um trabalho de apoio fundamental para a sustentabilidade desses estudantes e para a continuidade de suas pesquisas.

Os estudos realizados na Uneb por pesquisadores e estudantes em grupos, centros e núcleos de estudos e pesquisas, assim como nas disciplinas que abordavam a temática da diversidade, contribuíram para a criação do sistema de cotas, como destacou o coordenador C1. Professores e

pesquisadores desempenharam um papel fundamental na construção do debate e na promoção da política de ação afirmativa na Uneb, como também para que os mecanismos que coloca essa política em prática, em particular a reserva de vagas, sejam efetivados.

Ao instituir a reserva de vagas para afrodescendentes, indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas trans, pessoas com deficiência, a Uneb ampliou novos horizontes e possibilidades de acesso para esses grupos em espaços sociais antes excluídos. Essa ação reitera seu caráter afirmativo e seu compromisso social e acadêmico para com os grupos historicamente marginalizados e excluídos da Educação Superior. Como pontua Santos (2007), ao exercer seu papel social, a Uneb reconhece que o foco das medidas de ação afirmativa é a educação, um dos principais caminhos para que a população de baixo poder econômico alcance um padrão de vida melhor.

No entanto, mesmo sendo pioneira em diversas frentes de ações plurais e inclusivas, a adoção da reserva de vagas para afrodescendentes na Uneb não foi um projeto fácil de ser implementado. Segundo Santos (2007, 2009), esse processo foi desafiador e marcado por discursos inflamados e discriminatórios. Assim, levando em consideração os cuidados jurídicos, teóricos e éticos que a questão demandava, os agentes responsáveis pela implementação das cotas raciais tiveram que enfrentar e superar diversas situações adversas.

Ao analisarmos os estudos de Clemente (2005), Santos (2007, 2009) e Mattos (2010), bem como as narrativas dos envolvidos na elaboração, instituição e implementação das cotas raciais na Uneb, percebemos que se trata de um processo repleto de nuances. Esse processo teve início com a aprovação de um projeto na Câmara Municipal de Salvador, em maio de 2001, que recomendava ao governo do Estado a adoção de reservas de vagas na Universidade do Estado da Bahia para estudantes negros oriundos de escolas públicas.

Segundo o idealizador do projeto, Valdenor Cardoso, essa iniciativa surgiu da soma de diversas ações que ele desenvolvia na Câmara, em colaboração com ativistas do movimento social negro baiano, especialmente pela influência do professor Manuel de Almeida³. Ele também mantinha uma relação próxima

³ Sociólogo, professor e ativista negro baiano, Manuel de Almeida Cruz, fundador do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, foi o idealizador, em 1970, da Pedagogia Interétnica, proposta pioneira

com figuras importantes das organizações negras baianas, como Gilberto Leal, João Jorge, Valdério Silva (professor da Uneb) e Ivete Sacramento (reitora da Uneb). A partir do diálogo com esses ativistas, começou a pautar e desenvolver o debate sobre as questões relacionadas aos negros na Câmara de Vereadores de Salvador.

Eu era militante e como vereador eu tinha que ser, vamos dizer assim, o porta-voz das pessoas e dos movimentos. [...] Eu era um instrumento dos outros companheiros que não estavam na Câmara. Criar um clima favorável, um clima diria de luta antirracista, porque tinha outros movimentos, mas eram movimentos [...] fora da área institucional da Câmara. O movimento da Câmara foi esse: Eu fazia sessão especial; eu fazia sessão com líderes negros; eu era uma pessoa que abria meu gabinete para que as pessoas, o movimento negro pudesse, através de mim, fazer as ações necessárias para a época. [...] As pessoas tinham acesso e possibilidade de discutir comigo, traziam as coisas, muitas questões dos negros e questões dos mais vulneráveis (Valdenor Cardoso, 2022, informação verbal).

Os ativistas negros traziam as demandas do movimento social negro, e Valdenor Cardoso as colocava na pauta, promovendo sessões especiais, embora muitos vereadores nem comparecessem. Ele observou que, naquela época, muitas questões importantes eram discutidas, mas parte dos vereadores se ocupava de outros assuntos e não se preocupava em fazer oposição. Segundo ele, como não estavam habituados a esse tipo de debate e não conheciam as demandas das organizações negras, não criavam problemas ou conflitos. Não percebiam que o movimento que ocorria dentro da câmara era o mesmo que se desenrolava fora dela.

Os vereadores, segundo ele, não criavam resistência porque acreditavam que aquelas iniciativas não teriam consequência. “Assim, um maluco chegou aí, quer fazer umas coisas, deixa lá, vamos cuidar da nossa vida, vamos favorecer outras pautas, deixa esse doido.” (Valdenor Cardoso, 2022, informação verbal). Assim, ele pautou questões importantes para a população negra e grupos vulneráveis, conseguindo a aprovação do projeto que recomendava ao governo do Estado a adoção de cotas para negros na Uneb, que foi encaminhado à

no país no que se refere a valorização, contemplação e respeito a diversidade cultural brasileira, combate ao racismo e a discriminação racial no espaço escolar e fora dele.

Secretaria de Governo.

Diante da complexidade da questão, a Secretaria de Governo, conforme Clemente (2005), ciente do apoio da reitora da Uneb, Ivete Alves Sacramento, à política de ação afirmativa, enviou a recomendação da Câmara solicitando que a instituição emitisse um posicionamento sobre a matéria. Ivete relata: “Quando eu vi na minha mão a possibilidade de fazer isso, não hesitei em nenhum momento em exercer a minha autoridade. [...] É a vantagem de você estar no lugar certo, na hora certa, e ter a coragem de agir.” (Ivete Sacramento, 2021, informação verbal). Em outras palavras, ela utilizou sua posição para agilizar o processo de elaboração e instituição da reserva de vagas na Uneb.

Além da recomendação da Câmara Municipal de Salvador, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Uneb, durante o Congresso anual dos estudantes, realizado em dezembro de 2001 em Juazeiro, propôs a reserva de 50% das vagas dos cursos da universidade para estudantes que tivessem cursado o ensino médio em escolas públicas. O presidente do DCE na época, Osni Cardoso, destacou que o debate sobre a adoção de ação afirmativa na Uneb já havia sido iniciado dentro do movimento estudantil: “A justificativa era que, por ser a Uneb a Universidade do Estado da Bahia, com sua identidade, seu jeito e seu povo, ela precisava ter a cor da Bahia, e por isso fizemos questão de promover esse movimento.” (Osni Cardoso, 2021, informação verbal). Para isso, segundo ele, foi criada a Diretoria de Ação Afirmativa, que

[...] fez vários encontros de estudantes negros da Bahia. Nos seus cursos a gente puxava os debates e pedia para que fomentasse na sala de aula para ir pegando a opinião. Mesmo não sendo sistemático, nem de maneira científica, a gente queria saber, sondar um pouquinho, e culminou no grande debate, porque o congresso de estudante da Uneb, em 2001, foi todo para debater a questão racial. A Ivete foi, a Ivete sempre foi uma pessoa que defendia, o professor Valentim estava lá. Foi um debate que a gente trouxe profissionais de outras universidades para debater o assunto conosco: como a universidade poderia ser mais plural, que tivesse a cor da Bahia. E acabou saindo um documento que foi exaustivamente debatido. (Osni Cardoso, 2021, informação verbal)

A maioria dos estudantes votou a favor da recomendação de que a Uneb adotasse a reserva de 50% das vagas em seus cursos de graduação para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, descartando o

quesito racial.

Diante dessas recomendações e aproveitando o contexto favorável para discutir Ação Afirmativa, a reitora Ivete Sacramento, conforme relatou, delegou ao professor Valdério Santos Silva a tarefa de elaborar um parecer sobre o projeto aprovado na Câmara de Vereadores e a proposição do DCE. Após análise, no dia 22 de abril de 2002, o professor emitiu parecer favorável à questão, recomendando a realização de uma Audiência Pública na Uneb para discutir e encaminhar proposições sobre a recomendação da Câmara de Vereadores de Salvador e do DCE da Uneb.

Conforme o parecer do professor Valdério Silva, a questão deveria ser amplamente debatida pela comunidade acadêmica, de forma a avaliar a viabilidade da implementação de cotas raciais na universidade. No entanto, Ivete Sacramento, percebendo o momento favorável para a adoção de medidas de ação afirmativa em instituições públicas, decidiu instituir uma comissão para emitir um segundo parecer sobre a recomendação da Câmara de Vereadores e do DCE. A comissão seria responsável por elaborar uma proposta de implementação de cotas para afrodescendentes na Uneb, a ser submetida ao Conselho Universitário.

A comissão foi composta por dois professores, Valdério Silva (que havia emitido o primeiro parecer) e Wilson Roberto de Mattos, e um estudante, Osni Cardoso, presidente do DCE da Uneb. De acordo com o relato do professor Valdério (apud Clemente, 2005), na primeira reunião ficou claro que haveria grandes dificuldades em cumprir o solicitado pela reitora, uma vez que dispunham de informações vagas sobre a política de ação afirmativa em outras instituições, tanto no Brasil quanto no exterior, e sobre a complexidade de implementar cotas raciais na Uneb.

Diante das dificuldades identificadas, a comissão optou por realizar pesquisas sobre o tema, além de discutir a questão com outros atores sociais – como especialistas acadêmicos, ativistas do Movimento Social Negro, juristas e advogados –, tanto de dentro quanto de fora da universidade, de forma encontrar respostas para várias dúvidas sobre o modelo a ser proposto no projeto de Resolução para a implementação das cotas raciais na Uneb. As principais dúvidas eram sobre qual seria o percentual ideal a ser adotado e quais critérios

e elementos seriam utilizados para identificar os potenciais beneficiários.

Após estudos e consultas, a comissão elaborou um parecer detalhando o que é ação afirmativa, seu significado no Brasil e no mundo, e justificando sua implementação. Além disso, elaboraram uma proposta de Resolução estabelecendo a reserva de vagas para estudantes negros na Uneb. Esse parecer foi apresentado e discutido com a reitora e outros membros da administração. O parecer e a proposta foram submetidos à apreciação do Conselho Universitário em uma reunião ordinária no dia 18 de julho de 2002, sendo aprovados com 28 votos a favor e 3 abstenções.

A autonomia administrativa das universidades brasileiras contribuiu para que a implementação das cotas raciais na Uneb ocorresse de forma relativamente rápida. Embora a recomendação tenha vindo de fora, a universidade, por meio da Reitoria, da comissão responsável pela elaboração da proposta e do Conselho Universitário, “[...] valeu-se do princípio da autonomia universitária e da independência de seus fóruns decisórios internos para deliberar sobre a matéria” (Mattos, 2010, p. 126). Foi instituída uma cota mínima de 40% para afrodescendentes oriundos de escolas públicas, tanto nos cursos de graduação quanto de pós-graduação, independentemente do processo seletivo, seja vestibular ou outro.

Um fato notável nesse processo foi o relato do professor Valdério Silva (apud Clemente, 2005) de que, na época, o Conselho Universitário era majoritariamente composto por pessoas brancas. Os poucos negros que faziam parte raramente tinham envolvimento ou relação política e acadêmica com a questão racial. Além disso, dois dos três membros da comissão, o professor Wilson Mattos que se encontrava participando de um evento acadêmico de âmbito nacional, e o discente Osni Oliveira, que por força da decisão dos estudantes que propuseram a reserva de 50% das vagas para estudantes de escola pública e não por questão raciais, o impediu de participar da reunião se auto representando e, sim, a resolução do congresso (Clemente, 2005). Assim, coube ao professor Valdério e à reitora Ivete Sacramento a defesa da proposta de reserva de vagas para afrodescendentes perante o Conselho Universitário.

Um fato curioso narrado por Valdério Silva (apud Clemente, 2005) foi a interrupção da reunião do Conselho com a chegada de cerca de 30 universitários

afro-americanos, que estavam visitando a Uneb naquele dia e desejavam conhecer a reitora. Ivete Sacramento (primeira reitora negra brasileira) os convidou a entrar, e eles aproveitaram para fazer uma saudação aos conselheiros, além de compartilhar depoimentos sobre a importância de se discutir a implementação de cotas raciais. Segundo Valdério, isso criou uma atmosfera favorável ao debate, que culminou na aprovação da proposta pela ampla maioria dos conselheiros.

Apesar de aprovado sem votos contrários, os discursos contrários à institucionalização das cotas na Uneb seguiram o mesmo padrão de resistência visto em outras partes do país. Argumentos como a suposta queda no desempenho acadêmico, segregação racial, baixa performance e evasão, além da alegação de inconstitucionalidade, eram frequentemente usados para desqualificar a adoção das cotas na Educação Superior. Esses discursos refletiam uma tentativa de impedir o acesso de negros a um espaço historicamente elitizado e majoritariamente ocupado por pessoas brancas.

Sobre os discursos contrários, Silva (2010, p. 53) pontua que:

Em meio às argumentações tortuosas e oblíquas, defesas explicitamente contrárias às cotas foram assacadas na histórica reunião do Conselho Universitário. Dizia-se, por exemplo, que as cotas poderiam ferir direitos adquiridos, partindo-se da premissa de que o sistema do vestibular tradicional era o mais isento e democrático; que as cotas dividiriam a Universidade entre cotistas e não cotistas (subtenda-se: entre negros e brancos); e, finalmente, que o sistema de cotas poderia rebaixar o nível de qualidade do ensino na UNEB, na medida em que os estudantes negros ingressos estariam despreparados intelectualmente para cursar uma universidade.

Os discursos utilizados pelos acadêmicos conservadores refletem o temor de perder os privilégios que historicamente acompanharam tanto os docentes quanto os discentes brancos desde a criação da primeira instituição de Educação Superior no Brasil. Na Uneb, conforme afirma a professora Ana Célia da Silva, essa resistência não se dá apenas pela defesa da qualidade acadêmica, mas sobretudo pela manutenção de um espaço de poder que sempre foi reservado a uma elite social e racial. Segundo ela, há um claro desconforto em compartilhar esse espaço com aqueles que, tradicionalmente, foram excluídos/as da Educação Superior, especialmente negros e pessoas de baixo poder aquisitivo.

No fundo no fundo a maioria dos professores não aprovou. Embora em público eles não tinham coragem de dizer, a resistência foi muito grande por parte dos professores. [...] Mesmo no grupo de educação houve resistência. Houve muita resistência, eles diziam que ia cair o nível da universidade. (Ana Celia, 2022, informação verbal)

Essas previsões, no entanto, não se confirmaram. No caso da inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) refutou essa ideia ao declarar a constitucionalidade das cotas raciais. Todavia, mesmo após suas previsões terem sido refutadas tanto no campo científico quanto no jurídico, os opositores continuam a contestar a política de ação afirmativa. Conforme Silva (2010), essas contestações não se limitam a uma mera divergência acadêmica. Diferentes instituições e segmentos sociais, de acordo com seus interesses e perspectivas, têm reagido tanto para impedir quanto para defender a adoção de ação afirmativa na Educação Superior. São interesses e pontos de vista conflitantes que, embora de forma velada, estiveram presentes durante a votação que aprovou as cotas raciais na Uneb (Silva, 2010).

Nesse contexto de conflitos e tensões, concordamos com o pensamento de Cardoso (2010, p. 51), que afirma: “[...] nem sempre aquilo que é aprovado publicamente é ratificado no espaço privado. Por vezes, é desmentido, ironizado, minimizado, principalmente, quando se trata de questões referentes ao conflito racial brasileiro.” Isso remete à ideia de Foucault (2014) sobre o “tabu do objeto e o ritual da circunstância”, onde certas questões não podem ser abertamente discutidas em qualquer contexto, especialmente aquelas que desafiam privilégios e poderes estabelecidos por grupos hegemônicos.

Os conflitos e tensões, contudo, não cessaram com a aprovação das cotas. Apenas em 2003, primeiro ano de implementação, foram impetradas cerca de quarenta ações judiciais, com pedidos de liminar, por pessoas que se sentiram prejudicadas pela reserva de vagas para negros na Uneb. Algumas dessas ações resultaram em liminares favoráveis. Segundo Santos (2007, 2009), alguns juízes concederam liminares contrárias às cotas raciais por considerá-las uma “injustiça”. Chegavam até a questionar o mérito intelectual dos estudantes que ingressavam na Educação Superior por meio das cotas, o conceito de “afrodescendente” e os critérios de classificação. Esse cenário, conforme destaca a autora, gerou uma ampla repercussão no campo jurídico em

relação à questão da igualdade formal.

Diversas dificuldades foram enfrentadas na implementação da reserva de vagas para afrodescendentes na Uneb. Além das ações judiciais, a universidade também teve de lidar com a mídia local e nacional, que frequentemente apresentava opiniões e posicionamentos desinformados sobre a política de ação afirmativa, especialmente em relação às cotas raciais. Segundo Santos (2009), isso teve uma influência negativa na formação da opinião pública sobre o tema.

A gente teve que enfrentar a imprensa, falada, escrita, televisiva, manifestações contra a implementação do sistema de cotas, de estranhar o sistema de quotas. Tivemos na internet a criação de sites pornográficos, no sentido mais radical do termo. Então, a gente se deu conta de que mais do que um problema acadêmico, mais de que um problema universitário, mais que um mecanismo de facilitação de acesso à universidade a gente estava enfrentando uma batalha jurídica, uma batalha racial, uma batalha que confrontava as ideias que tinham acontecidos em toda história do Brasil, da Bahia, a partir da implementação do sistema de cotas. (Silva apud Clemente, 2005, p. 103)

Diante do exposto, os dirigentes da Uneb e outros profissionais da universidade, engajados com a causa antirracista e com a temática da ação afirmativa, promoveram esclarecimentos públicos por meio de coletivas com a imprensa local e nacional. O objetivo era dissipar as dúvidas e atenuar os dilemas provocados pela mentalidade discriminatória e pela desinformação disseminada pela mídia em geral sobre a política de ação afirmativa e seus mecanismos (Santos, 2009).

Os acontecimentos mencionados evidenciam algumas das dificuldades enfrentadas pelos dirigentes da Uneb na implementação das cotas raciais. Segundo o professor Valdério Silva (apud Clemente, 2005), foi necessário buscar respaldo teórico e jurídico, bem como pronunciamentos de autoridades jurídicas que influenciassem o posicionamento de juízes e desembargadores dos Tribunais de Justiça. Diante dos obstáculos, ações conjuntas e sistêmicas foram realizadas para enfrentar essas dificuldades e resolver as problemáticas decorrentes da implementação das cotas para afrodescendentes na Uneb.

Esse processo proporcionou aos profissionais da Uneb, envolvidos com a questão, uma experiência teórica e prática que os consolidou como referência no debate sobre a política de ação afirmativa, especialmente sobre as cotas

raciais na Educação Superior brasileira. Muitos desses profissionais foram convidados para ministrar palestras e participar de seminários em universidades públicas e privadas, o que ajudou a tornar a experiência mais conhecida e discutida no Brasil (Silva, 2010).

Vale ressaltar que, com a implementação das cotas raciais para afrodescendentes, esperava-se que a maioria dos candidatos optasse por essa reserva, visto que a população negra é maioria tanto no Brasil quanto na Bahia. No entanto, devido, em parte, aos efeitos causados pela opinião pública e pela desinformação veiculada pela mídia, e pela "[...] baixa autoestima ocasionada pela reprodução social dos estereótipos negativos imputados aos negros/as" (Mattos, 2010, p. 133), isso não se concretizou como previsto. Nos primeiros anos, os estudantes negros que se inscreveram pelas cotas optaram por cursos considerados de menor prestígio social, enquanto os cursos de maior prestígio foram escolhidos em proporção expressivamente menor, comparado aos candidatos não cotistas.

Assim, devido às representações sociais negativas atribuídas à população negra, muitos estudantes negros não se sentiam confiantes para se inscrever no vestibular em cursos considerados de alto prestígio social. Esse comportamento é provavelmente resultado de uma infância e adolescência marcadas pela internalização de discursos que desestimulam as pessoas negras a ocuparem certos espaços e profissões. Cresceram ouvindo em casa, na escola e em outros ambientes que determinadas áreas e profissões “não eram para elas”. Sem oportunidades para provar o contrário, muitos internalizam a ideia de que não são capazes ou que são inferiores, o que minou a autoestima.

Segundo os estudos de Santos (2009), em 2003, os candidatos negros que se inscreveram no vestibular optando pelas cotas raciais representaram apenas 31,33% do total de inscritos. Em 2004, esse percentual aumentou para 37,32%, em 2005 subiu para 42,59%, chegando a 56,94% em 2006. Sobre essa evolução crescente do número de candidatos cotistas inscritos no vestibular, a autora propõe algumas possibilidades que explicam esse fenômeno:

- 1) o desconhecimento inicial do processo implementado em 2003 pela comunidade acarretou, naquele momento, uma baixa escolha pela modalidade de concorrência como cotista; 2) a confiança no processo em si pode ter se estabelecido no

decorrer dos anos seguintes; 3) a intensificação do surgimento de outras universidades com programas de políticas afirmativas, nos anos seguintes podem ter tornado o processo da Uneb, mais divulgado; 4) a população concorrente residual dos anos anteriores pode ter se somado aos anos seguintes (2004, 2005 e 2006). (Santos, 2009, p. 128)

Certamente, os fatores mencionados por Santos, associados à baixa autoestima, ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, amplificados pelos meios de comunicação, influenciaram a baixa inscrição de candidatos negros optantes pelas cotas raciais nos primeiros três anos de implementação. No entanto, não podemos esquecer que as ações desenvolvidas pela Uneb, com o objetivo de desconstruir visões distorcidas, equivocadas, preconceituosas e racistas disseminadas na mídia sobre as medidas de ação afirmativa, especialmente as cotas raciais, contribuíram para esse crescimento gradual. Também é importante destacar o papel contínuo do Movimento Social Negro, cujo caráter educativo foi fundamental para que tais medidas fossem adotadas na Educação Superior e no Serviço Público, bem como para conscientizar a população sobre as desigualdades raciais e o racismo no país.

Em relação ao processo seletivo do vestibular, é importante lembrar que a Uneb, ciente das dificuldades que enfrentaria com a implementação da reserva de vagas para afrodescendentes, adotou algumas medidas acadêmico-administrativas cautelosas. O sistema de avaliação foi mantido igual para todos os inscritos, independentemente de serem optantes pelas cotas ou não. A linha de corte foi estabelecida conforme o número de candidatos por opção, de modo que a concorrência ocorresse dentro de cada grupo. Além disso, o resultado foi divulgado por ordem alfabética (Clemente, 2005; Santos, 2007, 2009).

Essas medidas, segundo Santos (2009, p. 122), demonstram "[...] uma tentativa de garantir a equidade do processo, a transparência e a preservação do sigilo, a fim de evitar uma possível discriminação dos/as classificados/as e/ou aprovados/as optantes pelo sistema de cotas." No entanto, apesar dessas precauções, ações judiciais com pedidos de liminar contra as cotas raciais na universidade foram impetradas, e, conforme relatado pelos estudantes que participaram da pesquisa, muitos foram discriminados por professores.

A implementação das cotas raciais para negros na Uneb, como se pode perceber, apresentou várias nuances e conflitos. No entanto, essas dificuldades

não impediram o fortalecimento da política de ação afirmativa na universidade. Ao longo dos últimos 20 anos, além da ampliação dos grupos sociais contemplados com a reserva de vagas, diversas outras medidas foram adotadas, visando garantir a permanência qualificada dos estudantes, bem como o acompanhamento e a avaliação das ações implementadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Uneb está profundamente entrelaçada com a luta por inclusão, equidade, justiça social e inovação na Educação Superior. Ao longo de sua trajetória, não se limitou a ser apenas um centro de produção e disseminação de conhecimento, mas também um agente ativo na promoção de transformações sociais, especialmente por meio da política de ação afirmativa. A implementação das cotas raciais para afrodescendentes é um marco que evidencia o seu comprometimento em responder às demandas históricas de grupos marginalizados. Ao adotar a política de ação afirmativa, posicionou-se como uma instituição pioneira na defesa de uma educação mais inclusiva e acessível a todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial ou socioeconômica.

Ao longo dos anos, a Uneb inovou em suas abordagens, criando um modelo de ação afirmativa que não só ampliou o acesso de estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas trans, pessoas com deficiência à Educação Superior, mas também estabeleceu estratégias de permanência e suporte acadêmico para esses grupos. Essa experiência consolidou a universidade como um espaço de transformação e resistência, comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O seu legado, portanto, é marcado pela capacidade de inovar e pela coragem de enfrentar as estruturas excludentes presentes na sociedade brasileira. A sua trajetória demonstra que a educação pode e deve ser um caminho para a superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero, entre outras, reafirmando o papel fundamental da política de ação afirmativa no processo de democratização da Educação Superior.

Enfim, a Uneb não apenas acompanhou as transformações sociais de seu tempo, mas também liderou o movimento por uma educação mais equitativa. A

sua história de inovação e compromisso com a ação afirmativa serve de inspiração para outras instituições e mostra que, mesmo diante de resistências, é possível construir uma educação mais inclusiva, diversa e representativa.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antônio. 25 anos de Faeeba e 26 anos de Uneb: da universidade que temos aos desafios que precisamos vencer. In: **Revista da FAEBA**, Salvador, número especial, p. 41-50, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. **Os desdobramentos políticos e acadêmicos da Ação Afirmativa em Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Uneb**. 2023, Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil, 2023.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. In: **Reflexão e Ação**, v. 18, n.1, p. 46-76, 2010.

CERQUEIRA, Sonia Maria Freitas de. **Vagas para negros na Educação Superior: uma causa de políticas públicas na Universidade do Estado da Bahia**. 2009 Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT). Salvador: UNEB, 2009.

CLEMENTE, Márcia da Silva. **As Políticas Afirmativas de Educação Superior no Brasil: um estudo sobre as formas de aceitação/negação do Negro e da Negra na Universidade do Estado da Bahia – UNEB**. 2005, Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFP, 2005.

COUTO, Fausta Porto. **Experiências sociais sobre as políticas de inserção vividas por estudantes no departamento de educação campus Guanambi da Universidade do Estado da Bahia: acesso, permanência e das ações afirmativas**. 364f Tese (Doutorado em Educação Conhecimento e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

FELIX, José Carlos; SALVADORI, Juliana Cristina. Universidade e diversidade: desafios da multicampia / Uneb DCH IV como estudo de caso. In: **Literatura: teoria, história, crítica**, v. 20, n. 2, p. 103-129, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MATTOS, Wilson Roberto de. 2003 – O Ano do Começo: Características e Aspectos Iniciais da Implantação do Sistema de Cotas para Negros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). In: **Plurais**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 120-142, jan./abr. 2010.

MATTOS, Wilson Roberto de; MACEDO, Kize Aparecida Silva de; MATTOS, Ivanilde Guedes de. 10 anos de ações afirmativas na UNEB: desempenho comparativo entre cotistas e não cotistas de 2003 a 2009. In: Revista da **ABPN**, v. 5, n. 11, p. 83-99, jul./out. 2013.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Uma universidade nova, aberta às novas utopias. In: **Revista da FAEBA**, Salvador, número especial, p. 119-127, jul./dez. 2009.
OLIVEIRA, Iris Vera. **18 anos de cotas na UNEB**: Travessias para educação antirracista na Bahia. 2020.

SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques. O Sistema de Cotas da Universidade do Estado da Bahia: relato de uma experiência. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (orgs.). **O negro na universidade**: o direito a inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SANTOS, Maria Cristina Elyote Marques. **Sou cotista, e agora?** Uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Salvador: UNEB, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão da** (e acesso à) Educação Superior no Brasil, 2002-2012. Brasília: Edital nº. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

SILVA, Valdélcio Santos. Políticas de Ações Afirmativas na UNEB: Memórias de um acontecimento histórico. In: **Mujimbo**, v. 1, n. 1, p. 49-58, julho de 2010.

UNEB. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**, 2017-2022. Salvador: UNEB, 2017.

Recebido em 19-09-2024

Aprovado para publicação em 21-07-2025

RESENHA

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. **Páscoa et ses deux maris: une esclave entre Angola, Brésil et Portugal au XVIIe siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 2019.

REVIEW

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. **Páscoa et ses deux maris: une esclave entre Angola, Brésil et Portugal au XVIIe siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 2019.

MARÍLIA TOFANETTO ALVES¹

Páscoa Vieira se encontrava, no dia 12 de novembro de 1700, diante do Tribunal da Inquisição de Lisboa, indiciada pelo crime de bigamia. Em Angola, onde nascera em situação de cativo, se casou com o cativo Aleixo em consonância com as leis cristãs. Alguns anos mais tarde, já no Brasil, após ter sido forçosamente embarcada para Salvador, a escrava contraiu segundas núpcias com o escravo Pedro, diante da Igreja, enquanto estava ainda vivo o primeiro marido. Aos olhos do Santo Ofício, ela incorreu em um erro de doutrina nocivo ao sacramento do matrimônio.

O casamento foi vislumbrado pela Igreja e redefinido pelo Concílio de Trento, responsável por transformar o que até então era uma celebração privada em um ritual sacramental. Na ocasião do Concílio, concluído em 1563, foram definidos a indissolubilidade do matrimônio e os impedimentos que tolhiam sua realização. O casamento transformou-se em um contrato, senão eterno, vitalício, encerrado somente quando na morte de um dos cônjuges. Além da viuvez, apenas a anulação do consórcio – motivada, por exemplo, pela impotência sexual masculina ou feminina – permitia a celebração de um novo enlace. Em vista disso, a condenação da bigamia como uma prática herética objetivava a defesa da indissolubilidade do matrimônio.

¹ Graduada, mestre e doutoranda em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) marilia.tofanetto@unesp.br

Segundo as normas tridentinas, o casamento deveria ser realizado na Igreja diante de testemunhas. Sendo assim, de acordo com Isabel Braga, “[...] nos casamentos realizados sem testemunhas a bigamia era mais uma presunção do que uma certeza” (2003, p.30). Essa particularidade foi verificada no caso de Páscoa e complexificou a ação do Tribunal inquisitorial. Embora houvesse indícios favoráveis à ocorrência de seu primeiro casamento em Angola, inexistiam registros documentais e indivíduos, para além do padre, que pudessem atestar a celebração da união, falta que resultou no prolongamento inquérito. Logo, a partir da biografia histórica de uma escrava processada pela Inquisição, a autora versa a respeito da atuação do Tribunal do Santo Ofício e seus procedimentos, como teremos ocasião de verificar adiante.

Quem narra essa história é Charlotte Castelnau-L’estoile (2019), estudiosa francesa, doutora em História e Civilizações pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1999) e professora titular da Université Paris Diderot. Sua obra é dividida de acordo com o andamento do processo. No primeiro capítulo, a autora trata da denúncia inicial, realizada em Salvador pelo então senhor de Páscoa. Dando prosseguimento, o segundo capítulo debruça-se no duplo inquérito, realizado ora em Angola, ora no Brasil. O terceiro capítulo dá conta das deliberações do Tribunal. O quarto compreende o novo inquérito decorrido em Massangano. O quinto, a abertura do contra inquérito. O julgamento em Lisboa é assunto do sexto capítulo, enquanto o casamento de escravos é matéria do sétimo. Enfim, o oitavo e último capítulo aborda a sentença (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2019).

Em julho de 1693, o senhor de Páscoa, Francisco Álvares de Távora, denunciou sua escrava à Inquisição pelo crime de bigamia. A despeito da Inquisição nunca ter sediado um de seus tribunais na colônia luso-americana, sua atuação se fez presente no além-mar através das visitas. Elas possuíam caráter intermitente e eram realizadas pelos inquisidores que percorriam os territórios por tempo indeterminado. Nada obstante, uma rede de familiares do Santo Ofício atuava no Brasil, membros voluntários que se colocavam a serviço do Tribunal em troca de mercês honoríficas. Em 1692, o Tribunal de Lisboa elegeu dois comissários permanentes para atuarem na colônia lusa da América. Um deles era Antão Farias Monteiro, indivíduo que recebeu, um ano mais tarde,

a denúncia de Francisco Álvares de Távora a respeito de sua escrava bigama. A denúncia e o longo processo de Páscoa são representativos da intervenção enérgica da Inquisição em terras brasileiras.

O intento do Santo Ofício, alinhado ao poder episcopal, era promover e vigiar ortodoxia católica. Uma vez inseridos no grêmio cristão por meio do batismo, a Igreja estimulava o casamento entre escravos de modo que os cativos vivenciassem as demais comunhões católicas. Contudo, da mesma maneira que a libertação proposta pelas pias batismais não os isentava do cativeiro, o matrimônio não os dispensava da submissão que deviam aos senhores. Dessarte, suas obrigações maritais jamais deveriam sobrepor seu compromisso com a servidão. Não obstante, a Igreja insistia, embora nem sempre isso ocorresse, para que os proprietários não separassem seus cativos por motivo de venda, a fim de preservar as unidades familiares. O apartamento dos cônjuges, fossem eles escravos ou não, dava causa para diversas situações pecaminosas, como a bigamia.

Em 20 de março de 1694, o Tribunal da Inquisição de Lisboa abriu uma informação judiciária acerca do caso de Páscoa. Passados sessenta dias, assim que o documento no qual constava o comando de proceder com o inquérito atravessou o Atlântico, de Lisboa a Salvador, e chegou nas mãos do comissário, residente na cidade baiana, ele convocou as testemunhas e recolheu seus depoimentos. Em abril de 1695, deu-se continuidade à inquirição, dessa vez em Luanda. Duas colônias sob domínio luso, Angola e Brasil se correlatavam através do tráfico de escravos e da navegação.

O tempo de travessia entre Luanda e Salvador era de quarenta dias, enquanto entre Lisboa e Salvador eram necessários sessenta dias de viagem. Angola e Brasil estavam mais próximos entre si devido às correntes marítimas favoráveis às rotas que ligavam os portos angolanos e brasileiros. O tráfico de escravos promoveu a circulação de indivíduos entre essas localidades, facilitando, igualmente, as trocas comerciais e culturais entre ambas as regiões. Outrossim, cabe chamar atenção para as redes de comunicação estabelecidas pelo Santo Ofício. Para conectar os quatros espaços que envolveram esse processo – Lisboa, onde foi proferida a ordem de investigação; Salvador e Luanda, onde sucedeu-se o duplo inquérito e Massangano, local da segunda

etapa da inquirição – exigiu-se uma extensa cadeia de transmissão de informações que ligasse essas áreas através de agentes inquisitoriais, os mencionados familiares, evidenciando uma “sociedade de interconhecimento transatlântico.” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2019, p. 24)

Retomando o inquérito, o casamento angolano foi celebrado por um capuchinho italiano, união que não foi registrada no Livro de Casamentos. Tratava-se de uma falta grave, uma vez que toda a acusação de bigamia se centrava na validade da primeira união. Pela falta do documento comprovativo e dada a ausência de testemunhas que estivessem presentes no primeiro casamento, o Tribunal ordenou, motivado pela prudência, o complemento do inquérito a ser realizado, dessa vez, em Massangano, vila na qual Páscoa nascera e passara a maior parte de sua juventude, decisão que resultou no prolongamento da investigação.

Em face da recusa do inquisidor geral luso em anuir com as condições determinadas pelo papa no tocante aos métodos processuais inquisitoriais, o Tribunal português foi destituído no ano de 1679. Quando reaberto, em 1681, o Santo Ofício revisou seus métodos. As investigações eram mais extensas e muitas testemunhas tinham de ser ouvidas. O procedimento judicial, afinado com os regimentos e aprovado pelo sumo pontífice, apontava a atuação de um tribunal severo, mas não arbitrário. Por isso, o período no qual correu o processo analisado na presente obra é considerado o apogeu da instituição. A decisão de prolongar o inquérito do processo de bigamia contra Páscoa contribui com essa perspectiva, já indicada pela historiografia especializada.

Casar escravos que chegavam ao Brasil na idade adulta era custoso, posto que não se tinha notícia de seu passado. Como verificar a existência de casamentos anteriores? Os escravos eram adquiridos, segundo os portugueses, por meio da guerra justa. Essa justificativa os liberava de quaisquer consequências morais resultantes do uso da mão de obra escrava. Os cativos eram, de acordo com os lusitanos, legítimos, uma vez que teriam sido reduzidos à escravidão de acordo com leis africanas. A partir daí, seu papel era apenas adentrar nesse comércio, no qual os africanos estipulavam o “preço justo”. Por isso, sublinha-se a relação estabelecida entre a escravidão africana e o tráfico negreiro: Páscoa nasceu escrava em Massangano, logo, os portugueses

arguiam em favor de uma lógica de cativoiro prévia à interferência ibérica. Escravos, quando convertidos, eram parte do grêmio cristão e poderiam fazer uso de todas as ferramentas da doutrina, como o matrimônio, para alcançarem a salvação.

Não obstante a indissolubilidade do consórcio, a escravidão foi considerada como uma circunstância à parte, que autorizava a dissolução das uniões consideradas infiéis, isto é, casamentos celebrados no continente de origem de acordo com o direito natural. Esses vínculos seriam desfeitos no caso de deslocamento atlântico, por exemplo. Assim, os cativos poderiam contrair matrimônios segundo a lei divina nas Américas. Contudo, esse não era o caso de Páscoa que, na vila de Massangano, foi recebida pelo marido em face da Igreja na presença de um missionário apostólico, o capuchinho italiano. Ela foi, em vista disso, considerada culpada pelo crime de bigamia.

Malgrado a condenação, a escrava foi perspicaz em sua tentativa de defesa. Vale mencionar como um ponto alto da obra o depoimento de Páscoa perante o Tribunal da Inquisição. Com quarenta anos de idade, ela se apresentou diante dos juízes e alegou a incompreensão da doutrina cristã à época de seu primeiro casamento. Disse que a celebração angolana não passava de uma mera troca de alianças. Com esse discurso, Páscoa colocava em causa validade da união. Se ela incompreendia, outrora, os rudimentos da doutrina, nesse momento demonstrava dominá-los com precisão. Como destacado anteriormente, se fosse reputado como infiel, o primeiro casamento não teria valimento algum, portanto, o matrimônio brasileiro, esse sim realizado de acordo com as normas tridentinas, seria o único casamento legítimo, desmantelando a acusação de bigamia.

O indício mais desfavorável contra a escrava foi o fato de ela não ter declarado seu primeiro casamento quando na ocasião das proclamas do segundo, em Salvador. Logo, ela seria punida com o objetivo de reparar sua própria alma e, igualmente, com o intuito de emendar a situação escandalosa que o seu caso provocara na comunidade na qual estava inserida. Condenada a três anos ao exílio em Castro Marim, pequena cidade portuguesa detentora de uma população escassa, Páscoa deveria sobreviver com o fruto de seu trabalho. Cruzou o oceano Atlântico pela segunda vez, dessa feita, rumo à Península.

Após dois anos exilada, ela conseguiu a abreviação de sua pena. A despeito de ser, à época, forra, manifestou o desejo de retornar ao seu antigo senhor, morador de Salvador. O documento no qual o inquisidor geral divulgou essa informação, datado de 1703, é o que encerra o processo.

Segundo Charlotte Castelnau L'estoile (2019), Páscoa fez jus ao seu nome, indicativo da ressurreição, e se ergueu dos escombros por variadas vezes. Duas vezes escrava, duas vezes casada, duas vezes forçosamente atravessada pelo Atlântico e duas vezes afastada do mundo que lutara por estabelecer. Ao fim e ao cabo, por intermédio de Páscoa, a autora lança mão de uma história das circulações em uma narrativa cativante que evidencia as idas e vindas das mesmas pessoas, através das dinâmicas que no período caracterizavam o chamado Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Isabel D. **A bigamia em Portugal na época moderna: sentir mal do sacramento do matrimônio?** Lisboa: Hugin, 2003.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. **Páscoa et ses deux maris: une esclave entre Angola, Brésil et Portugal au XVIIe siècle.** Paris: Presses Universitaires de France, 2019.

Recebido em: 01-04-2025

Aprovado para publicação em: 06-05-2024

Revista História em Reflexão, Vol. 21, N. 40 | jan. a jul. de 2025

A Revista Eletrônica História em Reflexão (REHR) é uma publicação dos discentes de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

A REHR recebe contribuições em fluxo contínuo e tem como objetivo divulgar trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área da História que possibilitem refletir sobre o fazer histórico, bem como em suas relações com a Literatura, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Linguística, Educação, entre outros, de forma a propiciar melhor compreensão nos estudos da História e promover a interdisciplinaridade. Ademais, não privilegia uma especificidade temática, na medida em que prevê a divulgação de trabalhos originais.

A Revista Eletrônica História em Reflexão, destina -se tanto a estudantes de graduação e pós-graduação que tenham interesse nos trabalhos publicados, assim como professores de graduação e pós-graduação. Aceita trabalhos em português, inglês e espanhol sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros, comentários sobre fontes inéditas, resumos expandidos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, textos livres produção iconográfica e audiovisual e notas breves.

Esta edição se concentra em artigos sobre Ensino de História, dinâmicas políticas regionais, dentre outras temáticas congêneres. Orgulhosamente indicamos a leitura e apreciação desse novo número de História em Reflexão.

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR CHEFE

Kevin Franco dos Santos

EDITORA ASSISTENTE

Silvia Ayabe

EDITORES/AS ASSOCIADOS/AS

Ariadne Joseane Félix
Emilly Cruz de Oliveira
João Otávio Duarte Farias
Kacia Mikaela de Sousa
Larissa Barth
Lília Maria da Silva Santos
Melina Lima Pinotti
Richardy Leal Oliveira

PARECERISTAS AD HOC NESTE NÚMERO

Adriana Aparecida Pinto
Alexandre Cougo
Alina dos Santos Nunes
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Carlos Eduardo da Costa Campos
Carolina Giovannetti
César Martins de Souza
Diogo da Silva Roiz
Dominichi Miranda de Sá
Eduardo Vasconcelos
Eliza da Silva Vianna
Everton Henrique Eleutério Fargoni
Fabiano Coelho
Fábio Alexandre da Silva
Fabricio Santiago Almeida
Filipe Noé da Silva
Gabriel Barbosa da Silva Amorim
Gisele Sanglard
Joana Vieira Borges
José Elias Pinheiro Neto
Isadora Dutra de Freitas
Kleire Anny Pires de Souza
Larissa Klosowski de Paula
Leandro Baller

Luca Lima Iacomini
Lucas Barroso
Lucas Matheus Araujo Bicalho
Luzia Beatriz Ramos Alves
Márcio Santana
Michel Goulart da Silva
Nathalia Monseff Junqueira
Paulo Afonso Tavares
Patricia Urruzola
Pedro Garrido
Raimundo César Vaz Neto
Renan Siqueira da Silva
Renato Jales Silva Júnior
Rosangela de Jesus Silva
Victor Simonselos

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Aparecida Pinto (UFGD)
Ana Maria Colling (UFGD)
Andrey Minin Martin (UFMS)
Anibal Herib Caballero Campos, Univ. Nacional de Canindeyú, Paraguai
Cielo Zaidenwerg, Univ. de Barcelona, Espanha
Éder da Silva Novak (UFGD)
Edvaldo Sotana (UFMS)
Elenita Malta Pereira (UFSC)
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Eudes Fernando Leite (UFGD)
Fabiano Coelho (UFGD)
Fabio da Silva Sousa (UFMS)
Fernando Perli (UFGD)
Jérri Roberto Marin (UFMS)
Jiani Fernando Langaro (UFU)
Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL)
Jorge Pagliarini Junior (UNESPAR)
José D'Assunção Barros (UFRRJ)
Leandro Baller (UFGD)
Linderval Augusto Monteiro (UFGD)
Losandro Antônio Tedeschi (UFGD)
Marcia Maria Medeiros (UEMS)
Maria Celma Borges (UFMS)

Mariana Esteves de Oliveira
(UFMS)
Maristela Carneiro (UFMS)
Mírian Cristina de Moura Garrido (Unesp)
Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Paulo Roberto Cimó Queiroz
(UFGD)
Protasio Paulo Langer (UFGD)

Ricardo Oliveira da Silva (UFMS)
Robert Wilton Wilcox, Northern Kentucky
University, Estados Unidos
Robson Laverdi (UEPG)
Tânia Regina Zimmermann (UEMS)
Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)
Vinicius Pereira de Oliveira (IFSul)